UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MODELO ECONÔMICO E PROJETO DE NAÇÃO-POTÊNCIA: BRASIL 1964-1985

Tese defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, resultando na obtenção do título de Doutor em História Econômica

Vicente Contador

Orientador: Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

São Paulo, 2007
Exemplar revisado em 02/12/2007

DEDICATÓRIA

Em que pese um trabalho intelectual se processe na clave da razão e do espírito científico,
não há como negar estar ele também afeto à afetividade.
Assim sendo, dedico a concretização desta tese:

Aos amores de minha vida, Márcia e Luana. Fundamental tê-las ao meu lado na tarefa ora
dura, ora prazerosa de elaboração desta tese;
Ao meu falecido pai, Rubens, exímio contador de histórias e à minha mãe, ainda Aparecida,
que me ensinou a ser batalhador;
A minha querida irmã Laura, mulher perseverante e dona de um coração magnânimo;
Ao meu prezado sogro, Henrique, homem de respeitável ética cristã.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, o qual depositou sua confiança no meu potencial desde o primeiro contato que tive com ele, quando, em 2004, lhe apresentei a versão de um projeto de pesquisa mais focado no plano da política. Com sua experiência, paciência e sabedoria, soube dar não apenas a devida orientação, mas a motivação para a feitura de um texto centrado na discussão econômica sob uma perspectiva histórico-estrutural. Graças a sua presteza pude desenvolver esta tese, sem falar que suas obras serviram como modelos de estilo de redação.

Sou também muito grato ao prof. dr. Eduardo Barros Mariutti, presenciador da feitura desta tese desde o seu começo e útil devido a pertinentes observações, bem como ao prof. dr. Rodrigo F. dos Passos, que me emprestou sua monografia referente à política externa do governo Geisel e com quem tive discussões profícuas.

Não poderia deixar de demonstrar minha imensa gratidão ao colega de trabalho e grande amigo, prof. dr. Hernani Maia Costa. Tem sido uma pessoa de excepcional valor intelectual e humano.

Agradeço a todos os professores dos cursos que fiz no Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo a fim de cumprir os créditos necessários para a qualificação ao Doutorado-Direto, em especial à professora-doutora Suely Robles Reis de Queiroz.

Um agradecimento especial deve ir também aos professores Liana Aureliano e João Manuel Cardoso de Mello, diretores da Faculdades de Campinas (FACAMP), os quais também confiaram nos meus propósitos acadêmicos, proporcionando apoio tanto institucional quanto moral, indispensáveis.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO:	I
NOTAS	XXVII

CAPÍTULO 1 – O REGIME AUTORITÁRIO MILITAR BRASILEIRO E A TECNIFICAÇÃO DA POLÍTICA

A DESFIGURAÇÃO DO ESPECTRO POLÍTICO BRASILEIRO PRÉ-GOLPE DE 1964	1
O MITO DA IMPARCIALIDADE POLÍTICA E DA SUPERIORIDADE TÉCNICA DO MILITAR PROFISSIONAL NO GOVERNO DO PAÍS	5
O CARÁTER POLÍTICO DA <i>TECNIFICAÇÃO</i> DA POLÍTICA	9
DITADURA TECNOBUCROCRÁTICA E INSTITUCIONAL	10
OS MILITARES <i>TÉCNICOS</i> NO TURBILHÃO DA POLÍTICA	18
O MILITAR INTERNACIONALISTA	26
A OPÇÃO TECNOCRÁTICA NA CONDUÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA	32
A TECNIFICAÇÃO DA POLÍTICA E AS ELITES ECONÔMICAS BRASILEIRAS	41
NOTAS	55

CAPÍTULO 2 – A LINHA MESTRA DOS PLANOS ECONÔMICOS DOS GOVERNOS DO REGIME AUTORITÁRIO-MILITAR

AS REFORMAS ECONÔMICAS DOS GOVERNOS MILITARES E SUAS IMPLICAÇÕES AO PROJETO DE NAÇÃO POTÊNCIA	62
A NATUREZA DAS REFORMAS NO CAMPO	63
AUTOSUFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E NAÇÃO POTÊNCIA	75
A NATUREZA DAS REFORMAS NO SETOR INDUSTRIAL	82
O REGIME PÓS-64 E O VOLUME DE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO	95
O REGIME PÓS-64 E O VOLUME DE INVESTIMENTOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA ..	101
ESTATISMO PROVEITOSO AO CAPITAL PRIVADO NACIONAL E ESTRANGEIRO? ...	111
II PND: UM CORTE NO FIO CONDUTOR DO MODELO ECONÔMICO DO REGIME?	117
O PRENÚNCIO DA PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS	129
A FUNÇÃO DO ESTADO ANTE O MODELO ECONÔMICO DO REGIME	131
O GRAU DE ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA DURANTE O REGIME E SUA NÃO PECULIARIDADE	139
MULTINACIONAIS, INTERESSE NACIONAL E O PROJETO DE NAÇÃO POTÊNCIA NO II PND	148
INICIATIVAS FAVORECEDORAS DO CAPITAL ESTRANGEIRO	154
II PND <i>VERSUS</i> TRIPIÉ ECONÔMICO DO REGIME	167
O MODO DE INSERÇÃO DO BRASIL NO CAPITALISMO MUNDIAL EM COMPARAÇÃO COM OS MODELOS INDIANO E FINLANDÊS	183
O CASO DA ÍNDIA	185
O EXEMPLO DA FINLÂNDIA	186
NOTAS	190

CAPÍTULO 3 - OS PONTOS DE CONTATO DO MODELO ECONÔMICO COM AS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS MILITARES PÓS-64

AS RELAÇÕES EUA E AMÉRICA LATINA ENTRE 1947 E 1959	198
UM NOVO PAPEL PARA OS MILITARES LATINO-AMERICANOS NAS DÉCADAS DE 60 E 70	202
A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NA MONTAGEM DAS DITADURAS MILITARES LATINO-AMERICANAS DAS DÉCADAS DE 60 E 70	208

OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA DE CASTELO BRANCO	214
<i>INTERDEPENDÊNCIA</i> , O CONCEITO CONDUTOR DO PLANO ECONÔMICO E DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO QUE INAUGURA O REGIME AUTORITÁRIO-MILITAR BRASILEIRO	220
“INTERDEPENDÊNCIA NUM ÚNICO SENTIDO”	226
A INDÚSTRIA ARMAMENTISTA NACIONAL DENTRO DA LÓGICA DO MODELO ECONÔMICO DO REGIME	235
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES INADEQUADA AO PROJETO DE NAÇÃO POTÊNCIA	238
PROJETO DE NAÇÃO-POTÊNCIA E <i>RATIONALE</i> DAS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS MILITARES DO BRASIL	246
AS POSIÇÕES ASSUMIDAS PELO BRASIL DA DITADURA MILITAR NO CENÁRIO INTERNACIONAL DOS ANOS 60-70	256
NOTAS	274

CAPÍTULO 4 – A EXAUSTÃO DO MODELO ECONÔMICO DO REGIME E O SEU OCASO

O FIM DA DITADURA MILITAR ENQUANTO UM PROCESSO SOCIO-POLÍTICO, SIMULTÂNEO AO ESGOTAMENTO DE UM MODELO ECONÔMICO, OU UM <i>PROJETO</i> DO <i>ESTABLISHMENT</i> CASTRENSE?	280
A INTER-RELAÇÃO DOS FATORES CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS DE ORDEM ECONÔMICA E POLÍTICA	290
AS PRESSÕES EXÓGENAS AO SISTEMA MILITAR	292
AS PRESSÕES ENDÓGENAS DERRADEIRAS	300
A EVOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS NO SEIO MILITAR	301
AS PRESSÕES DERRADEIRAS PROVENIENTES DO INTERIOR DAS PRÓPRIAS FORÇAS ARMADAS	314
AS PRESSÕES ADVINDAS DO PARTIDO POLÍTICO OFICIAL	316
AS PRESSÕES ORIUNDAS DO GRANDE EMPRESARIADO NACIONAL	320
O NOVO <i>ANIMUS</i> DO GOVERNO GEISEL NA ÁREA ECONÔMICA	334
NOTAS	347

CONSIDERAÇÕES FINAIS	352
----------------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADA	358
------------------------------------	-----

TABELAS NO TEXTO

1	Estatísticas agrícolas selecionadas, 1960-1986	pgs 71
2	Crescimento da agricultura, silvicultura, caça e pesca no Brasil entre 1950-1980	pg 72
2.1	Participação da agricultura, silvicultura, caça e pesca na geração do produto	pg 72
2.2	Índices de Volume Físico da Produção Pecuária no Brasil (1969-1979)	pg 72
2.3	Crescimento da produção de alimentos no Brasil entre 1952-1980	pg 72
2.4	Índices de Volume Físico da Produção de Alimentos no Brasil (1960-1980)	pg 73
2.5	Índices de Volume Físico da Produção de Alimentos por Habitante (1960-1980)	pg 73
2.6	Disponibilidade de Proteínas por dia <i>per capita</i> (1964-1980)	pg 74
3	Síntese da capacidade econômica de 19 países	pg 76
4	Variações na distribuição de renda no Brasil (1960-70)	pg 84
4.1	Distribuição de renda no Brasil, 1970-80	pg 84
5	Remessas de lucros e pagamentos de juros do Brasil ao exterior (1965-1982)	pg 93
5.1	Coeficientes da dívida externa brasileira em relação às exportações e ao PIB (1970-1979)	pg 95
6	Federal Government Spending by Selected Ministries, 1959-1969	pg 97
6.1	Montante dos recursos destinados à área da educação em relação ao PIB (1971-1983)	pg 97
6.2	Gasto Público em Educação no Brasil de 1970 a 1980	pg 98
7	Despesas com Ciência e Tecnologia na Europa e em alguns outros países desenvolvidos não-europeus, como percentagem do PIB – 1963/64	pg 108
8	Orçamento Federal de Ciência e Tecnologia no Brasil (1972-1974)	pg 109
9	Despesas com Ciência e Tecnologia no Brasil em relação ao PNB (1975-1979)	pg 110
10	Gastos correntes Gerais do Governo Federal (1960-1976)	pg 142
10.1	Gastos de Consumo do Governo Federal (1960-1976)	pg 142
10.2	Brasil: Carga tributária bruta e líquida em % do PIB – 1974-1978	pg. 143
11	Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) Receita tributária – Porcentagem (PIB)	pg 144
12	Origem do Capital das Dez Maiores Empresas em Cada Setor Econômico no Brasil em 1968	pg 163
13	As dez maiores empresas no Brasil por setor – 1971	pg 164
14	(a) Endividamento externo em dólares – 1970-80 – Financiamento de importações	pg 172
14.1	(b) Endividamento externo em dólares – 1956-66 – Financiamento de importações	pg 173
14.2	América Latina: Aumento do Produto Interno Bruto (PIB) 1950-1981	pg 174
15	Elasticidade da indústria de transformação brasileira em relação ao PIB – 1950-1980	pg 174
16	Intercâmbio Comercial Brasil – EUA – 1966-1980	pg 180
17	Ajuda dos EUA a Várias Regiões do Mundo 1945-1952	pg 200
18	Empresas Multinacionais e Investimento total no Brasil até 1974 / Remessa para o exterior de 1965 a 1974	pg 226
19	Uso do transporte via ferrovias no Brasil em comparação com outros países	pg 239
20	Federal Government Subsidies in Transport Industries	pg 240
21	Extensão da rede ferroviária em tráfego – 1964-1980	pg 241
21.1	Material rodante existente nas estradas de ferro 1964-1980	pg 242
21.2	Extensão total da rede rodoviária em km – 1964-1980	pg 242
21.3	Frota nacional de veículos cadastrados – 1964-1980	pg 243
22	Comércio Mundial – 1975	pg 255
22.1	Participação do Brasil no comércio mundial (1970-1984)	pg 256
23	Extração, importação, exportação e consumo aparente do Brasil de petróleo bruto – 1969-79	pg 333
24	Crescimento da Produção Mineral no Brasil 1955-1980 (incluindo petróleo)	pg 333
25	Empréstimos de Instituições financeiras do Estado ao Setor Privado no Brasil (1974 a 1979)	pg 339

RESUMO

A presente tese objetiva fazer uma análise histórico-estrutural do padrão de crescimento econômico do regime autoritário-militar brasileiro (1964-1985), mostrando que, muito mais do que fatores conjunturais externos, como, por exemplo, as crises mundiais do petróleo de 1973 e 1979, a sua natureza, dinâmica e as contradições que lhe eram imanentes foram os principais fatores que impediram o Brasil de vir a se tornar uma *potência mundial* até o ano 2000, tal como pretendia a cúpula militar. Expõe o eixo sobre o qual giravam os planos econômicos dos governos deste regime, em especial dos presidentes Castelo Branco e Ernesto Geisel, argumentando que os mesmos, consubstanciados em estratégias não autonomistas, porque excessivamente dependentes de tecnologia e de capital industrial-financeiro forâneos, reduziram o poder de barganha do Estado brasileiro no cenário internacional. Enfoca também os pontos convergentes da economia política com a política externa, mostrando que – pelo fato dos governos militares terem se rendido à idéia de *interdependência*, crendo, com isso, que a limitação da soberania nacional era “conveniente” para que o Brasil recebesse créditos do Primeiro Mundo, em especial dos EUA –, isso impediu o fortalecimento do *Poder Nacional*.

PALAVRAS CHAVE: Interdependência, internacionalista(s), modelo econômico, nação-potência e regime autoritário-militar.

ABSTRACT

This thesis is a historical-structural analysis of the Brazilian economic development pattern pursued by the military-authoritarian regime (1964-1985), showing that, more than non-domestic short-term causes, such as the world energy crisis due to oil price rises in 1973 and 1979, its nature, dynamics and the contradictions which were inherent in that pattern were the determining factors in the failure of Brazil to become a Great Power until 2000, as it was determined by the officialdom. It exposes the axis on which the then general-presidents' economical plans turned round, specially Castelo Branco and Ernesto Geisel's, arguing that these plans, based on non-autonomous strategies, as they were too much dependent upon foreign capital and technology, reduced Brazil's bargaining power in the international environment. It also focuses on the connection between political economy and foreign policy, showing that – since the military governments surrendered to the idea of *interdependence*, believing that the limitation of national sovereignty was “useful” for receiving credit from First World, notably from the USA –, this impeded the fortification of *National Power*.

KEYWORDS: Interdependence, internationalist(s), economic development pattern, world power and military-authoritarian regime.

INTRODUÇÃO

PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

Este trabalho é um estudo crítico dos planos econômicos e das políticas externas dos governos do regime político instaurado no Brasil após o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964, o qual será daqui por diante chamado de regime *autoritário-militar*, *ditadura militar* e/ou, simplesmente, de *regime pós-64* ou *regime*. O objetivo primordial é demonstrar que devido às contradições presentes nos fundamentos, na natureza e na dinâmica de seu modelo de crescimento econômico, bem como nas correspondentes políticas externas de alinhamento cerrado com os EUA no contexto da Guerra Fria, não havia como o Brasil se tornar uma “grande potência” até o final do século XX, conforme estabelecera o documento elaborado pela cúpula do governo Médici, METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO¹.

Isto posto, estaremos focando as questões relacionadas com:

⇒ primeiro, a própria essência do referido modelo, as linhas mestras do pensamento e das ações econômicas dos sucessivos governos militares, ou seja, os eixos ideológicos, materiais e instrumentais sobre os quais elas giravam. Daí podermos, doravante, atribuir a elas a denominação *modelo econômico* do regime. Depois de abordar a natureza e a dinâmica deste modelo econômico, é evidente que os seus limites irão despontar. Nesse sentido, procurar-se-á provar que mesmo com as tentativas do governo Geisel em atacar as vicissitudes pontilhadas pelo fio condutor do modelo econômico em questão, não havia como reverter as já bem fincadas estruturas internas e as vinculações externas que mantiveram o Brasil na situação de país periférico e extremamente dependente, impedindo-o assim de conquistar um desenvolvimento pleno e autosustentado, ou seja, o mínimo de autonomia econômica e, destarte, política, condições fundamentais para que alcançássemos o *status* de *grande potência* capitalista. No bojo desta discussão emergirá a problematização do pressuposto corrente de talhe liberal que sustenta que os governos militares eram estatizantes, tendo isso se transformado num obstáculo para o pleno desenvolvimento econômico e social do país, o que o teria impedido de vir a fazer parte do seleto grupo dos países do Primeiro Mundo até o final do século XX. Argumentar-se-á que o modelo de economia de mercado extremamente dependente de capital financeiro, de insumos industriais e de *know how* externos era

o fio condutor dos planos econômicos dos governos do regime autoritário-militar, o que lhes emprestava um estranhamento ante o pensamento econômico nacionalista;

⇒ segundo, os pontos de contato do modelo econômico com as políticas externas dos governos militares, mostrando o porque da *rationale* destas políticas não ter proporcionado o fortalecimento do Poder Nacional, dificultando, por conseguinte, a superação dos condicionamentos impostos pelo cenário internacional, redundando, enfim, no malogro do projeto de *grande potência* e/ou *nação-potência*. Argumentar-se-á que o malogro ocorre em função de tais políticas externas terem se enquadrado numa percepção bipolar rígida da realidade mundial, refutando assim as estratégias do neutralismo e/ou do não-alinhamento e até mesmo do multilateralismo, embora incorporasse a idéia de interdependência;

⇒ Terceiro, a relação do esgotamento do modelo econômico do regime com a *abertura* política, questionando a abordagem que considera esta um *projeto* supostamente planejado e conduzido unilateralmente pelos militares *castelistas*. Procuraremos mostrar que a *abertura* que emergiu em meados da década de 70 é um *processo* que redunde no fim do regime, motivado não apenas pelo fator econômico, de primeira grandeza por sinal, mas também por fatores sócio-políticos que abarcam os movimentos sociais de oposição ao regime, capitaneados por diversos agentes da sociedade civil brasileira, incluindo os segmentos do empresariado nacional que, numa ponta, se põem contra o que chamavam de *estatização* da economia e os que, noutra ponta, se opõe a sua acentuada internacionalização. Com efeito, nossa tese é a de que foi a inter-relação de fatores conjunturais, internos e externos, com os fatores estruturais de ordem econômica, política e institucional do regime que o fizera chegar a termo.

CONCEITOS BASILARES

Como o conceito de *grande potencia* é fundamental para o nosso trabalho, vindo a permeá-lo de ponta a ponta, cabe esclarecer de antemão que o que entendemos por grande potência está em consonância com a definição dada por Antonio Gramsci, ecoada pelo professor emérito de Ciência Política da York University, Toronto, Robert W. Cox:

“At the purely foreign policy level, great powers have relative freedom to determine their foreign policies in response to domestic interests; smaller powers have less au

tonomy (Gramsci, *Selections*, 1971: 264). The economic life of subordinate nations is penetrated by and intertwined with that of powerful nations. [...].

At an even deeper level, those states which are powerful are precisely those which have undergone a profound social and economic revolution and have most fully worked out the consequences of this revolution in the form of state and of social relations”².

Cox assinala que a Revolução Francesa foi o fenômeno histórico que embasou o conceito de *grande potência* de Gramsci, mas propõe que pensemos do mesmo modo com relação ao desenvolvimento dos poderes dos EUA e da URSS, pois para ele

“These were all nation-based developments which spilled over national boundaries to become internationally expansive phenomena. Other countries have received the impact of these developments in a more passive way, an instance of what Gramsci described at the national level as a passive revolution. This effect comes when the impetus to change does not arise out of ‘a vast local economic development ..., but is instead the reflection of international developments which transmit their ideological currents to the periphery’ (Gramsci, *Idem*: 116)”³.

Tal definição de *grande potência* de Gramsci, na qual está implícito um outro conceito fundamental para este nosso trabalho, que é o conceito de *dependência*, foi igualmente muito bem sintetizada e complementada por Gerson Moura que, por alto, reproduz o pensador marxista italiano ao dizer que

“[...]. Será potência hegemônica um país capitalista desenvolvido, o que não significa que qualquer país capitalista desenvolvido se constitua em potência hegemônica. Além dos requisitos de capacidade econômica, devem-se acrescentar as condições especificamente políticas que permitem a hegemonia. Tomem-se, por exemplo, os elementos que Gramsci considera essenciais para caracterizar uma grande potência (extensão territorial, população, força econômica, poder militar e paz interna), e ver-se-á que se tratam de condições ou expressões do capitalismo desenvolvido. Mas ele vai além e afirma que, para se constituir em grande potência, o país deve expressar politicamente essas condições, ou seja, deve ter capacidade de imprimir uma direção autônoma às atividades estatais e tornar-se líder na formação de pactos e alian-

ças que configurem um bloco de poder e influenciem outros Estados”⁴.

Vê-se que, no entender de Gramsci, para um país poder ser considerado uma grande potência é crucial que ele tenha um mínimo de autonomia para poder delinear os rumos de sua economia política e de sua política externa, sendo esta condição fundamental fruto de vivências revolucionárias que tem o potencial de produzir transformações internas e impactos externos. Além disso, se nos for permitido acrescentar mais algum elemento para uma caracterização mais apurada do conceito de *grande potência*, consideramos que aos fatores *força econômica, território, paz interna e população* colocados por Gramsci, devem-se somar aqueles que se referem ao poderio militar, à produção de ciência e tecnologia própria, ao nível de escolaridade e de renda média da população de um país, ou, de uma forma mais abrangente, aos recursos humanos, ao bem-estar social da maioria da população, bem como ao grau de inclusão social e de desigualdade de classes, os quais são indicadores de que um país passou ou não por uma revolução em suas estruturas socio-econômicas a ponto de fazê-lo atingir autonomamente níveis altos de influência externa e de desenvolvimento econômico-social, colocando-o em pé de igualdade com as potências num determinado contexto histórico.

É justamente esta concepção de nação-potência que estará balizando o que haveremos de nos ocupar no *capítulo 1*: as concepções políticas e ideológicas que permearam a retórica empregada pelos dirigentes do regime instaurado no Brasil após o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964, retórica esta que teve como objetivo camuflar a natureza essencialmente autoritária do mesmo, os seus fortes vínculos classista e político-partidário, bem como o seu caráter subalterno no plano internacional, o que irá dar depois num enfoque centrado na concepção de desenvolvimento econômico que os inspirava. Nosso propósito será, então, o de demonstrar que o Golpe de 1964 foi essencialmente contra-revolucionário e porque o crescimento econômico acelerado, assente no modelo que norteou os governos do regime, não significou de fato desenvolvimento ao Brasil, tanto em termos sociais e políticos quanto em termos culturais, e nem lhe propiciou o fortalecimento do Poder Nacional a fim de que ascendesse ao *status* de potência econômica e militar mundial.

Outro conceito fundamental que estará perpassando o nosso trabalho é o da *burguesia nacional associada* e/ou *capital nacional associado*, igualmente denominado de *empresas nacionais associadas* ao capital estrangeiro e/ou empresas (multinacionais) estrangeiras. Não se considera necessariamente aqui como empresa nacional associada ao capital estrangeiro apenas quando há uma real sociedade, ou parceria, entre duas categorias de proprietários, o

nacional e o estrangeiro, com cada um detendo uma determinada parte do capital da empresa. O conceito ora utilizado deve, pois, conceber que frações da burguesia nacional podiam deter a propriedade total ou majoritária de suas empresas. Mas para terem sucesso sob a lógica do modelo econômico do regime, as mesmas tinham que estar inseridas numa cadeia produtiva, cumprindo uma função complementar às indústrias estrangeiras ao fornecer a estas últimas algumas peças, componentes e matérias-primas no mercado interno. Devem ser igualmente incluídas nesta categoria as empresas mercantis e/ou comerciais, as quais englobam as importadoras e revendedoras locais dos produtos fabricados tanto aqui quanto acolá pelas multinacionais. É evidente que se deve acrescentar a estas empresas, os grupos agro-exportadores, bem como os bancos privados nacionais. Estes últimos não escapam da categoria de *empresa nacional associada* pelo simples fato de que o seu ofício é emprestar dinheiro para quem têm um negócio próprio no setor produtivo, comercial ou de serviços e para quem tem também bens imóveis e até um alto salário, enfim, qualquer espécie de renda, capital ou ativos, tendo, por conseguinte, capacidade de acumular, investir, reproduzir seu capital e de consumir bens de toda ordem. E como o modelo econômico do regime beneficiava enormemente estes agentes econômicos e segmentos sociais, os banqueiros nacionais os respaldavam. Ademais, os bancos foram um dos grupos empresariais privados que mais lucraram com o mesmo modelo também pelo fato do Estado ter sido na época um grande tomador de empréstimos destinados à rolagem de dívidas crescentes, ao aparelhamento da máquina estatal, ao financiamento de projetos governamentais faraônicos e ao pagamento de juros aos donos de títulos emitidos pelo Estado.

Complementarmente, é oportuno esclarecer as denominações que utilizamos quando nos referimos às diversas correntes militares que compunham as Forças Armadas no período do regime autoritário-militar pós-64. Talvez a mais importante seja a dos chamados *castelistas*, que formavam aquela corrente de oficiais de direita que havia ocupado posição central no planejamento e na execução do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Eles se agrupavam em torno do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, tendo-o como o seu candidato para ocupar o posto de Presidente da República, depois de consumado o Golpe. São egressos da Escola Superior de Guerra, um centro de altos estudos de temas ligados à questões militares, políticas, sociais e econômicas, sob uma perspectiva liberal ultraconservadora, sutilmente autoritária, mas ferrenhamente anticomunista e anti-trabalhista, isto é, antigetulista e antijanguista. Logo, sofriam influências das ideologias e estratégias (geo)políticas gestadas nos EUA e na França no contexto da Guerra Fria. Daí serem denominados de *sorbonnianos*, em alusão à Sorbonne que, durante o século XIV, foi o maior

centro de ensino e debates teológicos de toda a cristandade e que, desde o século XVI, é o núcleo principal da Universidade de Paris. Seus maiores expoentes foram, além do próprio marechal Castelo Branco, os generais Orlando e Ernesto Geisel, o general João Batista Figueiredo, bem como o coronel, e depois general da reserva, Golbery do Couto e Silva, entre outros que serão apresentados ao longo desta tese. Depois da morte de Castelo Branco, passaram a gravitar em torno do general Ernesto Geisel, que veio a se tornar o terceiro general-presidente do regime e a escolher o quarto general-presidente, sendo, por isso, igualmente chamados de *castelistas-geiselistas* ou simplesmente *geiselistas*. Para diferenciá-los dos outros oficiais golpistas de direita, ostensivamente autoritários, por isso taxados de *linha dura*, alguns analistas vêem os *castelistas* como moderados e antiautoritários. Logo, estes seriam contrários a qualquer forma de ditadura. Os oficiais *linha dura* e/ou *duros*, apesar de terem tido uma acentuada formação de comandantes de tropas, fora, portanto, da hoste elitista da ESG (ver pags. XXI e XXII), não deixaram de exercer papel central no movimento conspiratório que desembocou no Golpe de 1964, vindo inclusive a compor a cúpula de alguns governos do regime autoritário dele resultante. Os chamados *duros*, em que pese fossem também anticomunistas e antigetulistas ferrenhos, não se identificavam com o ideário liberal internacionalista proposto pela ESG e, tal como um partido militar, faziam oposição aos *castelistas* nas disputas à conquista da Presidência da República e dos ministérios. Não obstante se inclinassem mais para o ideário nacionalista, já haviam se distanciado deste devido ao fato do mesmo ter estado mais ligado, nos anos 50 e 60, às forças políticas civis de esquerda e centro-esquerda. Daí terem sido também, à exemplo dos *castelistas*, opositores dos oficiais nacionalistas históricos, não-golpistas, como, por exemplo, Estillac Leal, Horta Barbosa e Henrique Lott, ou até mesmo do golpistas Albuquerque Lima e Pery Constant Bevilacqua. Grosso modo, os *duros* constituíam toda e qualquer corrente de oficiais golpistas das Forças Armadas que não pertencia ao partido dos *castelistas*. Serão aqui, por vezes, denominados de *costistas* e *frotistas* os oficiais da *linha dura* que eram, respectivamente, próximos ao marechal Arthur da Costa e Silva e ao general Sylvio Frota, embora, como veremos, o segundo fosse um notório internacionalista, apoiando a maciça participação do capital estrangeiro na economia brasileira, bem como uma política externa totalmente alinhada com os EUA. A presente tese irá mostrar, porém, que o rótulo *duros* é muito genérico e não dá conta de outros grupos ou de outros oficiais das Forças Armadas que não concordavam com muitas das idéias e ações dos *castelistas*, mas que nem por isso podem ser tidos como *linha dura*.

Depois de esclarecidas as bases teóricas dos conceitos de *grande potência*, de *burguesia* e/ou *empresa nacional associada*, e de militares *castelistas* e *duros*, nos cabe, outrossim, explicar porque, no *capítulo 4*, utilizamos deliberadamente o termo *sistema militar* para designarmos o regime em questão. O recurso a tal conceito denota a existência em tal regime, seja de estruturas formais de poder de Estado (o Poder Executivo, a cúpula das Forças Armadas, os tribunais militares, os tribunais civis e o Parlamento, estes últimos manipulados pelo poder militar, incluindo, é claro, o aparelho repressivo estatal legal), seja o que se pode chamar de *estruturas informais de poder*, que abarcam os aparelhos secretos de ações repressivas, operados por oficiais de médio e baixo escalão, mas comandados pela cúpula das Forças Armadas, e os esquemas escusos e ilegais de movimentação financeira com empresas nacionais e multinacionais para a obtenção de recursos destinados à sustentação dos tais aparelhos repressivos. Esta prática de obtenção ilegal de recursos para o financiamento de órgãos informais de repressão acabou por envolver, numa regra de corrupção, civis e militares de todas as patentes, comprometidos com o regime, o que se constituiu numa das suas maiores contradições, pois uma de suas principais bandeiras era o combate à corrupção e a defesa da lisura no trato da coisa pública. É sabido que um bom número de industriais nacionais e representantes de empresas multinacionais contribuíram ilicitamente com os referidos órgãos de repressão, oferecendo dinheiro, equipamentos, informações, apoio logístico e profissionais especializados em tortura, pois entendiam que estes órgãos desempenhavam uma importante tarefa na luta anti-subversiva, sendo, portanto, fundamentais para o funcionamento e a sustentação do regime, isto é, para torná-lo forte e temido, mantendo-o de pé por mais de 20 anos.

AS QUESTÕES APRESENTADAS NOS TERRENOS DA ECONOMIA POLÍTICA E DA POLÍTICA EXTERNA

Num primeiro momento, examinaremos como que os governos do regime autoritário-militar, para não terem que prestar contas de seus atos à sociedade brasileira, conseguiam ir implementando uma modernização tecnocrática de coloração liberal de sua economia e, por isso, determinada pelos interesses econômicos de grandes conglomerados privados estrangeiros e nacionais associados. Demonstraremos no *capítulo 1* quais eram as premissas e as bases conceituais que permitiam aos governos militares justificar o deslocamento de decisões cruciais referentes a economia do país do terreno da arena política para as altas instâncias ‘técnicas’ do Estado, salvaguardando-as assim das influências de ideologias

(nacionalistas e esquerdistas) e da lógica da disputa político-partidária, comum num regime democrático representativo, pluralista e competitivo, ou, ainda, através da mobilização popular resultante da comunicação direta entre o Poder Executivo e as massas, esta última marcante no período dos governos nacionalistas populares. Deste modo, verificar-se-á se as decisões na área econômica durante o regime, deslocadas do âmbito da sociedade política para que não tivesse que enfrentar uma oposição constitucional, embasadas, portanto, em critérios supostamente *técnicos* e *não-políticos*, redundaram ou não na superação dos perenes entraves econômicos, políticos e sociais que mantinham o Brasil na condição de país subdesenvolvido, propiciando-lhe ou não um processo de desenvolvimento pleno, autosustentado e com um mínimo de autonomia capaz de transformá-lo numa grande potência.

Num segundo momento, conferiremos se, de acordo com Celso Furtado⁵, os planos econômicos dos governos do regime autoritário-militar proporcionaram ao Brasil a capacidade dele promover a “autotransformação” de seu sistema industrial, no sentido de fazer avançar o seu desenvolvimento de forma autônoma e sustentada, necessária para dotá-lo da capacidade de exercer influência sobre os países ricos e pobres, especialmente em período de guerra, ou, então, quando há uma grave crise econômico-financeira à escala do Globo. Em decorrência, nos cabe indagar se houve durante os governos militares investimento suficiente em áreas estratégicas, tais como a da educação fundamental e superior universais, da ciência e tecnologia, destinadas à formação de capital humano no campo da pesquisa científica e no desenvolvimento de tecnologia autóctone, bem como no aprofundamento da industrialização, via empresas nacionais, nos ramos de bens de produção e de capital, de armamentos, de transportes e energia, e, por fim, da produção necessária de alimentos para abastecer o mercado interno, tão essenciais para qualquer país se emancipar economicamente, tornar-se minimamente autosuficiente em áreas estratégicas e chegar efetivamente à condição de potência mundial.

Como os segmentos de bens de produção e de capital nacionais são vitais à economia de qualquer país pelo fato deles propiciarem uma consistente dinâmica interna de desenvolvimento, é imperativo conferir se o intenso crescimento econômico verificado no Brasil a partir de 1968 foi de uma característica tal capaz de conduzi-lo à autonomia e vanguarda tecnológicas nestes segmentos industriais, livrando-o daquele padrão de dependência assentado em ciclos industrializantes passivos e ultrapassados em relação aos países desenvolvidos. Será pertinente verificar se, depois de 20 anos de ditadura militar, o Brasil conseguira pular etapas, para usar uma expressão rostowniana, tão ao gosto dos

economistas que formularam e gerenciaram os planos econômicos do regime, e tornar-se mais maduro e mais autônomo no seu processo de desenvolvimento capitalista, colocando-se no mesmo estágio qualitativo, e não apenas quantitativo, de desenvolvimento agrícola, industrial, comercial, científico, tecnológico e cultural dos países do Primeiro Mundo, vindo a conquistar então o mesmo poder de influência destes na economia e na política internacional.

É fato que durante os governos militares pós-64 o Brasil passou por um processo de crescimento econômico intenso e acelerado, vindo a ocupar, em meados da década de 70, a posição de oitava economia do mundo. Todavia, internamente, este processo não denotou melhoramento dos indicadores sociais, nem mesmo autonomia política, econômica e financeira ao país, no sentido de lhe proporcionar mais poder para guiar seu próprio destino; E, externamente, o aludido crescimento econômico era movido por regras comerciais e financeiras estabelecidas pelos países capitalistas centrais, as quais tiveram sérias implicações: deterioração dos termos de trocas, cômoda dependência tecnológica, alto endividamento externo e interno, bem como o desequilíbrio das balanças comercial e de pagamentos, o que redundou na incapacidade do Brasil influir nos centros decisórios do capitalismo mundial. Nosso trabalho irá demonstrar como isso afinal ocorria ao mesmo tempo em que o país tornava-se mais industrializado. Para tanto, nossa abordagem far-se-á dentro de uma perspectiva estrutural, com a qual teremos condições de compreender o papel desempenhado pelo Estado no sistema produtivo durante os governos militares em conjunto com as grandes corporações multinacionais que instalavam no Brasil plantas industriais avançadas e de grande porte em setores mais dinâmicos, que cresciam a taxas mais aceleradas, transferindo para cá alguma tecnologia na área do gerenciamento de empresas, do *marketing*, da prestação de serviços e da produção industrial e agrícola, tornando mais moderna a nossa economia.

Contudo, há de se indagar se teria sido útil este aporte de tecnologia e de investimento direto na área industrial, no sentido de tornar o Brasil relativamente autônomo em fatores de produção e dotá-lo da capacidade de sustentar o aludido crescimento, fortalecendo suas indústrias de base, projetando e produzindo, por intermédio de institutos de pesquisa do Estado ou de laboratórios de empresas nacionais, bens de capital e produtos finais dotados de novas tecnologias. Ou as mesmas continuaram não sendo projetadas nem produzidas aqui, fazendo com que os desníveis comercial e industrial, bem como a dependência tecnológica do Brasil em relação aos países altamente industrializados, se consolidassem? Em outras palavras, com o modelo de crescimento econômico do regime autoritário-militar pós-64 o Brasil pôde tornar-se páreo para os chamados países desenvolvidos? Preparava-se aqui o

terreno que favoreceria o florescimento de uma burguesia industrial capacitada e interessada em escapar dos ardis impostos pelos agentes industriais e financeiros internacionais, extrapolando o círculo vicioso da dependência tecnológica e econômico-financeira, bem como do protecionismo reservado aos países capitalistas centrais? Ou esta burguesia nacional preferia compartilhar com os tecnocratas civis e militares do regime de uma segurança econômica imaginária, implícita nas políticas de ávida fruição da poupança externa e de alinhamento diplomático total com a maior potência capitalista do pós-Segunda Guerra? Mais ainda, teria este mesmo modelo econômico melhorado os indicadores econômicos e sociais gerais, com desconcentração da renda, menor desigualdade social, melhoria na qualidade de vida da maioria do povo brasileiro, e tornado o conjunto da mão-de-obra nativa minimamente qualificada com o aumento de seu nível de escolaridade? E, afinal de contas, o crescimento propiciado por este modelo econômico se traduziu em produção de conhecimento técnico e crescimento do poder político e militar da nação brasileira, no sentido de alçá-la à categoria de potência mundial? Enfim, as estratégias econômicas e diplomáticas dos governos do regime autoritário-militar possibilitaram ao Brasil a implantação de uma sólida estrutura industrial nacional afinada com o seu poder militar, a ponto de servir de suporte a uma possível projeção de poder do Brasil no mundo?

Ademais, o modelo de crescimento econômico adotado pelos governos do regime acabou permitindo ao Brasil condições para o fortalecimento e a preeminência de suas próprias indústrias no mercado interno, maior exportação de bens com alto valor agregado, dotados de alto conteúdo tecnológico autóctone, encetando assim uma sólida acumulação secundária interna? Ou então, como argumenta Furtado (*op. cit.*), o que o padrão de consumo que resultou deste modelo acabou estimulando foi a maciça “captação de poupança no exterior”, a qual, ao mesmo tempo que garantia aqui a demanda por produtos finais, projetados e produzidos pelas multinacionais, bem como a intensa importação de recursos financeiros, de bens de capital e de insumos industriais, também aumentava consideravelmente a dívida e a dependência externa do país, o que, por sua vez, não permitiu que alcançássemos “níveis mais altos de capacidade de autotransformação”, de autofinanciamento e de autosustentabilidade, deixando-nos, isto sim, extremamente vulnerável às crises externas?

E se a economia brasileira ficava extremamente vulnerável às crises externas, seria este o fator principal para o país não ter conseguido nas décadas de 80 e 90, e não vir conseguindo, como podemos testemunhar ainda no primeiro quinquênio do ano 2000, um desenvolvimento contínuo, consistente, autosustentado, com um mínimo de autonomia e com

requeridos índices de crescimento de, no mínimo, 5% ao ano, fundamental para qualquer nação como a nossa que queira atingir o *status* de potência mundial? Caso a resposta a esta última questão for afirmativa, poderia-se dizer que o que faltara aos generais-presidentes, aos estrategistas militares e aos planejadores econômicos do regime, que gabavam-se por possuir nos seus quadros de direção tecnocratas de alto nível, foi aquilo que é a marca inconfundível dos estadistas: ter visão de longo prazo e a determinação para defender os interesses da nação, entendendo aqui nação não apenas como a riqueza material, mas também, e acima de tudo, como a substância humana de um Estado? Não teria faltado, por exemplo, ao general Ernesto Geisel, tido como um estadista por alguns, no tempo em que ele foi presidente da Petrobrás e depois presidente da República, uma visão de longo prazo no campo dos transportes e da energia, deixando com que o Brasil ficasse, ainda na década de 80, totalmente dependente do petróleo importado (80% do que então necessitava) para fazer mover uma economia que vinha se industrializando de forma acelerada, porém capitaneada pela indústria automobilística e fincada no transporte rodoviário?

Num terceiro momento, abordaremos questões-chave relacionadas com a política externa dos governos militares, pois partimos do pressuposto de que não é possível levar adiante toda esta discussão no campo da economia política sem que se faça um atrelamento com a política externa e o posicionamento adotado pelo Brasil no sistema internacional na conjuntura da Guerra-Fria. Sendo assim, será imprescindível elaborarmos uma discussão centrada nos campos da segurança nacional, da estratégia diplomática e das políticas comerciais dos governos do regime autoritário-militar, assim como nos princípios que as sustentavam, ou seja, nas matrizes de seu pensamento e comportamento políticos no plano internacional, tanto no período de auge quanto no de arrefecimento da Guerra Fria.

Conforme o pensamento político elaborado pelo general Golbery do Couto e Silva em meados dos anos 50, o Brasil deveria estabelecer uma *aliança preferencial* com os EUA, tratando a URSS como um país agressor. Daí deriva as políticas externas dos governos do regime autoritário-militar, calcadas no princípio básico do *alinhamento automático* com os norte-americanos, fazendo com que a estratégia de contenção do comunismo no país e no continente latino-americano, por meio da doutrina de segurança nacional, ficasse totalmente atrelada com a estratégia global do imperialismo estadunidense, fundamentada nos conceitos de *guerra revolucionária* e de *contra-insurreição*. Tais postulados medraram o conceito de *interdependência*, o qual fez brotar uma nova concepção de soberania, pois, conforme Vizentini, “a noção de interdependência implicava a revisão do conceito de segurança nacional e a limitação do de soberania, em defesa da interdependência”⁶. A questão que se

levanta, então, é se seria possível estabelecer uma “interdependência horizontal” com os países do Primeiro Mundo, especialmente com os EUA, como queria o chanceler Azeredo da Silveira, ou, se de acordo com o historiador marxista, Caio Prado Jr, a interdependência se daria “num único sentido e sem reciprocidade”, constituindo-se, por conseguinte, em “dependência”⁷.

Mostraremos que estes princípios e conceitos que surgem com a política externa norte-americana para a América Latina no pós Segunda-Guerra estão intimamente atrelados, ou melhor, que eles servem como sustentáculos ao modelo de crescimento econômico adotado pelo Brasil e pela maioria dos países latino-americanos de 1964 até a primeira metade da década de 80. Ao mesmo tempo, discutiremos se os planos econômicos e as políticas externas dos governos militares brasileiros tinham ou não condições de tornar o Brasil “uma potência ouvida no concerto dos fortes e respeitada naqueles dos fracos”, tal como pregava o politólogo e jornalista, Oliveiros S. Ferreira⁸, verificando, deste modo, qual foi a posição dos governos militares ante os países socialistas, o *terceiro-mundismo*, o movimento dos *não-alinhados* e as guerras de libertação nacional das colônias européias na Ásia e África nas décadas de 60-70.

Complementando este tópico, ao fazermos comparações com as experiências de Índia e Finlândia, demonstraremos como as políticas externas dos governos do regime autoritário-militar brasileiro, ao ficarem demasiadamente alinhadas com as estratégias político-militares contrainsurrecionais e/ou contra-revolucionárias formuladas pelos *think tanks* dos governos Kennedy, Johnson e Nixon, também acabaram se constituindo num impedimento para o êxito do projeto do *Brasil Potência*.

No tocante ao grau de estatização da economia brasileira durante o regime autoritário-militar, cumpre levantarmos a seguinte questão: Se um Estado do tipo autoritário – como aquele implantado aqui no Brasil em 1964 – tinha, teoricamente, condições de adquirir uma considerável autonomia e, através de suas agências burocráticas tidas como *técnicas* e *apolíticas*, torná-lo capaz de atuar não apenas como um regulador da economia, mas também como um canalizador e organizador de um interesse supostamente *geral* para a nação, isso não poderia nos levar à idéia de que tais agências estatais estariam acima dos interesses das classes economicamente dominantes e demais classes sociais, como também chegariam até a se confrontar com os interesses das primeiras, supostamente pondo em xeque a hegemonia do capital privado e o regime da livre empresa, ocasionando o engessamento da economia nacional?

Se se admite que a intervenção do Estado na economia só fizera crescer durante o regime autoritário-militar brasileiro, isso poderia indicar que os governos militares eram nacionalistas e estatizantes, restritivos à entrada e atuação do capital estrangeiro na economia nacional, desfavoráveis à economia de mercado e ao espírito empreendedor do empresário privado, constituindo-se, então, num entrave para a reprodução do capital privado nacional e estrangeiro? Ou, conforme argumenta o general reformado e historiador marxista, Nelson Werneck Sodré, o Estado, no caso de países capitalistas subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, “*pode ser, também, o instrumento por excelência de desnacionalização da economia, de entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional*”?⁹

Portanto, nossa tarefa será a de demonstrar que a partir de meados da década de 60 até a segunda metade da década de 70 a interferência econômica do Estado num país de industrialização tardia, como o Brasil, passava a ser um instrumento de expansão das grandes empresas estrangeiras e do predomínio destas sobre os interesses nacionais. Nossa tese é a de que, conforme coloca Estevam Martins¹⁰, o tipo de capitalismo que se praticara no Brasil durante o regime autoritário-militar era o de um *Capitalismo de Estado*, pouco ou nada autônomo e que, por isso, não se constituía num empecilho à livre empresa, pois o Estado empreendia no mercado interno atividades de sustentação do setor privado (multinacional e nacional), garantindo a estes baixo custo de produção e provendo-lhes um exército de reserva de mão-de-obra barata, serviços subsidiários e insumos básicos a preços abaixo dos de mercado, por meio, inclusive, de políticas de arrocho salarial e de subsídios dissimulados. Se o Estado brasileiro teve no período uma considerável participação na vida econômica do país, esta participação não deve ser vista apenas do ponto de vista quantitativo, mas também e, principalmente, do ponto de vista qualitativo, pois em alguns setores e subsetores da economia o Estado ocupara espaços não-lucrativos a curto prazo, cujo retorno financeiro é de longa duração, além de assumir funções que ofereciam claras vantagens às empresas comerciais e industriais multinacionais. Além do mais, este modelo de capitalismo de Estado praticado no Brasil pela ditadura militar pós-64 era literalmente financiado pelo capital financeiro multinacional, o qual, vendo nos mandatários deste regime alunos aplicados à lógica e às normas do mercado financeiro internacional, realimentava sua voracidade por especulação e acumulação.

Para que o Estado brasileiro pudesse, no período em tela, desempenhar tais funções sem maiores entraves de ordem política e social, também caberia a ele reprimir com mão de ferro toda e qualquer forma de oposição interna. Só assim, o Estado nacional poderia

desempenhar outro papel que lhe era crucial dentro deste esquema: o de levar a cabo mecanismos de transferência de renda do trabalho para o capital, do trabalhador de chão de fábrica para a burguesia e pequena burguesia de colarinho branco, do setor público para o setor privado, do pequeno para o grande capitalista e até mesmo do capital nacional para o capital forâneo, através de suas políticas financeira, fiscal, tributária e salarial. Nossa tarefa será cumprida depois que tivermos compilado fatos econômicos concretos, dados estatísticos tanto quantitativos como qualitativos, e análises empíricas que comprovem essa tese.

Quanto ao governo Geisel, consensualmente tido como dos mais estatizantes e como aquele que teria promovido a alteração do padrão de expansão industrial do regime autoritário-militar com o seu II PND, é mister verificarmos qual a posição deste governo diante dos oligopólios multinacionais aqui instalados, principalmente aqueles ligados ao setor de bens de capital e de produção. Mais ainda, qual a sua postura no que diz respeito aos atrativos e incentivos propagados pela sua equipe econômica para atrair o investimento estrangeiro. Teriam sido estes atrativos e incentivos aqueles clássicos de um país subdesenvolvido: mão-de-obra barata, matérias primas abundantes e baratas, imóveis baratos, energia elétrica barata, privilégios cambiais, fiscais e tributários às empresas estrangeiras, fazendo assim com que o Brasil pendesse mais para a categoria do que Carlos Lessa chama hoje de um “*centro de custos*”¹¹ do que o de uma grande potência econômica? Ou traziam os *policy-makers* da área econômica do governo Geisel novos elementos que permitiriam ao Estado brasileiro e à iniciativa privada nativa promover um desenvolvimento industrial robusto, autosustentado e prolongado, favorecedor de indústrias vitais para a economia nacional, tanto aquelas tradicionais, produtoras de bens de consumo com baixo conteúdo de importação, quanto as mais avançadas, permitindo a estas criar tecnologias próprias, levando com isso à expansão dos salários e a um grande investimento na educação da população brasileira para a formação de profissionais qualificados, com índices de IDH e de PNB *per capita* elevados, colocando, enfim, estas coisas como imprescindíveis à pretensa *Aceleração do Desenvolvimento Social*, de acordo com as terminologias utilizadas pelo próprio governo no texto do II PND?

Last but not least, serão levantadas as contradições estruturais subjacentes ao padrão de crescimento econômico seguido pelos três primeiros governos militares, mostrando que não seria possível a Geisel reverter a posição dos pilares do chamado *tripé do milagre econômico*, mesmo porque a grande vulnerabilidade da economia brasileira ao mercado externo era resultante não apenas das crises conjunturais da economia internacional, em especial as crises econômico-financeiras de 1971, 1973, 1979 e 1982, mas das vicissitudes

estruturais do modelo econômico do regime. Será, pois, demonstrado como que as mencionadas crises ocasionaram uma repercussão profunda no *front* da política interna a ponto de vir a solapar aquilo que era tido como o principal sustentáculo da ditadura militar: os altos índices de crescimento econômico. Nesse sentido, ver-se-á que isso redundou nas pressões e desavenças internas provenientes dos vários segmentos empresariais nacionais que se constituíam num dos esteios do regime autoritário-militar, levando então ao seu término. Será analisado, pois, a relação direta que houve entre o ocaso do regime autoritário militar e as manifestações e ações políticas destes segmentos empresariais brasileiros, que faziam ou não parte do bloco de poder daquele, a fim de que se possa entender o porque da crítica ao estatismo, uma vez que este havia sido funcionalmente conveniente aos interesses e às necessidades do grande capital privado nacional e internacional até uma determinada fase do regime.

O ENFOQUE TEÓRICO NOS CAMPOS DA CIÊNCIA POLÍTICA E DA HISTÓRIA

Ao partirem da premissa que sustenta a teoria de que o Estado, numa sociedade capitalista, tem a função de arbitrar os conflitos entre as frações das classes burguesas dominantes e, em especial, os conflitos entre estas e as classes dominadas, tudo em prol do “bem comum” e do “interesse geral” da nação ou do sistema, alguns autores dedicados ao estudo do organismo militar sob a ótica da linha interpretativa liberal-funcionalista consideram que as Forças Armadas são bastante autônomas frente a todas as classes e frações de classes e, por isso, aptas para construírem um equilíbrio entre elas, constituindo assim uma espécie de poder moderador. Esta autonomia, que Guillermo O’Donnell¹² chama de “aparência de externalidade” – e outras propriedades semelhantes atribuídas pela visão liberal-funcionalista ao Estado nas sociedades capitalistas contemporâneas – tendem a ser transpostas para as Forças Armadas. Sendo assim, elas passam a ser encaradas como uma instituição com uma grande autonomia e vida própria e, portanto, como “um terceiro externo às relações sociais fundamentais” das sociedades capitalistas, distante e até acima dos interesses de classes, dos conflitos entre frações da classe dominante e da luta desta com as classes dominadas, enfim, das contradições políticas, ideológicas e sociais fundamentais destas sociedades, principalmente das sociedades capitalistas tardias, extremamente dependentes e com acentuadas desigualdades sociais.

Nossa concepção de Estado, e por extensão das próprias Forças Armadas, irá, portanto, partir da visão que O’Donnell¹³ tem da sociedade capitalista burguesa, a qual, grosso

modo, está assentada numa estrutura de classe que se fundamenta no funcionamento e reprodução das relações capitalistas de produção, sendo que “estas relações de produção constituem o âmago da sociedade civil”. E como compreendemos o Estado tal como faz O’Donnell, “da e dentro da sociedade civil”, ele deverá ser entendido como o eixo que “articula de maneira desigual os componentes da sociedade civil, apoiando e organizando o sistema existente de dominação social”. Então, ao invés de ser visto como o agente do interesse geral da sociedade, o Estado será reconhecido como o fiador da estrutura e da dinâmica de dominação desta. Noutros termos – e aqui fazemos uma alusão ao comentário que o historiador e professor livre-docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), José Jobson Arruda¹⁴, faz à concepção de Estado de Barry Supple no contexto da Revolução Industrial na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII: Apesar de sermos levados a reconhecer que o Estado Moderno tem uma certa autonomia e chega a moldar a sociedade em alguns aspectos, no fundo ele reflete “forças sociais particulares” e representa “grupos específicos de classes sociais”. Por isso, complementa Arruda, o mais correto é entender o Estado “como o arranjo institucional, utilizado por um grupo dentro da sociedade, para exercer a dominação política”.

Nesse sentido, partindo também das premissas de que as Forças Armadas se constituem no principal aparelho repressivo do Estado, pensamos, de acordo com Poulantzas¹⁵, que o seu papel é o de “manter a unidade e a coesão de uma formação social”, assegurando assim a “dominação de classes”. E, mais do que isso, como “não podemos analisar o poder militar na América Latina sem falar do Estado” (ROUQUIÉ, 1984)*, buscaremos abordar o Estado e as Forças Armadas numa sociedade capitalista tardia, extremamente desigual, excludente e dependente como a brasileira, por intermédio de obras de historiadores, sociólogos, economistas e cientistas políticos que os enquadram na linha do estruturalismo cepalino de Celso Furtado e Carlos Lessa, bem como na perspectiva de classe e da teoria da dependência de corte marxista, tal como a do já citado Guillermo O’Donnell e, fundamentalmente, a de Caio Prado Jr, Gramsci, René Armand Dreifuss, Florestan Fernandes, Mário Pedrosa, Nelson Werneck Sodré e Nicos Poulantzas. Este último, de acordo com o professor de Educação e Economia na Universidade de Stanford, Martin Carnoy, apesar de ver o Estado não simplesmente como um “objeto do poder da classe dominante, rejeita considerá-lo como “um sujeito que possui um poder abstrato próprio, fora da estrutura de classes”, tendo-o, ao contrário, como um local “inerentemente marcado pela luta de classes”,

um local “para a classe dominante organizar-se estrategicamente em uma relação com as classes dominadas”¹⁶.

Apesar de reconhecermos que as Forças Armadas brasileiras possuem autonomia e independência frente à sociedade civil, vemos esta autonomia e independência como *limitada* e não *grande* ou *total*, relevando assim as pressões e interferências das forças políticas e econômicas civis, nacionais e internacionais, sobre o estabelecimento militar, entre elas as pressões advindas dos governos de potências ocidentais, como mais importantes e determinantes para a conduta política dos militares dentro e fora de sua instituição.

Nos desviaremos, então, de um *approach* que tende a criar uma visão reducionista e fetichista da instituição castrense, considerando-a como totalmente autônoma, dotada de uma blindagem capaz de torná-la protegida das interferências externas e de um dispositivo interno auto-regulatório que, ao funcionar nos moldes, digamos, da formulação liberal clássica do mecanismo da *mão invisível*, é acionado automaticamente tão logo surjam as pressões externas e disputas intestinas, corrigindo-as e estabelecendo naturalmente a unidade interna. Seria portanto ingênuo acreditar que a instituição das Forças Armadas escapa das determinações externas, das pressões de grupos socio-econômicos e das disputas político-partidárias pela conquista do poder do Estado. Nesse sentido, não sustentaremos as abordagens que colocam que o comportamento dos militares se deve exclusivamente à características que são únicas à sua instituição.

Em outras palavras, se dermos uma ênfase maior no aspecto organizacional das Forças Armadas e se o enfocarmos de uma forma isolada, não colocando os fatores políticos externos à instituição militar no mesmo nível de importância analítica, corremos o risco de descontextualizar o regime autoritário-militar e apresentar a cúpula das Forças Armadas como capazes de construir de forma espontânea uma unanimidade interna em torno desta ou daquela ideologia ou concepção político-militar, deste ou daquele projeto político e econômico para o país e deste ou daquele país potência no cenário mundial, negando erroneamente que as disputas internas das Forças Armadas tenham uma correspondência com os interesses antagônicos da sociedade nacional (as disputas político-partidárias, as lutas entre o capital e o trabalho, os movimentos sociais de contestação do *status quo*, as reações a estes movimentos e os choques entre os interesses de frações da burguesia interna e o capital estrangeiro monopolista) e internacional (o conflito entre as superpotências dos blocos capitalista e socialista, as divergências entre as potências de cada bloco, bem como o conflito Norte-Sul).

Abordando também o regime autoritário-militar e o processo de abertura política dentro de um quadro em que a sociedade civil brasileira não está inerte, mas ao contrário, está

ativa e exerce pressões sobre as Forças Armadas e os governos militares, aguçando as suas contradições internas, acreditamos que possa ser traçado um caminho que enfatize o enfoque instrumental, mas negando a visão de que as Forças Armadas são passivas e que só atuam de acordo com a vontade e a necessidade dos civis. Seria excessivo considerar que a mentalidade e o comportamento político dos militares nunca é mais do que a consequência de agentes que lhes são externos. Reconhece-se, assim, que a instituição das Forças Armadas tem evidentemente um certo grau de autonomia e características únicas que a diferenciam das instituições civis, mas não a ponto de torná-la ideologicamente independente, politicamente autônoma e capaz de intervir na cena política contando somente com si própria, sem que haja uma relação concreta dela com as forças políticas e econômicas dominantes das sociedades nacional e internacional.

Desta forma, procuraremos contrabalançar o enfoque instrumentalista com o enfoque institucional-organizacional através do modelo explicativo fornecido pelo almirante Mário César Flores¹⁷, o qual entende que as incursões das Forças Armadas na vida política nacional são resultantes de um “amplo espectro de influências de fluxo duplo”: a formação e a psicologia dos militares e a influência que a sociedade civil exerce sobre eles.

No entanto, é importante salientar que utilizaremos esta abordagem da relação dos militares com a sociedade civil de uma forma crítica para justamente não cairmos no erro de reiterar a idealização e mitificação das Forças Armadas enquanto um *poder moderador*, enquanto uma instituição imparcial, representante de todas as classes sociais, em especial da classe média, e que, destarte, estaria acima das adversidades sociais, das pressões de grupos econômicos e das disputas do jogo político. Com este olhar, as Forças Armadas não aparecerá aqui como aquela que agregaria todas as classes sociais e apaziguaria os conflitos de classe, e, por conta disso tudo, com todo o direito e com todas as condições razoáveis para arbitrar os conflitos políticos e sociais que ocorrem na sociedade, intervindo alí a seu bel prazer. Crendo, como Philippe Ariès, que “cada nova época reordena e retrabalha a realidade histórica, introduzindo na História, desta forma, um elemento de nunca acabar”¹⁸, o nosso propósito vai de encontro a esta concepção não-positivista para que sejam derrubados mitos e estereótipos referentes à natureza do modelo econômico e à atuação individual de certas figuras proeminentes do regime autoritário-militar, focando não de forma isolada as aspirações e as ações políticas concretas destas figuras ‘esclarecidas’ e ‘competentes’ do regime, como se elas fossem os sujeitos da racionalidade global, mas contextualizando-as historicamente, ou seja, colocando-as ante as bases ideológicas e os poderosos interesses que as regiam em

paralelo com os condicionantes advindos das estruturas socio-econômicas, como também dos fatores políticos internos e externos.

Para tanto, no plano da política interna procurar-se-á demonstrar os aspectos marcantes das estruturas de poder econômico e político do país durante o regime autoritário-militar, as forças sociais que as compunham e a sua conjugação com o pensamento político e econômico em voga nas mentes das elites militares e civis então no poder, ou melhor, das classes sociais e dos grupos econômicos dominantes (nacionais e transnacionais) que naquele contexto se comunicavam diretamente com os centros de tomada de decisão do regime, assegurando, desta maneira, o atendimento de seus interesses. Deve-se, portanto, entender aqui por *elite*, aquela classe social minoritária, economicamente dominante, formada por várias frações que se organizam, se articulam e se integram, tornando-se coesas no sentido de defender os seus interesses materiais e políticos. Por possuir estas características, detém o controle direto ou indireto do poder do Estado e regula a sociedade, exercendo domínio ideológico e aplicando diversas formas de cooptação e coerção sobre as classes subalternas, obtendo, especialmente da pequena burguesia, obediência e apoio político.

Procuraremos, portanto, construir uma abordagem que se contraponha àquela narrativa que costuma sobrevalorizar e tecer louvores às lideranças militares do regime, em especial aquelas denominadas de “moderadas”, que teriam agido individualmente em prol do avanço político e econômico do país, arrogando-se a formulação de um *projeto nacional*, o que, no fim, nos levaria a desconsiderar os fatores de ordem institucional e estrutural que envolvem não só as Forças Armadas, mas toda a sociedade brasileira com seus sujeitos coletivos. E para realizarmos isso, nosso trabalho estará fundado não apenas em obras de autores cujo pensamento político e cujo enfoque são críticos com relação ao regime autoritário-militar, como também em revelações contidas em obras de autores adeptos do mesmo regime e até mesmo de seus ideólogos e dirigentes (transcrições de entrevistas, discursos, depoimentos, livros de memória, documentos oficiais de planos econômicos, etc) atentando para as contradições existentes em suas premissas, objetivos, argumentos, explicações e conclusões, para enfim confrontá-las com a realidade concreta, sendo esta ilustrada por dados socio-econômicos quantitativos e qualitativos, bem como por acontecimentos políticos e sociais que acabaram tendo implicações de curta e média duração sobre o regime.

Desta feita, paralelo a uma abordagem estrutural da economia brasileira no transcurso do regime, nosso trabalho irá se preocupar também com os acontecimentos externos resultantes das estratégias e dos movimentos das peças políticas e econômicas no jogo de xadrez do sistema internacional durante os anos 60 e 70, atentando para a influência dos

mesmos no pensamento e nas ações concretas dos homens que compuseram os centros tomadores de decisão dos governos militares. Trata-se, então, de se estabelecer uma base empírica, ou seja, de se arrolar os fatos políticos e econômicos (nacionais e internacionais) do período, colocando frente a frente as idéias, as aspirações e as ações concretas dos expoentes dos governos militares diante dos problemas da sociedade nacional e do sistema internacional, a fim de que se possa analisar o resultado concreto das mesmas. Numa alusão à Arruda, buscaremos, assim, “compreender as ações práticas dos homens [de Estado], os móveis que os animam, os fins que os norteiam, o seu universo simbólico e as significações que para esses homens tinham seus comportamentos e ações”¹⁹. Tal como Arruda, também entendemos que “o historiador opera diante de ações realizadas, cuja significação procura apreender”, abrangendo assim tanto as dimensões objetivas (as ações concretas dos homens) quanto as subjetivas (as interpretações e os significados dados àquelas ações).

É perceptível neste enfoque a influência de Caio Prado Jr, que, ao investigar a problemática do desenvolvimento e do crescimento econômico do Brasil contemporâneo, o faz dentro de uma perspectiva histórica, da Colônia à segunda metade dos anos 60 do século XX. Ao colocar como essencial a inclusão dos dados e fatos concretos que a História nos fornece, Prado Jr aborda as problemáticas do desenvolvimento e subdesenvolvimento enquanto um processo global e de conjunto, o que propicia um constante entrelaçamento entre presente e passado, refutando assim os economicismos calcados em modelos teóricos e analíticos altamente abstratos, geralmente com pouca ou nenhuma afinidade com a realidade específica de cada nação. Apesar da economia ganhar evidentemente uma saliência marcante num trabalho de História Econômica, fechamos com Prado Jr quando este afirma que o tema do desenvolvimento e, por extensão, do crescimento econômico, “penetra em cheio na historiografia”, uma vez que “é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e a solução acertada dos problemas atuais”²⁰.

Do mesmo modo que, como já tratamos antes na seção referente à abordagem metodológica de nosso objeto de estudo sob o enfoque teórico da Sociologia e da Ciência Política – propendendo neste caso considerar a atuação política dos militares brasileiros e as incursões das Forças Armadas na vida política nacional como resultantes de um “amplo espectro de influências de fluxo duplo” – no que tange à abordagem histórica, pretendemos evitar escrever uma história econômica arbitrariamente isolada do político e do social, observando, ao contrário, a complexa e dinâmica articulação do econômico com o político e com o social, seja a nível local ou global. Como assinala com pertinência Josep Fontana, “prescindir da política permite passar por alto as relações que possam existir entre conflito e

formas de organização da sociedade”²¹. A nossa dissertação em história econômica leva, pois, em conta os fatores sociais, o que implica reconhecer que em determinados momentos o poder político consegue se desencravar do social (por ex.: quando são baixados os Atos Institucionais e se aprofunda o insulamento dos centros de decisão nas áreas política e econômica durante os governos militares), mas que o social emerge, chega a arranhar o Governo e até a se reapropriar do poder político (por ex.: as greves de operários de Osasco e Contagem; a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em 1968; o avanço do partido da oposição consentida nas eleições de 1974; as demandas e manifestações públicas de entidades como a OAB, CNBB, ABI e UNE; o posicionamento de alguns segmentos importantes do empresariado privado, a partir daquele mesmo ano, contra a estatização, e de outro(s) a favor de políticas protecionistas à indústria nacional de base e, também, a favor da abertura política; os movimentos grevistas no ABC paulista em 1978-79; o movimento pela anistia; as manifestações contrárias à censura, à tortura e suas sequelas; a campanha pelas *Diretas Já* em 1984 e a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985).

Não deixamos de admitir que como um trabalho de história econômica de um período recente – e onde o fator político é expressivo – algumas de nossas respostas poderão ser conjunturais, ancoradas em fatos circunstanciais. Assim, mesmo podendo ser considerada como *história conjuntural* aquela que faz a característica subjetiva da política desfilar como destaque ao lado das estatísticas e análises econômicas, tal forma de abordagem histórica pode superar os movimentos de curta duração, sendo capaz de notar movimentos profundos da sociedade brasileira, ou seja, de apontar as raízes profundas das instituições nacionais, de analisar criticamente o pensamento, o comportamento e as manifestações do grande empresariado privado, bem como dos militares que articularam o Golpe de 1º de abril de 1964 e que vieram a dirigir o regime que se seguiu, ajudando a tornar legíveis a ideologia imperante e as estruturas políticas, sociais e econômicas da sociedade brasileira atual. Afinal de contas, o país apresenta ainda hoje instituições e indicadores sócio-econômicos que mantêm entraves nas esferas do social, da economia e da política, cujas raízes remontam à época do regime autoritário-militar, como, por exemplo, os alarmantes índices de violência policial cometidos contra um número majoritário de sua população que ainda é econômica, política e socialmente indigente.

Num dos editoriais dos *Annales*²², vê-se que: a cada nível de leitura de uma realidade histórica, a trama desta realidade aparece diferentemente. É exatamente aí que entra o nosso trabalho, cujo propósito é o de fazer uma releitura crítica para, enfim, construir uma abordagem questionadora da situação política e econômica do Brasil no período em que

vigorou o regime autoritário-militar, assim como da razão de seus dirigentes em encampar um projeto preevido de exaltadas expectativas, isto é, do sentimento ufanista de fazer do Brasil uma grande potência. Desta feita, buscaremos nos documentos primários e no conjunto da bibliografia já publicados os fundamentos para os nossos questionamentos, as nossas hipóteses e deduções, os quais irão compreender os resultados concretos daquele projeto para o país. Tal abordagem pode apontar aquilo que é específico do regime, aquilo que determinou a sua lógica e o seu *modus operandi*. Sendo assim, ela pode e deve também ser capaz de apontar aquilo que é constante na atitude e no papel político dos militares envolvidos com a criação daquilo que foi um dos baluartes no meio militar do movimento conspiratório de 1964 e do regime dele resultante, vale dizer: a Escola Superior de Guerra (ESG), a qual, embora fosse pensada para se ocupar especificamente de questões técnicas da área militar, na realidade envolvia-se com assuntos que diziam respeito aos interesses políticos e econômicos da burguesia nacional associada ao capital industrial-financeiro estrangeiro. Não é por acaso que a ESG é fundada em 1949, três anos após o seu equivalente nos EUA, o National War College, e dois anos após a Central Intelligence Agency (CIA). Deste modo, irá aflorar o elemento estrutural, isto é, aquilo que se constituiu no alicerce institucional, ideológico, social e político da ESG e do regime autoritário-militar, conformador do pensamento recorrente da cúpula de seus governos, tanto no plano da política quanto no da economia. Nesta relação dos elementos conjunturais com os estruturais, dos fatos que se sucedem num ritmo rápido com aqueles de duração média, como, por exemplo, a da permanência do regime por 21 anos, das instituições e das idéias que o movem, é claro que as contradições endógenas e autógenas do mesmo irão surgindo e o nosso trabalho visa destacá-las e analisá-las.

Isto posto, nos é possível questionar a visão de que o Golpe de 64, considerado por muitos como “revolução”, teria sido um fato natural, resultante do processo evolutivo da História do Brasil, além de inevitável. Tal visão também carrega uma retórica prévia de que a “revolução de 64” faria o Brasil evoluir, acabando com os obstáculos que o mantinham atrasado, econômica e socialmente, como se a nossa evolução econômica e social ou a de qualquer outra nação moderna ou contemporânea só pudesse se dar numa só direção, ou melhor, numa “linha de evolução única e predeterminada”, como salienta criticamente Josep Fontana²³. Além do mais, sob a ótica estrutural, é digno notar que no movimento da História do Brasil pós-64 não há rupturas, mas permanências. E ainda deve-se ter em conta que mesmo admitindo-se que, principalmente em termos de produção material, o Brasil evoluíra, que ele se modernizara, que houve neste campo progresso tecnológico e gerencial, mesmo assim, é lícito afirmar que em outras esferas, em especial na da política, do social e na da mentalidade,

o país não avançou e, não raro, chegou a se acomodar. Logo, em que pese algum fenômeno de ordem econômica ou técnico-científica tenha causado alguma(s) mudança(s), no Brasil pós-1964 o novo pôde continuar existindo, ou melhor, coexistindo com o velho nos âmbitos político e social.

Em decorrência, podemos reconhecer que o *establishment* político e econômico do regime autoritário-militar brasileiro teria mantido intocável o que Braudel considera como *estrutura*: “uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar”²⁴. Um exemplo disso é a nossa secular estrutura de posse da terra, altamente concentradora, a qual historicamente tem sido a base para a conquista e o controle do poder político em todos os níveis e para a obtenção e a preservação do poder econômico, dos privilégios sociais e dos direitos de cidadania de uns poucos em detrimento da maioria. Se supusermos que os governos militares não mexeram na secular estrutura agrária do Brasil, logo se deduz que o poder político das velhas oligarquias rurais não teria sido abalado com o Golpe de abril de 64, e sim reciclado. Por outro lado, deve-se reconhecer também que os governos militares aceleraram o processo de transformação da estrutura produtiva brasileira, tornando-a mais urbana, industrial e transnacionalizada. Só que este processo, como veremos, agravava a tendência à forte concentração de renda e de capital verificada desde o governo Kubitschek, podendo-se ver nisso o fator principal, de caráter estrutural, das crises sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira do início da década de 60, e, com efeito, da ascensão política das classes populares, então interrompida pelo Golpe de 64.

O próprio Braudel, inclusive, livra um trabalho de história política do rótulo de “história breve tradicional”, pois segundo ele, “a história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-lo”²⁵. René Rémond confirma esta asserção de Braudel, ao dizer que: “a história do político pode também incluir o estudo das estruturas, mas isso, ressalva ele, “apenas pelo viés das instituições”. Rémond vê os “fenômenos de cultura política” como “os mais perenes”, mas só podendo ser assim “compreendidos numa perspectiva de uma duração muito longa”. Rémond afirma ainda que “o interesse pelo político não é próprio da história recente” e que “não há identificação entre a história política e a história narrativa”, isto é, a “velha história arqueopolítica que era efetivamente centrada no relato”. E embora ele reconheça que a história política “atribua mais importância” ao *fato* do que as outras histórias, isso não pressupõe que a primeira se encerre inteiramente neste compartimento; E, mais, que “o fato não é o acidente e não se limita à superfície das coisas. A razão do *fato* introduzir na nossa visão a “contingência”, isso para Rémond, “é de grande importância”²⁶.

Não se trata, portanto, como adverte Frédéric Mauro, de se negligenciar no passado as manifestações de curto prazo, pois para ele é questionável podermos compreender uma estrutura “se não conhecemos bem a conjuntura a curto prazo que lhe é própria”. Além disso, Mauro – ao tratar de acontecimentos econômicos e não-econômicos, bem como de contingentes políticos e econômicos de curto prazo – coloca que “não existem, de um lado, acontecimentos políticos e, de outro lado, estruturas sociais e uma conjuntura econômica. Todos os fenômenos humanos”, sentencia Mauro, “podem ser estudados no tríplice plano do acontecimento (événementielle), conjuntural e estrutural, nisto consistindo essencialmente o trabalho da História”²⁷. Em suma, sem fatores eventuais, entendidos aqui como material empírico, não pode haver história, como veio a reconhecer mais recentemente Julio Aróstegui no seu livro, *A pesquisa histórica: teoria e método*²⁸. Mas é claro que este historiador espanhol alerta que um acontecimento só pode ser considerado como histórico quando produz mudanças significativas numa determinada realidade social.

Recorrendo ao que Rémond chama criticamente de “a tendência de simplificação que nos faz acreditar que as coisas deviam necessariamente se passar como o fizeram”²⁹, estaremos aqui questionando uma série de mitos e abordagens correntes naquela produção historiográfica que louva o regime autoritário-militar brasileiro e seus dirigentes, tais como:

a) a de que o Golpe Militar de 1964 foi providencial, pois que o país não teria se desenvolvido e nem teria alcançado altos índices de crescimento econômico se não estivesse sob as rédeas de governos ‘fortes’, aliados dos EUA; b) que a segurança nacional estava comprometida pela suposta ameaça comunista interna e externa, fomentada e orquestrada por URSS, China e Cuba; c) que o Brasil podia ‘perecer’ enquanto Estado-nação se não tivesse se alinhado incondicionalmente com os EUA no contexto da Guerra Fria; d) que a economia brasileira não teria assistido altos índices de crescimento se seguisse políticas externas que buscassem a diversificação e ampliação de parceiros comerciais, incluindo países do Segundo e Terceiro Mundos, deixando, portanto, de concentrar sua agenda comercial externa nos mercados dos países capitalistas centrais, em especial dos EUA; e) que o regime representava a classe média no poder e que os seus dirigentes, juntamente com suas equipes de governo, eram formadas por ‘técnicos apolíticos’ oriundos desta classe social e, por isso mesmo, ‘neutros’ e tecnicamente mais eficientes na administração pública; f) que os *tecnocratas* civis e os militares *internacionalistas*, integrantes da corrente *castelista* e egressos do complexo ESG-IBAD-IPES-Conclap, afinados com o pensamento econômico liberal, tinham um melhor entendimento do que o Brasil e seu povo precisavam para que o atraso socio-econômico fosse atacado de forma eficaz. Estariam assim estes tecnocratas mais bem preparados para colocar o

país no seletor clube das nações do Primeiro Mundo, sendo, portanto, este assunto uma questão de competência técnica e não de caráter político; g) que os militares *castelistas*, por estarem moral, intelectual e tecnicamente acima dos oficiais da *linha dura*, da comunidade política e de todos os segmentos democráticos da sociedade civil, constituíram-se, a partir de 1974, no vetor da abertura política; h) que a abertura política não foi um processo resultante das contradições dos modelos político e econômico do regime e das ações das ‘forças liberais’ da sociedade civil, pois que estas não teriam tido força suficiente para pôr fim aos governos militares, mas, ao contrário, que a abertura política resultou de um *projeto* formulado e posto em prática de forma unilateral pela elite militar *castelista-geiselista*, tida como ‘moderada’, antiautoritária; i) que, a partir de outubro de 1974, Ernesto Geisel teria iniciado a modificação do padrão de desenvolvimento do regime no sentido de tornar a economia brasileira minimamente autônoma e mais próxima dos preceitos nacionalistas estatizantes; j) que os governos militares teriam acertado em propiciar a modernização do país, mas que teriam errado ao exagerarem no grau de estatização da economia, o que teria sido uma das principais causas, senão a principal, do país não ter chegado a atingir o pleno desenvolvimento econômico e social, nos moldes de uma potência capitalista liberal.

Antes de encerrarmos esta introdução, seria oportuno inserirmos aqui dois fragmentos de documentos primários impressos e alguns comentários a respeito dos mesmos. O primeiro refere-se ao já citado documento elaborado em 1970 pela cúpula do governo Médici, METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO. Já o segundo, é um trecho do discurso feito pelo general-presidente, Ernesto Geisel, na reunião ministerial de encaminhamento ao Congresso Nacional do II PND, em 10 de setembro de 1974.

No primeiro texto, o *establishment* do terceiro governo do regime autoritário-militar diz a que tinha vindo, colocando que

“O crescimento do final da década dos 50 não conferiu sentido autêntico ao desenvolvimento nem à democracia, não obstante o considerável progresso industrial realizado [...]. A Revolução veio para dotar o país das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando, assim, a sua viabilidade como **grande potência**”³⁰.

No texto referente ao discurso do presidente Ernesto Geisel, está colocado que após dez anos de regime autoritário-militar o Brasil havia amadurecido bastante o suficiente para que pudéssemos

“encarar tranquilamente o futuro que já está próximo de nós, escudados na confiança em que ultrapassaremos, sem grandes delongas, a fronteira do desenvolvimento pleno, graças ao elevado coeficiente de racionalidade, aceitação das verdades mesmo duras e de um sereno pragmatismo responsável que vão permeando, de alto a baixo da estrutura social, as camadas da população deste Brasil renovado [...].

A perspectiva que o II PND abre ao país, se verificado um mínimo necessário de normalidade na situação internacional, revela, ao fim da década, um país com dimensões de potência emergente e estrutura social substancialmente melhorada”³¹.

Um dos pontos nevrálgicos que o nosso trabalho procurará expor é o de que os generais-presidentes e suas equipes de governo não tinham como extirpar os condicionantes político-econômicos restritivos, de ordem estrutural, ao projeto de nação-potência, pois que os mesmos estavam embutidos no nervo do modelo de crescimento econômico implantado logo após o Golpe de 64. Explicaremos, então, os motivos que impediram os cardeais militares do regime de conseguir atingir os objetivos colimados, não salvaguardando o crescimento acelerado e tampouco se desembaraçando dos defeitos estruturais e institucionais que continuavam a encher a cena da economia política brasileira, ficando, enfim, incapacitados de fortalecer o Poder Nacional e tornar de fato o Brasil uma *grande potência*.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

- ¹ Presidência da República. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, setembro de 1970. Nova impressão: janeiro de 1971, p.15.
- ² Robert W. Cox. “Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method” in *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Edited by Stephen Gill. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993, pp.59.
- ³ *Idem*.
- ⁴ Antonio Gramsci. *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: E.C.B., 1968, pp. 191-192. Apud: Gerson Moura, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980, p.41.
- ⁵ Celso Furtado. *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp.21-43.
- ⁶ Paulo Fagundes Vizontini. *A Política Externa do Regime militar*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRS, 1998, pp.31-3.
- ⁷ Caio Prado Junior. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: editora brasiliense – 5ª edição, p.199.
- ⁸ Apud: Paulo Fagundes Vizontini. *Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.42.
- ⁹ Nelson Werneck Sodré. *Brasil: Radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- ¹⁰ Carlos Estevam Martins. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- ¹¹ Carlos Lessa em entrevista dada ao jornal *Gazeta Mercantil*. São Paulo, de Sexta-Feira, 20, e Fim de Semana, 21 e 22 de agosto de 2004.
- ¹² Guillermo O’ Donnell. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990, p.27.
- ¹³ Guillermo O’ Donnell. *Tensões no Estado Autoritário-Burocrático e a questão da democracia*. Capítulo 7 do livro de David Collier, *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ¹⁴ José Jobson de Andrade Arruda. *A Grande Revolução Inglesa, 1640-1780*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.65.
- ¹⁵ Nicos Poulantzas. *Classes in Contemporary Capitalism*. London: New Left Books, 1975.
- * Referência a Alain Rouquié. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
- ¹⁶ Martin Carnoy. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus Editora, 2001, p.161.
- ¹⁷ Mário César Flores. *Bases para uma Política Militar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ¹⁸ Apud: Jean Glénisson. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979 – 3ª edição.
- ¹⁹ José Jobson de Andrade Arruda & José Manuel Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: Edusc, 1999.
- ²⁰ Caio Prado Junior. capítulo I, *História e Desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. Tese de Livre-Docência na FFLCH da USP, 1968. São paulo: Editora brasiliense – 3ª edição, 1989 – 2ª reimpressão, 2001.
- ²¹ Josep Fontana. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998, pp.174-75.
- ²² in Annales ESC, 1989. Apud: José Carlos Reis, *Da “história global” à “história em migalhas: o que se perde, o que se ganha*. Unidade 4 – texto 1, p.195 do livro *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Guazzelli et al (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- ²³ Josep Fontana. *Op. cit*.
- ²⁴ Fernand Braudel. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença – 4ª edição.
- ²⁵ *Idem*, p.22.
- ²⁶ René Rémond. “O Retorno do Político” in Agnès Chauveau & Philippe Tétart (orgs.), *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999 - capítulo 3.
- ²⁷ Frédéric Mauro. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 3ª edição 1973, pp.21-2.
- ²⁸ Julio Aróstegui. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006, pp.331-35.
- ²⁹ Apud: Yves Déloye. *Sociologia histórica do político*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ³⁰ METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO. Presidência da República. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, setembro 1970. Nova impressão: janeiro de 1971, p.4 – grifo nosso.
- ³¹ Ernesto Geisel. *Discursos - Volume I*, 1974. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1975, pp.126 e 129.

CAPÍTULO 1

O REGIME AUTORITÁRIO-MILITAR E A TECNIFICAÇÃO DA POLÍTICA

“Quando as idéias são embaladas como tecnologia, as pessoas estão mais suscetíveis a aceitarem-nas sem questionamento do que quando são propostas abertamente como ideologia.”

(Jaron Lanier, cientista da computação, pioneiro na pesquisa com *realidade virtual*, sendo reconhecido como responsável por cunhar este termo. Entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 2006, pg.10 do caderno “*Mais*”)

O nosso propósito neste primeiro capítulo é fazer uma reflexão crítica a respeito da visão de política que tinham os dirigentes do regime autoritário-militar pós-64, a qual permeia o modelo econômico que o acompanhava, ressaltando, de início, como a instância da política sofreria uma desfiguração proposital.

A desfiguração do espectro político brasileiro pré-Golpe de Estado de 1964

Em sua obra, *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*, Florestan Fernandes explica que logo após a Segunda Guerra Mundial os cientistas sociais conservadores dos EUA davam início a formulações teóricas que visavam atenuar, através de “operações semânticas”, a natureza de regimes ditatoriais civis e militares de direita, notoriamente anticomunistas e antidemocráticos, existentes em países intermediários do bloco capitalista, como, por exemplo, as ditaduras de Salazar em Portugal e de Franco na Espanha, que passaram então a ser denominadas por Carl J. Friedrich e Zbigniew Brzezinski de “**ditaduras ‘técnicas’** e ‘instrumentais’ para a defesa de democracias fortes”¹. Além destas ditaduras ibéricas direitistas, aliadas dos EUA, também se enquadrariam nesta conceituação os regimes autoritários militares análogos que despontariam nas décadas de 60 e 70 na América Latina.

Em consonância com estes artifícios dessemantizadores, as correntes militares que tomaram o poder no Brasil em abril de 1964 traziam consigo uma retórica política de raiz positivista onde se encontrava o que podemos chamar de *ideal do mérito* e da *competência* do oficial militar *profissional*, que se gabava de não contrair o “vírus politiqueiro”². Este tipo de oficial era defensor daquilo que o jornal *O Estado de São Paulo* uma vez chamou de “Exército técnico”, o qual seria composto por uma tecnocracia militar considerada moral,

intelectual e profissionalmente superior às organizações sociais, político-partidárias e econômicas dirigidas por civis não tecnocratas, em especial aqueles políticos denominados ‘populistas’, de inspiração social-democrática, nacionalista ou socialista, já que estes últimos eram vistos como caracteristicamente marcados pela incompetência e, de acordo com as palavras de Roberto Campos, pela “inapetência para o Governo”³.

Noutros termos, além dos social-democratas e socialistas, os políticos e intelectuais afinados com o ideário nacionalista popular estariam despreparados para colocar o Brasil nos trilhos do ‘progresso’ e/ou de inseri-lo numa etapa superior do desenvolvimento capitalista (industrial-financeiro, monopolista e de dimensão global), etapa esta considerada como resultante de uma evolução natural e inevitável das sociedades humanas modernas e contemporâneas, e cujo paradigma repousava nos ditames de uma visão economicista da história, de raiz liberal, vantajosa à livre empresa e ao livre mercado, em voga na maior potência industrial, agrícola, financeira e militar do mundo pós-Segunda Guerra.

Tal idéia de progresso tornava-se paradigmática porque, com o resultado da Segunda Guerra, os Estados Unidos tinham acumulado uma grande reserva de popularidade, prestígio e, é claro, de poder. Aproveitando-se da posição hegemônica e do prestígio hercúleo dos EUA diante da opinião pública do mundo ocidental com a vitória do *capitalismo liberal* e da *democracia liberal* sobre os *totalitarismos nazifascistas*, os oficiais militares que haviam tomado parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra, combatendo ao lado dos americanos contra as tropas nazi-fascistas na Itália, voltam ao Brasil ovacionados como os arautos da democracia. Envolvidos então pelo véu de defensores da democracia liberal, os militares *febistas* passam a se caracterizar como contrários a qualquer regime totalitário ou autoritário de tendência antiliberal, chegando a adquirir a condição de elementos relevantes nas coligações que viriam a fazer, a partir de 1946, com as frações mais conservadoras das elites civis do Brasil, cada vez mais antiesquedistas e pró-americanas e avessas às idéias de socialismo, nacionalismo popular e até mesmo de democracia, principalmente a de estilo popular, social e/ou plena.

Desta feita, os dirigentes do regime resultante do Golpe de 1964 criticavam com desenvoltura o arranjo político democrático de massa que vigia no Brasil desde 1950, desqualificando-o como instável e atrasado, comandado por líderes *populistas carismáticos*, ‘ditadores’, ‘personalistas’, ‘corruptos’, ‘demagogos’, supostamente influenciados pelo comunismo, sem os coetâneos conhecimentos técnicos de governança e, por conseguinte, sem competência para gerirem os negócios públicos face às exigências da sociedade brasileira e do mundo no contexto do pós Segunda Guerra. O conceito de populismo estava, portanto,

sempre impregnado de tintas pejorativas em vários aspectos, a ponto de extrapolar a esfera da moral, do domínio do conhecimento tecnocientífico e da competência administrativa, pois a crítica aos governos democráticos de base popular e com coloração nacionalista, que vinham predominando de 1950 a 31 de março de 1964, acabava por confundí-los com os conceitos de *fascismo* e/ou *totalitarismo*. Basta lembrar que os oradores do comício da Marcha pela Família em São Paulo, em 19 de março de 1964, criaram o termo “nazicomunismo” para se referirem ao governo Goulart e aos grupos políticos que o apoiavam⁴. O resultado disso, arremata Fernandes, é a rejeição e o ataque a governos democráticos ou nacionalistas progressistas e populares, apoiados por forças esquerdistas, confundindo-os com os regimes *totalitários*⁵.

Numa das manifestações do marechal Castelo Branco antes do Golpe de 1º de abril de 1964, confirma-se que ele e seu partido militar fertilizavam as baralhadas semânticas no campo da ideologia política a que se referiu Florestan Fernandes. Quando, por exemplo, a Frente de Novembro (uma arregimentação de militares e civis numa Força Popular e Nacionalista que pregava a emancipação social do povo e a emancipação econômica do Brasil) emite um Manifesto à Nação em meados de 1956, Castelo a acusa de pretender promover a desagregação das Forças Armadas “pelo processo odioso do expurgo dos que lhes são contrários e pela sujeição dos que fiquem a seu serviço”, rumando, então, segundo ele, em direção ao “regime **totalitarista**, de natureza **comunista** ou **nazista**”. Num outro evento ocorrido no final de 1956, em que a mesma Frente de Novembro faz uma homenagem ao então ministro da Guerra, Henrique Lott, entregando a ele a insígnia da Espada de Ouro, Castelo Branco associa este ato à ideologia *nazista*⁶.

Juntamente com Castelo Branco e seu partido militar, o ramo civil-empresarial da direita liberal brasileira também se manifestava no mesmo diapasão. Uma demonstração clara disso é a declaração de Eugênio Gudín, publicada no *Jornal do Comércio* de 16 de julho de 1961, na qual ele dizia que:

“O que realmente querem os nossos partidários de uma economia planificada pelo Estado é uma economia dirigida e comandada por eles. Vejam-se as figuras representativas dessa corrente de opinião entre nós: são o ranço da ditadura, do integralismo e do comunismo, tudo sob a capa do ‘nacionalismo’, para esconder sua verdadeira ambição, que é a de ‘mandar um pedaço’, ao sabor de suas preferências, de sua política, de seus amigos, de sua família”⁷.

Esta era uma forma inteligente de provocar nos setores alienados da sociedade civil e nos grupos legalistas, não-golpistas, das Forças Armadas uma reação de repúdio às idéias e às atuações políticas do operariado urbano e rural sindicalizados e das agremiações e lideranças políticas reformistas (de centro-esquerda) e revolucionárias (de extrema-esquerda) que estavam entrosadas com o governo nacional popular de João Goulart.

Ao falar de ditaduras “sindico-comunistas”, não é difícil adivinhar para quem o marechal Castelo Branco imputava esta pecha. E não se pode negar por completo que havia chances de que algumas facções e personalidades políticas podiam vestir essa carapuça e até instaurar um regime deste tipo ou próximo deste tipo no Brasil de então, como era o caso de Leonel Brizola. Mas, quem Castelo Branco estava inculcando de ditaduras “fascistas”? Havia no quadro político brasileiro da época forças ou personalidades políticas a quem cabia tal conceituação?

Nenhuma análise detida sobre o quadro político brasileiro da época demonstra haver a presença de forças políticas com estas características capazes de tomar então o poder, particularmente nos agrupamentos políticos que eram opositores das forças civis e militares liberal-direitistas da qual fazia parte Castelo Branco e seu grupo. Aliás, Viana Filho fala da existência de duas organizações de extrema direita, uma com o nome de Liga Democrática Radical (*Líder*), presidida por um tal de Luis Mendes de Moraes Neto, e uma outra, chamada de Movimento Anti-Comunista (*MAC*), as quais, segundo ele, teriam sido aliadas do poder após a “Revolução” de 64 por serem extremistas e de caráter nazi-fascista. Mas isso, pode ter acontecido principalmente com a *Líder* por força de sua ligação com Carlos Lacerda, que logo entrou em atrito com o primeiro governo do regime autoritário-militar e depois veio a romper com ele, visto ter havido a prorrogação do mandato de Castelo Branco e as eleições para a Presidência da República terem se tornado indiretas⁸.

O doutor em Ciência Política pela Universidade de Glasgow, René Armand Dreifuss, por sua vez sugere que havia uma relação do *MAC* com o complexo *IPES/IBAD/ESG*, dizendo, a propósito, que

“em fevereiro de 1962, dois membros do IPES, Gilberto Hubert Jr e Golbery do Couto e Silva, estavam sendo apontados como comprometidos com o Movimento Anti-Comunista – *MAC*”⁹.

Além disso, um texto produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) aponta que quando surgiram, em 1965, as candidaturas de Hélio de Almeida (PTB-PSB) para o governo da

Guanabara e de Sebastião Paes de Almeida (PSD) para o governo de Minas Gerais, tidos como opositos ao Golpe de 64, a *Líder* e o *MAC* teriam entrado em cena para engrossar as pressões que a UDN fazia sobre Castelo Branco para que fosse aplicada a Lei das Inelegibilidades para ambas as candidaturas, o que o marechal-presidente acabou fazendo, impedindo assim os dois candidatos indesejados pelo regime autoritário-militar a participarem das eleições de 1965¹⁰.

Constata-se, deste modo, a habilidade dos grupos civis e militares de direita que vieram a dar o Golpe de Estado de 1964 no sentido de colocarem os nacionalistas, comunistas, integralistas, fascistas, trabalhistas e pessedistas getulistas num mesmo saco de gatos, associando-os à coisas que eram louváveis de serem contestadas: o totalitarismo, a corrupção, o fisiologismo, o clientelismo, a incompetência administrativa e o nepotismo da burocracia estatal.

Estavam aí criadas as condições ideológicas e políticas que abririam espaço para o marechal Castelo Branco e seus seguidores entrarem em cena e instaurarem, em nome de uma “democracia forte”, sua ditadura “técnica” e “instrumental” com o objetivo supremo de impedirem o avanço do Brasil em direção a uma democracia plena e de enquadrarem-no numa via ultraconservadora que, no seu modo de ver, o levaria então a atingir um estágio de desenvolvimento econômico avançado, semelhante à de uma potência capitalista liberal.

O mito da imparcialidade política e da superioridade técnica do militar profissional no governo do país

Como notou Octavio Ianni, os militares do movimento golpista de 1964 previam a modernização econômica do Brasil calcada em um “novo estilo de liderança” dito “racional”, “eficaz” e fundado na “organização”, na “segurança”, “estabilidade” e “governabilidade”¹¹. Estes conceitos caíam bem àqueles militares porque eles se consideravam como os mais bem preparados para resguardar a ordem e expressar os valores morais e os anseios sociais que representariam o desiderato da nação brasileira. Pelo fato de serem presumivelmente dotados de sentimentos nobres e virtudes elevadas, contrários que eram às denominadas *manobras da politicagem*, estes militares acharam-se no direito de fazer política por intermédio do uso da força para conter as demandas por reais mudanças nas anacrônicas estruturas da sociedade brasileira, mudanças estas que eram requeridas pelas classes trabalhadoras organizadas e pelos segmentos progressistas da classe média urbana. Era como se os oficiais militares que planejaram e executaram o Golpe de Estado de 1964 tivessem o monopólio de uma ciência

que desvendaria as reais necessidades do país, tirando-o do atraso social e econômico. Ou, então, mais do que isso, era como se sómente estes militares gozassem da competência técnica da governança e até mesmo da defesa dos interesses nacionais. Alusões feitas ao nacionalismo seriam justificadas como defesa contra a alegada ameaça do comunismo, mas não contra o imperialismo capitalista. Em contraposição ao primeiro, recorria-se a uma retórica nacionalista, xenófoba até, mas contra o segundo esta retórica era sufocada. Portanto, em se tratando dos discursos e dos atos políticos dos governantes militares pós-64, é mais apropriado falar em patriotismo do que em nacionalismo. Não era, pois, acidental que aqueles militares dissessem que a sua intervenção na vida política do Brasil fora então feita para a preservação dos “superiores interesses da pátria” e/ou dos “interesses maiores da nação”.

Tanto a retórica político-ideológica dos líderes do Golpe de 1964 quanto o formato e até a operacionalidade do regime que eles instalaram em seguida, tinham a intencionalidade de distingui-lo dos regimes que o precederam, tivessem sido estes democráticos ou autoritários. Desse modo, como o regime político resultante do Golpe trazia consigo o germe do autoritarismo e iria, inequivocamente, desembocar numa ditadura plena de tipo militar, esta também teria que vir acompanhada por um invólucro capaz de encobri-la. Antes de mais nada, tal invólucro foi adornado pelo pretexto de uma ditadura momentânea, um mal necessário para “arrumar a casa”, mas que dizia negar a ditadura permanente. E depois, o referido regime seria enredado, no que se refere à operacionalidade de sua estrutura de poder, pelo revezamento dos generais de quatro estrelas no cargo de presidente da República, tendo eles, portanto, um prazo definido para ficarem no comando do Poder Executivo. Isso faria com que se tivesse a impressão de que no regime pós-64 havia uma alternância do poder, semelhante a uma democracia liberal, evitando assim com que ele fosse confundido com uma ditadura pessoal e longa, semelhante a de Getúlio Vargas com o Estado Novo.

Segundo o crítico de arte, jornalista político e militante trotskista, Mário Pedrosa, regime autoritário-militar pós-64 era uma segunda investitura de estilo bonapartista no Brasil. Se estiver correta esta denominação, o novo regime teria de se distinguir do *bonapartismo* clássico, que se assentava no poder pessoal e duradouro de um caudilho carismático e popular, de um velho tenente e/ou coronel nacionalista ou até mesmo de um general e/ou marechal *troupier* com laivos nacionalistas. Desta feita, como argumenta Pedrosa em sua obra, *A Opção Brasileira* (1966), o bonapartismo do regime pós-64 foi “impessoal”, por fazer do Exército nacional a base de seu poder. Assim, prossegue Pedrosa, o bonapartismo dos governos deste regime foi se transformando numa “ditadura burocrática” e institucional.

Pedrosa, que chegou a lecionar Arquitetura na Universidade do Brasil e, depois de exilado, na Escola de Belas Artes de Santiago, no Chile, sustenta que para se instaurar e se firmar, o regime em questão teve que escorar seu poder principalmente nas “forças externas, não nacionais”, assim como num Exército dito *profissional*, comandado por altos oficiais egressos da Escola Superior de Guerra (ESG), dados como *técnicos, éticos e apolíticos*, mas que, desde 1954, se encontravam no meio do redemoinho da política, atuando como agentes do imperialismo norte-americano e das frações da burguesia nacional que tinham com este fortes vínculos. Em suma, o *bonapartismo* às avessas do regime pós-64 firmou-se, segundo Pedrosa, pela “adesão incondicional a uma potência”, para não dizer *superpotência*, dependendo fundamentalmente do apoio econômico-financeiro e político-diplomático desta.

Para que se compreenda esta alusão ao termo bonapartismo aqui utilizado, cumpre esclarecer que tal termo não se refere apenas à política interna de um país, onde há um regime político autoritário, comandado por um governante centralizador, o qual se superpõe aos mecanismos internos de controle liberal-democrático ou democrático-popular para, com o consentimento da burguesia, garantir o atendimento de seus interesses – como denotam os casos da França de Napoleão Bonaparte e Napoleão III, e do Brasil no período da ditadura militar – mas também e principalmente no que toca a sua acepção externa, implicando então na consecução de uma política de poder por parte de um Estado-nação frente a outros Estados. Esta acepção novamente nos faz remontar à França de Napoleão Bonaparte como forma de comparação com o Brasil da ditadura militar. Com este propósito, é mister recordarmos que Napoleão Bonaparte, por sinal um ditador carismático e popular, buscava consolidar o objetivo revolucionário pós-1789 de tornar a França uma *Grande Nação*, com o apoio das burguesias industrial, financeira e agrícola nacionais, ávidas por tornar o continente europeu seu mercado cativo. E, para tanto, Napoleão e a burguesia francesa formulam projetos econômicos, militares e (geo)políticos próprios, o que os habilita a enfrentar as principais potências rivais européias do século XIX, tanto as velhas, defensoras do *Ancien Régime*, quanto aquela que dera supremacia ao liberalismo e na época era a mais poderosa em termos industriais e comerciais, a Inglaterra. No tocante ao Brasil do regime autoritário-militar, ao contrário, ver-se-á que os seus dirigentes e as frações da burguesia nacional que os apoiava limitaram-se a seguir um projeto de *nação-potência* que nada mais era do que um subproduto de doutrinas e estratégias militares, políticas e econômicas impopulares, formuladas pela superpotência capitalista liberal do pós-Segunda Guerra Mundial.

Os dirigentes de tal regime trabalhavam então para a consecução de determinados fins econômicos e políticos, dourados pela imparcialidade e racionalidade técnica do militar

profissional e do tecnocrata civil liberal avessos a regimes nacionalistas populares, favorecendo assim os interesses de grupos políticos, classes sociais ou frações das classes dominantes nativas vinculadas ao grande capital industrial-financeiro estrangeiro, às expensas de outras classes sociais ou frações da burguesia local, que, segundo Rizzo de Oliveira, teriam outros projetos “possíveis e alternativos”¹².

Como ficará evidenciado neste e noutros capítulos, as elites militares e civis conservadoras que tomaram o poder em abril de 64 faziam a apologia do que será aqui chamado de *tecnificação* da política. Esta seria uma estratégia que facilitaria a concretização de um objetivo político da burguesia nacional cosmopolita, associada ao capital transnacional, a saber: o de ajustar a modernização do Brasil a uma nova fase do modo de produção e exploração capitalista – que vinha se desenrolando desde a década de 50 em nível global, sob a batuta dos EUA. Tal fase do capitalismo mundial pode ser definida como uma nova etapa do imperialismo econômico em que se processava uma expansão ainda mais intensiva e extensiva do capital oligopolista que de épocas anteriores, com a necessidade dos conglomerados industriais-financeiros multinacionais dos países capitalistas centrais derrubarem qualquer forma de barreira impeditiva de tal percurso. Ou seja, tratava-se de atrelar o desenvolvimento industrial brasileiro às novas necessidades de expansão e acumulação de capital, em escala cada vez maior, dos referidos conglomerados multinacionais através da transferência de parte da produção física destes, nos moldes do fordismo, para o interior dos países da periferia que oferecessem segurança e maior rentabilidade, *vis-à-vis* a um afluxo de capitais de investimentos indiretos, na forma de empréstimos em moeda dolarizada. Ao transferirem parte da produção industrial ao Brasil por intermédio das filiais de suas grandes empresas, os países desenvolvidos ganhavam, outrossim, com o domínio do mercado interno e com as operações provenientes dos empréstimos financeiros e das vendas de componentes, máquinas e equipamentos.

Tendo em conta que no Brasil de meados da década de 50 até o início da de 60 as corporações multinacionais e as empresas nacionais a elas associadas estavam tornando-se as forças sócio-econômicas dominantes no cenário nacional, mas que, em contrapartida, as classes operárias urbanas estavam concomitantemente crescendo e adquirindo maior capacidade de mobilização durante este período de intensa industrialização, era imperativo impedir qualquer modificação na correlação de forças sociais e políticas que viesse a favorecer estas últimas e que pudesse atravancar então um desenvolvimento capitalista selvagem acelerado com elevadas taxas de mais valia e a penetração maciça do capital industrial-financeiro estrangeiro.

Uma vez que, após a Segunda Guerra, o grande capital industrial estrangeiro de estilo fordista necessitava expandir suas operações produtivas e comerciais de caráter monopolista não só dentro do Brasil como também dentro de outros grandes países dependentes da periferia a fim de tirar partido da vantagem relativa do tamanho de seus mercados internos, da exploração direta da força de trabalho barata, da proximidade das fontes de matérias-primas, dos benefícios fiscais e creditícios ofertados por governos benévolos, bem como da garantia de se obter neles medidas protecionistas para o controle do mercado, faturamentos elevados e um considerável grau de expatriação de lucros e dividendos. Para tanto, era exigido que se efetuasse o aprofundamento da tal *tecnificação* do poder político, livrando o Estado das pressões das lideranças políticas democráticas progressistas e nacionalistas populares, bem como das idéias socialistas e dos reclamos dos movimentos sociais. Logo, o regime político resultante do Golpe de 64 seria inevitavelmente do tipo autoritário de direita ou, em outros termos, uma ditadura direitista mesmo, sem que se descuidasse, porém, de tecer um simulacro de democracia representativa. E como o seu núcleo duro de poder passara a ser composto por altos oficiais militares tecnocratas de direita, influenciados pelos interesses de empresários nacionais internacionalizados e pelos preceitos políticos, econômicos e militares de uma superpotência capitalista estrangeira, é procedente defini-lo como um *regime autoritário-militar* alinhado às potências capitalistas, o qual acabaria gestando, conforme o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, um Estado tecnoburocrático dependente¹³.

O caráter político da tecnificação da política

Com o propósito de ampliar ainda mais o entendimento disso que denominamos de *tecnificação* do poder político, que foi bastante acentuada nos governos do regime em foco, e sabermos diferenciá-la da *tecnificação* que havia ocorrido nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, é também necessário aludirmos à forma como David Collier a conceitualiza quando aborda os regimes autoritários militares da América do Sul, utilizando a terminologia “autoritário-burocráticos” para definí-los. O conceito de *tecnificação* decorre, como denomina Collier, do “enfoque tecnocrático-burocrático”, tido como política e ideologicamente neutro, que os governos militares sul-americanos das décadas de 60 e 70 adotaram para as formulações de seus programas econômicos, “ao contrário de um enfoque mais ‘político’ através do qual as medidas e/ou planos econômicos são modelados pelas exigências econômicas, sociais e políticas dos diferentes setores da sociedade, expressas

através de canais tais como eleições, legislaturas, partidos políticos e sindicatos trabalhistas”¹⁴.

A *tecnificação* da política no Brasil pós-64 redundaria, então, naquilo que Dreifuss, chamara de um sistema fechado ou semifechado de tomada de decisões em que

“as associações patronais tiveram condições de comunicar-se diretamente com os centros de exercício do poder institucionalizado, não tendo a necessidade de enfrentar outros segmentos da população na discussão, no debate ou na ação prática da implementação de diretrizes”^{15a}.

Ainda de acordo com Dreifuss, esta comunicação direta das associações patronais com o núcleo do poder do regime autoritário-militar se dava tanto formalmente (como será visto quando falarmos da presença dos empresários nas instâncias estatais que constituíam os centros de tomada de decisão do regime) quanto informalmente. Isto pode ser constatado na declaração feita no início dos anos 80 pelo empresário paulista, Luis Eulálio Bueno Vidigal, de que os industriais “abriram canais de comunicação com o governo”, os quais desembocavam “diretamente no ministro do Planejamento, Delfim Netto, no ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, no ministro da Fazenda, Ernani Galveas [...]”, entre outros, havendo a possibilidade de, ainda de acordo com Vidigal, se “fazer contatos a qualquer momento, quando algum assunto assim o exigir”^{15b}.

Não foi por outra razão que uma das empresas de Vidigal, a Cobrasma (Companhia Brasileira de Material Ferroviário) foi, durante boa parte do regime, responsável por 70% das encomendas do Governo. E mesmo assim, a exemplo dos altos oficiais militares *técnicos* que governaram o país de 1964 a 1985, Vidigal chegou a dizer que não era ‘político’, mas um “um empresário que pensa politicamente”¹⁶.

Ditadura tecnoburocrática e institucional

Se no regime autoritário-militar alguns elementos da democracia representativa foram mantidos, como, por exemplo, o Congresso e a existência de (somente) dois partidos políticos, estes eram apenas peças decorativas, não representativos da sociedade e funcionando a reboque dos tecnocratas civis e militares de direita, os quais, na condição de agentes de interesses privados de importantes segmentos da burguesia, de fato retinham o poder político nacional. Buscava-se, deste modo, selar a substituição da “competência

parlamentar” pela “competência técnica”. Tanto era assim que Moniz Bandeira recupera uma matéria de 6 de junho de 1974 do jornalista alemão, Manfred von Conta, do jornal *Süddeutsche Zeitung* de Munique, na qual se lê que:

“Uma das características do regime brasileiro consiste em que, ao invés de atuarem partidos políticos bem definidos, os grupos de interesses se reuniram ao redor de um Ministro, General ou outra pessoa influente. No Governo Médici, havia o círculo de banqueiros e industriais em torno do ministro Delfim Neto ou o grupo de empreiteiros que o ministro Mário Andreazza congregava”¹⁷.

Como aquele método mais ‘político’ havia sido explicitamente utilizado pelos governos nacionalistas populares, as políticas econômicas destes baseavam-se no princípio de substituição de importações, o qual, por sua vez, procurava se ancorar num tripé cujo primeiro plano era ocupado pelas empresas estatais e privadas nacionais, com as filiais das empresas multinacionais dos países do Primeiro Mundo vindo numa posição secundária ou terciária, tendo que por vezes se submeter a políticas regulatórias. Mesmo que no governo Kubitscheck a transnacionalização da economia do país tivesse avançado, Bresser Pereira lembra que “fora ele eleito pelas mesmas forças políticas que desde 30 estavam no poder”, as quais “podiam ser definidas em suas linhas gerais como nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderadas”¹⁸. Portanto, no governo de Juscelino Kubitscheck e, sobretudo, nos governos do regime autoritário-militar pós-64 o tripé desenvolvimentista foi mantido só que com estes últimos governos a ordem foi alterada para que as empresas estrangeiras oriundas do Primeiro Mundo adquirissem ampla liberdade de operação e a primazia na estrutura produtiva do país, tornando-se a mola propulsora do modelo econômico do regime.

Tal visão é confirmada por Carlos Lessa, que diz que no triênio 1964/66 chegou-se a empregar uma “política totalmente favorável à empresa estrangeira”. Com isso, de acordo com Lessa, a economia brasileira acabou passando por uma “desnacionalização absoluta” e por um “debilitamento da empresa nacional”, coisas que, segundo o citado economista, o governo Geisel teria tentado corrigir¹⁹.

De fato, na introdução do texto do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Governo Costa e Silva admite-se este resultado histórico desfavorável para as empresas privadas nacionais. Depois, em 1974, a cúpula governamental da administração Ernesto Geisel volta a reconhecer esta situação, pois na primeira reunião ministerial deste governo constata-se que

“No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país cabe assinalar que, da evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge, pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial para que venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete [...]”²⁰.

A *tecnificação* do poder político e o conseqüente encastelamento dos fóruns de decisão econômica do Estado se acentuam nos governos do regime autoritário-militar brasileiro pós-64 pelo fato destes seguirem um padrão de crescimento econômico liberalizante e acentuadamente dependente e excludente, ditado pelo capital multinacional e nacional associado, pelos tecnocratas civis pequeno-burgueses de formação liberal, em geral sócio-proprietários de empresas privadas prestadoras de serviços de consultoria à firmas multinacionais aqui instaladas, bem como pelos militares internacionalistas de direita, todos eles atrelados ao complexo IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), Conclap (Conferência das Classes Produtoras), IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e ESG (Escola Superior de Guerra).

Mesmo tendo implícita e explicitamente um caráter técnico, a finalidade precípua da tecnificação da política no regime era literalmente de natureza política, pois, como veio a se confirmar com o tempo, o que se buscava alcançar era o aprofundamento do isolamento dos centros de decisão da máquina estatal com relação ao alegado fisiologismo dos partidos políticos, à aludida inconstância e inquietação do Congresso, às incessantes e incômodas reivindicações dos sindicatos de trabalhadores, assim como às indigestas demandas nacionalistas de personalidades políticas civis e de oficiais militares do alto e médio escalão.

Na prática, este isolamento se concretizaria com o insulamento efetivo dos centros de decisão político-administrativos estatais, tidos como ‘*núcleos mais técnicos*’ do Estado, introduzidos por Getúlio Vargas (através das *assessorias econômicas da Presidência da República* e dos *conselhos e comissões executivas e/ou federais*, como o importantíssimo *Conselho de Desenvolvimento Industrial*), continuados e ampliados por Juscelino Kubitschek (através dos *grupos executivos* e do *Conselho do Desenvolvimento*, este último criado por sugestão de Roberto Campos e Lucas Lopes), mas que, de abril de 1964 em diante, os militares no poder aprofundaram ao extremo. De que modo? Com a criação do *Conselho de Desenvolvimento Político*, do *Conselho Monetário Nacional* (CMN), do *Banco Central* (BC), do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) e do *Grupo Permanente de Mobilização*

Industrial (GPMI), este último estabelecido para coordenar indústrias estatais e privadas nacionais a fim de incrementar a produção de armas. Foram igualmente criadas dentro deste espírito tecnocrático, o *Conselho de Desenvolvimento Econômico* (CDE), a *Secretaria de Controle das Empresas Estatais* e os *Grupos Executivos de Terras do Araguaia-Tocantins* (GETAT) e do *Baixo Amazonas* (GEBAM), estes últimos atrelados ao *Estado-Maior do Exército* e ao *Conselho de Segurança Nacional*^{*}, sem falar dos vários *estados-maiores* criados logo depois do Golpe de 64, tal como o *Alto Comando Revolucionário*, e de outras instâncias semelhantes que vieram a compor os altos vértices político-administrativos do regime autoritário-militar.

Convém lembrar que as correntes militares que foram tomando o controle direto de toda a engrenagem do Estado a partir de abril de 1964 não fizeram isso de forma inesperada, visto que desde o governo Kubitschek já vinha se dando uma crescente participação de membros das Forças Armadas em postos-chave da máquina administrativa do Estado, antes tradicionalmente ocupados por civis. Isso foi possibilitando o surgimento dos chamados ‘generais executivos’, os quais, a partir de abril de 1964, fizeram aumentar o distanciamento dos centros de decisão do Estado do incompatível pensamento econômico nacionalista, mesmo que moderado, propugnado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para aproximar aqueles *núcleos técnicos* do Estado dos interesses do capital industrial-financeiro estrangeiro e dos empresários nacionais associados, a participação nos mesmos era, evidentemente, reservada para os seus representantes, para os políticos conservadores liberais e para os oficiais militares vinculados ao complexo IBRE-Conclap-IPES-IBAD-ESG.

Os outros poucos que podiam fazer parte dos *núcleos* em pauta eram os catedráticos liberais de universidades norte-americanas, técnicos e diretores de comissões interamericanas, agências internacionais e instituições financeiras internacionais (a Aliança para o Progresso, Agência Internacional para o Desenvolvimento, também conhecida como USAID, bem como o FMI, BID ou o Banco Mundial) e tecnoburocratas civis liberais da pequena burguesia nacional, ditos ‘apartidários’ e/ou ‘despolitizados’. Passava-se, assim, a idéia de que a natureza das diretrizes implantadas pelos governos militares eram ‘técnicas’, ao invés de ‘políticas’. Daí a preferência dada pela equipe tecnocrática do governo Médici para a explicação do êxito econômico que o Brasil exibiu nos primeiros anos da década de 70 não como um ‘milagre’, como diziam alguns publicitários e analistas políticos internacionais, mas como algo que devia ser atribuído a um planejamento econômico e financeiro inteligente, sobre o qual os economistas (i.e. os técnicos) tiveram voz alta²¹. Deriva daí, também, a

recorrente retórica da superioridade ética e moral, técnica e intelectual dos tecnocratas militares e civis que tomaram o poder em 1964.

Embora seja inegável que o Brasil atingiu taxas anuais de crescimento de dois dígitos, da ordem de 10 a 14% entre 1968 e 1974, não se pode deixar de assinalar que elas se deram num contexto mundial amplamente favorável desde o início da década de 50. Assim, deve ser lembrado que entre os países capitalistas subdesenvolvidos não foi só o Brasil que cresceu nessa ordem de grandeza, posto que o ‘milagre’ brasileiro não foi o único. Tanto é verdade que, entre os anos 60 e 80, houve outros ‘milagres’, como o mexicano, o indonésio, o malasiano, o colombiano, o finlandês, o sul-coreano, o espanhol e até mesmo o chinês, cuja economia, apesar de ter sido alavancada no final da década de 70, já em meados desta apresentava crescimento médio do PIB *per capita* superior ao dos países em desenvolvimento da América Latina²². No início da década de 80, o economista liberal, Milton Friedman, da Univesidade de Chicago, falava, por exemplo, que o Chile do general Pinochet era um “milagre econômico”²³. Um milagre para o FMI e o Bird, certamente, mas não para a sociedade chilena, uma vez que os índices médios anuais de crescimento da indústria manufatureira daquele país sul-americano havia sido de 1.1 entre 1970 e 1980, alcançando uma taxa expressiva de 6.2 em 1980, mas caindo para 2.6 em 1981 e despencando para uma taxa de 21 pontos negativos em 1982, voltando a se recuperar em 1983, mas com um índice positivo de apenas 3.1. Ao mesmo tempo em que isso ocorria com a sua indústria, no que tange as suas finanças, dos 280.5 milhões de dólares que o Chile pagou de juros ao mercado financeiro internacional em 1975, em 1982 ele subiria para 2,298 bilhões de dólares. Mais grave ainda foram os índices de desemprego, que em 1973 era de 4.3%, mas que de 1974 a 1981 teve uma média anual de 12.6%, chegando a atingir 20.0% em 1982²⁴.

No fragmento de texto que vem a seguir, Ricardo Ffrench-Davis, Oscar Muñhoz e José Gabriel Palma confirmam o estado de prosperidade das economias dos países capitalistas mais desenvolvidos depois de terminada a Segunda Guerra Mundial até a primeira metade da década de 70, o qual criara uma conjuntura extremamente favorável aos países periféricos e subsidiários do porte do Brasil:

“O quarto de século que se seguiu à reconstrução do pós-guerra foi um período de prosperidade e expansão sem precedentes na Europa, no Japão e nos Estados Unidos. Entre 1950 e 1973, a produção das EMDs [Economias de Mercado Desenvolvidas] cresceu quase cinco por cento ao ano e, em termos per capita, registrou um aumento anual de 3,8 por cento. Assim, em apenas vinte e três anos, o PIB mais do

que triplicou e a renda per capita subiu 2,4 vezes. Essa taxa de crescimento foi duas vezes maior nesse período do que em qualquer outro desde 1820. Ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho aumentou duas vezes e meia mais do que no período 1913-1950 [...].

O aumento do volume das exportações foi até maior do que o da produção, crescendo nove por cento ao ano entre 1950 e 1973; esse índice foi quase duas vezes maior do que o alcançado em qualquer outro período anterior”²⁵.

Até o mundo socialista também assistiu a um surto de intenso crescimento econômico no mesmo período, pois, segundo Hobsbawm,

“... na década de 50 o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos. Na verdade, de início, pareceu que a parte socialista do mundo, recém-expandida, levava vantagem. A taxa de crescimento da União Soviética foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Oriental cresceram quase com a mesma rapidez – mais depressa em países até então atrasados, mais devagar nos já industrializados ou parcialmente industrializados [...].

O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no ‘Terceiro Mundo’”²⁶.

Os tecnocratas (militares e civis) que passaram a dirigir o regime autoritário-militar brasileiro visavam, em nome de sua “integridade científica e profissional”, bem como de sua repulsa a política, tornar mais difícil a contestação política e social a um regime que ia seguindo uma opção de desenvolvimento econômico excludente e dependente do capital industrial-financeiro estrangeiro numa escala jamais vista até então na história do país. Como os recursos financeiros no mercado externo eram, no período do ‘milagre’, como nunca abundantes e fáceis de ser conseguidos, a mentalidade predominante nos altos escalões do regime era a de expandir a economia nacional a qualquer custo, deixando a quitação para o futuro. Só que naquela mesma ocasião, não se adiavam medidas tais como o arrocho dos salários dos trabalhadores e a repressão a qualquer oposição ao Governo. Adiavam-se, sim, as reformas nas retrógradas estruturas socio-econômicas do país. Era, pois, necessário um regime político capaz de dismantelar todas as instituições democráticas, acabar com o Estado de direito e as liberdades individuais, bem como reprimir todos os movimentos sociais

organizados, apagando assim toda e qualquer herança do chamado nacional-populismo. Tinha-se como fundamental a oposição ao ‘nacional-populismo’ porque este tendia a apoiar a mobilização controlada das massas num processo de industrialização do país pela lógica da substituição de importações, da concessão e/ou manutenção de alguns direitos sociais à classe trabalhadora, bem como pela atitude de contestação aos países capitalistas desenvolvidos (que pretendiam ampliar e perpetuar os laços de dependência já plantados por políticas de livre comércio) e de seus parceiros locais, as burguesias cosmopolistas.

Para dificultar a contestação de seu modelo econômico e de seu regime político, os militares em posse do poder após o Golpe de 64 montaram um amplo esquema de difusão ideológica no sentido de propagar a idéia de que o regime era ‘apolítico’ e estaria acima de todas as classes sociais, uma vez que suas ações concretas, em especial na área econômica, se pretendiam ‘neutras’. Os professores-doutores do Departamento de História da FFLCH da USP, Flávio de Campos & Mirian Dolhnikoff, recordam que a própria doutrina de Desenvolvimento e Segurança desenvolvida pela ESG baseou-se em conceitos e valores fundamentais, dentro dos quais se destacava o de “neutralidade”²⁷. Criava-se, com isso, sujeitos políticos míticos ligados ao arquétipo do governante e do administrador público *técnico*, tidos em geral como oriundos de instituições como as Forças Armadas, compostas majoritariamente pelo vago conceito de classe média.

Este perfil dos militares que estiveram à testa do Golpe de 64 e, por conseguinte, do regime político dele resultante, pode ser primeiramente verificado nos embates ocorridos no âmago das discussões sobre o petróleo que haviam ocorrido no Clube Militar no final da década de 40 e início da de 50. Nesta época, para se contrapor à postura calorosa e envolvente dos militares nacionalistas de alto e médio escalão com relação a estas discussões e a outras referentes à defesa do chamado “patrimônio nacional” (petróleo, siderurgia, energia elétrica e minérios atômicos), a alta cúpula da corrente vinculada à ESG, aparentando uma certa neutralidade e moderação, pedia por um discurso “técnico” e “racional”, afirmando que o Clube Militar

“deveria limitar-se ao atendimento das reivindicações de caráter corporativo, sendo os debates de caráter político perigosos para a alta hierarquia”²⁸.

Mais recentemente, numa palestra feita em 1975 a alunos do 2º grau do Colégio Anglo-Americano do Rio de Janeiro, o então comandante do I Exército, general Reinaldo Melo de Almeida, declarava que

“o Exército não pode ter partido político, porque é um elemento neutro, de garantia do sistema, e não de um único partido”²⁹.

Na mesma linha, viria o general Fritz de Azevedo Manso, o qual, em abril de 1976, afirmara que o exército brasileiro

“é essencialmente povo, sem castas, sem militarismo, legitimamente nacional e popular, voltado para o serviço da pátria e isento das paixões político-partidárias”³⁰.

O objetivo, portanto, era bem claro: dissociar a condução do futuro econômico do país das disputas políticas, reduzindo questões de fundo inextricavelmente político a algo que lhe é acessório, vale dizer, à ‘tecnicidade de gestão’³¹, ou, então, a algo que escamoteia a prática nua e crua da política com um discurso neutralista. Buscava-se, assim, convencer a sociedade brasileira de que ao se fazer uma mera substituição das alegadas práticas políticas ‘ideologizadas’ e ‘demagógicas’ dos ditos governos nacional-populistas pela *eficiência técnica* de gestores especialistas e ‘apolíticos’ do regime pós-64, a estabilidade econômico-social, a retomada do crescimento e o combate ao atraso socio-econômico do país viriam naturalmente.

O jornalista econômico, Joelmir Beting, foi um dos arautos desta idéia na mídia. Em 1972 ele participa de um trabalho de equipe composta de membros da ESG, ADESG, IPEA e FGV, a qual, sob a coordenação do professor-general, Luiz Felipe da S. Wiedmann, produziu um livro intitulado *Brasil – Realidade e Desenvolvimento* (1975). No artigo que escreveu para este livro, Beting diz que:

“... o poder político, com a Revolução de 1964, concentrou-se nas mãos de uma classe média (os militares) sem compromissos com a antiga oligarquia política e sem objetivos econômicos como classe ou como grupo”³².

Para propagar a idéia de que os cargos de ministros e secretários de Estado não eram políticos, mas ‘técnicos’, Beting escreve que durante o regime autoritário-militar os altos postos dos governos federais e estaduais (ministérios federais e secretarias estaduais) eram compostos por

“técnicos politicamente descompromissados, retirados do anonimato político da Uni

versidade e da empresa privada”³³.

Desta forma, segundo Beting, neste regime ocorria uma “harmonia entre o poder político e o poder econômico”, na medida em que para ele havia uma “administração civil bem preparada, sustentada por um sistema militar de coalização”³⁴, hipoteticamente neutro no que se refere à política.

Os militares técnicos no turbilhão da política

“Certamente e em última análise, existem apenas duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não ter sentimento de responsabilidade”.

(Max Weber, *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2003, p.109)

É claro que a retórica do não envolvimento do estamento militar na política, tanto nos anos que antecederam o Golpe de 1964 quanto nos anos subsequentes, serviu para construir a mística da imparcialidade do regime autoritário-militar e de seus dirigentes, sedimentando-a na nossa memória histórica. Mas uma coisa interessante a se destacar nesta retórica está em que quem geralmente a empregava eram oficiais militares que, de uma forma ou de outra, se envolviam com a política até a medula. E mesmo quando quem dela faziam uso eram oficiais profissionais da hierarquia do Exército que pareciam não se envolver diretamente com a política, estes, paradoxal ou propositalmente, tendiam a ter como modelo de legalidade lideranças militares históricas que, no passado, tinham tido intensa participação na vida política do Brasil. Citemos, como exemplo, que, a partir de 1923, a hierarquia do Exército, inclusive a do regime pós-64, costumou utilizar como símbolo para as comemorações do Dia do Soldado, o patrono da corporação, Duque de Caxias, o qual havia se envolvido intensamente com a política durante o período Imperial, vindo, por isso, a ser descrito pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda como o chefe militar “que mais facilmente despe a farda do soldado para envergar o fardão do senador, ou ministro”³⁵.

Sendo assim, cumpre fazermos agora uma digressão a respeito do envolvimento com a política de dois altos oficiais militares que acabaram envergando a faixa de presidente da República durante o regime autoritário-militar pós-64, os quais se encontram no foco de nosso trabalho: o marechal Castelo Branco e o general Ernesto Geisel.

Começaríamos, então, com o marechal Castelo Branco, o primeiro presidente do regime examinado.

No tocante às manifestações públicas sobre assuntos políticos, é pertinente inserirmos aqui a informação de que Castelo Branco as fazia desde a década de 30, embora insistisse em dizer que não se imiscuía nessa matéria. Em 1933, ele escreveu uma série de artigos no jornal *Gazeta do Rio* sob o pseudônimo de “Coronel Y”. Neles, Castelo Branco se colocava contra o militar exercendo a sua profissão e participando, simultaneamente, de cargos eletivos. Segundo Luis Viana Filho, era a repulsa ao que ele chamava de “carreiras paralelas” e de “parasitas” atrelados aos quadros das corporações militares, que acabariam por dificultar a formação de um Exército “mais profissionalmente forte”. Porém, após o Golpe de 64, como revela o próprio Viana Filho, o presidente Castelo Branco fez questão de incluir vários militares de alta patente para fazerem parte do diretório nacional da ARENA, tido como o “partido da revolução”³⁶.

Viana Filho, que por algum tempo foi Ministro da Casa Civil do governo Castelo Branco e que acabou se tornando um dos seus biógrafos, pode ser considerado como um dos principais fomentadores da construção de uma narrativa mitificadora dos generais-presidentes do regime pós-64. Viana Filho escreve que Castelo Branco “sempre fora um legalista, empenhado em manter as Forças Armadas alheias às querelas políticas” e que “numa época em que a intriga política espicaçara ambições, ele [Castelo Branco] se mantivera alheio aos partidos”. “Contudo”, continua o referido autor, ele “estava longe de ser um indiferente”. Indiferente, segundo Viana Filho, à suposta “acelerada marcha comunista, fomentada e dirigida pelo governo” (no caso, o governo João Goulart) que, no olhar de Castelo Branco, mostrava sinais claros de que estaria preparando um golpe contra o Congresso, ou seja, contra a legalidade e as instituições democráticas.

No seu discurso de posse no cargo de chefe do Estado Maior do Exército em 13 de agosto de 1963, Castelo Branco faz um pronunciamento puramente político, embora não o considerasse como tal. Na ocasião criticou a atuação dos que ele chamava de “reformadores oportunistas” que, no seu entender, queriam substituir as instituições políticas “por meio de um solapamento progressivo e antinacional, além de quererem instituir o Exército Popular, um arremedo de milícia dotada de uma ideologia ambígua”, destinado, segundo ele, “a agitar o país com exauridos pronunciamentos verbais e perturbar, com subversões brancas e motins, a vida do povo”³⁷.

De mais a mais, o marechal Castelo Branco que, ainda de acordo com Viana Filho, era “voltado para a profissão” e “desinteressado das graves crises políticas ocorridas nas últimas quatro décadas”, no cargo de Presidente da República acabaria surpreendentemente se revelando, nas palavras de seus admiradores, um político hábil, experimentado, “frio”,

“calculista” e capaz de executar “jogadas políticas de indiscutível sagacidade”. A impressão que Osvaldo Trigueiro, ex-governador da Paraíba, tinha então do marechal Castelo Branco na Presidência da República, era a de que ele “exercia um ofício para o qual se preparara durante toda a vida”, como se ele fosse “um presidente natural, tal o desembaraço no exercício da função”. E o jornalista e político da UDN, Prudente de Moraes Neto, o apreciava como “dos mais aptos no exercício da Presidência da República”³⁸.

Todas as manifestações do alto oficial militar, Castelo Branco, não só nos idos de 63/64, mas também nos idos de 1956/62 – que não foram poucas – tanto as públicas, como as reservadas a seus colegas de farda e à hierarquia militar dos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart, eram tidas não apenas pelos seus seguidores quanto por ele próprio, como “muito diferente(s) daquele(s) de um pronunciamento político”.

No entanto, o caráter essencialmente político dos pronunciamentos feitos pelo marechal Castelo Branco na primeira metade dos anos 60 era patente. E, o pior, era de se notar neles também um ranço de conspiração. O cronista político do *Jornal do Brasil* na década de 60, Carlos Castello Branco, noticia que naquela época o marechal Castelo Branco já mantinha contatos com dirigentes da UDN com vistas à “preparação da resistência ao governo do Sr. João Goulart”. Em 25 de março de 1963, num almoço na casa do deputado federal, Paulo Sarasate, no momento da posse do governador do Ceará, Virgílio Távora, o marechal Castelo Branco, então chefe do EME (Estado-Maior do Exército), “estimulou o presidente da UDN [o deputado Bilac Pinto] a prosseguir na resistência civil ao Governo do Sr. João Goulart” e que ele sempre aconselhava os políticos oposicionistas, dizendo: **“Não calem, continuem gritando”**³⁹.

Em 20 de março de 1964, numa Circular Reservada dirigida aos generais e demais militares do EME, há uma forte crítica ao governo João Goulart, tido como complacente com a “ação ilegal” e “subversiva” da CGT e de outros sujeitos políticos que, ligados à “ação comunista”, estariam empurrando o país para uma “saída golpista”, para a “revolução social” e para “a instituição de uma ditadura”. No entanto, mesmo assim, o marechal Castelo Branco viria a dizer literalmente que “não quis fazer política, nem oposição ao Governo”.

E num ofício que escreveu em resposta ao então Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, que lhe havia pedido para que fizesse uma declaração desmentindo suas críticas de que existiam “comunistas em postos da administração, do ensino e de organismos estatais” no governo João Goulart, Castelo Branco defende, por uma “questão de moral política”, o direito dos oficiais militares fazerem pronunciamentos não favoráveis ao Governo.

Agindo desta forma, é possível afirmar que o partido militar do marechal Castelo Branco já estava atuante e em campanha política há tempos, i. e., que ele já tinha objetivos bem definidos e de curto prazo: a deposição do presidente João Goulart e a tomada imediata do poder político e administrativo do Estado.

Mas apesar de fazer manifestações como as alencadas acima, o marechal Castelo Branco ainda tentava convencer a opinião pública de que estava sendo isento de qualquer ato hostil à disciplina das Forças Armadas e à figura da mais alta autoridade política e militar do país, enfim, à ordem legalmente constituída, visto que, numa conclusão carregada de ironia e astúcia, ele diz: “Caso a minha declaração fosse contra o governo – o que não aconteceu, pois só pode ser tomada como uma despretensiosa colaboração –, eu estaria, sem dúvida, protegido por uma faculdade já garantida a vários militares”⁴⁰.

Nas palavras utilizadas por Viana Filho, nota-se que a mitificação de Castelo Branco chega até a valer-se de um caráter quimérico, o que acaba por consolidar esta (auto)imagem pudica que o marechal-presidente buscava criar para si próprio, pois Viana Filho escreve que:

“ O general Castelo Branco, por sua formação intelectual (acreditamos que, também, por temperamento), nunca foi militar propenso às atitudes de rebeldia ou à interferência das Forças Armadas na vida política da nação. Preferiu sempre manter-se à margem do debate político, limitando-se a acompanhá-lo como cidadão”⁴¹.

Como se vê, mesmo fazendo várias declarações que atingiam frontalmente o Governo, mesmo tornando-se o chefe da grande conspiração que derrubaria João Goulart da Presidência da República e mesmo transformando o Alto Comando do Exército num órgão essencialmente político – mas cujas atribuições, no discurso que a elite militar costuma fazer para o público, deveriam ser especificamente militares – a conduta do marechal Castelo Branco deve ser definida, sob a ótica da história oficial e a lógica do pensamento militar reacionário daquela época, não como essencial e concretamente política, mas como algo etéreo que transita na esfera do moralismo e do subjetivismo conservador. Diríamos até que a conduta política do marechal Castelo Branco chega a assumir um caráter salvacionista e messiânico, talvez para manter a tradição histórica da retórica e da *praxis* política dos militares brasileiros, dado que a política para o marechal, tal como diz Viana Filho, era um assunto “transcendental”, pois a preocupação básica do mesmo em 1964, seria estritamente profissional, a de “como salvar o país”⁴².

Quanto a Ernesto Geisel, este foi outra alta figura militar que sempre se envolveu com a política, mas que é retratado pela história oficial como um militar *técnico, especialista*, que não se metia em ações políticas. O general Ernesto Geisel chegou a fazer parte do Alto Comando Revolucionário, instituído pelo marechal Castelo Branco logo após o Golpe de abril de 64, participando depois do núcleo duro do governo Castelo Branco e, por fim, tornando-se, de 1974 a 1978, um dos presidentes da República da ditadura militar. Por conta disso, Geisel pode ser seguramente denominado como um oficial pertencente à corrente *castelista*, a qual, é aqui denominada como *internacionalista*, como explicaremos logo adiante.

No cargo de presidente da República, Geisel envolveu-se pessoalmente na campanha para as eleições municipais de 1976, depois do partido do Governo, a ARENA, ter perdido para o MDB nas eleições parlamentares de 1974. Após esta derrota, a preocupação política de Geisel era tal que ele tratou de centralizar mais ainda as decisões políticas no núcleo duro do Governo e de interferir ainda mais no processo político-eleitoral do país, vindo então a criar o Conselho de Desenvolvimento Político, integrado por ele próprio, pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, e pelo chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, o qual teve, junto com o Gabinete Militar, sua órbita de ação política ampliada. Daí é que resultaram a Lei Falcão e a determinação em reprimir passeatas, comícios ou outras manifestações públicas.

A intervenção direta e aberta do presidente Geisel no processo político-eleitoral a partir de 1974 se deu por meio de uma série de visitas às capitais dos estados e à diversas cidades interioranas, nas quais fez vários pronunciamentos que apesar de terem sido integralmente políticos, eram tratados como providos de “civismo”.

Em visita ao Paraná em março de 1976, por exemplo, Geisel dizia que:

“as eleições não são importantes para mim, são importantes para o país e a Revolução [...]”⁴³.

E depois se justificava: “Sou político por dever de ofício”.

Mas dois meses mais tarde, em Porto Alegre, diante de 800 vereadores da ARENA, discursava:

“Venho como um filiado da Arena, venho como presidente honorário do partido e venho como presidente da República”⁴⁴.

O escritor e jornalista, Fernando Jorge, apologista de Ernesto Geisel, reproduz a visão de que ele era muito “preservado” e “inabordável em questões alheias às funções militares”. No entanto, o mesmo escritor torna manifesto que Geisel fora um dos fundadores da Escola Superior de Guerra e membro de seu Corpo Permanente, tendo o hábito de ficar conversando até de madrugada sobre a situação política brasileira com os colegas de farda, também integrantes da ESG: Antonio Carlos Muricy, Rodrigo Octávio J. Ramos, Golbery do Couto, e Silva, Odylio Denys e Jurandyr de Bizarria Mamede, conspiradores ativos que tiveram notória participação na organização e na execução do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

René Dreifuss escreveu que o marechal Odylio Denys, o almirante Silvio Heck, o brigadeiro Grün Moss e os generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello e Orlando Geisel, entre outros, estavam, desde o final de 1961, igualmente participando das preparações do movimento golpista contra o governo João Goulart. E naquela ocasião, revela Dreifuss, eles eram da opinião de que o que deveria vir depois da queda de Goulart seria um “um regime discricionário (que) teria de ser instalado por pelo menos cinco anos”⁴⁵.

Fernando Jorge também conta que após a renúncia de Jânio Quadros, o general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Militar da Presidência da República, ajudou o então Presidente interino da República, Ranieri Mazzilli, a escrever uma mensagem ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, através da qual se tornava público um manifesto elaborado pelos três Ministros Militares – Almirante Heck, o Brigadeiro Moss e o marechal Denys – quando eles declaravam, “por motivos de segurança nacional”, suas posições contrárias ao regresso ao Brasil do vice-presidente da República, João Goulart⁴⁶. A atitude destes três ministros militares indicava, como se sabe, uma situação de ilegalidade e uma ação contrária aos preceitos constitucionais, na medida em que ela representava um ato de força contra a posse legítima e legal de João Goulart na Presidência da República, bem como indicava que os citados ministros da área militar haviam tomado conhecimento do documento de renúncia antes do Congresso Nacional.

Segundo denúncias do deputado federal pelo PTB, José Joffily, Ranieri Mazzili teria escrito a mensagem sob coação, e esta, de acordo com o deputado também do PTB, Neiva Moreira, teria sido feita por Ernesto Geisel, tão logo ele assumiu o posto de Chefe da Casa Militar no governo interino de Ranieri Mazzilli. Os fatos parecem confirmar estas denúncias, pois ainda de acordo com José Joffily, no dia 27 de agosto de 1961, Ranieri Mazzilli havia dito a ele e aos deputados Cid Carvalho e Ivete Vargas que transmitiria o cargo da Presidência da República ao vice-presidente João Goulart assim que ele retornasse de sua viagem à China.

Mas horas mais tarde, justamente depois que Geisel assumiu o posto de Chefe da Casa Militar em 25 de agosto, Mazzilli teria mandado a mencionada mensagem ao presidente do Senado⁴⁷.

E mais, não são apenas estes fatos que contrariam a visão de que Ernesto Geisel não se interessava por política e procurava manter-se longe dela. Um outro fato extremamente importante para a definição dos rumos da política brasileira a partir de dezembro de 1966, foi aquele referente à *Frente Ampla*, formada, primeiro, apenas por Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, mas que depois, em 1967, contou com a adesão de João Goulart e Leonel Brizola.

Fernando Pedreira informara que logo depois de divulgada a formação da tal *Frente* em novembro de 1966, “o Sr Carlos Lacerda tinha contra si a virtual unanimidade tácita ou explícita do *establishment* político brasileiro, tanto civil, quanto militar”. E salientava Pedreira: “O principal núcleo de pressão pelo seu banimento era, e continua a ser, a Casa Militar da Presidência da República, cujo chefe é dado como porta-voz dos militares castelistas”⁴⁸. É bom que se esclareça que o referido chefe da Casa Militar era Golbery do Couto e Silva, correligionário de Castelo Branco e Ernesto Geisel.

E para tornar ainda mais fundamentada esta nossa narrativa histórica, também não poderíamos deixar de recordar que muitos dos chamados oficiais *castelistas* que, depois do Golpe de 64, chegaram a ocupar o núcleo do poder do primeiro governo militar, como no caso de Golbery do Couto e Silva, de Ernesto Geisel e do próprio Castelo Branco, tinham se colocado ao lado de uma prolongada articulação golpista contra o quadro político-institucional democrático vigente no país desde o início da década de 50. Os mesmos oficiais *castelistas* tinham conspirado, primeiro, contra o presidente Getúlio Vargas – tanto para impedi-lo de assumir depois de ter vencido as eleições diretas de 1950, quanto para derrubá-lo do poder em 1954, levando-o ao suicídio – para mais tarde fazerem parte do grupo político liberal que logo se apossou do Poder Executivo com Café Filho na Presidência⁴⁹.

Naquele momento, Ernesto Geisel fazia parte de um grupo de oficiais da ala internacionalista do Exército, chamado de *Cruzada Democrática*, facção de direita daquela arma, egressa da Escola Superior de Guerra e partidária da UDN no quadro político-partidário do país, fazendo desta maneira uma oposição implacável ao governo de Getúlio Vargas e aos militares da ala nacionalista. Tal grupo militar chegou a divulgar um manifesto intitulado *Memorial dos Coronéis*, o qual, apesar de ter atacado o governo Vargas evocando argumentos de ordem técnica e profissional no tocante às Forças Armadas, tal como no episódio do aumento de 100% do salário mínimo proposto pelo então ministro do Trabalho, João Goulart, a atitude desta facção militar acabou sendo essencialmente política. Logo após o Memorial

dos Coronéis, os generais da ala internacionalista emitiram o *Manifesto dos Generais*, pedindo a renúncia do presidente Vargas. A oitava assinatura era a do general Castelo Branco.

Tempos depois, o mesmo grupo de oficiais formadores da *Cruzada Democrática* viria a ser opor às candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart para as eleições de outubro de 1955 para presidente e vice. Em seguida, este mesmo grupo de oficiais militares pôs-se contra a realização destas eleições e não aceitando, com efeito, a posse dos dois legalmente eleitos, num claro repúdio aos resultados legítimos das urnas. Mais tarde, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, os militares da Cruzada Democrática colocaram-se contra a posse do vice-presidente constitucional e legalmente eleito, João Goulart.

A cientista política, Marly Mendonça Barreto, informa que Castelo Branco tomou parte da reunião ocorrida em 05 de agosto de 1955 no Clube da Aeronáutica, ao lado dos generais Alcides Etchegoyen, Golbery do Couto e Silva e o coronel Jurandyr de Bizarria Mamede, todos participantes ativos do Golpe de abril de 64, para dar seu apoio ao então presidente do Clube Militar, o general Canrobert Pereira da Costa, que encabeçava uma chapa contrária à chapa constituída por oficiais nacionalistas⁵⁰.

A PhD em Ciências Políticas no Massachusetts Institute of Technology, Maria Helena Moreira Alves, também oferece uma informação pertinente ao dizer que Castelo Branco fazia parte do “Alto Comando informal do IPES” que, desde o ano de sua fundação, 1962, atuava clandestinamente e de forma subversiva contra o governo João Goulart⁵¹.

A doutora em Sociologia pela USP, Maria José de Rezende, revela que “em abril de 1962, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, fez um pronunciamento na Escola Superior de Guerra cuja preocupação central era, já naquele momento, com as possibilidades e condições de legitimidade de um possível novo regime”, dizendo que era “legítimo o poder oriundo de uma revolução vitoriosa {...}”. Isto equivale afirmar que o governo que as elites civis e militares atreladas à ESG programavam instalar no lugar do governo trabalhista de João Goulart, depois de sua deposição, não viria pelo processo eleitoral, não teria de se sujeitar às leis e nem prestar contas à sociedade, pois ele se legitimaria por si mesmo pelo fato dele ser “revolucionário”. E como tal, obviamente não haveria anomalia nenhuma dele fazer uso de poderes excepcionais⁵².

Mário Pedrosa reforça este relato político contando que, em março de 1964, poucos dias antes do Golpe, o deputado udenista Bilac Pinto, supostamente “instruído pelo general Castelo Branco”, discursava na tribuna da Câmara dos Deputados para propagar que os sindicatos operários estariam se armando, que a *guerra revolucionária* no Brasil já estaria na “terceira fase”, a qual corresponderia à “fase da obtenção de armas”. O citado deputado

propalava também que o “objetivo estratégico da ‘guerra revolucionária’ na América Latina era o de “isolar os Estados Unidos”⁵³. Segundo Pedrosa, os discursos de Bilac Pinto baseavam-se em especulações político-militares originárias do Estado Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra. Tais discursos tinham como objetivo dar fundamento à conspiração direitista que estava em marcha contra o governo Goulart, além de justificar à opinião pública brasileira “um vasto movimento clandestino de distribuição de armas, quer de fontes privadas, quer de fontes militares, a proprietários de terra e, por tabela, a homens de negócio, grandes firmas nacionais e estrangeiras”⁵⁴. Maria Victoria de Mesquita Benevides endossa esta afirmação de Pedrosa, de que havia uma íntima associação dos partidos de centro e de direita, em especial a UDN, com a Escola Superior de Guerra e que coube à UDN “o papel ostensivo na divulgação das teses da ‘guerra revolucionária’” na figura de um de seus mais ilustres membros, o deputado Bilac Pinto⁵⁵.

Mesmo com todos estes dados, haveria ainda uma lacuna se não levássemos em consideração que, de 1956 a 1960, Castelo Branco vinha constantemente atacando o governo Juscelino Kubitschek, em especial o ministro da Guerra, o marechal Henrique Lott – chegando a acusá-lo de ter implantado um esquema de corrupção no Ministério. Não se deve tampouco desconsiderar que nas eleições de 1956 e de 1958 para o Clube Militar, Castelo Branco e seu grupo apoiaram abertamente a *chapa azul* que se opunha à *chapa amarela*, encabeçada por oficiais nacionalistas e apoiada por Lott, opondo-se, por extensão, ao governo Kubitschek.

No já mencionado episódio da condecoração com uma espada de ouro feita a Lott, em 1956 pela Frente de Novembro, quando os participantes desta divulgaram um Manifesto à Nação pregando a democratização das estruturas do Exército, Castelo Branco tomou a iniciativa de escrever um documento no qual ele mostrava a sua posição contrária a estas ações da Frente de Novembro, acusando os seus membros de quererem causar a “subversão da ordem militar e política do país” e “ameaçar o Brasil com a militarização do governo e das atividades nacionais”. Viana Filho revela, inclusive, que este gesto de Castelo Branco lhe valeu “uma liderança” junto aos oficiais-generais da *linha-dura*, entre os quais estava o general Arthur da Costa e Silva⁵⁶.

O militar internacionalista

Quanto a posição de Ernesto Geisel na conjuntura política de 1954-1960, é evidente que, embora mais discreta, era nitidamente a favor do grupo de Castelo Branco, o qual viria a

planejar e executar o Golpe de 1964. Desde o início da crise política desencadeada pelo suicídio de Getúlio Vargas, Geisel se alinhava com os grupos políticos e militares que faziam oposição ao estadista gaúcho. Geisel chegou também a ser o subchefe da Casa Militar, quando esta tinha como Chefe um dos generais fundadores da ESG, Juarez Távora, o qual viria a ser o concorrente de Juscelino Kubitscheck pela UDN na disputa para as eleições de 1955 para a Presidência da República.

Num longo depoimento concedido em 1994 para Maria Celina D'Araujo e Celso Castro, Geisel mostra qual era a sua posição política nos anos 50:

“[...] A propósito da posição nacionalista do Lott e da posição **mais internacionalista** do outro grupo, **que eu apoiava**, e da aparente incoerência da minha posição, posso dizer que este fator não era levado em conta”⁵⁷.

Esta é a razão de denominarmos de *internacionalistas* os oficiais pertencentes às correntes militares, especialmente a *castelista*, que participaram, desde inícios dos anos 1950, das já mencionadas conspirações contra o último governo Vargas e contra os governos Kubitscheck e Goulart, herdeiros do getulismo, as quais acabaram culminando no Golpe de 1964 e no regime político dele decorrente. Deve-se precisar que a corrente militar *internacionalista* ganhou corpo dentro das Forças Armadas no que a ESG foi criada em agosto de 1949. Tal corrente militar era muito identificada com os interesses (geo)políticos e econômicos dos EUA durante o período da Guerra Fria, o que levou-a a adotar um posicionamento político-ideológico não apenas anticomunista no interior da sociedade brasileira, mas também antipopular e antinacionalista, uma vez que, puseram-se contra as forças políticas civis e militares que apoiavam as políticas protecionistas e estatizantes, mesmo que moderadas, dos governos Vargas, Kubitscheck e Goulart, em áreas econômicas estratégicas como o petróleo, energia atômica, eletricidade e a da indústria de bens de capital. Por aprovarem um desenvolvimento capitalista no Brasil sob a égide do capital industrial-financeiro estrangeiro e do capital privado nacional associado, a bibliografia especializada costuma também taxar a corrente militar internacionalista de “*entreguista*”, “*cosmopolita*” e/ou “*liberal-privatista*”.

No campo específico da economia, apesar da corrente militar *internacionalista* não ter se oposto à industrialização do Brasil, o fato dela ter sido decididamente antitrabalhista e antiprotecionista, isso, como bem observa o doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Lúcio Flávio de Almeida, levou-a, de 1950 a inícios de 1964 a fazer alianças com célebres

economistas liberais, críticos severos das políticas econômicas dos governos Vargas, JK e Jango, sem falar nos segmentos sociais tradicionalmente antiindustrialistas (a burguesia mercantil e financeira ligada às oligarquias agroexportadoras, aos importadores e revendedores de máquinas e equipamentos industriais e de bens de consumo duráveis, como também aos bancos comerciais privados). Com efeito, Almeida considera restringido e, por vezes, neutralizado o industrialismo que por acaso fizesse parte dos anseios dos militares *internacionalistas* das décadas de 50-80⁵⁸. Como demonstraremos no transcorrer deste trabalho, o tipo de desenvolvimento industrial que empolgaria esta facção militar fundadora da ESG era aquele que estivesse inequivocamente vinculado aos interesses do grande capital industrial-financeiro do Primeiro Mundo, com um viés liberal, privatista, e pró EUA. Um desenvolvimento que de forma alguma absorveria o pensamento de redefinição do padrão de dependência e muito menos de emancipação econômica do Brasil, mas sim a idéia de *interdependência*, para que as relações com Washington não ficassem atritadas.

Maria Antonieta Leopoldi constata que a ação dos militares atrelados à ESG levavam, desde o final da década de 50, ao estabelecimento de alianças com executivos de firmas multinacionais estrangeiras, com entidades representativas destas mesmas firmas, como, por exemplo, a American Chamber of Commerce, e com associações empresariais nacionais interessadas em se associar e/ou aprofundar seus vínculos com o capital industrial-financeiro estrangeiro. Além disso, Leopoldi também reconhece que a corrente militar *esguiana* se atrelava a institutos e entidades patronais nacionais com nítido caráter classista, anti-operário, antipopular e antinacionalista, como o já mencionado IPES e a Conclap, esta última uma coalizão de frações de empresários comerciais, agrícolas e industriais nativos, formada logo depois da II Guerra Mundial⁵⁹.

A Escola Superior de Guerra indicava à opinião pública que ela havia sido criada com o atributo de ser política e socialmente neutra, isenta de teor ideológico, voltada principalmente para os estudos e discussões de assuntos técnicos, predominantemente militares, tais como as políticas e estratégias de defesa nacional. Supunha-se deste modo que sua massa crítica seria empregada para preparar o Brasil numa guerra contra possíveis inimigos externos que, no sentido militar clássico, viessem a atacar o território nacional*. No entanto, a ESG não havia sido primordialmente criada para isso, mas para guerrear contra os chamados *inimigos internos* de um modelo econômico subsidiário das metrópoles capitalistas liberais. Com isso, poder-se-ia afirmar que a ESG era contaminada ideologicamente e, conseqüentemente, estaria comprometida tanto social quanto politicamente com as forças da direita liberal nacional e internacional, imbuídos da ideologia da guerra fria. Logo a sua

função apresentaria vários aspectos fundamentais: o de realizar a renovação do equipamento bélico das Forças Armadas brasileiras, a modernização de suas doutrina, inteligência e planejamento militares com base nos preceitos da escola norte-americana, assim como apoiar a modernização conservadora-liberal de nossa economia, opondo-se então, a partir de 1950, ao retorno de Getúlio Vargas ou de qualquer outro político tachado de nacional-populista. Ademais, a ESG visava constituir-se num centro formulador de estratégias e táticas de segurança interna, isto é, de resistência coercitiva à ascendente participação política das classes trabalhadoras e das agremiações de esquerda e extrema esquerda, assim como às aplicações de reformas sociais e econômicas progressistas, de cunho nacionalista e popular, vistas como ameaçadoras dos interesses econômicos das potências capitalistas, em especial dos EUA. No que tange a este aspecto, depois que os oficiais da ESG foram ocupando os postos-chave de comando das três armas e do núcleo do poder político do Estado, as Forças Armadas brasileiras, com vistas a assegurar a ordem interna, acabariam tornando-se uma verdadeira força de ocupação no próprio território nacional, garantindo assim a segurança interna aos investidores dos países do Primeiro Mundo. Em síntese, as Forças Armadas brasileiras acabariam por desempenhar um papel de coordenação da repressão dentro do próprio país, um papel de polícia propriamente dito, o que levava a confundir segurança nacional com segurança pública.

Um dos objetivos principais da ESG era, então, o de formar oficiais militares de elite que pensassem o Brasil, identificando-o com o capitalismo liberal praticado nos EUA, estabelecendo uma convergência de pontos de vista e de ações com as novas e velhas elites civis nativas sobre os problemas, as necessidades e as soluções políticas e econômicas do país. Daí serem permitidas na escola a participação de civis, contanto que tivessem diploma de curso superior ou fossem empresários, uma proposta altamente elitista visto que ao redor de 0,25% da população brasileira possuía na época tal nível educacional. Em outros termos, buscava-se através da ESG formar uma simbiose da elite militar *liberal-de-direita* com a burguesia industrial nacional internacionalizada, profissionais graduados da classe média conservadora, as oligarquias rurais tradicionais e o *establishment* político-militar dos EUA, interessados em instituir aqui no Brasil, nos anos 50 e 60, projetos políticos que barrassem o fortalecimento de forças políticas nacional-progressistas e a participação das classes trabalhadoras e das correntes de esquerda (os chamados comunistas) no processo político nacional.

Por conseguinte, no terreno da economia, estes componentes das elites militares e civis ultraconservadoras pregavam o aprofundamento da abertura do mercado interno ao

capital estrangeiro, considerando que este seria o principal vetor de aceleração do desenvolvimento econômico do país. À luz dessa diretriz na esfera da economia, é claro que sairia fortalecida a defesa de um alinhamento incondicional do Brasil com as diretrizes geopolíticas dos Estados Unidos, sendo primeiramente invocada, como se viu, a assombração do totalitarismo nazi-fascista, para que depois fosse enfim empreendida, sem muitos contratempos, uma guerra contra a alegada ameaça do comunismo e, por tabela, contra o nacionalismo, a democracia popular e os movimentos sociais. Veremos como os militares assimilavam a idéia de *interdependencia* no capítulo 3.

Para mascarar este desígnio essencialmente político da Escola Superior de Guerra, foi dado aos grupos de altos oficiais que dela faziam parte a incumbência de planejar a *modernização política e econômica do Brasil*, calcada, porém, no binômio Segurança Nacional e Desenvolvimento. No que estivesse bem estruturado e já tendo em mãos uma estratégia de longo prazo que atrelasse o Brasil aos interesses políticos e econômicos do núcleo do capitalismo mundial no pós-Segunda Guerra – além, é lógico, de ter a condição privilegiada de empregar a necessária violência das armas para impedir a permanência daquele quadro político vigente de 1950 a 31 de março de 1964 – o graduado grupo militar atrelado à ESG, iria abrindo caminhos para se apoderar efetivamente do poder.

A forma como as Forças Armadas foram incorporando este papel político-militar no Brasil a partir de abril de 1964, será melhor explicado também no capítulo 3. Portanto, voltemos agora à nossa narrativa referente à atuação política do general Ernesto Geisel.

Dando, então, continuidade ao que vínhamos falando a respeito do comportamento político deste expoente do regime, ao ser perguntado se, no tempo em que fazia parte do Gabinete Militar do governo Café Filho, esta instância governamental se mantinha à margem dos problemas políticos, Geisel responde que

“O Gabinete era solicitado pelo quadro político. Quiséssemos ou não, o ambiente levava a isso e às vezes pediam nossa opinião”⁶⁰.

Entretanto, mesmo exercendo uma função que lhe permitia opinar sobre assuntos políticos e transitar nos altos escalões civis e militares do governo Café Filho – governo este adepto de uma política econômica liberal – é irônico ver Geisel afirmando que

“Na Casa Militar acompanhei o governo do Café Filho. Tive boas relações com ele, embora eu nunca abordasse problemas políticos”⁶¹.

Nos episódios que marcaram a ação do general Lott contra as tentativas de golpe do grupo militar internacionalista que era contrário à posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos democraticamente pelo povo para a Presidência e Vice-Presidência da República em outubro de 1955, Geisel declara de que lado estava, dizendo que

“Meu irmão Orlando, em 1955, servia numa unidade do Rio sob o comando do general Denys e foi a favor da ação do Lott, do golpe.

[...] Assim, o Orlando ficou vinculado à área do Lott. **Nós estávamos em campos opostos**, mas éramos amigos, embora nossa intimidade não fosse tão grande como era antes”⁶².

Por fim, para desmistificar de vez o mito da imparcialidade e do não comprometimento político do oficial militar brasileiro *profissional*, egresso da ESG, fecharemos esta seção com a seguinte declaração feita por um dos mais influentes oficiais do regime, o general *castelista*, Orlando Geisel, quando ele presidia a primeira reunião do Alto Comando do Exército após o afastamento de Costa e Silva da Presidência da República:

“Queiramos ou não, estamos metidos na política. O general muitas vezes é obrigado aparentar que não está metido em coisa alguma, que cuida apenas da parte profissional, mas o general, evidentemente, tem que se meter na parte política; mete-se pelos bastidores. O presidente já disse, eu já disse, o general Muricy já disse: a nossa gente precisa se dedicar à profissão. Capitão, major, coronel e o próprio general-de-brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões. Comandante de Exército faz política; faz menos que eu, ministro, faço; e eu, menos que o presidente, mas faz política. É preciso dar a impressão de que nós não estamos cogitando da política”⁶³.

A “opção tecnocrática” na condução da economia política

“[...] o fenômeno tecnocrático compreende, por sua vez, uma ideologia tecnocrática com a qual é necessário contar. Os princípios fundamentais dessa ideologia, são, além da eficiência e da competência, a concepção da política como reino da incompetência, da corrupção e do particularismo [...].”

(Domenico Fisichella, “Tecnocracia”. In Norberto Bobbio, Nicola Matteucci & Gianfranco Pasquino, *Dicionário de Política*. Brasília: UnB/LGE Editoras. Volume 2 - 12ª edição, 2004, p.1235)

Como parte do projeto de insulamento dos centros de tomada de decisão da máquina político-administrativa do Estado e de reorganização que o regime autoritário-militar vinha fazendo no sistema econômico brasileiro dentro do que também pode ser chamado de “opção tecnocrática”, estava a abertura econômica do país. Tal intento visava a retirada dos entraves para a circulação do capital financeiro, para a remessa de lucros e a importação e exportação das empresas multinacionais que tivessem planos de entregar para as suas subsidiárias brasileiras a tarefa de complementar aqui a produção e a comercialização de bens de consumo duráveis de suas matrizes, levando com isso o Brasil a importar matéria prima, componentes e bens de capital (máquinas e equipamentos industriais), necessários à produção dos mesmos bens.

Se, de acordo com Carlos Lessa & José Luis Fiori, influentes segmentos da burguesia industrial nacional vinham, desde meados da década de 40, se reproduzindo “em simbiose com o subsistema de filiais de empresas (multinacionais) aqui instaladas”⁶⁴, então é lógico que estes segmentos dominantes do capital privado nacional seriam um dos pivôs da tecnificação da política. Afinal de contas, de onde, senão na própria elite burguesa urbana, a que tem melhores condições para adquirir uma instrução utilitária da mais alta qualidade, o Estado burocrático-autoritário pós-64 recrutava os tecnocratas que comporiam os seus quadros dirigentes?

As forças civis e militares que passaram a controlar o poder do Estado brasileiro a partir de 1º de abril de 1964 estavam munidas da retórica de que o *modo* político [democrático] de gerenciar a coisa pública era ineficaz para promover o desenvolvimento econômico nacional. Assim, os políticos que vinham gerindo o poder seriam substituídos por tecnocratas civis e militares, os quais, na base da racionalidade e da competência técnica, assentadas em princípios e métodos de gerenciamento de corporações empresariais privadas, preferencialmente de estilo norte-americano, indicariam os meios eficazes para se atingir os fins presumivelmente almejados por toda a nação no âmbito da economia. Passava-se, então, a idéia de que havia uma relação entre incompetência e política e que o problema seria

resolvido transferindo-se o poder de decisão para tecnocratas tidos como política e ideologicamente descompromissados, estando, por isso, protegidos do jogo das relações sociais e de poder, isto é, dos condicionamentos engendrados por grupos sociais e econômicos que procuram fazer valer seus interesses.

Tratava-se, na verdade, de se configurar de forma diferente o poder político dos grupos poderosos e de alojar os seus interesses econômico-financeiros nos centros decisórios do Estado, isolando-os das demandas políticas e sociais do Congresso, do sistema partidário e do movimento do operariado urbano e rural, apresentando-os, porém, como assuntos que se referiam as questões de ordem macroeconômica e técnico-administrativa, em prol do bem-comum. O que ocorreria, de fato, era que o exercício da política e os seus espaços mudavam de vez de lugar, deslocando-se para os já mencionados *núcleos técnicos* do Estado, que compunham o que se convencionou chamar de “administração paralela”. Não que os dirigentes do regime autoritário-militar tivessem inventado este esquema, pois como já vimos, as pré-condições já tinham sido plantadas nos governos Vargas e Kubitscheck. O que os governos militares pós-64 fizeram foi livrar os núcleos decisórios do ideário nacionalista e aprofundar o seu caráter insular e elitista de modo a garantir o atendimento das reivindicações das entidades patronais nacionais e dos agentes de empresas multinacionais e governos de potências capitalistas através do que Fernando Henrique Cardoso chamou de “anéis burocráticos do Estado”⁶⁵, passando então ao largo dos espaços públicos e coletivos. Assegurava-se, assim, a exclusão das camadas populares nas discussões que definiriam as decisões de Estado, permitindo, enfim, a conquista da esfera pública por interesses privados específicos. Não foi por acaso que o grosso da burguesia industrial brasileira e os agentes do capital industrial-financeiro do Primeiro Mundo que aqui atuavam, apoiaram abertamente, em 1964, a instauração de uma ditadura militar, plasmada pela ideologia tecnocrática. É por esta razão que, como discutiremos mais detalhadamente *a posteriori*, as políticas estatais do regime em pauta não devem ser vistas como incompatíveis com a economia de mercado e os interesses da iniciativa privada. Fazendo uma alusão a uma frase do sociólogo Ricardo Silva, recuperada por Almeida, “o oposto do Estado autoritário é a democracia, não o mercado”⁶⁶.

No plano das ações concretas, o primeiro governo do regime baixava medidas que, dizia-se, estarem voltadas à ‘democratização do capital’ das empresas privadas brasileiras por meio da abertura de seus ativos. Isso, porém, acabou na prática por ser mais benéfico às grandes empresas multinacionais, que receberam substancial isenção tributária e o respaldo de políticas monetárias e cambiais por serem solventes ao disporem de divisas e estoques de

mercadorias altamente negociáveis, fazendo assim com que os benefícios para as pequenas e médias empresas brasileiras fossem duvidosos.

Resultam deste e de outros propósitos das políticas que compunham o fio condutor do modelo econômico do regime, a criação de diversos fundos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Um desses fundos foi o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas de Equipamento Industriais (FINAME), que, segundo Beting, era uma agência que operava por meio de agentes financeiros privados e era relativamente autônoma dentro da estrutura do BNDE. Esta agência estava voltada para o financiamento específico de aquisições de máquinas e equipamentos industriais de fabricação nacional ou norte-americana numa base de *fifty-to-fifty*. Ou seja, os financiamentos providos pelo FINAME, que até 1971 eram de curto prazo, isto é, de cinco anos, não privilegiavam a indústria nacional vendedora, pois tal fundo fornecia empréstimos em proporções e em condições iguais às empresas compradoras (tanto nacionais quanto multinacionais) e, ressalve-se, às empresas compradoras de máquinas e equipamentos preferencialmente fabricados nos Estados Unidos da América. Além do FINAME, havia também o Fundo de Importação de Bens de Produção (FIBEP), que também financiava máquinas e equipamentos novos, igualmente procedentes dos EUA.

Somadas a esta política creditícia, o primeiro governo militar pós-64 institui políticas cambiais que fizeram declinar as taxas de câmbio para importações de bens acabados. No capítulo “The post-war trade policy”, contido no seu livro *Brazil: Industrialization and trade policy* (1970), Joel Bergsman mostra que se, entre 1954 e 1960, a proteção média contra importações de manufaturados no Brasil havia ficado na faixa de 50 a 80%, em 1967 ela cai para 30%. Se for ainda levado em conta os efeitos provocados pela criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), que inicia definitivamente suas atividades a partir de 28 de fevereiro de 1967, por conta do Decreto-Lei 288 do Governo Federal, aquela proteção cai ainda mais, acarretando, com o passar do tempo, o fechamento de muitas das mais de 100 indústrias nacionais do ramo da eletroeletrônica instaladas no sul e sudeste do Brasil. Logo, a entrada em operação da área de livre comércio e de isenções fiscais de importação e exportação para empresas nacionais e estrangeiras estabelecidas na ZFM viria a estancar o surto de desenvolvimento da indústria cabocla de eletroeletrônicos, iniciado nos anos 50.

Portanto, tudo indicava que, sob o manto da *competência técnica*, ou seja, da aludida neutralidade política dos seus quadros de formulação e gerenciamento de projetos micro e macroeconômicos, os generais-presidentes e os ministros-chave dos governos militares enquadravam o Brasil na estratégia monopolística das grandes corporações estrangeiras,

especialmente as norte-americanas, colocando-as no cerne dos seus programas econômicos e fazendo com que os benefícios para os objetivos nacionais dessem razões a dúvidas.

Com efeito, o *Relatório anual de 1967* da diretoria da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base (ABIDIB) apontava, entre outras coisas, o custo financeiro elevado e a acentuada concorrência estrangeira como causas do baixo desempenho que a indústria nacional de bens de capital vinha apresentando. Anos depois, numa entrevista ao *Jornal do Brasil* de 11 de outubro de 1974, o então secretário da ABIDIB, Silvio de Aguiar Pupo, declarava que nas áreas de engenharia de produção e na indústria de bens de capital as firmas brasileiras acabaram sendo “colocadas numa situação de inferioridade” frente às empresas multinacionais concorrentes.

Essa situação podia ser comprovada por uma “circular reservada” expedida em 1966 por Roberto Campos, então ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, na qual as empresas do Estado eram instruídas para só comprarem “equipamentos que tivessem *know-how* estrangeiro”. Em decorrência disso, como relata Moniz Bandeira, a Petrobrás, que havia construído em 1965 as Refinarias Gabriel Passos (MG) e Alberto Pasqualini (RS) com 85% de nacionalização, “começou a desclassificar as firmas brasileiras que se candidatavam à concorrência, cancelando vultosa encomenda de 22 turbinas a vapor, em capacidade até 1.750 HP, feita à Mescli Ltda., a fim de transferi-la para a Rateau, do Grupo Alsthom (sócio nº 16 da IEA), o que acarretou o seu fechamento”. Mais tarde, ainda como reflexo disso, Bandeira diz que “a Refinaria de Paulínea (Campinas, SP), inaugurada em 1972, só apresentou pouco mais de 40% de nacionalização”⁶⁷.

Moniz Bandeira escreve que o mesmo Roberto Campos, quando era presidente do BNDE, havia estabelecido em 1958 “critérios internos” que compeliavam empresas brasileiras a “se associarem contratualmente aos trustes petrolíferos internacionais” (tal como a Pan American Land Oil & Royalty, subsidiária da Standard Oil of California), “como condição para serem selecionadas e poderem explorar o petróleo boliviano, com base no Acordo de Roboré”⁶⁸, o que acabou levando ao seu afastamento da presidência do BNDE no início de 1959, depois de apurações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso.

Há de se ressaltar, então, que a *tecnização* do poder político durante o regime pós-64 servia para validar a ideologia liberal do Estado imparcial, racional e eficiente, administrado por “tecnocratas supostamente desprovidos de interesses e de determinações classistas”. Tal constatação se apóia também na análise que Dreifuss havia feito sobre o papel do Estado Novo na industrialização do Brasil, análise esta que é sumamente apropriada para falarmos do

papel semelhante exercido pelo Estado durante o regime autoritário-militar pós-64, pois Dreifuss diz que:

“Ao envolver o desenvolvimento industrial em uma trama burocrático-militar, o Estado dava a impressão de ser uma entidade onipresente, considerado tanto como um administrador imparcial quanto um franco benfeitor das ‘classes produtoras’ (os industriais) e das classes trabalhadoras. O bloco industrial-financeiro entrincheirou-se em torno da perícia da burocracia e do Exército, apoiado por um aparelho estatal cujo quadro de funcionários provinha das classes médias, as quais agiam objetivamente como classes auxiliares”⁶⁹.

Dreifuss continua sua análise dizendo que, no caso do regime pós-64, o Estado livrou-se do escrutínio público, das críticas dos partidos políticos (de oposição ou até da situação) e das classes subordinadas, o que acabou reiterando

“o mito de um distanciamento ideal por parte do Estado”, o qual, no fundo, ocultava a “supremacia da burguesia, [...] enquanto desempenhava uma função de classe empresarial”⁷⁰.

Os chamados governos ‘populistas’ compostos por políticos de vários matizes (de *esquerda*, nacionalistas moderados e radicais, por liberal-democratas de *centro*) eram, então, taxados como despreparados e ineficientes, o que conseqüentemente os tornariam ineptos para administrarem a máquina estatal e para promoverem adequadamente o desenvolvimento econômico do país, nos moldes do pensamento liberal. O ‘populismo’ teria então tumultuado e inclusive dividido a sociedade brasileira, exatamente por ter permitido uma certa participação política de seus segmentos populares quando importantes decisões tinham que ser tomadas, as quais, mesmo sendo, no fundo, de cunho econômico e político, haveriam de ser consideradas como essencialmente técnicas, como foi o caso da criação da Petrobrás. Já os *generais executivos* dos governos militares e seus parceiros civis tecnocratas eram diversamente apresentados como administradores competentes e responsáveis. Alegavam ser tecnicamente melhor preparados, mais qualificados e mais eficientes – porque mais *realistas, racionais e neutros* – para gerirem a coisa pública “sem compromissos com interesses de grupos, classes, setores ou regiões”, dizendo-se imunes à ideologias e às pressões partidárias ou privadas.

Todavia, como nos mostra Albert Hirschman, este tipo de pessoa, o tecnocrata civil que geralmente veio ocupar posições importantes nos centros de tomada de decisão da área econômica de regimes autoritários como o do Brasil pós-64, possuía sim uma posição política clara, pois tinha de ser um crítico do modelo de industrialização por substituição das importações, o qual havia sido a pedra angular dos governos nacionalistas populares. Tinha também que professar uma grande confiança nas forças de mercado. E o mais importante, os estudos críticos de corte liberal que este tipo de tecnocrata desenvolvia sobre a economia e a política brasileiras eram respaldados por organizações tais como a Instituição Brookings, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁷¹.

No quesito da política propriamente dita, o Parlamento brasileiro precisou ser oportunamente preservado pelo regime político instituído depois do Golpe de abril de 1964. Isso não traria grandes percalços uma vez que sua composição era majoritariamente conservadora. Contudo, dado que o próprio Parlamento se constituía então por meio do voto popular direto – podendo assim ser afetado pela prática do ‘populismo’, vale dizer, pelo recrutamento do “menos capaz” em termos de preparo técnico, segundo o raciocínio de Beting –, é daí que decorria a generalizada aquiescência com o emprego de práticas políticas autoritárias “sob certas condições e sob critérios de dosagem bem calculada”⁷².

Foi, então, preciso compatibilizar o Parlamento com a estrutura de poder tecnocrática autoritária e com a dinâmica de funcionamento antidemocrática do regime pós-64, criando então um descompasso entre os dois poderes. Sendo assim, os donos do poder deste regime decidiram expurgá-lo da classe política. Se mantiveram o Parlamento, o fizeram de forma que ele fosse subjugado, que o seu poder fosse nulo e que sua compleição fosse anacrônica, que ele fosse, enfim, um local sem representações genuínas e onde não se praticaria mais a negociação livre, uma vez que o Poder Executivo estaria dotado do expediente do instituto da cassação de mandatos, da imposição de parlamentares não eleitos, mas nomeados pelo Palácio do Planalto, dos atos institucionais, bem como do regimento do *decurso de prazo* e da ação legislativa direta através do concurso da *medida provisória* e do *decreto-lei*.

Caso os grupos de civis e militares que se apossaram do poder em abril de 64 admitissem que o que existia antes era uma democracia, eles argumentavam que a ‘democracia’ deles seria diferente da democracia que existia anteriormente, porque a ‘democracia’ deles era conjecturalmente equânime e se encontrava então mais adaptada às modernas condições da sociedade brasileira e do sistema capitalista internacional, atendendo assim as reais necessidades do desenvolvimento nacional, visto que a ‘democracia’ deles, nas palavras dos próprios integrantes do primeiro escalão dos governos militares, era

“verdadeira”, “autêntica” e incorruptível. A alegada verdade e a autenticidade da ‘democracia’ deles residia no elemento supostamente revolucionário que se atribuía a ela, o que lhe imputava o poder de superar o atraso econômico e político do Brasil.

A esse respeito, cabe reproduzir aqui um trecho do Ítem I da primeira parte de um documento oficial elaborado em 1970 pela cúpula ministerial do governo do general Médici, *METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO* – “Objetivos, estratégia e ação para o desenvolvimento”, no qual se dizia que a “Revolução de 64” visava criar no país “as condições básicas para o **verdadeiro desenvolvimento**, democracia e soberania”, ressaltando aí a diferença entre a ‘democracia’ dos governos militares e a democracia de governos anteriores. Vejamos o que diz tal trecho do referido documento oficial:

“... A **verdadeira democracia** impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições, para transformar o panorama político tradicional brasileiro, no qual, até pouco, sem embargo das forças políticas dedicadas ao bem comum na República velha e na nova, a inautenticidade era, não raro, a nota característica, ora da representação, ora do sistema político”⁷³.

É, inclusive, no mesmo Ítem I deste documento oficial (já citado na introdução deste trabalho, mas merecedor de nova transcrição), que aparece expresso logo de cara, a meta de transformar o Brasil numa potência mundial, estando ali colocado textualmente que

“A revolução veio para dotar o País das estruturas política, administrativa, Jurídica, social e econômica capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando, assim, a sua viabilidade como **grande potência**”⁷⁴.

Ainda no Ítem 1, Subítem III, intitulado *Objetivos, estratégia, grandes prioridades*, reafirma-se a mesma meta. No primeiro inciso, *Objetivos Básicos*, encontra-se escrito que

“São os seguintes os objetivos nacionais:

I – Como Objetivo-Síntese, ingresso no Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como **grande potência**”⁷⁵.

Em que pese o presente documento admitir no Ítem I da primeira parte que tenha havido no Brasil um “considerável progresso industrial” na década de 50, este, no entanto, não teria sido “autêntico”, porque ele teria seguido uma orientação nacionalista e teria sido condicionado pelas práticas protecionistas do sistema político ‘populista’, o qual, alegava-se, não era orientado por uma ‘racionalidade técnica’ e uma ‘perícia apolítica’. Ou seja, não era governado por pessoas que, em hipótese, estivessem tecnicamente preparadas para lidar com as inconveniências da política em geral. Sob esta ótica, o sistema ‘populista’ seria passível de sujeição às pressões dos interesses partidários, privados ou de classe e, o que seria mais grave na visão de seus críticos, às denominadas reivindicações ‘irresponsáveis’ das massas, equivalendo a dizer que a demagogia, a fraude e a corrupção estavam presentes neste sistema político pré-64.

Tendo como base estas críticas depreciativas feitas ao nacionalismo popular, nota-se que a “verdadeira democracia” dos timoneiros do regime autoritário-militar pós-64 estava mais próxima da concepção que as tradicionais oligarquias brasileiras tinham de democracia, do que dos regimes liberal-democráticos coetâneos (competitivos, pluralistas e sólidos), predominantes nos países capitalistas centrais do pós-Segunda Guerra. Apesar do mesmo documento falar também de soberania, concomitantemente com a idéia de superação das velhas oligarquias rurais, o regime autoritário-militar brasileiro não conseguiria se desvencilhar daquelas tradicionais elites governantes brasileiras no tocante a este tema. Isso porque seu conceito de soberania política era precisamente liberal, o qual consagraria apenas às elites dirigentes tradicionais de um país o direito de exercê-la na prática.

Portanto, o regime autoritário-militar pós-Golpe de 64 impõe ao país uma vida política das mais restritas, criando um quadro político-partidário dualista dentro do qual as diversas correntes políticas e ideológicas tinham que se confinar. Se no início do regime ainda existia uma representação eleita na Câmara dos Deputados, no Senado, nos governos estaduais e nas prefeituras de capitais por meio de votações livres e diretas, estas com o passar do tempo, iriam minguar, representando apenas uma fração muito reduzida da sociedade, uma vez que ocorreria apenas em alguns níveis e em determinadas áreas do sistema político nacional. Esta exiguidade da vida política do Brasil pós-Golpe de 64, que vai perdurar até inícios da década de 80 do século XX, aproximava-se da experiência do oligarquismo que aqui vigorou plenamente de 1895 até 1930.

A modernização política e econômica que os dirigentes do regime diziam querer implantar no Brasil não poderia ser hostil às velhas oligarquias rurais, pois estas haviam apoiado o Golpe, desempenhando nele um papel de proa. Ademais, os militares precisavam

lhes preservar o poder político na medida em que a presença destas oligarquias nos seus respectivos redutos era uma garantia contra a instabilidade política e social, contra possíveis turbulências dos camponeses e trabalhadores rurais organizados. E, mais do que tudo, ambas compartilhavam da mesma *praxis* política, marcadamente elitista, clientelista e autoritária. Decorre daí, por exemplo, o Estatuto da Terra ter se tornado letra morta e nenhuma reforma agrária autêntica ter sido realizada no transcorrer do regime autoritário-militar, coisa que discutiremos mais a fundo depois.

Ainda acerca da legitimação do Golpe de 1964 no plano do discurso, a importância em se aplicar o termo “*revolucionário*” para um movimento golpista que era naturalmente contra-revolucionário devia-se ao fato de que, uma vez instalado o novo regime, o emprego de instrumentos autoritários de poder, independentemente do seu grau de opressão, era indispensável. Sendo assim, quando os tais instrumentos fossem definitivamente impostos argumentar-se-ia que não havia anomalia nenhuma nisso. É o que pretextara o político conservador liberal, Daniel Krieger, quando, num pronunciamento feito em fevereiro de 1966 para as classes produtoras do Rio Grande do Sul, glorifica o autoritarismo do primeiro governo militar, indagando se havia alguma anomalia na história das revoluções vitoriosas “o uso de poderes excepcionais”!⁷⁶

O Golpe militar de 1964 era então apresentado como uma “revolução” de índole liberal-democrática e, enquanto tal, seus líderes poderiam sem problema algum dispor de poderes excepcionais e agir de forma arbitrária porque buscavam atingir um alegado *objetivo superior*: extirpar os ‘males’ que tantos ‘danos’ haviam trazido no passado, salvando assim a concepção de vida do povo brasileiro, as instituições do país e as liberdades individuais, as quais estariam ‘em perigo’. Desta maneira, ao ser incorporado o termo *revolução* para o referido Golpe, isso trazia a vantagem de se rotular os que se colocassem contra o regime dele resultante não apenas como *corruptos*, *subversivos*, *atrasados* e *fracassados*, mas também como *reacionários*.

Nesse sentido, quando, em 27 de outubro de 1965, o marechal-presidente Castelo Branco discorria sobre o movimento de 64, dizendo que deveriam ser afastadas as contingências que tivessem então, entre outras coisas, o “sentido de reacionarismo”, é produtor supomos que o *reacionarismo* a que ele se referia era dirigido não ao político civil de direita, não às velhas oligarquias políticas, ou mesmo ao oficial militar *linha dura*, mas sim às personalidades militares nacionalistas e às organizações políticas sabidamente democráticas e progressistas, aos segmentos populares politicamente organizados ou até mesmo à esquerda revolucionária.

A astúcia dos militares que executam o Golpe de Estado de 1964 em denominá-lo como uma “*revolução*” foi, de acordo com o historiador Caio Prado Jr, decorrente do fato das forças revolucionárias autênticas terem ganhado no mundo todo um “impulso considerável” e uma notável projeção, sobretudo a partir da segunda Grande Guerra. Para Prado Jr, havia na sociedade brasileira da época uma consciência coletiva de que estaria em curso um processo revolucionário no país, sob o prisma marxista, visto que as contradições de nossas estruturas políticas, econômicas e sociais tornavam-se cada vez mais agudas e, por isso, ávidas por “reformas substanciais e profundas”⁷⁷.

Por esta razão é que, no entender de Prado Jr,

“não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de abril de 1964 se enfeitou do nome de ‘*revolução*’”⁷⁸.

É que seus promotores, continua Prado Jr, “sabiam, como sabem, da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira”, mesmo que a tal expressão da dita “*revolução*” de 64 servisse para “iludir boa parte da opinião pública” e encobrir os verdadeiros intentos das “mais retrógradas forças da reação”⁷⁹.

A tecnificação da política e as elites econômicas brasileiras

“E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade”.

(Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Os Pensadores – São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.349)

O Golpe de 1964 no Brasil foi uma investida comandada por uma fração de oficiais militares direitistas de alta patente, atrelada ao complexo ESG-IPES-IBRE-Conclap, acrescida também de um partido político, a UDN (União Democrática Nacional), já que não podia deixar de haver um canal de comunicação do poder militar com um fragmento fisiologista do mundo da política representativa, embora este último acabasse caindo no ostracismo por tornar-se menosprezado. Tal fração da elite militar nacional, porém, não se punha contra as elites civis de forma indiscriminada, como argumentam alguns analistas, mas sim contra aquelas elites políticas, econômicas, intelectuais e até aquela fração de militares legalistas e de orientação nacionalista moderada ou radical, que procuravam acomodar-se à realidade do país quando João Goulart era o chefe de governo e que tinham participado das cúpulas dos

governos democráticos de Vargas e Kubitscheck. É fato que uma parte ponderável do empresariado e dos altos oficiais militares legalistas e nacionalistas de direita, não hostis aos governos Vargas, Kubitscheck e Goulart, acaba, de última hora, bandeando para o movimento conspirador de 1961-1964 na medida em que ficavam incomodados com a crescente mobilização política das camadas populares e dos partidos de esquerda, especialmente os comunistas. Estes segmentos de nossas elites civis e militares demonstravam assim sua consciência de classe, apego a uma ideologia anticomunista e antisindicalista, identidade social, perseverança em seus interesses materiais e *esprit de corps*. Nesse sentido, a fragmentação então existente tanto entre a burguesia industrial nacional quanto entre a alta oficialidade direitista das Forças Armadas afrouxou-se, permitindo que elas alcançassem uma certa unidade, unidade esta que se solidificará no período do chamado ‘milagre econômico’, o qual coincide com o ápice da repressão política e social. Mas, como veremos especialmente no *capítulo 4*, nos anos pós-milagre esta unidade irá se desintegrar e o regime ficará manco de uma perna, enfraquecido diante dos adversários.

É, portanto, digno de reparo aquele tipo de enfoque que contrapõe o pensamento e o posicionamento político dos militares *esguianos* de alta patente com o termo impreciso *elite civil* no decorrer do período que vai de 1950 a meados dos anos 80. Esta advertência é pertinente, pois a alta oficialidade militar formada pelos fundadores da ESG não se opunha àquelas elites civis cosmopolitas, ligadas a projetos liberais no plano econômico, mas autoritários no plano político, já que ambas, ideologicamente identificadas com os preceitos que norteavam as políticas dos EUA para a América Latina no pós-Segunda Guerra, concordavam que a modernização conservadora e acessória da economia brasileira deveria contar com um grande afluxo de capital industrial-financeiro oriundos em grande parte daquele país, malgrado os empresários industriais nacionais ficassem na posição de sócios secundários daquele capital forâneo. Então, como sugere Mário Pedrosa, os militares vinculados à ESG, aos políticos liberais de direita e à elite empresarial brasileira internacionalizada, tinham em comum o ponto de vista de que os Estados Unidos eram o paradigma da modernidade e da eficiência econômica e, desse modo, eles entendiam que seria menos custoso para o Brasil se as corporações americanas investissem aqui nas indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital ou adquirissem as que “estão aqui em acabamento”⁸⁰.

O problema, como veremos com detalhes no transcorrer deste trabalho, é que com o modelo econômico implantado no Brasil após o Golpe de 64 o nosso desenvolvimento industrial acabou ficando na dependência da capacidade para importar insumos estratégicos,

pois para que este aspecto do modelo funcionasse o Brasil precisou recorrer à importação intensiva de matéria prima, componentes e bens de capital (máquinas e equipamentos industriais), necessários à produção dos bens de consumo duráveis, que foram o carro chefe da economia brasileira no período da ditadura. Conforme pontuou José Serra, o regime autoritário-militar “não mostrou nenhum talento especial para *aprofundar* a industrialização” no Brasil. Ao contrário, Serra diz de uma maneira um pouco forçada que, pelo menos até 1974, “em lugar de *aprofundar-se*, a industrialização se ‘desaprofundou’, ao menos em termos relativos”⁸¹.

Desta feita, pode-se afirmar que os militares da ESG eram contra aquela *elite* intelectual, política, militar e econômica que tinha assento nos governos nacionalistas populares e que era denominada de “desenvolvimentista” e de “industriais progressistas”. Aquela *elite* que, segundo Serra, havia colaborado para que o *aprofundamento* da industrialização tivesse avançado notavelmente no Brasil no decorrer dos anos 50. Convém assinalar que esta elite era encarnada, só para citar alguns nomes, por empresários como Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães, Euvaldo Lodi, Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Ramiz Gattás, Lúcio Meira, Fernando Gasparian, Mário Wallace Simonsen, Paulo Sampaio e Celso da Rocha Miranda assim como por militares de alta patente como os generais Estillac Leal, Horta Barbosa, Henrique Lott, Ladário Telles, Segadas Vianna, Argemiro de Assis Brasil, Jair Dantas Ribeiro, Osvino Ferreira Alves e o almirante Alvaro Alberto, todos eles movidos por um ideal desenvolvimentista industrializante permeado, por sua vez, por ideais nacionalistas e por reformas socio-econômicas moderadas.

Mário Henrique Simonsen, um oficial da reserva da Marinha, formado em Engenharia Civil com especialização em Economia, representante da elite financeira liberal ligada com os militares da ESG, já havia esclarecido essa discussão em 1963, quando, ao tratar dos *desequilíbrios do crescimento* de países subdesenvolvidos, criticava o que chamou de “Nova Classe industrial” e o “povo” em geral, os quais, para ele, tinham uma “fascinação da indústria”. Assim dizia Simonsen:

“.... muitos países (não somente os subdesenvolvidos, mas particularmente estes) insistem em implantar e expandir setores industriais em flagrante situação de desvantagem comparativa”⁸².

Para Mário H. Simonsen isso era uma demonstração de “nacionalismo puro”, carregado de um certo “irracionalismo”, pois fomentava as aspirações que a maioria das

populações latino-americanas tinha pela implantação de novos ramos industriais nos seus países (as “indústrias espetaculares”), fazendo com que estes deixassem de aproveitar o potencial que possuíam de “exportações comparativamente vantajosas”. No entender de Simonsen, para um país como o Brasil dos anos 50 e 60 do século XX tal potencial de exportação “comparativamente vantajoso” encontrava-se, é claro, na exportação de produtos primários, tradicionais e não tradicionais, agrícolas e minerais. Portanto, a linha de pensamento econômico que Simonsen defendia desde os anos 50 tinha feições antinacionalistas e antiindustrialistas, pois ele criticava a “ênfase que o desenvolvimentismo dava às “indústrias espetaculares” e “o inaproveitamento das possibilidades potenciais de exportação, com o correspondente estímulo à implantação de indústrias comparativamente desvantajosas”⁸³.

Abrindo um pequeno parêntese retrospectivo para identificarmos as origens do pensamento econômico de Mário H. Simonsen, cumpre notar no mesmo uma forte similitude com o pensamento dos anti-industrialistas brasileiros do período que contempla as três primeiras décadas do regime republicano, o qual repercutia os interesses dominantes das oligarquias rurais agro-exportadoras, contrárias à qualquer política fiscal e alfandegária de proteção à incipiente indústria nacional, em especial ao que chamavam de indústria “artificial”, isto, é, aquela indústria que não se utilizava de produtos que tivessem origem primária na terra brasileira e que não estivesse intimamente vinculada com a produção agrícola exportadora, como, por exemplo, a indústria de sacaria. Sendo assim, há de coletarmos algumas manifestações que naquela época permeavam o debate nos altos círculos do poder político e econômico acerca do destino do país.

Rodrigues Alves, quando ocupava o cargo de ministro da Fazenda do governo Prudente de Moraes (1894-1898), considerava, por exemplo, que o surto industrializante pelo qual o Brasil então passava, estaria prejudicando a agricultura pelo fato de atrair para os centros urbanos a mão-de-obra e os capitais necessários à lavoura⁸⁴.

O presidente Campos Sales (1898-1902) era um outro anti-industrialista que seguia princípios econômicos ortodoxos que estabeleciam como fundamental

“tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições do que nós.”

(Mensagem apresentada por Campos Sales na Terceira Sessão da Terceira Legislatura, 3 de maio de 1899)⁸⁵.

O seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, de pensamento fundamentalmente liberal, combatia todo e qualquer auxílio direto do Estado a favor da indústria nacional, opondo a indústria ‘natural’ à indústria ‘artificial’, pregando, dessa maneira, tal como reiteraria Eugênio Gudin na segunda metade do século XX, a preponderância do setor agro-exportador na economia do país. Para Murinho, o processo de crescimento industrial que vinha se dando no Brasil desde a década de 80 do século XIX era “irregular” e “vicioso”, pois ele considerava errônea a aspiração aqui existente de se “estabelecer indústrias de todos os gêneros”, vale dizer, as chamadas *indústrias artificiais*, que, para ele, produziam caro aquilo que poderíamos importar barato. Como um bom liberal, Murinho era a favor de um regime econômico “livre” sem a intervenção direta do Estado na economia, ou seja, sem nenhuma proteção do Estado para aquelas indústrias infantes nacionais que, no seu entender, não fossem viáveis. Sob o pretexto do “alto custo” da produção industrial brasileira, que estaria prejudicando não apenas o bolso do consumidor nacional, mas também os preços competitivos de nossos produtos agrícolas exportáveis, pode-se dizer que Murinho se estranhava com o pensamento nacionalista. O que torna esta afirmação plausível é esta sua manifestação:

“Importamos cereais para não importarmos fósforos; importamos gado para não importarmos seda.

O nosso patriotismo exulta com esta política industrial curiosa: importamos caro aquilo que podíamos produzir barato e produzimos caro aquilo que podíamos importar barato [...]”⁸⁶.

A par desta linha de pensamento econômico de setores expressivos das elites dirigentes da Primeira República e, no que é mais condizente com este nosso trabalho, do pensamento de um liberal mais recente como Mario H. Simonsen, é imperativo recorrermos novamente à José Serra para esclarecer que os ataques que os economistas afeiçãoados ao regime autoritário-militar pós-64 desferiam nos governos nacionalistas populares e nas políticas econômicas protecionistas do modelo de substituição de importações que os precederam, não eram porque a industrialização no Brasil tivesse avançado muito pouco, mas porque ela teria sido levada longe demais. Logo, para os vultos da área econômica do regime, tais como Simonsen e Gudin, o *aprofundamento* da industrialização verificado antes, no denominado período ‘populista’, era considerado “excessivo”.

Serra lembra que nas palavras de Simonsen:

“{...} o aumento obsessivo dos índices de nacionalização” (leia-se *aprofundamento* da industrialização) “muitas vezes conduz ao desperdício e não à economia de divisas”⁸⁷.

O mencionado artigo redigido por Mário H. Simonsen em 1963, reunido em um livro junto com outros artigos escritos por Roberto Campos, Lincoln Gordon, David Rockefeller e demais liberais (livro este publicado no Rio de Janeiro em 1964 pela Zahar Editores sob o título de “*América Latina: Evolução ou Explosão?*”), certamente fazia parte da campanha intensiva promovida pelos militares *esguianos* e as elites civis liberais contra o governo João Goulart. Tal artigo de Simonsen tinha, portanto, um objetivo bem explícito, que era o de atacar e difamar o pensamento nacionalista, os políticos populares e suas políticas sociais e trabalhistas progressistas, bem como os planos econômicos desenvolvimentistas notadamente intervencionistas e protecionistas, definindo claramente quais eram os seus inimigos:

- 1) No campo político, os partidos e personalidades de esquerda e de centro-esquerda, assim como os intelectuais e governantes responsáveis pela formulação e aplicação de reformas sociais progressistas e concepções econômicas nacional-desenvolvimentistas, embasadas em políticas de substituição de importações. É claro que não ficavam de fora destes grupos de adversários políticos os oficiais militares nacionalistas que defendiam o controle de recursos e a participação do Estado em empreendimentos econômicos estratégicos;
- 2) No campo econômico, aquela *elite* de empresários industriais nacionais, que Mário H. Simonsen chamava de “Nova Classe industrial” e/ou de “industriais progressistas”, a qual, segundo ele, aderiu ao “nacionalismo a fim de garantir suas posições monopolísticas...”, estando ela, conforme o mesmo economista, “[...] pouco interessada em melhorar a sua produtividade, e basicamente preocupada em obter subsídios governamentais e escudar-se, com tarifas aduaneiras proibitivas, contra a concorrência externa”. Enfim, Simonsen se referia àquela vaga *elite civil*, de tendência moderadamente nacionalista, a qual era difamada pelos militares da ESG que vieram ocupar o poder em abril de 1964.

Percebe-se, então, – e isso será melhor demonstrado mais adiante – que o regime pós-64, apesar de prometer tomar medidas que dessem ao capital industrial nacional condições para competir de igual para igual com o capital industrial estrangeiro, na prática produzia o efeito contrário. Como sustenta Mário Pedrosa, e como pudemos notar no tom

professoral de Simonsen, o regime autoritário-militar teria vindo para, citando Bulhões, “educar” a classe industrial brasileira e não para proporcionar o seu desenvolvimento⁸⁸.

Dado que o discurso político-militar que afluía com a fundação da ESG era dirigido contra os políticos democráticos, ‘populistas’ ou não, contra as esquerdas em geral, contra os segmentos populares organizados e contra as citadas elites econômicas nacionalistas, ele precisava vir envolto numa terminologia *apolítica* e sustentada por um instrumental dito *científico*, para dar a impressão de imparcialidade, eficiência e superioridade, como pode ser percebido na seguinte justificativa dada pelo general Antonio Jorge Correia para o fato da ESG ter sido criada:

“a consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular, através de método científico, a política e a estratégia nacionais”, a fim de que o Brasil superasse o seu atraso econômico e atingisse a “categoria de grande potência”⁸⁹.

“Por isso mesmo”, diria mais tarde o general Ernesto Geisel, já ocupando o cargo de presidente da República,

“os governos revolucionários, sem exceção, timbraram em valorizar a **técnica** e, juntamente com o político – o homem votado pelo povo por seu **mérito** e capacidade de persuasão – valorizar o **técnico** – o homem escolhido pelo administrador por sua especialização e **competência**”⁹⁰.

Fernando Jorge expressa a visão que os chamados militares *técnicos* de alta patente e os tecnocratas civis que fizeram parte da cúpula da máquina administrativa dos vários governos do regime autoritário-militar tinham com relação aos políticos em geral quando o assunto se referia à direção do Estado, reforçando assim aquela concepção tecnicista da política. Adotando esta concepção, Fernando Jorge assinala que o general Ernesto Geisel,

“eleito Presidente da República, escolheu como ministros não as farisaicas raposas da política, e sim **técnicos** competentes, profundamente versados nas suas especialidades”⁹¹.

O próprio general Ernesto Geisel se configurava num exemplar autêntico do militar *técnico, profissional*, executivo e burocrata, pois, como sublinha Kucinski, ele “nunca havia comandado um exército e fez sua carreira como dirigente de empresas estatais”⁹², estando ocupando a presidência da Petrobrás quando foi escolhido para ser o sucessor de Médici.

Entretanto, cabe encaixar aqui uma advertência levantada por Nilson Borges, a qual suscita uma reflexão da maior seriedade a respeito desta retórica do dito oficial militar *técnico e profissional*. Assim nos previne Borges:

“Faz-se mister assinalar que quando a Doutrina de Segurança Nacional menciona um novo profissionalismo dos militares, não significa simplesmente se referir a um novo tipo de militar, mas a uma nova dimensão da política interna do país na qual o militar assume, claramente, aberta e agressivamente um papel que consiste em intervir e tomar posse da política”⁹³.

Portanto, ao mesmo tempo em que efetuava, com a chamada tecnificação da política, a modernização do aparelho de Estado, abarcando, é claro, as Forças Armadas, o regime pós-64 ia também militarizando, de uma parte a outra, os postos de gerência da máquina administrativa estatal, com dezenas de militares assumindo importantes postos da administração pública federal. Introduzia-se, assim, nesta máquina, “a militarização dos métodos da cadeia de comando, que reproduzia no Palácio do Planalto e em todos os ministérios os procedimentos de Estado Maior”⁹⁴. Assim sendo, muito mais do que ocuparem a presidência da República e os ministérios e gabinetes específicos da área militar, os militares também se apossaram de outros ministérios tradicionalmente ocupados pelos civis, provocando uma militarização de fato do aparelho administrativo do Estado.

No governo Castelo Branco, por exemplo, o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais era ocupado pelo general Cordeiro de Farias; o Ministério da Viação e Obras Públicas pelo general Juarez Távora; o Ministério da Justiça, e depois o das Relações Exteriores, pelo general da reserva Juracy Magalhães; e o SNI pelo general da reserva Golbery do Couto e Silva.

No governo Costa e Silva, oito oficiais militares da ativa e dois da reserva ocupam diversos ministérios, além daqueles específicos da área militar, como o ministério dos Transportes (ocupado pelo coronel Mário Andreazza), do Interior (pelo general Albuquerque Lima), o do Trabalho e Previdência Social (pelo coronel Jarbas Passarinho), o das Minas e

Energia (coronel José Costa Cavalcanti), o da Indústria e Comércio (general Edmundo de Macedo Soares) e o SNI (general Emílio Garrastazu Médici).

No governo Médici, os militares ficaram com a chefia dos ministérios militares e do Ministério das Comunicações (coronel Hygino C. Corsetti), o da Educação e Cultura (coronel Jarbas Passarinho), o dos Transportes (coronel Mário Andreazza), o do Interior (José Costa Cavalcanti). Malgrado os ministérios da Saúde, das Relações Exteriores e do Trabalho e Previdência Social tivessem ficado nas mãos de civis, estes haviam sido discentes da ESG.

No ultracentralizador e hermético governo Geisel, o principal e mais importante grupo de assessoramento do Presidente da República era o chamado *quarteto palaciano*, formado por quatro ministros de Estado, sendo três deles militares e apenas um civil: o general Hugo Abreu (Casa Militar), o general João Figueiredo (SNI), o general Golbery (Casa Civil) e Reis Velloso (Secretário do Planejamento). Segundo Góes, este era o principal conselho informal do Governo, “detonador de decisões imediatas ou instrutor de diretrizes para decisões futuras”⁹⁵. Vale recordar ainda que o Ministério das Comunicações foi ocupado pelo capitão-de-mar-e-terra, Euclides Quandt de Oliveira, que o ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, era major do Exército e que o civil, Reis Velloso, era frequentemente forçado a abrir espaço para o ‘anfíbio’ Mário H. Simonsen, Ministro da Fazenda.

Além destas ocupações formais de vários ministérios, os militares instalavam em todos os órgãos públicos, fossem eles ministérios, fundações públicas, secretarias ou autarquias, uma ala da Divisão de Segurança e Informação (DSI) que, como um braço do SNI, foi, segundo o historiador Carlos Fico, responsável por realizar, entre 1968 e 1985, trocas de informações com o Centro de Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), no que dizia respeito à identificação de possíveis subversivos no quadro funcional da administração federal. Não estão contados aí o comando dos serviços de inteligência, de segurança e de polícia espalhados por todo o país, bem como a direção da Petrobrás, Eletrobrás, Sudene e da Sudam, isso sem falarmos dos inúmeros departamentos e superintendências. Os militares só não detinham totalmente o controle direto dos ministérios das áreas da economia e das finanças, é óbvio, pelo fato destes serem cativos de banqueiros e economistas liberais de confiança da comunidade financeira internacional e das empresas multinacionais e nacionais vinculadas ao complexo IBRE-Conclap-IPES-IBAD-ESG.

Com a amplitude desta ocupação de vários postos gerenciais de 1º, 2º ou 3º escalão da administração civil estatal por parte dos militares, Carlos Castello Branco observa que também ia se criando nela a praxe de um corporativismo e um fisiologismo militar, a qual

acabou se arraigando na mente e no comportamento dos homens fardados lotados nesses postos, a tal ponto que, mais tarde, estes reagiriam contra a sua devolução aos civis⁹⁶. Na medida em que uma parte dos militares lotados nos escalões intermediários da máquina administrativa civil e empresarial do Estado se identificava, no plano do debate econômico, com o estatismo e o ideário nacionalista, eles reforçaram o seu espírito corporativista, constituindo-se então num dos focos de resistência ao limiar do processo de abertura política e da desestatização do final dos anos 70 e início dos 80, o qual acarretaria a volta dos militares aos quartéis, bem como a alavancagem da liberalização da economia brasileira*. Portanto, não é plausível estabelecer uma correlação entre uma parcela destes militares de colarinho branco lotados em autarquias federais e os chamados “duros”, pois como veremos no momento oportuno, alguns dos expoentes dos “duros” (exemplo, o general Sylvio Frota) eram críticos do estatismo e do nacionalismo popular.

Ainda sobre as consequências desta ampla ocupação da máquina administrativa do Estado pelos integrantes das Forças Armadas, o vocabulário usado pelo presidente Arthur da Costa e Silva exemplifica bem o citado procedimento de Estado Maior dos governos militares relativo à administração pública e à condução da vida política do país, pois o marechal-presidente, em declaração feita em 13 de janeiro de 1968, considerava a ARENA o seu “**exército político**”, assim como referia-se aos seus dirigentes como “**generais do partido**”, então comandados pelo “**marechal Krieger**” que, no dia anterior, numa reunião da comissão executiva do partido oficial, tinha sido reeleito como presidente do mesmo⁹⁷. Dito de outra forma, Costa e Silva reiterava, então, as normas que conduziam os relacionamentos dos governos militares com a sociedade política, as quais tinham sido estipuladas pelo presidente Castelo Branco, quando ele, ao se referir ao Bloco Parlamentar que servia como sustentação de seu governo no Congresso, julgava que o referido Bloco era um instrumento da “Revolução”, mas que esta não era instrumento daquele⁹⁸.

Carlos Lessa também reconhece a implantação de tais procedimentos no modo de governar dos militares, em especial no estilo administrativo do governo Ernesto Geisel, dizendo que este, no pronunciamento que fez em 19 de março de 1974, demonstrava, “uma maior centralização ‘absolutista’ no interior do aparelho do Estado”. O general-presidente se colocava então como o “comandante supremo” que estabeleceria as prioridades políticas e a estratégia de desenvolvimento econômico do país, tendo todo o quadro subalterno da administração governamental que seguí-las à risca⁹⁹.

Como exemplificação do “reforço da centralização autoritária no interior do aparelho do Estado” por parte da gestão do presidente Geisel, Lessa cita a “conversão das instâncias

estaduais e municipais em meras delegacias executivas da administração”, reduzindo ainda mais a já diminuta autonomia que elas detinham, redução esta que teve início em 1964, segundo Lessa e Góes¹⁰⁰. Este último mostra que a existência de núcleos da administração federal nos estados, corporificados nas Secretarias de Articulação dos Estados e Municípios (Sarem), as quais tinham que responder à Secretaria do Planejamento do Governo Federal, era um sintoma desta situação que tolhia qualquer iniciativa das administrações estaduais e até municipais. A extensão deste tolhimento era tamanha que, em meados da década de 70, a maioria dos estados não conseguia mais poupar e reter recursos para a realização de investimentos até mesmo no setor de infraestrutura, que era de sua competência (urbanização, saneamento e transporte coletivo), ficando assim a mercê da União.

Foi depois da edição do AI-2 que o poder de intervenção do Governo Federal nos estados passou a ser quase que total, o que deixou os governadores com pouquíssima autonomia, atuando exatamente como fantoches do poder militar. Não é demais lembrar que, para que pudessem tomar posse, Israel Pinheiro e Negrão de Lima tiveram que entregar o controle de suas polícias civil e militar estaduais ao Governo Federal, o que levou ao estabelecimento de uma força centralizada de polícia até então nunca vista no Brasil republicano, a qual passou a comandar de Brasília as polícias de todos os estados brasileiros. Mais grave ainda, os governadores de estado ficaram com o direito de nomear uns poucos secretários de Estado apenas, sendo a maioria deles designados pela União. Esta também passou a ter o privilégio de definir quais seriam os planos de obras que deveriam ser tocados nos estados. Era o chamado freio que o regime autoritário-militar impunha aos governadores eleitos em 1965, particularmente os de oposição.

Luiz Aranha Corrêa do Lago reitera a opinião de que era bastante elevado o grau de intervenção do Governo Federal nos estados depois da instalação do regime, comentando que “no período de 1967 a 1973, a administração das finanças estaduais e municipais ficou, em certa medida, subordinada à orientação do Governo Federal”. De fato, assevera Corrêa do Lago,

“a própria Constituição de 1967, permitia a intervenção da área federal em assuntos financeiros dos estados, no caso de adoção, por estes, de programas ou medidas incompatíveis com o programa econômico do governo federal”¹⁰¹.

Além disso, Corrêa do Lago demonstra que o governo federal impôs restrições às emissões de títulos estaduais por meio da Resolução 101 do CMN. E mais, com a decretação

do AI-5, “o governo federal também reduziu a parcela do Fundo de Participação dos Estados e Municípios” com relação à arrecadação do governo federal.

Carlos Lessa (1998) mostra várias outras medidas concretas que o governo Geisel tomou na área econômica para que este processo de centralização prosseguisse e se aperfeiçoasse, como, por exemplo:

- a) o decreto baixado em 11 de dezembro de 1974 “dispondo sobre a liberação e aplicação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios”;
- b) a edição do DL 74.157 de 6 de junho de 1974 que estabeleceu o controle do endividamento estadual e municipal;
- c) a Resolução 345 do Banco Central, que dispôs que os Estados e municípios teriam que comunicar mensalmente ao Banco Central “a posição de suas dívidas, registrar quaisquer lançamento de títulos de dívida, bem como anunciar qualquer intenção de contratar financiamentos para antecipação de receitas”;
- d) “a posição da SEPLAN no organograma federal e a imediata constituição do CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico’ – que correspondeu ao “encurtamento da alçada de cada ministério”.

Lessa diz ainda que era também “visível a transposição do princípio da hierarquia comandante/comandado para a relação Estado/sociedade”, pois os governos do regime pós-64 haviam igualmente adotado o paradigma da postura autoritária do militar para se relacionarem com a sociedade civil, já que, em nome da manutenção da ordem e da estabilidade, era o Estado quem deveria estabelecer quais as questões políticas e sociais que seriam eleitas como prioritárias, quando e de que forma elas deveriam ser decididas e implementadas. E, caso as pressões da sociedade civil extrapolassem os limites, a regra era controlar e até suprimir estas pressões.

Se nos pronunciamentos do presidente Geisel e de alguns de seus ministros mais importantes os conflitos políticos indicavam ser inadmissíveis e ilegítimos, em decorrência do alegado despreparo do povo brasileiro para a democracia, pode-se inferir desta maneira que naquele momento, para os que estavam então à frente do poder, a democracia seria inoportuna e, conseqüentemente, a sua reinstauração teria de ser postergada *sine die*.

Prova cabal desta indefinição quanto ao processo de redemocratização do Brasil foi exposta por Golbery do Couto e Silva em 1980, quando ele colocara que o estágio inaugural deste processo exigia,

“para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante longo e condução vigi-

lante e ativa”¹⁰².

À exemplo de Max Weber, as elites civis e militares tradicionais que se juntaram para dar o Golpe de 64 temiam a “democracia de massas”. Como mostra Dreifuss, Weber via a democracia de massas como perigosa para o Estado pelo fato de que ela poderia propiciar a ascensão e o predomínio político de “elementos emocionais”. Segundo Dreifuss, Weber havia salientado que “a ‘massa’ como tal (independentemente das camadas sociais que a compõem em qualquer exemplo particular) só é capaz de pensar a curto prazo. Pois, como toda experiência mostra, ela estaria sempre exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais”¹⁰³.

Para Weber, portanto, a disciplina se opõe ao carisma e este, por ser dotado de um “poder mágico” pertencente a um indivíduo (caráter personalista do poder), se opõe à disciplina¹⁰⁴. E como para a cultura e para a organização da instituição militar a disciplina é um de seus baluartes, encontramos aí a razão dos militares serem contra lideranças políticas carismáticas e o porque do regime autoritário-militar brasileiro não ter produzido nenhum general-presidente carismático.

Esse tipo de pensamento político pode ser detectado na imagem que um colunista do jornal norte-americano *Evening Star*, Max Lerner, descreveu de Castelo Branco depois de tê-lo conhecido pessoalmente, afirmando que, além de “tímido” e “introvertido”, ele era “inteiramente desprovido de aparência carismática”¹⁰⁵.

Dito de outra forma, adotando desta vez as expressões que Franz Neumann utiliza em sua obra *Estado Democrático e Estado Autoritário* (1969), a ditadura militar brasileira não tinha o “elemento cesarista”, apesar de seu primeiro presidente, o marechal Castelo Branco, ter, paradoxalmente, sido descrito com adornos cesaristas pela propaganda oficiosa, pela grande imprensa nacional e estrangeira, bem como pelos seus asseclas civis e militares, que ressaltavam sua modéstia encantadora, suas nobres qualidades e suas “excelsas virtudes”^{*}.

Numa carta de 24 de novembro de 1964 enviada ao deputado Bilac Pinto, o embaixador brasileiro nos EUA, Juracy Magalhães, escreve que considerava “uma verdadeira dádiva dos céus a presença de um líder como o nosso presidente Castelo na chefia da Nação”. O *Jornal do Brasil* publica uma matéria em 11 de março de 1967 sobre o governo Castelo Branco, intitulando-a de “*Os Mil Dias*”, na qual contrastava o Brasil antes deste general-presidente, chamando-o de período de “sombra”, e o Brasil depois dele, denominando-o como um período de “luz”. O jornal norte-americano *Washington Post* reproduz uma imagem do general-presidente Castelo Branco muito difundida pela intelectualidade brasileira

conservadora que havia apoiado o movimento militar de 64 e tinha Castelo como um governante que podia ter se tornado um ditador, mas que estaria se recusando a isso. O referido jornal dos EUA tratava, então, Castelo Branco como um “estereótipo oposto dos militares latinos”, fazendo uma alusão ao *caudilho* civil ou militar, tipo do líder político autocrata que se apossa do poder e o mantém em suas mãos por um tempo indefinido, muito comum à paisagem política da América Latina dos séculos XIX e XX¹⁰⁶.

Aliás, a referência aos *caudilhos* latino-americanos e a comparação destes com os generais-presidentes do regime autoritário-militar brasileiro era constante e proposital, pois seguia uma estratégia discursiva muito bem elaborada, também voltada para invalidar as críticas de opositores e para iludir a opinião pública, pois como no Brasil da época havia, de tempos em tempos, a substituição dos generais na Presidência da República, este regime não poderia ser considerado como uma ditadura, mas como uma ‘democracia forte’, capaz de atender às exigências de uma modernização (tecnocrática) da economia do país, mas na qual se misturavam estreitamente os interesses políticos e econômicos de grupos corporativos estrangeiros e nacionais associados.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

A Desfiguração do espectro político brasileiro pré-Golpe de 1964

¹ Florestan Fernandes, *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979, pp.4-7 – grifo nosso.

² Este termo foi utilizado pelos tenentistas reunidos num Congresso do Clube Três de Outubro em abril de 1934.

³ Oliveiros S. Ferreira (São Paulo: Editora Convívio, 1966, p.16) e Luis Viana Filho (Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975, pp.523-24).

⁴ *Folha de São Paulo*, 20/03/64.

⁵ Florestan Fernandes, *Ibid*, pp.4-7.

⁶ Luis Viana Filho, *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975, pp.15, 19, 40-41 – grifos nossos.

⁷ Nelson Werneck Sodré, *Brasil: Radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980, p.141 – grifos nossos.

⁸ Luis Viana Filho, *Ibid*, pp. 310-313

Obs.: Foi a Emenda constitucional nº 1 à Constituição de 1967, presente no texto da Constituição de 1969, que estipulou a eleição indireta do Presidente da República por um Colégio Eleitoral. Conforme projeto de lei do ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, aprovado no Congresso em agosto de 1973, a composição deste Colégio ficou sendo a seguinte: os 310 deputados federais e os 66 senadores do Congresso Nacional, além de 125 delegados indicados pelas assembleias estaduais, aos quais cabiam escolher por maioria absoluta os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, registrados pelos dois partidos legais. Vale assinalar que pouco antes de enviar a citada Emenda ao Congresso, o Governo fez modificações em alguns de seus termos, com vistas a eliminar o princípio de participação das minorias legislativas estaduais (in *Livro do Ano – Balsa – 1974*. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações Ltda, pp.50-51).

⁹ René Armand Dreifuss, 1964: *A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.261.

¹⁰ Fonte: www.cpdoc.fgv.br/idhbbverbetes.htm/2304_2.asp.

O mito da imparcialidade política e da superioridade técnica do militar profissional no governo do país

¹¹ Octavio Ianni, “*As Estratégias de Desenvolvimento*”, capítulo 11 do livro de Caio Navarro de Toledo. 1964: *Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 161-68.

¹² Eliezer Rizzo de Oliveira, “A Noção de Soberania na Escola Superior de Guerra”. In Eliezer Rizzo de Oliverra (org.), *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papirus, 1987.

Obs.: Entendemos que os outros projetos “possíveis e alternativos” implicavam a continuidade e o aprofundamento do regime democrático popular, da política externa independente, bem como a correção de defeitos do modelo econômico de substituição de importações, em voga no país de 1950 a 31 de março de 1964.

¹³ Luiz Carlos Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado: Esboço de uma Economia Política Periférica*. São Paulo: Editora brasiliense, 1977.

O caráter político da tecnificação da política

¹⁴ David Collier, *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.12.

^{15a} Dreifuss, *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p.41.

^{15b} *Idem*.

¹⁶ Apud: Darcio Oliveira, “Vidigal vai à forra”. Revista *Isto é*, outubro de 2000. In www.terra.com.br/dinheironaweb/site/165/negocios/vidigal.htm - acessado em 11/05/2007.

Ditadura tecnoburocrática e institucional

¹⁷ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Cartéis e Desnacionalização (A Experiência Brasileira: 1964-1974)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, p.205.

¹⁸ Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 1968, p.45.

¹⁹ Carlos Lessa, *A Estratégia de Desenvolvimento, 1974-1976, Sonho e Fracasso*. Campinas, Instituto de Economia – Unicamp, 1998, pp.29-32.

notas

²⁰ Ernesto Geisel, *Discursos - Volume I, 1974*. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1975, pp. 49-50.

* O GETAT significava a militarização do problema fundiário no Norte do país, pois surgia, em 1970, para atender as demandas de empresas multinacionais interessadas em explorar minérios naquela região, preocupadas que estavam com os conflitos sociais lá existentes por causa de constantes lutas pela posse de terras. O Conselho de Segurança Nacional era o núcleo do poder no regime autoritário-militar pós-64. Segundo Galache & André, “figura-chave dentro do CSN é o seu Secretário-Geral, cargo que pertence obrigatoriamente ao Chefe da Casa Militar na Presidência da República. Ele é quem prepara as sessões do Conselho e quem controla as divisões de segurança e informações que devem existir em todos os ministérios civis”. (in G. Galache & M. André, *Brasil – Processo e Integração: Estudos de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1979, pp.265-266).

²¹ Com base na edição da revista *Visão* de 1º de agosto de 1972, Armand Mattelart diz que a campanha do mito do “milagre brasileiro” teria sido criada e mundialmente propagada pela empresa de propaganda e publicidade norte-americana, Kenyon & Eckhardt. In *Multinacionais e Sistemas de Comunicação: Os Aparelhos Ideológicos do Imperialismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1976, p.223.

²² Ver Ricardo Ffrench-Davis, Oscar Muñhoz e José Gabriel Palma em “As Economias Latino-Americanas, 1950-1990” - capítulo 3 do livro organizado por Leslie Bethell, *A América Latina após 1930*. São Paulo: edusp/FUNAG, 2005, tabela 2.4, pp. 106-07, e tabela 3.2 - p.136.

²³ *Newsweek*, janeiro 1982. Apud: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p.54.

²⁴ Anuario Estadístico de América Latina (Statistical Yearbook for Latin América) 1988, da Comisión Económica para América Latina (Economic Commission for Latin America) das Naciones Unidas (United Nations), Parte V: *External Financing* – Quadro 268: *Interest Paid and Outstanding*, p.486. No tocante aos índices de desemprego, os números foram extraídos da mesma fonte, só que referente ao ano de 1983, Parte I Desarrollo Social y Bienestar – Quadro 19, p.84.

²⁵ Ricardo Ffrench-Davis, Oscar Muñhoz e José Gabriel Palma, “As Economias Latino-Americanas, 1950-1990” - capítulo 3 do livro organizado por Leslie Bethell, *A América Latina após 1930*. São Paulo: edusp/FUNAG, 2005, p.131.

²⁶ Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 2ª edição, 2003, pp.255-56.

²⁷ Flávio de Campos & Mirian Dolhnikoff, *História do Brasil*. Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2ª edição. Brasília, DF, Funag, 2001, p.357.

²⁸ Apud: Kátia Marly Mendonça Barreto, *O Clube Militar: Atuação Política, 1950-1956*. Dissertação de mestrado na PUC-SP, 1988, pp.11-13.

²⁹ *Livro do Ano Barsa 1976*. “Brasil – Os Ministérios”. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1976, p.55.

³⁰ *Livro do Ano Barsa 1977*, p.52.

³¹ Este termo ‘tecnicalidade de gestão’ foi emprestado do professor István Jancsó, que o empregou para diagnosticar o debate político acerca das eleições de 2006 para a Presidência da República. Entrevista ao caderno *EU & Valor*, do jornal *Valor Econômico*, de 25, 26 e 27 de agosto de 2006 – Ano 7 – Nº 309.

³² Joelmir Beting - Capítulo 11 - Unidade III do livro organizado pelo professor-general, Luiz Felliipe da S. Wiedmann, *Brasil: Realidade e Desenvolvimento*. São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1973.

³³ *Idem*.

³⁴ *Idem*.

Os militares técnicos no turbilhão da política

³⁵ Sérgio Buarque de Holanda, “A Fronda Pretoriana” - capítulo III do livro *Do Império à República, História Geral da Civilização Brasileira*, tomo V, volume II. São Paulo: Difel, 1972.

* De acordo com Celso Castro (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002: 35), pelo menos até 1980 Caxias era tido como a “personificação do próprio Exército”, modelo perfeito de soldado”.

³⁶ Viana Filho, *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975, pp. 19, 31-32, 42, 206 e 375.

³⁷ *Idem*, pp. 4-6.

³⁸ *Idem*, pp.47, 496-97 e 521.

notas

³⁹ Carlos Castello Branco, *Os Militares no Poder*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 1976, p.19 – grifo nosso.

⁴⁰ Viana Filho, *Ibid*, pp.5-6, 15-20, 39-44.

⁴¹ *Idem*, p.23.

⁴² *Idem*, p.4.

⁴³ *O Brasil: Política e Governo*. Livro do Ano Barsa. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1976 e 1977.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ René Dreifuss, 1981, p.375 – grifo nosso.

⁴⁶ Fernando Jorge, *As Diretrizes Governamentais do Presidente Ernesto Geisel (Subsídios e documentos para a História do Brasil Contemporâneo)*. São Paulo: Edição do Autor, pp.60, 96-97.

⁴⁷ *Idem*, p.97.

⁴⁸ Fernando Pedreira, *Brasil Política: 1964-1975*. São Paulo: DIFEL 1975, p.32.

⁴⁹ Carlos Chagas, *O Brasil sem Retoque*, Vol.2. Rio de Janeiro: Editora Record - vol.2, 2001, pp.726-7, 735 e 745; e Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, *O Processo Político no Brasil: Estado e Classes Sociais*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1999, pp.188, 230-31.

⁵⁰ Marly Mendonça Barreto, *O Clube Militar: Atuação Política, 1950-1956*. Dissertação de mestrado na PUC-SP, 1998, pp.96-99.

⁵¹ Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p.26.

* O IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) foi criado em 2 de fevereiro de 1962 por Gilberto Huber Jr, americano naturalizado brasileiro e dono das Listas Telefônicas do Rio de Janeiro; Glycon de Paiva, consultor de empresas estrangeiras; Antonio Galotti, presidente da Light; Heitor Herrera, general da reserva, entre outros militares e empresários ligados aos Centros Industriais do Rio e São Paulo. O IPES, que além de ter sido formado por pessoas físicas e empresas privadas, tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra o governo João Goulart para desestabilizá-lo e para que a facção liberal-direitista e antinacionalista das Forças Armadas pudesse intervir no processo político através da montagem de um eficiente programa de propaganda, que incluía desde panfletos apócrifos a livros, filmes, cursos e palestras. Seus integrantes eram anticomunistas intransigentes, criticavam o Estado assistencial, o nacionalismo, as reformas sociais e defendiam a prevalência do mercado e da livre competição sobre as necessidades sociais. O IPES criou outras organizações a ele atreladas, tais como o Grupo de Opinião Pública (GOP), que tinha a função de manipular a mídia. Jornais, revistas, rádios, TVs, produtoras de filmes e intelectuais conservadores eram municiados com farta publicidade para fazerem propaganda anticomunista a fim de sensibilizar a classe média indecisa do perigo que supostamente representava a União Soviética, por estar ela, segundo eles, empreendendo uma maciça infiltração subversiva na mídia, nas igrejas, nas universidades, nos sindicatos, no Governo e nas Forças Armadas de inúmeros países ocidentais, principalmente os subdesenvolvidos. Em decorrência desta paranóica propaganda anticomunista destinada a provocar medos exagerados, um grande número de chefes de família da classe média (em geral pequenos proprietários de terra, pequenos industriais, comerciantes, profissionais liberais e executivos de grandes empresas nacionais e multinacionais), que nunca haviam utilizado armas, passaram então a comprá-las. Outra organização vinculada ao IPES foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que, como já foi visto, financiava as campanhas eleitorais de candidatos conservadores, antireformistas e anticomunistas, com dinheiro ilícito obtido com doações de empresas nacionais, multinacionais, organismos financeiros internacionais e do governo norte-americano que, em ações simultâneas, cortavam investimentos, bloqueavam linhas de créditos e se negavam a estabelecer negociações para fechamentos de acordos econômico-financeiros com o governo Goulart. O IBAD era a organização que captava recursos estrangeiros para o IPES de forma ilegal, chegando a receber uma média de Cr\$ 400.000,00 por ano de grandes corporações multinacionais. Os empresários José Luiz Moreira de Souza e Herbert Levy eram os que faziam a “limpeza do dinheiro” proveniente de doações de empresas nacionais, ao recebê-lo através de suas empresas, a agência Denisson Propaganda e o Grupo Itaú, para repassá-lo ao IPES, ao Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), à Ação Democrática Parlamentar (ADEP) ou diretamente aos deputados e

senadores para que estes barrassem os projetos do governo Goulart no Congresso; O GAP e a ADEP orientavam deputados e senadores para votarem contra as reformas propostas pelo governo de João Goulart, com o firme propósito de desestabilizá-lo. O responsável pela estratégia e ações do IPES foi o general Golbery do Couto e Silva, o qual conseguiu arregimentar mais de mil grandes empresários como co

notas

laboradores. Como o IPES e o IBAD foram criados para atuar clandestinamente como uma espécie de governo paralelo ao governo constitucional e legítimo de João Goulart, eles acabaram suscitando a formação de uma CPI no Congresso, mas a mesma foi brecada pelo seu relator, o deputado federal conservador da UDN, Pedro Aleixo. Nascia assim uma mega-aliança conspiratória entre políticos conservadores, empresários nacionais internacionalizados, diretores de empresas capitalistas estrangeiras, militares de direita, a mídia e o Estado norte-americano, voltada contra o governo brasileiro e os interesses nacionais, que acabaria desembocando no golpe de Estado de 1964.

Já o IBRE, um órgão da Fundação Getúlio Vargas fundado em 1951, constituía-se num dos centros ideológicos chave do pensamento econômico neoliberal brasileiro com forte influência de escolas de economia e administração de empresas norte-americanas. No início dos anos 60, contava, respectivamente, como presidente e vice-presidente, Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões, além de ter como diretores Roberto Campos e Julian Chacel.

Mas o comprometimento de importantes empresários nacionais com o regime autoritário-militar pós-64 não se esgotava aí. O jornalista Antonio Carlos Fon revela, por meio de um informante anônimo, ex-diretor de um órgão de informação do regime, que “em nenhum momento de nossa história a exploração da psicose anticomunista de nossas elites gerou tantas fortunas quanto ao período que vai de 1969 a 1974”. Este informante diz que empresários com livre trânsito no Governo ofereciam dinheiro ou equipamentos, “sem necessidade de qualquer prestação de contas”. Segundo Fon, houve até a criação de empresas de consultoria “encarregadas de arrecadar e gerir o dinheiro destinado ao pagamento de prêmios aos agentes dos órgãos de segurança”. E como as ações más tendem a recair sobre quem participa delas, era comum a prática da extorsão destes agentes contra empresários que se recusavam a custear-los.

Com base em documentos do DOPS paulista, o jornalista José Casado informa que foi até criado um esquema de colaboração entre empresas privadas e o regime autoritário-militar para a montagem de “grupos de trabalho” destinados à troca de informações entre os chefes de seções de segurança interna dessas empresas, o DOPS e os órgãos de repressão e informação do Exército no que dizia respeito ao comportamento dos trabalhadores de chão de fábrica. Casado informa ainda que o banqueiro e industrial Gastão Vidigal, o industrial Henning Albert Boilesen e o advogado Paulo Sawaia arrecadavam “milionários donativos” para que fosse custeada a “criação de um corpo de polícia política dentro do Exército (a Operação Bandeirantes)”.

Fontes: Denise Assis (2001); René Armand Dreifuss (1981 e 1989) e Flávio de Campos & Mirian Dolhnikoff, *op. cit.*, p.352; Antonio Carlos Fon (1986), pp.54-58; José Casado, *O Globo*, 15/05/05, primeira página e pp.38-40.

⁵² Maria José de Rezende, *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001, pp.33 e 50.

⁵³ Mais recentemente, a teoria da *guerra revolucionária* se desenvolveu por obra de um grupo de oficiais franceses que giravam em torno do general Lacomte, quando este, depois que a França fora derrotada por Ho Chi Minh em 1954 na Indonésia e, em 1956 no norte da África, logo depois que explodiu a guerra de libertação da Argélia, passou a comandar a Escola Superior de Guerra da França. Este general e seus colegas do alto escalão do exército francês, incluindo aí o coronel Roger Triquier, ex-comandante das tropas especiais francesas na guerra da Indochina, interpretavam os movimentos anticoloniais como frutos da intervenção direta da URSS. Segundo Pedrosa, a base argumentativa deles era que: “estando a guerra nuclear excluída em virtude do ‘equilíbrio do terror’, a verdadeira guerra moderna não é a nuclear, mas a ‘guerra revolucionária’ que se desenrola antes de tudo nos países do Terceiro Mundo”.

Com efeito, por ser no Terceiro Mundo onde se dava a luta definitiva contra a exploração neocolonialista e o subdesenvolvimento – luta esta marcada pela eficácia dos exércitos populares que usavam a tática de guerrilha e vinham conseguindo derrotar as convencionais forças armadas coloniais – era ali que, depois da Segunda Guerra Mundial, as potências imperialistas ocidentais encontravam a mais séria ameaça aos seus interesses e onde elas deveriam dar combate. Mesmo estando claro para as classes dirigentes dos países centrais do ocidente capitalista que os movimentos anticoloniais africanos e asiáticos não eram diretamente provocados pelos comunistas soviéticos, o que elas queriam mesmo conseguir evitar era que estes

movimentos seguissem um nacionalismo mais profundo “à la chinês” ou “à lá egípcio”, este último, por exemplo, defensor de uma postura de não alinhamento com relação aos dois blocos do poder mundial.

A teoria da *guerra revolucionária* era alienante, pois ela mascarava as gritantes desigualdades sociais e a dura condição de vida da maioria da população urbana e rural de cada país subdesenvolvido. Qualquer crítica às desigualdades sociais e econômicas internas e externas provocadas pelo sistema capitalista, isto é,

notas

qualquer questionamento das desproporcionais desigualdades internas entre ricos e pobres e entre os países do Norte e do Sul, era tido como “subversivo” nos manuais de treinamentos das tropas anti-revolucionárias, antiguerrilheiras e/ou de contra-insurgência dos exércitos das potências ocidentais e dos países do Terceiro Mundo que a elas se alinhavam.

Desta forma, esta teoria considerava, tal como mostra Mário Pedrosa, que os movimentos sociais populares de caráter reivindicatório e os de libertação nacional que ocorriam nos países do Terceiro Mundo nunca seriam autóctones, mas invenções externas, porque supostamente inspirados pelos comunistas soviéticos e chineses. Portanto, em consonância com a teoria da *guerra revolucionária*, toda crise social autóctone ficava reduzida a um esquema complexo de guerra não-convencional, presumivelmente “preparado por um estado-maior secreto do comunismo mundial”.

Foi dessa maneira que os altos vértices da direita militar brasileira atrelada à ESG aplicaram a teoria da *guerra revolucionária* no Brasil no início da década de 60, pois, como diz Pedrosa, ela procurou “internacionalizar, aprioristicamente, a natureza dos conflitos e movimentos sociais populares de caráter reivindicatório”. Portanto, dentro de uma esquematização abstrata da realidade brasileira, se trabalhadores rurais do nordeste estivessem reivindicando terras, direitos sociais, leis trabalhistas ou apenas melhorias salariais, buscava-se espalhar rumores de que havia ali o dedo dos comunistas, os quais estariam fomentando a tal *guerra revolucionária* (Pedrosa, *op. cit.*, pp.69, 85, 86 e 87).

⁵⁴ Maria José de Rezende, *ibid*, pp.33 e 50.

⁵⁵ Maria Victoria de Mesquita Benevides, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 3ª edição, 1979, p.12.

⁵⁶ Viana Filho, *op. cit.*

O militar internacionalista

⁵⁷ in Maria Celina D’Araujo & Celso Castro, *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1ª edição, 1997, p.125 – grifos nossos.

⁵⁸ Lúcio Flávio de Almeida, *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

⁵⁹ Maria Antonieta Leopoldi, *Política e Interesses: As associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000: 271-73.

* Segundo o almirante Mário César Flores, de abril de 1964 até meados da década de 70, “todo o planejamento militar brasileiro estava condicionado e parametrado pela Guerra Fria”. Desta feita, para o Exército brasileiro, o problema fundamental em termos de segurança era interno, só que supostamente provocado por forças externas, pois que seria fomentado pelos países comunistas. No caso da Marinha, o problema primordial referente à questão da segurança era externo. Mas o inimigo externo seria o mesmo que o inimigo interno, isto é, os *comunistas soviéticos*, os quais estariam agindo internamente de forma sorrateira, infiltrando-se nas diversas instituições da sociedade brasileira, incluindo todo o aparelho do Estado. Para o almirante Flores, o distante inimigo soviético poderia ameaçar o território brasileiro pelas profundezas do mar, por meio de seus “bons submarinos”, que, por terem essa qualidade, “poderiam perturbar a navegação do Atlântico Sul” (In Mário César Flores, *O contencioso militar do Rio Paraná nos anos 70*. In Eliézer Rizzo de Oliveira (coordenador), *Forças Armadas e Democracia: O Papel do Poder Legislativo*. Relatório Parcial do Projeto Integrado de Pesquisa, Processo FAPESP 96/07499-3, Volume II. Campinas: UNICAMP - Núcleo de Estudos Estratégicos, fevereiro de 1998, p.305).

⁶⁰ Maria Celina D’Araujo & Celso Castro, *op. cit.*, p.117.

⁶¹ *Idem*, p.116.

⁶² *Idem*, p.122.

⁶³ *Apud*: Elio Gaspari, 2002b, pp.136-37.

A opção tecnocrática na condução da economia política

⁶⁴ Carlos Lessa & José Luis Fiori (IEI/UFRJ, TD nº 30, 1983.

⁶⁵ Fernando Henrique Cardoso, São Paulo: DIFEL, 1973.

⁶⁶ Ricardo Silva, “Prefiguração da tecnocracia estatal”. Revista *Temáticas*, Ano 9, nº 17/18, 2001, p.71. Campinas: IFCH – Unicamp. Apud: Lúcio Flávio de Almeida, *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalis-*

notas

mo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, p.26.

⁶⁷ Moniz Bandeira, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975, pp.147-48.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ Dreifuss, Petrópolis: Editora Vozes, 1981, pp. 42-3.

⁷⁰ *Idem*, pp.72-5.

⁷¹ in “A mudança para o autoritarismo na América Latina e a Busca de seus Determinantes Econômicos” - capítulo 3 do livro organizado por David Collier, *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.80.

⁷² Beting, *op. cit.*

⁷³ Presidência da República. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, setembro 1970. Nova impressão: janeiro de 1971, pp.3 e 4 – grifos nossos.

⁷⁴ *Idem*, Item 1, Subitem I, “A Grande Tarefa Nacional”, inciso: “Sentido Positivo e Autenticidade da Revolução”, p.4 – grifo nosso.

⁷⁵ *Idem*, p.15 – grifo nosso.

⁷⁶ Daniel Krieger, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976, pp.259-62.

⁷⁷ Caio Prado Jr, São Paulo: Editora brasiliense, 1977, pp.22-23.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ *Idem*.

A tecnificação da política e as elites econômicas brasileiras

⁸⁰ Pedrosa, *op. cit.*, p.228.

⁸¹ José Serra, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982: 111-17.

⁸² Mario Henrique Simonsen, *O Papel do Governo e a Iniciativa Privada*. In Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, pp.141-51.

⁸³ Simonsen, *Idem*.

⁸⁴ Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978, capítulo V, p.181.

⁸⁵ Apud: Nícia Vilela Luz, *Idem*, p.184-85.

⁸⁶ *Idem*, capítulo III, pp.85-88.

⁸⁷ Mário H. Simonsen, 1969, p.290. Apud: José Serra, *As Desventuras do Economicismo: Três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento* - Capítulo 4 do livro organizado por David Collier, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp.121-22.

⁸⁸ Pedrosa, *op. cit.*, pp.303-304.

⁸⁹ Rizzo de Oliveira, *op. cit.*, p.41.

⁹⁰ Ernesto Geisel, *Discursos, volume I - 1974*. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, Departamento de Imprensa Nacional, fevereiro de 1975, pp.12-13.

⁹¹ Fernando Jorge, *op. cit.*, p.16 – grifo nosso.

⁹² Bernardo Kucinski, São Paulo: Editora Contexto, 2001, p.12.

⁹³ in Jorge Ferreira & Neves Delgado, 2003, p.34.

⁹⁴ Kucinski, *Idem*, p.61.

⁹⁵ Walder de Góes, *op. cit.*. Obs.: Góes informa que por volta de 1979 os militares ocupavam 27,8% dos cargos civis da administração pública, direta e indireta (in *O Estado de São Paulo*, 25/11/1979, p.2).

⁹⁶ Carlos Castello Branco, 1978, p.473.

* No redemoinho da campanha contra a estatização encampada, nos idos da década de 70, por vários segmentos do empresariado nacional, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) requeria em seu boletim de junho de 1976 que o Governo criasse “novos instrumentos que viabilizassem a curto prazo o processo de privatização da economia” (Apud: Sebastião C. Velasco e Cruz. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, p.63 - grifo nosso).

⁹⁷ Krieger, *op. cit.*, p.292.

⁹⁸ Carlos Castello Branco, 1976, p.249.

⁹⁹ Palavras de Carlos Lessa. In Lessa, 1998, pp. 77-82.

¹⁰⁰ *Idem*, pp.93-4; Aspásia Camargo & Walder de Góes, *op. cit.*, pp.112-16.

¹⁰¹ Luiz Aranha Corrêa do Lago, “A Retomada do Crescimento e as Distorções do Milagre: 1967-1973” – Capítulo 10 do livro organizado por Marcelo de Paiva Abreu: *A Ordem do progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p.266.

notas

Obs.: Cumpre esclarecer que o grande poder de intervenção, em matéria econômica e financeira, do Governo Federal nos estados tornou-se possível com a aprovação da Constituição de 1967.

¹⁰² Golbery do Couto e Silva, “O Poder Executivo - Capítulo 2: “O Momento Brasileiro (1980 $\pm$ Δ T)””, p.25. In *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 3^a edição, 1981 – grifo nosso.

¹⁰³ Max Weber, *Parlamentarismo e Governo*, 1974. in H.H. Gerth e Wright Mills, 1970, e Reinhard Bendix, 1969. Apud: René Dreifuss, Petrópolis: Editora Vozes, 1993, pp.53-54 e 57.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ Viana Filho, *op. cit.*, p.186.

* A expressão “excelsas virtudes” foi usada pelo marechal João Batista Mascarenhas de Moraes em seu livro de memórias, ao descrever o perfil de Castelo Branco (in Luis Viana Filho, *idem*, p.38).

¹⁰⁶ Viana Filho, *Idem*, pp.181, 524, 542-43.

CAPÍTULO 2

A LINHA MESTRA DOS PLANOS ECONÔMICOS DOS GOVERNOS DO REGIME AUTORITÁRIO-MILITAR

Isso, pelo menos, é o que prevê esta nossa divina razão. O que ela não
pode prever, infelizmente, são os erros aos quais conduzirá voce.
E quem sabe quantos serão!

(Palavras ditas pelo Centauro à Jasão, protagonistas da peça *Medéia* de Eurípedes. Retirado do filme dirigido por Pier Paolo Pasolini, 1996, cujo título original, *Medea*, é análogo ao original grego)

As reformas econômicas dos governos militares e suas implicações para o projeto de nação-potência

No capítulo anterior, vimos que os governos do regime autoritário-militar trataram de submeter a razão política à razão econômica sob uma ótica tecnicista, ao partirem do pressuposto de que as decisões referentes aos rumos a serem seguidos pelo Governo central na esfera econômica não podiam mais sofrer influências de ideologias revolucionárias, anti-capitalistas, nem serem condicionadas pela lógica da disputa político-partidária de um regime democrático e, tampouco, sofrer influências dos movimentos sociais populares, de políticas nacionalistas e de propostas de reformas progressistas. Assim, alegando que as decisões na área econômica estariam embasadas em critérios técnicos e não políticos, os governos militares iam implementando irrestritamente reformas que favoreciam os interesses do capital financeiro-industrial estrangeiro e do empresariado nacional a ele associado, não tendo que enfrentar uma oposição constitucional, nem social. Procurava-se, então, deslocar do terreno da arena política decisões cruciais referentes a economia do país, cercando estas com as alegadas auras da racionalidade e da neutralidade tecno-científica. Agora, neste capítulo, veremos qual era a natureza destas reformas fundadas nos tão aclamados critérios técnicos e científicos, mostrando os seus impactos sociais e suas implicações para a nossa estrutura produtiva, tanto a que se refere ao setor agropecuário e ao setor urbano-industrial, quanto aquela relacionada com o setor produtor de conhecimento e criador de tecnologia avançada.

Verificar-se-á se as reformas promovidas pelo regime pós-64 – ao permitirem, como é recorrente na bibliografia especializada, que os agentes estatais intervissem consideravelmente na vida econômica da nação – teriam sobrepujado os interesses do capital privado nacional e estrangeiro, vindo, destarte, a atravancar o seu desenvolvimento. Será

também examinado se os modernos critérios técnicos que os dirigentes do regime diziam ser os norteadores do modelo de crescimento acelerado que escolheram seguir, redundaram ou não na superação dos perenes entraves econômicos, políticos e sociais que mantinham o Brasil na condição de país subdesenvolvido, periférico e subsidiário, propiciando-lhe ou não um processo de desenvolvimento pleno, autosustentável e com um mínimo de autonomia capaz de transformá-lo numa potência mundial.

A natureza das reformas no campo

Mas não avisto ninguém,
só folhas de cana fina;
somente ali à distância
aquele bueiro de usina;
somente naquela várzea
um bangüê velho em ruína.
Por onde andaré a gente
que tantas canas cultiva?

(João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina* – Auto de Natal Pernambucano, 1954-1955. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989)

Em que pese os dirigentes do regime autoritário-militar tenham chegado, como vimos no *capítulo 1*, a contemplar reformas *antioligárquicas*, objetivando a modernização da economia e da política do país, bem como do aparelho administrativo do Estado, o seu reformismo não provocaria, usando as palavras empregadas pelo presidente Ernesto Geisel em 10 de setembro de 1974, quando do lançamento de seu II PND, nenhum “choque traumático”, nem “abalos esgotantes”, ou seja, nenhum transtorno aos interesses econômicos e políticos dos grandes proprietários de terra de todas as regiões do país, mantendo intacta a secular estrutura de posse da terra no Brasil, altamente concentradora e voltada à criação de gado bovino e à monocultura agroexportadora, independentemente do principal gênero agrícola cultivado, podendo ser, consoante o contexto histórico, ora a cana-de-açúcar, ora o café, ora a soja. Em decorrência, mantinha-se igualmente intacto o esquema político clientelista e exclusivista das antigas classes dirigentes, condizente com esta mesma estrutura agrária que manteve-se como predominante principalmente nas áreas politicamente dominadas pelas forças do Brasil velho, isto é, pelas burguesias financeira e comercial importadora, assim como pelas velhas oligarquias latifundiárias agro-exportadoras e tipicamente antiindustrialistas, uma vez que eram adeptas de um conservadorismo liberal, no âmbito tanto interno quanto externo da economia política.

Portanto, desde o início, ficava sinalizado que as reformas econômicas pressupostas no modelo de desenvolvimento do regime autoritário militar seriam claramente conservadoras, uma vez que o Estado não ousaria enfrentar a questão fundiária a ponto de vir a fazer uma reforma agrária efetiva, evitando desafiar o poder econômico e político das antigas oligarquias rurais. Deste modo, a alegada “Revolução de 64” faria o oposto do que, por exemplo, vinham fazendo, desde a segunda metade da década de 40, as nações inseridas na zona de influência da URSS, as chamadas *democracias populares* da Europa Oriental que, apesar de acabarem se transformando numa extensão do Estado soviético, com regimes políticos autoritários, de partido único e economia estatizada e planificada, promoviam internamente uma série de transformações profundas: reformas agrárias, econômicas e político-sociais que destruíam as velhas propriedades semi-feudais e desbancavam do poder as antigas aristocracias rurais que mantinham relações de dependência semicolonial com o Ocidente capitalista.

Como descrevem Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, o Golpe de 64 instalou no Brasil um “autoritarismo plutocrático” que “em lugar de promover a reforma agrária, reforçou o monopólio da terra, através da modernização selvagem do campo”. Para estes autores, o que o regime autoritário-militar promoveu no campo foi uma “tecnificação dos processos produtivos”, que produziu a “industrialização da agricultura”, acentuando, em especial nas grandes propriedades de terra, o “caráter capitalista” da produção agrícola brasileira, fazendo com que ela se voltasse especialmente para a produção de mercadorias exportáveis”¹.

Esta visão de Novais & Cardoso de Mello vem confirmar o que René Armand Dreifuss já havia colocado antes no seu clássico trabalho a respeito do Golpe militar no Brasil, *1964: A Conquista do Estado* (1981), onde está escrito que o IBAD

“organizava as classes dominantes em torno do problema [da Reforma Agrária], propondo uma modernização agrária orientada por padrões de eficiência capitalista, na qual a indústria e a agroindústria seriam integradas”, procurando assim “anular as demandas populistas e socialistas”.

Segundo Dreifuss, várias frações das classes dominantes brasileiras (as burguesias comercial, financeira e industrial cada vez mais associadas com os interesses do capital industrial-financeiro estrangeiro, assim como as oligarquias latifundiárias agro-exportadoras) reuniam-se em torno do IPES. Esta instituição promovia estudos e debates denominados “rigorosamente científicos” sobre a Reforma Agrária, contidos num documento intitulado

“Reforma Agrária – Problemas, bases e solução”, que acabavam levando as mencionadas classes dominantes a conclusões do tipo: A economia rural precisava ser modernizada por meio de políticas agrícolas que proporcionassem o “aumento da produtividade”, a “racionalização da produção”, a mecanização da lavoura, mas não a transformação das relações sociais de produção e de propriedade no campo. Basta lembrar que quando empresas agroindustriais, em especial as usinas de açúcar e álcool, recorriam ao trabalho assalariado, este era constituído pelo trabalhador assalariado sazonal, os conhecidos *bóias frias*, que tinham, e continuam tendo, jornadas de trabalho extenuantes, direitos trabalhistas não assegurados, deixando inclusive de residir no campo, passando a fixar residência nas periferias urbanas em condições precárias. Não se deve muito menos deixar de mencionar que até mesmo o trabalho escravo acabou sendo utilizado nos anos 70 e 80 em algumas grandes propriedades consideradas modernas e produtivas que, na época, iam se instalando nas novas fronteiras agrícolas dos estados do Norte do país. Um caso que ficou conhecido foi o da fazenda Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia, sul do Pará, pertencente à Volkswagen do Brasil. Nesta propriedade de mais de 130 mil hectares, a tradicional empresa alemã do setor automobilístico fez uso de trabalho escravo para a derrubada e queimada de mata nativa, implantação e limpeza de pastos, entre outros serviços, a fim de criar e abater ali mesmo a carne de gado bovino que, de avião, seria transportada refrigerada para a Alemanha.

Nesse sentido, citando Julian Magalhães Chacel, economista especializado na área da agricultura e um dos colaboradores do programa econômico do governo Castelo Branco, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), René Dreifuss diz que

“a idéia essencial seria a de que os beneficiários do acesso à propriedade rural a ser criada pela Reforma do primeiro governo militar deveriam ser indivíduos dotados de capacidade empresarial e que deveria haver uma necessária interdependência entre os setores rurais e o setor industrial, em decorrência da qual as indústrias passariam a investir e operar no campo”².

A agricultura industrializada e a pecuária extensiva viriam a avançar pelas novas fronteiras agrícolas do interior brasileiro sem, contudo, alterar a estrutura agrária historicamente dominada pela grande propriedade monocultora, de produção ou criação extensiva voltada para a exportação. As políticas agrícola e fundiária dos governos militares pós-64 vieram em muito colaborar com o crescimento das áreas dos latifúndios, cujos proprietários podiam ser tanto brasileiros quanto estrangeiros aqui não residentes. Aliás, para

que estes últimos pudessem adquirir legalmente a posse de grandes extensões de terra no Brasil, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Complementar nº 45, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 494 de 10 de março de 1969, o qual normatizaria a aquisição de terras por estrangeiros³.

De acordo com Umbelino de Oliveira, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP,

“... o período entre 1970, 1975 e 1980 apresentou um crescimento significativo da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1000 ha, quando incorporaram mais de 50 milhões de ha de terra aos seus latifúndios. Dessa forma assiste-se no Brasil, ao estancamento relativo do crescimento das unidades inferiores a 100 ha.”⁴.

Havia ainda o agravante de que conforme o *agrobusiness* ia se expandindo depois de 1964, até mesmo em regiões há muito ocupadas, ocasionar-se-ia também uma substituição mais acentuada das propriedades familiares de pequenos lavradores, coletores, criadores, seringueiros e posseiros por empresas agropecuárias pertencentes a grandes grupos capitalistas estrangeiros ou nacionais do sul e sudeste do Brasil. Noutras palavras, ao chegarem a disseminar o desenvolvimento da produção agropecuária em escala industrial no campo brasileiro, notadamente nas novas fronteiras agrícolas do centro-oeste e do norte, os governos militares o constituíam, como expõe Moniz Bandeira, “num paradigma de desenvolvimento” neste setor da economia⁵.

Esta concepção de política agrária começou a tomar corpo em 1969 com o Projeto Jari, que, consoante informações prestadas à SUDAM naquele mesmo ano, ocupou uma área de 3.6540.421 hectares de terra localizada nos Estados do Pará e do Amapá, nas margens do Rio Jari, um tributário do Rio Amazonas. Tamanha extensão de terra foi comprada pelo milionário norte-americano, Daniel K. Ludwig, pelo preço de 2,50 dólares por hectare. Com o consentimento do curto governo da Junta Militar que se formou depois da morte de Costa e Silva, Ludwig estabeleceu como objetivo principal do Projeto o de efetuar o plantio em grande escala de umas poucas espécies de árvores propícias para o fornecimento de matéria prima para uma fábrica de papel e celulose instalada no porto de Munguba, no município paraense de Monte Dourado. O Projeto Jari também objetivava empreender outras atividades de caráter extensivo e predatório na região amazônica, tais como a construção de uma usina hidrelétrica, a exploração de um minério argiloso, o caulim, a plantação de arroz em várzeas e

a criação de gado bovino, destinadas em grande parte, é claro, para o atendimento de demandas do mercado norte-americano.

O penúltimo presidente do regime autoritário-militar, general Ernesto Geisel, tinha uma opinião positiva do Projeto Jari e de seu empreendedor. Embora este fosse um estrangeiro e tivesse obtido a posse de enormes extensões de terra na polêmica Amazônia brasileira, Geisel, num depoimento feito em 1994, não via nisso nenhum problema e considerava que Ludwig

“Comprou ou obteve a concessão de grandes áreas, começou a se instalar e foi muito combatido. Foi condenado porque era um estrangeiro e ocupava uma grande área. Mas creio que o projeto Jari não iria afetar a nossa soberania, porque havia a presença ativa do governo, tanto do Pará e Amapá quanto federal. E era uma maneira de desenvolver a região”⁶.

É relevante notar que a expansão dos grandes latifúndios de propriedade de empresas agropecuárias nacionais e multinacionais, dava-se durante o regime autoritário-militar em regiões do Centro-Oeste e Norte, abarcando aí a Amazônia brasileira, os quais para serem legalizados passavam por cima da Constituição federal, colaborando com o histórico processo de degradação ambiental, de distribuição desigual na posse da terra e na consequente estrutura fundiária tradicionalmente concentradora do país. Umbelino de Oliveira lembra que

“As constituições brasileiras até 1967 limitaram em 10 mil ha a área de terra devolvida/pública máxima a ser vendida a brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. Mas também previram que, com a autorização do Senado Federal, essa área poderia ser maior. Foi o que aconteceu no Estado de Mato Grosso. No início da década de 70, o Senado Federal autorizou o governo estadual a vender, no então município de Aripuanã, cinco áreas de 200 mil ha, ou seja, 1 milhão de ha de terras, a apenas cinco proprietários, embora a Constituição de 1967 tivesse limitado a área máxima a 3 mil ha.”^{7a}.

O que se observa, portanto, é que no processo de ‘modernização’ da agricultura brasileira durante o regime autoritário-militar – baseado principalmente na implantação de extensos projetos agropecuários por parte de grandes empresas estrangeiras e nacionais, com intensa mecanização da lavoura, créditos e incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal

– ocorreria uma maior concentração da propriedade e o consequente enfraquecimento das economias rurais de subsistência praticadas por pequenos lavradores, criadores de animais, coletores e extrativistas, muitos dos quais viriam a ser expulsos de suas terras, sem falar da destruição de várias comunidades indígenas, da matança de posseiros, enfim, dos conflitos fundiários e da dispensa da força de trabalho de colonos e de trabalhadores rurais de diversas fazendas. O resultado concreto foi que, em termos de porcentagem da População Economicamente Ativa total, o emprego no campo caiu de cerca de 54.1 em 1960 para 45.3 em 1970^{7b}.

Os governos militares diziam então que estariam buscando implantar a “eficiência” e o “aumento da produtividade” e da “competitividade” no campo, introduzindo alí a mecanização das lavouras, a tecnologia das moto-serras, dos herbicidas, dos fertilizantes químicos e de outros insumos agrícolas sintéticos produzidos por empresas estrangeiras, ao mesmo tempo que acabariam por oferecer uma série de incentivos fiscais aos grandes latifúndios individuais e às grandes Sociedades Anônimas Agropecuárias, nacionais e estrangeiras, sem, entretanto, virem a se importar com o meio ambiente, com a superexploração e os métodos mais primitivos e brutais de ocupação das terras e de utilização da força de trabalho do homem do campo. As reformas no campo se dariam, doravante, como uma imposição econômico-tecnológica de fora para dentro e de cima para baixo, e não como resultado de discussões e decisões políticas do conjunto da sociedade brasileira, incluindo aí a comunidade dos naturais e os pequenos e médios agricultores privados.

O economista Albert Fishlow, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Columbia University, em New York, e um dos mais respeitados estudiosos da história econômica do Brasil, num artigo seu publicado em 1973 cita o ministro da Agricultura do governo Médici, Luiz Fernando Cirne Lima, que numa entrevista dada ao jornal *O Globo*, de 24 de setembro de 1972, esclarecia que o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), instituído em julho de 1970, não se destinava ao proletariado rural, dizendo categoricamente que: “O principal objetivo do Proterra é criar empresas rurais de porte médio capazes de revitalizar a agricultura regional, e não distribuir terra entre trinta milhões de nordestinos”^{8a}.

Em sua primeira entrevista à imprensa em março de 1974, o ministro da Agricultura do governo Geisel, Alysson Paulinelli, declarava que a agricultura de mercado substituiria a agricultura de subsistência. Ao dizer isso, Paulinelli confirmava que a estratégia do projeto de expansão da agricultura brasileira do governo Geisel estava calcada na “aplicação intensiva

do capital”, ou seja, na expansão das grandes empresas agrícolas e pecuárias nacionais já existentes e na criação de novas, integrando inclusive as multinacionais no processo^{8b}.

Um dos resultados desta política agropecuária na metade da década de 70 foi que, devido à dívida externa e às crescentes dificuldades impostas pela conjuntura internacional sobre o balanço de pagamentos do Brasil, cada vez mais surgia a necessidade de se aumentar o volume físico das exportações de produtos agrícolas e de fazer com que o setor passasse a crescer a uma taxa média anual maior do que a verificada entre 66 e 74, quando a indústria havia apresentado uma expansão de cerca de 11% a.a., ao passo que a agricultura havia expandido em torno de apenas 5,8% a.a.. Com efeito, o governo procurou estimular o aumento da produção agrícola e pecuária por intermédio do crédito rural subsidiado, só que privilegiando os produtos agropecuários exportáveis, como, por exemplo, soja, açúcar, suco de laranja *in natura*, cacau e carne bovina, em detrimento dos alimentos básicos voltados para o abastecimento interno, providos em cerca de 44% por pequenos proprietários. Rabello de Castro mostra que entre 1969 e 1975, a participação da soja no valor total dos contratos de custeio evoluiu de 3% para 17%, enquanto que a participação do feijão baixou de 3% para 1%⁹. E Umbelino de Oliveira revela que, em 1970, apenas 11,5% dos proprietários rurais tinham acesso ao financiamento agrícola, sendo que a maior parte deles era formado por médios e grandes proprietários^{10a}.

Como uma das consequências dessa política agrícola foi o aumento da produção de gêneros vegetais ou animais exportáveis (soja, açúcar, suco de laranja, cacau, carne bovina), isso acabou gerando uma oferta maior dos mesmos no mercado mundial, o que tendia a ocasionar a queda de seus preços. Merece ser ressaltado que o aumento da produção desses gêneros agropecuários requeria incentivos fiscais, cujos efeitos práticos foram transferir a renda de uma parcela da população para outra e acirrar a crise fiscal de um Estado benevolente com a burguesia agroexportada, além, é claro, de exigir o empréstimo de mais capital externo, o qual aumentava ainda mais a dívida externa do país.

No final das contas, a consequência mais danosa deste modelo de desenvolvimento agrícola foi o de deixar a produção de alimentos básicos para o mercado nacional num segundo plano. Assim, o Brasil passou amiúde por crises de abastecimento interno, como, por exemplo, a queda de cerca de 17% na produção total de trigo em 1975, o que teria acarretado um gasto de cerca de US\$ 800 milhões na importação deste grão, contra US\$ 390 milhões no ano de 1973. Destaca-se, também, a crise do feijão em 1976, o que causou a importação do produto do México e Chile. Houve, ainda, no mesmo ano, escassez de carne, queda de 15 a 20% na produção do algodão e uma nova queda na produção total de trigo em 1977. Em

paralelo a isso, grandes frigoríficos alienígenas (Anglo, Armour, Swift e Wilson) ocupavam, na condição de proprietários e de arrendatários, cerca de 962.306 ha de terra nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Em junho de 1975, a agência alemã, DPA, noticiava que o Japão desenvolvia no Brasil “o maior projeto agrícola do mundo, em território virgem quase tão grande quanto a totalidade da superfície arável da Europa ocidental”. Tal projeto, sustentado pelo Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o desenvolvimento do Cerrado (Prodecerr), assinado em 1974 entre Brasil e Japão, visava a exploração de 60 milhões de ha na região do cerrado brasileiro destinada à produção de arroz e soja para o mercado japonês. Quem procedeu a exploração foi a Cia. e Promoção Agrícola, uma empresa de capital misto, com 49% de capital japonês e 51% de capital nacional. Mas o que a DPA não revelava era que a Volkswagen do Brasil possuía uma fazenda de gado de 139.000 ha, no sul do Pará, a já citada fazenda Vale do Rio Cristalino.

No ano de 1978, em função da retração do crédito rural subsidiado, principalmente aos pequenos e médios agricultores produtores de alimentos, o Brasil sofreu uma perda de 14 milhões de toneladas de grãos, fazendo com que o país precisasse importar milho, sem contar a queda brusca na oferta de produtos hortigranjeiros^{10b}. Em 1979 houve grande escassez de alimentos básicos, com *deficits* de 1.000.000t de milho, 700.000t de arroz e de 100.000t de feijão. O *Anuário Estatístico da América Latina da Comissão econômica para América Latina e Caribe de 1984* confirma que a produção de arroz no Brasil cai de 8.994 toneladas em 1977 para 7.296 toneladas em 1978 e 7.595 em 1979. O mesmo ocorre, conforme a mesma fonte, com a produção de mandioca, cuja queda é mais extensa, tanto no volume físico quanto no tempo, pois que em 1975 sua produção era de 26.118 toneladas, vindo a cair sucessivamente até chegar a 23.466 toneladas em 1980^{10c}.

Na edição de seu “Balanço Anual 1984” (página 44), o jornal *Gazeta Mercantil* conclui que, por terem sido os gêneros de exportação os maiores responsáveis pelo aumento da produção agrícola e da área plantada no decurso dos 14 anos anteriores,

“... o volume de alimentos destinados ao mercado interno não conseguiu acompanhar o crescimento da população. Na verdade, o brasileiro dispõe hoje, em média, de quase metade dos alimentos produzidos no Brasil com que podia contar em 1970 para consumo”.

A falta de gêneros alimentícios no mercado interno no início dos anos 80 chegou a provocar tumultos nas portas dos supermercados de grandes cidades em função das filas que nelas se formaram para a compra de quotas do produto por parte da população mais

necessitada, o que obrigou o Governo a gastar um bilhão de dólares na importação de grãos. A tabela a seguir comprova os dados e comentários críticos elaborados anteriormente:

Tabela 1
Estatísticas agrícolas selecionadas: 1960-1986

<i>(a) taxas de crescimento médio anual da produção real, por setor</i>			
	safras agrícolas		
1971-76	5,5		
1977-81	4,8		
1981-86	3,9		
<i>(b) taxas de crescimento médio anual de produtos agrícolas selecionados segundo os principais mercados de destino (percentagens)</i>			
	1960-69	1967-76	1970-79
<i>Interno</i>			
Arroz	3,2	-2,5	1,5
Feijão	5,4	-1,9	-1,9
Mandioca	6,1	-1,9	-2,1
Milho	4,7	3,5	1,8
<i>Externo</i>			
Soja	16,3	35,0	22,5
Laranja	6,1	12,7	12,6
Açúcar	3,6	5,1	6,3
Algodão	1,5	-2,0	-4,4

Tabelas adaptadas das fontes: FGV, *Conjuntura Econômica*; Fernando Homem de Melo, *O Problema Alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.17; IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1987; *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 1991, p.164, 1992; 1993, p. 719 e 1994; *Conjuntura Econômica*, fevereiro de 1998 - Apud: Werner Baer, *A Economia Brasileira*. São Paulo: Ed. Nobel, 2ª edição, 2003, p.375 e segs.

Olhando agora para os dados do Anuário Estatístico da América Latina, produzido pela CEPAL/ONU em 1983, verificaremos que, no Brasil, a produção de alimentos, como também as atividades da caça e pesca, foram maiores entre 1950-1965 do que entre 1965-1980. Vale destacar, por exemplo, que a taxa média anual da produção de alimentos entre 1952 e 1965 foi de 1.22, enquanto que entre 1970 e 1980 ficou em 0.98. No tocante às atividades agrícolas em geral, à silvicultura e à caça e pesca, as taxas de crescimento médio anual ficou em 14.5, entre 1950 e 1965, e em 11.5 entre 1965 e 1980. Cabe conferir estes quocientes com as outras tabelas que seguem na próxima página, salientando a intensidade da queda que ocorre em 1980 na produção de alimentos:

Tabela 2
Crescimento da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca no Brasil entre 1950-1980
(Taxas anuais médias)

1950- 1955	1955- 1960	1960- 1965	1965- 1970	1970- 1975	1975- 1980
5.0	3.8	5.7	0.4	6.5	4.6

Tabela 2.1
Participação da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca na Geração do Produto
(Percentagens do produto interno bruto total a preços constantes de 1970)

1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980
16.8	15.4	13.2	14.4	10.1	8.5	7.6

Tabela 2.2
Índices de Volume Físico da Produção Pecuária no Brasil (1969-1979)

1970	1975	1977	1978	1979
Base: 1969-1971 = 100		Base: 1974-1976 = 100		
101	129	100	109	112
				117

Tabela 2.3
Crescimento da Produção de Alimentos no Brasil entre 1952-1980
(Taxas médias anuais)

1952- 1955	1955- 1960	1960- 1965	1965- 1975	1970- 1975	1975- 1980	1980
6.1	4.4	5.4	3.9	4.8	5.0	1.1

Todas as quatro tabelas anteriores foram adaptadas das fontes: Anuario Estadístico de América Latina 1983 e 1984 da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. As tabelas 2, 2.1, 2.2 e 2.3 foram extraídas do Anuario de 1983, Parte II: Crecimiento Económico – Quadros 52, 53 e 54, pgs. 128-130. Já a tabela 2.2 foi extraída do Anuário de 1984.

Outra forma de demonstrar o coeficiente da produção de alimentos num período de 14 anos do regime autoritário-militar pode ser verificada nas próximas tabelas:

Tabela 2.4
Índices de Volume Físico da Produção de Alimentos no Brasil (1960-1980)

1960	1965		1970		1975		1978	1979	1980
Base: 1961-1965 = 100			Base: 1969-1971 = 100		Base: 1974-1976 = 100				
88	115	139	102	129	98	112	107	113	125

Tabela adaptada da fonte: *Anuario Estadístico de América Latina 1984* da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. Parte VII: Recursos Naturales Y Producción de Bienes. Quadro 282: Indices de Volumen Físico de la Producción de Alimentos, pp.606-607.

Tabela 2.5
Índices de Volume Físico da Produção de Alimentos por Habitante (1960-1980)

1960	1965		1970		1975		1978	1979	1980
Base: 1961-1965 = 100			Base: 1969-1971 = 100		Base: 1974-1976 = 100				
103	115	114	102	114	98	106	99	102	111

Tabela adaptada da fonte: *Anuario Estadístico de América Latina 1984* da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. Parte VII: Recursos Naturales Y Producción de Bienes. Quadro 283: Indices de Volumen Físico de la Producción de Alimentos por Habitante, pp.608-609.

É evidente que, entre 1971 e 1979, com a leve diminuição ocorrida especificamente na produção pecuária para o mercado interno (em relação ao triênio 1969-1971) e com um padrão de desenvolvimento agrícola muito mais voltado para o cultivo de gêneros vegetais destinados à exportação do que ao abastecimento interno de alimentos básicos, a maioria da população brasileira seria afetada no que tange as suas necessidades alimentares, fazendo vir à tona as suas carências calórico-proteicas. Em 1971/72, o próprio Ministério da Saúde fizera uma pesquisa em todo o país que revelou que 76% da população se alimentavam, basicamente, de arroz, feijão e farinha de mandioca ou de milho. Dados de 1980, apresentados no VII Congresso Brasileiro de Reprodução Humana, no Rio de Janeiro, mostravam que 63% da população brasileira sofriam de desnutrição^{10d}. A tabela da próxima página denota que há

uma correlação entre a lógica produtiva predominante na agricultura brasileira durante os anos do regime autoritário-militar e a insuficiência na produção alimentar e, por conseguinte, a deficiência nutricional crônica crescente do cidadão médio brasileiro.

Tabela 2.6
Disponibilidade de Proteínas por dia *per capita*
(Gramas de proteínas diárias por habitante – média de três anos)

1964-	1966-	1969-	1972-	1975-	1978-
1966	1968	1971	1974	1977	1980
64.7	63.6	62.3	61.4	60.0	59.3

Tabela adaptada da fonte: Anuario Estadístico de América Latina 1983 da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. Parte I: Desarrollo Social y Bienestar. Quadro: 27, p.92.

O que se depreende de todos estes dados estatísticos acerca das políticas fundiária e agrícola dos governos do regime autoritário-militar é que o Brasil não atingia uma autosuficiência na produção de alimentos; que tal produção, ao contrário, diminuía proporcionalmente às necessidades do conjunto de sua população e que um número considerável de brasileiros não consumia o mínimo necessário para superar o estado de subnutrição em termos de consumo de calorias e vitaminas e nem mesmo o mínimo necessário para sua subsistência. Se uma boa nutrição é essencial à saúde de um povo e se esta é um componente fundamental do desenvolvimento econômico e social, na medida em que influencia na produtividade do trabalhador, como que um país com 63% de sua população desnutrida podia alçar à posição de potência mundial?

Um fato agravante é que quando a crise econômico-financeira do Brasil atinge, em inícios da década de 80, um quadro insustentável, a ponto de obrigá-lo a negociar com o FMI numa situação de flagrante desvantagem, este organismo financeiro multinacional exige o fim dos subsídios à agricultura para a diminuição dos gastos públicos. O Brasil ficaria então numa encruzilhada, com pouquíssima margem de manobra frente aos agentes do capital internacional, uma vez que se diminuísse os subsídios para os agricultores nacionais que produziam gêneros alimentícios para o mercado interno, a crise de abastecimento aumentaria, o mesmo acontecendo com a necessidade de importação destes gêneros. E caso não fosse aplicado subsídios sobre os produtos agrícolas exportáveis, estes perderiam a competitividade de preço no mercado externo.

Autosuficiência na produção de alimentos e nação potência

Conforme o pensamento de um intelectual vinculado à Central Intelligence Agency (CIA) e ao Bureau of Intelligence and Research do Departamento de Estado do governo dos EUA nas décadas de 50-70, Ray S. Cline, os países que produzem quantidade suficiente ou até mesmo chegam a produzir um excedente de alimentos para abastecer toda sua população, teriam maior poder de barganha nas negociações internacionais. Pode-se inferir, então, que a produção de alimentos de origem animal e vegetal para ambos os mercados, interno e externo, é um dos componentes cruciais do poder econômico de uma nação¹¹.

Sendo assim, com base neste parâmetro da capacidade de um país em produzir alimentos de forma abundante para se avaliar o seu poder econômico, comercial e político no âmbito mundial, Cline produziu, em 1977, uma tabela classificatória, a qual apontava que a posição ocupada pelo Brasil não permitia que lhe fosse atribuído a condição de potência mundial, pois que ficávamos na 13ª colocação com uma pontuação negativa (de menos 1) no cômputo geral. Nesta citada tabela, uma série de atributos conformavam a capacidade de produção de alimentos de um país, tais como *hectares cultivados*, *produção e exportações/importações líquidas* (em milhões de toneladas), bem como a *produtividade* (rendimento por hectare).

A fim de formular um quadro mais amplo, capaz de apresentar o real poder econômico e político de um país em nível mundial, Cline soma à sua capacidade de produção agrícola outros fatores, tais como: i-) a sua capacidade em produzir *energia*, com destaque para os combustíveis, ii-) a sua capacidade de extração e fundição de *matérias-primas minerais* essenciais à produção industrial, iii-) o seu *grau de industrialização* e o *potencial de sua indústria*, como também o seu percentual de participação no *comércio internacional*. Desta feita, com base em Cline, mostramos a tabela da página a seguir, a qual engloba todos estes fatores fundamentado em dados estatísticos de 1975/76. Apesar desta tabela servir como um referencial para se ter uma idéia do poder energético, industrial e comercial do Brasil na época (não expressos aqui, uma vez que o poder comercial poderá ser visto no *capítulo 3*), o que mais nos interessa agora é a confirmação do fraco poder mundial do Brasil no que se refere à produção de alimentos, especialmente para o mercado interno. Isso significa que o inegável grande potencial da agricultura do país se concentrava na produção de insumos agrícolas de alta demanda no mercado externo, cujos preços eram determinados pelos seus controladores instalados no Primeiro Mundo.

Tabela 3
Síntese da capacidade econômica de 19 países

<i>País</i>	<i>PIB</i>	<i>Energia</i>	<i>Minerais</i>	<i>Indústria</i>	<i>Alimentos</i>	<i>Comércio</i>	<i>Total</i>
	(100)	(20)	(20)	(20)	(20)	(20)	
1. EUA	100	13	6	15	20	20	174
2. URSS	52	17	17	18	-6	7	105
3. Alemanha Oc.	28	1	-2	5		16	48
4. Japão	32	-4	-5	12		11	46
5. França	22	-1		2	3	10	36
6. China	17	5	5	3	-1		29
7. Canada	10	3	2	1	3	7	26
8. Grã Bretanha	15	1	-1	2		9	26
9. Austrália	5	1	10		2	2	20
10. Itália	11	-2	-1	2	-1	7	16
11. Arábia Saud.	2	7				4	13
12. Holanda	5					7	12
13. Irã	3	5				4	12
14. Suécia	5	1				4	10
15. Bélgica	3	1				6	10
16. Espanha	7					2	9
17. Polônia	5	2				2	9
18. África Sul	2	1	2		1	1	7
19. Brasil	6				-1	2	7

Tabela adaptada da fonte: Ray S. Cline *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Boulder, Colorado/Washington D.C.: Westview Press/The Center for Strategic and International Studies, 1977, p.76. Grifo em negrito nosso.

Diante desta situação encontrada no primeiro setor de nossa economia na metade do período dos governos militares pós-64, ia ficando cada vez mais claro que, como destacaremos mais adiante, com a visibilidade da crise econômica de meados da década de 70 e com a manifestação dos efeitos negativos do padrão de industrialização seguido pelo regime, o objetivo do governo Geisel, e depois o do governo Figueiredo, passou a ser o de aumentar a participação de produtos agrícolas, depois também de matérias-primas minerais e bens intermediários tradicionais sem valor local agregado a sua produção, na massa da receita das exportações brasileiras. Este ajuste na orientação econômica destes dois últimos governos militares visava, em primeiro lugar, evitar o *default* do Estado nacional (que, em 1979, via sua dívida externa atingir a cifra de US\$52 bilhões), e, em segundo lugar, conter o estrangulamento do balanço de pagamentos do país, revertendo-se o processo contínuo de *deficits* na balança comercial verificado desde 1974¹², mesmo estando o país exportando mais produtos industrializados e semi-industrializados não tradicionais.

Recorria-se, assim, àquela clássica resposta de uma economia subdesenvolvida que reutiliza o setor primário, exportador de gêneros agrícolas e minerais com pouquíssimo ou nenhum valor agregado, como válvula de segurança para crises econômicas cujo epicentro encontra-se num setor urbano-industrial nacional ainda inconsistente e com grande vulnerabilidade externa por conta da forte presença de insumos importados em seus produtos.

Seria esta, então, a ‘reforma agrária’ que os governos militares queriam para o Brasil; Uma reforma que fosse capaz de esvaziar os aspectos progressistas da reforma proposta pelo governo João Goulart, incentivando no meio rural a utilização de relações sociais de produção típicas de um capitalismo selvagem e até mesmo semicapitalistas, as quais podiam se resumir: na manutenção dos antigos latifúndios agroexportadores; na existência de diversas formas de trabalho extra semi-servil e até escravo (com o endividamento do trabalhador diante de seu empregador); na livre posse de extensas propriedades de terra nas mãos de empresas nacionais e estrangeiras em novas fronteiras agrícolas, com sua produção intensiva voltada para o mercado externo; na devastação florestal e no aumento da produtividade calcada na alta taxa de exploração de uma força de trabalho assalariada regular ou sazonal, e, por fim, na não concessão de direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores rurais, vindo a confirmar que se recusava a aplicar o chamado Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 2 de março de 1963, vinte e nove dias antes do Golpe de Estado que afastou João Goulart do poder.

Mas é claro que os tecnocratas do regime autoritário-militar diziam que as suas reformas no campo tinham caráter modernizador, pois que objetivavam quebrar o “controle oligárquico da terra” a fim de que as regiões atrasadas se integrassem à economia industrial do sudeste, que indiscutivelmente tinha se consolidado como o centro hegemônico da evolução política e do crescimento econômico do país a partir de 1956.

Todavia, como então as tradicionais oligarquias agrárias engrossavam as fileiras do *IPES* e do *IBAD* se a proposta de reforma agrária destas organizações afetariam os seus interesses, tornando-os dependentes do setor industrial?

Lorena & Szmrecsányi (1984) explicam que foi a inclusão de um capítulo ao projeto de lei de reforma agrária requerido por Castelo Branco ao seu ministro do Planejamento, Roberto Campos, que por sua vez encarregou o estudo a Paulo de Assis Ribeiro, do *IPES*, capítulo este intitulado “Da Política de Desenvolvimento Rural” (Título III do Estatuto da Terra), que deu condições para o prosseguimento do projeto de lei, uma vez que não descuidava da estabilidade daqueles que já eram proprietários rurais. Vale ainda recordar que o governo Castelo Branco pôs de lado não apenas o seu arremedo de reforma agrária contido

no Estatuto da Terra, como também a regulamentação do Imposto Territorial Rural para os chamados latifúndios improdutivos.

E, de acordo com Dreifuss, aos olhos da tradicional oligarquia rural a ‘reforma agrária’ propugnada pelo *IPES/IBAD* era preferível à Reforma Agrária do governo Goulart, visto que esta seria mais profunda por se aproximar mais das reivindicações das classes camponesas e dos trabalhadores rurais sem-terra. Vide, por exemplo, o clima de guerra que havia sido criado pelos proprietários de terra no período que antecedeu o Golpe de 64, como explicita o caso do líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, João Pedro Teixeira, que foi assassinado por fazendeiros daquele Estado da federação em abril de 1962. Vide também a ação comandada pelo usineiro pernambucano, José Lopes de Siqueira Santos, que resultou na morte de cinco trabalhadores rurais em janeiro de 1963, sem contar o assassinato, cinco meses depois, em També, de um militante das ligas camponesas de Pernambuco, o trotskista Paulo Roberto Pinto. Quanto à atitude do primeiro Governo do regime autoritário-militar frente ao movimento dos trabalhadores rurais, é bom recordar que no governo Castelo Branco instalou-se um Inquério Policial Militar contra o líder do movimento camponês do Nordeste, o advogado Francisco Julião, com o intuito maior de quebrar de vez a espinha vertebral das organizações de trabalhadores do campo (ligas ou sindicatos), protegendo-se, assim, os antigos latifundiários.

Outra demonstração clara de que eram mesmo contra-reformistas as políticas agrícola e fundiária propugnadas pelos artífices do regime autoritário-militar, é a declaração de um dos seus hierarcas, o marechal Odílio Denys, o qual tranquilizava os seus parceiros civis oligarcas ao comunicar, poucos meses depois do Golpe de 64, que não se devia “mexer no campo”¹³.

Então, ao não “mexer no campo”, o governo Castelo Branco, e depois, é claro, os outros governos militares que o sucederam, acatavam aquilo que Fernando Pedreira chama de “unidade dos contrários”, a qual exprime o movimento *dialético* do processo político brasileiro, que, por sua vez, estaria arraigado no nosso processo de desenvolvimento econômico, também historicamente recorrente e dialético. Transportando o conceito de “unidade dos contrários” para a área propriamente política, o fato concreto de que dispomos é o da aliança política costurada por Castelo Branco, numa ponta, com as velhas oligarquias rurais remanescentes — que ainda continuavam dominando as máquinas políticas estaduais, principalmente nas regiões mais atrasadas do país — e noutra ponta, com a alta burguesia cosmopolita (mercantil, financeira e industrial) associada ao grande capital industrial-financeiro do Primeiro Mundo.

Para compreendermos o processo histórico *dialético* que rege na sociedade brasileira esta chamada “unidade dos contrários” nos últimos 60 anos, julgamos necessário inserir aqui a análise que Fernando Pedreira fez a respeito do governo Castelo Branco, cujo significado foi o de — mediante a supressão das eleições diretas e da autonomia das capitais de estado por meio do AI-3 — frustrar a renovação das lideranças políticas brasileiras. É produtor argumentar que estas novas lideranças políticas poderiam não ser necessariamente revolucionárias nem progressistas, mas seriam novas e renovadoras caso fossem preservadas práticas democráticas no processo eleitoral, pois suas bases sociais tenderiam a ficar mais vinculadas às pequenas burguesias e às camadas operárias que iam tornando-se cada vez mais numerosas conforme o desenvolvimento urbano-industrial se aprofundava, mesmo que em muitas regiões rurais ainda continuasse a predominar as tradicionais lideranças políticas oligárquicas, sobre as quais Castelo Branco e seu grupo também tiveram que se apoiar.

Desta maneira, o regime autoritário-militar montava os seus dois principais pilares internos de sustentação social, situados em setores diferentes na estrutura socio-econômica brasileira: numa ponta, aquele formado pelas tradicionais oligarquias rurais agro-exportadoras tanto dos estados ricos do centro-sul quanto das áreas mais atrasadas do Norte e Nordeste, historicamente antiindustrialistas e praticantes da política de clientela; e, na outra ponta, o setor urbano-industrial, este último composto pelos bancos comerciais, pelos cartéis multinacionais, em especial dos setores automobilístico e de eletrodomésticos, e pelos grupos mercantis e industriais nacionais que formavam o seu *linkage backward*, ou seja, as revendedoras e indústrias fornecedoras de peças que ficavam subordinadas a uma determinada tecnologia de produção, à fabricação e venda de determinado(s) tipo(s) de peça(s) projetadas e patenteadas pelas grandes montadoras multinacionais, as quais também determinavam as metas de produção e os preços.

Vindo na esteira de Albert Hirschman, Pedreira chama a atenção para o fato de que, apesar dos setores industrial e agrícola-exportador terem tido, desde a década de 30 do século XX, uma participação *alternada e desigual* no processo de desenvolvimento do Brasil, aparentando possuírem eles interesses divergentes e sugerindo haver uma competição destrutiva entre ambos, na verdade eles se apoiavam um no outro, revezando-se na posição de *puxadores* da economia nacional. Assim, para Pedreira, na primeira metade da década de 50, com a retomada da expansão da cultura cafeeira no sul e sudeste, favorecida na época pela valorização do preço internacional do café, a agricultura de exportação foi quem teria conduzido uma onda de crescimento econômico do Brasil, sendo ela, então, a responsável

pela formação da “massa de recursos e riquezas” internas que vieram a ser utilizadas para o Estado estimular o arranque industrial da segunda metade da década de 50¹⁴, fazendo com que, a partir deste momento, o setor urbano-industrial, agora mais transnacionalizado, tomasse a frente do processo de crescimento da economia brasileira.

Mas deve-se ressaltar que isso só pôde ocorrer devido ao fato de que, desde a década de 30 e 40 já tinham sido estabelecidas as bases para o referido arranque industrial da segunda metade da década de 50, coisa que só foi possível não apenas pela valorização do preço do café no mercado internacional em 1954-55, mas também graças à contínua participação ativa e deliberada do Estado na economia por meio de políticas cambiais e de investimentos que privilegiavam a indústria de base, como também o setor urbano-industrial produtor de bens leves de consumo para o mercado interno. Mas esta é uma questão que será melhor abordada *a posteriori*.

Voltando para o período pós-64, na visão de Pedreira, o governo Castelo Branco (e os demais governos da ditadura militar) viria justamente privilegiar o setor urbano industrial internacionalizado, vinculado ao capital mercantil. Por conseguinte, Pedreira não deixa de admitir que nessa aliança preferencial do governo Castelo Branco com estes setores socio-econômicos, ele também arrastava, dentro do espírito político clientelista e fisiológico que continuaria subsistindo, aquelas centenárias oligarquias rurais agro-exportadoras de todas as regiões do país. Além disso, Pedreira assevera que, com este equilíbrio político dialético preservado por Castelo Branco no âmbito nacional, os sacrifícios maiores seriam imputados às pequenas e médias indústrias nacionais, produtoras de bens não-duráveis e semi-duráveis, assim como à massa dos consumidores de baixa renda estabelecidos nos núcleos urbanos das regiões mais ou menos avançadas do país^{15a}. Dai a “onda de liquidações de empresas pequenas e médias”, assinaladas por Cardoso de Melo e Belluzzo^{15b}.

Levando em conta estas breves análises da atuação dos governos militares brasileiros com relação à questão agrária, pode-se concluir que ante a presença das tradicionais oligarquias rurais no conjunto de forças políticas e sociais que derrubaram o governo João Goulart e que depois vieram a fazer parte do bloco de poder do regime autoritário-militar, este não conseguiria mudar a antiga estrutura de posse da terra do Brasil, excessivamente concentrada. Não conseguiria nem mesmo transformar a tradicional lógica produtiva do setor agrícola, pois este se manteria como predominantemente monocultor, de produção extensiva e exportador, tendo conseguido mudar ali apenas os produtos exportáveis e a demanda por trabalho que, com o tempo, iria cair consideravelmente, agravando os problemas do subemprego e desemprego no campo, do êxodo rural, da carestia e do crescimento urbano

desordenado. Estes problemas viriam resultar no congestionamento das periferias das grandes cidades com uma massa de pessoas profissionalmente desqualificadas, desempregadas ou subempregadas, vivendo, como colocou Celso Furtado, “em um nível de subsistência fisiológica”¹⁶.

Segundo Lopes & Patarra, a população urbana brasileira aumentou em 79,2% entre as décadas de 50-60¹⁷ e, consoante os dados complementares fornecidos por Argemiro Brum, verifica-se que o contingente de pessoas que foram expulsas do campo no Brasil de 1970 a 1982:

“foi equivalente, em número, a fenômeno idêntico ocorrido durante sessenta anos nos Estados Unidos, na fase de expansão industrial e modernização agrícola daquele país”^{18a}.

Só que lá nos EUA, ressalta Brum, este processo se deu de forma mais lenta e “numa economia integrada em processo endógeno de expansão”, o que teria propiciado uma incorporação maior das pessoas que foram arremessadas do meio rural ao sistema produtivo urbano-industrial. Teria havido, pois, nos EUA um projeto nacional em que o desenvolvimento industrial era resultante de sua dinâmica interna, onde o Estado, visando emparelhar o país com as nações industrialmente mais avançadas, providenciava àquele contingente que saía do campo para as cidades sob a sombra do analfabetismo, programas efetivos de educação fundamental obrigatória, o que resultou na elevação do número de moços de 17 anos diplomados nos cursos secundários, de 6% do total, em 1900, para 75% em meados dos anos 60, de acordo com Gerhard Colm & Theodore Geiger^{18b}. Para efeitos comparativos, até 1971 o Brasil não atingia, em termos percentuais, este índice de escolarização nem mesmo no ensino primário, pois, naquele ano, das 20 milhões de nossas crianças, só cerca de 14 milhões estavam matriculadas. E quanto ao contingente de analfabetos adultos de todo o país, em números absolutos, ele aumentaria de 15.8 milhões em 1960 para cerca de 18 milhões em 1970^{18c}, sendo este assunto ainda um grande desafio para o progresso do Brasil, ou melhor, um “peso morto” do progresso nacional, em alusão ao termo utilizado por Getúlio Vargas em 1933^{18d}.

O regime autoritário-militar brasileiro nascia então com esta contradição intrínseca: o de mostrar-se disposto a modificar os arcaísmos políticos e a modernizar as estruturas sócio-econômicas do país que se mantinham quase que intactas desde o início do período republicano, principalmente no campo, ao mesmo tempo em que não se dispunha a resolver

efetivamente os velhos e novos problemas sociais. Esta postura, somada àquelas estruturas, eram inteiramente favoráveis às elites dirigentes tradicionais, herdeiras do escravagismo, do patrimonialismo e do coronelismo, apesar do cenário político das décadas de 50 e 60 ter presenciado uma possível transformação, com um ciclo mais consistente de industrialização, de urbanização, e a crescente participação política dos trabalhadores rurais e urbanos, estando estes últimos mais protegidos por leis sociais e trabalhistas implantadas nas décadas de 30 e 40.

Em suma, o tipo de ‘reforma’ no campo pensada pelos governos militares pós-64 não viria a representar uma descontinuidade quanto à antiga estrutura da posse da terra no país e muito menos quanto às velhas estruturas política e produtiva. Nem mesmo a crescente presença de produtos industrializados, verificada em nossa pauta de exportação a partir de meados dos anos 70 do último século, faria com que o Brasil perdesse o caráter predominante de país agro-exportador, politicamente atrasado, ou deixasse de se concentrar naquilo que Mário Henrique Simonsen chamou de “exportações comparativamente vantajosas”¹⁹, isto é, nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, o que reforçava aquela concepção economicista de corte liberal, estática no tempo, que entende que o Brasil possui certas vocações econômico-comerciais naturais, como se estas não fossem construídas historicamente em função de disputas de projetos políticos distintos.

A natureza das reformas no setor industrial

“O controle sobre a produção dos bens de capital é, em essência, a divisa que separa os países pobres dos países ricos e que reproduz a dominação dos primeiros pelos segundos”.

(Francisco de Oliveira, jornal *Movimento*, 14/07/1975. Apud: Carlos Estevam Martins, 1977, p.256)

Ao tratarmos nesta seção das reformas promovidas pelos governos do regime autoritário-militar no setor secundário da economia brasileira, nosso objetivo será o de demonstrar que elas também acabaram desencadeando um processo concentracionista e não autônomo, tornando o setor urbano-industrial mais oligopolizado, mais internacionalizado e muito mais dependente do capital e da tecnologia provenientes dos países do Primeiro Mundo.

Citando mais uma vez Novais & Cardoso de Mello, o regime resultante do movimento militar de 1964 “produziu, ao longo dos seus 21 anos de vigência, uma sociedade deformada e plutocrática, isto é, regida pelos detentores da riqueza”. Isso ocorreu no Brasil deste período porque o “autoritarismo plutocrático” dele resultante promoveu deliberadamente o arrocho

salarial a fim de que fossem abertos espaços para “lucros astronômicos” por parte das empresas multinacionais e nacionais associadas. Como esclarecem estes dois autores, “os baixos salários numa economia em expansão acelerada, que ganhava produtividade, têm uma consequência óbvia: margens de lucro elevadíssimas, da grande, da média e da pequena empresa, onde quer que estejam, na indústria ou nos serviços”. Dentro deste quadro, Novais & Cardoso de Mello apontam que os grandes conglomerados multinacionais acabariam chegando, na década de 80, a se constituir aqui no Brasil no “núcleo duro do poder econômico e político”, por terem tido condições de conseguirem acumular capital intensa e aceleradamente²⁰.

De fato, como já havia antecipado Celso Furtado, em 1974, na sua análise da modernização da economia brasileira conduzida até então pelo regime autoritário-militar,

“O aumento da taxa de lucro das empresas produtoras de bens de consumo duráveis foi muito rápido, criando um impulso para a expansão dos investimentos privados. Se considerarmos o fato de que as empresas produtoras de bens de consumo duráveis vinham operando com larga margem de capacidade produtiva ociosa, e de que essas empresas obtêm substanciais economias de escala durante a expansão, podemos facilmente entender o surto de crescimento ocorrido.

O nível de lucro extremamente elevado e o *boom* dos investimentos, particularmente no setor industrial, que produz para a minoria privilegiada, abriram as portas p/ uma política de distribuição de renda favorecendo grupos superiores da escala salarial, uma vez que a oferta de quadros profissionais era relativamente inelástica. Esta situação, coincidindo com um declínio do salário mínimo, engendrou uma extrema concentração da renda não derivada da propriedade”²¹.

Esta citada concentração de renda no período em que ocorreu o surto de alto crescimento econômico no Brasil do regime autoritário-militar é ilustrado pelas seguintes tabelas:

Tabela 4
Variações na distribuição de renda no Brasil, 1960-70

<i>Renda per capita em US\$</i>		
	1960	1970
40% mais baixos	11,2	9,0
Próximos 40%	34,3	27,8
Próximos 15%	27,4	36,3
Total	100,0	100,0

Tabela adaptada de fonte calculada a partir de dados do IBGE, *Censo Demográfico*, 1970. Apud: Werner Baer, *A Economia Brasileira*. São Paulo, Editora Nobel, 2003, p.99.

Tabela 4.1
Distribuição de renda no Brasil, 1970-80
(% da renda total)

<i>percentual da população</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
20% mais baixa	3,83	3,39
50% mais baixa	15,62	14,53
10% mais alta	46,36	47,67
5% mais alta	33,85	34,85
1% mais alta	13,79	14,93

Fonte: Dados preliminares do IBGE (Divisão do DESPO/SUEGE). Apud: Werner Baer, *Idem*, p.130.

No que diz respeito ao salário mínimo especificamente, o sociólogo liberal suíço, Georges-André Fiechter, relata que “uma importante instituição bancária internacional especializada, observara, de sua parte, em documento interno sobre o Brasil com data de janeiro de 1971, que, ‘no período de 1964 a 1967, o salário mínimo caiu em cerca de 18%’”²². Celso Furtado, por sua vez, mostra que de 1964 a 1970 o salário mínimo real diminuiu, em média, 4% ao ano. Enquanto que em 1960 a média do valor real do salário mínimo era de 100,30, em 1974 cai para 54,80^{23a}. Conforme estudo sobre *Salário e Custo de Vida* feito, em 1977, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos de São Paulo (DIEESE), a perda do poder aquisitivo do operariado era de tal ordem que o número de horas necessárias para que se pudesse adquirir a ração alimentar mínima para uma família de 4 pessoas passava de 87 horas, em 1965, para 167 horas, em 1977^{23b}.

É importante salientar que a tendência do regime autoritário-militar em favorecer as classes de renda alta não se restringia a esfera dos salários, mas a todos os níveis da economia. Com um valor remuneratório baixo imposto à massa dos trabalhadores, tanto a produção de bens de consumo por parte das indústrias privadas quanto a provisão de serviços públicos básicos por parte do Estado, como, por exemplo, a habitação, a eletricidade, a água e etc, não seriam prioritariamente destinados a esta classe, mas sim às classes de renda alta. Não fosse assim, como explicar os dados calculados por Werner Baer com base no levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 1972, os quais mostravam que “menos de 40% dos lares urbanos brasileiros tinham acesso ao fornecimento de água, que menos de 43% estavam conectados ao sistema de esgotos, que apenas 53% tinham eletricidade e que somente 5% possuíam um telefone”^{23c}

Se no lado social, simultaneamente às políticas salariais e de investimento do Estado em bens públicos básicos, as políticas macro e microeconômicas do regime autoritário-militar resultaram num forte arrocho salarial e num estado carencial de serviços públicos básicos, principalmente para a população de baixa renda, no terreno da economia o resultado foi o da primazia das grandes indústrias multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis. Desta feita, é lógico que no setor produtivo urbano-industrial, os sacrifícios maiores tiveram que ser imputados às pequenas e médias indústrias nacionais, produtoras de bens-salários.

Como advoga Serra, a política de dura compressão salarial dos trabalhadores, imposta pelo regime autoritário-militar, foi, portanto um dos fatores que contribuiu para que a indústria nacional produtora de bens-salário apresentasse taxas de investimento e de produtividade mais baixas do que a média de todo o setor industrial²⁴. Num artigo que escreveu para a *Revista de Economia Política* (Vol. 3, nº 2, de abril/junho de 1983), Serra confirma os sacrifícios sofridos pela indústria nacional de bens-salário durante o regime, apresentando tabelas que contém dados sobre as taxas de crescimento dos diferentes segmentos industriais nacionais. Ali verifica-se, então, que as taxas anuais de crescimento do segmento de bens semi-duráveis (textil) e não-duráveis (alimentos básicos) eram baixas, se comparadas com as taxas apresentadas pelo segmento de bens duráveis. Entre 1962 e 1967, pegando, portanto, três anos do governo Castelo Branco, as indústrias do primeiro segmento não cresceram, visto que o índice por elas apresentado foi de 0,0%, enquanto que, no mesmo período, o segmento de bens duráveis assistiu a um crescimento da ordem de 4,1%. Entre 1967-73, o Departamento II cresceu 9,4%, mas o Departamento III atingiu a incrível taxa de 23,6%. De 1973 a 1980, os dois setores apresentaram índices decrescentes, sendo, porém, que o D-II cresceu 4,4% e o D-III 9,3%²⁵.

Tratava-se, então, conforme outro estudo de Serra, feito desta vez para a ONU-FLACSO, em 1970, junto com a economista luso-brasileira, Maria da Conceição Tavares, de fazer com que o Brasil conseguisse ocupar na economia capitalista mundial

“um lugar modesto, mas relativamente privilegiado, no novo esquema de distribuição dos mercados regionais e internacionais”, o qual se dava “por intermédio das sociedades multinacionais”²⁶.

Esta equação era diferente daquela verificada nos governos Getúlio Vargas, JK e Jango, nos quais, segundo o sociólogo Carlos Estevam Martins, o processo produtivo nacional ainda estava sob o controle direto da burguesia [industrial] local²⁷, a qual contava com mais recursos internos devido à existência de incentivos públicos e às favoráveis políticas cambiais e monetárias que eram balizadas pelo modelo econômico desenvolvimentista, calcado em políticas de substituição de importações conduzidas pelo Estado.

Em conformidade com este cenário do Brasil pós-64, e agora nos apoiando novamente em Celso Furtado, os planos econômicos dos governos do regime autoritário-militar não proporcionaram ao país a capacidade de promover o que ele chama de “autotransformação” de seu sistema industrial²⁸. Para que se fizesse avançar a base da industrialização brasileira e torná-la capaz de autotransformar-se, Celso Furtado diz que era imprescindível que tivesse sido propiciado a poupança interna, e que fosse promovido o progresso social, além de atingida a autonomia tecnológica.

Mas como o modelo econômico do regime sustentava-se no financiamento externo e no consumo das classes médias e altas dos chamados bens duráveis projetados nos países do Primeiro Mundo; e, mais, como a produção destes bens aqui no Brasil era dominada pelas empresas multinacionais, as classes consumidoras brasileiras apenas copiavam os hábitos consumistas dos países industrialmente mais desenvolvidos, em especial o da sociedade norte-americana. Depois, é claro, a poupança interna tendia a decrescer e a dívida externa crescer, juntamente com o desequilíbrio no balanço de pagamentos, haja vista que a compra de bens duráveis era feita a crédito, cujo financiamento provinha diretamente do setor bancário nacional e indiretamente das próprias empresas que os manufaturavam, fomentados, por sua vez, pelos organismos financeiros multinacionais. Para manter a expansão da produção de bens duráveis e o financiamento de seu consumo interno pelas classes afluentes, o Governo, através do Decreto-Lei nº 4.131 e da resolução nº 63 do Banco Central, estabelecia taxas de juros internas mais altas do que as do mercado internacional, o que encorajava as empresas

nacionais e estrangeiras aqui instaladas a recorrerem aos mercados de eurodólares, onde havia ampla disponibilidade de recursos por conta, primeiro do *deficit* do balanço de pagamentos dos EUA na década de 60 e, depois, na década seguinte, por causa dos excedentes da OPEP.

Este desestímulo à poupança interna em prol dos empréstimos externos em moeda destinados à financiar a produção industrial de bens duráveis e o alto padrão de consumo das classes afluentes no período do “milagre” foi intensificado a tal ponto que, de 1977 e 1980, depois, portanto, do presidente Geisel ter iniciado a sua pretensa política de substituição de importações, a percentagem da poupança bruta no Produto Interno Bruto caiu de 23,6% para 17,3%, respectivamente, chegando ao patamar de 14,4% em 1983^{29a}. Paradoxalmente, ao mesmo tempo a taxa de crescimento médio da indústria de bens de consumo caía de 10,7 entre 1970 e 1975, para 7,4 entre 1975 e 1980^{29b}, o que explicaria o aumento nos índices de inflação de 1974 em diante. A referida taxa de crescimento médio de 7,4 entre 1975 e 1980 é, inclusive, menor do que a taxa média de 10,1 de 1965 a 1970, bem como daquela taxa média de 8,1 verificada entre 1950 a 1955, e a de 10,2 entre 1955 a 1960^{29c}.

Serra assinala que, em 1973, no auge do chamado *milagre econômico*, “mais de 50% dos investimentos dos projetos aprovados pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) se relacionaram com bens de consumo”. Daí a causa das indústrias automobilística e eletroeletrônica (por sinal, dominadas por empresas estrangeiras) terem sido então as puxadoras do crescimento da economia brasileira entre 1970 e 1974, com taxas anuais de 25,5% e de 28% respectivamente^{29d}. Conforme Serra, o setor de bens de consumo duráveis ocupara a posição de primeiro plano no padrão de desenvolvimento econômico do regime autoritário militar, registrando então expansões velozes no seu melhor momento, por força de ter estado “sob a pressão e as facilidades das fontes de financiamento externo”.

Com base em Bonelli & Malan (1976), Serra conclui que:

“devido às preferências das multinacionais, e graças ao desejo de maximizar as taxas de crescimento no curto prazo, a política econômica passou a discriminar contra a indústria de máquinas e equipamentos, concedendo incentivos fiscais apenas para a compra de bens de capitais *importados*.

Entre 1966-69, a disponibilidade destes cresceu a 20,5% anual, enquanto a produção interna o fez a 7,1%”³⁰.

Deve-se então salientar que, embora, no início da década de 70, o Brasil já fosse capaz de fabricar aqui uma ampla gama de bens de consumo duráveis, ficando, portanto, livre de

importá-los, os mesmos, entretanto, para serem produzidos internamente, necessitavam da importação de matérias-primas, de consultoria técnica, de componentes e máquinas dos países desenvolvidos. E para que essas importações se efetivassem era preciso obter recursos financeiros no exterior.

O próprio general Ernesto Geisel reconheceu, em 1994, a existência deste gargalo de ordem estrutural no sistema industrial brasileiro, indicando o quão falho era o modelo econômico do regime, embora a sua crítica se direcionasse a forma como o conduziram os governos militares que o antecederam, incluindo até o governo JK. Nessa ocasião, Geisel revelara inclusive o tamanho do referido gargalo criado por este modelo, ao dizer que

“No primeiro ano em que fui presidente, a importação de produtos siderúrgico foi uma enormidade, atingiu 1.459 milhões de toneladas. Um país como o Brasil que tem as maiores jazidas de minério de ferro do mundo! Por que? Porque a indústria siderúrgica estava estagnada. [...]

Delfim e outros, a começar por Juscelino, montaram uma série de indústrias, de refrigeração, de máquinas de lavar roupa, máquinas disso, máquinas daquilo, a própria indústria automobilística, sem cogitar de ao mesmo tempo prover as matérias-primas necessárias”³¹.

Assim, dado que o Departamento III – cujo carro-chefe era a indústria automobilística, seguida pela de eletrodomésticos – foi o que mais cresceu durante o período em pauta, isso acabou provocando pressões na balança comercial do Brasil, pois obrigava-o a “uma maior importação de bens de capital e de insumos [industriais] básicos”, dependente dos empréstimos no exterior.

É, portanto, imperativo enfatizar que além do endividamento externo destinado à produção interna dos bens de consumo duráveis produzidos por firmas estrangeiras para as famílias ricas, o aumento do consumo interno dos mesmos bens, notório nos anos 1968-73, criava mais uma fonte de endividamento para o país, por meio do incentivo ao endividamento pessoal, pois para que créditos fossem destinados às pessoas pertencentes às classes sociais brasileiras com alto poder de consumo, também era preciso recorrer à recursos externos.

Francisco de Oliveira elucida como funcionava este mecanismo ao dizer que a expansão do período do “milagre” brasileiro foi possível graças ao governo Castelo Branco, que foi quem havia preparado o terreno para a concentração de capital nas mãos das empresas estrangeiras do Departamento III, por meio de uma severa política creditícia interna e da

abertura do Brasil para os interesses externos, depois de derogada a Lei da Remessa de Lucros de 1962 e da assinatura de um acordo de Garantias para o Investimento Estrangeiro.

Dessa maneira, o capital estrangeiro entrava no Brasil pós-64 sob a forma de empréstimos em moeda e não de capital de risco, o que, segundo Oliveira, acabou por gerar

“um padrão de dívida externa cujo significado mais amplo e mais profundo é o de criar meios de pagamentos internacionais para realizar a remessa de lucros, dividendos, *royalties* e direitos de assistência técnica, cujos incrementos tornaram-se incompatíveis com as disponibilidades de divisas do país. A incompressibilidade destas, por sua vez, tem sua raiz no fato de que a industrialização é voltada para o mercado interno, ainda mais a que se baseia no Departamento III, e não cria automaticamente meios de pagamento externos”³².

Para Oliveira, a fase do “milagre” econômico não se explica apenas pela facilidade de se captar recursos externos em grande monta nos anos 60 e 70, graças à farta liquidez existente no mercado financeiro internacional, mas também pelos mecanismos implantados pelo primeiro governo do regime autoritário-militar no sentido de se conter os gastos públicos e criar incentivos fiscais para se formar, respectivamente, uma reserva destinada ao pagamento de juros da dívida e para que fossem montados os meios de pagamento internacionais que pudessem dar às grandes corporações multinacionais a realização de remessas de capital e de lucros consideráveis para o exterior.

Claro está que, conforme Oliveira, criavam-se desta forma sérios obstáculos estruturais para que pudesse ocorrer no Brasil a acumulação interna de capital numa escala propiciada pelas atividades industriais. Sendo assim, para que fosse possível atingir as taxas históricas médias de crescimento econômico (de cerca de 8 a 9% anuais) entre 1968 e 1974, ancoradas no Departamento III, nos anos subsequentes a tendência seria a de apelar para a expansão da dívida externa, cuja função, nas palavras de Oliveira, era a de

“financiar o retorno à circulação internacional do capital da fração do excedente de propriedade das empresas internacionais e, apenas secundariamente, financiar a própria acumulação de capital”³³.

Visto que os perfis da estrutura produtiva e da demanda interna do Brasil no referido período se ajustavam às necessidades das empresas multinacionais e das classes abastadas,

isso fazia com que, segundo Celso Furtado, não houvesse dificuldades para os governos militares mobilizarem recursos no exterior, cujo fluxo era alto e tendia a crescer²⁵. Em decorrência disso, Bresser Pereira afirma que a aceleração do débito externo já começa a ser verificada no “período do milagre”, mostrando que a dívida externa bruta quase quadruplicou entre 1967 e 1973 e que a dívida externa líquida quase duplicou nesse período, “subindo de 3,173 para 6,155 bilhões de dólares”. Além do mais, ainda conforme Bresser Pereira, a partir de 1970 a balança comercial tornava-se deficitária, sendo que o saldo comercial “transforma-se em *deficit* acumulado de 346 milhões de dólares”²⁶. Em 1971, por exemplo, a balança comercial brasileira apresentava o seu maior *deficit* desde 1947, a saber: US\$ 325 milhões negativos³⁵.

De 1974 a 1980 os *deficits* da balança comercial foram constantes, excetuando o ano de 1977. Em 1974, por exemplo, o *deficit* chagara à cifra astronômica de US\$ 6,217 bilhões, diminuindo um pouco para cerca de US\$ 4,922 bilhões em 1975 e continuando a baixar em 1976, quando o *deficit* foi de US\$ 3,495 bilhões. Em 1977 a balança comercial registrou um *deficit* menor, de US\$ 1,109 bilhão, mas em 1978 volta a crescer para US\$ 2,395 bilhões, subindo ainda mais em 1979, para US\$ 4,560 bilhões, chegando em 1980 a US\$ 4,829 bilhões³⁶. O pior é que, mesmo depois da quadruplicação do preço do petróleo no final de 1973 e do propósito de mudar o padrão de desenvolvimento econômico do regime, anunciado pelo governo Geisel com o II PND, a política de alto endividamento continuava a tal ponto que, mais tarde, entre 1978 e 1980, os empréstimos externos em moeda fossem destinados, se não para o aumento do consumo de bens duráveis, pelo menos para a sua manutenção. Desta maneira, a partir de 1982 o Brasil passaria de receptor a emissor líquido de capital financeiro para o mundo desenvolvido.

Como bem observou Hirschman, ao se instaurar em 1964 um regime autoritário do tipo militar no Brasil, isso não levou o país a atravancar o desenvolvimento das indústrias de artigos de consumo duráveis a fim de se priorizar a indústria nacional de bens de produção e de capital, como usualmente se espera que ocorra em países economicamente retardatários, com regimes autoritários, que tendem a seguir políticas de ‘modernização por cima’. Logo, não houve no regime autoritário-militar brasileiro, pelo menos até 1974, diz Hirschman, políticas econômicas que visassem a “compressão do consumo agregado”. Ao contrário disso, Hirschman argumenta que no Brasil daquela época houve uma ênfase na expansão do consumo. E o que é pior, de um perfil de consumo “desigual”, tanto no que se refere aos artigos de consumo [de bens de luxo] como às categorias de consumidores, privilegiando-se, então, a burguesia e pequena burguesia, canalizando a elas quantidades maciças de créditos

para a compra dos bens de luxo, e prejudicando os segmentos sociais menos aquinhoados, que tinham seus salários arrochados³⁷.

Ao dar início ao seu governo, Ernesto Geisel, apesar de ter criticado este modelo de desenvolvimento baseado numa taxa de consumo alta de bens de luxo, na realidade acabaria por mantê-lo ao optar pela continuidade do crescimento econômico acelerado com alto endividamento externo e o recorrente financiamento do desequilíbrio das contas externas, marcando um círculo vicioso inarredável. Este não só fazia aumentar demasiadamente a dívida externa, mas, pior ainda, acarretava a estatização desta dívida, ou seja, a conversão da dívida externa do setor privado em dívida interna pública, que começa a tomar corpo a partir de 1977, resultando nas graves crises fiscais do Estado nos anos 80 e 90.

O economista da PUC/SP, Niemeyer Neto defende a tese de que o II PND “foi o primeiro e único esforço de desenvolvimento econômico brasileiro financiado com recursos externos”, mostrando inclusive como se processou a estatização da dívida externa brasileira:

“A partir de 1977-1978, as empresas estatais começaram a se financiar com empréstimos externos. Eram usadas como instrumento de rolagem da dívida externa do país, dado que o endividamento havia se intensificado no bojo do II PND. O Banco Central exigia que os bancos emprestassem dinheiro ao setor público (mesmo a companhias estatais) no valor de pelo menos 30% de seus ativos. [...].

Um outro elemento importante no processo de ‘estatização’ da dívida externa foi a introdução, em setembro de 1977, da Resolução nº 432, que basicamente estabelecia o dispositivo de socialização das perdas em relação a uma desvalorização mais acentuada da taxa de câmbio.

A referida Resolução permitia que os bancos envolvidos em empréstimos de recursos externos transferissem os seus débitos em moeda forte ao Banco Central, que se tornava, por sua vez, responsável por quase todos os custos envolvidos. [...]. Se os bancos não podiam arranjar clientes para fazer empréstimos da sua moeda forte (prazo mínimo de amortização de 8 anos), eles sempre tinham a possibilidade de depositar esses recursos inativos no BC.

Graças a este dispositivo, bancos que operavam com o tipo de empréstimo da Resolução nº 63 (operação de repasse de moeda estrangeira) estavam quase livres do risco de câmbio.

Em 1982, quando a crise da dívida externa irrompeu, o setor público era responsável por mais de 70% dessa dívida: a idéia de socializar as perdas e privatizar os lucros, i-

naugurada com o esquema de valorização do café de 1906, estava novamente presente. Ou seja, o setor público brasileiro foi forçado a se envolver na rolagem da dívida externa em 1977/78 e teve de administrar sozinho o ônus de uma dívida pesada em uma situação internacional muito desfavorável” (S. Paulo, EDUC/FAPESP, 2003: 188-190).

No já citado depoimento feito em 1994 a D’Araujo & Castro, Geisel assim justificou a sua escolha pelo estilo de desenvolvimento econômico vigoroso e acelerado, simbolizado no “milagre” econômico:

“A ação básica do meu governo, o que mais me preocupava, era, naquele período de cinco anos, fazer o possível para desenvolver o país. Médici também tinha feito isso, tinha se preocupado com o desenvolvimento. Tínhamos modos diferentes de encarar a questão, mas houve de certa forma uma continuidade de ação. O desenvolvimento que o Médici deu ao país, o ‘milagre brasileiro’, influenciou no que eu tinha que fazer. [...] Nosso problema número um era desenvolver o país, dar emprego, melhorar as condições de vida da população. Para tanto, tivemos que recorrer ao crédito externo, que na época era muito favorável. Havia muito dinheiro disponível no exterior, proveniente da reciclagem da receita auferida pelos países da OPEP, os célebres petrodólares. E o Brasil tinha muito crédito.

A idéia de endividamento, aproveitando essas condições, vinha desde o tempo do Médici. Delfim fazia uma observação que realmente era muito interessante. Ele dizia que o Brasil não tem poupança. A poupança popular que temos é muito pequena e não pode ser usada na escala devida para o desenvolvimento do país – obviamente, o desenvolvimento se faz com poupança; foi o que permitiu, além das qualidades do povo, o desenvolvimento extraordinário do Japão. Mas, enquanto o Brasil não tem poupança, o estrangeiro tem, e de sobra. Portanto, o lógico, o racional, é que, se nós não temos a nossa, usemos a deles! Vamos trazer a poupança do estrangeiro para o Brasil aplicá-la criteriosamente, para que ela tenha um efeito reprodutor. **Depois poderemos pagá-la de volta**”³⁸.

Sob este ponto de vista de Geisel, a questão dos efeitos de longo prazo do endividamento crescente do Brasil, o qual acabaria levando-o à crises econômicas crônicas e profundas nas décadas de 80 e 90, não teria relação alguma com o modelo de desenvolvimento econômico aqui adotado após 1964 e, por conseguinte, com o modo de

inserção do país no sistema capitalista mundial como um importador de tecnologia, de insumos essenciais para os diversos segmentos industriais e como um voraz tomador de empréstimos, cujos contratos já tinham passado, desde 1973, a ser regidos pelo regime de juros flutuantes. A dívida externa não era preocupante em meados da década de 70, pois entendia-se que ela seria uma questão de competência daqueles “técnicos” do regime encarregados por administrá-la, os quais, supunha-se, conseguiriam corrigi-la com a continuação do crescimento econômico ou com uma contenção administrada de forma competente. É claro que a conclusão de Geisel revela que, a princípio, o seu modo de agir frente aos problemas da economia brasileira era mais circunstancial e reativo do que estruturante e ativo. Revela também a idéia positiva que ele tinha da lógica do sistema financeiro mundial, tapando os olhos para os custos ali envolvidos. Desta feita, ele não se diferenciava dos políticos civis que costumava criticar por se preocuparem apenas com seus mandatos, com o imediato, protelando os ajustes necessários. Afinal de contas, no mesmo depoimento, ele colocara o seguinte:

“Muitos economistas, Roberto Campos inclusive, achavam que o Brasil devia entrar em recessão, que o governo tinha que se retrair, cancelando os empreendimentos. Fui contrário a isso. Como é que eu iria justificar uma recessão depois da euforia, do desenvolvimento do governo Médici?”³⁹.

Geisel revelava, então, que ele tinha a dívida externa como um fenômeno natural, passageiro e que os encargos financeiros dela resultantes poderiam ser enfrentados com decisões pragmáticas e eficientes de curto prazo. Com efeito, se em 1974, o Brasil havia pago US\$ 1.940 milhões para amortizar empréstimos externos anteriores, junto com uma conta de juros correntes de US\$ 1.355, em 1977 o valor da amortização a ser paga subia para US\$ 4.1 milhões e os juros para US\$ 2.5 milhões^{40a}. Um resultado mais abrangente mostra que entre 1974 e 1979 acumulamos um grande *deficit* em nossa conta corrente: 43.840 milhões de dólares^{40b}.

Adicione-se a isso que a relação entre dívida externa e o PIB do Brasil cresceu de 11,5% em 1970 para cerca de 23,5% em 1979. Mesmo tendo as exportações brasileiras se multiplicado por cerca de duas vezes entre 1974 e 1979, em contrapartida o *deficit* na conta corrente se multiplicou por 7,25 vezes no mesmo período. Em 1970, por exemplo, só o serviço da dívida correspondia a 37,2% das nossas exportações. Em 1979 ele equivalia a 70,2%. A dívida externa bruta do país passou de US\$3,2 bilhões, em 1964, para US\$12,6

bilhões em 1973. Estes US\$12,6 bilhões de 1973, chegam a US\$43,5 bilhões em 1978. De 1979 a 1985 a dívida subiu de US\$49,9 bilhões para US\$95,8 bilhões. E daí até 1992 ela atingiu a cifra de US\$135 bilhões, havendo então um crescimento de 4.225% num período de 28 anos. Acrescente-se, ainda, que de 1979 a 1985, o país remeteria ao exterior US\$ 21 milhões a mais do que receberia, quantia esta conseguida à custa de um esforço exportador que nos trouxe a recessão, o arrocho salarial e o altos níveis de desemprego dos anos 80 e 90⁴¹, o que torna plausível afirmar que as raízes do extenso ciclo recessivo que perdura neste biênio taxado de “décadas perdidas” não se encontram nas condições criadas por crises surgidas no início dos anos 80, mas sim em toda a década de 70 e parte da de 60.

A propósito, as tabelas a seguir ilustram o efeito prático da estratégia econômica utilizada pelo governo Geisel sobre a balança de pagamentos do Brasil:

Tabela 5

REMESSAS DE LUCROS E PAGAMENTOS DE JUROS DO BRASIL AO EXTERIOR ^a						
(Percentagens do valor das exportações totais de bens e serviços)						
ANOS	1965	1970	1975	1980	1981	1982
	15.3	22.2	25.4	37.4	44.7	66.9

Tabela adaptada da fonte: *Statistical Yearbook for Latin América 1983* da Economic Commission for Latin America - United Nations. Parte VI External Financing – Quadro 93: *Remittances for Payments of Profits and Interest. (Percentages of FOB value of total exports of goods and services)*. United Nations, New York, 1983, p.177.

^{a)} De acordo com valores da Balança de Pagamentos.

Tabela 5.1

COEFICIENTES DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES DE BENS E AO PRODUTO INTERNO BRUTO (Percentagens)								
	1970	1973	1974	1975	1976	1977	1978(a)	1979(a)
SD								
-----	37.2	34.4	30.1	42.1	42.7	48.0	63.3	70.2
X								
D								
-----	11.5	16.1	17.5	18.7	20.8	21.9	23.0	23.0
PIB								

Tabela adaptada da fonte: *Estudio Económico de America Latina – 1979*. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1980, pp.120 e 125. Coeficientes baseados em dados oficiais.

Nota: SD = Serviço da dívida

X = Exportações de bens

D = Dívida pendente total pública e privada

PIB = Produto Interno Bruto

(a) Cifras preliminares.

Ficava assim patente que o Governo Geisel partilhava da afirmação que havia sido feita em maio de 1973 pelo então ministro da Fazenda, Delfim Netto, no plenário do 24º Congresso da Câmara de Comércio Internacional, o qual corporificava a linha mestra do pensamento econômico do regime autoritário-militar: o de que não havia outra forma de um país em desenvolvimento como o Brasil obter e acumular divisas a não ser endividando-se e tendo *deficits* em suas contas correntes.

Entretanto, como viria a ressaltar Celso Furtado tempos depois: “crescer com dívida externa, em grande parte mal empregada, não é necessariamente se desenvolver”⁴².

O Regime pós-64 e o volume de investimentos em educação

Temos visto que o padrão de crescimento econômico pôsto em prática pelo regime autoritário-militar se assentava na importação intensiva de recursos financeiros e monetários, de equipamentos, insumos industriais básicos e de tecnologia, bem como de serviços de assistência técnica, destinados à produção de bens de consumo duráveis. Isso, evidentemente, impediria que a economia brasileira se desenvolvesse de forma autosustentada, aumentando a sua dependência externa, principalmente na área do conhecimento, pois, como diz Paul Singer, o país não desenvolvia tecnologias próprias no setor industrial em decorrência da “baixa prioridade que o setor [produtor de equipamentos] recebeu da política industrial

adotada após 1964”⁴³ e, acrescentaríamos nós, em decorrência do investimento insuficiente nas áreas da educação e da pesquisa científica, enfim, na formação de capital humano e de P&D, tão essenciais para qualquer país se emancipar econômica e tecnologicamente com o fim último de se tornar uma potência mundial.

O baixo investimento dos governos militares brasileiros em educação é confirmado pelo almirante Mário César Flores, que, ao fazer uma comparação histórica do Brasil com a Argentina, declara, em setembro de 1997 que:

“Depois dos anos 1850, lá pelos 1860, uma série de bons governos argentinos produziu uma extraordinária ‘promessa argentina’. Começou com Sarmiento, que teve a sabedoria **(que nós estamos precisando ainda hoje)** de universalizar o ensino fundamental, produzindo aquela educação básica extraordinária que **a gente não tem até hoje**”⁴⁴.

Ora, se, conforme o almirante Flores, nós não tínhamos até 1997 uma “educação básica extraordinária”, isso significa que os governos militares tiveram sua parte de culpa nesse quesito, pois, depois que tomaram o controle direto do poder do Estado, ao invés de aumentarem os recursos de seus orçamentos anuais para a educação, fizeram o contrário, diminuindo ano a ano, de 1965 a 1980, e deixando a qualidade muito a desejar.

Vale então afirmar que, durante o período da ditadura militar, o Brasil jamais chegaria a tornar-se uma potência completa, plenamente desenvolvida nas áreas social, econômica, científica e até militar, capaz de criar soluções próprias aos seus problemas específicos e inspirar, coagir ou dissuadir outros povos e países subdesenvolvidos. Isso fica patente quando observamos os dados referentes aos investimentos destinados à educação, à saúde e à seguridade social e trabalhista, bem como à defesa, no período histórico apontado, dados estes compilados por Philippe Schmitter em seu artigo “The ‘Portugalization’ of Brazil”⁴⁵. Tais dados encontram-se reunidos na seguinte tabela reproduzida integralmente a seguir:

Tabela 6

Federal Government Spending by Selected Ministries, 1959-69												
(In percentage of federal expenditure)												
Ministry	1955	1958	1960	1962	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971 ^a
Defense ^b	24.5	27.6	20.8	15.8	14.0	20.9	18.9	25.1	22.3	13.8	18.4	20.4
Education ^c	5.7	6.3	6.8	6.8	5.8	9.6	7.4	7.2	7.1	6.2	4.8	5.9
Health ^d	4.1	3.4	4.0	3.1	2.5	2.7	3.3	3.1	2.5	1.7	1.1	1.3
Labor and Social Security ^e	2.4	1.7	1.2	5.0	3.0	2.0	1.0	1.4	1.2	0.6	0.7	0.9

Source: Fundação IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1955-1971.

^a Budgeted rather than actual expenditures.

^b Includes Estado Maior das Forças Armadas, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Guerra, Ministério da Marinha, Conselho de Segurança Nacional (until 1962).

^c Includes Ministério da educação e Cultura.

^d Includes Ministério da Saúde.

^e Includes Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (before 1960).

Ainda em relação ao orçamento da União, em 1976 os recursos destinados à educação aumentam para 7,08%, mas voltam a cair para 5,31% em 1977, não conseguindo ultrapassar este índice nos primeiros quatro anos da década de 80, pois o índice apresentado em 1980 foi de 4,28%, de 4,86% em 1981, de 4,76% em 1982 e de 5,31% em 1984. O único ano em que neste quinquênio os recursos para a educação excederam um pouco estes índices foi o de 1983, com 5,33%.

Se pegarmos o montante dos recursos destinados à área da educação em relação ao PIB, de 1971 a 1983, teremos o seguinte quadro:

Tabela 6.1

1971 – 2,4% do PIB	1978 – 2,2% do PIB	1983 – 3,4%
1972 – 2,6% do PIB	1980 – 3,8% do PIB	
1975 – 2,4% do PIB	1983 – 3,4% do PIB	

(Fonte: Enjolras José de Castro Camargo, *Estudos de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Editora Atlas, 11^a edição, 1991, p. 197).

De acordo com o *Statistical Yearbook for Latin America 1983* da CEPAL/ONU, em termos percentuais do produto interno bruto a preços correntes em moeda nacional, o gasto público em educação no Brasil apresentou os seguintes dados:

Tabela 6.2

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL (DE 1970 a 1980)
(Em termos percentuais do produto interno bruto a preços correntes em moeda nacional)

1970	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1.1	1.2	1.2	1.0	1.1	1.0	1.0	0.7

Tabela adaptada da fonte: *Anuario Estadístico de América Latina 1983* da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. Parte I: Desarrollo Social e Bienestar – Quadro 39. Nueva York, 1984, p.114.

O baixo investimento em educação básica nos governos do regime autoritário-militar brasileiro é também demonstrado pelo demógrafo norte-americano, Thomas W. Merrick, que apresenta uma tabela apoiada no *World Development Report 1984* do World Bank sobre Taxa de Matrícula na Escola Secundária nos países latino-americanos, referente aos anos de 1960 e 1981. Nesta tabela que se refere à taxa da população jovem matriculada na escola secundária, verifica-se que, exatamente em 1981, entre vinte países latino-americanos, o Brasil ficava abaixo de quatorze países, só superando cinco: El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras e Paraguai. Enquanto alguns países como Cuba, Uruguai, Panamá, Argentina, Chile, Peru e México, só para citar alguns, tinham respectivamente 75%, 70%, 65%, 59%, 57%, 57% e 51% de jovens matriculados na escola secundária, o Brasil tinha 32%⁴⁶.

Numa outra tabela referente ao índice de analfabetismo de populações de 15 anos de idade ou mais no Brasil e em outros cinco países latino-americanos, constata-se que o Brasil ocupava, no mesmo período, a pior posição, pois a Argentina tinha 6,1% de sua população de 14 anos de idade ou mais como analfabeta, o Chile 8,9%, a Colômbia 12,2% (sendo que neste país a população abarcada era de 10 anos ou mais), o México 16,0%, o Peru 18,1% e, por último, o Brasil, com um índice de 25,5% de analfabetos nesta faixa etária⁴⁷.

Em mais uma tabela baseada no *Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean 1989*, da Unesco - United Nations, referente agora aos Níveis de Educação da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil e dos mesmos cinco países da tabela anterior, pode-se verificar que, em 1980, no Brasil, só 3,1% da PEA de 10 anos ou mais, tinha 13 ou mais anos de estudo, enquanto o México tinha 6,2%, a Colômbia 7,7%, o Chile 9,7% e a Argentina e o Peru tinham respectivamente 5,3% e 12,1% da PEA com educação superior completa⁴⁸.

Se se constata que no início dos anos 80 o Brasil apresentava o grosso de sua população com baixa escolaridade, e se considerarmos que isso resultava de efeitos negativos de longo prazo sobre o conjunto da sociedade, encontraríamos aí uma condição fundamental

da inconsistência e insustentabilidade do modelo de crescimento econômico do regime autoritário-militar. Para uma elite dirigente que então almejava elevar o Brasil para o *rank* das potências econômicas mundiais até o desfecho do século XX, o investimento pesado na educação, bem como as ações concretas que redundassem num ensino de boa qualidade, teriam de ser prementes.

Após a amostra desses dados quantitativos referentes ao investimento em educação no Brasil do regime autoritário-militar, cruzando-os com os dados de diversos países da América Latina, vejamos agora a estreita relação que há entre esta questão do investimento em educação com a do desenvolvimento industrial e tecnológico de uma nação, voltando ao esquema explicativo de Paul Singer sobre o modelo econômico do regime.

Como, para este autor, o setor produtor de equipamentos não foi priorizado pelo Estado brasileiro durante a maior parte do regime (pelo menos até 1976, data em que o autor publicou o trabalho dantes citado), houve então uma “reversão” no processo do nosso desenvolvimento industrial. E isso porque, conforme Singer, como os setores de bens de produção e de capital são vitais à economia nacional pelo fato deles incorporarem tecnologia de vanguarda, o intenso crescimento industrial aqui verificado após 1968 foi efêmero, “não serviu para conduzir o Brasil à vanguarda tecnológica” e nem para a agregação de valor aos produtos nacionais⁴⁹. Esta situação fazia repetir os ciclos anteriores de nossa história econômica em que o Brasil reproduzia um padrão de desenvolvimento econômico assentado num estágio retardatário em relação aos países do Primeiro Mundo que, de 1968 em diante, ia se agravando pelo fato destes últimos países já estarem entrando no estágio da Terceira Revolução Industrial, ou seja, da revolução *tecnocientífica* do mundo digitalizado da informática, das telecomunicações, da microeletrônica, da robótica, do segmento aeroespacial, das armas nucleares, da biotecnologia e da química fina.

Embora, até 1969, o Brasil exportasse principalmente produtos primários e, a partir de 1973, passasse a ter também na sua pauta de exportação bens de consumo duráveis, mesmo assim, como tais produtos fabricados especialmente pelas empresas estrangeiras inegavelmente agregavam tecnologia, esta, entretanto, era em grande medida importada na forma de *kits* completos e fechados. Isso significava que a tecnologia transferida ao Brasil era insignificante, já que os referidos bens industrializados não passariam a ser então projetados aqui. No final, tal situação fazia com que o desnível e a dependência tecnológica do Brasil em relação aos países altamente industrializados se consolidassem.

Portanto, pouco adiantava ao Brasil exportar mais produtos manufaturados se a tecnologia de produção destes já chegava acabada e era propriedade intelectual de grandes

empresas estrangeiras que aqui instalavam suas filiais, as quais promoviam a importação intensiva de máquinas e equipamentos, de seus acessórios, de serviços de consultoria e assistência técnica e de peças de reposição. Se além disso levarmos em conta que tais empresas ainda recebiam diversas formas de subsídios indiretos do Estado brasileiro, principalmente as do setor automobilístico, os seus lucros seriam triplicados, ou melhor quintuplicados, pois neles estariam também incluídos os lucros obtidos por meio do pagamento de *royalties* e patentes, da repatriação de capital e das remessas de lucros que enviavam anualmente para suas matrizes – ao mesmo tempo que o *deficit* no balanço de pagamentos do Brasil só pioraria.

Como bem colocou Estevam Martins,

“um dos fatores determinantes da situação de dependência é a relação indireta que as economias periféricas estabelecem, pela via dos fluxos de exportação e importação, com um Departamento I situado *fora* delas, nos centros metropolitanos”⁵⁰.

No modelo econômico do regime autoritário-militar, a lógica que passou a predominar foi a de abandonar a orientação da tomada de decisões no plano da economia por parte do Estado nacional e da totalidade de suas próprias forças produtivas, incluindo aí a massa crítica do país. Noutras palavras, o regime autoritário-militar acabou demolindo a proposta de se superar o atraso econômico do Brasil por meio de investimentos maciços nos terrenos social, educacional, científico e tecnológico, na formação e retenção de pesquisadores, na desconcentração de renda, na expansão do mercado interno, o que significaria optar por um estilo de desenvolvimento socio-econômico contínuo, sustentável e integrado, baseado mais nos seus próprios recursos, mesmo que mais lento. O resultado disso tudo foi, segundo Celso Furtado, “o estímulo à captação de poupança no exterior” que, ao mesmo tempo que garantia e reforçava o padrão de industrialização e de consumo descritos anteriormente, não permitiria ao país alcançar “níveis mais altos de autotransformação”, de autofinanciamento e de autosustentabilidade, deixando-o, isto sim, extremamente vulnerável às crises externas⁵¹.

O Regime pós-64 e o volume de investimentos em ciência e tecnologia (C&T)

Pouco adianta a um país aumentar os itens de manufaturados em sua pauta de exportação se, primeiro, o projeto, a patente e a base da cadeia produtiva destes itens estiverem nas mãos de empresas multinacionais; se, segundo, para produzir estes itens o país

precisa captar financiamentos em grande escala no exterior e realizar igualmente importações intensivas de insumos industriais básicos e de bens de capital; e, terceiro, se o país não cria ou cria muito pouco tecnologia própria, preferindo importá-la também, deixando assim de incorporar maior valor aos seus produtos manufaturados exportáveis.

Diante disso, para aprofundarmos a questão de se o Brasil do regime autoritário-militar deu ou não um salto qualitativo no seu desenvolvimento industrial, a essa altura é importante colocarmos a discussão num outro patamar, tal como nos ensina Rogério C. de Cerqueira Leite. Este físico da Unicamp elucida esta discussão ao citar, como exemplo, que:

“O Brasil exportou em 1974, cerca de 12 milhões de dólares de circuitos integrados e transístores. Isto poderia ser considerado como altamente desejável, por se tratar de manufaturado. Entretanto, uma análise detalhada demonstra que, neste caso, foi exportada principalmente mão-de-obra. A matéria-prima e a tecnologia incorporada são importadas.

Além disso, como a tecnologia necessária à fabricação está inteiramente retida no e quipamento importado, muito pouca tecnologia é transferida ao país”⁵².

Para Cerqueira Leite, portanto, “o melhor indicativo do desenvolvimento de um país está no conteúdo tecnológico” das mercadorias que desenvolve, produz e exporta, não importando o tipo de produto, se um manufaturado, um cereal ou um minério. Se um país é, por exemplo, um grande exportador de *commodities* agrícolas ou minerais e adiciona tecnologia própria a estes produtos, mesmo sendo eles primários, tal país poderá obter mais divisas e criar um ciclo virtuoso que sempre alimentará sua capacidade de desenvolver novos produtos com novas tecnologias, diferente de um país que exporta mais produtos manufaturados do que produtos primários, mas não os cria, não os projeta e nem introduz inovações, mas apenas os reproduz conforme o manual que os acompanha, aplicando em suas plantas industriais (montadoras, na verdade) a tecnologia importada que já vem pronta e acabada. Essa situação piora se há o caso de que quem importa a tecnologia é uma filial de uma empresa multinacional, uma vez que esta tende a eliminar “a concorrência de indústrias nacionais de nível tecnológico ainda incipiente”. Em outras palavras, para o país que está enquadrado neste segundo exemplo, não há transferência nem fixação de tecnologia, pois, de acordo com Cerqueira Leite, um país só sustém tecnologia se for capaz de controlá-la e de inová-la. Caso contrário corre o risco de ser um mero exportador de “mão-de-obra”.

Cerqueira Leite reconhece ser este o caso do Brasil em 1976, pois segundo ele:

“Nós hoje sabemos reproduzir certos modelos de automóvel, mas não sabemos projetá-los. No que diz respeito à tecnologia nós estamos, portanto, na mesma situação em que estávamos há vinte anos, quando se iniciou a implantação da indústria automobilística no país”⁵³.

O fato do Brasil ser então considerado, deficiente em termos tecnológicos, é, segundo Cerqueira Leite, devido à razões estruturais, resultantes, é lógico, do modelo de industrialização seguido pelos governos do regime, posto que, em 1976, na época em que ele escreveu a respeito destes assuntos, “cerca de cinquenta por cento da produção industrial do setor privado” estava nas mãos de empresas multinacionais, as quais, regra geral, não tinham “interesse em atividade de pesquisa longe da matriz”, pois que viviam importando tecnologia de lá*. E como as multinacionais atuavam aqui desta maneira e detinham aquela poderosa fatia do nosso parque industrial, isso, para Cerqueira Leite, fazia com que “o desenvolvimento de tecnologias autóctones” ficasse então “comprometido”.

Mas Cerqueira Leite mostra que não era só o fator estrutural que impedia ao Brasil encetar até mesmo um modesto desenvolvimento tecnológico autônomo na década de 70, mas também a mentalidade e a atitude de nossos governantes e empresários da época. Quanto a estes últimos, o seu “conservantismo” e sua indisposição em “assumir riscos” os levavam a “comprar” do exterior projetos tecnológicos já prontos, dizendo estarem promovendo a *transferência de tecnologia*, o que, para Cerqueira Leite, era impossível de acontecer porque, nas circunstâncias em que esta *transferência* era feita, não se podia extrair a tecnologia do projeto comprado pelo simples fato de que a *transferência de tecnologia* só ocorre quando o receptor tem competência técnica, equipes técnicas preparadas e já dispõe de um conjunto de conhecimentos acumulados, que Cerqueira Leite chama de “tecnologias correlatas”, as quais “lhe permitem inovar”⁵⁴.

Na mesma época que Cerqueira Leite ia perfazendo o mesmo enfoque crítico sobre o problema do atraso industrial brasileiro e de seu subdesenvolvimento tecnológico, o empresário Kurt Rudolf Mirow notava que o Brasil ainda não dispunha, em 1978, de uma infraestrutura educacional apropriada no sentido de torná-lo apto a formar equipes técnicas capacitadas para criar tecnologia autóctone no setor industrial, visto que, no seu entender:

“A simples aquisição de projetos prontos para execução nos pode levar a um problema político futuro, de graves consequências. O Brasil está gastando volumosos recursos em educação de sua juventude, enquanto o mercado de trabalho futuro dos

engenheiros mecânicos, eletricitistas, técnicos eletrônicos se encontra controlado pelas corporações multinacionais, que normalmente se abstêm de contratar projetistas, gerar, ou mesmo fixar tecnologia no País. O Brasil futuro terá, pois, mercado de trabalho para engenheiros de operação e manutenção, jamais, no entanto, para engenheiros-projetistas que constituirão, desde formados, vasta reserva de proletariado acadêmico”⁵⁵.

É fato notório que a orientação político-ideológica seguida pelos dirigentes do regime autoritário-militar acabou sendo prejudicial para a pesquisa e a produção científica no Brasil, pois, como se sabe, muitos cientistas, pesquisadores e professores universitários de alto nível, com capacidade reconhecida pela comunidade científica internacional, foram afastados arbitrariamente de suas funções mediante aposentadoria compulsória, sendo, inclusive, presos e condenados ao exílio. Até 1971, cerca de 91 professores universitários haviam sido cassados em todo o país. Causava-se, assim, um enfraquecimento dos nossos laboratórios de pesquisa e centros universitários como pólos formadores de mão-de-obra qualificada, geradores de ciência, de tecnologia e de pensamento humanista crítico, habilitados a estudar a realidade nacional e elaborar planos de desenvolvimento socio-econômico para a coletividade nacional, em consonância com as demandas e necessidades desta.

Um dos cientistas cassados pelo regime em 1969 foi o físico José Leite Lopes, na época professor da Universidade do Brasil e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Numa entrevista concedida ao jornalista Hélio Contreiras, Leite Lopes diz que havia apoiado as reformas propostas pelo governo João Goulart, mas que não tinha com este nenhuma vinculação político-partidária. A razão da cassação de seus direitos pode ter sido devido às posições que assumia publicamente em favor da destinação de maiores recursos do Governo para a educação e para a ciência, além de ter defendido, segundo as palavras de Contreiras, o “aproveitamento da energia nuclear como âncora para o desenvolvimento do país, mas através de uma tecnologia nacional não com base em um modelo dependente”⁵⁶. Por sinal, esta concepção nacionalista de um desenvolvimento científico para o país o mais autônomo possível era então compartilhada por outros pesquisadores brasileiros de outras áreas da ciência, como, por exemplo, os cientistas do antigo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), do bairro de Manguinhos no Rio de Janeiro, que lutavam pela valorização da pesquisa básica na área das ciências médicas e pela criação de um Ministério da Ciência. Só que esta postura era considerada subversiva pelas autoridades militares e civis do regime e, como tal, acabou sendo sufocada. Daí a cassação, com base no AI-5, de dez cientistas do Instituto em 1970,

episódio que ficou conhecido como “massacre de Manguinhos”. E como somente a cassação não bastava, o Governo aplica também a estes e a outros cientistas cassados o AI-10, que havia sido editado em 19 de maio de 1969, impedindo dessa forma que eles pudessem vir a exercer atividades em qualquer instituição pública de ensino ou pesquisa e até mesmo nas particulares que recebessem financiamento do governo.

Ainda de acordo com Contreiras, Leite Lopes disse que “antes de 1969 a ciência já havia sido colocada em plano secundário, pois passou a ser quase ignorada, com o corte dos recursos pelos burocratas que estavam no poder”⁵⁷.

Esta avaliação de Leite Lopes não pode ser considerada simplesmente como uma opinião de ordem pessoal de um opositor do regime, pois uma sondagem feita pelo Governo Federal no primeiro semestre de 1970 entre os habitantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Porto Alegre mostrou que dos três problemas brasileiros então considerados mais importantes, dois estavam diretamente vinculados à área da educação, a saber: a desigualdade social, **o analfabetismo, a falta de escolas**, a inflação, o aumento do custo de vida e a carência de serviços médicos e hospitalares gerais.

Nota-se, portanto, que passados seis anos após a instauração do regime autoritário-militar, os seus arquitetos não haviam fincado as estacas para se construir soluções a um problema fundamental para qualquer país poder vir a se tornar uma potência mundial: o da educação básica e superior de qualidade de seu povo e, por extensão, o da formação de capital humano para o desenvolvimento da pesquisa científica e da criação e inovação tecnológicas.

E não foram somente os críticos do regime que mostraram que os seus governos deixaram de investir o montante necessário em pesquisa científica e que seguiram uma política inadequada para o país desenvolver tecnologia própria. O próprio presidente Ernesto Geisel, no discurso que fez na ocasião da assinatura do decreto que aprovou o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 31 de março de 1976, 12 anos, portanto, após a instauração do regime autoritário-militar, declarava que os recursos que seriam então aplicados nessa seara eram

“muito superiores aos que, normalmente, vinham sendo atribuídos à pesquisa”

Em seguida o presidente Geisel reconhecia que

“o **atraso** que o Brasil se encontra(va) no campo da pesquisa”⁵⁸.

Aliás, a visão que Ernesto Geisel tinha a respeito da educação indicava ser tacanha, trivial e representativa de sua falta de vontade política em investir mais nesta área extremamente importante para o desenvolvimento cultural e material de um país que almejava ser uma potência mundial. Afinal de contas, o poder nacional exige o ensino básico obrigatório e o prolongamento do período escolar, desde a sua iniciação até a sua finalização, permitindo-se ao maior número de pessoas a extrapolação do ensino elementar. Senão como conseguir formar gerações de indivíduos habilitados para a assimilação, a criação e a aplicação de tecnologias e conhecimento científicos de última geração?

Perguntado por D'Araujo & Castro, em 1994, como ele havia tratado a questão da educação no seu governo, Geisel responde

“Para quem governa, o ensino passa a ser um saco sem fundo; quanto mais recursos se têm e se aplica na educação, mais se necessita. Minha opinião é que nesse problema do ensino, principalmente no primário e no secundário, assim como na área da saúde, os estados e municípios devem atuar mais. A carga sempre recai sobre o governo federal: tantos por cento do orçamento federal têm que ser para a educação, o governo federal tem que dar isso, tem que dar aquilo. O governo federal, nestes últimos tempos, dá merenda escolar para os municípios! Impõe-se uma outra divisão de encargos. A divisão que se tinha anteriormente, e que me parece mais lógica, colocava o ensino primário sob a responsabilidade do município. O ensino secundário ficaria sob a responsabilidade do estado, e o governo federal ficaria com o ensino superior. É uma divisão de tarefas. O município não fazer nada, o estado cuidar de outras coisas e colocar todo o peso da responsabilidade sobre o governo federal é que não é possível! Nós fizemos, mais ou menos, essa distribuição entre município, estado e governo federal, mas isso é um processo que só se implanta se houver muita continuidade e muita doutrinação. E é algo absolutamente inviável com a Constituição vigente. Sem dúvida, uma das questões mais importantes no nosso país é a da educação, problema em que também é relevante a responsabilidade familiar do pai e da mãe. Presentemente, como o país vive achando que o governo é que tem que fazer tudo, muitas famílias não cuidam mais dos problemas dos filhos, e daí resultam os meninos de rua, as meninas que andam por aí se prostituindo e assim por diante. Todo mundo é responsável, menos os pais. Eu acho que os pais é que têm que ser e devem ser responsabilizados. Acham que os outros é que têm o dever de tomar conta dos filhos alheios”⁵⁹.

O que Geisel não esclarece é que os municípios e estados da federação brasileira não podiam fazer muito pela educação porque, como já mostramos no *capítulo 1*, durante o regime autoritário-militar, em especial na sua gestão presidencial, a concentração dos recursos financeiros e das verbas públicas nas mãos da União era tamanha que as instâncias estaduais e municipais foram convertidas em meras delegacias executivas da administração federal. As prefeituras e governos de estado ficaram então com sua autonomia financeira reduzida, redução esta que teve início em 1964 e foi consolidada em dezembro de 1968 com a promulgação do Ato Complementar nº 40. Tal ato administrativo alterou, segundo Elio Gaspari, a política de redistribuição de tributos federais, diminuindo a participação dos estados e municípios na partilha dos impostos de renda e de produção industrial, os quais equivaliam a 70% da receita de impostos federais. Ainda conforme Gaspari, pela Constituição de 1967 os estados e municípios tinham direito a 20% do dinheiro recolhido pela União, mas com o citado Ato Complementar estas transferências caíram pela metade⁶⁰.

A existência de núcleos da administração federal nos estados, corporificados nas Secretarias de Articulação dos Estados e Municípios (Sarem), as quais tinham que responder à Secretaria do Planejamento do Governo Federal, era um sintoma desta situação que tolhia qualquer iniciativa das administrações estaduais e até municipais. A extensão deste tolhimento era de tal ordem que, em meados da década de 70, a maioria dos estados não tinha mais capacidade de poupar e de reter recursos para a realização de investimentos até mesmo no setor de infraestrutura, que era de sua competência (urbanização, transporte e saneamento), ficando assim a mercê da União.

Quanto ao comentário de Geisel a respeito dos “outros” terem que “tomar conta dos filhos alheios”, é pertinente reparar que qualquer pessoa nascida no Brasil e que aqui reside não é nunca alheia ao Estado brasileiro, mas é filha deste e este tem o dever de cuidá-la, e bem, se quiser algum dia ser forte.

Retornando à questão específica do investimento feito em pesquisa científica e em tecnologia durante o regime, Francisco Almeida Biato & Eduardo Augusto de Almeida Guimarães redigiram, em 1972, um artigo que fez parte do já citado trabalho em equipe coordenado pelo professor-general Wiedmann, no qual reconheciam que:

“Como se deu em períodos anteriores, a atual produção nacional de tecnologia não vem acompanhando a expansão da demanda de *know how*, acentuando-se a dependência tecnológica do exterior”⁶¹.

Biato & Guimarães reconheciam ainda que havia “desinteresse de grande parte das empresas estrangeiras pela realização de pesquisas e de engenharias de desenvolvimento no país”, mostrando inclusive que a “limitação quantitativa e qualitativa de recursos humanos” (pesquisadores, cientistas de nível superior e pessoal técnico) deviam-se a “limitação de recursos materiais” às instituições de pesquisa por parte do Estado e ao “nível salarial insatisfatório dos pesquisadores”. Por isso, advertiam os autores mencionados:

“Os aspectos assinalados têm contribuído para a **curta permanência** de pesquisadores nas instituições, **que continuam desempenhando a função de treinamento de pessoal técnico para o sistema produtivo, em detrimento do seu próprio desenvolvimento**”⁶².

Os mesmos autores apresentaram cálculos que demonstram que no biênio 1969/1970 os investimentos do Brasil em C&T (incluindo as dotações dos governos federais e estaduais, assim como os gastos realizados pelo setor privado) se situaram na faixa de 0,2% e 0,3% do PIB, o que, para eles, refletia um “empenho nacional reduzido”. Tais aplicações (entre 80 e 120 milhões de dólares), “expressam também contrapartida nacional relativamente pequena, em comparação com as despesas de aquisição de tecnologia externa”, visto que, “nos anos 1969/1970, o país dispendeu na importação de tecnologia (gastos administrativos, assistência técnica e *royalties*), em média, 80 milhões de dólares”, o que indicava, em termos aproximados, “uma proporção de 1:1,5 entre importação e produção interna de tecnologia”⁶³.

Já numa matéria que tem como título “De costas para a pesquisa”, publicada, em 1984, no livro *Retrato do Brasil – Da Monarquia ao Estado Militar – Volume II*, há informações fornecidas pelo físico José Goldemberg, de que os gastos do Brasil com importação de tecnologia teriam sido de US\$ 800 milhões em 1973 e, em 1974, por volta de US\$ 3 bilhões. O mesmo cientista informa que o volume de recursos destinado à pesquisa científica no Brasil correspondia então à US\$ 4 por habitante, enquanto que na Itália a proporção era de US\$ 9 por habitante e nos EUA US\$110. Quanto ao número de trabalhos científicos publicados, conforme dados da SBPC, o Brasil ocupava, em 1975, a 29ª colocação no mundo, o que correspondia a um trabalho por 100 mil habitantes, bem abaixo de Argentina (um por 24 mil) e Chile (um por 36 mil). No que tange ao número de cientistas, segundo Galache & André (1979: 16ª edição: 105), nós dispúnhamos de uns 7.000 por volta de 1977, quando o necessário teria de ser de mais ou menos 90.000.

Para que possamos comparar o montante dos investimentos em ciência e tecnologia no Brasil com alguns países capitalistas desenvolvidos, destacamos do mesmo artigo de Biato & Guimarães uma tabela com os seguintes dados referentes ao biênio 1963/64:

Tabela 7

Despesas com Ciência e Tecnologia na Europa e em alguns outros países desenvolvidos não-europeus como percentagem do PIB – 1963/1964

Estados Unidos	3,4
Europa	1,5
Japão	1,4
Canadá	1,1

Fonte: *The OECD Observer*, abril 1968. Apud: Biato & Almeida Guimarães, *Ibid*, p.372.

Próximo daquele mesmo período, talvez num biênio ou triênio subsequente, de acordo com dados fornecidos por Paulo de Góes em “Criação do potencial científico nacional I”, outros países europeus de médio porte, tais como Bélgica e Suécia, investiam respectivamente 1% e 1,5% de seus PIBs em C&T. Já o o Brasil, em 1971, investia em torno de 0,3% do PIB (in Souza, Almeida & Costa Ribeiro, *Política Científica*, 1972: 27).

Consoante os dados presentes no já citado documento elaborado pela cúpula do governo Médici em 1970, METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO, o montante investido em 1969 em Desenvolvimento Científico e Tecnológico tinha sido de 194 milhões de cruzeiros (a preços de 1970). Já conforme o cronograma do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Orçamento Federal de Ciência e Tecnologia para o triênio 1972/1974 deveria ser o seguinte:

Tabela 8

ORÇAMENTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL (1972-1974)			
Em Cr\$ milhões de 1972			
	1972	1973	1974
Administração Direta de Autarquias e Empresas			
Governamentais	267,4	243,3	255,3
Órgão de Coordenação e Apoio	382,4	436,1	462,6
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas	57,6	59,6	62,3
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior	28,0	30,5	32,2
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	133,9	180,0	194,1
BNDE/FUNTEC – Banco Nacional de Desenvol- vimento Econômico – Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico	102,9	100,0	100,0
Outros	60,0	66,0	74,0
TOTAL	649,8	670,4	717,9

(Fonte: José Pelúcio Ferreira, “Estruturação do órgão responsável” – 3ª Parte: “Entidades e Organizações Responsáveis pelos Meios” – do livro de Heitor G. de Souza, Darcy F. de Almeida & Carlos Costa Ribeiro, *op. cit.*, p. 248).

No período do governo Geisel, 1975-1979, o volume de recursos destinados pelo governo federal à pesquisa básica em ciência e tecnologia ficou em torno de 925 milhões de cruzeiros, estando incluídos neste montante os recursos normais do Ministério da Indústria e Comércio. Conforme o texto oficial do II PND, no capítulo XIV, referente à “Política Científica e Tecnológica”, a previsão do montante de recursos que seria aplicado de forma integrada em C&T, no período 1975-1979, era de Cr\$ 22 bilhões, provenientes não apenas dos recursos de mais de um ministério, mas também de um sistema financeiro de fundos composto pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC), pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e pelo BNDE.

A tabela que vem a seguir detalha, porém, qual foi de fato a soma de investimentos feita anualmente pelo governo Geisel na área de C&T:

Tabela 9

Despesas com Ciência e Tecnologia no Brasil em relação ao PNB (1975-1979)			
(em milhões de cruzeiros)			
Ano	PNB	C & T	%
1975	4.031.224,2	161.249,0	0,37
1976	4.437.433,4	177.497,3	0,42
1977	4.555.739,7	182.229,6	0,55
1978	4.910.084,8	196.403,4	0,64
1979	5.155.589,0	206.223,6	0,61

(Fontes: II Plano Nacional de Desenvolvimento – parte IV – Ação para o Desenvolvimento, Capítulo XIV: *Política Científica e Tecnológica*; Sondagem Conjuntural – FGV/Ibre/PEC/CEI. Apud: Enjolras José de Castro Camargo, *Estudos de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Editora Atlas, 11ª edição, 1991, pp.218-19, 212-13)

O resultado final das políticas dos governos do regime no campo da C&T fora apresentado por Renato Archer, em 1985, quando esteve no comando do então recém criado Ministério da Ciência e Tecnologia do primeiro governo civil depois do término do regime autoritário-militar. Naquele ano, diz Archer, foi constituída uma Comissão Coordenadora atrelada a sua pasta com o objetivo de conduzir debates nacionais sobre o tema “Ciência e Tecnologia numa Sociedade Democrática”. Em 12 de dezembro do mesmo ano, tal Comissão chega, entre outras coisas, a conclusão de que:

- a) estava havendo “considerável divórcio entre o desenvolvimento científico e tecnológico e as necessidades sociais” do país, sendo então “urgente corrigir esta deformação”, pensando-se a questão da ciência e tecnologia “no conjunto dos problemas nacionais”;
- b) “um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento científico e tecnológico do país” era “a escassez de recursos humanos qualificados”, pois o Brasil dispunha na época “de três ou quatro pesquisadores por 10.000 habitantes”, o que correspondia a um décimo do que se observava nas nações altamente desenvolvidas;
- c) tinha havido uma “redução acentuada dos orçamentos das agências financiadoras de pesquisa, e particularmente do FNDCT, no período 1980-85”, levando “os laboratórios das universidades e dos institutos de pesquisa a uma situação de penúria ”⁶⁴.

Em síntese, pode-se concluir que a atitude dos governos militares ante a comunidade científica brasileira, os parâmetros de suas políticas nas áreas da ciência e tecnologia, assim como o volume de recursos a elas destinadas, não condiziam com o projeto de *nação-potência*.

Estatismo proveitoso ao capital privado nacional e estrangeiro?

“Nós, soldados, procuramos conservar a ordem para que vocês, empresários, arriscando, criando, produzindo e multiplicando, possam nos dar o progresso”.

(Tenente-coronel Octávio Costa em discurso proferido a 3 de dezembro de 1964 num encontro de empresários no Rio Grande do Sul. In *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, 603: 46. Apud: Mirian Dolhnikoff & Flávio de Campos, *Manual do Candidato: História do Brasil*. Brasília, DF, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag – 2001, 2ª edição, p.357)

Ao prestar o juramento constitucional ante o Congresso Nacional em meados de abril de 1964, o presidente Castelo Branco, no mesmo tom da supracitada frase do tenente-coronel Octávio Costa, havia declarado que “*o Estado não será estorvo à iniciativa privada*”⁶⁵.

Três meses depois, em 31 de julho, o mesmo general-presidente faz um discurso no Palácio do Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata, expondo então as linhas mestras da política externa do primeiro governo do regime autoritário-militar, a qual estava acoplada com a sua política econômica. Os trechos reproduzidos a seguir demonstram qual era o pensamento do primeiro presidente deste regime a respeito do nacionalismo e do estatismo, o que indica que ele se estranhava com estes e se identificava com o pensamento liberal, em especial no terreno econômico, podendo assim ser denominado como um *internacionalista*.

Acerca do nacionalismo, Castelo Branco assim se colocara,

“A política externa brasileira tem, não raro, apresentado falta de determinação em virtude do caráter irresoluto de certos dilemas: nacionalismo *versus* interdependência, bilateralismo *versus* multilateralismo e socialismo dirigista *versus* livre iniciativa. Em vários períodos, nos últimos anos, o nacionalismo se agravou internamente, criando contradições em nossa política externa. Exemplo disso são os nossos contínuos protestos, no plano externo, contra a insuficiência de auxílio estrangeiro e dos investimentos de capital, e no plano interno, adoção de atitudes restritivas e hostis ao capital estrangeiro [...].

Mais recentemente, o nacionalismo deturpou-se a ponto de se tornar opção disfar-

farçada em favor dos sistemas socialistas, cujas possibilidades de comércio conosco e capacidade de inversão na América Latina foram sobreestimadas. A política exterior tornou-se, desde então, confusa e zigzagueante, refletindo essas tendências internas.”

E no tocante ao estatismo, há de se destacar o seguinte no referido texto oficial:

“Por sua vez, as pressões internas em favor do estatismo e nacionalização têm tido repercussão na política externa, criando áreas de atrito. [...]. O Brasil trata de enveredar pela política da livre empresa e de acolhimento ordenado do capital estrangeiro”⁶⁶.

Na mesma época, Mário Pedrosa destacou que no discurso de lançamento do plano econômico do primeiro governo do regime autoritário-militar, o *Plano Decenal*, Castelo Branco ressaltava que seu planejamento seria “**democrático**” e não se confundiria “**com controle e estatização**”, pois sua prática seria “**compatível com a descentralização das decisões**” [...] “**através do sistema de preços e da livre empresa**”.

O presidente Castelo Branco e seus tecnocratas antidirigistas da área econômica justificavam, então, ter tomado o poder para “salvar a livre empresa e uma política liberal em todos os domínios”. Entretanto, por contraditório que isso possa parecer, ao mesmo tempo eles também chegavam à conclusão de que um planejamento econômico, ou seja, que a participação e intervenção do Estado na economia era indispensável para que um país subdesenvolvido como o Brasil pudesse se desenvolver.

Uma análise apurada destas palavras proferidas por Castelo Branco deixa desnudadas as reais intenções do marechal-presidente e seus colegas de farda quanto ao tipo de regime político que pretendiam instaurar no Brasil e por quanto tempo eles pretendiam manter o comando da política nacional. Esta afirmação funda-se na própria essência do Plano Decenal, já que, ainda de acordo com o presidente Castelo Branco, depois de sua institucionalização, o planejamento

“deverá assegurar à ação do poder público, na área econômica e social, aquela continuidade sem a qual o país permanecerá sujeito ao estrangulamento periódico (grifo de Pedrosa) representado pelas **mudanças de governo**” (grifo nosso)⁶⁷.

Pedrosa analisa esta declaração da seguinte maneira:

“Assim, o marechal espera que depois dele a decisão política mais importante pelo menos nas democracias institucionalizadas – as mudanças de governo – seja controlada por uma instituição burocrática administrativa para não acarretar “*es-trangulamento periódico*”⁶⁸.

Para Pedrosa, o cimento do pensamento de Castelo Branco era o de que não haveria condições políticas nem sociais para a democracia vingar no Brasil na segunda metade da década de 60. Por isso que, continua Pedrosa, “para evitar os ‘*estrangulamentos periódicos*’ das mudanças de governo, o ‘Ato Institucional nº 3 foi declarado’⁶⁹.

Citando agora Octavio Ianni, há de se reconhecer de fato que, na prática, o regime autoritário-militar acabou atribuindo ao Poder Executivo “poderes excepcionais” e “ampla hegemonia”, atribuições estas que até mesmo o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, assim justificou:

“O fortalecimento do Executivo, julgado por muitos uma estéril exibição de autoritarismo, respondia no fundo a uma exigência realista já percebida e admitida pelos modernos parlamentos. A tecnificação administrativa, a necessidade de planejamento central, a velocidade das soluções exigidas tornaram inevitáveis o deslocamento, para o Executivo, de boa parte da iniciativa de legislar”⁷⁰.

Este posicionamento de Roberto Campos poderia, à primeira vista, parecer incoerente, já que provinha de um notório conservador liberal, muito bem conhecido por suas estreitas ligações com os interesses de grupos industriais e financeiros estrangeiros. Mas é sempre importante constatar que a pregação do fortalecimento do Poder Executivo federal – e por extensão de sua maior capacidade planificadora e intervencionista – por parte de Campos estava relacionada com o fato do primeiro governo do regime necessitar não apenas de instrumentos irregulares de poder, mas também regulares, de fundo jurídico e institucional formal, porém cada vez mais concentradores de recursos, que dessem a ele maior desenvoltura para a efetuação de uma política estatal privatista, de abertura do mercado nacional, de desnacionalização da economia brasileira e, finalmente, para intervenções nas legislações social, trabalhista e fiscal, com o propósito de se mobilizar uma massa considerável de receitas e canalizá-las para fins pré-determinados em benefício de certos

grupos econômicos e financeiros privados, nacionais e estrangeiros. Em síntese, no final o que então Campos pretendia com o fortalecimento do Poder da União era concentrar em suas mãos poderes financeiros, políticos e institucionais para que fossem retirados os entraves que impedissem uma transferência desmesurada do erário público e da renda do trabalho para o capital privado por meio do instrumento indexador da correção monetária oficial, de mecanismos de poupança interna compulsória (PIS, Pasep e FGTS) e do maior arrocho salarial da história do país até então.

Mais do que isso, também se deve levar em conta que o discurso de Roberto Campos e a forma dele ter gerido o tesouro público na prática, é, no Brasil, resultado de uma fusão de princípios liberais com intervencionismo estatal voltados para a defesa de interesses privados, um costume há muito enraizado na cultura política do país.

O já citado Albert Fishlow, que veio a trabalhar no Brasil como assessor das equipes econômicas dos dois primeiros governos do regime autoritário-militar, escreveu que

“... o governo estava comprometido com a formação de um livre mercado de fato no Brasil [...]. Mesmo durante o período Castelo Branco, o objetivo principal não era a estabilização; era fazer com que o capitalismo de mercado funcionasse”⁷¹.

Portanto, intervenção do Estado brasileiro na economia durante o regime autoritário-militar pós-64 deve ser visto como uma maneira de garantir os preceitos liberais do capital privado e, conseqüentemente, de atender a interesses particulares de setores hegemônicos da sociedade, restabelecendo sua preponderância política e salvaguardando seus privilégios sociais e econômicos. A função do Estado brasileiro passaria, então, a ser o de complementar e não o de suplantar a iniciativa privada. Isso significa que, embora possuísse algum viés estatizante, mesmo assim o modelo econômico do regime era proveitoso ao capital privado forâneo e nacional associado.

Outra proposição da qual não podemos nos esquivar quando tratamos da questão da intervenção do Estado na economia do Brasil pós-64, é a de que não há uma relação de causa e efeito, uma associação orgânica entre liberalismo econômico e liberalismo político, na vertente democrática deste. Noutras palavras, a instauração de uma ordem econômica liberal num país periférico, com uma economia retardatária e subsidiária, eivada de desigualdades sociais extremas, tal como o Brasil de 1964 a 1984, não requeria obrigatoriamente a instauração de um regime político liberal-democrático. Tal asserção está assentada no fato de que, antes de tudo, Campos era um tecnocrata à serviço de um regime político dominado por

militares de direita, cuja essência era autoritária e que, de acordo com as palavras proferidas em maio de 1966 pelo então presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, J. W. Fulbright, recorria a “métodos de Estado policial”.

E como, segundo Fernando Pedreira, a natureza do tecnocrata tende também a ser autoritária, a sua preferência por *regimes fortes* não chega a ser surpreendente, visto que, o “tecnocratismo”, assim como o “burocratismo”, são, conforme René Dreifuss,

“sistemas de formulação de políticas públicas e de tomada de decisões que anulam a representatividade da sociedade e a sua possibilidade de obter resposta adequada às suas demandas ou de fiscalizar a atuação dos poderes públicos”⁷².

Nas palavras de Pedreira:

“O governante ideal do tecnocrata é o déspota esclarecido, cujo poder não depende do povo nem das flutuações das correntes de opinião popular; não lhe é necessário perder tempo ouvindo a maioria ou procurando convencê-la”.

Resta lembrar, em terceiro lugar, que o então ministro do Planejamento do primeiro governo do regime autoritário-militar foi um dos que insistiu na tese de que o marechal Castelo Branco deveria permanecer por um período de dez anos na Presidência da República. Daí, talvez, resulte o *Plano Decenal* concebido por ele, Roberto Campos, e Octávio Gouveia de Bulhões, plano este que foi elaborado no IPEA e que contou com a assessoria de uma equipe permanente de consultores economistas norte-americanos da Universidade da Califórnia, Berkeley, financiado pela United States Agency for International Development (USAID) e comandado pelo professor Howard S. Ellis, um “clássico conservador”, segundo as palavras do economista Arthur Candal, técnico do IPEA de 1966 a 1974.

Ellis começou a trabalhar no Brasil já em junho de 1965 e, anos depois, chegou a organizar um livro intitulado *The Economy of Brazil* (Berkeley: University of California Press, 1969). Neste livro, há um prefácio escrito por Lincoln Gordon e artigos de notáveis economistas liberais brasileiros, colaboradores da ditadura militar e usuais ocupantes de cargos executivos de comissões, agências e empresas estrangeiras instaladas no país, tais como:

- Mário Henrique Simonsen, consultor de empresas privadas, ligado ao mercado financeiro desde 1961, quando, junto com Júlio Bozano, fundou uma distribuidora de valores.

Esta acabou se transformando num dos maiores bancos privados de investimentos do Brasil, o Banco Bozano-Simonsen;

- Eugênio Gudín, consultor da Bond and Share, sócio da firma de engenharia, Doodsworth & Cia., diretor da Western Telegraph e da Great Western Railway Co. do Brasil, controladora da Pernambuco Tramway and Power;

- o próprio Roberto Campos, sócio da Consultec, escritório privado de consultoria a empresas privadas estrangeiras como a Hanna Minning, Olivetti, Bond and Share e Mercedes Benz. Campos foi também membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que durou de 1951 a 1953, e um dos responsáveis pelo acordo de exploração petrolífera do Brasil na Bolívia – Ata de Roboré de março de 1958 – que abria uma brecha no monopólio estatal da Petrobrás ao admitir a participação de capitais privados estrangeiros);

- e Octávio de Gouveia Bulhões, que teve relações estreitas com o FMI, vindo a participar sistematicamente, a partir de 1953, das reuniões anuais da entidade. Em 1954 seria seu vice-governador e, em 1964, governador, na qualidade de ministro. No ano de 1948, ao ser constituída a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, Comissão Abbink, com a finalidade de estudar e elaborar um relatório quanto a questões referentes à modernização econômica do Brasil, Bulhões foi escolhido para chefiar o grupo de técnicos brasileiros, enquanto John Abbink coordenava o grupo americano. O relatório final de tal comissão recomendava, entre outras coisas, que toda a atividade econômica deveria basear-se na iniciativa privada, que o Estado só deveria intervir com o objetivo de coordenar os investimentos e que o capital estrangeiro participasse dos setores de combustíveis, energia e mineração⁷³.

Apenas de passagem, registre-se que aqueles tecnocratas civis do regime autoritário-militar que não foram altos funcionários diretos de empresas privadas estrangeiras, acabaram tornando-se os principais interlocutores do FMI junto às autoridades brasileiras. É pertinente rememorar que depois de participarem, em julho de 1944, como delegados do Brasil na Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, nos Estados Unidos, quando foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o então Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Gudín, Bulhões e Campos procuraram sempre aplicar aqui no Brasil as propostas oriundas do encontro quanto a regimes cambiais, comércio exterior, capital estrangeiro, papel do Estado na economia, tarifas, políticas monetaristas e etc. Isso comprova que, quando faziam parte do alto escalão do quadro administrativo do Governo Federal, esses “técnicos” não eram em nada neutros, tanto política como ideologicamente, e muito menos tinham autonomia nas suas tomadas de decisão.

Mais tarde, no governo Costa e Silva, o Plano Decenal virou Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), o qual foi elaborado pelo desenvolvimentista Albert Fishlow, revisto pelo monetarista, Mário Henrique Simonsen, e, depois, passado às mãos do não muito monetarista, Antonio Delfim Netto, quando este se tornou ministro da Fazenda do governo Costa e Silva. Uma declaração importante de Delfim Netto na época veio endossar as já mencionadas proposições de que o viés estatizante dos planos econômicos elaborados pelos governos militares era proveitoso aos interesses das empresas privadas estrangeiras e nacionais associadas. Tanto é verdade que assim declarou o então *czar* da economia brasileira:

“Posso afirmar que o Brasil se transformará em um país desenvolvido **com o curso do setor privado**. Dentro desta perspectiva, **não fazemos distinção alguma entre o capital nacional e o estrangeiro**. Sustentamos o princípio de que **o mercado nacional pertence às empresas que estão instaladas no Brasil**”⁷⁴.

Um corte no fio condutor do modelo econômico do regime?

Fiechter revela que, a despeito da luta contra a inflação ter cedido lugar à retomada global do crescimento industrial e ao aumento do consumo de bens industriais e de serviços no plano econômico do governo Costa e Silva, um de seus principais objetivos era o de favorecer as empresas do setor privado, proporcionando a estas o aumento da produtividade e da rentabilidade nos seus investimentos, principalmente através da diminuição do custo relativo do fator trabalho, que seria feito, na prática, com o bloqueio temporário dos salários e, é claro, com a garantia de uma força de trabalho disciplinada⁷⁵.

As críticas que os *policy-makers* do governo Costa e Silva faziam quanto aos modelos de desenvolvimento econômico que os antecederam incidia mais sobre as políticas de substituição de importações, predominantes no período dos governos nacionalistas populares. Donde se originou a preocupação da equipe econômica do segundo governo do regime autoritário-militar para com medidas protecionistas, políticas de subsídios e a participação crescente do setor público na economia nacional, que, segundo os seus caciques, impediam a formação de capital suficiente para se promover uma ampla modernização da economia brasileira.

Maria Lúcia T. Werneck Vianna, do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também indica como correta a mesma proposição ao alegar

que “os pontos mais controvertidos da política econômica de Castelo Branco – a concentração da renda e a internacionalização do setor industrial privado brasileiro – foram aprofundados depois de 67”, indicando, inclusive, que havia uma certa continuidade, uma diretriz básica, nos planos econômicos dos governos Castelo Branco e Costa e Silva⁷⁶.

Exemplos concretos de aspectos semelhantes nos planos econômicos dos dois primeiros governos militares são dados por Estevam Martins, que afirma que no governo Costa e Silva a “defesa da empresa nacional misturava-se a uma política de cooperação sem reservas com o FMI e os Estados Unidos no plano monetário e financeiro”. De acordo com Estevam Martins, o governo Costa e Silva, apesar de ter abandonado alguns pilares da política externa de seu antecessor, buscando adotar uma postura de coloração nacionalista e mais autônoma frente aos EUA, no final de importantes negociações comerciais com estes acabava capitulando, não conseguindo assim escapar das ambiguidades inerentes a um país fervorosamente anticomunista que continuava a seguir o pensamento bipolar da Guerra Fria, bem como uma política econômica dependente-associada⁷⁷.

Um fato emblemático de capitulação do Brasil na esfera do comércio externo foi a negociação feita pelo ministro Delfim Netto com as empresas norte-americanas que controlavam o mercado de café solúvel nos EUA. Estas, preocupadas com o aumento das vendas de café solúvel produzido no Brasil, cujo preço chegava no mercado norte-americano com um valor mais baixo do que o do café em grão, passaram, de acordo com o sindicato patronal da indústria do café solúvel do Estado de São Paulo, a fazer “pressões de caráter colonial”, exigindo do governo Costa e Silva a instituição de um imposto de exportação para que se pusesse um fim ao que eles consideravam ser uma concorrência desleal. O resultado foi que, em 23 de abril de 1969, Delfim Netto cedeu parcialmente, instituindo uma taxa sobre as exportações do produto em questão na base de 13 *cents* americanos por libra-peso (0,45359kg) de café solúvel.

Em reação a tal acordo, o jornal *O Estado de São Paulo* publica, no dia 25 de abril, um editorial condenando o que chamara de uma

“capitulação incontestável (...) que lesa diretamente os princípios da soberania nacional (...) visto que sob a pressão de um grupo industrial dos Estados Unidos, o governo de Washington conseguiu impor ao Brasil um imposto sobre a exportação de um produto industrializado”⁷⁸.

Tempos depois, num almoço com exportadores em São Paulo, em julho de 1972, o ainda Ministro da Fazenda, Delfim Netto, mostrava que os governos militares se distanciavam da prática do protecionismo comercial, seguindo então métodos comerciais com viés liberal, ao declarar que:

“Hoje, por conveniência, o Brasil defende o livre câmbio, do mesmo modo como foi ultra-protecionista na década de 50 e medianamente protecionista na década de 60”⁷⁹.

O professor titular de história contemporânea na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e pós-doutorando em Relações Internacionais pela *London School of Economics*, Paulo Fagundes Vizontini, considera que o governo Costa e Silva promoveu uma mudança na política externa brasileira, chegando com isso a entrar em atrito com os EUA, além de ter tentado deixar de seguir uma política recessiva, não baseada no monetarismo ortodoxo que havia sido prescrito pelo FMI ao governo Castelo Branco. O governo Costa e Silva entraria, assim, em desacordo com este organismo financeiro internacional em “certos pontos específicos”. Mas apesar disso, os grupos mais influentes do referido governo militar continuavam, como deduz Vizontini, “seguindo a receita monetarista, embora heterodoxa”, mantendo “relações relativamente harmoniosas” com o FMI e criando ainda “oportunidades vantajosas para as empresas transnacionais e para o capital estrangeiro”⁸⁰.

Em suma, no que tange ao sistema político, os *castelistas* e os *costistas* compartilhavam da mesma concepção autoritária. E em termos de modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil, as lideranças militares destas duas correntes também estariam convergindo substancialmente no mesmo ponto: o da modernização econômica conservadora que evitaria a reformulação radical nas estruturas sócio-econômicas existentes e que também aumentaria a internacionalização da economia brasileira, em detrimento da ampliação do mercado interno, da reforma agrária, da melhoria da distribuição de renda e do controle do capital estrangeiro, tal como propunha o grupo de oficiais militares nacionalistas liderados pelo general Albuquerque Lima.

O que torna esta última afirmação plausível são as manifestações de alguns oficiais militares de alto prestígio no meio castrense, como aquela feita pelo marechal da reserva, Mário Poppe de Figueiredo, em março de 1968, na qual ele reclamava um projeto de desenvolvimento de “nacionalismo intransigente”, assim como as posições tomadas pelo

presidente Costa e Silva ante as colisões que ocorriam na sua equipe de governo entre os nacionalistas e ‘internacionalistas’.

Fiechter mostra, por exemplo, que:

“A 23 de agosto, por ocasião de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, convocado para debater o conceito de ‘estratégia nacional’, o Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, opõe-se veementemente aos seus colegas da Fazenda e do Planejamento, visto que sua ordem de prioridade nos investimentos difere fundamentalmente da orientação proposta, que a seu ver é muito internacional e monetarista”⁸¹.

O general Albuquerque Lima pedia ainda a criação de um Conselho de Desenvolvimento Nacional, com destaque à grande participação dos militares no mesmo. A posição do presidente Costa e Silva com relação a esta reivindicação de Albuquerque Lima foi, porém, a de classificá-la de “inoportuna”, uma vez que este podia se aproveitar deste programa para reforçar a sua candidatura à sucessão presidencial⁸². Ao mesmo tempo em que ocorriam estas disputas entre o ministro Albuquerque Lima e os ministros da Fazenda e do Planejamento, os deputados federais do partido oficial, a ARENA, pediam, entre outras coisas, por uma política salarial mais aberta. Contudo, a resposta de Costa e Silva foi a de que a política salarial não era passível de modificação, principalmente no que se referia ao bloqueio do salário mínimo a fim de que fosse mantido o crescimento dos salários especializados e da renda do capital⁸³.

Também não era passível de modificação no governo Costa e Silva as idéias nucleares do modelo econômico iniciado por Castelo Branco: o recurso a volumosos empréstimos externos, o apoio às grandes empresas privadas, estrangeiras e nacionais associadas, assim como aos grandes proprietários de terra, produtores de gêneros agrícolas exportáveis. O economista José Pedro Macarini, cuja dissertação de mestrado tratou do chamado “milagre” brasileiro, indica, por sinal, que a estratégia econômica que o ministro Delfim Netto adotou efetivamente, após o interregno monetarista de 1969, foi a “estratégia exportadora” que, por não requerer em absoluto a ampliação do mercado interno, resultaria no sepultamento do PED⁸⁴.

Até mesmo Ernesto Geisel, já no cargo de Presidente da República, demonstrava, a princípio, que não pretendia se distanciar do eixo condutor do modelo econômico instaurado

após abril de 1964, como se pode notar no discurso feito por ele na primeira reunião ministerial de seu governo, em 19 de março de 1974:

“No quadro do desenvolvimento, nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. Ao contrário, adotaremos as mesmas linhas-mestras da política que até agora vem sendo seguida com benefícios comprovados para o país e extraordinários êxitos por todos atestados [...]”⁸⁵.

Juntamente com Vizentini, Werneck Sodré, Werneck Vianna e Fiechter, temos ainda o cientista político especializado em América Latina e ex-embaixador da França no Brasil, Alain Rouquié, o qual confirma que

*“a fração castelista ou febista que se apossou do Estado nutre um entusiasmo aparentemente sem limites pelos valores da livre iniciativa”*⁸⁶.

Prossegue Rouquié:

“Essa orientação é ratificada pela própria Constituição [de 1967], que proclama o caráter simplesmente ‘complementar’ do Estado quanto à empresa privada”⁸⁷.

Diz ainda Rouquié que o “plano de governo” do general Médici em 1970 previa, entre outras coisas, “a consolidação do sistema econômico baseado na empresa privada nacional e estrangeira” e a ‘racionalização do setor público’, a fim de **‘eliminar a tendência à estatização observada antes de 1964’**”⁸⁸.

Citando mais uma vez Fishlow, apesar deste reconhecer que com a posse do marechal Costa e Silva na Presidência da República tenha havido a substituição de uma orientação ortodoxa por uma heterodoxa, com sua equipe econômica se distanciando dos financistas norte-americanos, podia-se notar que “era possível combinar a mudança com a continuidade” e que

“De forma consistente, com o compromisso de proeminência do setor privado, nos últimos anos a participação do governo na economia tem sido contida. Embora tal participação não tenha experimentado uma redução significativa – ao menos em 1969 – o último para o qual há disponibilidade de dados das contas nacionais, sua

composição se alterou. Em comparação com o consumo do setor privado, o do governo é hoje inferior aos níveis pré-revolucionários”⁸⁹.

Outros autores prosseguem com esta mesma linha argumentativa, como é o caso de Moreira Alves, que diz que quando o Congresso Nacional ficou fechado de dezembro de 1968 a 30 de outubro de 1969, o Governo se aproveitou para “a publicação de decretos-leis de regulamentação da economia e a criação de um completo sistema de incentivos fiscais que facilitasse a implantação do seu modelo de desenvolvimento econômico”. Ao final de 1969, diz ela, “estava solidamente estabelecido o quadro legal para os anos de ‘milagre econômico’”⁹⁰.

Muito provavelmente, Moreira Alves esteja se referindo à edição do Ato Complementar nº 40, de dezembro de 1969, que deu ao governo mais poderes para controlar a economia sob a batuta de Delfim Netto, o qual, segundo o economista Carlos Lessa, demonstrava na acasião uma preocupação em conter os gastos públicos a fim de manter a taxa de inflação no patamar de 25% a.a., como resultado de um diagnóstico da situação econômica do país em nada diferente do diagnóstico e do tratamento financeiros feitos pelos seus antecessores, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões.

É daí que, segundo Lessa, verificou-se uma certa contemporização nos modos de ação e na retórica dos ministros da área econômica do governo Costa e Silva, que, apesar de dispensarem o planejamento econômico, não alteraram a tendência centralista e autoritária, pró-mercado, do Governo Federal e passaram a exaltar o que antes vinham criticando: a política econômico-financeira de Campos-Bulhões, a qual, na opinião de Lessa, provocava a “internacionalização crescente da economia, regressividade na distribuição de renda e a selvageria de um processo acumulativo amplificador das distâncias sociais”⁹¹.

Conforme René Dreifuss, era evidente a institucionalização da identidade ideológica do estabelecimento militar brasileiro com as grandes empresas privadas, multinacionais e nacionais associadas. Essa afinidade se consubstancia depois que os oficiais da Escola Superior de Guerra planejam e executam o Golpe de 1º abril de 1964, apossando-se do poder. Mas para Dreifuss, as raízes do vínculo dos militares esguianos com o grande capital privado nacional e internacional são fíncadas quando o Brasil assina o Acordo Militar com os EUA em 1952, ocasião em que ambas as partes se entenderam no que dizia respeito “aos caminhos e meios que levariam ao crescimento industrial” do Brasil. A seção 516 da ‘lei de segurança mútua’ deste acordo, “expunha a necessidade de se encorajar:

“eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros ... (e) ... desencorajar [...] a prática de monopólio e de cartel”⁹².

Esta última cláusula se dirigia diretamente contra o controle estatal de recursos estratégicos. E é interessante realçar que ela é feita justamente na época em que o governo Vargas cria a Petrobrás e o Plano Nacional de Eletrificação, que depois, em 1962, proporcionaria a fundação da Eletrobrás.

Para Fernando Henrique Cardoso, o estabelecimento no Brasil pós-64 de um padrão de desenvolvimento econômico diferente do padrão que vigorou de 1930 a 1954, durante a vigência dos regimes nacionalistas populares, conseqüentemente gerou um processo diferente de acumulação capitalista imposto pelas novas forças produtivas (grandes empresas industriais multinacionais e nacionais a elas associadas) que estavam se estabelecendo no Brasil desde a política de crescimento industrial rápido implantada por Juscelino Kubitschek. Isso requeria a “desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares”, modificando, com isso, o “eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica do sistema produtivo”.

Portanto, no entender de Cardoso, a intervenção militar de 1964

“se deu no momento em que eram postas em prática pelo governo medidas políticas de ‘mobilização de massas’”, podendo, por conseguinte, ser tal intervenção considerada como um “movimento de contenção”..., “favorável à definição de um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, contra o estatismo econômico que se atribuía ao governo deposto”⁹³.

Esta última sentença de Cardoso, por nós grifada, está colocada de forma literal no já citado documento oficial do governo Médici, METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO, Seção 1, Artigo I, página 4, onde se lê que o terceiro governo do regime autoritário-militar se esforçava para reverter a “tendência à estatização observada antes de 1964”. No final deste Artigo I – Seção 1, está estabelecido que uma das tarefas do governo Médici seria a de proporcionar

“o maior grau possível de participação da iniciativa privada e de descentralização da

atividade econômica” (*Idem*, p.7).

No Artigo II da mesma Seção 1, há doze *conquistas essenciais* estabelecidas pelo Governo, entre as quais está, mais uma vez, a intenção de se barrar o crescimento da participação do Estado na economia, como se vê em algumas delas listadas abaixo:

- I- “Consolidação, no Brasil, de um sistema econômico de equilíbrio entre Governo e setor privado, com a presença da empresa pública, da empresa privada nacional e da empresa privada estrangeira em proporção que assegure, de forma continuada, a viabilidade econômica e política do sistema. Para esse efeito, definir-se-ão claramente as funções básicas do setor público e **promover-se-á a adoção de medidas concretas de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964**, de forma a manter, no menor nível possível, a participação do Governo no produto nacional, seja quanto ao volume de dispêndio, seja quanto à carga tributária”;
- II- “[...] manter-se-á no serviço público direto e autárquico – para estabelecimento de administração eficiente e motivada – uma política de austera contenção de dispêndios burocrático-administrativos; de gradual redução, em certos órgãos, de pessoal excedente [...]”;
- III- Criação de condições efetivas para a preservação de setor privado ativo, [...], com liberdade de iniciativa, atendido o interesse público e coibidos os abusos do poder econômico, eliminando-se, no sistema de mercado, distorções resultantes da operação não eficiente do setor público” (*Idem*, pp.10-11 – grifo nosso).

Macarini é outro estudioso do modelo econômico do regime autoritário-militar que reconhece os anseios anti-estatistas dos planos econômicos que passaram a vigorar a partir de 15 de abril de 1964, dizendo que

“a ideologia político-econômica da Revolução constitui-se originariamente em torno de dois lemas básicos: o combate à inflação e ao crescente estatismo (este último *ex* plicado pelo próprio descontrole inflacionário)”⁹⁴.

Acerca da equipe econômica do governo Castelo Branco, Macarini diz que ela teria entusiasticamente saudado o capital estrangeiro, assumindo explicitamente que este seria a solução natural para o atraso econômico do Brasil, decorrendo daí o papel imprescindível atribuído ao capital forâneo no processo de desenvolvimento da economia brasileira.

Fernando Jorge reporta que até mesmo o presidente Ernesto Geisel, ao instalar o XI Congresso da Associação dos Industriais Latino-Americanos, em 1975, afirmara que no modelo de desenvolvimento industrial brasileiro

“o papel principal é claramente reservado à empresa privada, enquanto ao Estado cabem os empreendimentos de infra-estrutura que o setor privado não tenha condições de assumir”⁹⁵.

O citado autor chega a citar um depoimento do escritor Salomão Jorge, no qual este, ao analisar um artigo escrito no jornal *O Estado de São Paulo* em 03/08/1975 sobre um discurso feito pelo presidente Geisel a respeito do plano econômico de seu governo, expõe que

“entre as salutares medidas adotadas pelo chefe do Governo, a fim de pôr um **freio a um nocivo e crescente processo de estatização**, destacam-se o fortalecimento do mercado de capitais; a suspensão provisória dos aumentos de capital **das empresas do Estado**; a exclusividade dos empréstimos do Programa das Operações Conjuntas (Poc) no que concerne às empresas privadas; [...] e a **redução, unicamente para as empresas privadas**, do ônus da correção monetária dos empréstimos a longo prazo”⁹⁶.

O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento do presidente Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, em conferência pronunciada na ESG em 1977, a qual veio a ser publicada na revista *A Defesa Nacional*, nº 673 (EDNA: Rio de Janeiro, 3º trimestre de 1977: 51-60), mostra que a filosofia que embasava o modelo econômico do regime autoritário-militar era mais privatista que estatista, visto que ele assim se manifestava:

“Diríamos, em resumo, que a Revolução tem condições de, ajustando sempre o seu modelo às novas circunstâncias, realizar todas as transformações econômicas e sociais de que o país precisa, numa sociedade aberta, econômica e socialmente, e **sem apelo a soluções radicais e estatizantes**” (grifo nosso).

Além do mais, Dionísio Dias Carneiro, professor do Depto. de Economia da PUC/RJ, mostra que a administração Geisel, na tentativa de “reprimir a inflação em regime de

expansão continuada da demanda global”, acabou por efetuar um processo de transferência de renda do setor público ao setor privado, pelo fato de elevar em apenas 20% os preços e tarifas públicas que estavam sob responsabilidade direta do Governo, enquanto que “o índice geral de preços aumentava em mais de 46%”⁹⁷.

Nem mesmo o grande ideólogo político e militar do regime, Golbery do Couto e Silva, escapou da retórica liberal contra a estatização da economia nacional que voltaria a estar em voga em meados da década de 70 e início da de 80, embora, é claro, ele não tivesse empregado as nomenclaturas *Estado*, *estatização* ou *estatizante*, mas sim *centralização*, *centralizador* ou *burocracia* e *burocratização*. Assim, quando Golbery, em 1980, se referia à necessidade de diminuir a centralização político-administrativa excessiva do Estado e de controlar a interferência deste na vida econômica do país, ele usava os termos *descentralização* e *desburocratização*.

Para Golbery, depois de abril de 1964 o Brasil entrara “quase sem o perceber numa fase de centralização acelerada” que abrangia todos os setores da vida nacional. Isso, segundo ele, fêz com que se expandisse de forma pujante uma “burocracia quase nunca bem orientada e esclarecida”, a qual estaria atuando em benefício próprio. Diz também Golbery que esta tendência teria feito proliferar fundações, organizações estatais múltiplas, empresas públicas ou de economia mista, dotadas de “estatutos privilegiados e larga dose de autonomia” com “vicejantes e custosas estruturas próprias”. Tal quadro de maximização contínua da centralização político-administrativa no Brasil pós-64 produzia, na opinião de Golbery, uma “inércia própria da máquina administrativa, a qual entorpecia o próprio processo de tomada de decisões, tornando-a inoperante”⁹⁸.

Cumprе assinalar que é lícito associarmos o conceito de *desburocratização* com o intento dos Governos Geisel e Figueiredo em montar os propulsores que dessem início a um processo de desestatização da economia brasileira, pois uma das principais metas do Ministério Extraordinário para Assuntos de Desburocratização, criado pelo último governo do militar, era o de “**limitar a ação (ou intervenção) do Estado na economia**”⁹⁹.

Num artigo que escreveu em julho de 1980 para o *Jornal do Brasil* – o qual resultava da evolução natural do pensamento político-econômico dos setores liberais direitistas da sociedade brasileira, que a partir 1973 começaram a questionar sistematicamente a ingerência econômica do Estado – o então ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, que havia sido, até 1979, presidente-executivo de um grupo privado do ramo petroquímico, a Ultragaz, critica a crônica centralização político-administrativa do que ele chamou genericamente de “administração pública brasileira”, bem como da desmesurada intervenção do Estado na

economia, deixando bem claro qual era o propósito do programa de desburocratização do governo Figueiredo:

“O governo foi aumentando seu tamanho, ampliando seus controles e expandindo sua interferência. De investidor e operador de serviços de infraestrutura – energia, transporte e comunicações – passou a fabricante de matérias-primas essenciais a bens intermediários. De inibidor ou incentivador de investimentos, passou à condição de um dos maiores compradores, contratadores de bens e serviços do país, com influência decisiva na oferta e na procura. Consequentemente, o empresário acabou por depender do governo não apenas como governo, a quem tem de dirigir-se para postular autorizações, licenças, mas também como um dos principais, e às vezes exclusivo, fornecedor de crédito, serviços, matérias-primas e produtos intermediários”¹⁰⁰.

É interessante frisar que o jornal *Gazeta Mercantil* havia publicado em 25/07/75, declarações de Hélio Beltrão em que ele então afirmava que não se podia falar em ‘estatização’ seriamente no Brasil, qua a presença de uma empresa estatal como a Petroquisa, no ramo da petroquímica, era favorável ao empresariado privado nacional.

Walder de Góes conduziu uma análise mais esclarecedora a respeito da excessiva centralização político-econômica do regime autoritário-militar, causadora de ações governamentais ineficazes. Góes evitou, porém, cair naquele tipo de abordagem generalista que procurava, já em meados da década de 70, encontrar um bode espiatório, como fez o próprio Golbery, ao sugerir que um problema político-administrativo de ordem estrutural (quer dizer, o problema de dissensão interburocrática) se devia às empresas públicas como um todo e ao servidor público de 2º ou 3º escalão. Mas, é claro que Golbery não atribuía esse problema ao vértice do regime, o Palácio do Planalto, na pessoa daquele que melhor representava um sistema excessivamente centralizado de decisões, o general-presidente Ernesto Geisel.

Logo, para Góes, o emperramento da máquina administrativa do Estado brasileiro, assim como o seu demasiado intervencionismo na economia e a crescente ineficiência das medidas baixadas pela cúpula do governo Geisel (tanto no âmbito administrativo quanto no da política econômico-financeira), tornadas evidentes em meados da década de 70, encontravam uma explicação no centralismo excessivo deste governo.

E é por este motivo que, segundo Góes,

“o problema geral da burocracia não tem resposta no exame isolado do fenômeno burocrático”, pois, “as burocracias são agentes antidemocráticos quando não sabem governar e quando não estão sob o poder fiscalizador de sistemas de opinião pública atuados por meios sociais de comunicação”¹⁰¹.

Góes elucida que quem gestava as decisões no governo Geisel era o “quarteto palaciano”: o presidente Geisel, assessorado pelos Chefes da Casa Civil e Militar, o Chefe do SNI e o Chefe da Secretária de Planejamento, todos com *status* de ministros de Estado. E nada deixava de passar pelo exame final do presidente da República. Pior, primeiro adotava-se as decisões e só depois abriam-se as discussões da grande maioria dos assuntos tratados pelo Governo, por sua vez também ocorridas em âmbito restrito (nos órgãos colegiados estatais, como o Conselho de Segurança Nacional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico). O próprio hermetismo criado pelo regime autoritário-militar e incrementado pelo presidente Geisel por meio de seu centralismo decisório, é que pode ser considerado como o fator que originava então a crise institucional do Governo, pois além de desalojar grande parte das instâncias tradicionais da máquina administrativa estatal dos processos decisórios, concentrando-os no núcleo duro de seu governo, produzia também as desavenças interburocráticas e a asfixia dessa máquina, tornando suas decisões por vezes ineficazes e, portanto, vulnerável às crises, tanto econômicas quanto políticas.

O constante aumento da taxa de ineficácia do governo Geisel resultava, segundo Góes, da indisposição deste ao debate. Se um Chefe de Governo não permite a livre circulação de informações e não toma decisões com base em informações originárias de várias fontes da sociedade global, as próprias informações, a troca de idéias e a confrontação de opiniões estarão viciadas. E as decisões? Bem, estas se tornariam obsoletas quando sancionadas e efetivadas. Encontrar-se-iam afastadas da realidade e favorecedoras de uma pequena minoria, fazendo com que a administração como um todo perdesse a confiança da nação.

Desta abordagem político-institucional de Góes, deduz-se que a cúpula governamental da administração Geisel encontrava-se separada da nação, “fora do visor crítico da opinião pública”, já que desenvolvia “uma extrema insensibilidade à crítica” e evitava a “autocrítica”. A regra era a de impor o silêncio para acobertar as crises evitando assim que elas ficassem expostas à visitação pública. E como tal comportamento constituía a resposta costumeira do Governo às crises, estas se agravavam e as decisões contrastantes, gestadas secretamente nas autarquias e nos gabinetes dos “ministros da casa”, tendiam a expor a falta de uniformidade e de continuidade nas políticas governamentais, notadamente no terreno da economia.

É por isso que até o próprio Geisel – certamente preocupado com o agravamento da crise econômica, com o crescente engajamento das entidades mais expressivas da sociedade civil na campanha pela volta ao estado de direito e com as dissensões internas do próprio sistema militar – reconheceu em 1978 a necessidade de oxigenar o que ele chamou de “tecido social” por meio da “livre circulação de idéias”, a fim de que, segundo ele, as dificuldades que estavam por vir pudessem ser enfrentadas “com confiança”⁸³.

Deve-se frisar que estas dificuldades que estavam por vir não se restringiam apenas ao campo político, vale dizer, aos conflitos que resultariam da sua pretensão em promover a abertura política, como evidenciam alguns estudos sobre o regime. Argumenta-se aqui que as dificuldades previstas apareceriam também no terreno da economia. E é nesta seara que o governo teria de demonstrar muita confiança na sua capacidade em enfrentá-las, uma vez que acenava com a possibilidade da desestatização. É destes acenos que trataremos agora.

O prenúncio da privatização das estatais

Para que a máquina administrativa do Estado brasileiro pudesse então ter mais gás na área econômica, o presidente Geisel cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que, de acordo com Werneck Vianna, passaria a substituir o CMN como criação de um “colegiado máximo” de formulação, planejamento e coordenação do plano econômico do Governo. Com esta nova agência estatal de cúpula, tudo indicava que o comando da economia seria embebido de um espírito de colegialidade. Mas na verdade tal comando passava para as mãos do próprio presidente da República, já que era ele quem detinha a “palavra final”. Os ministros da Fazenda e do Planejamento (que disputavam a primazia na condução da política econômica) tinham sempre que consultá-lo antes de baixarem qualquer medida, o que fazia com que os ministérios, o CDE e os demais conselhos de Estado, servissem apenas para ritualizar decisões pré-adotadas pelo Presidente e seus principais assessores. Isso acabava por formalizar um “processo de centralização decisória” cada vez maior⁹⁶, o que indicava haver uma relação dialética do Estado para com a iniciativa privada nacional, visto que, de um lado, o primeiro dizia reservar à última um “papel principal” no desenvolvimento econômico do país (aumentando inclusive o número de seus representantes no CDE) e, de outro lado, fazia aumentar a autonomização e a centralização de uma agência tecnoburocrática estatal, assim como o poder autocrático do chefe de Governo nas tomadas de decisões na esfera econômica.

Nas palavras de Góes, “a concentração do poder constituinte exercido por Geisel só tem paralelo no Império”¹⁰². Nesse sentido, cabe indagar, em primeiro lugar, se este caráter

autocrático do governo Geisel significava que os vazos comunicantes entre o Estado e a iniciativa privada ainda se mantinham irrigados através dos já aludidos “anéis burocráticos” (ver pg. 36 – *capítulo 1*). E, em segundo lugar, se essa excessiva centralização do presidente Geisel servia para que este viesse a fortalecer as empresas estatais, fazendo inclusive com que o número destas aumentasse, ou para que, ao contrário disso, elas fossem depreciadas e se iniciasse então um lento e contínuo processo de desestatização da economia brasileira. Por ser polêmico, esse processo deveria ser feito pela via prussiana, sendo assim colocado nas mãos de um governante autocrata, capaz de controlar as pressões políticas e sociais dos diversos grupos nacionalistas e antiprivatistas da sociedade.

O que torna estas indagações pertinentes é a sugestão dada por Geisel de que o processo de desestatização seria o rumo a ser tomado pela economia política brasileira a partir da segunda metade da década de setenta. Tal sugestão está presente numa entrevista dada por ele a jornalistas brasileiros, em 18 de setembro de 1976, quando de sua visita ao Japão. Naquela ocasião, como se estivesse prenunciando o período de desestatização que passou a efetivamente ocorrer no Brasil de 1992 até inícios do ano 2000, Geisel então afirmava que:

“Não vejo antagonismo como muitos querem dizer entre as empresas privadas e as empresas governamentais. Acho que elas se complementam. Veja que o Estado atua sobretudo na infra-estrutura [...]. São empreendimentos que só o Estado pode realizar. Afora isso, o Estado participa de certos empreendimentos industriais sobretudo aqueles que são básicos e que têm maturação a longo prazo, como o da energia, da produção de aço e assim por diante. O resto todo está entregue à iniciativa privada. E há grande número de empreendimentos em que a empresa privada se associa à estatal. Eu não considero isto, absolutamente, um problema inconciliável. E acho que à medida em que o país se desenvolver, **esses empreendimentos estatais serão fatalmente transferidos para a empresa privada**”^{103a}.

Quase que simultaneamente a esta declaração feita por Geisel no Japão, aqui no Brasil o então presidente do BNDE, o engenheiro Marcos Pereira Vianna, dizia, no segundo semestre de 1976, que:

“o que tem ocorrido nos governos da Revolução e, muito especialmente, no governo do presidente Geisel, no que concerne especificamente à utilização da poupança administrada por instituições estatais, é sua aplicação **com sentido nitidamente pri-**

vatizante, determinada pela intenção de fortalecer a empresa e os empresários nacionais”^{103b}.

Ao declararem isso em 1976, Geisel e o então presidente do BNDE estavam nada mais nada menos do que reafirmando o que consta no Capítulo III, “Estratégias Industrial e Agropecuária”, do documento oficial do *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*, elaborado pela sua equipe de governo e impresso em 1975 nas oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro. Na página 38 da seção “Estratégia Industrial” deste documento, lê-se textualmente:

“Na Indústria, consequentemente, a orientação é de deixar com a iniciativa privada a função de investir e de produzir, com rentabilidade adequada. Só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se, na prática, a iniciativa privada, claramente, demonstrar que não pode, ou não deseja, realizá-los (por motivos ligados ao volume de investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia), a exemplo do que aconteceu na siderurgia de produtos planos. Ainda mais: mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado utilizador do insumo a produzir, e, sempre que possível, **em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários**” (grifo nosso)^{103c}.

Como se vê, o governo Geisel pode ser tido como o precursor das privatizações que viriam a se efetivar no Brasil a partir dos anos 90 do último século.

A função do Estado ante o modelo econômico do regime

Por ocasião da visita do presidente Geisel à Inglaterra em 1976, Roberto Campos, então embaixador do Brasil em Londres, contornava as críticas feitas pela imprensa britânica à Geisel, que o chamava de ditador e/ou chefe de um governo autoritário, argumentando que haviam dois tipos de autoritarismo: o “totalitário”, encontrado nos países socialistas, e o “**liberal**”, que, segundo ele, era característico do Brasil.

(in Evelyn Chaves, *Na proa, um economista. Nossa História*, nº 16, fevereiro 2005, pp.66-69 – grifo nosso)

É de se julgar acertada esta denominação dada por Roberto Campos ao regime instaurado no Brasil após o Golpe de Estado de 1964: um regime não-liberal nas esferas política e social (se se considerar o liberalismo nas suas vertentes democrática e keynesiana), mas liberal no sentido econômico. Como notara Nelson Werneck Sodré em *Brasil*:

Radiografia de um modelo (1980), a intervenção do Estado na economia “só fizera crescer” durante o regime autoritário-militar, não sendo vendidas as empresas estatais – salvo a Fábrica Nacional de Motores – mas, ao contrário, aumentando as dimensões e favorecendo a expansão das mesmas.

A argumentação de que o regime autoritário-militar pós-64 tinha coloração liberal – decerto reconhecido aqui por nós no domínio da economia – não ficava restrito às suas ramificações civis. O coronel José Fernando de Maya Pedrosa (instrutor de História Militar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, diretor do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército e chefe da Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército), escreve, em 1998, um livro intitulado “*A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-1968)*”, no qual afirma que os militares entendiam que:

“sua posição contra a esquerda radical nunca foi para defender privilegiados e corruptos senão para assegurar a continuidade de nossa experiência histórica na busca de aplicar aqui o tão almejado liberalismo”¹⁰⁴.

Esse liberalismo a que se refere o coronel Maya Pedrosa deveria prevalecer no plano da economia e não no da política. A recorrente alusão e a associação do regime ao liberalismo de uma forma geral, acabaram funcionando como uma figura de retórica contra os segmentos políticos e sociais que eram favoráveis às idéias de democracia social, de nacionalismo popular e de socialismo, mas que, como já vimos no *capítulo 1*, a propaganda do regime autoritário-militar procurara vinculá-los à ideologia totalitária de direita ou de direita. Daí se ter como resultado um regime governado por militares que instaurariam gradativamente uma ditadura liberal-direitista depois de abril de 1964 com o apoio do empresariado privado nacional.

Haja vista que o cerne de nosso trabalho é o econômico, as questões que se põem, então, são: um tipo de regime como este, teoricamente gerou um Estado com considerável autonomia ante os interesses das classes dominantes? Ou, posto noutros termos: Os empresários agrícolas, industriais, financeiros e comerciais nacionais estariam excluídos dos centros de tomada de decisões do Estado? Se os governos daquela ditadura militar, caracterizada pelo centralismo de seus generais-presidentes e conselhos de Estado, pelas extensas burocracia e empresas estatais, vieram a ter uma expressiva participação na economia do país, isso validaria a interpretação de que o Estado e suas agências estiveram acima dos interesses das empresas privadas e dos segmentos político-sociais nacionais

dominantes, defensores do liberalismo econômico? Mais ainda, isso não implicaria na idéia de que os governos da ditadura militar eram estatizantes e nacionalistas, desprovidos de afinidades pela livre iniciativa particular, pelo livre cambismo e pela presença maciça e desinibida do capital privado forâneo, vindo até a se constituir num entrave às atividades destes e, por extensão, ao pleno desenvolvimento econômico e social do país, como afirmavam nas décadas de 70 e 80 – e ainda afirmam hoje em dia – alguns políticos, intelectuais e empresários brasileiros?

É sobre estas problemáticas que nos debruçaremos nesta e nas seções subsequentes, bem como no *capítulo 4*.

A necessária intervenção do Estado numa economia capitalista periférica nas duas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial

Nelson Werneck Sodré admite que a intervenção econômica do Estado crescera durante o regime autoritário-militar. No entanto, o autor adverte que, no caso de países subdesenvolvidos,

“o Estado pode ser, também, o instrumento por excelência de desnacionalização da economia, de entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional”, salientando que o modelo econômico do regime autoritário-militar brasileiro promovia a *“transferência de renda da área estatal para o imperialismo”* ao subsidiar as empresas privadas estrangeiras por meio do congelamento dos preços da eletricidade e de matérias-primas como o aço, produzidas pelas estatais¹⁰⁵.

Portanto, a partir de meados da década de 60 até meados da de 70, a interferência do Estado nas economias dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento passava a ser um instrumento de expansão das empresas privadas nacionais e estrangeiras, sendo que estas últimas predominariam sobre as primeiras.

O fato dos militares de direita, vinculados à ESG, virem, a partir de abril de 1964, a governar o Brasil com mão firme e com um certo viés estatizante no âmbito econômico, não significa que os empresários privados nacionais estiveram apáticos politicamente falando, ou que tiveram a sua liberdade de iniciativa afetada no período em questão. Ao contrário, eles, tendo superado as cisões e divergências antes existentes, entendiam que naquele tempo, só um Estado tecnocrático-autoritário seria capaz de se contrapor ao nacionalismo popular, à

esquerda e aos movimentos sociais, cumprindo o seu papel de condutor da renda do setor público para o privado, favorecendo a sua reprodução. Além disso, este regime político, gerido hipoteticamente por “*técnicos apolíticos*” de classe média, seria o mais apropriado para atuar como um canalizador, um mediador e organizador dos interesses particulares de diversas frações das classes economicamente dominantes do país, unindo-as então para que se compusessem num projeto cosmopolita de interesse supostamente *geral* para a nação, distante de qualquer solução nacionalista ou autônoma. Haveria, então, por parte de amplos segmentos da burguesia nacional uma aceitação consciente de dependência econômica, pois o tal projeto, presumivelmente unânime e propaladamente benéfico para toda a nação, na realidade geraria, de acordo com Francisco de Oliveira, um processo de concentração do capital, assentado na expansão da indústria de bens de consumo duráveis de propriedade estrangeira, o que, por sua vez, configuraria o controle monopolístico da economia brasileira por parte deste segmento industrial¹⁰⁶.

Desta forma, não se pode afirmar que no Brasil pós-64 o controle parcial ou total do Estado sobre algum subsetor do sistema industrial, como por exemplo, aquele responsável pela produção de bens intermediários, em especial os chamados bens homogêneos (aço, metais não ferrosos e outros insumos de uso generalizado pelo sistema industrial), viesse a se constituir num obstáculo para o livre empreendimento e para a lucratividade das empresas privadas, multinacionais e nacionais associadas. Ao contrário, como observara Celso Furtado, estando o Estado no controle daquele subsetor industrial durante o regime autoritário-militar, isso poderia proporcionar o melhor caminho para que as grandes empresas multinacionais obtivessem uma rápida rotação de seus investimentos, podendo assim maximizar lucros e expansão¹⁰⁷.

O sociólogo e filósofo grego, Nicos Poulantzas, é um importante teórico marxista na seara da Ciência Política que se debruçou sobre este tema do relacionamento de vários Estados nacionais e suas respectivas burguesias nativas com o capital imperialista estrangeiro. Não obstante o seu trabalho, publicado no original em Inglês em 1975, trate desta problemática enfatizando o relacionamento dos Estados e das burguesias nacionais de países de médio porte da Europa Ocidental com o capital industrial-financeiro norte-americano no pós-Segunda Guerra, nós entendemos ser possível transpor o seu raciocínio para a situação dos países posicionados na periferia do sistema capitalista mundial, como no caso do Brasil.

A proposição mais pertinente de Poulantzas neste trabalho é a de que a internacionalização do capital no período não levava ao desmantelamento do Estado-Nação. Ao discutir, já na primeira metade da década de 70, a questão da situação do Estado nacional

face ao movimento expansionista das grandes corporações industriais norte-americanas por todo o globo, Poulantzas questiona as teorias que consideravam que o Estado nacional estava sendo inutilizado, partindo da premissa de que o Estado não possui “poder próprio”, já que ele exprime e cristaliza os “poderes de classe”. Não que a internacionalização do capital oligopolista deixe de afetar a política e as formas institucionais dos Estados nacionais. Ela os afeta sim, mas os Estados-Nação subsistem porque, para Poulantzas, estes

“encarregam-se eles próprios dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação ‘nacional, a saber, em sua interiorização complexa com a burguesia interior que ele domina”¹⁰⁸.

Portanto, segundo Poulantzas, os Estados nacionais são os “vetores” sobre os quais se apoia a “reprodução internacional do capital”. Trata-se de uma relação dialética esta que passava a ser verificada entre os Estados nacionais e o capital industrial transnacional, em especial o norte-americano, a partir dos anos 50 do último século. Como este capital precisava se expandir fisicamente para abocanhar mercados locais e continuar a se reproduzir, notadamente nos grandes países periféricos, esta expansão só poderia fluir se ele, paradoxalmente, se “nacionalizasse”. Quem proporcionaria esta “nacionalização”, isto é, quem asseguraria a sua expansão para o interior de diversos países, garantindo-lhe a posição de vanguarda nos seus respectivos mercados, seriam os Estados-nacionais. E estes devem aqui ser entendidos no plural mesmo, pois atuam nas duas pontas como vetores da reprodução internacional do capital, sendo uma dessas pontas os Estados dos países receptores e, na outra ponta, os próprios Estados nacionais imperialistas, que respaldam a expansão e a penetração de suas empresas gigantes no interior de outros países, especialmente os países periféricos. Para que isso se efetive, Poulantzas diz que os interesses imperialistas são interiorizados no seio das burguesias nacionais *compradoras* dos países periféricos (associadas aos capitais industriais-financeiros dos países capitalistas centrais) que, por sua vez, são as que interiorizam e asseguram o atendimento dos interesses imperialistas no aparelho de Estado de seus respectivos países.

Com base em René Dreifuss e Teotônio dos Santos, Flávio de Campos e Mirian Dolhnikoff (*op. cit.*) elucidam como isso se processava, na prática, em países como o Brasil. O processo se dava através da reserva de alguns cargos de direção nas empresas multinacionais para empresários nacionais, já internacionalizados ou em vias de, profissionais qualificados que trabalhavam como executivos de empresas privadas nacionais (economistas,

administradores, engenheiros, advogados e etc), bem como para os tecnocratas e políticos de formação liberal que atuavam na máquina burocrática do Estado, criando assim os chamados anéis tecno-burocrático-empresariais. Eram nestes círculos que os interesses particulares de cada uma das partes se articulavam para impor os seus interesses em relação aos interesses dos demais grupos sociais, políticos e econômicos da sociedade brasileira.

O fato do Estado nacional de um país periférico cumprir estas funções de alavancagem da internacionalização e reprodução ampliada do grande capital multinacional, lhe garante, portanto, que não será desmantelado. Todavia, a internacionalização das economias de países periféricos aflige o seu tecido social nacional, fragmentando-o e desarticulando-o ao permitir às empresas multinacionais exercerem, além do domínio econômico, uma grande influência na sua vida política e cultural, aprofundando dessa maneira a concentração da renda e do capital, a expropriação econômica externa, a alienação política e de classes, a acomodação aos usos e costumes estrangeiros, a exacerbação do individualismo, a perda dos laços familiares e socio-culturais, o aumento da exclusão e das desigualdades sociais, a atração de amplos segmentos da burguesia nacional pelo canto de sereia dos investimentos estrangeiros e, destarte, o seu alheamento em relação a um projeto nacional. É claro que ao escolher este caminho, grande parte da burguesia nacional torna-se indiferente às demandas das forças políticas democráticas e dos segmentos populares organizados, em especial do movimento operário ascendente, podendo desaguar no rompimento dos vínculos entre Estado e a nação, rompimento este que, por sua vez, pode adquirir um caráter revolucionário. Caso se desencadeie este processo em algum país periférico, para contê-lo, as burguesias nacionais *compradoras* e as grandes empresas multinacionais, estas últimas com o apoio dos governos de seus respectivos países de origem, são historicamente muitas vezes motivadas a apoiar governos autoritários de direita. Não foi por outra razão, senão a de cumprir as funções expostas neste e nos parágrafos precedentes, que o Estado brasileiro durante os anos 1964-1984 foi extremamente autoritário e assumiu um papel importante na área econômica.

Nesse sentido, os países capitalistas subdesenvolvidos que se inserem no capitalismo mundial de forma dependente, têm governos cuja base social de apoio são os setores da burguesia nacional “enfeudados” nos domínios do capital estrangeiro conquistador, vindo, assim, a se constituir na sua ponta-de-lança no mercado interno. É por isso que, para Poulantzas (*Ibid*):

“O Estado nacional intervém, assim, em seu papel de organização da hegemonia, em um campo interior já atravessado pelas contradições inter-imperialista e onde as contradições entre as frações dominantes no seio de sua formação social já estão internacionalizadas”

Bresser Pereira diz que o tipo de regime político que tendeu a surgir em geral nas décadas de 50-70 nos países subdesenvolvidos capitalistas onde as burguesias industriais locais eram insuficientes, foi o que ele chamou de “Estado Tecnoburocrático Dependente”, cujo controle ficava nas mãos de uma tecnocracia civil ou militar, ou então, as duas juntas. Bresser Pereira cita Celso Furtado para salientar que a grande autonomia então adquirida pela tecnoburocracia estatal não chegava a ser um problema para o capital privado estrangeiro, uma vez que, nas palavras de Furtado,

“Geralmente os tecnoburocratas estão aliados ao sistema capitalista internacional e local através de uma série de interesses comuns [...] O que tem de comum o poder tecnocrático periférico é que em toda parte ele é o interlocutor das grandes empresas transnacionais e se orienta pelo propósito de disputar a estas parte do excedente de que elas se apropriam localmente”^{109a}.

A tendência das tecnoburocracias estatais dos anos 50-70 em fazer com que o Estado aumentasse a sua participação na vida econômica de seus respectivos países, vindo portanto a se apropriar do excedente econômico local, também não chegava a ser um empecilho para os interesses das empresas multinacionais, pois, segundo Bresser Pereira, para o capitalismo mundial era então essencial que os países periféricos produzissem excedente e para que isso se concretizasse era necessário que eles experimentassem alguma forma de desenvolvimento. Sendo assim,

“Para esse desenvolvimento, porém, é importante a intervenção. Nem o mais ortodoxo economista neoclássico ou o mais fiel dos representantes dos interesses privados das empresas multinacionais nega o papel estratégico do Estado no processo de desenvolvimento. Nesses termos, não resta às empresas multinacionais outra alternativa senão dar apoio à formação de Estados tecnoburocraticamente cada vez mais fortes, ainda que em um segundo momento esse Estado possa vir a disputar-lhes parte do excedente”^{109b}.

Num esquema explicativo semelhante, Werneck Vianna, mencionando Estevam Martins (1977), também lembra que o Estado, tal como foi estruturado no Brasil pelo regime autoritário-militar, não importando a tipologia que venha a ser dada a ele, criava os arranjos “gerais e fundamentais” do processo de acumulação que garantia a “auto-reprodução da relação social de dominação que o capital impõe”¹¹⁰.

Os economistas Barros de Castro & Pires de Souza, ambos do Instituto de Economia da UFRJ, reconhecem a validade deste ponto de vista pois consideram que as ditaduras militares latino-americanas dos anos 60-80 revelavam “maior afinidade com o liberalismo econômico e as atividades primário-exportadoras, que com o planejamento e a industrialização”. Estes dois autores viam o PND como uma resposta acertada do governo Geisel aos nós górdios que estrangulavam o desenvolvimento industrial do Brasil (a dependência externa no setor de bens de capital e o consequente *déficit* do balanço de comércio), tentando então controlar as forças de mercado através da reestruturação do aparelho produtivo do país, isto é, através do envolvimento das empresas estatais em setores estratégicos, presumidamente reservados à iniciativa privada. Mas, mesmo assim, Barros de Castro & Pires de Souza não negam que, na esfera do pensamento econômico, os governos militares pós-64 tinham se mostrado como mais próximos do liberalismo do que do estatismo.

Tal proximidade era confirmada pela revista *Visão*, que – diante de alguns rumores de que o governo Geisel, ainda por tomar posse, imprimiria mudanças nas linhas mestras do modelo econômico do regime, por sinal, louvado – declarava o seguinte no seu editorial de 11/2/1974, intitulado “A certeza da continuidade”:

“[...] Todas as indicações, ao contrário, confirmam a permanência da política econômica dos últimos dez anos, baseada, principalmente, na harmonização entre capitais brasileiros – privados e públicos – e estrangeiros”¹¹¹.

Já em 19 de abril de 1976, na onda da campanha de importantes frações do empresariado privado contra a estatização, a mesma revista expunha que “o grande *paradoxo* do movimento revolucionário de 1964 estava no fato de que a estatização da economia vinha sendo processada por **governos convictamente privatistas**”¹¹².

Contudo, mesmo com o regime autoritário-militar pós-64 apresentando tal paradoxo estaticizante, o jornal *Gazeta Mercantil* publica no seu “Balanço Anual 1977”, em setembro do mesmo ano, um artigo intitulado “A fragilidade da empresa privada nacional”, o qual reconhecia que apesar da desvantagem das empresas privadas nacionais em concorrerem com

as empresas multinacionais e estatais, de uma forma geral “o capital privado avançava”. O mesmo artigo informava que:

“A julgar pelos resultados do último exercício fiscal, as empresas continuam ganhando muito dinheiro no Brasil. A média da rentabilidade conseguida nas 1.800 maiores atingiu 18%, mais do triplo da obtida pelas empresas americanas no mesmo período”.

O grau de estatização da economia durante o regime e sua não peculiaridade

“A face mais perversa da atual crise brasileira é a revelada pelo processo de estatização”.

(Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, em julho de 1984. In *Gazeta Mercantil – Balanço Anual*, 1984)

É corrente – tanto em algumas vertentes dos trabalhos de economia especializados no regime autoritário-militar pós-64 quanto no discurso dominante do empresariado privado nacional de 1974 até meados do ano 2000 – considerar que os desequilíbrios e entraves econômico-financeiros verificados na economia brasileira nos anos de vigência do regime e mesmo depois dele eram causados pelo seu alto grau de estatização. Numa matéria presente no caderno especial editado pela *Gazeta Mercantil*, em 19 de março de 2004, com o intuito de registrar o aniversário de 40 anos da instauração do regime autoritário-militar, o industrial gaúcho, Jorge Gerdau, reitera justamente isso. Desta feita, todos os problemas presentes na economia brasileira do período, tais como a cada vez mais gigantesca dívida externa, os constantes *deficits* no balanço de pagamentos, o *deficit* público, a inflação em ascensão, os juros altos (os mais altos do mundo já naquela época, notadamente depois da liberalização das taxas bancárias em inícios de 1976) e até mesmo a dívida interna, todos eles costumam ser atribuídos basicamente à participação hipertrofiada do Estado na economia. No entanto, como temos demonstrado até aqui – e continuaremos a fazer nesta e nas seções subsequentes – as explicações para os defeitos e obstáculos econômicos do Brasil ao longo do regime não se restringem a questão de seu alto ou baixo grau de estatização, mas à lógica e à dinâmica do modelo econômico concentrador de renda e de riquezas em prol do capital privado nacional e estrangeiro, bem como ao modo de inserção subserviente do Brasil no sistema internacional, seja do ponto de vista econômico seja do ponto de vista político-diplomático.

Fernando Rezende, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Flávio P. Castelo Branco, do IPEA/INPES, reforçam as abordagens feitas até aqui sobre a

dimensão e o significado da participação do Estado na economia durante os governos militares pós-64. Estes economistas afirmam que, durante boa parte do regime autoritário-militar, o Estado brasileiro não interveio demasiadamente nas atividades econômicas, ilustrando suas opiniões com os seguintes dados:

“Em 1973 o governo, nas suas esferas e nas empresas estatais, segundo dados do PASEP, empregava 3.351 mil pessoas (1.186 mil na área federal, 1.515 mil na área estadual e 650 mil na área municipal), correspondendo a 8,5% da população economicamente ativa e a 19,4% do emprego assalariado urbano, em contraste, por exemplo, com os Estados-Unidos, considerado o paradigma da livre empresa, onde o setor público responde por um quinto dos empregos”^{113a}.

Os mesmos autores fornecem outros dados sobre o grau de participação do Estado brasileiro no que tange à geração de empregos por meio do setor público, comparando-o mais uma vez com o Estado norte-americano. Estes dois autores informam que se, em 1973, o governo brasileiro era, em termos globais, “responsável pelo emprego de 3.4 milhões de trabalhadores, representando 8,5% do PEA”, estes números chegavam a ser inferiores se então comparados com o Governo dos EUA, pois, assinalam estes autores:

“Recente estudo de Benett Harrison menciona que o governo norte-americano é responsável, atualmente, por cerca de um quinto dos empregos naquele país e que a importância do setor público como empregador é crescente: um entre quatro novos empregos gerados na economia é emprego público”^{113b}.

Outro autor que compara o grau de estatização da economia brasileira com as de outros países capitalistas desenvolvidos num período anterior às décadas de 50 a 70, abrangendo inclusive períodos de média e até longa duração, é Bresser Pereira, para quem a estatização “é uma constante no processo de desenvolvimento econômico capitalista em todas as partes do mundo”. Bresser Pereira defende o seu ponto de vista no capítulo II de sua obra, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968: 56-7), mostrando que no Brasil

“a participação do setor público no dispêndio total, que era de 17,1% em 1947, cresce para 23,9% em 56 e para 25,9% em 60. [...] Nos Estados Unidos, a par-

ticipação das despesas públicas no produto nacional bruto era de 2,5% em 1880, subiu para 19,8% em 1957; na França era de 14% em 1913, passou para 32,3% em 1957; na Inglaterra era de 8,9% em 1890, passou para 36,6% em 1955”.

O historiador francês, Maurice Crouzet, fornece mais dados quantitativos que convergem para esta leitura de que era ascendente a participação do Estado na economia durante boa parte do século XX, mormente da década de 30 até a década de 80, não só na Europa ocidental como também nos EUA. Os dados apresentados por Crouzet em relação aos EUA são de que o orçamento do Poder Federal passa de 3 bilhões de dólares em 1929 para 42 bilhões em 1948; que as despesas públicas da União constituíam 9,9% da renda nacional em 1929, mas que em 1955 elas representavam 25,8%; que o número de funcionários federais passa de 570.000 em 1929, para mais de 2 milhões em 1949, sendo que o número total de servidores públicos ultrapassava 6 milhões; E que, enfim, entre todos os bens de propriedade do Estado Federal, havia mais de 100 empresas industriais e comerciais^{114a}. Já Colm & Geiger, embasados em dados fornecidos pelo *Bureau of the Budget* - Washington D.C., de 1959 e 1966, registram que as despesas totais do governo federal dos EUA, subiram de 15% em 1948 para 18,5% em 1957, chegando a 19,4% em 1966^{114b}.

Crouzet, tido como anglófilo, mostra ainda que nem mesmo a Grã Bretanha, berço do liberalismo, se esquivou da necessidade da extensão do papel do Estado no domínio econômico logo depois de encerrada a Segunda Guerra Mundial, pois, como diz ele, havia na sociedade britânica a “convicção de que a reconstrução do pós-guerra e a reconversão à economia de paz não podiam ser abandonadas à iniciativa privada, e que deviam ser planificadas e dirigidas pelo Estado, ao menos nos setores-chave”. Desta maneira, empresas de propriedade pública tomam o lugar de empresas privadas em setores como o das minas de carvão, da eletricidade, do gás, da energia nuclear, dos telégrafos e dos transportes públicos, em especial o ferroviário. Estas ‘estatizações’, às quais Crouzet associa o termo “nacionalização”, se deram não somente na Grã Bretanha, mas em outros grandes países capitalistas da Europa Ocidental, como na França, onde, por exemplo, foram nacionalizadas, por decretos governamentais de 1945 e 1946, as fábricas Renault, a Companhia de Motores Gnome & Rhône, os transportes aéreos, os quatro maiores bancos de depósito, entre outras empresas de outros setores inclusive^{114c}.

No caso do Brasil no período do regime autoritário-militar, segundo o *Statistical Yearbook for Latin America 1978* da Economic Commission for Latin America – United Nations, o que se verifica, entre 1970 e 1976 quanto ao Gasto Público, é que, no que respeita

especificamente aos Gastos Correntes Gerais, a média anual do dispêndio do Governo Federal em relação ao PIB, a preços correntes, era de 17,85%, com uma tendência ao descenso entre 1970 e 1974. No tocante aos Gastos de Consumo da União no mesmo quadriênio, o descenso é contínuo e mais acentuado. As tabelas abaixo mostram com mais precisão estes dados comentados:

Tabela 10

Gastos Correntes Gerais do Governo Federal do Brasil (Porcentagem do Produto Interno Bruto a preços correntes)							
1960	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
18.9	18.6	17.6	17.8	17.6	16.8	18.3	18.3

Tabela adaptada da fonte: Anuario Estadístico de América Latina 1978, da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. Parte V: Gasto Público – Quadro 85: Gastos Corrientes del Gobierno General, p.104. Tradução nossa.

Tabela 10.1

Gastos de Consumo do Governo Federal do Brasil (1960-1976) (Porcentagem do Produto Interno Bruto a preços correntes)							
1960	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
13.3	10.1	9.9	9.7	9.6	9.1	9.8	9.8

Idem, Parte V: Gasto Público/Public Expenditure – Quadro 86: Gastos de Consumo del Gobierno General/General Government Consumption Expenditure, p.105 – Tradução Nossa.

Há, inclusive, o fato da poupança interna do Brasil chegar a 21% do PIB em 1973, maior do que o já considerável índice de 17,5% que havia sido obtido em 1959, como chegou a mostrar Werner Baer, professor de economia da Universidade de Illinois. Este assinala ainda que grande parte deste incremento na poupança nacional “veio do setor governamental – tendo a relação poupança do governo/PIB aumentado de 5,1% em 1959, para 8,4% em 1973”^{114d}.

Nem mesmo nos terrenos fiscal e tributário, o peso do Estado fazia-se menor nos países capitalistas desenvolvidos nas três décadas posteriores à Segunda Grande Guerra, pois no dizer de Bresser Pereira, “existe uma clara correlação entre o nível de desenvolvimento dos países e sua carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto”. É sabido que a maioria dos países da Europa Ocidental assistiram, nos anos 50 e 60, a um crescimento econômico

acelerado e consistente, ao mesmo tempo em que ampliavam a sua base de tributação para a sustentação de um abrangente sistema de bem-estar social, com considerável investimento do Estado em serviços públicos de qualidade. Fica assim abalado o argumento recorrente dos liberais de que a carga tributária elevada é que impedia o pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil, pois aqui, em 1960, a carga tributária era de 22,9%, ao passo que na Noruega era de 31,4%, na Suécia 31,3%, na Holanda 30,3%, Itália 28,8%, Grã Bretanha 28,2% e nos Estados Unidos 27,7%. O problema do Brasil era que o aumento da carga tributária ficava aquém do aumento dos encargos governamentais, gerando então *deficits* de caixa da União^{114e}.

O economista Carlos A. Longo, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), escreve um artigo na *Revista de Economia Política* de outubro-dezembro de 1984, o qual, baseado em estatísticas de arrecadação de impostos diretos (imposto de renda e contribuições trabalhistas) e indiretos (ICM, IPI, ISS, etc) no Brasil, chega à conclusão de que, de 1969 a 1984, a participação do Estado brasileiro na economia foi “modesta”. No que toca à porcentagem dos Impostos Diretos em relação ao total da arrecadação, isto é, à Receita Tributária Bruta, Longo demonstra que houve um aumento de 30,5%, em 1965, para 47,4% em 1980. Já no que tange os Impostos Indiretos, estes diminuem de 69,4%, em 1965, para 52,6% em 1980. Também declinam o percentual dos Subsídios (despesas do governo destinadas a cobrir *deficits* operacionais de empresas públicas e privadas), que passam de 7,3%, em 1965, para 5,1 em 1980.

Fabrizio A. de Oliveira apresenta mais dados que confirmam que tanto a carga tributária bruta quanto a líquida declinaram no Brasil entre 1974 e 1978, o que pode ser constatado na tabela da próxima página:

Tabela 10.2

Brasil: Carga tributária bruta e líquida em % do PIB – 1974-1978					
Composição	1974	1975	1976	1977	1978
1. Tributos diretos	10,9	11,8	11,7	12,2	11,8
2. Tributos indiretos	15,5	14,4	13,6	13,4	12,9
3. = (1+2) Carga tributária bruta	26,4	26,2	25,3	25,6	24,7
4. Transferências correntes	7,5	8,2	8,6	9,2	9,8
5. Subsídios	2,3	2,8	1,6	1,5	1,8
6. = (3-(4+5) Carga tributária líquida	16,6	15,2	15,1	14,9	13,1

Fonte: Bruginski de Paula Tomas. “Estrutura e evolução das contas fiscais”. In *Financiamento da economia e sistema financeiro no Brasil*. São Paulo: IESP/FUNDAP, JUNHO DE 1987. Apud: Fabrizio Augusto de Oliveira, *Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995, p.60.

Comparando a Receita Tributária brasileira com a de alguns países desenvolvidos, no período que vai de 1965 a 1980, os dados estatísticos extraídos do referido trabalho de Longo espelham o seguinte:

Tabela 11

Organization for Economic Cooperation and Development (OECD)						
RECEITA TRIBUTÁRIA – PORCENTAGEM (PIB)						
Países	1955	1960	1965	1970	1975	1980
Alemanha	30,8	31,3	31,6	32,8	35,7	37,2
Itália	30,5	34,4	27,3	27,9	29,0	30,1*
Grã Bretanha	29,8	28,5	30,8	37,5	36,9	35,9
Estados Unidos	23,6	26,6	26,5	30,1	30,2	30,7
Canadá	21,7	24,2	25,9	32,0	32,9	32,8
Japão	17,1	18,2	18,1	19,7	21,1	25,9
Brasil	-	-	19,1	24,0	23,9	21,9

Fonte: OECD, Paris, 1981. Apud: Carlos A. Longo, “Notas sobre a evolução da carga tributária”. In *Revista de Economia Política* – vol. 4, nº 4, outubro-dezembro, 1984.

(*) Dados de 1979.

Não obstante a presença do Estado brasileiro na economia tenha aumentado com recursos não tributários ao longo do regime autoritário-militar pós-64, citando o professor Wilson Suzigan, livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp, Luiz Aranha Corrêa do Lago, economista da PUC-RJ, considera, por sua vez, que:

“quanto ao controle direto de atividades econômicas, o setor público permanecia nas áreas já definidas em décadas anteriores a 1964, completando-se apenas, entre 1967 e 1973, a consolidação de certas *holdings* de serviços públicos e o surgimento de empresas em setores de ponta como a indústria aeronáutica. Ou seja, ‘enquanto empresário o Estado assumiu insumos e serviços básicos à economia, gerando importantes economias externas (em benefício principalmente do setor privado’ (Suzigan, 1976: 128)”¹¹⁵.

Corrêa do Lago chega a reconhecer que no circuito da política monetária, creditícia e fiscal os governos militares puderam influir ativamente na economia entre 1967 e 1973.

Entretanto, para ele, isso não quer dizer que “se possa falar de um agravamento do ‘grau de estatização do país’”.

A despeito de Wilson Suzigan reconhecer que foi no período pós-64 que as empresas estatais mais cresceram, este fenômeno, diz ele, não tem o mesmo significado e muito menos a mesma motivação ideológica verificada no período do Estado Novo. Neste período, a presença do Estado na economia teria sido planejada e estaria norteada por um projeto de industrialização do Brasil, o qual se assentava no ideário do nacionalismo econômico, constituindo-se assim nos alicerces ideológicos do Governo e de importantes frações da burguesia industrial nacional. Já no período do regime pós-64, segundo as próprias palavras de Suzigan, o que se procurou avivar foi a

“doutrina neoliberalista, com ênfase no fortalecimento da empresa privada nacional e na atração do capital estrangeiro”.

Eis o motivo das reformas implantadas já no primeiro governo militar visarem, segundo Suzigan, “fortalecer a economia de mercado”. O aumento da presença do Estado no setor produtivo de bens e serviço durante o regime autoritário-militar foi, para Suzigan, “inesperado” e o que fundamentava esta expansão era uma “‘ideologia’ bem atípica: a da prioridade ao crescimento, desenvolvendo setores que a iniciativa privada, por impossibilidade ou desinteresse, não pôde desenvolver”¹¹⁶.

Suzigan também destaca que o aumento do número de empresas estatais e a sua crescente participação na economia brasileira durante o regime não fora “um fenômeno isolado no concerto das nações em desenvolvimento”. Para concluir, Suzigan cita um estudo da CEPAL de 1971 que mostra que era grande a participação do Estado em quase todos os países da América Latina. O citado estudo aponta que nestes países o Estado se destacava nos setores de transporte ferroviário, de energia elétrica, na extração e refino do petróleo, assim como nas outras indústrias de extração mineral. Suzigan mostra ainda que o Estado tinha igualmente uma presença proeminente na economia de países como a Índia, Espanha e a Itália.

No que concerne à atuação das agências estatais criadas no decorrer do regime pós-64 (tais como o CMN, Banco Central, CIP, CACEX, CDE e outras), embasada no trabalho de Sérgio Abranches, Werneck Vianna argumenta que aquelas agências, não constituíam “pura rotina burocrática”, mas sim, “na maioria das vezes, ações políticas”, pois articulavam e expressavam os interesses particulares dominantes dentro do aparelho administrativo do

Estado, chegando a se constituir nos “*loci* mais adequados para a administração das transações oligopolistas” que passavam a “dar o tom” do padrão de desenvolvimento econômico do país. Portanto, no enfoque de Abranches, a despeito do Estado no regime autoritário-militar passar a ter uma certa autonomia, transformando-se, então, naquilo que Werneck Vianna chama de “grande e necessária instância mediadora” dos interesses das diversas frações das classes dominantes brasileiras, isso, ressalta Abranches, não significava que a dominação burguesa não estivesse assegurada, visto que as burguesias financeira, comercial e industrial tinham assento naquelas agências estatais que eram os centros de tomada de decisão dos governos militares¹¹⁷.

E no que se refere ao Conselho Monetário Nacional em particular, Werneck Vianna indica que ele foi concebido para “dotar o capitalismo brasileiro de instrumentos capazes de defendê-lo:

“[...] tanto contra possíveis tendências excessivamente centralizantes do Estado, quanto contra pressões reivindicatórias, eleitorais ou outras de qualquer natureza que pudessem pôr em risco a eficiência do sistema”¹¹⁸.

Portanto, a intervenção do Estado na economia brasileira depois do Golpe de 1964 pode ser denominada como *não progressista* ou *não autonomista*, não possuindo assim um caráter nacionalista enquanto um instrumento de luta antiimperialista e emancipacionista, pois ela foi necessária pelo ângulo da própria iniciativa privada, nacional e multinacional, para prevenir os movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras e dos agrupamentos políticos nacionalistas e esquerdistas. Tal intervenção econômica do Estado naquele momento também teria sido, segundo Francisco de Oliveira, um “requisito indispensável para fundar as condições institucionais do processo de oligopolização da economia”, levado a cabo pelo capital estrangeiro. Este, diz Oliveira, só se opunha à estatização se ela fosse contra os seus interesses. Por isso que para este economista

“Ao contrário de uma confrontação, o pós-64 levou à soldagem de interesses entre o Estado e o capital estrangeiro, e essa estatização não é antagônica ao capital. Os anos do ‘milagre’, 68 a 73, na verdade foram o resultado da aplicação sistemática da política que atendia a esses dois interesses específicos e que levaram, no fundo, a reproduzir em escala ampliada tanto o papel quanto a potência de cada um desses agentes específicos”¹¹⁹.

Assim, as reformas econômicas e administrativas, em especial a do sistema financeiro efetuada por Campos e Bulhões no final de 1964, produziram fenômenos aparentemente contraditórios, mas que no fundo eram complementares, a saber: o aumento dos órgãos burocráticos do Estado (com a ampliação no número de agências estatais) e a simultânea “privatização” das tomadas de decisão do governo na área econômico-financeira (com o insulamento cada vez maior daquelas agências ante o operariado urbano e rural, as lideranças nacionalistas civis e militares e perante os partidos políticos em geral, mas não em relação aos representantes do capital industrial-financeiro estrangeiro e às classes empresariais nacionais associadas, as quais participavam daquelas agências, tendo suas demandas ali atendidas, mesmo que de modo informal, o que dava a elas um caráter corporativista-clientelista).

Tendo como base as informações e discussões abordadas anteriormente, concluímos que os governos militares criaram no Brasil um terreno propício para a aceleração da internacionalização e reprodução ampliada do grande capital industrial-financeiro transnacional e nacional associado, a fim de que o país se desfrutasse de um crescimento econômico acelerado e vigoroso. Para tanto, o Estado nacional, tornado ‘eficiente’ com a atuação de suas equipes de tecnocratas liberais, ideologicamente identificados com os preceitos econômicos formulados nos EUA, teve que cumprir um papel, que foi o de prover aos conglomerados transnacionais e seus parceiros nacionais um arcabouço infraestrutural, jurídico-político e coercitivo necessário para a sua reprodução.

Mas quando na segunda metade da década de 70 as tão faladas competência técnica e eficiência da burocracia do regime autoritário-militar não iludiam mais ninguém, veio então a proposta da desburocratização, cujo propósito era o de corrigir os abusos dirigistas que, como é de praxe em regimes desse tipo, vinham se acumulando. E mesmo tendo havido a ocupação da máquina administrativa e governamental do Estado por técnicos habilitados, formados nas melhores escolas de administração e economia do país e do exterior, e tidos como neutros e eficientes porque não afetados pelo ‘irracionalismo’ da política, mesmo assim, nem com o chamado “milagre econômico”, muito menos com o projeto de Nação-Potência, o Brasil conseguiria acumular capital político e econômico o suficiente para o futuro, ficando assim impedido de reviver, por pelo menos 26 anos, um crescimento econômico vigoroso, com base nos recursos materiais e imateriais locais, ou seja, com base num projeto capaz de mobilizar as energias de seu povo e de reter no país toda a riqueza natural extraída de seu território e aqui transformada.

Não foi capaz disso porque, como diria Florestan Fernandes (1984), os governos militares do Brasil pós-64 não mexeram com as estruturas coloniais e neocolônias ainda

persistentes no país, estruturas estas que drenaram e ainda continuam drenando grande parte da riqueza econômica aqui produzida.

Multinacionais, interesse nacional e o projeto de nação-potência no II PND

“Ao contrário do que se pretende veicular, o princípio da nacionalidade é vital na atual fase de desenvolvimento latino-americano. Toda autêntica política de desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento ...”.

(Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira – 3ª edição)

Do ponto de vista econômico, conforme Carlos Lessa, o projeto de nação-potência do regime autoritário-militar não era factível, pois, na sua opinião, não bastava ao Brasil “altas taxas de crescimento econômico” baseadas no favorecimento e no predomínio de segmentos industriais cuja produção era ditada pelas empresas multinacionais, sem que houvesse estímulos para a prosperidade das indústrias nacionais de tecnologia de ponta que fossem capazes de internalizar um “processo de desenvolvimento científico e tecnológico”.

Para Lessa, era indispensável que ocorressem “algumas mudanças qualitativas” no padrão de crescimento econômico brasileiro que os governos militares vinham seguindo pelo menos até 1974. Lessa esclarece esta questão de forma bem categórica:

“Para sermos potência precisamos fortalecer a empresa nacional;
para sermos potência precisamos de uma industrialização liderada
pela indústria de base; para sermos potência precisamos de uma crescente autonomia do processo de desenvolvimento tecnológico”¹²⁰.

Portanto, de acordo com Lessa, a intensa expansão industrial que o Brasil começou a desfrutar novamente a partir de 1968 e que deslanchou na primeira metade da década de 70, do modo como ocorreu não lhe garantia a condição de *potência mundial*, pois, como diz ele, a “expansão liderada por bens de consumo durável e construção civil gera crescimento, porém não abre espaço para a conquista das qualidades inerentes a qualquer potência que se preze: forte indústria pesada, grande empresa nacional e desenvolvimento tecnológico internalizado”. Enfim, para Lessa, a meta da construção da “Nação-Potência” por parte dos governos da ditadura militar estava comprometida por um padrão de crescimento econômico

dependente que eles vinham perseguindo, o qual, por ter como principal escora o capital forâneo, não proporcionaria ao Brasil um salto de qualidade na sua estrutura produtiva com base na aquisição, assimilação geração e inovação tecnológica.

Com relação ao governo Geisel, Lessa demonstra que o seu primeiro escalão gerencial, dizendo estar preocupado em fortalecer o capital nacional a fim de que ele ocupasse uma posição de relevo na estratégia de desenvolvimento econômico que embasava o II PND, prescrevia como imprescindíveis para que o Brasil atingisse o patamar de uma *potência* a

“decisão de absorver, complementarmente ao esforço interno, poupança, tecnologia e capacidade gerencial externas”¹²¹.

Em vários pronunciamentos oficiais, o primeiro círculo da equipe ministerial do governo Ernesto Geisel, assim como o próprio presidente da República, recomendava a

“manutenção, em áreas não estratégicas, da mesma política sábia de tratamento equânime e até mesmo favorecedor que vem sendo concedido ao capital estrangeiro, sobretudo de risco, para o qual”, segundo eles, “o Brasil constitui uma área singular de elevada atração”¹²².

A entrevista que João Paulo dos Reis Velloso dá à revista *Business Week*, na época em que era secretário de Planejamento do governo Geisel, é bastante reveladora quanto à posição do penúltimo governo do clico militar diante das empresas multinacionais e, consequentemente, à forma e a profundidade de como deveria se proceder a tal alteração do padrão de desenvolvimento industrial brasileiro e a pretensa Aceleração do Desenvolvimento Social. Quanto a esta segunda meta, conforme os termos utilizados pelo próprio governo no texto do seu II PND, o que se pretendia era conseguir um “substancial aumento de renda real para todas as classes”.

Assim disse naquela ocasião o influente secretário de Planejamento:

“As empresas estrangeiras são poderosas contribuintes para o aumento das exportações dos produtos industrializados. São atraídas pela relativa estabilidade da economia brasileira, pelos baixos salários e pelo farto estoque de matérias primas. [...] As empresas estrangeiras consideram que o Brasil é uma base para a produção e distribuição, a partir da qual pode suprir os países da ALALC”¹²³.

Podemos verificar claramente nesta declaração que, embora os mentores econômicos do governo Geisel dissessem pretender alterar o padrão de desenvolvimento industrial do regime, buscando, inclusive, praticar um capitalismo do tipo *bem estar social*, calcado nas indústrias de base e de bens de capital, com o fito de que o país pudesse atingir a estatura de *nação-potência*, contraditoriamente o que Reis Veloso então reafirmava como atrativos e incentivos dotados pelo Brasil são os clássicos elementos de um país subdesenvolvido e periférico, que não ousa abandonar a condição de dependência crônica: mão-de-obra barata, matérias primas abundantes e baratas, terras e energia baratas, incentivos cambiais e fiscais para as empresas estrangeiras investirem em bens de consumo duráveis destinados a satisfazer as classes com alto poder aquisitivo. Basta lembrar que quando os metalúrgicos do ABC paulista começaram, em 1978, a expor sua oposição à recorrente política de arrocho salarial do regime, reivindicando então reposições e aumentos reais, o ministro da Fazenda, Mário H. Simonsen, aparece dizendo que o Governo estava disposto a dialogar, mas não a aumentar os salários.

Não se deve, portanto, ver na intenção inscrita no texto do II PND de acelerar o desenvolvimento social por meio, por exemplo, do aumento do salário mínimo, uma preocupação da administração Geisel com a extrema desigualdade na distribuição de renda, mas sim com a contenção de importações exigida por um modelo econômico que girava em torno da produção e consumo de bens duráveis com alto conteúdo de importação.

Isso fazia com que o Brasil pendesse mais para a categoria do que Lessa chama hoje de um *centro de custos*¹²⁴, do que o de uma potência, mesmo que média, mas que estivesse determinada a investir maciçamente em educação e pesquisa científica para a construção de uma base doméstica criadora de tecnologias próprias, dotando o país de vantagens comparativas não apenas no setor agrícola, mas também em importantes segmentos industriais, como os de máquinas e equipamentos e até mesmo no de bens de consumos duráveis e semiduráveis, tal como fizeram e vêm fazendo o Japão, a Coreia do Sul, a China e a Índia, que chegaram a criar indústrias automobilísticas, eletroeletrônicas e farmacêuticas com capital majoritariamente nacional e em condições de se expor hoje à competição internacional. Um dos melhores exemplos disso é o da Coreia do Sul, que é dona de empresas como a Hyundai, Daewoo, Lucky-Goldstar e Samsung, as quais estavam, no final da década de 80 do século XX, entre as 500 maiores empresas privadas do mundo^{125a}. Além da Coreia do Sul, há também os exemplos de China e Índia, que hoje já ocupam, respectivamente, a 3ª e 6ª posições em termos de presença de centros de P&D de empresas multinacionais, enquanto o Brasil ocupa a 12ª posição^{125b}.

Os planejadores econômicos do governo Geisel consideravam que “*o capital estrangeiro já internalizado, apesar de seu peso na indústria de transformação, não afeta a Soberania Nacional*”, uma vez que, na visão deles, tal capital “*se encontra encaixado entre o capital estatal – na infra-estrutura – e o capital nacional – nas órbitas financeira, mercantil e agropecuária*”¹²⁶.

Além disso, ainda de acordo com o então secretário do Planejamento, Reis Veloso, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que vinha sendo seguido pelos governos militares, ao qual ele denominou como “modelo de mercado”, não se fazia “à custa dos mais pobres”, mas, ao contrário, à defesa do seu bem-estar¹²⁷. Portanto, para Reis Veloso, o tal *modelo de mercado* com grande participação do capital estrangeiro aplicado no Brasil pelos governos militares revelava que ele poderia se ajustar às condições de uma economia e de uma sociedade subdesenvolvida como a do Brasil e até melhorar seus indicadores sociais.

Sabe-se que uma das principais motivações para a receptividade ao investimento estrangeiro por parte dos países anfitriões do Terceiro Mundo é o desejo de estimular o seu crescimento econômico. Os governos destes países acreditam que as empresas multinacionais podem dar uma grande contribuição nesse sentido. Mas deve-se também levar em conta que há riscos neste postulado. E estes riscos, conforme Detlev Vagts, professor emérito de Direito Internacional da Harvard Law School, não são poucos, sendo um dos mais factíveis a possibilidade das multinacionais exaurirem os recursos locais de talentos, créditos e matéria-prima a ponto de bloquear os planos empresariais de empresas nacionais, retardando assim o desenvolvimento industrial básico, provedor de autonomia em segmentos estratégicos da economia do país anfitrião. Embora, por um lado, as multinacionais cheguem a proporcionar ao país anfitrião alguma afluência de investimentos produtivos, a substituição de importação de certos bens de consumo industrializados, bem como estímulos à exportação destes bens, por outro lado, há de se considerar a dependência em termos de tecnologia, a importação intensiva de matéria-prima, máquinas e de componentes industriais, a manipulação das contas para o não pagamento de impostos e a saída legal e ilegal de dividendos, que tendem a ser de grande monta. Ao lado destes embaraços, há igualmente a possibilidade das multinacionais eliminarem os produtores nacionais rivais, vindo não apenas a liderar, mas até mesmo a monopolizar, a produção em determinados ramos da indústria do país anfitrião, o que pode sufocar o desenvolvimento econômico deste^{128a}. Para não ficarmos apenas no plano hipotético, convém lembrar que, segundo um estudo da CEPAL de 1998, no final dos anos 70 as transnacionais respondiam por 32% da produção industrial do Brasil^{128b}. Se levarmos em conta que estes 32% abrangiam os ramos industriais mais dinâmicos em termos de base

tecnológica, produtividade e lucratividade, a sua importância, tanto quantitativa quanto qualitativa, aumenta consideravelmente.

Caio Prado Jr já abordara criticamente esta temática em 1968, na sua tese de Livre-Docência para a cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, quando descreveu, numa perspectiva histórica, que, depois da II Guerra Mundial, as multinacionais com origem nos países do Primeiro Mundo passaram a atuar na economia brasileira investindo em empreendimentos industriais voltados para o nosso mercado interno, observando que essas empresas

“introduzem-se direta e intimamente no país e se tornam em força decisiva em alguns dos principais setores do comércio e do mercado internos. E assim, na medida em que esse mercado se expande, as operações das empresas internacionais ganham importância crescente que lhes assegura posições cada vez mais fortes e poderosas no interior da economia brasileira. E quando posteriormente se verifica o progressivo avanço do processo de substituição da importação pela produção interna, as mesmas empresas se encontram na melhor das posições para se prevalecerem das oportunidades que aquela substituição de importação proporcionaria. [...]”^{128c}.

Esta descrição de Caio Prado Jr demonstra uma capacidade analítica de notável atualidade, já que consegue antever que:

“Os capitais e empreendimentos internacionais se prevalecerão largamente dessa avantajada situação que desfrutam relativamente ao Brasil. E tirarão dela o melhor partido, instalando-se nas melhores, mais lucrativas e estratégicas posições. No processo de industrialização, em particular, elas se tornam em fator decisivo. O núcleo verdadeiramente dinâmico da indústria brasileira se constituirá em nada mais que uma constelação de filiais de empresas internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo”^{128d}.

Mas, como que as empresas transnacionais passaram a desfrutar concretamente, depois da II Guerra Mundial, de situações avantajadas na economia brasileira, instalando-se, como diz Prado Jr, “nas melhores, mais lucrativas e estratégicas posições”?

Quem melhor responde a esta indagação é Celso Furtado, que, num artigo na *Revista de Economia Política* de janeiro-março de 1981, descreve que, em decorrência da

reconstrução do sistema capitalista, ditada pelos EUA depois da II Guerra Mundial, as grandes empresas dos países capitalistas centrais passaram a agir globalmente, “orientando-se para o livre-cambismo e a livre transferência de recursos entre países”. Isso, evidentemente, teve algum impacto nos países periféricos, o qual, de acordo com Furtado, se desdobraria em duas fases, assim descritas:

“Numa primeira, as firmas centrais procuram participar da industrialização substitutiva de importações, consolidando posições já ocupadas anteriormente e conquistando novas posições. As indústrias complementares das importações, pelo fato mesmo de que dependem de marcas de fábrica, de tecnologia e de insumos de difícil substituição adquiridos no exterior, funcionam como cabeças de ponte para a penetração em maior profundidade das firmas centrais, que se dispõem a cooperar no processo de fechamento da economia. Em uma segunda fase, essas firmas se empenharão em reabrir as economias periféricas, mediante a diversificação de suas exportações, no quadro de uma reconstrução sobre bases novas do sistema de divisão internacional do trabalho.”

Como pode ser constatado, as políticas de substituição de importação, isto é, políticas que produziam um certo “fechamento” da economia brasileira – verificado tanto nos vários governos de Getúlio Vargas, quanto nos governos pós-54, tidos como seus herdeiros, e até mesmo em alguns governos militares pós-64, especialmente o governo Geisel – não prejudicavam os interesses das firmas multinacionais que aqui operavam. É claro que, devido as suas bases sociais de apoio, os governos nacionalistas populares eleitos diretamente a partir de 1946, tendiam a aplicar, com menos restrições, políticas de proteção à indústria nacional e a favorecer a participação do Estado em áreas econômicas estratégicas. Mas nos governos militares pós-64, cujo bloco de poder e cujas linhas de pensamento e de ação econômicas davam extrema importância à participação do capital estrangeiro, as suas ‘políticas de substituição de importação’ acabavam tendo pouco ou nenhum efeito sobre a estrutura produtiva nacional.

Cumprе destacar ainda que a conclusão de Prado Jr, no que tange a esta patente internacionalização que se processa na economia brasileira nas décadas de 50 e 60, é contrária daquelas avaliações e expectativas a que chegariam os formuladores econômicos do governo Geisel, pois para aquele grande historiador brasileiro isso representava

“... um grave embaraço oposto à transformação da economia brasileira, apesar do estímulo que num primeiro momento aquelas iniciativas estrangeiras proporcionam”^{128e}.

Mesmo assim, o governo Geisel demonstrava plena confiança de que conseguiria ajustar as multinacionais aos objetivos nacionais, enquadrando-as na sua estratégia de desenvolvimento econômico. Noutros termos, o governo Geisel achava que teria a capacidade de determinar os rumos da produção econômica nacional, com ênfase nos setores prioritários por ele definidos. Todavia, como observa Lessa, ao nível tático da política econômico-financeira, o governo não encontrava forças nem condições favoráveis para atingir tais metas. Mais do que isso, prossegue Lessa:

“No dia-a-dia do esforço por ‘equilibrar’ as contas externas e conter o processo inflacionário, as medidas aplicadas não fizeram distinção entre nacionais e estrangeiras”^{129a}.

Logo, para Lessa, “aplicou-se tratamento igual a empresas em situação estruturalmente desigual”, o que acabou enfraquecendo as empresas privadas nacionais, tornando-as inaptas a assumir a liderança de um novo padrão de desenvolvimento econômico brasileiro. Lessa ilustra esta sua observação, lembrando que durante o regime autoritário-militar as grandes empresas estrangeiras aqui instaladas tinham um “comportamento oligopólico”, tinham acesso a fontes de financiamento externos com taxas de juros menores do que as encontradas aqui e alí pelas indústrias nacionais, além, é claro, de terem muito mais facilidades de obter financiamentos internos – via rede financeira/bancária privada nacional – que dava tratamento preferencial às empresas multinacionais pelo fato delas serem mais solventes. Isso sem falarmos que as empresas em questão recebiam do Estado brasileiro créditos generosos e isenções fiscais.

Iniciativas favorecedoras do capital estrangeiro

Em termos concretos, as ofertas privilegiadas de créditos às firmas estrangeiras foram postas em prática já no primeiro governo do regime autoritário-militar, o qual, por exemplo, expandira o crédito para as empresas multinacionais em detrimento das nacionais por meio da Instrução 289, de 14 de janeiro de 1965, e das operações de *swaps*, além dos decretos-leis 37

e 61574 de 1966, instituidores dos Acordos de Participação Industrial, que, segundo Mirow, acabaram por eliminar “a proteção precária que a lei de similares ainda proporcionava à indústria local”^{129b}.

Segundo Nelson Werneck Sodré, “a Instrução 289 facilitou às empresas estrangeiras crédito barato no exterior, deixando às empresas brasileiras créditos altos no interior, na fase em que a política do Governo era de contenção do crédito”¹³⁰. Os juros que o Governo Castelo Branco cobrava das corporações internacionais em 1966 era, conforme Mirow, de 10% ao ano, ou segundo Gasparian, de 6 a 7% ao ano^{131a}, enquanto que para as empresas brasileiras cobrava-se uma taxa de juros de 4% a 5% ao mês, ou seja, de cerca de 50% ao ano^{131b}.

Fiechter, explica com mais detalhes como funcionava estas operações financeiras contidas nas operações de *swaps*:

“A expressão *swap privado* era tomada, no Brasil, numa acepção pouco usual: era, de fato, um empréstimo a prazo fixo (em geral, de um a três anos) em moeda estrangeira, garantido pelo Banco do Brasil, que recebia as divisas. Em contrapartida, este repassava, contra juros, uma parte desses fundos (cerca de 50 a 60%), convertidos em cruzeiros, ao destinatário no Brasil. No vencimento, os cruzeiros eram entregues ao Banco do Brasil. Este, por sua vez reembolsava o montante original e os juros, em divisas, ao prestador estrangeiro, que desse modo, beneficiava-se com uma garantia de câmbio. O prestador local, por sua vez, só teria à sua disposição uma quantidade de cruzeiros inferior à de uma operação de câmbio à taxa oficial.

Em teoria, esta possibilidade estava aberta a todos. Na prática, foi utilizada principalmente por sociedades com sede no exterior. Estas podiam, dessa maneira, financiar as operações de suas filiais no Brasil, sem aumentar seus investimentos fixos”¹³².

Quanto à Instrução 289 da SUMOC, Fiechter diz que apesar dela ter limitado as possibilidades de *swap*, pelo fato do Tesouro deixar de assumir o risco de câmbio, ficando este à cargo do destinatário dos fundos, e também pelo fato de que o repatriamento das divisas ao término do contrato ter de obedecer a taxa do dia, os críticos desta política financeira afirmavam que:

“esses empréstimos 289 pareciam incrivelmente vantajosos, visto que sua taxa de

juro nominal correspondia mais ou menos ao do país de origem, isto é, 6 a 7% ao ano, ao passo que no mercado [interno] não se encontrava, na prática, dinheiro a menos que 36%”¹³³.

Os economistas Delorme Prado & Sá Earp, ambos do Instituto de Economia da UFRJ, lembram que a Resolução 63 do Banco Central, de 21 de agosto de 1967, autorizava os bancos comerciais “a intermediarem a contratação direta de empréstimos externos para financiamento de capital de giro e capital fixo das empresas instaladas no país”. Ainda segundo estes dois autores, esta Resolução veio a se somar à Lei nº 4.390/64, “que já autorizara o financiamento direto de empresas estrangeiras a suas subsidiárias, e regulava os empréstimos diretos de Bancos Internacionais a empresas no Brasil”¹³⁴.

Em síntese, ao seguir os critérios de organismos financeiros internacionais, tipo FMI e Banco Mundial, a política interna de créditos do primeiro governo do regime autoritário-militar foi rígida para com as empresas nacionais, o que resultaria no estrangulamento daquelas pequenas e médias, financeiramente mais frágeis, fomentando o processo de concentração de capital nas mãos de grandes conglomerados multinacionais e das nacionais a estas associadas. Mais ainda, em que pese o vultoso crescimento da economia brasileira durante os anos do “milagre”, incluindo aí o do Departamento I, cujo produto real chegou a triplicar entre 1968 e 1975, mesmo assim não se deu lugar à poupança e/ou acumulação industrial endógena. Isso porque havia uma falha de caráter estrutural que derivava da assimetria de acumulação existente entre o Departamento III e o Departamento I. O primeiro não demonstrava interesse em proporcionar uma certa acumulação interna de capital industrial através, por exemplo, da compra de bens de capital de empresas brasileiras, preferindo, ao invés disso, direcionar a maior parte de suas demandas para o exterior, o que explica as importações destes bens terem sido maiores que a produção interna no período em análise¹³⁵.

Num quadro como este, ficava evidente a fragilidade da iniciativa privada nacional diante das empresas estatais e das privadas multinacionais no que dizia respeito aos indicadores referentes às vendas, ao patrimônio e ao lucro. Esta fragilidade é perceptível no período em que vigiu o regime autoritário-militar e chega a tal ponto que no já citado artigo “A fragilidade da empresa privada nacional”, contido no “Balanço Anual de 1977” do jornal *Gazeta Mercantil* (São Paulo, setembro de 1977: 10-11) há dados que confirmam esta situação, quais sejam:

– No que se refere à partilha de faturamento global das 300 maiores empresas no ano de 1976, de 629 bilhões de cruzeiros, as companhias estrangeiras lideraram a comparação

com 40,5% (Cr\$ 255,2 bilhões), vindo as empresas estatais em segundo lugar com 35,6% (Cr\$ 224,4 bilhões) e a participação da iniciativa privada nacional ficando em torno 23,9% (Cr\$ 150,3 bilhões);

– Quanto ao patrimônio, as empresas estatais ocuparam 47% do patrimônio total das 300 grandes empresas, com uma conta de Cr\$ 261,3 bilhões. O capital estrangeiro veio a seguir com 31,9% (Cr\$ 198,6 bilhões) e, em último lugar, as empresas privadas nacionais participando com 26,7% (166,9 bilhões);

– No tocante ao lucro, as empresas estatais obtiveram cerca de 47,0% do lucro global acumulado pelo conjunto das 300 maiores empresas. Já o lucro obtido pelo capital estrangeiro foi equivalente a 32,7% do lucro global e aquele alcançado pelas companhias privadas nacionais a 20,3%. Enfim, para a formação do PIB brasileiro, as 100 maiores empresas estrangeiras foram as que cresceram mais depressa, com suas vendas cobrindo 19,5% do PIB, as 100 maiores empresas estatais participando com 16,2% e as 100 maiores empresas privadas nacionais comparecendo com 11,8% do PIB.

Era evidente, pois, que as subsidiárias das indústrias multinacionais instaladas aqui no Brasil gozavam do poder de ignorar os projetos do Governo brasileiro, seguindo, portanto, os seus próprios interesses em consonância com as estratégias de ação elaboradas pelas suas matrizes.

Foi por este motivo que Severo Gomes, quando ainda estava à frente do Ministério da Indústria e Comércio no governo Geisel, afirmara, em maio de 1975, que apesar dos investimentos das empresas multinacionais proporcionarem ao Brasil um desenvolvimento mais acelerado, este, de acordo com suas próprias palavras, representava um “modelo de desenvolvimento falso em relação às nossas realidades”. Para Severo Gomes, o capital privado estrangeiro não alocava seus recursos em setores prioritários à economia nacional (que eram os setores ferroviário, de construção naval, de energia, de bens de capital, de matérias-primas, como o aço, e de componentes dos produtos industrializados, máquinas e equipamentos), alegando que isso não correspondia às necessidades do país em efetuar um desenvolvimento econômico qualitativo, o que, por sua vez, não o permitia reduzir a sua dependência excessiva frente ao capital estrangeiro e nem mesmo evitar que as decisões básicas na área econômica escapassem ao Poder Nacional¹³⁶.

Outras medidas práticas de favorecimento do capital estrangeiro implementadas pelos sucessivos governos do regime autoritário-militar diziam respeito aos quinhões de incentivos fiscais e de financiamentos oficiais destinados às empresas estrangeiras associadas ou não às nacionais, os quais se davam por meio da SUDENE, da SUDAM, do GEIA (indústria

automobilística), do GEIQUIM (indústria química) e GEIMET (indústria metalúrgica), do Banco do Brasil, do BNDE, da Caixa Econômica Federal, do Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Nacional (Procap) e até mesmo por intermédio de instituições financeiras privadas, como os bancos particulares de investimento.

No caso específico dos fundos de financiamento do BNDE, embora eles estivessem reservados a empresas de capital nacional, Velasco e Cruz esclarece que a definição das fronteiras entre o nacional e o estrangeiro era “bastante generosa”, pois considerava-se nacional “a empresa em que o sócio brasileiro detivesse mais de 50% do capital com direito a voto”. Mas o cientista político da Unicamp adverte que a regra era “omissa em relação às cláusulas estatutárias – critérios de composição de Conselho de Administração, normas para a tomada de decisão etc –, que [podiam] garantir à parte minoritária o controle efetivo da empresa. Ora, nessas condições”, arremata Cruz, “a estratégia da associação tem atrativos claros para as multinacionais: por meio dela a empresa ‘nacionaliza-se’ e passa a auferir todas as vantagens que este *status* proporciona”¹³⁷.

Portanto, quanto à política geral de incentivos fiscais dos governos militares, Cruz assinala que ela desempenhou papel crucial para a “acumulação e concentração de capital”, vindo a se transformar na “parteira dos conglomerados no Brasil [...]”, para usar expressão cunhada por Francisco de Oliveira¹³⁸. Noutros termos, o Estado brasileiro pós-64 tornava desobstruídas as articulações entre os seus diversos órgãos responsáveis pela alocação de recursos financeiros e as grandes empresas privadas estrangeiras, montando um amplo esquema de auxílio a estas, garantindo-lhes não apenas benefícios fiscais, mas, igualmente, créditos com juros negativos, vitórias em concorrências públicas e mercado assegurado ao se constituir também num grande comprador. Esta última prerrogativa era desfrutada principalmente pela indústria automobilística aqui estabelecida, com a qual o Estado não competia, deixando de criar empresas estatais ou de apoiar a formação de empresas privadas nacionais neste setor, vindo até a criar barreiras institucionais a fim de se obstar a entrada de novos competidores estrangeiros, além de lhes destinar créditos à exportação¹³⁹.

No tocante à política de importação do governo Castelo Branco, Corrêa do Lago diz que, de 1966 a 1967, a “*alíquota média de imposto de importação para todos os produtos caiu de 47% para 20%*”. Não se pode esquecer, também, os benefícios propiciados às firmas estrangeiras do setor eletroeletrônico com a entrada em operação da Zona Franca de Manaus em 28 de fevereiro de 1967, um mês antes de iniciado o governo Costa e Silva. Neste governo, por sinal, houve o Decreto 498 de março de 1969 que “*isentou de impostos alfandegários, ICM e IPI, as importações de material para a construção naval, desde que*

beneficiados com financiamento externo”¹⁴⁰. Esta prática de subvenção à indústria estrangeira voltaria a se repetir em 1975, no governo Geisel, quando o CDI liberou “*ampla lista de equipamentos navais, para importação, incluindo equipamentos que desde 1963 foram normalmente fabricados no país*”¹⁴¹.

Ainda em 1975, quando o governo Geisel estava prestes a fechar um contrato com o Banco Mundial para que este financiasse parte de um projeto de expansão da indústria siderúrgica no Brasil (10% do volume de recursos da III Fase do Plano Siderúrgico), o empresariado nacional do setor de equipamentos fez fortes críticas ao iminente contrato, o que levou o Governo a censurar as discussões relacionadas a este assunto e assinar um protocolo com o Banco Mundial. Esta atitude dos empresários nacionais da indústria de bens de capital e a reação do governo Geisel resultaram do fato de que o Banco Mundial só forneceria um empréstimo de US\$ 250 milhões ao governo brasileiro, caso este permitisse que empresas internacionais participassem do tal projeto de reequipamento de nossa indústria siderúrgica. Estevam Martins relembra que mesmo que 90% deste plano siderúrgico fossem provenientes dos recursos internos, as exigências feitas pelo Banco Mundial ao governo Geisel obrigava o Brasil a importar dos países mais desenvolvidos equipamentos que poderiam ser fabricados aqui, além de ter que importar dos EUA o carvão necessário à expansão da siderurgia brasileira¹⁴².

Além destes nós presentes nos planos do governo Geisel em desenvolver a indústria metalúrgica brasileira do aço, do ferro e de metais não-ferrosos, havia igualmente as questões referentes à exploração das jazidas de bauxita na Amazônia. Segundo o jornalista Marcos Dantas, no governo Geisel a Companhia Vale do Rio Doce teve que assinar acordos de parceria com empresas japonesas para que pudesse ser construída a Alumínio Brasileiro SA (Albrás), uma fábrica de alumínio nas vizinhanças de Belém (PA), na qual a estatal brasileira não teria “maiores poderes de gerência” e de “desenvolvimento tecnológico”. Ao recolher dados baseados num levantamento feito pela economista da UFRJ, Helena Lastres, Dantas demonstra que os investimentos estrangeiros em mineração aumentaram consideravelmente a partir de 1974, compondo 2,4 bilhões de dólares entre 1974 e 1978, mas que no mesmo quadriênio

“as multinacionais expatriaram, a título de remessa de lucros e pagamento de tecnologia, exatamente US\$ 1,7 bilhão [...]. Como, entre 1974 e 1978, o *deficit* comercial acumulado do setor mineral foi de US\$ 6,6 bilhões (exclusive petróleo e gás), verifica-se que, nesses anos de acelerado aumento nas atividades minerais, o país perdeu

US\$ 5,9 bilhões”¹⁴³.

Ademais, Dantas argumenta que ao atrair e facilitar a instalação de plantas industriais dos cartéis mundiais de alumínio na Amazônia brasileira, na época dona da terceira maior reserva de bauxita do mundo, o governo Geisel acabava boicotando os esforços da associação internacional dos países produtores de bauxita (International Bauxite Association), formada por Austrália, Guiné, Guiana, Jamaica, Serra Leoa e Iugoslávia, que lutavam para elevar os preços internacionais desta matéria-prima. Isso endossa as proposições de alguns analistas, que serão abordadas no próximo capítulo, de que o Brasil aderiu assim a uma “divisão continental do trabalho”, favorecendo os interesses dos países capitalistas centrais^{144a}.

O Brasil acenava, então, com a possibilidade de atuar como um fornecedor estável e seguro de bauxita para os países desenvolvidos, retirando-se a insegurança acarretada por um eventual uso político desta matéria-prima pelos principais países fornecedores. No entanto, com estas contradições existentes na seara das indústrias extrativa e metalúrgica brasileiras, as grandes empresas que concentravam a produção de alumínio em território nacional (a canadense, Alcan, a americana, Alcoa, e a Cia. Brasileira de Alumínio do grupo nacional Votorantim) não conseguiriam e, na verdade, não tinham interesse, pelo menos até 1977, em atender as metas de autosuficiência contidas no Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos (PNMNF). Tanto que em 1976, o Brasil teve que importar 78 mil toneladas de alumínio^{144b}.

Esta realidade, segundo Mirow, acabou “impedindo que se protegesse a indústria brasileira de bens de capital”. Isso porque a participação desta não passou de uma “parcela reduzida” (inferior a 25%), ficando as empresas estrangeiras “com grande parte dos pedidos”, como previra na época o então presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, Cláudio Bardella¹⁴⁵.

Uma mostra da atitude do complexo financeiro-industrial dos países mais ricos do mundo no sentido de pressionar o governo brasileiro a comprar no exterior equipamentos que a indústria nacional podia produzir no Brasil, foi a viagem do presidente Geisel à Inglaterra em 1976 em busca de financiamento para a viabilização da conclusão da *Ferrovia do Aço*, que estava em construção. Nesta ocasião, o Brasil assinou com aquele país um protocolo sigiloso através do qual obteve o financiamento requerido, mas, em troca, teve que comprar dos ingleses locomotivas e vagões¹⁴⁶. Vizontini fornece dados concretos de alguns dos acertos que resultaram deste protocolo, como, por exemplo,

“um acordo firmado pela Siderbrás, o Conselho Federal Brasileiro do Aço e a Baring Brothers and Co. Ltd., prevendo uma linha de crédito de milhões de libras esterlinas para a compra de equipamentos britânicos para a indústria de aço brasileira.”

Além disso, acrescenta Vizentini,

“a Rede Ferroviária Federal S.A., a General Eletric Limited e a N. M. Rothschild firmaram um acordo para o fornecimento de equipamentos e serviços para a Ferrovia do Aço; O Lloyds Bank International e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil acordaram uma linha de crédito de 20 milhões de libras esterlinas para a compra na Grã Bretanha de bens de capital e equipamentos para projetos de médio porte no Brasil”¹⁴⁷.

Cerqueira Leite lembra que uma das justificativas dos governos militares para que o Brasil atraísse as indústrias multinacionais, era a de que elas trariam capital e proporcionariam ao país obter divisas. Mas não foi bem isso o que aconteceu, pois o autor torna claro que:

“Dos capitais das companhias estrangeiras instaladas no Brasil, menos de 15%, em média, foi proveniente das matrizes. O restante foi levantado no Brasil, e, quando no exterior, através de empréstimos a serem pagos pela sucursal brasileira, em períodos relativamente curtos, e com juros que certamente ultrapassaram de muito aqueles 15% de inversão de capital da matriz. Conclui-se daí que a implantação de indústrias multinacionais no Brasil não resultou em aquisição de divisas para o País. As multinacionais mostraram apenas uma maior capacidade de agregação de capital, pelo seu maior crédito junto ao sistema financeiro, crédito este que talvez fosse apenas uma consequência do desmesurado apoio do Governo que tiveram então”¹⁴⁸.

Cerqueira Leite vem, portanto, engrossar a fileira dos que questionam o tratamento dos governos militares com as empresas multinacionais aqui instaladas com o fito de promoverem o desenvolvimento do Brasil, dizendo que nossos mandatários tomavam uma atitude passiva perante a atuação das empresas multinacionais aqui instaladas. Num artigo publicado em junho de 1976 no jornal *Folha de São Paulo*, Cerqueira Leite diz que esta atitude do governo brasileiro se embasava, segundo ele, “numa estranha filosofia”, cuja lógica

era a de que os “interesses imediatos” das empresas multinacionais se confundiam com os “interesses nacionais”, uma vez que “o sucesso financeiro” das primeiras estariam diretamente dependentes da “dinâmica da economia interna do País”¹⁴⁹. Sendo assim, no raciocínio dos formuladores econômicos do Governo, as ações das empresas multinacionais estariam naturalmente de acordo com os interesses desenvolvimentistas do país.

René Dreifuss apresenta um retrato semelhante dos limites da estrutura produtiva brasileira sob o regime autoritário-militar, afirmando que “em 1969 a ‘apropriação’ da economia brasileira por interesses multinacionais era um fato consumado”. Dreifuss afirma que por volta deste ano o setor secundário, o mais dinâmico e lucrativo da economia brasileira, era dominado pelas companhias multinacionais, o que levava o Brasil a presenciar uma “desnacionalização industrial significativa”¹⁵⁰.

A guisa de exemplo, no setor da indústria eletroeletrônica, “em 1966 os capitais nacionais ainda controlavam 49% das 15 maiores empresas, participação esta que decresceu para menos de 7% em 1974”. No ramo dos eletrodomésticos, o mais importante da indústria eletroeletrônica, a participação estrangeira cresceu de 21,3%, em dezembro de 1960, para 63,1% em fins de 1975^{151a}. No setor de material elétrico pesado, “enquanto que empresas nacionais participavam ainda em 1964 em 60% de todos os capitais investidos nesse setor, a sua participação decresceu para 8,7% em 1972”. Quanto ao setor siderúrgico, mais especificamente o do aço, Mirow notifica que a partir de 1972 houve um salto nas importações nacionais, sendo que em 1974 o Brasil produziu 7.502.473 toneladas de lingotes de aço, para um consumo estimado em 10.750.000, acarretando ao país um custo de mais de um bilhão e meio de dólares^{151b}.

Outros dados referentes ao ano de 1968, expressos na seguinte tabela, ratificam o domínio do capital estrangeiro na economia brasileira, tanto no segmento da indústria de base quanto nos segmentos da indústria de bens de consumo mais sofisticados, como este exposto de forma geral no artigo de Fernando Henrique Cardoso, “Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications”, o qual se encontra na obra editada pelo cientista político da Columbia University, New York, Alfred Stepan (Yale University Press, 1977: 145):

Tabela 12

Origem do Capital das Dez Maiores Empresas em Cada Setor Econômico no Brasil em 1968			
(Em percentagens)			
<i>Setores</i>	<i>Capital estrangeiro</i>	<i>Capital estatal</i>	<i>Capital privado brasileiro</i>
Infraestrutura	17.2	73.1	9.7
Bens intermediários	34.6	52.0	13.4
Bens de capital	72.6	–	27.4
Bens de consumo durável	78.3	–	21.7
Bens de consumo não durável	53.4	6.4	40.2
Comércio	7.0	–	93.0
Serviços	8.2	–	91.8

Fonte: Pesquisa preparada pela ADECIF, Rio de Janeiro, publicada no *Jornal do Brasil* de 20 de abril de 1970 – Tradução e adaptação nossa.

Num quadro mais específico e mais recente, isto é, num quadro de 1971 que apresenta as Dez Maiores Empresas por Setor, verifica-se que a presença do capital estrangeiro é dominante tanto naqueles setores e subsetores mais básicos, quanto nos mais dinâmicos da nossa economia responsáveis pela produção de bens de consumo duráveis e até não-duráveis. Neste caso temos, então, o seguinte:

Tabela 13

AS DEZ MAIORES EMPRESAS NO BRASIL POR SETOR – 1971				
(Porcentagem dos ativos)				
Setores	Estrangeira	Estado	Privada	Total
Minerais não-metálicos	52,5% (1)	–	47,5% (5)	100%
Metalúrgica	17,8% (3)	70,3% (4)	11,7% (3)	
Mecânica	72,0% (7)	–	28,0% (3)	100%
Material elétrico e de co municação	61,3% (7)	–	38,7% (3)	100%
Transporte	89,7% (8)	–	10,3% (2)	100%
Borracha	81,0% (3)	–	19,0% (7)	100%
Têxteis	55,4% (5)	–	45,6% (5)	100%
Alimentos	58,9% (6)	–	41,1% (4)	100%
Fumo	93,7% (2)	–	6,3% (8)	100%

Tabela adaptada da fonte: *Visão*, fevereiro de 1973, p.68. Apud: Werner Baer, *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1979, p.283. Obs.: Entre parênteses o número de firmas.

René Dreifuss apresenta ainda um estudo de Richard Newfarmer e Williard Mueller para o *Subcommittee on Multinational Corporation do Committee on Foreign Relations* do Senado norte-americano, o qual salienta que a

“desnacionalização se interliga à concentração industrial já que as corporações multinacionais acham-se geralmente localizadas em mercados concentrados”¹⁵².

Diz o mesmo Dreifuss que “através de seu controle oligopolista do mercado” e por conta da sua capacidade de exercer forte pressão sobre o Governo, “as companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira”, além de estipularem a “forma de expansão capitalista nacional”.

Em outras palavras, de 1969 em diante, a economia nacional expandiria “de acordo com a estratégia de expansão do capital global”, chegando a extrair mesmo que tarde, em 1980, das mãos de alguns grupos de empresários, intelectuais e até mesmo de militares que discordavam dessa situação, como os generais Antonio Carlos de Andrada Serpa e Euler Bentes Monteiro, a assinatura de um manifesto intitulado “*Em defesa da nação ameaçada*”, o qual acusava o Governo de favorecer o processo de desnacionalização da economia brasileira¹⁵³.

Como escrevem os consultores em marketing e administração de empresas, James M. Hulbert & William K. Brandt, em 1980, as empresas multinacionais vinham ocupando desde o final da década de 50 uma posição cada vez mais importante nas esferas econômicas, sociais e políticas do mundo contemporâneo. Por causa disso, dizem estes dois autores, elas ficavam expostas a ataques e denúncias.

Entretanto, estes ataques e denúncias não se originavam somente de personalidades e entidades nacionalistas, esquerdistas ou terceiro-mundistas retrógradas, como muitos defensores do liberalismo econômico e da globalização poderiam alegar. Até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a engrossar, meses antes da posse de Ernesto Geisel como presidente do Brasil, as críticas feitas às multinacionais no sentido de que elas não tinham nenhum dever de obediência e compromissos com relação a qualquer Estado-nação em que elas operavam, ecoando casualmente o pensamento de Mário Pedrosa que considerava que as corporações multinacionais “não servem ao país onde instalam empresas filiais, não são realmente instrumentos de desenvolvimento econômico desses países”¹⁵⁴.

Assim está no texto, em inglês, do relatório ST/ECA/190 de 1973, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, intitulado “*Multinational Corporations in World Development*”:

“The divergence in objectives between nation-states and multinational corporations, compounded by social and cultural factors, often creates tensions. Multinational corporations, through a variety of options available to them, can encroach at times upon national sovereignty by undermining the ability of nation-states to pursue their national and international objectives. Moreover, there are conflicts of interest regarding participation in decision-making and the equitable division of benefits between multinational corporations and host and as well home countries. In recent years the situation has been sharpened, on the one hand by changes in the internal socio-political conditions of many countries, and on the other, by shifts in bargaining positions. As a result, existing arrangements are frequently questioned and new ones are sought”¹⁵⁵.

A situação de dominação das grandes firmas multinacionais sobre a economia brasileira veio a se mostrar mais crítica no setor das indústrias de máquinas e equipamentos, pois era ali que as matrizes das multinacionais estabeleciam nas décadas de 70 e 80 quotas de investimento e de produção para as suas subsidiárias plantadas nos países periféricos, chegando até a criar deliberadamente nelas uma elevada capacidade ociosa. Este fato ficou bastante evidente em 1974, quando o Brasil, para ampliar a capacidade instalada, chegou a importar até US\$ 4 bilhões em máquinas e equipamentos, somados aos US\$ 4,5 bilhões de insumos básicos, devido à política das matrizes de empresas multinacionais em não aumentar a produção de suas subsidiárias aqui instaladas, permitindo a estas transferirem artificialmente lucros às primeiras¹⁵⁶.

Celso Furtado elucida que esta situação de dominação dos cartéis multinacionais sobre as economias de países em desenvolvimento, em especial a dos países da América Latina, era resultante de programas de “ajuda” econômico-financeira formulados nas décadas de 50 e 60 por tecnocratas dos EUA, os quais preconizavam que cabia às grandes empresas privadas norte-americanas um “papel básico no desenvolvimento latino-americano”. Isso significava que as grandes empresas privadas norte-americanas cumpriam uma importante missão de política exterior, exercendo um controle dos sistemas econômico e político regionais e, por conseguinte, colocando num plano secundário os centros de decisão representados pelos Estados nacionais latino-americanos, pois, para Furtado, esses programas de ajuda econômica regional formulados nos EUA tendiam “a tornar obsoleta a idéia de nacionalidade como principal força política na América Latina”¹⁵⁷.

Esta análise de Furtado reforça a tese de que os planos econômicos favorecedores dos investidores estrangeiros, como aqueles constatados no Brasil de 1964 a 1985, não se coadunavam com a participação política de seu povo. Ao contrário, o que tendia a ocorrer nos regimes políticos que seguiam aquele tipo de orientação econômica era a desmobilização e alienação política da maioria de sua população, uma vez que os seus governantes entendiam que o adequado funcionamento da sociedade requeria apenas uma aliança entre poderosas frações da elite econômica nacional com o capital industrial-financeiro estrangeiro.

Consequentemente, ao escolher este caminho, o Brasil do regime autoritário-militar tinha sua autonomia política reduzida diante do fato de ter de transferir o centro de decisões para o exterior e de criar elos de dependência com os países centrais do mundo capitalista, elos estes que, por sua vez, acabavam criando condicionantes ao seu futuro progresso econômico. Em função da distância que ocorria neste tipo de regime entre a maioria dos cidadãos e os seus governantes, o país deixava então de utilizar um de seus valiosos ativos

econômicos, que é o apoio da massa de seu povo e a mobilização política do mesmo, caso viesse a demandar contrapartidas de conglomerados privados multinacionais e até de outros Estados nacionais. E sem isso, não havia como construir uma nação-potência.

II PND versus tripé econômico do regime

Não obstante se reconheça que o governo Geisel tenha se apercebido da gravidade do problema do persistente desequilíbrio comercial e do balanço de pagamentos deficitário do Brasil nos dez anos de vigência do regime autoritário-militar, vindo, então, a diminuir as importações de insumos e de bens industrializados acabados, bens de consumo e de capital, além de assumir também uma postura mais restritiva quanto à presença das empresas multinacionais em setores mais sensíveis da economia brasileira, mormente as de origem norte-americana, é preciso ponderar que tal postura estaria condicionada pelas ambiguidades estruturais do modelo econômico implantado após o golpe de abril de 64, as quais faziam persistir as estruturas básicas da dependência econômica do Brasil. É por esta razão que o programa econômico da administração Geisel é oscilante, ora empregando medidas de contenção de gastos do setor público, ora aumentando os investimentos do Estado com vistas a alongar o ritmo de crescimento econômico acelerado e intenso do período 1969-73. Era como se Geisel estivesse diante do dilema representado no seguinte trecho do poema *E agora José?*, escrito em 1942 por Carlos Drummond de Andrade: “E agora José? [...] você marcha, José! José, para onde?”

Seguindo o enfoque empregado pelo sociólogo Peter Evans, do Institute of International Studies da University of California, Berkeley, um dos elementos essenciais para se entender os limites da guinada ‘nacionalista’ do governo Geisel está nas engrenagens montadas pelo chamado *tripé do milagre econômico*¹⁵⁸.

Deve-se ter em conta que o II PND pode ser tido como um simulacro de nacionalismo pelo fato de ater-se às resoluções dos liames de dependência econômico-financeira com a maior potência do mundo capitalista, não tendo, portanto, implicações diretas com a acumulação interna de capital industrial e, destarte, a redistribuição interna dos benefícios desta acumulação, o que reflete a distância do penúltimo governo do regime autoritário-militar ante as carências e reivindicações de amplos segmentos populares e de parte das classes produtoras nacionais, à semelhança dos demais governos deste período de nossa história política.

Os notórios atritos do Brasil com os EUA durante os anos 1974-78 e a obrigatória postura soberana adotada pelo governo Geisel naquela ocasião tende a levar a interpretações de que o mesmo assumia tal postura como regra ante aos outros polos de poder do mundo capitalista, vindo a se constituir num elemento fora da curva do padrão do modelo econômico preponderante no regime instaurado em abril de 1964. Contudo, os fatos mostram o protecionismo comercial dos norte-americanos, a queda dos fluxos financeiros e comerciais dos EUA em relação ao Brasil, a recusa daquele país em fornecer os recursos financeiros ou transferir para nós tecnologia de ponta, necessários para que pudéssemos nos desenvolver completamente em áreas sensíveis como as da energia nuclear, da petroquímica e a da indústria de bens de capital. Sabe-se, também que os EUA vinham perdendo prestígio diplomático e parte de seu poderio econômico e financeiro mundial por força de seus crescentes *deficits* público e comercial, decorrentes dos gastos com a Guerra do Vietnã e do aumento da concorrência internacional imposta por Japão, Alemanha e França. Diante deste cenário, o governo Geisel opta por costurar mais acordos tecnológicos e econômico-financeiros com os governos e empresas nipônicas e européias, as quais, dispondo então de *euromonedas* de forma abundante, em decorrência do excesso de petrodólares depositados nos bancos da Europa ocidental, apareciam como opção para o Brasil não só continuar mantendo o crescimento de sua economia em níveis elevados, como também ter acesso a tecnologias complexas para poder, enfim, aprofundar o seu desenvolvimento industrial. Este procedimento, entretanto, ainda implicava amplo recurso ao crédito internacional, negociado naquele momento a juros flutuantes, o que significava maior endividamento externo, o qual por sua vez, continuaria deixando o país sujeito às exigências do capital financeiro internacional, fosse ele estadunidense, europeu ou japonês. Vem daí, por exemplo, uma maior participação dos japoneses no pólo petroquímico brasileiro, obtendo vantagens na concorrência para a instalação do complexo de Camaçari (BA), que começou a operar em 1978, assim como o aval dado à política de expansão econômica acelerada do governo Geisel pelo Banco Francês e Italiano para a América Latina (Sudameris), filial do Crédit Lyonnais¹⁵⁹.

A simulação nacionalista do governo Geisel não conseguiria, portanto, diminuir o atraso industrial do país, o seu desequilíbrio comercial e financeiro, nem tampouco o passivo externo do Estado, ficando assim sem vigor para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas nacionais a uma dimensão capaz de retirar do capital industrial-financeiro estrangeiro a posição de vanguarda na economia brasileira. O resultado final foi que não se diminuiu a vulnerabilidade do país a fatores externos, às interferências das instituições financeiras internacionais, à influência política dos conglomerados multinacionais sobre o

Estado brasileiro. E este, tampouco teve a capacidade de efetivamente dirigir o processo de acumulação industrial interna devido à interferência do capital estrangeiro na formação total de capital do país.

Ao defender a política de endividamento externo de seu governo, no já mencionado depoimento dado em 1994, Geisel acaba revelando que ele não demonstrou nenhum embaraço em seguir o receituário determinado pelos financistas dos governos dos países capitalistas centrais e dos organismos financeiros internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Clube de Paris, ficando longe de se contrapor aos mesmos. Isso indicava que Geisel, tido como o mais nacionalista dos governos do regime pós-64, ainda encontrava naquelas entidades do Primeiro Mundo a principal base de apoio ao regime. Mesmo que o país estivesse em sérias dificuldades econômico-financeiras e passasse a ser pressionado por aquelas organizações internacionais para, entre outras coisas, não suspender o pagamento dos serviços da dívida externa, Geisel demonstrara conformismo e, por implicação, uma restrição à autonomia política do Brasil, condenando qualquer tipo de ruptura com estes polos de poder mundial, ao dizer que

“Durante todo o meu governo, esse malfadado FMI, que todo mundo condena desde o Juscelino, vinha ao Brasil, examinava as nossas contas e no fim emitia um parecer sempre favorável. Durante todos os cinco anos do meu governo, os pareceres do FMI sempre foram assim. Não sou muito favorável a que venham bisbilhotar nossas contas, mas enfim, como dependemos do FMI nos créditos que ele nos concede, ele passa a ter o direito de vir aqui e proceder ao seu exame. Não gosto disso, mas não vou ao ponto do Juscelino de romper com o FMI, o que me parece uma burrice inominável, pois é do interesse do Brasil manter o necessário relacionamento¹⁶⁰”.

O motivo do Estado brasileiro sob a administração do general Geisel não ter conseguido fazer, apesar de ter pretendido, com que o capital estrangeiro se adaptasse às necessidades de acumulação industrial local, está, insiste Evans, no mecanismo de aliança e dependência criado pelo tripé do milagre econômico, que se constituía no pilar de sustentação do modelo de desenvolvimento seguido pelo regime autoritário-militar e que era composto pelas: i) filiais de empresas multinacionais, que atuavam como o dínamo, a vanguarda da economia brasileira, negando-se, em especial aquelas do setor de bens de consumo duráveis, a se associar com empresas nacionais, privadas ou estatais; ii) grandes empresas privadas nacionais associadas às primeiras empresas no sentido de, como já tratamos no *capítulo 1*,

fornecer-lhes serviços de revenda, algumas peças, componentes e matérias-primas, contentando-se, com isso, a exercerem um papel coadjuvante, não investindo em tecnologia para adentrarem em novos segmentos industriais, de ponta, semelhantes aos dos países desenvolvidos; iii) empresas estatais, provedoras de serviços de infraestrutura e de insumos básicos para os dois primeiros grupos de empresas.

Referindo-se aos estudos de Cardoso e Faletto¹⁶¹, Evans diz que sob o mecanismo do que ele chama de “*tríplice aliança*”, houve uma certa acumulação industrial local, fazendo com que os ativos das empresas privadas brasileiras associadas ao capital estrangeiro crescessem no período do milagre econômico. Todavia, ele também revela que o mesmo mecanismo estabelecido pela *tríplice aliança* foi sumamente rentável às empresas transnacionais, pois se o Brasil fazia aumentar as exportações de produtos industrializados, coisa que era fundamental para a eficiência do modelo econômico do regime, estas exportações estavam determinadas pelas transnacionais, em especial as norte-americanas, que inseriam o país num círculo vicioso de aprofundamento do modelo de industrialização periférica-dependente e a importação cada vez mais elevada de bens de capital e de produção. Ele assegura o que diz, mostrando que:

“la mayoría de los cálculos muestra que las tasas de ganancia para las filiales brasileñas son por lo menos 50% más altas que las tasas de ganancia para las grandes corporaciones manufactureras dentro de los Estados Unidos. A fines de los años sesenta y principios de los setenta el Brasil representó para las transnacionales un rentable campo de expansión en momentos en que las economías desarrolladas no estaban creciendo rápidamente. Los incentivos fiscales y un impresionante crecimiento del mercado tanto para bienes de consumo durables como para bienes de producción hacían atractivo al Brasil. También influyeron los estrictos controles sobre la fuerza de trabajo y el relativamente predecible y accesible aparato estatal”¹⁶².

Constata-se, então, que a tentativa de Geisel em diminuir a vulnerabilidade da economia brasileira aos fatores exógenos, procurando, no plano externo, promover uma redefinição dos termos e das relações de dependência para com os países capitalistas centrais, em especial com os EUA, acabava esbarrando, internamente, com condicionantes estruturais do modelo econômico prevalecente no Brasil durante o regime autoritário-militar. A mesma constatação vale para a tentativa de Geisel em tornar autônoma a indústria de base brasileira, pois ela acabaria esbarrando nos limites das formas de relação comercial e econômico-

financeira do Brasil com os países capitalistas centrais. Por mais que a industrialização avançasse no Brasil, mais se aprofundava o problema das contas externas deficitárias, o que não proporcionava ao país a internalização do processo de acumulação industrial.

Como temos enfatizado, a natureza do modelo de desenvolvimento industrial seguido pelo regime era notadamente voltado para o consumo dos bens duráveis no mercado interno, que era altamente concentrado nos poucos segmentos abastados da sociedade brasileira. Além do mais, pelo fato destes bens serem majoritariamente produzidos por indústrias estrangeiras, nem mesmo a sua inclusão na nossa pauta de exportação viria proporcionar ao país o acúmulo de divisas fortes. Isso porque a tecnologia envolvida na produção e inovação daqueles bens manufaturados não nos pertencia e nem tornava o país habilitado a desenvolver tecnologia própria. Ficava então complicado para o Governo tentar superar os entraves apresentados no segmento mais dinâmico do setor industrial, principalmente quando ocorre a estagnação do mercado internacional que provoca inclusive a baixa nos preços de matérias-primas e de produtos primários, tanto os de base agrícola quanto os de não-agrícola, ainda relevantes na nossa pauta de exportações durante o período abordado.

Logo, não havia como escapar de um círculo vicioso gerado pela preeminência do desempenho do Departamento III no nosso setor industrial, notório na opção de desenvolvimento econômico dos governos militares. Francisco de Oliveira explicou esta situação da seguinte forma:

“Mas, sem nenhuma dúvida, a própria performance de expansão do Departamento III recriou e criou novas e potentes desproporcionalidades, que constituem agora a esfinge da expansão da economia nacional. Em primeiro lugar, a expansão do Departamento III, já em si mesma um sinal de concentração de renda, levou essa concentração a um ponto em que a expansão do Departamento II da economia – o da produção de bens de consumo não duráveis – passa a depender, de novo, da exportação de produtos agropecuários”¹⁶³.

Enfim, o problema central da economia brasileira em meados da década de 70 era que a produção e exportação dos produtos industrializados, vale dizer bens de consumo duráveis e até de alguns semiduráveis, estavam atadas à *importação intensiva* de matérias-primas, de equipamentos e de componentes essenciais à fabricação daqueles produtos. Assim, tanto a sustentação do crescimento do consumo interno de bens de alto valor, da própria estrutura industrial e, por conseguinte, de todo o sistema produtivo brasileiro, como também a

viabilidade do país em obter superávites em sua conta corrente através do aumento das exportações de produtos manufaturados de base não-agrícola, visando equilibrar assim suas contas externas, estavam em muito condicionadas à exportação destes produtos. Esta, por sua vez, dependia da importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais dos países capitalistas centrais. E como as empresas multinacionais com sede nos países do Primeiro Mundo detinham a hegemonia nos setores mais dinâmicos, lucrativos e tecnologicamente mais avançados da economia brasileira, eram os seus *headquarters* e as contas de seus países de origem que mais se beneficiavam, pois ao transferirem para o Brasil plantas industriais, os países capitalistas centrais criavam aqui para suas empresas multinacionais um promissor mercado para maquinaria importada e serviços de assistência técnica.

Evans assinala que no Brasil de 1967 a 1974 a importação de bens de capital só aumentou, tornando então mais agudos os problemas de desequilíbrio externo do país. Evans chega inclusive a citar um estudo patrocinado pelo Departamento de Comércio dos EUA, que calculava que as exportações de têxteis do Brasil, de US\$ 145 milhões em 1972, haviam sido quase iguais às importações de maquinaria têxtil, as quais chegaram a alcançar US\$ 115 milhões.

Se olharmos para a constituição da dívida externa brasileira de 1970 a 1980, veremos que esta lógica embaraçosa, subjacente ao modelo econômico do regime autoritário-militar, se confirma, pois o item referente ao *Financiamento de Importações* cresce vertiginosamente, em especial de 1974 em diante, tal como mostra a tabela abaixo:

Tabela 14

(a) Endividamento externo em dólares – 1970-80										
Financiamento de importações										
(US\$ 1 000 000)										
1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1.709,3	2.201,5	2.783,8	3.486,8	4.741,3	5.464,0	6.577,6	8.422,3	10.829,8	11.571,7	12.108,2

Nota-se que este componente do endividamento externo brasileiro, referente à cobertura aos financiamentos de importações, sextuplica no período decenal da década de 70. Se compararmos com um decênio antecedente, que vai de 1956, início do governo Juscelino Kubitschek, até 1966, dois anos após o Golpe militar, veremos, na tabela da próxima página,

que no primeiro o ritmo do crescimento da dívida externa é menos acelerado e o seu montante, no máximo, duplica, tal como veremos noutra tabela que a antecede, logo abaixo. Isso talvez sugere que, até 1964, quando o índice de financiamento para importações foi de US\$ 1.784 milhões, o Estado brasileiro tinha mais autonomia para gerir e regular a economia, que o crescimento econômico do Brasil contava mais com recursos internos e que a indústria nacional tinha uma participação maior no conjunto da estrutura industrial brasileira e até mesmo na cadeia produtiva dos segmentos mais dinâmicos, produtores de bens de consumo duráveis, de propriedade estrangeira. Vejamos então o que retrata a correspondente tabela:

Tabela 14.1

(b) Endividamento externo em dólares – 1956-66										
Financiamento de importações										
(US\$ 1 000 000)										
1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
920	824	1.186	1.497	1.633	1.618	1.671	1.703	1.784	2.126	2.800

Ambas as tabelas (14 e 14.1) foram adaptadas da fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, pp.543-44. Obs.: não há dados disponíveis na tabela original dos anos de 1967 e 1968. Cumpre assinalar, também, que em 1985 o montante dos financiamentos de importações atingira a casa dos US\$ 22.630,0 milhões.

O mais interessante de tudo, é que, apesar do decênio 1956-66 ter apresentado índices de financiamento de importações comparativamente menores do que o período 1970-80, isso não fez com que o PIB brasileiro crescesse menos. O que ocorreu foi exatamente o contrário, como se pode ver na tabela da página seguinte, formulada por Ricardo Ffrench-Davis, Oscar Muñoz e José Gabriel Palma:

Tabela 14.2

AMÉRICA LATINA: AUMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB),
1950-1981^a (TAXAS COMPOSTAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL)

	1950-1960	1960-1973	1973-1981
Brasil	6,8	7,5	5,5

^a Os números referentes às décadas de 1950 e 1960 são medidos em dólares de 1970 e os referentes a 1970-1981 em dólares de 1980.

Tabela adaptada da fonte: Ricardo Ffrench-Davis, Oscar Muñoz e José Gabriel Palma, “As Economias Latino-Americanas, 1950-1990. Capítulo 3 do livro *História da América Latina – Volume VI – A América Latina após 1930*, organizado por Leslie Bethell. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2005, pg. 163. Fonte dos autores: Dados da Divisão Estatística da CEPAL.

Além do mais, a elasticidade da indústria de transformação brasileira em relação ao PIB foi muito maior entre 1950 e 1965 do que entre 1965 e 1980, como se pode ver nesta outra tabela:

Tabela 15

Elasticidade da indústria de transformação brasileira em relação ao PIB – 1950-1980

1950- 1955	1955- 1960	1960- 1965	1965- 1970	1970- 1975	1975 1980
1.20	1.49	0.82	1.32	1.03	1.08

Tabela adaptada da fonte: Statistical Yearbook for Latin América da Economic Commission for Latin America - United Nations. Ano: 1988 – Parte II: Economic Growth - Quadro 66: Industrialization, p.143.

Outros dados que corroboram o nosso ponto de vista são fornecidos por Bresser Pereira, que mostra que a taxa média de crescimento industrial no Brasil havia atingido 11% ao ano entre 1956 e 1961. Além disso, o Brasil assistiu a uma “drástica redução do coeficiente de importações, que baixou de 12,6% no período 50-54 para 8,6% no período 55-61”. E isso se deu não obstante tenha havido um afluxo maciço de capitais estrangeiros para o nosso setor manufatureiro, notoriamente no segmento automobilístico, tendo ele participado ativamente do desenvolvimento industrial do Brasil no referido período. Mas, para Bresser Pereira, o aspecto mais significativo daquele processo de crescimento industrial acelerado no Brasil dos anos 1955-1961, foi não apenas o notável desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis, como também o da indústria de bens de capital.

Assim elucida Bresser Pereira:

“O Brasil já atingira um relativo grau de autosuficiência global, dado seu baixo coeficiente de importações (relação das importações sobre o produto bruto interno), o qual em 60 era de apenas 5,7%, começa nesse período a tornar-se independente em um setor fundamental: o da produção de equipamentos. Segundo estudo realizado pela CEPAL, o desenvolvimento da indústria de máquinas-ferramentas nesse período foi extraordinário, atingindo a taxa de 14,7% ao ano entre 55 e 61. [...]. Por outro lado, a participação das importações na oferta de equipamentos, que em 1949 era de 52,7%, baixou para 32,8% em 58. Em outras palavras, 67,2% da oferta em cruzeiros de equipamentos para a industrialização do país, em 1958, era feita pela indústria nacional”¹⁶⁴.

Cruz (1995: 149-155) também apresenta dados que confirmam que os períodos de grande expansão da indústria de bens de capital no Brasil ocorrem entre 1933 e 1959 e, referindo-se a uma amostra sobre a época da fundação destas empresas, tem-se que “das 82 empresas de capital nacional constantes da amostra, 60 (ou 73%) haviam sido fundadas antes de 1950, 36 (ou 43%) antes de 1940”, épocas de predomínio de governos nacionalistas populares. Isto quer dizer que, nas próprias palavras de Cruz, em 1970, já existia no Brasil “grandes e sólidos grupos privados nacionais” no setor de bens de capital, não tendo sido, portanto, a construção deste mesmo setor obra dos governos do regime ditatorial pós-64.

Depois que essa equação ia se invertendo em favor das empresas multinacionais conforme se consolidava o modelo econômico do regime pós-64, é evidente que, para Evans, na década de 70 começou a haver colisões entre as empresas nacionais e transnacionais que compunham o núcleo do *tripé do milagre econômico*. Por exemplo, havia exigências de compartilhamento do controle das operações das multinacionais com as empresas estatais e privadas brasileiras, formação de *joint ventures*, transferência de tecnologia, maior oferta de equipamentos das empresas nacionais de bens de capital para as estatais, multinacionais e etc. Havia, inclusive, como veremos com mais detalhes no *capítulo 4*, a exigência de políticas francamente protecionistas por parte de certas lideranças empresariais do segmento das indústrias de bens de capital. Mas a importância do tripé havia alcançado tamanha proporção que os conflitos não podiam levar uma das partes à morte, visto que elas tinham interesses comuns por serem co-partícipes de uma engrenagem que lhes trazia vantagens mútuas, mas sem dúvida muito mais vantajosas para as transnacionais. Controvérsias à parte, os interesses

comuns e os mecanismos de colaboração entre o Estado brasileiro, os oligopólios multinacionais e as empresas privadas nacionais expostas tanto ao capital quanto aos mercados externos, deveriam prevalecer, mantendo de pé o *tripé* que sustentava o modelo de crescimento econômico seguido pelos governos militares, o qual, por seu turno, era o ingrediente que deu a eles uma certa legitimidade enquanto funcionou.

Tanto o ‘nacionalismo’ quanto a ‘política de substituição de importações’ do governo Geisel foram restritas. E se não tivessem sido assim, o Brasil deixaria de ser atraente ao capital externo, tanto o industrial, produtivo, quanto o financeiro, especulativo, o que poderia afetar até mesmo o intento do governo Geisel de construir grandes obras e de expandir as indústrias nacionais de mineração, de siderurgia e de bens de capital, pois estas iniciativas não se concretizariam caso o FINAME não tivesse obtido empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e também por bancos privados ingleses, americanos, japoneses e alemães, os quais, como já vimos, acabaram exigindo a participação de empresas estrangeiras na venda de seus equipamentos para empresas privadas e estatais brasileiras em 1975 e 1976.

A restrição à inclinação ‘nacionalista’, ‘protecionista’ ou ‘autonomista’ do governo Geisel provinha, portanto, da própria natureza do modelo econômico do regime autoritário-militar, excessivamente dependente de fundos, equipamentos, máquinas e de tecnologia estrangeiras, notadamente dos EUA, apesar do governo em tela ter sido obrigado a diversificar a dependência. Quem melhor definiu, em março de 1977, este tipo de nacionalismo exibido pelo governo Geisel foi Walder de Góes, pois segundo ele

“O nacionalismo brasileiro, na forma em que agora se apresenta, parece ter evoluído da tese da afirmação dos interesses nacionais por oposição aos interesses estrangeiros. Ao longo da integração do Brasil no sistema ocidental, o nacionalismo terá perdido sua marca autóctone e assumido a forma nova de procura do poder através da diversificação de dependência e da paulatina autonomia em suprimentos estratégicos”¹⁶⁵.

Se em algumas ocasiões, a circunstancial estratégia ‘nacionalista’ adotada pelo governo Geisel no terreno da política econômica permitiu que o Brasil desfrutasse, por exemplo, de algum poder de barganha com empresas multinacionais norte-americanas do ramo da computação, no quesito referente à transferência de tecnologia e à participação de indústrias nacionais neste mercado (como foi o caso da reserva de mercado instituída na área da informática), noutras ocasiões, no tocante às outras empresas dos EUA que operavam em

outros segmentos do mercado nacional, o Estado brasileiro continuou com poder reduzido no que diz respeito ao controle de suas operações. Um caso emblemático foi o da Dow Chemical, presidida pelo general Golbery do Couto e Silva de 1968 a 1973, a qual tinha conseguido desenvolver suas atividades no Brasil sobre uma base de propriedade total, mantendo o monopólio na utilização de tecnologia totalmente importada, o total controle sobre seus ativos e, enfim, continuando a granjear as maiores taxas de lucro, como muitas das outras empresas multinacionais de tecnologia intensiva instaladas aqui no Brasil*.

Além do mais, é pertinente supor que, no que toca o desenvolvimento industrial brasileiro durante o regime autoritário-militar, não teria existido nenhum projeto pré-estabelecido de autonomização frente os EUA até março de 1974, nem mesmo no segmento da indústria nuclear. Afinal de contas, o programa nuclear dos governos militares estava, desde 1965, bastante atrelado a acordos com empresas norte-americanas, tal como a Westinghouse que, com base num contrato firmado com o governo brasileiro em 1972, ficaria encarregada de vender os reatores e o urânio enriquecido, mas não a transferência de tecnologia para o domínio completo do ciclo do combustível nuclear. Só depois que a Casa Branca e o Congresso norte-americano recusaram-se a colaborar efetivamente com o projeto nuclear brasileiro é que se pode falar em deliberações autonômicas da parte do governo Geisel neste terreno. Isso pode ser fundamentado no seguinte fato narrado por Vizentini,

“Em 1972, a Westinghouse Eletric conclui contrato para a conclusão de uma usina nuclear em Angra dos Reis, com base na garantia de que os Estados Unidos forneceriam o abastecimento de urânio enriquecido. Em março de 1974, contudo, a Atomic Energy Commission colocou sob ressalva os contratos para abastecimento de 45 reatores estrangeiros, inclusive o comprado à Westinghouse pelo Brasil, irritando Geisel, que passou a sondar outros países”¹⁶⁶.

O que Evans nota como importante nas questões que envolviam o relacionamento do Estado brasileiro com as empresas multinacionais norte-americanas durante o governo Geisel, é que as pressões deste sobre aquelas variavam conforme as flutuações no ambiente político nacional e internacional. E, mais importante ainda, conforme o agravamento do problema gerado pelos desequilíbrios da balança comercial e de pagamentos do Brasil, problema este que naquela altura dos acontecimentos já era gravíssimo. Essa crise econômica de ordem estrutural indicava que os instrumentos regulatórios de que o Governo Geisel poderia dispor para controlar a atuação das empresas multinacionais eram limitados. E é nesta parte que

Evans nos oferece alguns dados concretos referentes à situação comercial brasileira de então, deixando claro o quão frágil era o modelo de desenvolvimento econômico acelerado e dependente do regime autoritário-militar e o quão vantajoso eram para as empresas multinacionais e seus países de origem as engrenagens do tripé do milagre econômico brasileiro.

Tendo como fonte a Organização das Nações Unidas (*Yearbook of International Trade Statistics*, vol. 1, 1974, *Trade by Country*, New York, 1976), Evans apresenta dados que mostram que ainda depois da crise do petróleo de 1973, a fonte principal dos problemas da balança de comércio do Brasil continuava sendo as suas relações com os países do Primeiro Mundo. Num dos quadros apresentados por Evans, pode-se ver que em 1974 o Brasil mantinha *deficits* comerciais “muito grandes” com todos os países do Primeiro Mundo, importando deles US\$ 9.576,00 milhões e exportando para os mesmos US\$ 5.618,00 milhões, defrontando-se então com um *deficit* da ordem de US\$ 3.558,00 milhões. Com relação às mais poderosas economias do mundo capitalista – Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental – o Brasil importava deles US\$ 6.445,00 milhões e exportava para eles US\$ 2.862,00 milhões, tolerando só com estes três países desenvolvidos um *deficit* comercial de US\$ 3.583,00 milhões.

A degradação do intercâmbio comercial do Brasil com os países do Primeiro Mundo era, pois, notório no primeiro ano do governo Geisel. E a mesma situação continuaria nos anos seguintes, uma vez que, de acordo com dados recolhidos por Vizontini, nos primeiros meses de 1976, o Brasil mantinha um *deficit* comercial de US\$ 6.648,00 milhões com a América do Norte. Com a Associação Européia de Livre Comércio, o *deficit* brasileiro era de US\$ 5 milhões e com a Ásia, excluída a China, o *deficit* ficava em US\$ 8 milhões¹⁶⁷.

Evans nota, porém, que havia então um dado importante no quadro das exportações do Brasil: a presença cada vez mais crescente de produtos industrializados em sua pauta, dado este que acabava por amainar um pouco o problema gerado pelos enormes *deficits* comerciais com os países do Primeiro Mundo.

Entretanto, os economistas Pedro Malan & José Alfredo da Luz ressaltam que apesar das indústrias de bens de consumo duráveis terem se desenvolvido bastante já em meados da década de 70, o mesmo não acontecia com a indústria de bens de capital, cujo desenvolvimento era desproporcional. Malan e Luz mostram que o percentual de importação de bens de capital e de matérias-primas industriais chegou a atingir em 1974 surpreendentes taxas de 47,5% e 39,6% respectivamente. Além disso, até mesmo a importação de bens de consumo duráveis se avolumou consideravelmente, atingindo a taxa de 34,3% no mesmo ano.

Para estes dois autores, só foi possível ao Brasil importar na época estes produtos com tamanha intensidade devido a um grande endividamento externo. Sendo assim, mesmo que os sucessivos aumentos do petróleo entre 1973 e 1976 tenham contribuído para o aumento do *deficit* comercial brasileiro, Malan e Luz advertem que não se deve sobreenfatizar o problema do óleo cru para se explicar a crise econômica que o Brasil passou a enfrentar de forma sistemática a partir de então, indicando assim que o problema era muito mais estrutural e endógeno do que conjuntural e exógeno (tendo a ver com o limite da capacidade ociosa a que chegara o parque industrial nacional já instalado e com o alto investimento direto que o Estado vinha fazendo e teria de continuar a fazer em setores produtivos voltados principalmente à exportação). Em síntese, é evidente que as crises do petróleo da década de 70 agravaram os problemas econômico-financeiros do Brasil, mas não podem ser tidos como a sua causa original^{168a}.

Outro dado a ser ressaltado nesse quadro todo referente as nossas relações comerciais com os países do Primeiro Mundo nos meados da década de 70, é que embora as exportações para os EUA tivessem aumentado, o Brasil passava a se defrontar com políticas protecionistas daquela superpotência capitalista, as quais restringiam as exportações de aço, de motores para automóveis, de sapatos, bolsas de couro, café solúvel e outros produtos brasileiros industrializados e semi-industrializados para o mercado norte-americano^{168b}.

Chegava então a hora dos militares que haviam tomado o poder em 1964 reverem a sua aliança preferencial com os EUA e as bases da dependência econômica e político-diplomática dela resultante, dependência esta que vinha deixando a balança comercial do Brasil ininterruptamente no vermelho por 10 anos, se considerarmos o período que vai de 1966 a 1975. Contudo, se forem incluídos todos os anos do governo Geisel, mais o primeiro ano do governo Figueiredo, o contínuo *deficit* comercial do Brasil com os EUA aumenta para 15 anos, tal como mostra a tabela da página que segue:

Tabela 16

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – EUA – 1966-1980		
(US\$ 1000)		
ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1966	581 394	589 952
1967	547 589	572 258
1968	626 996	684 504
1969	609 757	681 971
1970	676 058	918 108
1971	759 965	1 063 995
1972	931 233	1 339 329
1973	1 122 387	2 004 552
1974	1 737 109	3 434 462
1975	1 337 327	3 386 534
1976	1 842 943	3 110 902
1977	2 148 943	2 631 362
1978	2 869 272	3 182 281
1979	2 940 979	3 628 831
1980	3 509 577	4 629 554

Tabela adaptada da fonte: *Tabela 11.4 - Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.532.

É conveniente observar que, naquela altura do campeonato, a percepção de segurança nacional de amplos segmentos da elite militar brasileira ficava cada vez mais atrelada à necessidade do país trilhar um desenvolvimento econômico o mais autônomo possível e autosustentado, necessitando reduzir então a dependência externa no que se referia tanto ao abastecimento de insumos industriais básicos quanto à absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas civis e militares, ainda mais quando aquela dependência convergia para um só país capitalista desenvolvido.

É daí que se impôs a Geisel uma política externa mais autônoma. Esta acabaria por vir a ser denominada de “pragmatismo responsável”, para não dizer *pragmatismo conservador*, voltado para a defesa dos interesses nacionais, mas que pode ser interpretado como uma política autônoma contida. Contida com relação aos próprios Estados Unidos, com os quais os pontos de atrito se intensificavam, mas que era necessário estabelecer cuidadosas negociações para se evitar maiores constrangimentos. E isso porque as necessidades financeiras do Estado brasileiro e o crescimento da economia do país estavam por demais condicionados pela necessidade de financiamento externo em decorrência da crise do petróleo de 1973, bem como pelo modelo fincado na *tríplice aliança*, que, para se manter, na época mirava cada vez mais o mercado externo. É por estas razões que Geisel não podia deixar de contar com o apoio do capital industrial-financeiro norte-americano, já que, segundo Evans, a inversão de origem norte-americana no Brasil ainda representava na época três vezes mais do que, por exemplo, as inversões da Alemanha ou do Japão, além do mercado dos EUA ser ainda responsável pela absorção de cerca 22% de nossas exportações.

No plano da política interna, Geisel não tinha condições de realizar um novo pacto entre as diversas classes e frações de classes da sociedade brasileira, buscando atender os interesses e necessidades da maioria dos diferentes setores e subsetores econômicos nacionais para, em nome deles, procurar exercer, como diria Mário Pedrosa, o “negaceio bonapartista interimperialista”¹⁶⁹, tal como havia procurado fazer Vargas entre 1937-39.

A propósito, para evitar que isso de fato ocorresse, para evitar enfim que as autênticas pressões nacionalistas fossem contínuas e exacerbadas a ponto de acabarem saindo de seu controle, podendo causar o desmonte do *tripé do milagre* e passando para as mãos das forças políticas civis e militares oposicionistas que estivessem então refletindo autenticamente os reais interesses nacionais, Geisel centraliza ainda mais o poder em suas mãos, cria novas autarquias e aumenta a participação delas na economia. Teria, porém, feito tudo isso para preservar o *tripé*, porque sabia que o mesmo era vital para a continuidade do crescimento econômico nos moldes do modelo que ele e seus colegas de farda escolheram seguir depois

que tomaram o poder em abril de 1964. Geisel pretendia manter o crescimento econômico do Brasil no período de 1974 a 1978 em índices semelhantes aos anos anteriores à crise do petróleo de 1973, tendo entretanto que recorrer a mais empréstimos de capital externo, em grande parte provenientes do mercado de petrodólares nos EUA e Europa ocidental, onde havia ampla liquidez, naquela altura mais por conta dos excedentes da OPEP.

Só que ao agir desta maneira, paradoxalmente, Geisel, além de fortalecer a posição das transnacionais no tripé econômico do regime, também estreitava ainda mais a economia brasileira aos organismos financeiros internacionais e às políticas monetárias e fiscais dos países do Primeiro Mundo. Com efeito, como salienta o economista da FGV/RJ, Alkimar R. Moura, o Brasil ficava diante de uma situação em que

“o total dos débitos junto aos bancos internacionais privados, que havia alcançado US\$ 9,8 bilhões em dezembro de 1973, subiu para US\$ 35,1 bilhões em fins de 1978. Neste último ano, a dívida contraída junto às instituições financeiras privadas já representava cerca de 68% da dívida externa brasileira”¹⁷⁰.

Não obstante deva-se reconhecer que as políticas estruturantes contidas no II PND tenham surtido efeitos positivos no sentido de fazer com que o Brasil passasse a ter superávites ininterruptos na sua balança comercial a partir de 1981, permanecendo nessa situação até 1994, o mesmo não aconteceu com o saldo final do Balanço de Pagamentos no mesmo período, pois a amortização dos empréstimos da dívida externa que estavam vencendo e o pagamento dos juros devidos, bem como o pagamento total de serviços das transações comerciais davam resultados globais negativos na Conta Corrente do país, fazendo com que o seu Débito Bruto só aumentasse¹⁷¹.

Ante tudo o que expusemos aqui, concluiremos esta seção afirmando que sob o governo de Ernesto Geisel o Brasil tinha mais uma vez o seu Poder Nacional limitado, atravancando assim o seu caminho em direção ao Primeiro Mundo e à esfera das grandes potências.

O modo de inserção do Brasil no capitalismo mundial em comparação com os modelos indiano e finlandês

“Trata-se de uma corrida desenfreada contra o relógio entre o desenvolvimento e a pobreza, a resignação e o ressentimento. Daí uma doutrina que repousa neste simples silogismo: tudo o que concorre para o crescimento é bom para o Brasil; o capital estrangeiro o aumenta, logo o capital estrangeiro é benéfico”.

(Alain Vernay, *Brésil: la passion du développement l'emporte sur la défiance envers les investissements étrangers. Le Figaro*, Paris, 16-17 setembro, 1972, p.7. Apud: Georges-André Fiechter, *O Regime Modernizador do Brasil: 1964/1972*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p.297)

De acordo com alguns sociólogos e economistas, o modelo de crescimento econômico adotado pelos governos militares a partir de abril de 1964 conseguiu se demonstrar dinâmico a ponto de ter proporcionado ao Brasil um considerável crescimento econômico, com a ampliação de sua base industrial e a construção de uma economia de mercado mais diversificada, tornando-o capaz de incluir até produtos manufaturados em suas pautas de exportação (como, por exemplo, aviões montados pela EMBRAER). Entretanto, há de se constatar também que o país apresentou resultados que indicam que não houve investimento suficiente em setores industriais básicos, propriamente nacionais (tanto nos de bens de capital e de produção quanto nos de bens de consumo duráveis e não duráveis que permaneciam destituídos de autonomia tecnológica), os quais poderiam ter estimulado um desenvolvimento mesmo que lento, porém mais autônomo, endógeno e continuado, mais qualitativo e autosustentado. Além disso, de meados da década de 80 até a metade da primeira década do ano 2000, igualmente se verificava que o Brasil parecia não conseguir livrar-se de uma camisa-de-força que o impedia de crescer (tanto por razões econômicas estruturais de média e longa duração, quanto por razões circunstanciais de ordem política), deixando-o não só muito vulnerável às oscilações das economias dos países centrais do mundo capitalista, como também ainda subordinado ao fluxo de recursos externos provenientes destes países, sejam estes recursos produtivos ou especulativos.

Esta camisa-de-força decorre do legado da política de crescimento econômico do regime autoritário-militar amparado num alto endividamento externo, o qual fez com que o Brasil passasse, a partir de 1981, a se endividar cada vez mais para quase exclusivamente pagar os juros desta dívida. Mas decorre também, como foi aludido acima, do desequilíbrio produtivo interno causado pela baixa proporção de bens de capital oferecida pelos produtores nacionais no processo de crescimento do país durante o *boom* do final dos anos 60 e início da década de 70 e, depois, na chamada marcha forçada de crescimento de 1974 a 1979. Mesmo

tendo o Brasil chegado no final desta década com uma indústria de bens de capital encorpada, a proporção destes bens importados no total das importações subiu de 19% em 1980, para 29% em 1988. Havia então aí um problema de ordem estrutural de longo prazo que foi trazido à tona de forma dramática pelas crises, tanto internas quanto externas, dos anos 80, uma vez que a produção industrial brasileira caiu quase dezesseis por cento entre 1980 e 1983¹⁷².

Ao destacarmos esta discussão referente aos saltos quantitativos e ao aspecto qualitativo do desenvolvimento industrial brasileiro no período da ditadura militar, é preciso frisar que, embora seja pertinente compararmos o desenvolvimento industrial obtido pelo Brasil no período que vai de 1964 a 1984 com o desenvolvimento conseguido por países da América Latina que tiveram quase que a mesma experiência histórica de exploração colonial e neocolonial que a sua, tais como Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela ou México – como fizemos quando nos referimos ao tema do investimento em educação neste *capítulo 2* – o nosso trabalho não pretende uma discussão sob esta perspectiva. Se o projeto dos dirigentes do regime autoritário-militar brasileiro era o de transformar o país numa potência mundial, nós temos que ter como exemplo os países que, embora retardatários, foram bem sucedidos nos seus processos de industrialização acelerada, tais como Alemanha, Japão e os próprios EUA. Melhor ainda seria fazermos comparações com países capitalistas europeus semi-periféricos, de nível intermediário, e, mais apropriado ainda, com países não pertencentes ao Primeiro Mundo e nem à semiperiferia do capitalismo, preferencialmente aqueles que adotaram políticas externas neutras no contexto da Guerra Fria. A importância destes países é a de que, até 1984, mesmo não tendo crescido tanto quanto o Brasil e cujas economias se posicionavam na época abaixo da brasileira, com baixos índices de desenvolvimento social, tinham um poder nacional mais forte do que o nosso e se destacavam muito mais do que nós, tanto em termos diplomáticos quanto militares e geopolíticos, num patamar regional e até internacional. Dois exemplos destes países são Índia e China, que já possuíam, na década de 70, a tecnologia da construção da bomba atômica e figuravam como expoentes do movimento dos países não-alinhados do Terceiro Mundo, obtendo destes um grande prestígio. Em se tratando desta categoria de países, concentremo-nos, porém, na Índia, a fim de que haja espaço para incluirmos nessa análise comparativa um outro país seguidor de uma política externa neutralista, mas com características bem peculiares, uma vez que não fazia parte do grupo dos não-alinhados, mas em termos destacadamente econômicos transitava tanto na área de influência da URSS quanto na semiperiferia do capitalismo.

O caso da Índia

O prestígio político-diplomático obtido pela Índia no mundo depois da Segunda Guerra era patente. Após a conquista de sua independência em 1947, a República soberana da Índia conquistara, segundo Maurice Crouzet, uma posição de primeira ordem no cenário mundial, obtendo o papel de mediadora em grandes crise mundiais, posto que:

“Já em 1948 é em Nova Delhi que se reúne a Conferência encarregada de resolver o problema da Indonésia; seus esforços para provocar um armistício na Coréia, já em julho de 1951, e para chegar a uma tendência neutralista nas assembléias da ONU, sua ação perseverante em Genebra na solução da guerra do Vietnã, suas simpatias e seu auxílio aos povos asiáticos e africanos submetidos à dominação estrangeira, suas boas relações com a China comunista, sua vontade declarada de não aderir a qualquer bloco, de permanecer fora da guerra fria e de se empenhar para impedir a ruptura entre as duas grandes potências mundiais, os Estados Unidos e a URSS, valeram-lhe um prestígio e uma autoridade incontestáveis”¹⁷³.

A partir de 1951, sob o governo de centro-esquerda de Jawaharlal Nehru, a Índia dá início aos chamados Planos Quinquenais. No Primeiro Plano Quinquenal (1951-1956), ocorre uma reforma agrária, a nacionalização dos bancos e das companhias de seguro e de aviação, bem como a criação de centros de excelência científico-tecnológica, os cinco institutos de tecnologia de nível superior (Indian Institutes of Technology), com apoio financeiro e técnico da UNESCO, da Alemanha, dos EUA e URSS. No Segundo Plano Quinquenal, que vai de 1956 a 1961, desconsidera-se a indústria de bens de consumo, indo o grosso dos investimentos para as minas, os transportes e as indústrias pesadas, com a fundação de três grandes usinas de aço graças à ajuda da URSS. E o interessante é notar que tanto o capital inglês quanto o norte-americano também estavam ali presentes na mesma época num volume ponderável em segmentos industriais como o automobilístico, o químico, o elétrico e o petroquímico¹⁷⁴. Ou seja, a Índia adotava uma política internacional independente, neutra, exercendo um papel de destaque no cenário internacional. Apesar de encetar vários acordos com a URSS (como o de ajuda econômico-financeira de 1955, a construção da usina de aço de Bhilai e o tratado de defesa de 1971), mesmo assim continuava a receber investimentos e auxílios econômicos das potências capitalistas do Ocidente. Os EUA, por

exemplo, continuavam participando na construção de barragens e na oferta de assistência técnica vital a projetos de irrigação¹⁷⁵.

O exemplo da Finlândia

Para discorrermos sobre a Finlândia, podemos começar com a sua independência política, conquistada em 1917, depois de ter feito parte do Império Russo desde 1809, e antes disso, ter sido uma extensão do reino da Suécia.

Na segunda Guerra Mundial, a Finlândia lutou contra a URSS. No Tratado de Paz de Paris (1947) os finlandeses perderam aproximadamente 10% de seu território para a URSS, tendo ainda que pagar a esta grande potência comunista reparações de guerra. Em decorrência destas reparações, as exportações para a URSS cresceram significativamente, embora a Europa Ocidental ainda se mantivesse como seu principal parceiro comercial.

Mesmo sendo um país limítrofe da Rússia, ex-URSS, tendo inclusive que concordar com as necessidades de defesa dos soviéticos, a estes a Finlândia não se subordinou política e economicamente nos anos da Guerra Fria. Adotou no período uma política internacional neutra, porém não indecisa. Mesmo depois de saldar as reparações da Segunda Guerra Mundial perante a URSS, os acordos comerciais bilaterais entre finlandeses e soviéticos não pararam de crescer. Em 1948, Helsinque e Moscou assinaram um Tratado de Amizade e Cooperação, ratificado em 1970 e 1983. Esta postura neutralista da Finlândia afetou positivamente a sua economia, pois, de um lado, a URSS e a Europa Oriental acabaram se constituindo num mercado garantido para a sua indústria têxtil. Contudo, não eram apenas as manufaturas têxteis que a Finlândia passou a exportar mais para os países do bloco comunista. Os finlandeses tiveram também incluídos em sua pauta de exportação, novos produtos industrializados (navios e máquinas) que, conforme o acordo de reparações de guerra com a URSS, tinham de ser destinados em quantidades crescentes para este país e seus satélites do Leste europeu. E isso se dava numa época em que a demanda do Ocidente caía em função da crise do petróleo de meados da década de 70. Deste modo, a Finlândia garantia para si o abastecimento de petróleo, pois, naquela época, de 50% a 70% do que ela necessitava deste combustível provinha de seu superpoderoso vizinho do Leste, vizinho este que tinha então relevância para a economia finlandesa não apenas por este e pelos outros detalhes comentados logo acima, mas também porque atendia a 25% do total das exportações finlandesas.

Ademais, por outro lado, em 1955 a Finlândia tornou-se membro do Conselho Nórdico, uma organização de cooperação entre os parlamentos dos países nórdicos, o qual

havia estabelecido, em 1954, uma área de livre circulação de mão-de-obra. Em 1961 ela adere ao European Free Trade Agreement (EFTA), que havia sido criado, em 1960, pela Suíça, Noruega, Islândia e Principado de Liechtenstein. Em 1973, os finlandeses não só firmam um acordo de assistência econômica, científica e tecnológica com o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon, em inglês), como também assinam um tratado de livre comércio com a Comunidade Econômica Européia, vindo a ingressar na União Européia em 1995.

De acordo com Jari Eloranta, Concepción Garcia-Iglesias, Jari Ojala & Jukka Jalava¹⁷⁶, o sucesso do “modelo finlandês” tem certos ingredientes-chave, entre os quais estão:

1) “um legado institucional sólido, incluindo uma continuidade de um século nas estruturas e políticas governamentais, homogeneidade étnica e um papel importante exercido pelo governo na regulação da economia”. Após a independência da Finlândia em 1917, o Estado emergiu como o principal ator econômico, mormente naqueles ramos de produtos intermediários, como o da indústria de papel e celulose, bem como das indústrias química e de fornecimento de energia. Além do Estado controlar a propriedade de empresas estrangeiras, os empréstimos vindo do exterior foram regulados pelo Banco da Finlândia até 1987. Entre 1960 e 1970 a indústria naval recebeu fartos subsídios estatais; 2) grande ênfase na criação de capital humano, remontando às reformas educacionais ocorridas no século XIX, as quais colaboraram com o crescimento econômico. O Estado cria um avançado sistema educacional capaz de gerar um grande número de capital humano altamente especializado em áreas de tecnologia de ponta, como, por exemplo, a indústria da tecnologia da informação. De 1985 a 1998, quase 70% das inovações tecnológicas criadas no país foram amparadas por dinheiro público; 3) o desenvolvimento de um extensivo sistema de *Welfare State*. Este sistema de bem-estar social finlandês foi, inclusive, incrementado depois do término da Segunda Guerra, período em que o país assistiu a um considerável crescimento econômico de 4,8% entre 1950 e 1973 e de 2,9% entre 1973 e 1990, níveis não tão elevados como as taxas brasileiras, mas altos em relação ao padrão dos países europeus adiantados, tornando-se de forma efetiva um país industrialmente desenvolvido (passando, em termos absolutos, de um Produto Nacional Bruto per capita de 7,669.60 dólares em 1965 para 14,552.06 dólares em 1985), podendo haver aí uma conexão do alto investimento social com as limitações de gastos militares impostos à Finlândia pelo Tratado de Paris de 1947. Desta feita, tem-se que a Finlândia foi capaz de estabelecer um amplo sistema de bem-estar social sem experimentar um baixo crescimento econômico, desenvolvendo-se de fato, e vindo até a limitar as reformas de cunho liberal deste

sistema mesmo depois da depressão dos anos 90 e de sua maior integração na economia mundial devido ao avanço da globalização¹⁷⁷.

Estas experiências de políticas internacionais da Índia e da Finlândia nas décadas de 50, 60 e 70, servem para mostrar que não havia correlação entre uma política internacional neutralista e mais autônoma de um país semi-periférico ou periférico, ou mais especificamente do hemisfério Sul, em vias de desenvolvimento, e o estancamento do fluxo de investimentos estrangeiros ou até mesmo a sua fuga, tal como as elites civis e militares brasileiras do regime pós-64 apregoavam então aqui. Não havia também correlação entre uma política de não-alinhamento de um país do Terceiro Mundo e um alegado isolamento político-diplomático com uma suposta menor condição para a sua projeção internacional ou, então, uma alegada diminuição do seu poder de barganha frente aos organismos internacionais de crédito e dos polos de poder econômico mundial.

Esses nossos argumentos são atestados por Albert Fishlow, o qual revela que “no período 1964-67 o Brasil ficou atrás da Índia, do Paquistão e do Vietnã do Sul como beneficiários de ajuda externa oficial dos EUA”¹⁷⁸.

Mesmo com todas as implicações de dependência econômica e de vulnerabilidade externa que o modelo de inserção internacional dos governos militares pós-64 legou para o Brasil, as quais foram tratadas ao longo deste segundo capítulo, Fernando Henrique Cardoso acredita que para os chamados países da periferia do mundo capitalista há a possibilidade de haver desenvolvimento econômico mesmo em condições de dependência, podendo eles manter assim uma certa “margem de manobra”. Cardoso chega a reconhecer que há fatores gerais [estruturais] do sistema capitalista mundial que exercem influência negativa na situação econômica e social dos países periféricos (por ex.: “deterioração do sistema de intercâmbio”, “controle do fluxo financeiro e do desenvolvimento tecnológico”, “interesses imperialistas” e as ações destes no sentido de procurar neutralizar a capacidade competitiva dos países periféricos, como também a prerrogativa de mando do capital financeiro). Contudo, o que realmente determina se os resultados são ou não promissores, é o modo como estes países periféricos se vinculam com o *centro*, o que, por sua vez, segundo Cardoso, depende do modo como as classes sociais influentes de cada país se organizam politicamente, mais especificamente, como elas organizam e administram o seu Estado, se “profissionalmente” e de forma “competente”, ou, ao contrário, de forma negativa com “excesso de politização”¹⁷⁹.

Como já foi visto no primeiro capítulo, o regime político que os militares instalaram no Brasil depois do Golpe de 64 dizia ser avesso à política, fazia apologia à eficiência técnica e idolatrava a competência dos *profissionais* tecnocratas civis e militares que,

hipoteticamente, mantinham-se afastados da política. Mas o modelo econômico que adotaram, para que fosse eficaz e trouxesse resultados concretos, dependia em muito do desempenho das indústrias multinacionais, produtoras de bens duráveis móveis destinados às camadas abastadas da população que apoiavam o regime: a burguesia conservadora liberal cujos provedores eram proprietários de empresas financeiras, comerciais, rurais e industriais, direta ou indiretamente vinculados ao capital estrangeiro, assim como a classe média alta despolitizada formada por técnicos capacitados que já possuíam ou almejavam bons empregos na direção de empresas estatais e privadas, nacionais e multinacionais. Para estas, foi canalizada o grosso da renda nacional, tornando-as capazes de consumir aqueles bens duráveis e de tornarem-se rentistas e proprietárias de bens imóveis, ocasionando assim uma forte concentração de renda. Deste modo, pode-se argumentar até certo ponto que a concentração de renda e de riquezas, apesar de ter sido socialmente iníqua, permitiu, nos anos de grande crescimento da economia brasileira durante um período em que vigiu o regime, uma expansão suficiente do mercado de bens duráveis de modo a estimular as indústrias dinâmicas que os produziam. Afinal de contas, a população brasileira era tão numerosa que, mesmo com os seus meros 20% recebendo mais do que 63% da renda do país, isso equivalia a 22 milhões de consumidores, o que, por si só, representaria um mercado amplo.

Entretanto, a natureza do modelo econômico dos governos militares não conseguiu manter as altas taxas de crescimento por muito tempo e veio até que aparecem os sinais de seu esgotamento devido aos determinantes de ordem tanto conjuntural (por ex.: crise no sistema de Breton Woods, crises do petróleo, aumento nas taxas de juro nos mercados financeiros internacional e nacional, crise econômico-financeira interna com aumento da dívida pública e da inflação, crises políticas e sociais, derrotas em eleições diretas, secas e outras intempéries) quanto estrutural (por ex.: a concentração de renda nas mãos de uma minoria abastada que se voltava mais para o consumo do que para a poupança, a importação intensiva de bens de capital e de tecnologia, a dependência dos mercados consumidores dos países do Primeiro Mundo, a dependência de constante afluxo de recursos financeiros externos, o endividamento externo excessivo e crescente, a concentração do capital industrial, ficando este último nas mãos de empresas multinacionais). E aí, nem o mais profissional e competente dos governantes tecnocratas conseguiria trazer resultados promissores sem que fossem alterados os liames de dependência ideológica, política, econômico-financeira e comercial a que o país estava atado.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

A natureza das reformas no campo

¹ Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna” in *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo – Companhia das Letras - volume 4, 1998, pp.618-19.

² Dreifuss, 1981, pp.241-43.

³ Ariovaldo Umbelino de Oliveira, *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*. Campinas; Papirus Editora, 2ª edição, 1989, p.23.

⁴ Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial” in Jurandyr L. Sanches Ross (org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 5ª edição, 2005, p.485.

⁵ Moniz Bandeira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp.44-70.

⁶ Maria Celina D’Araújo & Celso Castro, *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1ª edição, 1997, pp.314-15.

^{7a} Umbelino de Oliveira, São Paulo: Edusp, 2005, p.481.

^{7b} Anuario Estadístico de América Latina (Statistical Yearbook for Latin América) 1978 da Comisión Económica para América Latina (Economic Commission for Latin America) das Naciones Unidas (United Nations). Parte I. C.: Quadro 14, p.18. NuevaYork/New York, 1978.

^{8a} O referido artigo de Fishlow é “Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira pós-64”, encontrado no seu livro *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: Uma Perspectiva Histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.144.

^{8b} Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 1978, p.133.

⁹ Paulo Rabello de Castro, “Agropecuária: Exame de Algumas Políticas de Produção e de Abastecimento – 1967/1976”. Capítulo 7 do livro *Brasil: Dilemas da Política Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1977.

Obs.: Os pequenos proprietários eram responsáveis por 44% da produção de alimentos básicos eram, em geral, donos de áreas inferiores a 50 ha., as quais ocupavam menos de 11% das terras cadastradas.

^{10a} Umbelino de Oliveira, São Paulo: Edusp, 2005, p.299 e 301; Werner Baer, *A Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Nobel, 2ª edição, 2003, pp. 473-74.

^{10b} in “Brasil: Política e Governo - Os Ministérios”, *Livro do Ano Barsa - 1975 a 1979* – Eyclopaedia Britannica do Brasil, Ltda. Rio de Janeiro/São Paulo.

^{10c} Anuario Estadístico de América Latina (Statistical Yearbook for Latin América) 1984, da Comisión Económica para América Latina (Economic Commission for Latin America) das Naciones Unidas (United Nations). Parte VII – Quadros 297 e 303, pp.636-649.

^{10d} in *Livro do Ano – Barsa 1973 e 1981*, Brasil, pp.57 e 76, respectivamente.

¹¹ Ray S. Cline, *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Boulder, Colorado/Washington D.C.: Westview Press/ The Center for Strategic and International Studies, 1977, pp.70-72.

¹² Em 1979 tal *deficit* chegou a ficar entre US\$ 3 a 4 bilhões. Fonte: *Livro do Ano – Barsa – 1980*, pp.59-60 e 67.

¹³ Carlos Heitor Cony, Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p.67.

¹⁴ Fernando Pedreira, São Paulo: Difel, 1975.

Obs.: Sem fornecer o título e a data do trabalho de Albert Hirschman, Fernando Pedreira refere-se a ele como sendo aquele que foi “escrito para o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque”. O artigo de Pedreira que se baseia no trabalho de Hirschman foi escrito em 10 de março de 1968.

^{15a} Pedreira, *Idem*, pp.92-6.

^{15b} www.cpdoc.gv.br - Verbete biográfico: CAMPOS, Roberto, p.4.

¹⁶ Celso Furtado, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. Capítulo III, p.97.

¹⁷ in Sonia Regina de Mendonça, “Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964)” in *Revista Brasileira de História*, Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

^{18a} Argemiro Brum, *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Ijuí/Petrópolis: Editora UNIJUÍ/Editora Vozes – 23ª edição, 2003, p.349.

Obs.: Estima-se que na década de 70, o Brasil teve 24.3 milhões de migrantes que saíam do campo, das pequenas e médias cidades do interior e até mesmo de grandes cidades localizadas em regiões pobres, como o Nordeste, em direção ao rico Estado de São Paulo. In *Livro do Ano – Barsa, 1982*, p.49. Ver também: “*Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira*”. São Paulo, SEBRAP, nº 20, s/d.

notas

^{18b} Gerhard Colm & Theodore Geiger, *A Economia dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1968, pp.71-2.

^{18c} Hilário Torloni, *Estudo de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979, pp.143-44. (Fonte: Censo de 1970).

^{18d} Frank D. McCann Jr, *A Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995, p.26.

¹⁹ Mário Henrique Simonsen, “O Papel do Governo e a Iniciativa Privada”. In Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, pp.141-51.

A natureza das reformas no setor industrial

²⁰ Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, *op. cit.*, pp.618-627.

²¹ Celso Furtado, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo; edição do Círculo do Livro, s/d, pp.110-11.

²² Georges-André Fiechter, *O Regime Modernizador do Brasil: 1964-1972*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1974, p.153.

^{23a} Ver Celso Furtado, *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2ª edição, 1972, p. 38, nota 27; e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial” in Jurandyr L. Sanches Ross (org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 5ª edição, 2005, p.324.

^{23b} G. Galache & M. André, *Brasil: Processo e Integração – Estudos dos Problemas Brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 16ª edição, 1979, pp.151-52.

Obs.: A ração de alimentos levada em conta no estudo era constituída de carne, leite, arroz, feijão, farinha de trigo, batata, tomate, pão, café em pó, uma dúzia de banana, açúcar e manteiga e/ou banha.

^{23c} Werner Baer, *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2ª edição, 2002, p.99.

²⁴ José Serra, “As Desventuras do Economicismo: Três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento”. Capítulo 4 do livro organizado por David Collier, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp.121-22.

²⁵ José Serra, “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra” in *Revista de Economia Política*, Vol. 3, nº 2, de abril/junho de 1980.

²⁶ Maria da Conceição Tavares & José Serra, *Más allá del estancamiento*. ONU-FLACSO, Santiago, Chile, 1970, pp.40-41 (Apud: Fiechter, *op. cit.*, p.287, nota 194).

²⁷ Carlos Estevam Martins, *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal 1977, p.253.

²⁸ Celso Furtado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp.21-43.

^{29a} Alkimar Ribeiro Moura, *Qual é a questão da dívida externa*. São Paulo: brasiliense, 1985, p.39.

^{29b} *Anuario Estadístico de América Latina 1983*, da Comisión Económica para América Latina, Naciones Unidas, Nueva Yorque. Parte II – Quadro 64, p.141.

^{29c} *Idem* – Parte II: Economic Growth - Quadro 64: Growth of Manufacturing, p.141.

^{29d} Daniel Aarão Reis Filho, www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm, acessado em 27/01/07.

³⁰ Bonelli & Mallan, 1976. Apud: Serra, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²⁵ Celso Furtado, São Paulo; edição do Círculo do Livro, s/d, p.109.

³¹ Maria Celina D’Araujo & Celso Castro, *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1ª edição, 1997, pp.301-02.

³² Francisco de Oliveira, *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977 – Capítulo 2 - seção 2, “O ‘milagre’: agonia e êxtase.”

³³ *Idem*.

³⁴ Bresser Pereira, “Auge e declínio nos anos setenta” in *Revista de Economia Política*, vol.3, nº2, abril-junho, 1983, pp.103-114.

³⁵ Fiechter, *op. cit.*, p.296.

³⁶ *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.525.

³⁷ “A mudança para o autoritarismo na América Latina e a Busca de seus Determinantes Econômicos” - capítulo 3 do livro organizado por David Collier, *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁸ Ernesto Geisel in D’Araujo & Castro, *op. cit.*, pp.287-88, 293 – grifo nosso.

³⁹ *Idem*, p.288.

notas

^{40a} Matias M. Molina, *A agonia do modelo*. In *Gazeta Mercantil* – “Balanço Anual 1978”. São Paulo, Setembro de 1978, p.28.

^{40b} Cálculos feitos com base no *Estudio Económico de America Latina – 1979*. Naciones Unidas – Santiago de Chile, 1980, p.120.

⁴¹ Cálculos baseados em dados extraídos de Umbelino de Oliveira, Campinas, Papirus Editora, 2ª edição, 1989, pp.111-12; Werner Baer, São Paulo: Nobel, 2003, 2ª edição, p.488; Niemeyer Neto, São Paulo: EDUC/FAPESP, 2003, pp.124-144 e 172 e do site www.jubileubrasil.org.br/v01/azul/credores/origens/. Acessado em 25/01/07.

⁴² in revista *Nossa História* nº 12, outubro de 2004, pp.58-63.

O Regime pós-64 e o volume de investimentos em educação

⁴³ Paul Singer, *A Crise do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp.93-4.

⁴⁴ Mario César Flores, “O contencioso militar do Rio Paraná nos anos 70”. In Eliézer Rizzo de Oliveira (coordenador), *Forças Armadas e Democracia: O Papel do Poder Legislativo*. Relatório Parcial do Projeto Integrado de Pesquisa, Processo FAPESP 96/07499-3, Volume II. Campinas: Unicamp - Núcleo de Estudos Estratégicos, fevereiro de 1998, p.305 – grifos nossos.

⁴⁵ Philippe Schmitter, “The ‘Portugalization’ of Brazil”. Parte III – artigo 6 do livro editado por Alfred Stepan, *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven and London: Yale University Press, Third printing, 1977, p.196

⁴⁶ In Thomas W. Merrick. “A População da América Latina, 1930-1990”, Parte 2 - “A Sociedade” - do livro *História da América Latina Volume VI: A América Latina Após 1930 – Economia e Sociedade*. Organização Leslie Bethell. São Paulo: Edusp, 2005, p.273. Fonte: Matrícula no secundário: World Bank, *World Development Report 1984*, table 25.

* Obs.: A taxa de matrícula é o total da população de 12 a 17 anos dividido pelo número de matriculados; Os dados se referem a 1981.

⁴⁷ Thomas W. Meerick, *Ibid*, p.358. Fonte: Unesco, *Statistical Yearbook*, 1963; ECLA, *Statistical Yearbook for Latin America*, 1980.

⁴⁸ *Idem*, p.359. Fontes: Unesco, United Nations, *Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean*, 1989. Com relação ao México, 1980: *X Censo General de Población y Vivienda, 1980*, Resumen General, vol. 1, cuadros 11-15, Inegi, 1986.

⁴⁹ Paul Singer, *op. cit.*.

⁵⁰ Estevam Martins, *op. cit.*, p.256 – grifo do autor.

⁵¹ Celso Furtado, *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

O Regime pós-64 e o volume de investimentos em ciência e tecnologia

⁵² Cerqueira Leite. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ Kurt R. Mirow, *A Ditadura dos Cartéis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, pp.226-7.

⁵⁶ Hélio Contreiras, Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, pp.129-138.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ Ernesto Geisel, Discursos – volume III – 1976. Brasília, Assessoria de Imprensa da Presidência da República, fevereiro de 1977, p.51 – grifo nosso.

⁵⁹ in D’ Araujo & Castro, *op. cit.*, pp.321-22.

⁶⁰ Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp.232-33.

⁶¹ Almeida Biato & Almeida Guimarães, “Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento”. Unidade IV – capítulo 5 do livro coordenado pelo professor-general Luiz Felipe da S. Wiedmann: *Brasil - Realidade e Desenvolvimento*. São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1973.

⁶² *Idem* – grifos nossos.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ Renato Archer, “Brasil, ciência e tecnologia” in *Livro do Ano – Barsa*, 1986, pp.6-10.

Estatismo proveitoso ao capital privado nacional e estrangeiro?

⁶⁵ Paulo Fagundes Vizentini, *A Política Externa do Regime militar*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRS, 1998, p.32.

notas

⁶⁶ Humberto de Alencar Castelo Branco, *Discursos 1964-1965*. Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Departamento de Imprensa Nacional. In Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo, *A Política Internacional da Revolução 1964 – 1985*. São Paulo: A. A. G. B. Cravo, 2003, pp.99-107.

⁶⁷ Pedrosa, *op. cit.*, pp.26-32.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ *Idem*, p.32 – grifo em itálico nosso.

⁷⁰ Apud: Octavio Ianni, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991, pp.248-49.

* PIS refere-se ao Programa de Integração Social e PASEP ao Programa de Formação do Patrimônio do servidor Público.

⁷¹ Albert Fishlow, *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: Uma Perspectiva Histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.111.

⁷² René Dreifuss, Campinas: Papirus, 1987, p.173.

⁷³ Fausto Saretta, *Octavio Gouvêa de Bulhões*. Estud. av. - vol.15, nº 41. São Paulo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Print ISSN 0103-4014 Jan./Apr. 2001. Informações também obtidas do site: www.cpdoc.fgv.br.

⁷⁴ Apud: Nelson Werneck Sodré, 1980, p.153.

⁷⁵ Fiechter, *op. cit.*, pp.185-90.

⁷⁶ Werneck Vianna, Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p.113.

⁷⁷ Estevam Martins, Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977, pp.383-397.

⁷⁸ Apud: Fiechter, *op. cit.*, pp.264-65.

⁷⁹ *Idem*, pp.264-65.

⁸⁰ Vizentini, *A Política Externa do Regime militar*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRS, 1998.

⁸¹ *Jornal do Brasil*, 24/08/1968 in Georges-André Fiechter, *op. cit.*, p.233.

⁸² Fiechter, *Ibid*, p.234.

⁸³ *Idem*, p.195 e 287.

⁸⁴ José Pedro Macarini, *Um Estudo da Política Econômica do ‘Milagre’ Brasileiro: 1919-1973*. Capítulo III, pt.2, pg. 181-81 e 542. Campinas: dissertação de mestrado no IFCH – Unicamp, 1984, mimeo.

⁸⁵ Ernesto Geisel, *Discursos - Volume I*, 1974. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1975, p.40.

⁸⁶ Alain Rouquié, *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, pp.352-53 – grifos nossos.

⁸⁷ *Idem*, pp. 352-53.

⁸⁸ *Idem*, pp.352-53 – grifos nossos.

Obs.: Alain Rouquié é um dos cientistas políticos expoentes da escola institucional-organizacional, que, ao estudar o comportamento político dos militares coloca a ênfase na “fisiologia” da sociedade militar (isto é, nas especificidades da instituição das Forças Armadas e na formação singular dos militares), colocando-a como tendo uma grande diferença, autonomia e vida própria ante toda a sociedade civil.

⁸⁹ Albert Fishlow, *op. cit.*, p.131.

⁹⁰ Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

⁹¹ Carlos Lessa, 1998, pp.69-70.

⁹² Dreifuss, Petrópolis: Editora Vozes, 1981, pp.57-65, 78-9 – grifos nossos.

⁹³ Fernando Henrique Cardoso, São Paulo: Difel, 1979, pp.51-55 – grifo nosso.

⁹⁴ José Pedro Macarini, *op. cit.*, pg. 159, mimeo.

⁹⁵ Fernando Jorge, *op. cit.*, pp.166, 170-171.

⁹⁶ *Idem*, pp.166, 170-171 – grifos nossos.

⁹⁷ Dionísio Dias Carneiro, “Crise e Esperança: 1974-1980”. Capítulo 11 do livro: *A Ordem do progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana: 1889-1989*, organizado por Marcelo de Paiva Abreu. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p.307.

notas

⁹⁸ Golbery do Couto e Silva, “O Poder Executivo - Capítulo 2: “O Momento Brasileiro (1980 $\pm$ Δ T)”, pp.22-4. In *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 3ª edição, 1981.

⁹⁹ in *Livro do Ano – Barsa, 1980* – Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, p.56 – grifo nosso.

¹⁰⁰ in *Livro do Ano – Barsa, 1981*, p.61.

¹⁰¹ Walder de Góes, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p.182.

¹⁰² *Idem*, p.105.

^{103a} Ernesto Geisel, *Discursos – volume III, 1976*. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, fevereiro de 1977, pp. 244-45 – grifos nossos.

^{103b} *Gazeta Mercantil* – “Balanço Anual 1977”. Ano 1, nº 1. São Paulo, setembro de 1977, p.11 – grifo nosso.

^{103c} Ernesto Geisel, *Discursos –Ibid.* – grifos nossos.

O papel do Estado ante o modelo econômico do regime

¹⁰⁴ Apud: Lucileide Costa Cardoso, *Poder e contrapoder: Militares e historiadores disputam a memória e a história do regime de 1964*. Tese de doutoramento em História Social - FFLCH da USP, 2003, p.139.

¹⁰⁵ Nelson Werneck Sodré, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980, p.142-43.

¹⁰⁶ Francisco de Oliveira, *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

¹⁰⁷ Celso Furtado, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Cículo do Livro, s/d, p.106.

¹⁰⁸ Nicos Poulantzas, *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Segunda edição – Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi, pp.76-90.

^{109a} Celso Furtado, 1976, p.106. Apud: Luiz C. Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado: Esboço de uma Economia Política Periférica*. São Paulo: Editora brasiliense, 1977, p.134-36.

^{109b} Bresser Pereira, *idem*, p.134-36.

¹¹⁰ Werneck Vianna, 1987, p.67.

¹¹¹ Apud: Sebastião C. Velasco e Cruz. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, pp.45-6.

¹¹² in Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, Paz e Terra, 2004 - 3ª edição – grifo nosso.

O grau de estatização da economia no regime e sua não peculiaridade

^{113a} in Fernando Rezende & Flávio P. Castelo Branco, *O Emprego Público como Instrumento de Política Econômica*. Rio de Janeiro: IPEA - série monográfica - 1976, pp.43-4.

^{113b} *Idem*.

^{114a} Maurice Crouzet, *História Geral das Civilizações: A Época Contemporânea – Volume 16: “O Mundo Dividido”*. Capítulo II. Rio de Janeiro: 1996.

^{114b} Gerhard Colm & Theodore Geiger, *A Economia dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, MCMLXVIII, Apêndice – Tabela 17, p.300.

^{114c} Maurice Crouzet, *Ibid.*, Capítulo III – Subcapítulo III: “O Recuo da Democracia Clássica”, pp.196-204.

^{114d} Werner Baer, São Paulo: Nobel – 2ª edição, 2002, p.101-02.

^{114e} Bresser Pereira, *Ibid*, p.61.

¹¹⁵ Apud: Luiz Aranha Corrêa do Lago, “A Retomada do Crescimento e as Distorções do Milagre: 1967-1973”. Capítulo 10 do livro organizado por Marcelo de Paiva Abreu: *A Ordem do progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, pp.270-71.

¹¹⁶ Wilson Suzigan, *Aspectos da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976 – capítulo III.

¹¹⁷ Sérgio Abranches, “The Divided Leviathan: State and Economic Policy Formation”. In *Authoritarian Brazil*, Cornell University, 1978. Apud: Werneck Vianna, *op. cit.*, pp.30-36.

¹¹⁸ Werneck Vianna, *op. cit.*, pp.105-07.

¹¹⁹ Francisco de Oliveira, *op. cit.*, capítulo 4.

Multinacionais, interesse nacional e o projeto de nação-potência no II PND

¹²⁰ Carlos Lessa, 1998, pp.37-8, 47, 61-2, 255-75 e 289

¹²¹ *Idem* – grifos nossos.

notas

¹²² *Idem* – grifos nossos.

¹²³ Apud: Nelson Werneck Sodré, 1980, p.153 – grifos nossos.

¹²⁴ Carlos Lessa em entrevista dada ao jornal *Gazeta Mercantil*, São Paulo, Sexta-Feira, 20, e Fim de Semana, 21 e 22 de agosto de 2004.

¹²⁵ Torres Filho, E.T., “Coréia do Sul: um paradigma de industrialização retardatária”. *Série Documentos*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, nº 4, outubro de 1991.

^{125b} www.observatoriosocial.org.br/download/ied-br. Acessado em 02/04/2007.

¹²⁶ in *Livro do Ano – Barsa*, 1979, p.56 – grifos nossos.

¹²⁷ Reis Veloso, porém, veio a ser contraditado por um estudo do Banco Mundial feito na época, o qual demonstrava que a renda era mais concentrada no Brasil do que em 61 países (in *Livro do Ano – Barsa*, 1979).

^{128a} Detlev Vagts, “A Empresa multinacional: um novo desafio ao Direito Internacional” – capítulo 4 do livro coordenado por Getúlio Carvalho, *Multinacionais e os Limites da Soberania*. Rio de Janeiro, FGV, 1980.

^{128b} www.bndes.gov.br/conhecimento/premio/pr262.pdf - acessado em 22/05/07.

* Num estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre janeiro e dezembro de 2004, intitulado “*Inovação, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*”, está demonstrado que as empresas multinacionais não trazem muita colaboração para o desenvolvimento tecnológico do Brasil, pois que, ainda em 2004, as “empresas de capital nacional investem em média 45% mais que as multinacionais em pesquisa e desenvolvimento”. Ou seja, de acordo com este estudo do IPEA, 79% das subsidiárias das indústrias estrangeiras não são inovadoras nem diferenciam seus produtos”, possivelmente porque “em vários casos, elas reproduzam no Brasil os produtos que são desenvolvidos pelas matrizes lá fora” (Cleide Silva, *O Estado de São Paulo*, 12/12/04, primeira página e B4).

^{128c} Caio Prado Jr, *História e Desenvolvimento: A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. Tese de Livre-Docência na Cadeira de História da Civilização Brasileira da FFLCH da USP, 1968. São Paulo: brasiliense – 3ª edição – 2ª reimpressão, 2001, pp.125-28.

^{128d} *Idem*.

^{128e} *Idem*.

^{129a} Carlos Lessa, *A Estratégia de Desenvolvimento, 1974-1976, Sonho e Fracasso*. Campinas: Unicamp - Instituto de Economia, 1998, p.275.

^{129b} Kurt Rudolf Mirow. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, pp.182-3.

¹³⁰ Werneck Sodré, *Brasil: Radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes 1980, pp.108-10.

^{131a} Fernando Gasparian, *Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.29.

^{131b} Mirow, *Ibid*, pp.202-3.

¹³² Georges-André Fiechter, *O Regime Modernizador do Brasil:1964/1972*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974, p.135.

¹³³ *Idem*, p.136.

¹³⁴ Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio de Silos Sá Earp, “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda”. In Ferreira & Neves Delgado, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p.236.

¹³⁵ Francisco de Oliveira, *op. cit.*

¹³⁶ in *Livro do Ano Barsa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1976, p.57.

P.S.: Cumpre assinalar que Severo Gomes foi um dos poucos, senão o único ministro do governo Geisel que abertamente declarou oposição à campanha contra a estatização capitaneada por importantes frações do empresariado nacional, em especial as dos setores comercial e financeiro, as quais, segundo ele, eram apoiadas veladamente por empresas multinacionais.

¹³⁷ Velasco e Cruz, Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, 91-2.

¹³⁸ Francisco de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.116. Apud: Sebastião C. Velasco e Cruz, *Idem*, pp.49.

¹³⁹ Velasco e Cruz. *Ibid*, pp.89-96 e 102, nota 40.

¹⁴⁰ Corrêa do Lago, *op. cit.*, p.274.

notas

- ¹⁴¹ Mirow, *op. cit.*, p.188.
- ¹⁴² Estevam Martins, 1977, p.269-7.
- ¹⁴³ Marcos Dantas, “Espoliação Mineral” in *Retrato do Brasil – Da Monarquia ao Estado militar – Volume II*. São Paulo: Política Editora de livros, jornais e revistas, 1984, pp.481-82.
- ^{144a} *Idem*, pp.484-85.
- ^{144b} *Gazeta Mercantil* – “Balanço Anual 1977”. São Paulo: setembro de 1977, p.129.
- ¹⁴⁵ Mirow, *Ibid*, pp.82-85.
- ¹⁴⁶ Argemiro Brum, 2003, p.367.
- ¹⁴⁷ Vizentini, Porto Alegre, Editora da Universidade UFRGS, 1998, p.234.
- ¹⁴⁸ Cerqueira Leite, 1978, p.82-5.
- ¹⁴⁹ *Idem*, pp.81-2.
- ¹⁵⁰ Dreifuss, 1981, pp.57, 62, 65, 78, 79.
- ^{151a} *Gazeta Mercantil* – “Balanço Anual 1977”, p.85.
- ^{151b} Mirow, *op. cit.*, pp.59, 82 e 179.
- ¹⁵² Dreifuss, *Ibid*.
- ¹⁵³ in *Livro do Ano – Barsa, 1981*, p.55.
- ¹⁵⁴ Pedrosa, *op. cit.*, p.295.
- ¹⁵⁵ in James M. Hulbert & William K. Brandt, *Managing the Multinational Subsidiary*. Holt Rinehart and Winston, USA/Canada, 1980, p.3.
- ¹⁵⁶ Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira – 3ª Edição, pp.21-47; Matias M. Molina, *op. cit.*, p.34.
- ¹⁵⁷ *Idem*, pp.21-47.

II PND versus tripé econômico do regime

- ¹⁵⁸ in “El calzado, la OPIC y la Indudable Convicción: Las Empresas Transnacionales y las Relaciones Estados Unidos-Brasil”. Capítulo 10 do livro organizado por Richard R. Fagen, *Estado y clases sociales en las relaciones Estados Unidos-Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984, pp. 326-361.
- ¹⁵⁹ Velasco e Cruz. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, p.85.
- ¹⁶⁰ D’Araujo & Castro, 1997, pp.96 e 295.
- ¹⁶¹ *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, s/d.
- ¹⁶² Fonte: John M. Connor & Willard Mueller, *Multinational Corporation in Brazil and Mexico: Structural Sources of Economic and Non-economic Power*. Informe al Subcomité sobre las Corporaciones Multinacionales – Comité de Relaciones Exteriores, Senado de Estados Unidos, Washington, D.C., 1975. Apud: Evans, *op. cit.*, p.332.
- ¹⁶³ Francisco de Oliveira, *op. cit.*
- ¹⁶⁴ Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 1968, pp.50-52. Fontes: *Estudio Económico de América Latina*, 1963, CEPAL, p.54; *La industria de máquinas-herramientas del Brasil – Elementos para la Programación de su Desarrollo*, CEPAL, janeiro de 1963; *Plano Trienal de Desenvolvimento Económico e Social, 1963-1965*. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1962, p.51.
- ¹⁶⁵ Walder de Góes, *op. cit.*, 1977, p.169.

* Sobre a Dow Chemical, têm-se que de todas as empresas multinacionais dos EUA, ela foi, talvez, a que mais se aproximou dos governos autoritários militares da América Latina. Além de ter tido, no Brasil, o general Golbery do Couto e Silva como um de seus presidentes (1968-1973), na sua filial no Chile a companhia nomeou para o seu mais alto posto um ex-fuzileiro naval, o general I. Budd Venable.

- ¹⁶⁶ Vizentini, *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1ª edição, 1998, p.267.
- ¹⁶⁷ *Idem*, p.266.
- ^{168a} Pedro Malan & José Alfredo da Luz, “Desequilíbrio do Balanço de Pagamentos: Retrospecto e Perspectiva” in *Brasil: Dilemas da Política Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1977.
- ^{168b} Moniz Bandeira, 1994, p.171. Apud: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, tese de mestrado em Ciência Política na FFLCH da USP, novembro de 1998, mimeo.
- ¹⁶⁹ Mário pedrosa, *op. cit.*, pp.186, 188 e 194.
- ¹⁷⁰ Alkimar Ribeiro Moura, *op. cit.*, p.39.

notas

¹⁷¹ Vide tabelas A-4 do livro de Werner Baer, São Paulo: Editora Nobel, 2ª edição, 2003, pp.487-88 e *Estatísticas Históricas do Brasil, Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – “Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985”*. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, pp.538-39.

O modo de inserção do Brasil no capitalismo mundial em comparação com os modelos indiano e finlandês

¹⁷² Ricardo Ffrench-Davis, Oscar Muñoz e José Gabriel Palma em “As Economias Latino-Americanas, 1950-1990” - capítulo 3 do livro organizado por Leslie Bethell, *A América Latina após 1930*. São Paulo: edusp/FUNAG, 2005, pp. 166 e 173.

¹⁷³ Maurice Crouzet, *História Geral das Civilizações*. “A Época Contemporânea”. Tomo VII – Volume 3. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 3ª edição, 1974, p.57.

¹⁷⁴ *Idem*, pp.55-56.

¹⁷⁵ John G. Stoessinger, *O Poder das Nações: A Política Internacional de Nosso Tempo*. São Paulo: Editora Cultrix, MCMLXXVIII, pp.323-28.

Obs.: Mesmo tendo de recorrer a empréstimos externos para promover o seu desenvolvimento industrial, a Índia conseguia manter, segundo estimativas de 1996, os gastos com pagamento dos serviços da dívida externa num nível referente a 24,1% de suas exportações, menor do que os 41,1% do Brasil. O valor total da dívida indiana era, em 1996, de US\$89.827 milhões, enquanto que a do Brasil era de US\$228.186 milhões em 1998.

¹⁷⁶ Jari Ojala, Jari Eloranta, Jukka Jalava et al, *The Road to Prosperity: An Economic History of Finland*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 2006.

¹⁷⁷ *Idem*, pp. 15-23, 29, 52, 59-63, 68, 72-82, 110-11, 117-119, 93-125, 150-54, 226, 232-33, 269, 274-75, 299,332 – tradução e síntese nossas.

¹⁷⁸ Albert Fishlow, op. cit., p.114.

¹⁷⁹ in *Primeira Leitura*. Edição nº 29 - São Paulo - julho de 2004, pp.20-34.

CAPÍTULO 3

OS PONTOS DE CONTATO DO MODELO ECONÔMICO COM AS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS MILITARES PÓS-64

“[...] O direito dos povos de dispor de si mesmos é o prolongamento da liberdade individual e da soberania nacional”.
(René Rémond, *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976, p.153)

Antes de prosseguirmos com uma discussão centrada no campo da economia política, devemos, agora, fazer uma digressão mais direcionada para as políticas externas dos governos militares do Brasil pós-64, as quais, porém, eram resultantes das linhas estruturais dos planos econômicos e do modelo de desenvolvimento por eles seguidos. Trataremos, então, neste capítulo da correlação existente entre a espinha dorsal das políticas externas destes governos militares e o fio condutor do modelo econômico que por ela perpassava. Mostraremos que tais políticas estavam fundadas em cânones formulados pelo *establishment* político, diplomático, militar e financeiro estadunidense no período do pós-Segunda Guerra, mais precisamente no auge da Guerra Fria, assinalando que isso acabou criando para o Brasil liames tão fortes de dependência, de caráter estrutural, a ponto de não permitir ao Brasil adquirir maiores posições de poder no sistema internacional, o que acabou por impedir o êxito do projeto de nação-potência dos governos do regime autoritário-militar.

As relações EUA e América Latina entre 1947 e 1959

Após a Segunda Guerra, os sucessivos governos norte-americanos demonstravam um certo desinteresse quanto às demandas para os projetos de investimentos públicos de seus vizinhos do Sul, a ponto de ter deixado o segundo governo de Getúlio Vargas, no Brasil, com pouco espaço de manobra nas suas relações com o centro do mundo capitalista, não conseguindo assim obter a ajuda necessária para impulsionar o seu projeto de desenvolvimento industrial com uma importante participação do Estado. É por esta razão que Vargas começa a fazer críticas ao imperialismo dos países ricos, especialmente dos EUA, crítica esta que não tinha nada a ver com ser contra o capital estrangeiro, mas sim com a sua fuga ou ausência, pois o que caracterizava o imperialismo para ele “era a falta de investimentos dos países ricos nos pobres, impedindo o seu desenvolvimento”. Embora não deixasse de se aproximar do capital estrangeiro, no seu segundo governo, Vargas era crítico

dos lucros extraordinários que as empresas multinacionais aqui instaladas costumavam expatriar, afirmando que "Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando".

Além desta questão da remessa de lucros extras das empresas estrangeiras para o exterior, havia problemas infra-estruturais que apareciam como potenciais pontos de estrangulamento para o projeto de desenvolvimento industrial acelerado do Governo, como aquele relacionado com o suprimento de energia elétrica. Vargas pretendia investir pesadamente neste setor e para tanto contava com um aporte de US\$500 milhões proveniente do Eximbank e do Bird, os quais, entretanto, acabaram liberando somente US\$129 milhões até o final de 1953. Alguns analistas, como Moniz Bandeira, consideram que isso ocorreu pelo fato de Vargas ter assinado o Decreto-Lei de 3 de janeiro de 1952, que limitava a remessa de lucros ao exterior a 8% sobre o capital registrado. Mas, na realidade, o motivo maior daquelas instituições financeiras terem agido de tal forma pode ser o forte vínculo existente entre Vargas e a Assessoria Econômica do Gabinete Civil, um dos centros diretivos da política econômica do seu governo, constituído por convictos nacionalistas, os quais pregavam uma política de maior participação e controle do Estado no setor elétrico, contrariando, portanto, os interesses das concessionárias privadas estrangeiras que monopolizavam o sistema de distribuição de energia elétrica no país².

Na verdade, a partir de 1947, depois de instituído o Plano Marshall, os EUA, priorizavam a destinação de investimentos e financiamentos de importações para os países da América Latina através de empresas e casas bancárias privadas que compunham seu complexo industrial-financeiro. Quando muito foram criados programas de ajuda econômica, social e militar, elaborados por agências multilaterais regionais e mundiais. No caso específico dos EUA, estas agências eram administradas pelo Governo, tal como a USAID, que foi criada em novembro de 1961. Portanto, num período de dezesseis anos depois do término da II Guerra Mundial, houve pouco espaço para os Estados nacionais da América Latina atuarem como elementos determinantes do desenvolvimento e da redistribuição de renda por meio da implementação de políticas econômicas e sociais, tal como ocorreu nos países da Europa Ocidental compensados com o Plano Marshall. Enquanto para estes últimos foram destinados US\$ 13,5 bilhões na forma de créditos não reembolsáveis, de mercadorias gratuitas e de empréstimos a longo prazo, sendo US\$ 6,8 bilhões aplicados só nos primeiros quinze meses do plano, para os países latino-americanos foram liberados apenas US\$ 34.5 milhões³. Além da Europa ocidental, o Sul e Sudeste asiático, com destaque para o Japão, também receberiam um aporte de investimentos superior ao da América Latina, através do

Plano Colombo (1951), principalmente depois da vitória de Mao Zedong no processo revolucionário chinês (1949) e depois da eclosão da Guerra da Coréia (1950).

A tabela abaixo mostra com mais precisão a ajuda americana a várias regiões do mundo após o fim da Segunda Guerra – quanto ao montante, à forma, o tipo e ao espaço de tempo:

Tabela 17
Ajuda dos EUA a Várias Regiões do Mundo de 1945-1952 (bilhões de dólares)

<i>Anos</i>	<i>Bens</i>	<i>Empréstimos</i>	<i>Total</i>
1945-1948	6,8	8,7	15,5
1948-1952	19,7	2,8	22,5
	26,5	11,5	38

Repartição da Ajuda dos EUA (bilhões de dólares)

<i>Regiões</i>	<i>Ajuda econômica</i>	<i>Ajuda militar</i>
Europa	25,8	3
Ásia Pacífica	5,6	1,3
América Latina	0,7	0,1
Diversos	1,4	0,1
	33,5	4,5

Fonte: Tabela adaptada de um quadro presente no livro de Frédéric Mauro, *Histórica Econômica Mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 – 2ª edição, p.418.

Na era JK, quando os EUA ainda continuavam com essa política de “*negligência benigna*” em relação ao Brasil e toda a América Latina, negando os créditos que o Estado brasileiro reivindicava e, mais insolentes ainda, quando mandavam o FMI aumentar as pressões sobre o nosso governo para que este alterasse a sua política desenvolvimentista, Kubitschek retoma, então, a estratégia da *barganha nacionalista* e do multilateralismo na agenda da política externa brasileira e esta volta a ser um instrumento de real apoio às necessidades do desenvolvimento nacional. Surge daí a OPA (Operação Pan-Americana), que

objetivava chamar a atenção dos EUA de que para afastar de vez a ameaça comunista no subcontinente, não bastava apenas investir em segurança, mas aumentar os créditos para os governos latino-americanos poderem investir na economia e atacar o subdesenvolvimento.

O resultado desta política dos EUA para com os países da América Latina não poderia ser outro senão o agravamento dos problemas sociais e econômicos destes, abrindo caminho para movimentos nacionais revolucionários, como foi o caso de Cuba em 1959. Mas, bem antes deste fato histórico, com o pretexto de que o nacionalismo latino-americano pudesse sofrer influências dos ideais socialistas e mirar-se no exemplo bolchevista, os EUA haviam dado início, já na década de 30, a uma série de intervenções diretas na própria Cuba, na República Dominicana e na Nicarágua, colocando nestes países governos escancaradamente ditatoriais e corruptos. Assim nasceram os caudilhos fantoches Batista, Trujillo e Somoza que, com sua brutalidade à moda antiga, típica de um militar *troupier*, foram úteis aos EUA até o início dos anos 60, mas que doravante “tornavam-se contraproducentes por exacerbarem radicalismos e tensões”, ou, noutros termos, viravam peças desgastadas para os cada vez mais sofisticados mecanismos de segurança, repressão e (contra)informação que iam sendo elaborados nos EUA e na França para conter, tanto no plano retórico quanto na prática, as ondas de transformações revolucionárias que se avolumavam na América Latina e em outras regiões subdesenvolvidas do planeta⁴.

Desta feita, seria necessário trocar esses caudilhos e militares *troupiers* de direita, com seus velhos regimes visivelmente corruptos e ditatoriais, por aquela nova geração de militares direitistas do pós-Segunda Guerra, que, como foi visto no capítulo anterior, eram tidos como *profissionais* e/ou *técnicos* em virtude de estarem sintonizados com as renovadas ideologias, doutrinas e táticas militares de coerção aos nacionalistas e esquerdistas de todos os matizes. Tratar-se-ia, portanto, de manter como regra, no continente meridional, os regimes autoritários de direita, pró-americanos, de preferência do tipo militar, só que desta vez mais eficazes e cobertos com os véus da competência técnica, da constitucionalidade e das formalidades legais. Nas décadas de 50, 60 e 70, onde estes regimes não fossem norma, os EUA passavam a exigir que os militares de direita identificados com as suas novas diretrizes político-ideológicas, melhor delineadas a partir dos anos 50, fossem colocados na direção da política de seus respectivos países por meio de Golpes de Estado, tornando-se pivôs de modelos econômicos que atendessem aos preceitos do capitalismo liberal nos moldes daquele praticado pelos norte-americanos. Os militares latino-americanos iam assumindo então um novo papel no âmbito da política interna de seus respectivos países. É isso o que será abordado a seguir.

Um novo papel para os militares latino-americanos nas décadas de 60 e 70

“Um propósito fundamental de Hobbes, como disse Leo Strauss, era ‘recordar à burguesia a condição elementar para a sua existência’, que consiste não nas louváveis virtudes da indústria e da economia, mas na ‘segurança do corpo e da alma, que a burguesia não pode garantir para si mesma’”.

(Richard Morse, *O Espelho de Próspero: Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.62)

Se concordamos que esta análise da obra política de Hobbes se aplica ao momento histórico do Brasil no início da década de 60, quando o país passava pela mais intensa mobilização e polarização social e política de sua história com vistas a realização de reformas progressistas, e que a burguesia nacional estava então consciente da conveniência deste conselho do pensador inglês do século XVII para que a ordem e a segurança internas fossem asseguradas, compreenderemos, então, porque a aludida burguesia brasileira consentiu em entregar o controle direto do poder do Estado aos militares em abril de 1964.

Fazendo um paralelo com *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, da mesma forma que Marx considerava aparente a autonomia do governo do sobrinho de Napoleão Bonaparte frente à burguesia francesa em meados do século XIX, assim também podemos ver os governos militares do Brasil da segunda metade do século XX, os quais receberam, das mãos de vastos segmentos da burguesia nacional, particularmente daqueles vinculados ao capital estrangeiro e ao mercado externo, o direito de dirigirem o Estado brasileiro na forma de uma *ditadura inconstitucional*. Estas frações da burguesia agiram de tal forma porque entendiam que, nas circunstâncias do Brasil da época, uma *ditadura inconstitucional* do tipo militar seria o regime político mais apropriado para que se garantisse aqui a sobrevivência de uma ordem capitalista periférica onde pudessem ser aprofundadas a inserção subsidiária do Brasil no sistema capitalista mundial e a superexploração das classes trabalhadoras sem grandes transtornos.

Entretanto, este substrato de ordem interna dificilmente poderia ser dissociado dos fatores externos. Mais ainda, se formos procurar o que mais influência exerceu na instauração de uma ditadura militar de direita no Brasil na primeira metade da década de 60, teremos de ir mais além dos fatores de ordem interna, diretamente relacionados com a estrutura econômica e o quadro político e social do Brasil da época, os quais eram cheio de incongruências e vicissitudes. Queremos dizer com isso que existe também um poderoso fator exógeno que se traduz na flagrante correlação entre a instauração daquele regime político aqui no Brasil e os

interesses estratégicos (políticos e econômicos) de Washington e das grandes corporações industriais e financeiras norte-americanas no pós-Segunda Guerra.

Isto posto, teremos de levar em conta a constatação feita por Hélio Silva de que

“à medida que se aguçavam as nossas contradições internas, quando o anseio por reformas sociais ameaçava os privilégios de grupos estrangeiros e das estruturas dominantes, as atenções dos círculos americanos se voltavam para o elemento chave da situação: as nossas Forças Armadas”⁵.

As elites civis e militares internacionalistas de direita, identificadas com os interesses econômicos e geopolíticos dos EUA, eram então colocadas diante do seguinte dilema: “o apoio às teses americanas ou o caos”⁶.

Estas observações de Hélio Silva são oportunas, pois apontam para a razão do porque desta vez, em 1964, os militares brasileiros intervieram na arena política, apossando-se literalmente do poder do Estado nacional para ali permanecerem por 21 anos como os principais dirigentes, contrariando, assim, o padrão de comportamento que haviam adotado em intervenções anteriores.

Nesse sentido, dois aspectos que para nós são peculiares ao regime autoritário-militar brasileiro pós-64 vêm à baila. O primeiro deles é que, em abril de 1964, os militares empolgaram o poder do Estado nacional, assumiram o controle direto do mesmo e assim permaneceram por 21 anos, contrariando deste modo o padrão de comportamento que haviam adotado em intervenções anteriores ao longo do período republicano, em que haviam tomado o poder do Estado mas não o mantiveram por muito tempo, entregando-o logo às elites civis, seja de forma deliberada ou por incontidas pressões destas mesmas elites. O segundo aspecto peculiar da intervenção dos militares brasileiros na vida política do país em 1964 – e que adquire um peso maior do que as intervenções anteriores – foi que ela contou com a participação plena e direta de agentes oficiais de um governo estrangeiro, que era o governo dos EUA, vindo este elemento a aparecer de forma cabal não apenas na execução do Golpe, mas na preparação do mesmo e, depois, no estabelecimento do regime dele decorrente.

A partir da Revolução Cubana de 1959, as Forças Armadas brasileiras e, de modo geral, de todos os países da América Latina, constituíam-se no *elemento chave* para os norte-americanos afastarem do subcontinente qualquer idéia de revolução, mormente a que estivesse afinada com o ideal do comunismo, porque, de acordo com Dexter Perkins, “nos casos mais destacados em que o regime comunista tem assumido o poder, seu advento é

precedido do colapso da autoridade militar”, ou seja, da “dissolução” do que ele chama de “máquina militar regular”. Os denominados *casos mais destacados* a que Perkins se refere são os da revolução russa de 1917, da chinesa de 1949 e da própria revolução cubana do final da década de 50.

Como, de acordo com Perkins, as forças armadas da maioria dos países latino-americanos desempenhavam no período em tela um papel importante na política, uma das consequências disso foi, segundo ele, que em alguns países se instauraram ditaduras corruptas e brutais, mas ressalta: “em caso algum foram essas forças inclinadas ao comunismo”⁷.

Até Roberto Campos escreve uma nota a respeito de um artigo escrito por David Felix na *Centennial Review* em meados de 1962, o qual demonstra a correlação existente entre a observância dos interesses comerciais, econômico-financeiros e estratégicos dos conglomerados empresariais e do Estado norte-americanos nas nações da América Latina e a instauração nestas de políticas financeiras liberais e, conseqüentemente, de governos ditatoriais pró-americanos. No referido artigo, Felix apontava retrospectivamente que o presidente Eisenhower

“no seu zêlo de promover a ortodoxia econômica e um clima favorável de investimentos, acabou identificando-se muito intimamente com ditaduras impopulares”⁸.

Esta disposição dos governantes dos EUA em estimarem que os militares latino-americanos seriam mais confiáveis na função de barrar o alegado perigo comunista na América Latina durante os anos 50 e 60, vem da histórica descrença e do real desinteresse deles, os norte-americanos, no que tange o sucesso da democracia de massa nos países latino-americanos no período. As atitudes e declarações assumidas desde 1955 por Richard Nixon, então vice-presidente dos EUA, são muito emblemáticas quanto a essa mentalidade e postura comodista da elite dirigente norte-americana da época ante os seus vizinhos pobres do hemisfério Sul.

Como demonstra Lars Schoultz, depois de uma visita oficial ao Caribe e à América Central em 1955, Nixon fez a observação de que a democracia não era uma opção na América Latina, como se fosse uma justificativa para o apoio que os EUA davam então aos ditadores Rafael Trujillo da República Dominicana, Fulgêncio Batista de Cuba, e Carlos Castillo Armas da Guatemala, anos depois da deposição do governo democrático-popular de Jacobo Arbenz em 1954, por meio de um golpe de Estado. Em 1958, após visitas oficiais à alguns

países da América do Sul, o mesmo Nixon teceu o seguinte comentário ao Conselho de Segurança Nacional dos EUA:

“o continente meridional estava certamente evoluindo em direção a formas democráticas [*sic*] de governo. Normalmente, aclamaríamos tal desenvolvimento, mas deveríamos perceber que ele nem sempre é o melhor de todos os caminhos possíveis em cada país, particularmente naqueles países latino-americanos, que carecem completamente de maturidade”⁹.

Este tipo de aforismo que trata o povo da América Latina como imaturo, isto é, despreparado para o liberalismo democrático, expresso por Richard Nixon em meados dos anos 50, já se encontrava incrustado no pensamento de oficiais militares brasileiros que tinham fortes vínculos com os EUA e que tomariam parte do Golpe de Estado de 1964. Conforme uma das peças-chave do referido Golpe, o marechal Odylio Denys, a chamada “*Guerra Revolucionária Internacional*” vinha se desenvolvendo aqui no Brasil, “durante a vigência do regime tipicamente liberal adotado pelas nossas últimas Constituições, que”, segundo ele, “seguiram muito de perto os textos que regulam a vida de povos mais adiantados, mas de estruturas mais sólidas, como o americano”. Com efeito, o marechal chegava à seguinte conclusão

“Está provado que nós não podemos tão cedo nos dar ao luxo de ter um liberalismo como existia”(Odylio Denys, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980: 106 e 132).

Os anos 60 e 70 pareciam, portanto, o momento histórico exato para se concretizar na maioria dos países da América Latina aquele ideal positivista defendido por Benjamin Constant no final do século XIX, o qual anunciava que os militares estariam predestinados a ocupar posições centrais na vida política de seus respectivos países. Por isso que tornou-se viável o Golpe de 1964 no Brasil, pois o mesmo apresentava-se como essencial para os interesses dos EUA no auge da Guerra Fria. E, como tal, cumpre re-enfatizar o apoio dos EUA ao citado Golpe e ao regime ditatorial militar dele resultante como um dos elementos fundamentais para a sua institucionalização, legitimação e duração. Como nos faz saber Renato P. Dagnino:

“No início dos anos 60 era aceita em muitos meios, no país e no exterior, a idéia de

que os militares eram o único agente social capaz de impulsionar a modernização das sociedades atrasadas do Terceiro Mundo. Seriam eles os responsáveis pela transformação das bases econômicas e institucionais necessárias à constituição de uma sociedade industrial que tinha por modelo os países desenvolvidos. Esta idéia estava presente no modelo político pós-64 e foi inclusive um dos elementos que legitimou social e politicamente sua implementação. Um dos elementos da modernização pretendida era a reprodução, no país, de formas de produção e consumo típicas das sociedades avançadas, o que veio a demandar e estimular um aumento do peso das empresas multinacionais na economia. Entretanto, ele só poderia ser viabilizado caso se garantisse ao investimento estrangeiro algumas condições de estabilidade que os acontecimentos anteriores ao movimento de 64 tendiam a negar. Isto requeria um controle de uma situação social ainda não totalmente definida e demandava, finalmente, das Forças Armadas, um esforço no sentido de contar com os meios (equipamento militar, etc) necessários”¹⁰.

Eis aí, então, os motivos dos EUA apoiarem a instauração de várias ditaduras militares de direita na América Latina dos anos 50 aos anos 70: tais regimes políticos eram mais poderosos e garantidos para servirem como antídotos não apenas ao comunismo, mas também ao espírito nacionalista de certos líderes e grupos políticos latino-americanos que não tinham simpatia pelos imperialistas norte-americanos, contrariando, de quando em quando, os interesses econômicos e geopolíticos destes.

Se aqueles regimes autoritários-militares seriam ou não dotados do espírito liberal-democrata no plano da política interna, isso não importava aos norte-americanos. O que importava era que o espírito liberal imperasse nas relações comerciais e econômico-financeiras que com eles fossem travadas.

Tal abordagem é corroborada pelo que escreve Caio Prado Jr em 1966, ano em que houve uma resolução adotada pela Câmara de Representantes (deputados) dos EUA em 20 de setembro de 1965, a qual declarara que:

“forças subversivas conhecidas por comunismo internacional, agindo aberta ou veladamente, direta ou indiretamente, põem em risco a soberania e independência política do Hemisfério Ocidental. Em vista disso, um ou mais países da América têm o direito de adotarem medidas, inclusive o uso da força armada, para prevenir ou repelir a dominação, controle ou colonização, qualquer que seja sua forma, da parte

de forças subversivas conhecidas por comunismo internacional ou seus agentes no Hemisfério Ocidental”¹¹.

Quase que simultaneamente a esta resolução da Câmara dos deputados norte-americanos, o jornalista Carlos Castello Branco noticiava, em sua crônica escrita em 20 de agosto de 1965 no *Jornal do Brasil*, que no mesmo mês de agosto daquele ano, o assistente do Secretário de Estado do governo dos EUA, Sr Thomas Mann, esteve no Brasil em companhia de alguns senadores e investidores norte-americanos a fim de tomarem conhecimento da situação política brasileira e qual a direção que ela seguiria, visto que estavam desejosos de saber

“com que tipo de governo teriam de se haver num futuro próximo, se com uma democracia de tipo clássico, se com uma administração tutelada, se simplesmente com uma ditadura”.

Por fim, Carlos Castello Branco completa sua crônica com uma importante revelação:

“Sabe-se que, em Washington, a opinião predominante nos círculos especializados é a do general Walters, adido militar dos Estados Unidos no Brasil: as **eleições in diretas são mais convenientes**, pois, embora isso não seja o ideal, **um Governo de ‘Estado-Maior’ parece mais seguro** num momento em que eles lutam com tantas dificuldades em tantos terrenos”¹².

O *governo de Estado-Maior* a que se referiu Walters como preferido dos governantes e empresários norte-americanos para o governo do Brasil pós-64 era, logicamente, um governo militar formado por altos oficiais militares internacionalistas, pró-americanos, vinculados à Escola Superior de Guerra, e não um governo militar formado por outra e qualquer corrente militar não internacionalista. Isso porque, como bem alertou Rizzo de Oliveira, citando Mike Burgess e Daniel Wolf, a ESG vinha sendo um

“agente de difusão das doutrinas do *establishment* militar norte-americano e de formulação sistemática de políticas que refletem os interesses dos grandes empresários transnacionais e dos seus sócios brasileiros”¹³.

Este alerta é importante de ser lembrado, visto que no segundo semestre de 1965 era grande a possibilidade de se lançar a candidatura do general Henrique Lott às eleições de outubro para o governo do estado da Guanabara pelo PTB, a qual, se vingasse e fosse vitoriosa nas urnas, certamente iria entrar em colisão com o imperialismo estadunidense e de seus fiéis aliados da direita internacionalista brasileira. Por isso que, mesmo sendo Lott um militar de alta patente, ele não receberia o beneplácito destes últimos.

Enfim, o espírito que deveria permear as relações entre EUA e Brasil nas décadas de 50, 60 e 70 era o mesmo que imperava no final da década de 30 e início da de 40, quando os norte-americanos precisavam fechar acordos estratégicos nas áreas comercial e militar com o governo Vargas, para que este não acabasse se entendendo com a Alemanha nazista.

Naquela ocasião, mais precisamente em 1939, participando da comitiva da Missão Aranha – enviada para os Estados Unidos para tratar da possível conclusão dos referidos acordos entre Washington e Rio de Janeiro – Luiz Simões Lopes, mandou uma correspondência ao presidente Getúlio Vargas em fevereiro daquele ano, na qual escrevera a respeito das expectativas dos norte-americanos no que se referia a nossa realidade política, dizendo que:

– “Eles não querem saber se nosso governo é liberal ou não ...”¹⁴.

A participação dos EUA na montagem das ditaduras militares latino-americanas das décadas de 60 e 70

“Há uma coisa que sempre estranhei em vocês, americanos. Têm pesadelos sobre os demônios comunistas que trabalham dentro de seu país. Todavia, durante estes últimos anos, os fascistas têm-se tornado crescentemente perigosos, e ninguém se preocupa com eles, sobretudo os membros do Congresso”.

(De um diplomata europeu ao Senador democrata norte-americano, Stephen M. Young, no início da década de 60. Apud: Fred J. Cook, *O Estado Militarista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p.235)

Preocupados com as fortes reações e críticas de ilegitimidade, isto é, com o ônus que as suas intervenções unilaterais nos assuntos internos das nações latino-americanas desde os anos 20 do último século vinham desencadeando, os EUA iam aos poucos transferindo para os governos aliados da região a tarefa de combaterem os movimentos revolucionários de esquerda e os nacionalistas populares. A partir dos anos 50, sobretudo depois da Revolução

Cubana em 1959, a Casa Branca, o Pentágono e as Forças Armadas norte-americanas iam deixando de estar à frente de algumas intervenções político-militares na América Latina e começavam a formar batalhões de oficiais militares, cientistas sociais, psicólogos, publicitários, missionários protestantes, padres, homens de negócios, engenheiros e economistas para que eles não só fizessem estudos e pesquisas *in loco* que lhes proporcionassem conhecer a mentalidade, as características marcantes e as fragilidades dos povos e países latino-americanos, como também participassem de operações de espionagem e contra-informação, da elaboração de propaganda alarmista, de campanhas difamatórias, de atos públicos ruidosos, tumultos em manifestações em prol do governo estabelecido e até de atentados terroristas, bem como a persuasão por suborno de empresários nacionais, políticos e autoridades locais para a realização de locautes, greves, sabotagem de empreendimentos, aumento abusivo de preços, especulação financeira, retração de investimentos, fuga de capitais e interrupção do fornecimento de bens e serviços essenciais à população. Estas eram as táticas que os EUA utilizavam na época, a fim de que, juntamente com as forças reacionárias conspiratórias de cada país da região, fosse implantada uma estratégia capaz de derrubar com sucesso governos estabelecidos de tendência nacionalista ou esquerdista, barrar o avanço dos partidos políticos de esquerda (que disputavam democraticamente o poder pela via do voto), os crescentes movimentos reivindicatórios de trabalhadores rurais e urbanos organizados, bem como as novas manobras dos movimentos insurrecionais nacionais que recorriam cada vez mais às táticas da guerra de guerrilha sem *front*.

O resultado dessa estratégia foi a idéia da refundação de um centro de treinamento militar antiguerrilha para oficiais latino-americanos no Fort Gullick no Panamá, centro este que recebeu o nome de Escola das Américas do exército norte-americano (School of América, em inglês). É neste contexto que igualmente surgia a proposta de se criar um “exército continental”, ou “força internacional de polícia”, ou, ironicamente, “força de paz internacional”¹⁵, portando a bandeira da OEA. A intenção era fazer com que os EUA deixassem de ser o alvo dos ataques dos revoltosos latino-americanos que denunciavam o estado de pobreza absoluta da maioria da população de seus respectivos países, ao mesmo tempo em que crescia a sua influência econômica na região. Ao se levantar a hipótese de haver “guerra” no interior destes mesmos países, erguiam-se conjuntamente as doutrinas que acentuavam a importância do papel dos militares latino-americanos direitistas na vida política de suas respectivas nações, com o objetivo de que seus exércitos chegassem até a atuar nelas como uma força de ocupação, arcando com os custos implícitos nesta tarefa, enquanto os estadunidenses ficavam livres para concentrar-se nos seus interesses econômicos.

Segundo Klare e Arnson, do final dos anos 50 até 1978, os Estados Unidos foram os principais abastecedores de doutrinas políticas, armamentos, táticas militaristas e técnicas de interrogatório policial aos exércitos latino americanos. Desde a adoção da estratégia militar da *contrainsurgência* pela administração Kennedy, as forças armadas latino americanas passaram a ser conformadas pelas doutrinas formuladas pelos estrategistas militares norte-americanos, tornando-se verdadeiros veículos de defesa dos interesses dos EUA em seus respectivos países. Eis a razão dos militares latino-americanos perderem, nas décadas de 60 e 70, a sua função tradicional, cujo foco era a guerra externa, para passarem então a exercer novos papéis: o de forças especializadas em segurança interna contra um ‘inimigo interno’, simultaneamente ao de dirigentes políticos centrais, mesmo afirmando serem “apolíticos”.

Os mencionados autores informam que um dos principais canais usados pelos EUA para transmitirem suas doutrinas políticas e militares aos exércitos latino-americanos foram os programas de treinamento militar e que entre 1959 e 1969 os EUA treinaram uma média de 3.475 militares latino-americanos por ano. Entre 1964 e 1968, o número de oficiais militares latino-americanos treinados nos EUA sobe para 22.059 por ano, e, entre 1973 e 1978, o número é de 23.315 por ano.

Em 1968, num informe dado ao Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA, o professor de História da América Latina da University of New Mexico, Edwin Lieuwen, afirmou que

“a maioria dos líderes militares latino-americanos que levaram a cabo os nove golpes entre 1962 e 1966, haviam recebido treinamento norte-americano”^{16a}.

Jorge Illueca, diplomata e ex-vice-presidente do Panamá de 1982 a 1984, chamou a Escola das Américas do exército norte-americano de “a maior base de desestabilização da América Latina”^{16b}. Por sofrer forte oposição de Illueca, a mesma escola militar mudou-se para o Fort Benning em 1984.

Indubitavelmente, as ditaduras militares não teriam surgido nas décadas de 50 e 60, e se consolidado na década de 70, no continente meridional se não tivesse havido uma disposição política, suporte logístico, consultoria técnica e ajuda material concreta dos Estados Unidos na contenção da ameaça de movimentos insurrecionais autóctones, motivados, segundo os estrategistas norte-americanos, pela subversão comunista.

No caso do Brasil de 1964, o almirante Julio de Sá Bierrenbach, um dos partícipes do Golpe de Estado, afirma que o embaixador dos EUA no Brasil na época, Lincoln Gordon,

junto com o seu adido militar, Vernon Walters, estimularam a conspiração contra o governo João Goulart¹⁷. Vernon Walters, enviado ao Brasil em julho de 1962, revela que passou a ver o general Castelo Branco “com frequência” depois que este foi nomeado chefe do Estado-Maior-do-Exército (EME) em setembro de 1963¹⁸. Carlos Heitor Cony fornece informações a respeito do IBAD, o braço do IPES responsável pela arrecadação de dinheiro ilícito oriundo (de fora e de dentro do Brasil) destinado ao pagamento de deputados e senadores para que fosse formada no Congresso uma base contra o governo Goulart. Nas palavras de Cony: “O Ibad era financiado aberta e prodigamente com dinheiro norte-americano. O embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, que teria papel importantíssimo no Golpe de 1964, administrava à distância a caixa e os propósitos do Ibad”. Ainda de acordo com as palavras de Cony, “a operação em si ficara a cargo de brasileiros mesmo, laranjas dos interesses do Departamento de Estado dos EUA”¹⁹. Maria Victoria de Mesquita Benevides confirma esta informação de Cony ao dizer que a ação econômica do IBAD estava voltada “para o favorecimento – com fundos de origens principalmente americanas – dos candidatos ostensivamente antijanguistas e ‘anticomunistas’” e que esta ação teria sido objeto de uma CPI em junho de 1964, a qual não vingou por ter ficado sob o controle da UDN e setores antijanguistas do PSD. Esta ação do IBAD e a ajuda financeira ilícita dos norte-americanos vieram a ser confirmadas anos mais tarde por vários beneficiários, como por exemplo, o deputado udenista Ernani Sátiro (em entrevista à autora), e pelo próprio Lincoln Gordon, este último numa entrevista à revista *Veja* de 16 de março de 1977²⁰.

Para Klare e Arnson, os EUA, ao terem participado ativa e concretamente na formação das forças especializadas em segurança interna nos países da América Latina desde inícios da década de 50, criaram ali as bases para a instauração das ditaduras militares de direita naquela década e nas que se seguiram. Portanto, estas ditaduras que vão se instalando em sequência e num processo cumulativo na América Latina – desde 1954, na Guatemala, até 1976, na Argentina –, não devem ser vistas apenas como fruto de contradições e vícios inerentes às culturas ibero-americanas, mas como um aspecto central da política externa norte-americana para a América Latina, principalmente depois do triunfo da revolução nacionalista (e depois socialista) de Fidel Castro em Cuba, política esta baseada na estratégia militar da *contrainsurgência*, cujo foco, segundo o Pentágono, estava centrado nas “ações militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e civis de um governo desejoso por vencer a insurgência subversiva”²¹.

As mesmas fontes também informam que tanto agências do Estado norte-americano quanto algumas empresas privadas e estatais deste país estiveram envolvidas com o abastecimento de armas, munição, tecnologia e técnicas de repressão para muitos regimes autoritários de direita, não só na América Latina como noutras regiões subdesenvolvidas do mundo, a fim de que eles tivessem condições de combater os movimentos insurrecionais autóctones e o avanço do comunismo. Estes dois autores mostram ainda que os Estados Unidos criaram uma série de programas de ajuda técnica, na área militar, através dos quais os governos militares latino-americanos recebiam dinheiro, armas, munições de governos e de empresas privadas dos EUA, assim como consultorias técnicas por parte de civis e oficiais militares norte-americanos. De fato, eram comuns as vendas de armas dos EUA às ditaduras latino-americanas, financiadas por fundos públicos daquela superpotência capitalista.

Vez ou outra, este comércio de armas dos EUA com os países latino-americanos sofriam algumas mudanças, de acordo com a situação política interna norte-americana e com os seus interesses estratégicos, tanto geopolíticos quanto econômicos. Por exemplo, até 1967 os EUA costumavam vender, sem restrições, aos países da América Latina, armas avançadas e aviões supersônicos, tal como o F5A. Porém, a partir daquele ano a venda de sistemas avançados de armas para aqueles mesmos países foram recusados pelos norte-americanos, pois estes entendiam que o que deveria vir em primeiro lugar eram as armas empregadas para a repressão interna. Mas com Nixon na Casa Branca, as restrições às vendas dos aviões F5A aos países latino-americanos foram suspensas em 1973, em decorrência da perda deste mercado para empresas européias.

Entre 1973 e 1978, segundo dados obtidos por Klare e Arnson junto ao Departamento de Defesa dos EUA, a ajuda financeira dada por este país aos governos militares de direita da América Latina alcançaram a quantia de 1.100,00 milhões de dólares. Só na América do Sul, o valor total destes programas atingiram o montante de 614.530,00 mil dólares, sendo que dos três países que mais receberam as mencionadas ajudas dos EUA na área de segurança interna, o Brasil ficou em primeiro lugar, contando com um crédito total de 169,621 mil dólares. Em segundo lugar veio a Argentina, que recebeu um total de 100,274 mil dólares e, em terceiro lugar, o Perú, com um montante de 80,892 mil dólares²². Entretanto, com a chegada de Carter à presidência dos EUA, voltam as políticas restritivas de vendas de armas aos países da América Latina, principalmete àqueles que buscavam um grau maior de autonomia em suas políticas militar, externa e comercial.

Até mesmo os programas e organismos norte-americanos aparentemente neutros, porque de caráter destacadamente ‘técnico’, tais como a *Alliance for Progress* e a *Agency for*

International Development (AID), tinham alguma relação com a política da Casa Branca de conter reformas de cunho nacionalista e movimentos revolucionários contrários aos governos oligárquicos pró-americanos, bem como com a política colaboracionista com os governos autoritários de direita, amigos dos EUA, na repressão a estes movimentos, fornecendo a eles armas, munição, treinamento e consultoria técnica por meio de profissionais que se diziam técnicos das áreas da indústria, da agricultura, mineração e educação. Caso emblemático foi o de Don Mitrone, funcionário da AID que dizia ser técnico da área de circulação e de comunicações, mas que na verdade atuava junto aos órgãos de repressão dos regimes militares da América Latina, ensinando, entre outras coisas, técnicas de tortura aos oficiais e suboficiais das Forças Armadas e das polícias civis e militares ligados àqueles órgãos.

Voltando à questão de se criar uma força de segurança conjunta nas Américas, portando a bandeira da OEA, com a crise dominicana de 1963-65 a proposta da criação da Força Interamericana de Paz (FIP) ganhou terreno, pois depois que as tropas de fuzileiros-navais norte-americanos, agindo como uma verdadeira força policial, invadiram por conta própria aquele país caribenho, as mesmas receberam da OEA o *status* de Força Interamericana de Paz, contando, então, com a adesão do Brasil, Costa Rica, Honduras e Nicarágua. Institucionalizada, a FIP seria um instrumento essencial para se concretizar na prática a nova concepção de soberania nacional atrelada aos conceitos de *interdependência* e de *fronteira ideológica*, formuladas pelo *establishment* político-militar norte-americano. Como o chamado inimigo dos povos americanos (capitalistas, liberais e ‘cristãos’) era agora alegadamente não apenas externo, mas também interno, visto que ele confundia-se com os habitantes e cidadãos de cada país, sendo, portanto, capaz de atuar como fonte de conflitos, perturbação da ordem e de sublevação internas em vários países simultaneamente, então nada de fronteiras físicas, nada de limites físicos ou limites jurídicos e políticos nacionais que viessem a impedir os defensores do modo de pensar e de viver da sociedade capitalista ocidental. As fronteiras tinham que ser “móveis” para facilitar a mobilidade das operações conjuntas das forças americanas de repressão à subversão*.

Embora o conceito de *fronteiras ideológicas* tenha sua raiz no campo militar, constituindo-se na viga que sustentava as alianças militares entre os EUA e os países menos ou mais desenvolvidos economicamente, geograficamente localizados ou não na parte ocidental do planeta, ele acabou sendo transposto para os campos político e diplomático, principalmente pelos países do hemisfério sul que foram movidos para a órbita de influência do poder norte-americano depois da Segunda Guerra Mundial e que com ele se alinharam.

Ao adotar este conceito na sua política interna, o governo Castelo Branco passaria a ver todo e qualquer movimento social popular que ocorresse no interior da sociedade brasileira, e que estivesse promovendo um processo de ascensão política e social das massas urbanas e rurais, como “subversivo” e como vindo de fora. Assim, se os movimentos sociais intestinos eram acusados de serem plantados e incitados por forças estrangeiras (neste caso, o comunismo soviético, chinês ou cubano), o governo brasileiro poderia não só requisitar o auxílio de forças militares norte-americanas para combater estes movimentos que ocorriam dentro do Brasil, mas supostamente teleguiados por Moscou, Pequim ou Havana, como também poderia apoiar as intervenções norte-americanas em outros países, como acabou fazendo ao enviar oficiais e 1.100 soldados das Forças Armadas brasileiras para a República Dominicana em 1965, tendo sido o único dos grandes países latino-americanos a fazer isso.

Os fundamentos da política externa do governo Castelo Branco

“O Brasil encarnou exatamente o ‘caminho americano’ e passou a ser, nesta condição, um fiel pilar dos objetivos dos Estados Unidos na América Latina”.

(Sidney Lens, jornalista e escritor norte-americano de esquerda, estudioso da história contemporânea dos EUA. É autor de importante obra acerca da formação de seu império. In *Amerikanische Weg. Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, XI. Jg., nov. 1966, Heft 11, p.1028. Apud: Christian Lohbauer, *Brasil-Alemanha, Fases de uma parceria 1964-1999*. Fundação Konrad Adenauer/EDUSP, 2000, p.33)

No plano da política externa, a posição de subordinação do Brasil ante os norte-americanos depois do Golpe de 64 ficou bem evidenciada pelas decisões do governo Castelo Branco em romper relações diplomáticas e comerciais com a República Popular da China e com Cuba, bem como em enviar tropas brasileiras para a República Dominicana, sob o pretexto de salvá-la do alegado *perigo comunista*, não obstante a própria grande imprensa dos EUA, com o *New York Times* à frente, não visse a existência desse perigo²⁴.

Para Oliveiros Ferreira, a decisão do presidente Castelo Branco em enviar tropas para a República Dominicana não teria sido uma demonstração de subserviência, mas, ao contrário, uma decisão “decorrente de uma atitude nacional e independente”, já que Castelo Branco justificava a criação da Força Interamericana de Paz e a ação intervencionista do Brasil junto com os norte-americanos no referido país da América Central, como “a forma diplomática de retirar dos Estados Unidos a decisão unilateral de intervir na América Latina”²⁵. Ferreira vai mais longe ao dizer que a defesa da FIP por Castelo Branco significava um posicionamento “favorável às reformas sociais na América Latina”, em oposição aos

“interesses particulares dos Estados Unidos”. Mas a contradição desta argumentação de Ferreira é bem visível quando ele conta que “integrantes do ‘estabelecimento militar’” brasileiro teriam dito que “se não fosse a participação brasileira, os Estados Unidos não teriam conseguido a adesão da OEA à invasão”²⁶.

Ora, se Castelo Branco era contrário a qualquer ação intervencionista unilateral dos Estados Unidos na América Latina, bastava que ele não enviasse as tropas brasileiras à República Dominicana, o que impediria que os estadunidenses recebessem a anuência da OEA. Além do mais, se ele era realmente a favor de reformas sociais nos países latino-americanos, em primeiro lugar, ele não teria participado da destituição do presidente João Goulart, cujo governo era seguramente reformista (ver pág. 206); E, depois, não teria concordado com a invasão da República Dominicana, uma vez que isso contrariava o princípio da autodeterminação dos povos pelo qual a diplomacia brasileira sempre havia se pautado. Mais ainda, se Castelo Branco visava se contrapor aos interesses particulares dos Estados Unidos, ele estaria reconhecendo que cada potência tem seus próprios interesses nacionais e não pautaria a política externa de seu governo com base no esquema de defesa associada da FIP.

Além deste fato ligado à República Dominicana, há também um outro que mostra o quão servil era a política externa do primeiro governo militar brasileiro pós-Golpe de 64 aos interesses econômicos e geopolíticos dos EUA. Este outro fato refere-se à atitude hostil do presidente Castelo Branco com relação ao presidente francês Charles de Gaulle, o qual visitara o Brasil em 1964. Nesta ocasião, Castelo Branco respondeu rispidamente a uma pergunta que De Gaulle havia lhe feito acerca do problema de governos ditatoriais, então constantes na América Latina²⁷. Tudo indica que a referida atitude do presidente brasileiro acentuava a sua posição contrária a qualquer país que adotasse uma política externa nacionalista e autônoma com relação às diretrizes estratégicas de Washington. Como é sabido, De Gaulle adotava uma política com forte viés nacionalista, insistindo no direito da França dispor de um programa nuclear independente a até mesmo da bomba atômica, recusando-se a ceder às pressões contencionistas dos norte-americanos e dos soviéticos. Ao reconhecer a China Popular em 1964, ao criticar abertamente a política americana no Vietnã em 1966 e ao tomar partido contra Israel na *Guerra dos Seis Dias* em 1967, a França de De Gaulle combatia a supremacia dos EUA no mundo capitalista, afastando-se cada vez mais desta superpotência em matéria de política externa²⁸.

Dessemelhante a esta posição que De Gaulle assumia diante dos EUA no que tange ao jogo de xadrez da política internacional na década de 60, o Brasil, como lembram Miyamoto

& Gonçalves, “esteve inclusive em negociações com a Casa Branca para envio de tropas ao Vietnã, quando Castelo Branco trocou cartas com Lyndon Johnson em 1964, manifestando solidariedade à política desenvolvida pelos Estados Unidos no sudeste asiático”²⁹.

O que permitiu ao Brasil intervir em assuntos referentes a problemas internos de um outro país, como a República Dominicana, e, conseqüentemente, a apoiar a postura intervencionista e imperialista dos EUA na América Latina e Ásia, foram os pressupostos básicos que norteavam a política externa de *alinhamento automático* do governo Castelo Branco. O ministro das Relações Exteriores do governo Médici, Mário Gibson Barbosa, chamou tal política de “dicotomia maniqueísta da guerra fria” formulada em Washington, cujos postulados levaram o Brasil a adotar um “novo conceito do princípio de soberania”. E somado a isso, no dizer de Vizontini³⁰, uma “peculiar concepção de autodeterminação” fortemente vinculada à idéia de “*interdependência*”, que, por sua vez, vinculava-se à noção de “fronteiras ideológicas, na medida em que”, na ótica das elites civis e militares reacionárias dos EUA e dos países latino-americanos, era “preciso constituir uma forte aliança interamericana para o combate às novas ameaças e à soberania dos Estados”, as quais eram supostamente provocadas pela subversão comunista.

Segundo Vizontini,

“a noção de interdependência implicava a revisão do conceito de segurança nacional e a limitação do de soberania, em defesa da interdependência”³¹.

Para que tenhamos uma idéia do quanto estes novos conceitos de segurança nacional e de soberania diferem daqueles conceitos clássicos pregados pelos militares nacionalistas brasileiros das décadas de 40, 50 e 60, recuperemos uns fragmentos do discurso de posse do general Estillac Leal na presidência do Clube Militar em 1950, os quais indicam que o seu conceito de Segurança Nacional era dirigido para possíveis “inimigos externos” e fortemente ligado aos ideais de defesa de “nossa soberania”, de “nosso patrimônio” e da “integridade territorial”. Nota-se, então, que para os militares nacionalistas dos anos 40 a 60, a Segurança Nacional e a soberania do Brasil estavam claramente associadas com a “defesa do patrimônio nacional” através, por exemplo, do controle do Estado sobre as reservas e a extração do petróleo, já que este era e ainda é fundamental para o funcionamento das Forças Armadas. Tanto é verdade que o então senador Atílio Vivacqua declarou na mesma época que “o petróleo é mais que uma arma; é um objetivo de guerra”. Pois bem, se fica tão evidente que o controle sobre as reservas e a extração do petróleo era de vital importância para a segurança

militar e, conseqüentemente, para a soberania e a segurança nacional, é intrincado negar o rótulo “*entreguista*” para os militares que eram favoráveis à participação das empresas petrolíferas estrangeiras nesta área.

No lado oposto a esta concepção de soberania do general Estillac Leal, está a do marechal-presidente Castelo Branco, pois para este a nova concepção de soberania trazida pelo conceito de *interdependência* era “útil”, já que não se fundamentava mais “nas obsoletas fronteiras físicas ou políticas” e nos “contatos e atitudes comuns, não apenas no campo cultural e político mas também na estreita colaboração e cooperação militar”³². Num texto produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), vê-se que a diretriz do primeiro governo do regime autoritário-militar pós-64 era favorável a “uma expansão da iniciativa privada no setor do petróleo, especialmente na indústria petroquímica”. Isso, segundo a fonte citada, “levou o governo de Humberto Castelo Branco a promover revisões que enfraqueceram a política do monopólio estatal”.

O citado texto do CPDOC/FGV diz que: “o primeiro golpe contra a política do monopólio foi a revogação do decreto de encampação” [das refinarias particulares], que havia sido assinado por João Goulart em fins de 1963. Contrário a este último, o decreto 56.571 de outubro de 1964 “fixou diretrizes e bases para a expansão da indústria petroquímica, ‘[por dever] ser estimulada a participação da iniciativa privada na expansão [dessa indústria]’ e ‘[por não incluir], a lei 2.004, no monopólio da União”’. O CPDOC/FGV diz ainda que a Constituição de 67 “não incluiu a refinação no monopólio estatal, que se limitou à pesquisa e à lavra”³³. Além disso, o governo Castelo Branco também retirou do monopólio estatal o xisto betuminoso.

Daniel Krieger revela que o presidente Castelo Branco havia expressado seu pensamento sobre o monopólio do petróleo num documento escrito de seu próprio punho, no qual lê-se textualmente que:

“O melhor seria manter a Constituição de 46, que nada fala sobre o assunto. Se isso não for possível, o que deixo ao entendimento das lideranças, faça-se força para a aprovação da emenda Teódulo-Arinos”³⁴.

Tal emenda – que determinava que “a pesquisa e a lavra do petróleo no território nacional constituem monopólio da União” – era para Castelo Branco “menos inconveniente”,

já que o assunto era muito embaraçoso para se tomar uma posição aberta entre o que defendia o seu apaniguado, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, que era contrário ao monopólio, e o que defendiam amplos setores das Forças Armadas.

Mário Pedrosa indica que Castelo Branco referia-se ao monopólio da estatal brasileira do petróleo como a “estranha tese da intocabilidade da Petrobrás”³⁵. E Nelson Werneck Sodré diz que “em dezembro de 1967, pelo Decreto 61.981, o governo Costa e Silva criava a Petroquisa, afirmando que as atividades que para ela se destinavam não eram “monopólio estatal”³⁶. Um ano depois, forma-se a Refinaria União, uma empresa de capital misto, em que entidades financeiras internacionais detinham 10% de suas ações.

Diante destes fatos e pronunciamentos originados no governo Castelo Branco, pode-se inferir que o princípio da *interdependência* que estava inserido na política de segurança coletiva e/ou segurança do hemisfério ocidental, formulada pelos norte-americanos, e à qual o primeiro governo militar brasileiro aderiu, implicava no sacrifício da soberania nacional. E há ainda um aspecto mais grave. Visto que as relações interdependentes eram compreendidas como simétricas e de “soma positiva”, vantajosas a todos que as abraçassem, isso implicava também no sacrifício da construção do Poder Nacional, de que tanto falavam os próprios governantes militares. Com este princípio elementar de soberania, não havia como construir o Poder Nacional, já que a soberania política é a “razão de ser mesma do Estado nacional”³⁷. A soberania nacional passou a ser sacrificada pelo primeiro governo do regime autoritário-militar porque ela, além de ser tida como “*obsoleta*”, era também, como notou criticamente Mário Pedrosa, “inconveniente” para que o Brasil recebesse armamentos, créditos e empréstimos em dinheiro do governo norte-americano³⁸.

O conceito de soberania política e territorial dava, então, lugar ao conceito de “*soberania ideológica*” e, conseqüentemente, às noções de “*Estados ideológicos*” e “*fronteiras ideológicas*”, no lugar de Estados e fronteiras nacionais, para que fosse então formada uma unidade ideológica do Alasca à Terra do Fogo, a qual receberia o nome de “sistema interamericano”. Isso denotava que os EUA podiam desembarcar tropas em qualquer país das Américas, sem que isso tivesse a conotação de invasão. Se, como bem observa Pedrosa, nas Américas não se levava mais em conta a noção de fronteiras físicas, a noção de invasão perderia sua validade, pois toda ação militar dos EUA nessa região do mundo ocidental seria “equiparável a uma operação interna” contra “interferências externas”.

Não seria, pois, o imperialismo norte-americano que iria atentar contra a soberania e a autodeterminação dos povos da América Latina e de todo o planeta, mas, consoante o que

dizia o chanceler brasileiro, Juracy Magalhães, em 16 de agosto de 1966, seriam apenas os ‘movimentos subversivos’ dirigidos por Moscou.

A matriz desta nova concepção de soberania e autodeterminação dos povos está encravada no *Corolário Roosevelt*, que ficou expressa na mensagem que Theodore Roosevelt dirigiu ao Congresso dos EUA em 1902, dizendo que:

“... a crescente interdependência e complexidade das relações internacionais, tanto políticas quanto econômicas impõem cada vez mais às nações civilizadas e organizadas o exercício de sua própria política policial através do mundo”³⁹.

Esta mesma concepção de soberania e autodeterminação dos povos foi revigorada depois pela estratégia adotada pelo governo de Woodrow Wilson com relação à Revolução Bolchevique na Rússia de 1917. Como Wilson era um resoluto anticomunista e também um público defensor do “direito de todo povo decidir seu próprio destino e resolver seus próprios negócios”, ficava muito difícil para ele apoiar abertamente a intervenção americana na Rússia, em 1918, para barrar os revolucionários bolchevistas. Seguindo as orientações de um de seus conselheiros militares, o Coronel Edward House, Wilson abandona, por algum tempo, a retórica hostil que vinha adotando diretamente contra os bolchevistas, para evitar que estes procurassem os alemães com o fito de confeccionarem um acordo de paz e para evitar que os americanos fossem vistos pelo povo russo como inimigos das transformações sociais que seu país precisava realizar para acabar com a pobreza, o atraso econômico e as iniquidades do absolutismo czarista. Então, para justificar a intervenção dos americanos na Rússia após a revolução de outubro de 1917, Woodrow Wilson passou a empregar um discurso que procurava atrelar os bolchevistas aos alemães, referindo-se aos primeiros como agentes alemães, chamando-os literalmente de “mestres da intriga alemã”. Portanto, ao se referir desta forma aos bolchevistas, ou seja, ao classificá-los como instrumentos de influência externa e não como agentes de um processo revolucionário interno, Wilson alegava que eram os bolchevistas que estavam violando o direito de autodeterminação do povo russo, justificando assim a intervenção anti-revolucionária dos americanos, ingleses e franceses na Rússia socialista⁴⁰.

Foi a partir dessa interpretação de Wilson sobre a Revolução Bolchevique de 1917 que surgiu então o conceito de “*fronteiras ideológicas*”. Com o passar do tempo, este conceito foi adquirindo um caráter inexorável e tornando-se assaz conveniente aos interesses dos EUA na América Latina, já que os capitais privados norte-americanos iam penetrando cada vez mais

nos países desta região, ao mesmo tempo em que os problemas sociais e econômicos destes iam se agravando, abrindo caminho para movimentos revolucionários nacionais, como foram os casos das insurreições de Augusto Cezar Sandino na Nicarágua, de Emiliano Zapata e Pancho Villa no México e de Grau San Martin em Cuba nos anos 20 e 30.

Interdependência: o conceito condutor do plano econômico e da política externa do governo que inaugura o regime autoritário-militar brasileiro

“Existem dois tipos de união: um, amizade e confraternidade; o outro, dependência e subordinação”.

(Frei Melchor de Talamantes, 1808, um dos principais precursores do movimento de independência mexicano. Apud: Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, *A Herança Colonial da América Latina: Ensaio de Dependência Econômica*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição, 1983)

Na percepção realista do sistema internacional, a lógica ali prevalecente é a da política de poder, onde e quando um Estado é um potencial inimigo e/ou rival de outro(s), pois que cada um tem pretensões hegemônicas sobre o(s) outro(s), tanto na esfera geopolítica quanto na econômica, não existindo dessa forma amigos ou entes fraternos eternos, mas no máximo alianças e confraternizações momentâneas, mesmo que as unidades estatais adotem o mesmo sistema econômico ou pertençam ao mesmo bloco político-militar, ao mesmo espaço geográfico e compartilhem heranças históricas, princípios e valores culturais. Se a percepção dos militares nesse campo se dá exatamente sob este ângulo, “pensando as relações internacionais apenas em termos de conflito”, tal como coloca Miyamoto^{41a}; E, como no caso específico dos governantes do regime autoritário-militar do Brasil pós-64, era inquestionável o seu posicionamento contra-revolucionário rígido no confronto de poder bipolar posterior à Segunda Guerra, transplantando-o inclusive para o interior da sociedade brasileira, então, nas duas possibilidades apresentadas pelo raciocínio binário de Talamantes, o referido regime seria inexoravelmente arrastado para a segunda. Consequentemente, no que se refere à política internacional, não poderia ser outra a concepção dominante dos governos militares senão a da *Realpolitik*, concretizada na forma de uma cruzada contra um ‘inimigo comum’ sob o comando dos norte-americanos, havendo aí, pelo menos na retórica, não uma hegemonia destes, mas uma relação de amizade e confraternidade. Contudo, como veremos a seguir, o que há por trás desta amizade e confraternidade, é de fato uma situação de dependência e subordinação.

Com o governo Castelo Branco, a idéia de contenção do comunismo no Brasil e no continente latino-americano fica totalmente atrelada com a estratégia global dos EUA, fundamentada na política da *contra-insurreição*, enfatizando, assim, a necessidade de se aplicar mais recursos na Segurança Nacional e Hemisférica contra o comunismo e não nas áreas ligadas ao desenvolvimento social e ao fortalecimento da democracia política, com o incentivo à participação popular. O então embaixador brasileiro em Washington, Juracy Magalhães, demonstrou claramente a política de subordinação aos EUA que o governo de Castelo Branco passava a adotar na sua agenda externa, ao manifestar a opinião de que “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”. Mais do que isso, Magalhães enfatizava que “não existe mais independência; o que existe é interdependência”.

O grande responsável por esta concepção de política externa do primeiro governo do regime autoritário-militar era Golbery do Couto e Silva, que pregava, desde o final dos anos 50, que o Brasil só alcançaria o “status de potência regional pelo reconhecimento de nossos predicados por parte dos Estados Unidos”, estando aí o motivo pelo qual deveríamos necessariamente estabelecer uma *aliança preferencial* com estes. Para Golbery, como no cenário bipolar do pós-Segunda Guerra o Brasil estava econômica, geopolítica e culturalmente alinhado com os EUA, havia a fatalidade de efetivamente nos posicionarmos ao lado destes para fortalecer o bloco antagônico ao comunismo. Fortalecendo-se o bloco ocidental capitalista, sairía fortalecido o país que o encabeçava e, por conseguinte, o Brasil. Eis aí a lógica da teoria da *interdependência*.

Desse modo, entre abril de 1964 e julho de 1974, o Brasil recorreria a uma estratégia diplomática e a uma pretensa política externa de escopo mundial, movidas pela meta de tornar o país uma *potência mundial* até o final do século XX. No entanto, por se negarem a seguir uma política externa independente e universalista, opondo-se aos países socialistas e colocando-se por 10 anos contra os movimentos de libertação nacional na África e Ásia, bem como não se engajando com o grupo dos países não-alinhados do Terceiro Mundo, seguindo, ao invés disso, uma política eminentemente ocidentalista e hemisférica, mantendo assim uma aliança incondicional com a superpotência capitalista, os três primeiros governos militares pós-64 deixavam o Brasil sujeito aos mecanismos de dominação deste Estado hegemônico. Isso sem falar que internamente seguiam um modelo de desenvolvimento econômico dependente-associado, o qual mantinha o Brasil dependente financeira e tecnologicamente deste e de outros países capitalistas centrais.

Na concepção de política internacional concebida pelos militares egressos da ESG, o Brasil conseguiria promover um desenvolvimento econômico até atingir a categoria de grande

potência (econômica e militar) caso estabelecesse uma “íntima colaboração com o sistema ocidental”, um eufemismo usado para *alinhamento automático* com os EUA e os outros países centrais do mundo capitalista, estreita cooperação com o grande capital multinacional oriundo destes mesmos países e o acatamento das decisões dos organismos financeiros internacionais. Esta teoria estava embasada no que Mário Gibson Barbosa chamou de “falácia paternalista”. Segundo Barbosa, tal *falácia* acreditava que o desenvolvimento econômico “pode ser alcançado através dos laços especiais que ligam certos países desenvolvidos a certos países em desenvolvimento”, criando teoricamente uma associação não vertical e não assimétrica destes últimos com o país hegemona. Barbosa criticava, portanto, aquela concepção de que nas relações interdependentes não existem assimetrias e nas quais só há beneficiários.

É, inclusive, admissível afirmar que os militares realmente não acreditavam no tal raciocínio, pois a sua formação e experiência profissional são fortemente assentadas em concepções políticas realistas. E quando falamos em concepções políticas realistas, consideramos que estas é que de fato formam o conjunto de leis que regem as relações internacionais e com as quais o estamento militar mais se identifica, pois são inerentes ao paradigma realista os pressupostos da segurança e da constante busca por poder. É também cabível notar que os militares seguiam esta lógica, que balizava a política externa do governo Castelo Branco naquele momento histórico, porque ela era utilitária à natureza do regime político e do modelo econômico que pretendiam estabelecer no país. E a mesma política externa era congruente com a visão que tinham do Brasil do futuro: uma potência econômica e militar. Daí o alinhamento preferencial com os EUA, na crença de que isso nos proporcionaria os elementos necessários (investimentos, armamentos, tecnologia industrial e apoio político-diplomático) para que atingíssemos tal *status*.

Para fundamentarmos esta nossa visão realista das relações internacionais, sobretudo quando a compreendemos no âmbito das relações econômicas, onde o que está primordialmente em jogo são os interesses das nações do Primeiro Mundo, basta pegarmos alguns dados fornecidos por Josep Fontana, os quais mostram que em 1950 o PNB *per capita* dos países desenvolvidos era cinco vezes maior do que o dos subdesenvolvidos, mas que, em 1970, ficou sete vezes maior e que, em 1994, passou a ser dez vezes maior^{41b}.

Aquela premissa da qual partiam os militares *esguianos* para sustentarem a política externa do primeiro governo do regime autoritário-militar estava ancorada na idéia de interdependência e na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, cujas premissas básicas, por sua vez, eram a de que: ao fortalecer a segurança hemisférica, apoiando a idéia de

Washington de se criar a Força Interamericana de Paz, o Brasil fortaleceria o seu poder regional e obteria o *status* de aliado preferencial dos EUA na América do Sul. Ao obter este *status*, o Brasil teria de cumprir a função de sustentar tal sistema de segurança coletiva no subcontinente, recebendo em compensação mais investimentos dos norte-americanos, os quais conseguiriam expandir os negócios de suas empresas na região por meio do incentivo à expansão do capitalismo monopolista no Brasil, visto que este, a partir de abril de 1964, passaria a ter o seu desenvolvimento industrial controlado pelos monopólios internacionais, em especial os trustes norte-americanos.

Importantes figuras militares que haviam feito parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e ajudado o exército norte-americano a derrotar as forças do Eixo em território italiano durante a Segunda Guerra Mundial, figuras estas que, tempos depois, vieram a compor as correntes dentro das Forças Armadas brasileiras que tomaram o poder à força no Brasil em abril de 1964, acreditavam que, por causa dessa ajuda que eles haviam dado aos Estados Unidos, estes evidentemente estabeleceriam conosco uma aliança vantajosa e um tratamento privilegiado, a ponto de nós alcançarmos na América do Sul o *status* de *aliado especial* e/ou *parceiro privilegiado*. E a partir do momento que o Brasil conseguisse isso, ou seja, quando o Brasil confirmasse a posição de “país chave” para os EUA no hemisfério Sul, o Brasil teria condições de, a princípio, ver reconhecido sua estatura de *potência regional*, obtendo, dessa maneira, o monopólio da defesa do Atlântico Sul e podendo, mais tarde almejar o seu ingresso no Primeiro Mundo, ao conseguir então, como acreditava Oliveiros Ferreira, “carrear recursos externos para fortalecer o Poder Nacional, com o fito de fazer do Brasil “uma potência ouvida no concerto dos fortes e respeitada naqueles dos fracos”⁴².

Mas, como é do conhecimento daqueles que conhecem bem a História do Brasil, até mesmo um liberal de direita como Roberto Campos reconhecia que de 1947 a 1959, “a política dos Estados Unidos em relação aos seus vizinhos do sul” foi “relegada a uma posição residual”, visto que depois da Segunda Guerra a América Latina havia perdido a sua importância estratégica em decorrência do deslocamento do “eixo geopolítico da defesa estadunidense [...] para a área peninsular e central européia e para as orlas marítimas de outros continentes”⁴³. Só para que se tenha uma idéia do grau de diferenciação de créditos que os Estados Unidos destinavam para a Europa Ocidental e para a América Latina, do segundo semestre de 1945 até o final do ano de 1946, os países capitalistas europeus receberam do Eximbank um bilhão e 900 milhões de dólares. Já os países latino-americanos conseguiram

apenas 140 milhões de dólares⁴⁴. Sendo assim, de acordo com Campos, o “*desenvolvimento latino-americano era tarefa a ser deixada a cargo de capitais particulares*”⁴⁵.

O período 1947-1959, que compreende o espaço de tempo em que os EUA tinham sido insensíveis com a necessidade de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, foi assim demarcado por Roberto Campos pelo fato deste acreditar que depois do lançamento da *Aliança para o Progresso* pelo governo Kennedy houve uma mudança nas atitudes de Washington com relação à necessidade da América Latina em “reduzir tensões econômicas, sociais e políticas das massas”, no sentido de torná-la menos vulnerável à experiência revolucionária cubana. Entretanto, como mostra o próprio Campos, a *Aliança para o Progresso* infelizmente sofrera críticas, as quais, no nosso modo de ver, podem ser tidas como válidas, já que seu programa visava atacar os problemas sociais dos países latino-americanos por meio de políticas paternalistas e assistencialistas, evitando resolvê-los através de soluções de natureza política que proporcionassem reformas efetivas nas suas velhas e perversas estruturas socioeconômicas.

Além disso, o descaso dos norte-americanos para com os problemas socioeconômicos do Brasil, por exemplo, foi além de 1959, pois o governo brasileiro de João Goulart (7/9/1961 a 31/3/1964) procurou fazer reformas sociais que estavam previstas na *Carta de Punta del Este*, da qual os EUA haviam sido um dos signatários e a qual reclamava dos governos latino-americanos as reformas agrária, fiscal, educacional e habitacional.

Outro economista conservador-liberal como Pedro Malan também registra que “terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela ‘industrialização’ no Brasil, já que a reconstrução européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos”. Portanto, Malan também reconhece que depois da Segunda Guerra Mundial “iniciou-se um período de negligência com respeito à industrialização no Brasil, no qual a ênfase passou para a necessidade de estabilização monetária e, em menor escala, a projetos de infra-estrutura”⁴⁶.

É por conta disso que – a despeito do advento da Revolução Cubana, que teria feito com que os EUA mudassem sua orientação em relação ao Brasil, dispondo-se a ajudá-lo na sua pretensão em desenvolver-se de forma acelerada – mesmo assim o Brasil dificilmente conseguiria chegar à categoria de *grande potência*, visto que a política econômica do regime autoritário-militar não trazia prosperidade para a maioria de sua população, fazendo perdurar o atraso social no país e tornando-o economicamente muito mais dependente dos interesses do grande capital industrial e financeiro multinacional, principalmente o norte-americano.

Colaborando para tornar o projeto do *Brasil potência* ainda mais longínquo, o regime autoritário-militar seguiu, com algumas inflexões durante os governos Costa e Silva e Ernesto Geisel, políticas no campo externo alinhadas com os EUA, deixando-nos numa posição de subordinação a estes, pois não nos foi propiciado uma posição de hegemonia nem mesmo na América Latina.

Apesar das políticas econômica e externa do Brasil terem priorizado então os países do Primeiro Mundo, isso não lhe proporcionou, no tocante às relações econômicas, oportunidades vantajosas para um desenvolvimento econômico autônomo e autosustentado, capaz de alçá-lo ao *status* de *grande potência*. Os dados referentes aos investimentos estrangeiros e às remessas de lucros das empresas multinacionais aqui estabelecidas comprovam isso. Para se ter uma idéia de como os planos econômicos dos governos militares foram favoráveis aos países do Primeiro Mundo, basta verificarmos a evolução dos referidos dados desde 1939 até 1973.

Dreifuss mostra que, de 1939 a 1952, os investimentos estrangeiros a longo prazo no Brasil totalizaram 97.1 milhões de dólares enquanto a remessa de renda alcançara 806.9 milhões de dólares. Entre 1955 e 1958 o total de investimentos estrangeiros foi de 1,095 bilhões de dólares enquanto as remessas de lucros totalizaram 2,020 bilhões de dólares⁴⁷. De 1965 a 1967, a média das remessas de lucros e dividendos foram de 30 milhões de dólares (excluindo os reinvestimentos feitos aqui). Entre 1967 e 1973, a média das remessas de lucros e dividendos remetidas pelas empresas estrangeiras instaladas aqui no Brasil saltou para 119 milhões de dólares⁴⁸.

A tabela da próxima página mostra o investimento total de algumas importantes empresas multinacionais instaladas no Brasil, desde o início de suas operações até 1974, bem como o envio de lucros por elas emitidas para o exterior entre 1965 e 1974, revelando que neste último índice a média no período foi de 79 milhões de dólares:

Tabela 18

Empresas	Investimento total no Brasil até 1974 (em US\$ milhões)	Remessa para o exterior de 1965 a 1974
Esso	1,8	44,5
Souza Cruz	2,5	82,3
Firestone	4,1	50,2
Johnson & Johnson	0,7	22,7
Volkswagen	119,5	279,1
General Eletric	13,9	23,7
Rhodia	14,3	50,6

Fonte: Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as multinacionais em 1975. Apud: Argemiro J. Brum, Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Editora Vozes/Editora Unijuí, Petrópolis/Ijuí, 23ª edição, 2003, p.344.

Um dos mais conhecidos *brasilianistas* norte-americanos especializados em História do Brasil, Thomas Skidmore, revela que entre 1964-1967,

“tanto o Banco Mundial quanto o Eximbank tiraram mais dinheiro do Brasil do que lhe deram”.

Ainda com referencia à Skidmore, vê-se que

“os novos empréstimos do Banco Mundial foram inferiores ao pagamento dos empréstimos anteriores do Brasil, enquanto que, no período 1964-1970, os pagamentos ao Eximbank pelo Brasil ultrapassaram, em 200 milhões de dólares, dos novos empréstimos”⁴⁹.

“Interdependência num único sentido”

Nesta discussão sobre soberania, interdependência e política externa norte-americana na América Latina nas décadas de 50 e 60, Caio Prado Jr intervém adequadamente ao dizer que o enxerto da noção de *interdependência* no conceito de soberania nacional feito pelo primeiro governo militar pós-Golpe de 64, significava para este uma evidente “dependência com relação aos Estados Unidos”, estabelecendo formas de relacionamento desproporcionais entre ambos. Portanto, para Prado Jr:

“.. não se vê muito bem os Estados Unidos aceitarem qualquer limitação de sua soberania por força de uma ‘interdependência’ dela com relação ao Brasil ou qualquer outro país. No Caso das nossas relações soberanas com os Estados-Unidos, e deles conosco, qualquer ‘interdependência’ somente pode ser num sentido apenas. E ‘interdependência’ num único sentido e sem reciprocidade se torna necessariamente ‘dependência’”⁵⁰.

A crítica de Caio Prado Jr à orientação da política externa do governo Castelo Branco seguia quase que o mesmo tom e o mesmo enfoque presentes na linha editorial e nos artigos da revista *Política Externa Independente* de maio de 1965, pois na acepção de seu diretor e seus colaboradores o conceito de *interdependência*:

“encobre frequentemente o predomínio, seja por composição, seja por imposição, das políticas externas nacionalistas, vale dizer dos interesses nacionais, das grandes potências. Nestas condições, o grau de independência da política externa será tanto maior quanto menor for sua dependência para com os grandes centros de poder”⁵¹.

Com este tipo de política externa rigorosamente seguido pelo governo do marechal Castelo Branco e, depois, pelo governo do general Médici, o regime autoritário-militar dificilmente conseguiria transformar o Brasil numa *potência mundial* – capaz de trilhar seu próprio caminho e de fazer valer seus próprios interesses, tanto no âmbito do continente sul-americano quanto no âmbito mundial – mas sim num intermediário dos EUA em questões regionais, sendo, talvez, mais apropriado dizer que o que os governos militares brasileiros podiam granjear para o Brasil nesse trato era o de um projeto de *subpotência dependente*, ou então de tornar o Brasil, tal como consideravam nossos vizinhos sul-americanos, um país seguidor de uma política externa *subimperialista*.

Esta tese de que o governo Castelo Branco seguia uma política externa *subimperialista* é esposada por autores como Vivian Trias, Moniz Bandeira, Carlos Estevam Martins, Amado Cervo e André Luiz Reis da Silva, entre outros. O fundamento desta tese é de que o Brasil seria reconhecido como aliado preferencial dos EUA na América do Sul, tendo o consentimento dos norte-americanos de ser o Estado economicamente hegemônico no Cone Sul, aderindo assim a uma “divisão continental do trabalho” nesta região. Isso significava que o Brasil cumpriria a função de abrir os mercados das nações desta região e interligar as suas

economias às necessidades estratégicas dos EUA, no sentido de assegurar o suprimento de matérias-primas minerais indispensáveis ao complexo industrial-militar norte-americano.

Em termos mais precisos, ao adotar esta estratégia, o Brasil estabeleceria uma divisão inter-regional de trabalho na América do Sul, em especial na região do Cone Sul, na qual países como Argentina e Uruguai ficariam na condição de exportadores de matéria prima agrícola e mineral, sendo que o Brasil se tornaria uma plataforma de exportação em cuja pauta estariam incluídos até produtos manufaturados. É claro que desempenhando este papel, de certo modo o Brasil favoreceria o seu próprio desenvolvimento industrial. Era como se ao Brasil fosse oferecido uma co-participação (minoritária) na exploração e expansão imperialista norte-americana dos países periféricos da América do Sul, atuando também como uma plataforma de exportação das empresas subsidiárias dos EUA aqui instaladas*.

Só que por seguir um padrão de crescimento dependente-associado do capital externo, mormente o norte-americano, sendo, por esta razão, controlado por este, o Brasil não conseguia se constituir num país soberano e com domínio regional, mas, de fato, num país *subimperialista* e subalterno, incapaz de impor então sua pretensa hegemonia econômica e militar junto aos seus vizinhos sul-americanos, pois que atuava como ponta de lança dos interesses político-estratégicos e econômicos do Estado e dos conglomerados financeiro-industriais norte-americanos. Entretanto, dentro do pensamento geopolítico do regime autoritário-militar brasileiro, este seria o primeiro passo essencial para que o Brasil assentasse a sua condição de *potência regional* para, depois, atingir a posição de *potência mundial*. Por isso que o alinhamento diplomático-estratégico-militar-ideológico-econômico preferencial com os EUA e a decorrente aliança do Estado brasileiro com o capital industrial-financeiro norte-americano era, para os militares brasileiros vinculados à ESG, um imperativo para que o Brasil pudesse se tornar uma *potência mundial*, vindo a consagrar o seu projeto geopolítico.

Porém, ao assumir o papel que os Estados Unidos lhe ofereciam na América Latina, o Brasil teve que se desposar com eles e a eles manter-se fiel, resignando-se àquele dogma do *fatalismo geográfico e cultural* que o obrigava a gravitar terminantemente na órbita dos EUA, uma vez que, segundo Golbery do Couto e Silva, se nós não fizéssemos isso poderíamos “*perecer*”⁵³. Tal enunciado de Golbery significava, segundo a apreciação feita por Caio Prado Jr em 1966 sobre a posicionamento do governo Castelo Branco frente aos EUA, que o Brasil estaria então “fatalisticamente” subordinado aos “mandamentos da política norte-americana” por conta de uma “contingência” a que não podíamos nos furtar⁵⁴.

No entanto, ao receber favores dos norte-americanos nas décadas de 60-70, por ter buscado atender aos interesses imediatos dos mesmos, mais tarde o Brasil teve que pagá-los

com uma parte de sua independência e soberania. Por este motivo, o país não conseguiria tornar-se uma potência mundial, mas sim um *gigante demográfico, territorial e econômico periférico*⁵⁵, cuja dependência demasiada do capital estrangeiro para efetuar seu desenvolvimento econômico, acabou permitindo às instituições que o representavam interferir na formulação e aplicação de suas políticas econômica e externa. Enfim, o Brasil abria mão de formular um projeto nacional autônomo, ficando assim incapaz de projetar poder e influência numa dimensão mundial.

A todo momento os geopolíticos do regime autoritário-militar explicavam esse fatalismo do alinhamento automático do Brasil com o Ocidente, leia-se com os EUA, por meio do argumento de que o Brasil e EUA compartilhavam de contigüidade geográfica, de heranças históricas e de valores, ideologias e objetivos confluentes, além de usufruírem de formas de organização política e econômica afins, o que tornaria possível a conciliação de seus interesses nacionais. Portanto, estes geopolíticos brasileiros partiam do pressuposto liberal de que as alianças entre Estados exprimem antes a identidade de suas culturas políticas, vindo depois os interesses nacionais.

Deriva desta base teórica a incapacidade da *intelligentsia* da ditadura militar de tornar o Brasil uma potência mundial, pois, ao determinar que a segurança de seu território e a sobrevivência de seu regime político autoritário dependiam do escudo militar e diplomático de uma superpotência, do mesmo modo que o seu desenvolvimento econômico dependia da injeção em grande escala de capitais desta mesma superpotência, isso fez com que o regime autoritário-militar brasileiro não conseguisse projetar, e muito menos definir, o seu interesse nacional. No que se refere ao primeiro aspecto do regime, este revelava que seus governantes não se legitimariam pelo voto popular (podendo ter dificuldades de mobilização da população) e que não dispunham de força militar nem mesmo para dissuadir possíveis ameaças de inimigos externos reais; E no segundo aspecto, que o país não teria condições de colocar a indústria nacional na linha de frente de seu próprio processo desenvolvimentista, impossibilitando-a, assim, de vir a constituir grandes corporações com poder de competição no mercado internacional em condições de igualdade com as das grandes e até médias potências capitalistas.

É importante lembrarmos que, já no início do século XX, dois importantes líderes políticos latino-americanos, revolucionários, mas nada extremistas, haviam situado muito bem esta problemática comum não só ao Brasil, mas a todos os países do hemisfério Sul, dentro de uma perspectiva nacionalista moderada. O primeiro deles foi Francisco Madero, um dos

principais líderes da Revolução Mexicana de 1910 e depois presidente do México, que, ao tratar das relações entre o seu país e os Estados Unidos durante os anos do governo oligárquico-ditatorial de Porfirio Díaz, advertiu que:

“Nuestra política com las naciones extranjeras, há consistido siempre en una condescendencia exagerada hacia la vecina República, sin considerar que entre naciones, lo mismo que entre individuos, cada concesión constituye un precedente y muchos precedentes llegan á constituir un derecho”⁵⁶.

E o segundo foi Hipólito Yrigoyen, líder da União Cívica Radical, uma frente política que capitaneou o movimento revolucionário de 1916 na Argentina, o qual fez definhar o domínio político das oligarquias agro-exportadoras daquele país. Yrigoyen criticava com propriedade a forma como o capital internacional costumava proceder para com a sua nação, quando o assunto se referia à dívida externa, fazendo ver que:

“El criterio extranjero está habituado a pasar por alto el concepto de nacionalidad soberana y organizada, a que tenemos derecho, para sólo preocuparse de la riqueza del suelo argentino y de seguridad de los capitales invertidos em préstamos a los gobiernos o empresas industriales y de comercio”⁵⁷.

A par destas considerações, chega-se a apreender a volubilidade da linha de pensamento do governo Castelo Branco no campo da política externa, se relembrarmos que, ao defender, no período 64-67, a noção de *interdependência* e, por conseguinte, a orientação baseada no sistema de *segurança* e/ou *defesa hemisférica coletiva* para se combater a “ameaça subversiva”, o presidente Castelo Branco estaria oferecendo os seus préstimos em proveito de interesses do Ocidente, contraditando assim a doutrina militar e a visão estratégica que havia defendido antes, na década de 50, quando, segundo Oliveiros Ferreira, ele trabalhava com a hipótese de que o Brasil poderia se envolver numa guerra na América do Sul, visto que o país havia atingido um estágio de desenvolvimento econômico e social tal, que faria com que as chances de seu engajamento no continente sul-americano aumentasse. Se isso se tornasse realidade – baseado no ocorrido com o governo egípcio em 1956 na controvérsia resultante da *Operação Suez*, em que a decisão da ONU favoreceu os interesses de Israel, Grã Bretanha e França, os quais haviam invadido o Egito – Castelo Branco teria começado a calcular que o mesmo poderia acontecer com o Brasil, caso houvesse uma contenda na América do Sul e a

OEA fosse chamada para por um fim nesta eventualidade, o que não somente poderia alterar o *status quo* continental, como também comprometeria a integridade territorial do Brasil. Consequentemente, naquele momento, Oliveiros Ferreira mostra que a concepção estratégica de Castelo Branco “colocava sob suspeita as vantagens automáticas do sistema de segurança coletiva que encontra sua expressão jurídica na Carta da ONU e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”⁵⁸. Cumpre lembrar que esta suspeita viria a se confirmar em 1982, com a eclosão da Guerra das Malvinas entre Argentina e Grã Bretanha, quando os EUA ficaram do lado desta última nação.

Estes eram os equívocos da aspiração do *status* de *grande potência* para o Brasil por parte dos governos militares: esposar a idéia de *interdependência* para seus projetos internos e externos (econômicos e geopolíticos), assim como interpretar a coincidência provisória de interesses dos EUA e do Brasil no cenário da Guerra Fria, tanto no espaço sul-americano quanto no mundial, com uma coincidência perene de interesses, os quais poderiam teoricamente elevar os recursos de poder do Estado brasileiro.

Se os objetivos estratégicos dos governos militares – segundo consta nas páginas 6-7, 15-16 do já mencionado documento oficial, METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO, elaborado em 1970 pela cúpula ministerial do governo do general Emílio Garrastazu Médici (vide *capítulos 1 e 2*) – de “impulsionar o Brasil para a plenitude do desenvolvimento acelerado e auto-sustentável” a fim de “garantir o poder de competição do país no cenário internacional”⁵⁹, é razoável pensar que, mais cedo ou mais tarde, os EUA reagiriam para cortá-los pela raiz.

Partindo do pressuposto teórico formulado por Leonel Itaussu de A. Mello, de que o poder de uma unidade política dentro de um subsistema está subordinado à hegemonia de outra unidade mais poderosa que ocupa o vértice do sistema mais abrangente, como que os norte-americanos poderiam admitir a formação de uma *potência mundial*, industrial e quiçá militar, na sua área de influência mais próxima, principalmente depois de terem afastado dali o domínio econômico-diplomático da Inglaterra, sua única rival econômica na região até a Segunda Guerra Mundial, tornando-se hegemônicos a partir de então? E como que o projeto de tornar o Brasil uma *potência mundial* – o qual exigiria a criação de uma infraestrutura científico-tecnológica, industrial e militar nacional autônoma e autosustentada – poderia combinar com um modelo econômico calcado num alto endividamento externo e numa relação de dependência econômica e tecnológica crônica (nas áreas estrategicamente mais

importantes da economia, estando incluída aí a do suprimento de material bélico avançado) perante uma superpotência capitalista?

E, depois, qualquer projeto de nação-potência não redundaria na formação de um outro bloco de poder mundial, afastado das duas super-potências da época (EUA e URSS) e das potências intermediárias da Europa ocidental e da Ásia, pois um país para ser rigorosamente tido como uma potência não teria de deter a real hegemonia sobre um grupo de países que obrigatoriamente orbitariam sob sua esfera de influência? E se, além disso, levarmos também em conta a observação feita por Raymond Aron de que qualquer Estado que venha a aumentar a sua riqueza e a sua força militar, isso não acaba fatalmente por “suscitar o temor e ciúme de outros Estados, provocando a formação de uma coalizão hostil”⁶⁰, principalmente entre os Estados vizinhos?

De acordo com Reis da Silva foi isso o que de fato acabou sendo ensaiado na América do Sul, em meados de 1966, quando Brasil e Argentina, ambos sob regimes autoritário-militares, encetaram o estreitamento de relações no sentido de encontrarem um denominador comum em suas estratégias de segurança, gerando, com isso, a reação de Chile, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela que, em 16 de agosto do mesmo ano, assinaram a Declaração de Bogotá, com vistas a formação de um mercado sub-regional (transformado, hoje, no Pacto Andino), contrapondo-se assim à pretensão do Brasil e Argentina de estabelecerem um eixo militar hegemônico na região, sob a regência dos EUA⁶¹.

E se o aludido bloco viesse realmente a ser constituído, ele teria, por motivos pragmáticos, de principiar como um bloco comercial para em seguida serem lavradas as questões econômicas mais amplas, como por exemplo, a formação de um mercado comum, além das questões políticas e estratégicas, que viriam depois. Mas, quando Eduardo Frei, então presidente do Chile em 1965, propôs a criação de um mercado comum latino-americano, o governo Castelo Branco se opôs, com medo de que isso fosse interpretado como uma afronta aos interesses dos EUA. À esta iniciativa de conagração econômico na América do Sul, proposta por um chefe de governo de um regime democrático, Juracy Magalhães, se opunha, propondo a formação da força conjunta de segurança hemisférica. Quando esteve à frente da chancelaria brasileira durante o governo Castelo Branco, condenava os projetos de associação sul-americana que ficassem fora da órbita da segurança, taxando-os de “nacionalismo jacobino” que, segundo ele, era um elemento perturbador do “conagração continental” (i. e. segurança coletiva).

Embora constasse no projeto de nação potência do regime autoritário-militar brasileiro a determinação da América do Sul como prioritária para a política externa brasileira (consoante a teoria dos *círculos concêntricos*), essa prioridade não se daria porém em termos comerciais e culturais, mas sim em termos geopolíticos, de *segurança* apenas, buscando então a afirmação da hegemonia militar do Brasil nessa região por meio da concepção estratégica de “defesa ativa”, entrando em guerra contra grupos esquerdistas armados que estivessem encampando a “guerra revolucionária”, ou, quando necessário, contra qualquer país sul-americano que tivesse pretensões de disputar com o Brasil a hegemonia no Hemisfério Sul.

Eis porque Juracy Magalhães fazia questão de sublinhar que os “interesses gerais” dos países latino-americanos deveriam prevalecer sobre os interesses “especiais”, o que, segundo Estevam Martins, significava que o Brasil “ia na direção oposta à da unidade latino-americana”⁶². Mesmo que cientes do caráter lesivo aos países da América Latina nas suas relações de intercâmbio comercial bilateral com os EUA, assim como das notórias disparidades econômicas existentes entre todos os países latino-americanos e os EUA, os mentores da política externa brasileira no período do regime autoritário-militar preconizavam que a integração econômica deveria ser feita de cima para baixo, em “termos continentais, sob a égide da *Aliança para o Progresso* e da *Organização dos Estados Americanos*”, ou seja, condicionada aos interesses do complexo industrial, mercantil, financeiro e militar dos norte-americanos, do mesmo modo que está prescrito na recente proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apresentada pela primeira vez pelo governo George Bush, em 1990, por meio da Iniciativa para as Américas.

Quanto a criação de uma Força Interamericana de Paz permanente, por sinal muito almejada por Washington, aí os dois chanceleres do primeiro governo do regime autoritário-militar brasileiro (Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães) a defenderam com persistência, mesmo havendo a resistência de vários países latino-americanos que desconfiavam que isso facilitaria as intervenções dos EUA no continente. A resposta que o Brasil dava para esta desconfiança era a de que a FIP serviria como um impedimento aos EUA intervirem unilateralmente na América Latina. Mas, na verdade, tal organização militar multilateral fazia parte de uma nova estratégia dos EUA em não participarem direta e ativamente de operações de força na região, limitando-se a apoiá-las indiretamente, não deixando, porém, de conceder assistência econômica e militar aos países interessados em assumirem estas operações, como já vimos no início deste capítulo.

A sorte do governo Castelo Branco foi que a FIP dissolveu-se em 10 de maio de 1966 e o Brasil foi obrigado a deixar de apoiá-la definitivamente no começo de 1967, pois, do

contrário, mais cedo ou mais tarde ele seria chamado a entrar abertamente em atrito com Cuba e a intervir em outros países latino-americanos em situação pré-revolucionária. Aí ele teria que justificar porque, conforme Juracy Magalhães, lutaria contra um “governo ditatorial como o de Fidel Castro”⁶³, ao mesmo tempo que apoiava golpes militares de direita na Bolívia, em 1964, e na Argentina, em 1966, sofrendo com isso um desgaste político-diplomático enorme, semelhante ou pior do que o provocado pela intervenção na República Dominicana*.

Do ponto de vista estratégico, o coronel Geraldo Lesbat Cavagnari Filho propicia a argumentação de que embora o Brasil da ditadura militar tivesse condições de alcançar o *status* de *potência média e/ou regional* no cenário sul-americano, a capacidade estratégica autônoma brasileira estaria limitada pelo alinhamento aos interesses estratégicos dos EUA e pela hegemonia que estes exerciam na América Latina. Assim, segundo o raciocínio do coronel Cavagnari, o Brasil não teria capacidade de pronta resposta militar e nem permissão para desenvolver ações estratégicas isoladas além de suas fronteiras. Ou seja, o Brasil só poderia recorrer ao “emprego violento do poder” apenas para defender a “integridade territorial e a soberania nacional, quando ameaçadas”, não conseguindo, em decorrência disso, projetar seu poder e estabelecer uma hegemonia regional sem o consentimento da superpotência norte-americana⁶⁴.

Depois de elencadas todas estas limitações para que o Brasil do período 1964-1984 pudesse vir a se transformar numa grande potência, ou até mesmo numa potência média, hegemônica no subcontinente americano, poderia-se afirmar então que isso não era possível ao Brasil, uma vez que não haveria alternativa ao alinhamento incondicional com os EUA? No nosso modo de ver, esta era a resposta que os dirigentes do regime autoritário-militar traziam na ponta da língua, pois que os mesmos não tinham vontade e nem coragem política para adotar uma política externa independente e neutralista, possível sim na época, tal como já demonstramos, no final do *capítulo 2*, com os exemplos da Índia e Finlândia.

Em síntese, o que conta para um país em desenvolvimento conquistar um lugar de destaque no cenário internacional não é o *bom-mocismo* com relação a um poder hegemônico, mas competência estratégica no sentido de resguardar ou vir possuir reservas de poder, tanto econômico quanto político e militar, para barganhar compensações com aquele. Mas para atingir tal fim, seria entretanto preciso que o país tivesse um projeto político e econômico que lhe garantisse o mínimo de autonomia e independência, com sólido apoio popular.

A indústria armamentista nacional dentro da lógica do modelo econômico do regime

“Na América Latina os governos nacionais o são apenas nominalmente; refletem, em verdade, os grupos econômicos mais poderosos”

(Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, *A Herança Colonial da América Latina: Ensaio de Dependência Econômica*. Publicado pela primeira vez, no original em Inglês, em 1970, pela Oxford University Press. Edição por nós utilizada em português: Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 3ª edição, 1983, p.148)

Havia no projeto de *Brasil potência* dos governos militares um nacionalismo de direita, não autonômico, que renunciava a uma política econômica protecionista e a uma política externa independente. Era portanto um nacionalismo que consistia, na realidade, num patriotismo obscurantista e repressivo, chauvinista e alienante, apontado para uma fabulosa agressão comunista, adequado para acobertar a perda da soberania política do país, assim como a sua crescente dependência econômico-financeira ante os países capitalistas centrais. Seriam, então, estipulados, em especial a partir do governo Médici, os chamados objetivos nacionais permanentes (políticos, econômicos e geopolíticos) com o fito de se alcançar o *status* de potência mundial. Mas esta determinação estaria predestinada ao malogro em virtude dos elementos inconsistentes e contraditórios que lhe eram imanentes, a saber:

- a) perseguição de um projeto de crescimento industrial acelerado e vigoroso, com o fito de se criar uma nação próspera e poderosa, mas subordinado aos conglomerados industriais-financeiros dos países desenvolvidos, renunciando-se assim a um corte dos liames de dependência histórica a estes países;
- b) pretensão de se incrementar a produção doméstica de armamentos com a modernização do complexo militar-industrial nacional, mas restringindo-a à produção de aparelhos voltados para o combate à contra-insurreição interna, não propiciando ao país o que o coronel Cavagnari chama de “capacidade estratégica suficiente [...] para influenciar o curso dos acontecimentos além de suas fronteiras, de acordo com seus interesses”⁶⁵. Tal incapacidade demonstrada pelo Brasil durante o regime autoritário-militar era em muito resultante de acordos militares com os Estados Unidos, os quais contraditoriamente deixavam a doutrina militar, a política externa, o programa nuclear e o poder bélico convencional do Brasil dependentes das estratégias, interesses e pressões da Casa Branca e da indústria bélica norte-americana^{66a}. A dependência do Brasil diante dos EUA quanto à aquisição de armas convencionais evidenciava a inconsistência do projeto de nação-potência da ditadura militar brasileira pelo fato dos EUA continuarem sendo quase que o único fornecedor deste tipo de armamento ao Brasil até 1975, suprimindo 76% do total de

nossas importações entre 1971 e 1975^{66b}. Isso acabou impedindo que o Brasil chegasse a se tornar uma potência nuclear, tal como fizeram a China, em 1964, e Índia, em 1974, países também com posição periférica no sistema internacional, mas com políticas externas mais independentes e modos de inserção mais autônomos. Isso sem falarmos da França que havia entrado antes, em 1960, no clube das potências atômicas por seguir uma política anticomunista e pró-colonialista, mas de *independência nacional*, não subserviente aos interesses econômicos e geopolíticos dos norte-americanos. Para se ter uma idéia de como este relato era condizente com a realidade da indústria bélica brasileira na década de 70, um comandante da infantaria da Marinha do Brasil havia dito, em meados daquele decênio, que: “uma nação é independente quando manufatura suas próprias armas”. Esta frase estaria refletindo a preocupação que vigorava na época na cúpula hierárquica das Forças Armadas brasileiras e nos altos círculos do Governo Geisel no que tocava à dependência do país em fabricar e em desenvolver tecnologia própria no segmento da indústria de armas, o que o levou a criar uma indústria bélica nacional capaz de satisfazer pelo menos parte das necessidades de armas e munições utilizadas na repressão interna. Daí surgirem as indústrias estatais, tais como a EMBRAER (1969) e IMBEL (1975). Entretanto, Klare e Arnson advertem que se fizermos um exame cuidadoso do processo de desenvolvimento da indústria bélica brasileira, veremos que muitas das armas, equipamentos e munições produzidas aqui no Brasil eram projetados no estrangeiro e se concretizavam sob acordos de licença de co-produção com empresas norte-americanas, inglesas, alemãs, belgas e italianas e que a maioria dos componentes e tecnologia sensíveis dos aviões produzidos pela EMBRAER, vinham do exterior. O avião Xavante, por exemplo, estava embasado em tecnologia italiana e seu motor era britânico; Já o Bandeirante, utilizava motores Pratt e Whitney e radares norte-americanos. Em suma, Klare e Arnson procuram demonstrar que mesmo tornando-se menos dependente dos EUA na produção de armas mais simples, no que tange à fabricação de armas mais poderosas e de componentes sensíveis, isto é, de equipamentos tecnologicamente mais sofisticados, o Brasil continuava dependente dos países do Primeiro Mundo, em especial dos EUA, uma vez que não dispunha de centros de pesquisa e desenvolvimento que o tornariam menos vulnerável às pressões de Washington⁶⁷.

Deve-se salientar também que até meados do ano 2000 a Embraer continuava restringida a esta condicionante, pois, em janeiro de 2006, o governo de George W. Bush impediu que o Brasil vendesse ao Irã aviões militares e até mesmo civis, vetando a exportação dos materiais sensíveis utilizados pelos aviões manufaturados pela Embraer (por ex.: os componentes

eletrônicos projetados e fabricados nos EUA). Os norte-americanos fizeram pressões para a Embraer também não vender aviões à Venezuela do então presidente Hugo Chávez⁶⁸.

Em sua tese de doutoramento, *A Indústria de Armamentos Brasileira: uma tentativa de avaliação* (Campinas: Unicamp, 1989), Renato Dagnino refuta os mitos construídos em torno da indústria brasileira de armamentos, principalmente no que se refere aos volumes de produção e exportação deste subsetor industrial nacional. O autor questiona então os custos e benefícios proporcionados ao país por esta indústria, mostrando, entre outras coisas, que ao invés da cifra de mais de três bilhões de dólares que o Governo e os *lobbies* das empresas produtoras diziam que o país obtinha com a exportação de armas, na realidade ela “nunca ultrapassou o pico de 570 milhões de dólares alcançado em 1987, estando a média do período 1975-88 situada em 186 milhões de dólares”. Num outro trabalho que versa sobre o mesmo tema, Dagnino também esclarece que

“a participação da produção da IAB no valor da produção industrial brasileira foi, durante o período analisado, inferior a 0,9%. Sua participação no PIB do país, por outro lado, não alcança 0,2%!”. [...] O emprego gerado pelo conjunto das atividades de produção de armamentos [...] alcançou um valor máximo de 39000 pessoas. [...] O que significa que o emprego na IAB é 0,4% do gerado na indústria e 0,06 do total da economia brasileira”⁶⁹.

Mas, para nós, o aspecto mais importante da observação feita por Dagnino é aquela que demonstra que nem a indústria de armamentos brasileira escapava dos mesmos gargalos estruturais e do círculo vicioso do modelo de modernização industrial do país implantado pelos governos militares após abril de 1964, cuja dinâmica nós tratamos no capítulo anterior. Quanto a este ponto, Dagnino conclui que

“... para poder produzir 100 dólares de armamento foi necessário adquirir de fornecedores estrangeiros 30 dólares de insumos e vender com anterioridade no mercado externo 40 dólares. O ‘balanço final do armamentismo brasileiro’ teria sido ainda pior: para cada 100 dólares de produto teria ocorrido uma importação (de insumos para produção e de armamento terminado para as FFAA) de 53, e uma exportação de apenas 40 dólares! Desta forma, a partir de dados secretos ou tergiversados penosamente ‘garimpados’ foi possível mostrar que além de insignificante do ponto

de vista da produção e do emprego, o setor merece ser considerado como um enclave econômico^{70a}.

O coronel Geraldo Cavagnari Filho indica que estes cálculos feitos por Dagnino eram procedentes, na medida em que, no programa de fabricação do avião de uso militar, o AMX, em fins dos anos 80, por exemplo, a previsão do custo total da participação brasileira no mesmo era de US\$ 2,5 bilhões, sendo que, de acordo com o Ministério da Aeronáutica, US\$ 1,5 bilhão seriam gastos no Brasil e nada menos que US\$ 1 bilhão no exterior^{70b}.

Infraestrutura de transportes inadequada ao projeto de nação-potência

Outro elemento contraditório inerente ao projeto de *nação-potência* do regime autoritário-militar era o da construção e afirmação do Poder Nacional, atrelando-o a um crescimento econômico vigoroso e acelerado, bem como à modernização do parque industrial nacional, que, por sua vez estavam atrelados à munificência do investidor estrangeiro, à utilização de tecnologia importada, ao quase nenhum desenvolvimento de tecnologia autóctone, nem tampouco à criação de *grandes unidades industriais* nacionais capazes de competir no mercado internacional, visto que estas já eram constituídas pelas corporações monopolistas estrangeiras que se instalavam no Brasil, trazendo consigo, como diz Cerqueira Leite, “tecnologias acabadas e inalteráveis”, ou seja, produtos projetados na suas respectivas matrizes⁷¹. Além de que, o citado crescimento econômico estaria engastado numa infraestrutura interna frágil, na medida em que, como bem assinala Vizontini, negligenciava-se, entre outras coisas, “o transporte ferroviário e hidroviário, em proveito do rodoviário [...], o qual “favorecia as indústrias automobilísticas transnacionais e implicava num crescente consumo de petróleo importado”⁷².

Um aspecto agravante quanto a esta opção do regime pós-1964 em privilegiar o transporte rodoviário é que as estradas de ferro foram passando por um processo de sucateamento, chegando a ser, em alguns estados da federação, literalmente desmanteladas na década de 90. Não obstante a nossa rede ferroviária estivesse, no início dos anos 60, obsoleta, operando de forma deficitária e com excesso de burocracia, uma coisa é procurar reequipá-la, melhorando as linhas já existentes, colocando-as como um suporte ao transporte rodoviário, tanto de carga quanto de passageiros, e outra coisa é jogar todas as fichas nesta última modalidade de transporte, totalmente dependente de combustíveis derivados do petróleo. E foi

exatamente isso o que fizeram os governos militares. Eles deixaram não só de investir na expansão do nosso sistema ferroviário, como também foram descuidando do mesmo, ainda que houvesse a perspectiva de que na década de 70 o desenvolvimento nacional viria a exigir o crescimento deste tipo de transporte a taxas anuais de 18% na região Sudeste e 9% na região Sul, tal como colocara o general João Baptista Peixoto em *Conquistas de uma década: Radiografia socio-econômica do Brasil revolucionário*⁷³.

Consequentemente, enquanto que em 1964 tínhamos 32.262 km de ferrovias, em 1974 a extensão era de 30.473 km (menos 11%). A mentalidade dominante nos círculos dirigentes do Brasil de meados da década de 70 era insensível ao exemplo dos países mais adiantados que, em 1974, não desprezavam o transporte de cargas e de passageiros através das ferrovias, sendo estas mais utilizadas até mesmo que o transporte rodoviário em termos percentuais, como mostra o quadro a seguir:

Tabela 19
Uso do transporte via ferrovias no Brasil em comparação com outros países

País	Ferrovia	Rodovia
URSS	77,2%	7,2%
Alemanha Oriental	70,2%	21,4%
França	55,0%	28,0%
EUA	50,0%	25,0%
Japão	38,0%	20,0%
Alemanha Ocidental	37,0%	27,7%
Brasil	16,2%	74,2%

Fonte: Hilário Torloni, *Estudo de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 12ª edição, 1979 – capítulo 13.

Como, com o passar do tempo, o crescimento da demanda por veículos de carga ou de passeio, tanto os particulares quanto os coletivos, movidos por motor de explosão à gasolina ou óleo diesel, foi maior do que os investimentos destinados à construção e manutenção das rodovias, não tendo estas se expandido na medida da necessidade do Brasil, isso passou a se constituir num dos mais graves pontos de estrangulamento para a sua economia, pois que em 2006, o transporte ferroviário de carga no Brasil correspondia a 24%, enquanto que na China, por exemplo, equivalia a 54%.

As tabelas que virão nas três páginas seguintes confirmam as afirmações feitas acima no que tange tanto ao desmonte da rede ferroviária nacional, quanto a ampliação da rede rodoviária e o aumento desproporcional do número de veículos automotivos:

Tabela 20

Federal Government Subsidies in Transport Industries (1965 prices in millions NCr\$)	
Year	Railways
1962	462
1963	538
1964	498
1965	328
1966	268

Fonte: Presidential Message to Congress on Draft Budget for 1967. Figures for 1966 are estimates. Apud: Howard S. Ellis, "Corrective Inflation in Brazil" – Parte III – Capítulo 7, pg. 185 do livro organizado pelo mesmo autor, *The Economy of Brazil*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1969.

Tabela 21

Extensão da rede ferroviária em tráfego – 1964-80	
Anos	Extensão da rede (km)
1964	34.262
1965	33.864
1966	32.317
1967	32.182
1968	32.054
1969	32.939
1970	31.848
1971	31.518
1972	30.934
1973	30.429
1974	30.473
1975	30.809
1976	30.300
1977	29.778
1978	29.951
1979	30.021
1980	29.659

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.411.

Tabela 21.1

Material rodante existente nas estradas de ferro 1964-80	
Anos	Total de locomotivas (Inclui as movidas a vapor, diesel e eletricidade)
1964	2 439
1965	2 233
1966	2 110
1967	2 097
1968	1 984
1969	1 934
1970	1 839
1971	1 819
1972	1 792
1973	1 737
1974	1 781
1975	1 853
1976	1 990
1977	1 947
1978	1 976
1979	2 018
1980	2 001

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.414.

Tabela 21.2

Extensão total da rede rodoviária em km – 1964-80 (Inclui pavimentada e não-pavimentada)	
Anos	
1964	548 510
1965	803 068
1966	...
1967	979 093
1968	941 348
1969	1 085 510
1970	1 039 779
1971	1 213 494
1972	1 236 038
1973	1 296 162
1974	1 344 374
1975	1 428 707
1976	1 446 117
1977	1 501 950
1978	1 288 367
1979	1 357 168
1980	1 360 000

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.419.

Tabela 21.3

Frota nacional de veículos cadastrados – 1964-1980 (Inclui automóveis, ônibus, caminhões e outros)	
1964	1 814 898
1965	1 993 021
1966	2 136 426
1967	2 499 345
1968	2 466 820
1969	2 743 262
1970	3 062 540
1971	3 417 495
1972	3 903 868
1973	4 245 369
1974	4 560 047
1975	5 983 854
1976	7 313 498
1977	8 113 825
1978	8 750 941
1979	9 842 314
1980	10 826 198

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p.420.

Se formos fazer uma comparação entre o sistema de transporte de trens de passageiro de longo percurso do Brasil com o dos EUA, constataremos que lá na terra do automóvel, dos anos 60 e 70 a situação também era de decadência, podendo-se afirmar inclusive que o tal sistema era antieconômico, pois até as empresas privadas que ainda possuíam serviços de trens de passageiros de longo percurso tinham lucros modestos e mal podiam pagar pelos custos de operação.

Uma das causas principais do declínio daquele sistema de transporte de trens de passageiros dos EUA pode ser atribuída à grande expansão da aviação comercial e do sistema rodoviário inter-estatal, pesadamente subsidiados por impostos federais. Entre 1946 e 1964, o número de passageiros transportados por trens, por ano, declinou de 770 para 298 milhões. Em 1954, as linhas ferroviárias dos EUA operavam mais de 2,500 trens de passageiros intermunicipais e interestaduais, mas por volta de 1969, havia menos de 500. Este declínio

deve também ser imputado ao fim da isenção de imposto de 15% sobre os serviços de transporte ferroviário de passageiros, o qual se deu em 1962. Em 1970, com algumas poucas exceções, o serviço de transporte ferroviário de passageiros de longo percurso dos EUA encontrava-se em péssima situação, com equipamentos e estações sucateadas.

Mesmo que o tal sistema de transporte ferroviário estadunidense estivesse apresentando este quadro decadente nos anos 50-60, tal como ocorria com o Brasil, lá, porém, foi baixado, em 1970, o Rail Passenger Service Act, com o qual o Congresso dos EUA criaria, em maio de 1971, a Amtrak, oficialmente conhecida como National Railroad Passenger Corporation (NRPC), que, a propósito, é uma agência mista com a maioria das ações em mãos do Estado e com seus diretores nomeados pelo Presidente dos EUA, ficando, porém, sujeitos à confirmação pelo Senado. A Amtrak passou então a controlar e subsidiar a operação dos trens de passageiro intermunicipais e interestaduais, exigindo das empresas regionais prestadoras deste serviço (estatais ou privadas) que estabelecessem contratos no sentido de se juntar ao sistema nacional, impedindo desta forma que acabasse o sistema básico de transporte de passageiros de longo percurso. Ademais, em 1976, o Congresso aprovou a Railroad Revitalization and Regulatory Reform Act a fim de que fosse criada a Conrail, uma rede integrada de empresas de transporte ferroviário de cargas, cuja maioria das linhas pertencia a empresas privadas de transporte de cargas e às quais a Amtrak pagaria os custos de operação dos trens de passageiros que viessem a ser por elas incorporados.

Como resultado disso tudo, desde quando começou a operar, a Amtrak pôde modernizar seus equipamentos com o respaldo financeiro da União, bem como manter, até agosto de 2006, mais de 19 mil empregados, uma malha ferroviária nacional que cobre o total de 35 mil quilômetros, servindo 500 comunidades de 46 estados dos Estados Unidos. Quanto ao número de passageiros, no ano fiscal de 2004, por exemplo, a companhia serviu mais de 25 milhões. No que tange ao transporte de carga via ferrovias, lá nos EUA esta modalidade correspondia, no início dos anos 80, a não menos do que 50%, sendo que as rodovias não respondiam por mais do que 25%. No Brasil do mesmo período, ao contrário, mais de 70% de toda carga transportada internamente seguiam pelas rodovias e nada menos do que 94% dos passageiros eram então transportados por ônibus⁷⁴.

No Brasil, o processo que se deu com a sua rede nacional de transporte ferroviário, tanto o de passageiros como o de cargas, foi outro. A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), uma sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Governo Federal, criada em 16 de março de 1957, teve sua liquidação efetivada

definitivamente em 7 de dezembro de 1999, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.277. Depois de ter prestado, por mais de 40 anos, serviços de transporte ferroviário a 19 unidades regionais da Federação, entre as quais estavam incluídas quatro das cinco grandes regiões do País, em 1992 a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal, o qual iniciou, em março de 1996, a transferência para a iniciativa privada de toda sua malha ferroviária (cerca de 25 mil quilômetros de linhas, equivalente a 73% do total nacional). A Ferrovia Paulista SA (FEPASA), que tinha sido criada em 1971, quando contava com 5.252 km de linhas, foi incorporada nesse processo de privatização em 1995, com base na Lei nº 8.987/95 (Lei das Concessões). A malha então existente da antiga FEPASA foi leiloada, em novembro de 1998, na forma de concessão à iniciativa privada pelo período de 20 anos renováveis. O vencedor do edital de licitação foi a Ferrobán, que por sua vez, teve seu controle indireto assumido pela América Latina Logística (ALL), em vista da operação de incorporação de ações da *holding* Brasil Ferrovias à ALL⁷⁵. Uma das consequências desse processo de privatização da FEPASA foi a extinção, em meados dos anos 90, dos trens de passageiros de longo percurso em vários ramais ferroviários, tais como o da Estrada de Ferro Sorocabana – com 2.074 km, o da Estrada de Ferro Araraquara – com 379 km, e o da linha Noroeste. O mesmo fim teve a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – 1.992 km, que ligava Campinas, SP, a Araguari, MG, desativada bem antes, em 1971. Em 1999, as linhas e estações do maior entroncamento ferroviário do país, o de Bauru, S.P., caíram no abandono. Os trens de passageiros para Bauru, da antiga linha da Cia. Paulista, provenientes de São Paulo-Rio Claro-Jaú, chegaram à estação pela última vez em 15 de março de 2001, quando foram então suprimidos.

A efetivação da privatização da RFFSA e da FEPASA na segunda metade da década de 90 do século XX pode muito bem ser entendida como a última etapa de um processo deliberado de dismantelamento da malha ferroviária brasileira que se deu de forma gradual, porém contínua, tão logo o regime autoritário-militar é instaurado em abril de 1964. Tal opinião se baseia no PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco – o qual “identificava no setor ferroviário um dos focos de *deficit* público”, o que, em termos concretos, ocasionou, entre 1960 e 70, a queda dos investimentos em ferrovias de 38,7% para 20% do total de investimentos em transportes⁷⁶. Em 1989, os investimentos na RFFSA reduziram-se substancialmente, atingindo apenas 19% do valor aplicado durante a década de 80.

A conclusão que se pode chegar com este histórico acerca do transporte ferroviário brasileiro no período do regime pós-64, é a de que a política dos governos militares para este setor era incoerente com o projeto de nação-potência, na medida em que um dos elementos chave para um país ser considerado uma potência mundial é a sua estrutura logística aproveitável e ágil, capaz de prover às Forças Armadas, por vários meios de transporte, tropas, mantimentos, combustíveis, medicamentos, pessoal de apoio, armamentos e outros equipamentos militares em caso de guerra. E dentro desta estrutura logística numa eventualidade como esta, ou até mesmo numa estratégia defensiva, em que se requiera mostrar a capacidade dissuasiva para defender o território nacional de uma eventual invasão, o transporte ferroviário era e ainda é fundamental.

Projeto de nação-potência e rationale das políticas externas dos governos militares

Também figuram como elementos contraditórios do projeto de nação-potência as seguintes pretensões e ações concretas dos governos militares:

c) o intento de se promover a construção de uma nação-potência pelas mãos de suas elites política, empresarial e militar reacionárias e internacionalistas, orientadas por um liberalismo excludente tanto no domínio político quanto no econômico (cujos fundamentos monetários eram ditados pelos organismos financeiros internacionais). A vida política do país, por sinal, seria demarcada por uma doutrina político-militar autoritária (oriunda das escolas superiores de guerra da França, dos EUA e do Brasil), esta última condensada na necessidade de *segurança* e de *guerra* contra antagonismos internos de qualquer matiz, principalmente os oriundos dos agrupamentos de esquerda, dos nacionalistas radicais e até mesmo moderados, dos democratas sinceros, bem como dos segmentos populares politizados;

d) renúncia a uma política externa autônoma e limitação da soberania nacional, devido a subordinação das políticas econômica e de Defesa do país aos interesses econômicos e à estratégia de defesa hemisférica dos EUA, indicando, como fez o presidente Castelo Branco em 14 de março de 1967, que o Brasil teria de “**buscar no Exterior meios de economizar dispêndio de defesa [...] e, também financiamentos, capitais e tecnologia para o desenvolvimento econômico**”⁷⁷;

e) afirmação do prestígio do Brasil no cenário mundial, através da adoção de uma política externa – em especial nos governos Castelo Branco e Garrastazu Médici – de estreita cooperação com os países do Norte, notadamente o país hegemona do mundo capitalista, política esta que distanciava o Brasil do movimento dos países não-alinhados, dos países do bloco socialista e do Terceiro Mundo em geral, levando-o a refutar o anti-imperialismo e o terceiro-mundismo, malgrado no plano retórico viesse a criticar, às vezes, a estrutura assimétrica do comércio internacional e a política de congelamento do poder militar (nuclear) mundial por parte dos EUA e da URSS. A política externa do primeiro governo do regime autoritário-militar afirmava-se, por exemplo, contra o *neutralismo* ou a política de *não-alinhamento* por considerá-la passiva, pendular, oportunista e não condizente com o propósito de tornar o Brasil uma *grande potência*. Daí o motivo dela também vir acompanhada de críticas ao *nacionalismo* e ao *multilateralismo*, privilegiando-se as relações com os países do Primeiro Mundo em termos bilaterais, como veremos adiante no discurso feito pelo presidente Castelo Branco no Palácio Itamaraty em 31 de julho de 1964.

Quanto a este último objetivo estratégico dos dirigentes militares brasileiros, não chega a ser infundado afirmá-lo como contraditório. Tal contradição está exposta nos pressupostos teóricos e nas concepções ideológicas que o embasam, presentes na obra de seu criador, o general Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil* (1959). Vejamos onde estão os pontos incongruentes do pensamento estratégico que Golbery delineou em 1959 e que transformou-se na pedra angular das políticas externas dos governos militares pós-64.

Ao versar sobre a Geopolítica Brasileira dizendo que esta precisava ser uma “geopolítica de afirmação no exterior”, Golbery diz que o Brasil tinha que ter uma participação ativa no que dizia respeito ao relacionamento dos “grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, os evoluídos e os imaturos”, atuando assim como o promotor de “uma cooperação verdadeiramente recíproca” entre os dois polos, identificando-se, então, tanto com as “diretrizes comuns daquela periferia econômico-social”, como também com os valores (religiosos, político-ideológicos e culturais) dos países principiadores e propagadores da Civilização Ocidental⁷⁸.

Golbery coloca o “*antagonismo dominante*” entre EUA e URSS, o qual vicejava na década de 50, como um conflito entre a “civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente”⁷⁹. De onde chega-se a proferir que a Geopolítica/Geoestratégia brasileira tinha de estar inserida na Geopolítica e na Estratégia Continental (pró-EUA), bem como na estratégia de todo o mundo ocidental (incluindo aí o apoio a países colonialistas

europeus como, por exemplo, Portugal), assumindo então o Brasil o papel de uma potência ocidental com poder dissuasivo no Atlântico Sul a fim de se constituir numa linha de defesa das Américas contra a alegada ameaça de ataque bélico do mundo comunista.

É claro que Golbery atuava como um propagador da visão de que havia um movimento de expansão militar tradicional e de agressão direta pelo mundo afora por parte dos comunismos soviético e chinês através de várias frentes. Daí a sua rejeição às atitudes de neutralidade e/ou de não-alinhamento. E tal movimento, para Golbery, estaria adquirindo a feição de um imperialismo disfarçado, que também usaria a tática da *guerra limitada*, ou seja de conflitos localizados em prol de movimentos de libertação nacional ou de anseios anticolonialistas, em países e regiões onde houvesse fome, miséria, minorias dirigentes corruptas e endinheiradas (como, lembraríamos nós, a então elite dirigente sul-vietnamita, apoiada pelos norte-americanos) em contraste com as massas em condições econômicas precárias e desprotegidas⁸⁰.

Dado que Golbery via o mundo Ocidental, mesmo com suas assimetrias e inconveniências, como sendo coeso e solidário, se houvessem conflitos que levassem à cisões neste mundo, eles seriam resultantes de grupos *recalcados*, na sua maioria atçados por Moscou. Por isso que, ao analisar, por exemplo, o Oriente Médio, Golbery trata o nacionalismo do presidente egípcio, Gamal Abdul Nasser (1954-1970), como dotado de um anticolonialismo “sadio”, porém “agressivo, “imaturo”, “turbulento” e de **“lamentáveis tendências neutralistas e xenófobas”**, propensas a criar, tal como no Sudeste Asiático e na Indonésia, turbulências naturais decorrentes de **“egoísticos particularismos nacionais”** que se transformavam então em “alvos fáceis à penetração acelerada de uma destra e sinuosa infiltração comunista”⁸¹. Convém esclarecer que Nasser havia sido um dos organizadores e líderes do movimento neutralista afro-asiático, sendo um dos expoentes da Conferência de Bandung na Indonésia, em 1955.

Este raciocínio de Golbery mostra que o nacionalismo lhe causava estranheza e também o quão afinado ele estava com o pensamento estratégico global que guiava a política externa imperialista dos EUA na segunda metade da década de 50, cunhada pela idéia de *interdependência*. Dois anos antes de Golbery escrever o seu *Geopolítica do Brasil*, o secretário de Estado do governo Eisenhower, John Foster Dulles, havia escrito, em outubro de 1957, um artigo na revista *Foreign Affairs*, na qual ele não admitia que fosse possível haver neutralidade no cenário da Guerra Fria, dizendo implacavelmente que:

“O mercado dos Estados Unidos ajuda a combater o comunismo e **os nacionalismos**

egoístas que igualmente rejeitam o conceito de interdependência”⁸².

Para Golbery, como o Brasil, por um lado, havia

“surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria Cristandade, produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu para terras quase desertas e virgens [...]” estando, por isso, *“em condições muito propícias para sentir, perfeitamente, o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida que se debate desde a própria América, por toda a África imensa, pelo Sul e Sudeste da Ásia, até a Indonésia irrequieta ...”*,

Por outro lado, ele [o Brasil] poderia desempenhar o papel de intermediador entre os países do Norte e os do Sul.

A contradição na fórmula do pensamento geopolítico e diplomático-estratégico de Golbery emerge quando ele diz que o Brasil poderia desempenhar este papel de intermediação

*“... em benefício da própria Civilização Ocidental cuja missão capital, no momento, é a de oferecer a todos esses povos desesperançados e frustrados, **uma alternativa mais risonha** do que a apresentada pelo imperialismo comunista ...”*⁸³.

O pensamento geopolítico de Golbery assume, então, que os EUA não eram imperialistas, mas sim os soviéticos, o que, visto do ângulo dos povos afro-asiáticos que lutavam contra suas metrópoles colonialistas européias, seria comprometedor para o Brasil se a sua política externa fosse a favor destas lutas na década de 50. Mas o Brasil acabaria por se comprometer de fato, na medida em que ele se alinharia incondicional e explicitamente com os EUA (como veio a acontecer depois do Golpe de 64), ao mesmo tempo em que o mundo assistia a uma nova realidade política que era a emergência do “*afro-asiatismo*”, responsável pela aceleração dos movimentos de libertação nacional na África e Ásia, os quais eram oportunamente assistidos pela URSS e a China comunista, mas encarados pelos EUA de forma cautelosa devido ao seu “envolvimento em alianças com países europeus”, como confessara Roberto Campos⁸⁴. John G. Stoessinger também escreveu que os EUA alheavam-se das lutas anticolonialistas das décadas de 50 a 70, mantendo-se “neutros” nas disputas entre a França e a Argélia, entre os Países Baixos e a Indonésia e entre Portugal e a Índia com relação ao território de Goa⁸⁵.

Nesse sentido, é apropriado indagar: Como o Brasil poderia ser aceito como um interlocutor válido pelos povos da Indonésia, do Sul e Sudeste da Ásia, assim como da África e de outras regiões do Terceiro Mundo, se ele estava incondicionalmente alinhado com os EUA, apoiando na ONU, no final de 1965, a atuação dos norte-americanos no Vietnã, e se ele apoiava até um país colonialista como Portugal, como veio a fazer o governo Castelo Branco? Como o Brasil poderia exercer um papel de mediador no plano internacional, se ele carregava ainda uma visão de mundo nitidamente eurocêntrica, exaltando os valores da civilização ocidental moderna e contemporânea, assumindo um papel de defensor desta civilização, justamente a que, do século XVII ao XX, havia provocado exatamente nestes países e regiões a *exploração*, a *miséria* e a *opressão* em decorrência de um *colonialismo voraz*?

Com o Golpe de 64 e a instalação da ditadura militar brasileira, o primeiro e terceiro governos deste regime acabaram adotando estas concepções estratégicas e geopolíticas de Golbery como pilares de suas políticas externas, e, em decorrência disso, o Brasil não pôde se apresentar como um interlocutor respeitado entre os países desenvolvidos do mundo Ocidental e os países subdesenvolvidos da Ásia, África e do Oriente Médio, submetidos às políticas neocolonialistas da Inglaterra, França, Holanda e Portugal.

Até mesmo o presidente Geisel reconheceu que, até 1974, o Brasil não estava habilitado para exercer o papel de intermediador entre os países do Primeiro e Terceiro Mundos, devido ao fato de que o país andava “demasiadamente a reboque dos Estados Unidos”. Geisel disse que os chanceleres dos governos anteriores ao seu mostravam vaidade, queriam aparecer e estavam fora da realidade, citando o caso do ministro das relações exteriores do governo Médici, Mário Gibson Barbosa, que havia se proposto a trabalhar para harmonizar os árabes e israelenses. Eis o texto integral no qual se encontra estas apreciações de Geisel:

“Eu achava, e ví isso nos governos anteriores, inclusive no do Médici, que o Ministério das Relações Exteriores procurava fazer boa figura, aparecer e prestar serviços aos Estados Unidos. O Ministro das Relações Exteriores do Médici, Gibson Barbosa, esteve na Europa, andou pelo Oriente Médio e apareceu como querendo trabalhar para harmonizar os árabes e israelenses. Deu entrevistas a respeito e eu achava que aquilo era uma tolice. Que credencial tinha o Brasil no mundo internacional p/ promover a conciliação entre esses dois povos? O Brasil não tinha projeção nem poder para tanto. Era um problema de vaidade, de interesse em aparecer, mas totalmente fora da realidade. Eu achava que nossa política externa tinha que ser realista

e, tanto quanto possível, independente. Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos⁸⁶.

No nosso entender, essa impossibilidade do Brasil exercer tal posição diplomático-estratégica depois de abril de 64 devia-se aos seguintes motivos:

I-) a Segunda Conferência dos governos dos países não-alinhados em julho de 1964 no Cairo – que contou com a participação de 33 líderes de países emancipados da Ásia e África, além de Cuba de Fidel e da Iugoslávia de Tito – fez evoluir a “idéia força” do não-alinhamento, tomando inclusive uma “coloração claramente antiimperialista”⁸⁷;

II-) diante das vitórias dos movimentos de libertação nacional na Coreia, Indochina e na Argélia; da possibilidade de alguns países africanos alcançarem, numa certa medida, uma unidade nas suas demandas e ações; da expansão da solidariedade dos países subdesenvolvidos não-alinhados pelo mundo, assim como dos seus avanços no palco da ONU, os quais faziam com que os Estados Unidos comesçassem a agir no sentido de evitar com que os países da América Latina se contagiassem. Assim, os EUA começaram a opor cada vez mais a OEA à ONU e, como diz Mário Pedrosa, a alta diplomacia brasileira fazia, a serviço do Departamento de Estado, “uma campanha ainda surda contra a Organização das Nações Unidas”⁸⁸, opondo o *sistema interamericano* aos países afro-asiáticos organizados em torno da Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA), da Organização da Unidade Africana (OUA), da Liga dos Estados Árabes e de outras organizações de povos e países do Terceiro Mundo;

III-) o presidente Castelo Branco assumira uma postura dúbia com relação ao *anticolonialismo* e abertamente crítica com relação ao *nacionalismo*, ao *multilateralismo* e à posição de *neutralidade* dos países do Sul diante da conjuntura mundial da Guerra Fria. Com base em documentos da *Seção de Publicações do Ministério das Relações Exteriores*, Reis da Silva⁸⁹ demonstra que para Castelo Branco o *nacionalismo* havia se tornado uma carapuça aos defensores do socialismo. Sobre o *anticolonialismo*, o mesmo autor mostra que Castelo Branco fazia um discurso vacilante, em especial com relação a Portugal.

Estas frases em *itálico* destacadas dos referidos documentos por Reis da Silva são atestadas pelo texto original do discurso do presidente Castelo Branco no Palácio do Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata, em 31 de julho de 1964. As linhas mestras da política externa do primeiro governo do regime autoritário-militar estão contidas neste discurso e os trechos

expostos a seguir vêm demonstrar como procedentes as críticas e problematizações que são aqui feitas, mormente aquelas que afirmam que a política internacional do primeiro governo do regime autoritário-militar consistia num alinhamento automático com os EUA.

“Objetivos Nacionais e A Política de Independência

[..] No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.

Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tende a ser necessariamente associativa [...].

No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, da qual decorre uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental.

[...] Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação. Sem subordinação a nenhum **interesse estranho** ao do Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental.

O neutralismo

O neutralismo assume alguma ou todas as seguintes feições:

- 1ª) passividade, desaconselhável para um país de possibilidades e objetivos fundamentalmente ativos, como é o caso do Brasil;
- 2ª) indeterminação de política interna e de sistemas econômicos, passando a organização nacional a perder nitidez, no esforço de evitar alinhamentos com um ou outro dos sistemas políticos, daí resultando uma híbrida ineficiência;
- 3ª) emotividade imatura, fundada no ressentimento, justificado ou não, para com as antigas civilizações colonizadoras;
- 4ª) extorsão internacional de recursos dos dois contendores da guerra fria, com êxito variável e recíproco;
- 5ª) fuga da realidade internacional, por medo dos perigos nela implícitos.

Bilateralismo e multilateralismo

A opção entre bilateralismo *versus* multilateralismo se tem colocado várias vezes em nossa política externa, frequentemente com caráter reflexo. O primeiro caso nos leva a explorar nossa posição-chave, demográfica e estratégica, já caracterizada pela época da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Doutrina abandonada em busca do movimento multilateral da Operação Pan-Americana.

Objetivos gerais da Política externa

[...] Entretanto, nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal [...] Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro com o Ocidente.[...].”

No Leste Europeu, encontramos estados cuja filosofia política diverge essencialmente da nossa.

No que tange aos EUA, Castelo Branco demonstrava que na sua visão sobre as relações interestatais, em especial sobre as relações entre Brasil e aquela superpotência capitalista, não haveria assimetrias e colisões. Pois assim ele se colocava no tocante a este assunto:

“Temos a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana cruzam seus interesses econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca. As características da atual situação do Brasil coincidem com os anseios de paz do Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva, tão da responsabilidade dos Estados Unidos [...] As negociações bilaterais têm recebido na América do Norte o tratamento de uma nação que deseja colaborar no soerguimento de nossas finanças e economia”^{90a}.

Quanto aos países do Leste Europeu, Castelo Branco declara que apesar de haver divergências no campo da filosofia política, o comércio do Brasil com esses países poderia ser “mutuamente proveitoso”, arrematando que da parte do Brasil este comércio poderia ser incrementado, contanto que, segundo suas próprias palavras, ele não fosse “veículo de influências inaceitáveis”. Após abril de 1964, no cômputo final, pode-se afirmar que o comércio do Brasil com aqueles países realmente foi afetado por considerações de base

ideológica, uma vez que essas relações comerciais tornar-se-iam insignificantes conforme o regime autoritário-militar fosse se consolidando. A título de informação, cumpre notar que, tendo como valor de referência US\$ 1 mil FOB, em 1960, tanto as exportações quanto as importações brasileiras junto aos países do Leste europeu giravam em torno de 5,6%, e que, em 1979, as exportações chegaram a um índice de 6,4%, mas as importações ficaram em irrisórios 1,3%^{90b}. Conforme o Boletim do Banco Central do Brasil de janeiro de 1979, nos anos do governo Geisel, as exportações brasileiras para os países europeus do bloco socialista tiveram uma média anual de 7,1%, mas as importações oriundas dos mesmos países sequer atingiram a casa dos 2%, ficando em 1,2% em 1974, 1,6% em 1975, 1,8% em 1976, 1,9% em 1977 e em 1,5% em 1978^{90c}. No que tange, especificamente, à importação de armamentos, vale destacar que o Brasil nada importou da URSS entre 1964 e 1985, ao contrário do que vinha fazendo com os EUA desde 1952, quando assinou com este país o Tratado de Assistência Militar.

Na esfera comercial, os resultados obtidos pelo Brasil, em 1975, como fruto deste alinhamento diplomático-econômico cerrado com o “Ocidente”, notadamente com os EUA, não foram tão promissores, principalmente se for levado em conta que os governos do regime autoritário-militar pretendiam alçar o país à condição de grande potência. A tabela da página que segue reflete a posição do Brasil no comércio mundial daquele ano, o que representa uma participação percentual uma pouco acima da média verificada no período que compreende os anos 1970-1984, a qual ficou em 1,12%:

Tabela 22

Comércio Mundial – 1975					
(Total: 1,590,000 bilhões)					
Todos os números arredondados em bilhões de dólares					
País	Exportações	importações	Comércio total	% do Comércio mundial	Poder comercial
1. EUA	107	96	203	12.7	20
2. Alemanha Ocid.	92	75	167	10.4	16
3. Japão	56	58	114	7.1	11
4. França	52	54	106	6.6	10
5. Grã Bretanha	44	53	97	5.9	9
6. Itália	35	38	73	4.5	7
7. URSS	33	37	70	4.4	7
8. Holanda	35	35	70	4.4	7
9. Canadá	34	32	66	4.1	7
10. Bélgica*	29	31	60	3.8	6
11. Suécia	17	18	35	2.2	4
12. Arábia Saudita	28	7	35	2.2	4
13. Irã	20	11	31	1.9	4
14. Suíça	13	13	26	1.6	3
15. Espanha	8	16	24	1.5	2
16. Polônia	13	10	23	1.5	2
17. Brasil	9	13	22	1.4	2
18. Austrália	11	10	21	1.3	2
19. Alemanha Oriental	11	10	21	1.3	2
20. Dinamarca	9	10	19	1.2	2

Tabela adaptada da fonte: Ray S. Cline *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Boulder, Colorado/Washington D.C.: Westview Press/The Center for Strategic and International Studies, 1977, p.75. Grifo em negrito nosso.

* Inclui Luxemburgo.

Para os dados que cobrem os anos 1970-1984, consultar Antonio Corrêa de Lacerda, *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2002, p.128.

Esta posição do Brasil no comércio mundial em 1975 representa uma participação percentual um pouco acima da média verificada no período que compreende os anos 1970-1984, a qual ficou em meros 1,12%, como se pode ver abaixo:

Tabela 22.1

Participação do Brasil no Comércio Mundial (1970-1980)			
	% Brasil no Mundo*		Brasil na corrente de comércio
	Exp.	Imp.	
1970	0,9	0,9	0,9
1971	0,8	1,0	0,9
1972	1,0	1,1	1,0
1973	1,1	1,2	1,1
1974	0,9	1,7	1,3
1975	1,0	1,5	1,3
1976	1,0	1,4	1,2
1977	1,1	1,1	1,6
1978	1,0	1,1	1,0
1979	0,9	1,2	1,0
1980	1,0	1,2	1,1
1981	1,2	1,2	1,2
1982	1,1	1,1	1,1
1983	1,2	0,9	1,1
1984	1,4	0,8	1,1

Tabela adaptada da Fonte: Antônio Corrêa de Lacerda, *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2002, p.128. O autor se baseou em dados levantados pelo FMI e Sobeet.

* CIF.

As posições assumidas pelo Brasil da ditadura militar no cenário internacional dos anos 60-70

Com relação às posições assumidas abertamente pelos governos do regime autoritário-militar nas organizações internacionais multilaterais frente a estas e a outras questões que se sucediam na arena internacional e que envolviam os países do Oeste e do Leste, do Norte e do Sul em meados da década de 60, sabe-se que o governo Castelo Branco na maioria das vezes posicionou-se a favor das resoluções que favoreciam os interesses estratégicos dos EUA e dos países neocolonialistas da Europa Ocidental. Neste ponto, quanto a política externa dos

governos militares que sucederam a Castelo Branco, como a do general-presidente Médici, pode-se dizer que ela continuou presenciando características comuns, ou seja, uma boa dose de continuidade, pois na 25ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 1970, o Brasil “votou contra a proscricção do colonialismo e pronunciou-se contrário ao ingresso da República Popular da China na ONU”⁹¹. O Brasil agia de tal forma apesar de Pequim vir diminuindo seu apoio aos movimentos revolucionários da América Latina a partir de 1969.

É conveniente salientar que, enquanto o Brasil assumia tal posição em relação à China comunista, em outubro de 1971 a Assembléia Geral da ONU votava a admissão daquela nação asiática como membro desta organização, dois anos depois do presidente recém-eleito Richard Nixon ter ordenado um reexame da política norte-americana externa concernente ao regime de Mao Zedong. Segundo Rodrigo D. F. dos Passos, no final da década de 60, “Nixon e Kissinger já davam sinais de mudança em relação ao ‘Império do Meio’”. O primeiro já havia se manifestado a respeito na Revista *Foreign Affairs* de outubro de 1967, dizendo que não se poderia “deixar a China para sempre fora da família das nações”. O segundo prescrevera, em 1968, o início de um diálogo dos EUA com a China. A *entente* sino-americana veio a se concretizar em 1972 com a subscrição do *Shangai Communiqué*, no qual ambos os países declaravam “não buscar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico”⁹².

No tocante à URSS, Leonid Brejnev já sinalizava o interesse soviético pela distensão com os EUA, o qual foi ratificado em 1971 pelo 24º Congresso do Partido Comunista. Por conseguinte, em 1972, Nixon fez uma visita a URSS, dando os primeiros passos para o estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a mesma. No mesmo ano, soviéticos e norte-americanos faziam uma conferência de cúpula, estabelecendo um acordo bilateral sobre a limitação de armas estratégicas através do *Strategic Arms Limitation Talks* (SALT I). Além disso, as duas Alemanhas, a capitalista e a comunista, haviam chegado a um tratado de não-agressão e de reconhecimento de suas fronteiras, o qual veio a ser ratificado por França, Grã Bretanha, EUA e URSS com o Acordo de Berlim.

Para consolidar a fase da *détente* da Guerra Fria, em junho de 1973 realizou-se a segunda conferência de cúpula entre EUA e URSS, na qual ficou assente que

“os dois lados se absteriam do uso da força ou de ameaça do uso da força, que se fariam consultas caso surgisse alguma situação potencialmente perigosa para ambos ou para terceiros ...”⁹³.

Isso acabou levando as duas superpotências a concordarem com a criação de uma força pacificadora para a guerra de 1973 no Oriente Médio.

Os EUA e URSS iam mais além no sentido de alargar esta estratégia política de distensão, dando inclusive início à celebração de vários acordos comerciais, como a compra de cereais e fertilizantes americanos pelos soviéticos. O governo norte-americano também anunciara que “a Ocidental Petroleum Company firmara um acordo com a URSS, no valor de 10 bilhões de dólares, por vinte e cinco anos, referente ao transporte de gás natural siberiano para ser consumido na Costa Ocidental dos Estados Unidos”, o que garantiria a estes energia num tempo de crise energética. Enfim, ambos os países esperavam expandir o comércio bilateral “a ponto de, pelo menos, ser triplicado”⁹⁴.

Com relação a Portugal, ainda em 1972, o Brasil continuava a apoiar a política neocolonialista deste país europeu. Passos lembra que na XXVII Assembléia Geral da ONU, em 1972, a delegação do Brasil votou contra uma resolução que definia os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné Bissau como autênticos representantes dos respectivos países e, no ano seguinte, na XXVIII Assembléia, o governo brasileiro posicionou-se contra a independência da Guiné Bissau. Só que, pouco tempo depois, em 1974, ocorre a Revolução dos Cravos, que acaba com a ditadura salazarista e dá início ao fim da política neocolonialista portuguesa.

Nota-se, portanto, que, quanto a sua política internacional, o Brasil do regime autoritário militar ia sendo atropelado pelo bonde da história, pois enquanto as superpotências capitalista e comunista implantavam políticas externas pragmáticas em direção à distensão, pondo os seus interesses comerciais acima de suas ideologias, o Brasil continuava a olhar para os comunistas através de uma lente nebulosa que transformava a realidade em caricatura, demorando a pôr fim a desgastados *slogans* e a antigos temores fantasiosos, para que pudesse enfim basear suas ações diplomático-estratégicas em fatos reais e atuais.

Foi só em 1974 – devido à crise do petróleo, às medidas protecionistas dos EUA sobre vários produtos nossos de exportação e ante a recusa dos norte-americanos em apoiar integralmente o projeto nuclear brasileiro – que a diplomacia do regime autoritário-militar veio a entender esta nova conjuntura internacional e a reconhecer as mudanças de postura que ela exigia, para que, com base em avaliações mais objetivas da realidade internacional, tirar o melhor proveito dela. Isso se daria quando o governo Geisel, num momento de indispensável recuperação da soberania do Estado brasileiro, iniciou um aprofundamento nas relações com as potências européias e o Japão, restabeleceu relações diplomático-comerciais com a China,

aproximou-se dos países árabes e dos africanos que estavam, respectivamente, em litígio com Israel e em pleno processo de libertação nacional. No entanto, vale assinalar que ao restabelecer relações diplomáticas com a China, em agosto de 1974, não era o Brasil que tomava a dianteira na América Latina quanto a esta postura, induzindo os outros países da região a fazer o mesmo. Como mostra o artigo de Jiang Shixue, “Recent Development of Sino-Latin-American Relations and its Implications”, publicado na revista do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile, *Estudios Internacionales* (janeiro-março, 2006, nº 152: 23), fomos o oitavo país a tomar tal decisão, ficando atrás do Peru (novembro de 1971), México (fevereiro de 1972), Argentina (fevereiro de 1972), Guiana (junho de 1972), Jamaica (novembro de 1972), Trinidad e Tobago (junho de 1974) e Venezuela (junho de 1974).

Ademais, Geisel não foi o único nem o primeiro general latino-americano a pensar e a agir politicamente de uma forma mais autônoma ante os EUA, tanto no plano interno quanto externo. Na X Conferência dos Exércitos Americanos realizada em Caracas em setembro de 1973, a tônica foi dada pelos militares do Peru, Argentina, Chile, Equador e Venezuela, mudando o enfoque e o linguajar com relação às reuniões anteriores, pois que desta vez vinham estampados num matiz nacionalista. Em função das pressões estadunidenses sobre o acordo nuclear dos argentinos com o Canadá e a Índia, o general Carcagno da Argentina respondia, por exemplo, que naquele momento a luta dos países sul-americanos deveria ser no sentido de livrá-los de “toda sorte de tutelas”. Carcagno afirmava inclusive que:

“o Exército argentino reconhece como princípios básicos e inalteráveis a não-intervenção, autodeterminação dos povos e respeito profundo às diferenças de cada país, num contexto em que as diferenças ideológicas não tinham sentido”⁹⁵.

O general peruano, Mercado Jarri, observava que até então as conferências militares atendiam a situações da Guerra Fria, devendo, àquela altura, “mudar de finalidade”, chegando até a defender mudanças no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Outro general argentino, Enrique Gugliamelli, propunha, mesmo que ambigualmente, que as Forças Armadas atuassem “como escudo protetor de mudanças estruturais, garantia de soberania e agente ativo de transformações”. Resumindo, já na primeira metade da década de 70 os governantes militares de direita dos países sul-americanos já pregavam mudanças nas políticas externas e no sistema interamericano de defesa coletiva em voga na época, por

entenderem que “a segurança dos países deve ter como premissa o desenvolvimento de seus povos”⁹⁶.

Apesar de estar claro que na conferência de Caracas os militares brasileiros foram contrários à posição do bloco de militares liderado pelo Peru, cerrando fileiras com o representante dos EUA, o general Creighton Abrams, não há informações suficientes e seguras sobre como o Brasil se posicionou em todas as conferências militares sul-americanas que se seguiram a de Caracas, e que, portanto, aconteceram com Geisel já à frente do governo brasileiro. Entretanto, na conferência de 1975 no Uruguai, a posição do então Chefe do Estado-maior do Exército brasileiro, o general Fritz de Azevedo Manso, sugeria que parecia não haver um abrandamento efetivo do governo Geisel com relação à ideologia política e aos aspectos relativos à segurança nacional e hemisférica, pois nesta ocasião Fritz Manso teria demonstrado um anticomunismo visceral e propugnado que os cordões sanitários em torno dos quartéis dos exércitos latino-americanos devessem ser permanentemente revigorados para evitar que os comunistas ali se infiltrassem. Nem mesmo Geisel se desprendia desse pensamento, pois a partir de 1974 há uma grande investida dos órgãos de repressão contra o Partido Comunista Brasileiro, resultando na morte de nove membros de seu Comitê Central, sem falar que na campanha para as eleições de 1978, Geisel acusara o MDB de infiltração comunista. Nas conferências que sucederam a de 1975, os comandantes militares sul-americanos trataram de questões relacionadas com a segurança do Atlântico Sul, propondo, como foi o caso do general argentino Roberto Viola, um “plano anticomunista continental”⁹⁷. Nota-se, portanto, que nas duas ditaduras militares mais poderosas da América do Sul o discurso maniqueísta, dicotômico, do confronto da democracia liberal com o comunismo ainda se mantinha no plano interno, mas que o mesmo não era mais conveniente no plano externo.

Aqueles sinais de mudanças sutis na retórica das elites militares de direita e pró-americanas que estavam há tempos no controle do poder em vários países da América do Sul, foi uma consequência da política de distensão dos EUA e URSS, das pressões que elas vinham sofrendo do governo Carter em prol dos direitos humanos, assim como da revisão do apoio material restritivo que os EUA vinham dando aos países sul-americanos na área militar e nuclear. Consequentemente, a diminuição da dependência ante os EUA na área militar era almejada e posta em prática, em meados da década de 70, por vários governos autoritário-militares sul-americanos, notoriamente anticomunistas, e não apenas pelo Brasil, não sendo, portanto, esta postura uma singularidade do governo Geisel. No caso específico do Brasil, aos citados embaraços criados pelos norte-americanos nos âmbitos militar e político, somam-se a

aplicação de sobretaxas aduaneiras sobre uma gama de produtos de exportação brasileiros (calçados, bolsas de couro, têxteis, suco de laranja, café solúvel, aço, etc), o que os impedia de entrarem no mercado americano em condições competitivas.

Todavia, como bem assinala Góes, estas mesmas elites militares, em especial a do Brasil, procuravam “dissociar as hostilidades à administração Carter dos compromissos com a economia privada americana e dos próprios laços da região com o sistema ocidental”⁹⁸. Portanto, as políticas ‘nacionalistas’ que começavam a reaparecer nas duas mais poderosas ditaduras militares sul-americanas não eram nada autênticas e radicais, pois o nacionalismo que elas estavam então prenunciando almejava apenas tirar proveito de uma circunstância que proporcionava a elas explorarem as suas contendas com os EUA e as contradições nos relacionamentos destes com o resto do mundo, principalmente com a Europa Ocidental, Japão, República Popular da China, África e os países árabes.

Nesta conjuntura, Brasília adquiria então uma certa margem de manobra nas suas relações com a Casa Branca, se desentendendo com ela, mas sempre tomando cuidado para que estes desentendimentos não extrapolassem a esfera da relação do regime autoritário-militar com um determinado governo dos EUA, deixando a salvo, pois, os canais de integração do Brasil com os conglomerados industriais-financeiros privados e com os segmentos políticos e militares mais conservadores do aparelho de Estado norte-americano. Daí ter ocorrido a assinatura, em fevereiro de 1976, do Memorando de Entendimento, que estabelecia um mecanismo bilateral de consultas recíprocas periódicas entre os dois países. De acordo com Passos, estas consultas aconteceriam a cada semestre e com agendas previamente definidas, abarcando assuntos ligados às áreas cultural, legal, educacional, tecnológica, bem como às da política e, evidentemente, da segurança⁹⁹.

O próprio presidente Geisel chegou a esclarecer em entrevista dada a jornalistas brasileiros, em 18 de setembro de 1976, quando de sua viagem ao Japão, que

“Nós somos um país estreitamente vinculado aos Estados Unidos. Somos amigos dos Estados Unidos há longos anos, e inclusive é uma amizade baseada em grande parte na decorrência geográfica. Essas relações só tendem a aumentar e a se desenvolver apesar de tropeços que de vez em quando surgem, sobretudo no campo econômico”¹⁰⁰.

É com base nessas declarações e linhas de ação concreta que deve ser abordada a política externa do “*pragmatismo responsável*” do governo Geisel, a qual também se

apresentava como “*ecumênica*”, mas tendo, porém, que ser cautelosa para que não redundasse em disparidades com relação aos objetivos da *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento* e muito menos que se contrapusesse aos interesses dos países do Primeiro Mundo. Essa cautela era fundamental visto que a política externa de Geisel ainda devia continuar privilegiando as relações com estes países, uma vez que o modelo econômico seguido pelo regime, e a manutenção da estrutura produtiva dele resultante, estava enredado num círculo vicioso que exigia mercados, recursos financeiros em forma de empréstimos, tecnologia e insumos industriais fornecidos principalmente pelos países desenvolvidos. Como disse Geisel em depoimento feito em 1994:

“Os nossos interesses, de fato, estavam no Hemisfério Norte. Os países do Hemisfério Sul, em termos de tecnologia, de financiamento, de equipamento, nada tinham que pudéssemos aproveitar.” [...] É no Hemisfério Norte que há mercados, tecnologia, ciência, tudo o que nos interessa e é necessário para o nosso desenvolvimento. Isso não quer dizer que se ignore o resto, mas numa escala de valores dou preponderância ao Hemisfério Norte, independentemente de considerações geopolíticas”¹⁰¹.

Mesmo demonstrando que a solução para os problemas do desenvolvimento econômico brasileiro passava necessariamente pelo Hemisfério Norte, conduzindo então a política externa de seu governo mais nessa direção, Geisel não descartava a possibilidade do Brasil, na condição de uma “potência emergente”, exercer o papel de líder dos países do Terceiro Mundo, podendo assim vir a ser o ponto de ligação entre estes países e os do Primeiro Mundo.

É com base nesse julgamento que o *ecumenismo* tornou-se mais um dos pilares da política externa do governo Geisel. Conforme Passos,

“o ecumenismo possui duas conotações complementares. Por um lado, a recusa a todas as formas de hegemonia. Por outro lado a prática da **interdependência**, que é real e dinâmica”¹⁰².

Embasado numa *aula magna* dada pelo chanceler Azeredo da Silveira na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Passos considera que

“A interdependência, por sua vez, possuiria duas feições. A **vertical** seria aquela

fundada na subordinação e na ausência de coordenação [...]. A feição **horizontal** é aquela proposta para substituir a vertical. Alternativamente, a interdependência horizontal proporciona cooperação e as oportunidades equitativas entre os Estados¹⁰³.

A aprovação desta interpretação dos conceitos de *ecumenismo* e *interdependência horizontal* pode ser verificada no discurso de Azeredo da Silveira no Royal Institute of International Affairs, em Londres, no qual ele explicitava que a política externa geiseliana buscava, sim, intensificar as relações comerciais com a Europa no sentido de diminuir a dependência com relação aos EUA. Naquela ocasião, o chanceler do governo Geisel colocava que com as nações da Comunidade Econômica Européia

[...] o Brasil se esforça por desenvolver uma relação baseada no princípio do benefício mútuo, suscetível de criar as condições para uma verdadeira interdependência horizontal, distinta da vertical, que prevalece hoje na maior parte do mundo e se caracteriza pelo modelo de dominação, remanescente dos sistemas coloniais¹⁰⁴.

Cabe assinalar que se a política externa do governo Geisel buscava diminuir sua dependência ante os EUA, isso significa que ela parecia grande, que os termos de troca entre ambos afiguravam-se favoráveis aos norte-americanos e que isso vinha se constituindo num empecilho ao desenvolvimento do Brasil. Em outras palavras, a relação de interdependência entre Brasil e EUA não correspondia a uma relação equilibrada, de ‘dependência mútua’, benéfica a ambas as partes. Sendo assim, há de se notar as condições em que se encontrava o Brasil no momento em que se decide intensificar as relações comerciais com a Europa, almejando uma *interdependência horizontal*. E aí se constata que o Brasil não teria, no mandato do general Geisel, adquirido autonomia econômico-financeira e, logo, capacidade para exercer maior liberdade de ação e um poder de barganha numa dimensão mundial em consequência das relações interdependentes que vinha estabelecendo prioritariamente com os EUA. Não estaria, então, o Brasil política, financeira e economicamente menos dependente a ponto de suas demandas e reais necessidades serem levadas em conta pelas potências da Europa ocidental e até mesmo pelos EUA.

Não obstante esta realidade, era daquela percepção de que o Brasil havia alcançado uma nova posição no cenário internacional que, segundo Passos, decorria a asserção de que o Brasil seria uma *potência emergente*, donde ascendia a idéia de projetar a política externa

brasileira “em vetores com várias direções” a fim de diversificar seus parceiros comerciais, fugindo assim dos apriorismos em termos de alinhamento, mas não fugindo do paradigma da *interdependência*. Com relação a este papel, Geisel colocava de forma mais precisa que:

“Não podemos pretender modificar o mundo, mas podemos influir, podemos exercer em certas áreas alguma liderança e desenvolver idéias, sobretudo no campo econômico, que conciliem de tal forma os interesses dos países já desenvolvidos e daqueles que estão em desenvolvimento”¹⁰⁵.

No entanto, mesmo no governo Geisel, o Brasil continuava ainda não habilitado e nem com o prestígio necessário para exercer o papel de intermediador entre os países do Primeiro e Terceiro Mundos, e muito menos para desenvolver idéias no campo econômico, pelo motivo de que o Brasil continuava política, econômica e financeiramente dependente das economias dos primeiros, aceitava a hegemonia dos mesmos, e também pelo fato de que o país não se engajava a fundo nas organizações criadas pelos segundos. Assim se posicionava o governo Geisel frente a estas questões:

“Isso pode parecer uma incoerência. Mas na questão do Terceiro Mundo, dos subdesenvolvidos, o Brasil não se filiou a qualquer organização correlata. Comparecíamos às reuniões e conferências, éramos a favor das reivindicações desses países, até porque éramos um país subdesenvolvido, embora numa situação econômica, social e política em evolução, mas não assumíamos qualquer compromisso. Eles tinham a nossa simpatia, mas não nos engajávamos [...]. Mas mesmo nessa solidariedade com o Terceiro Mundo o Brasil nunca se empenhou a fundo. Para nos engajarmos a fundo, tínhamos que endossar as reivindicações dos subdesenvolvidos e sair pelo mundo fazendo campanha. Não convinha ao Brasil fazer isso”¹⁰⁶.

E o presidente Geisel, assim como o general que o sucedeu na Presidência da República, não apenas deixaria de se engajar a fundo com o movimento conjunto dos países do Terceiro Mundo, como também jamais ousaria exigir dos grupos financeiros internacionais a renegociação de nossa dívida externa e nem mesmo chegaria a suspender unilateralmente o pagamento das prestações e dos juros desta dívida. Tendo em vista que o Brasil do regime autoritário-militar era ferrenhamente anticomunista, que tinha apresentado, nos anos 69-74, taxas impressionantes de crescimento e havia se tornado o maior devedor de todos os países

ocidentais do Terceiro Mundo, mas um bom pagador, os grupos financeiros internacionais e os governos que os representavam sabiam que conseguiriam aqui toda sorte de concessões. Daí elegerem o Brasil como um exemplo de ‘interdependente’ atuante e um possível intermediador dos países do Primeiro Mundo com os subdesenvolvidos. Faziam isso para que pudéssemos efetuar os pagamentos das prestações e juros dos empréstimos antigos e novos, mantendo-se assim o padrão de industrialização e, como um todo, o modelo econômico então vigentes, o quais beneficiavam o capital industrial-financeiro multinacional.

Passos demonstra que na mentalidade da cúpula dirigente do governo Geisel, naquele período o Brasil teria alcançado, como disse Azeredo da Silveira, “uma nova posição no seu relacionamento externo à qual corresponderia a classificação, não isenta de ambiguidades, de ‘potência emergente’”¹⁰⁷. Em outras palavras, naquele momento o Brasil teria ascendido à posição de *potência média* e, com efeito, poderia se apresentar, por sugestão dos próprios países desenvolvidos, como espelho e até um líder dos países subdesenvolvidos, adquirindo então o papel de intermediador entre ambos.

Ao conceder entrevista a TV F1 francesa, quando estava em Paris em 25 de abril de 1976, Geisel explicita essa percepção da posição que o Brasil estaria então ocupando no cenário internacional, ao dizer que

“O Brasil é um país jovem, de grande potencialidade e que, de certa forma, espelha as tendências e aspirações de outros países também emergentes, que procuram sair do subdesenvolvimento e dar às suas populações melhores condições de vida”¹⁰⁸.

Requerido a discorrer, logo em seguida, sobre a questão do “modelo brasileiro”, Geisel demonstra que o Brasil podia sim servir como paradigma aos outros países do Terceiro Mundo no que dizia respeito ao desenvolvimento econômico, como se ele fosse original, autárquico e sustentável, afirmando que

“Realmente, fala-se muito em modelo brasileiro [...]. Creio que, em lugar da palavra modelo, se usarmos ‘estilo’, teremos uma expressão mais correta do fenômeno. Esse estilo ou modelo é, em grande parte, consequência do estágio cultural em que o país vive, das suas possibilidades, de suas tendências. Assim não pode ser copiado. Mas é bem verdade que, apesar disso, ele pode servir, em alguns aspectos, de exemplo para outros países, do mesmo modo que nós, quando traçamos esse modelo, ou esse estilo, evidentemente aproveitamos a experiência acumulada por outros países do mun-

do”¹⁰⁹.

Só que na visão de Geisel, este papel que ele atribuía ao Brasil não seria conquistado, mas sim ofertado pelos países desenvolvidos. Isso fica patente numa declaração que ele dera em sua já citada viagem ao Japão, em 1976, quando perguntado se o Brasil poderia tornar-se um mediador entre o Norte e o Sul, responde:

“Ele [o Brasil] só poderia funcionar como mediador se os países desenvolvidos, os que chamamos do Grupo Norte, nos dessem determinadas condições para desempenhar este papel de mediação”¹¹⁰.

E a esta oferta, o Brasil retribuiria às potências capitalistas abstendo-se de votar, em 1974 e 1975, nas XV e XVI reuniões de cúpula de chanceleres americanos da OEA pela volta de Cuba ao seio desta organização e com uma presença ativa no continente africano, sobretudo em Angola, a fim de que não só se protegesse os interesses comerciais e financeiros brasileiros naquela região, mas que também fosse contido ali a disseminação do comunismo. Esta última proposição foi assim confirmada por Geisel, em resposta aos jornalistas brasileiros em 6 de maio de 1976,

“Estou de acordo. Acho que se o Ocidente estiver mais presente na África, em Angola e em Moçambique, nós teremos uma maneira de nos contrapormos, evidentemente dentro de certos limites, à ação comunista. Não é só Brasil. Se a França, se a Inglaterra, se os Estados Unidos e outros países estiverem presentes nessas áreas, sem dúvida isto trará dividendos para o Ocidente”^{111a}.

É certo que o governo Geisel demonstrou pragmatismo e autonomia frente aos EUA em matéria de política externa, ao ter sido um dos primeiros países a reconhecer as independências de Guiné Bissau e de Angola, respectivamente em julho de 1974 e novembro de 1975. No entanto, politicamente, o Brasil ficaria numa posição anacrônica e constrangedora se não apoiasse os movimentos de descolonização dos países africanos de língua portuguesa, uma vez que as mudanças políticas que ocorriam em Portugal desde inícios de 1974 conduziriam ao fim do regime salazarista e da política colonialista portuguesa na África. Já em termos econômicos, o Brasil sairia prejudicado caso não tivesse apoiado o movimento vitorioso de libertação de Angola, pois que nesta ex-colônia portuguesa a

indústria petrolífera vinha se expandindo desde a década de 60 e, como se sabe, a Petrobrás tinha interesse em aumentar a importação de petróleo daquela nação e também de ampliar ali as suas atividades de prospecção e extração. Se concordarmos que estas ações do governo Geisel no plano internacional desativaram os condicionamentos ideológicos previamente existentes na política externa do regime autoritário-militar, então fatores conjunturais, sejam de caráter político (a Revolução dos Cravos em Portugal), sejam de caráter econômico (crise do petróleo de 1973), aparecem como sendo determinantes, não havendo aí uma política original, previamente deliberada. Ademais, o governo Geisel era corretamente informado a respeito do resultado da guerra civil angolana, estando, portanto, ao lado dos prováveis vencedores, não por sua própria proeza, mas pelos trabalhos que já haviam sido realizados, de meados dos anos 50 a inícios do de 60, por diplomatas cuja postura era condizente com as políticas externas dos governos Kubitscheck, Quadros e Goulart. Isso nos levaria a reconhecer que, mais uma vez, o impacto da crise de petróleo de 1973 influencia decisivamente as ações das altas esferas do regime no campo da política externa, tornando imperioso o apoio do Brasil à descolonização de Angola. Cumpre ainda assinalar que, conforme o historiador da UERJ, Francisco Palomanes Martinho, os principais artífices destes atos brasileiros em Angola, Guiné Bissau e Moçambique na segunda metade da década de 70, os diplomatas Ítalo Zappa e Ovídio de Melo, foram ignorados tanto pelo poder militar quanto pelo próprio Itamaraty, tendo sido colocados no ostracismo nos anos subseqüentes. Zappa, por exemplo, foi o único de sua categoria que não recebeu a Ordem do Mérito Militar e nem chegou a servir em um país de primeira linha. Ovídio de Melo, por sua vez, só veio a ser promovido a ministro de primeira classe depois de findo o regime autoritário-militar em 1985^{11b}.

Com base nestes fatos e naquelas colocações de Geisel ficam desnudados os aspectos casuísticos, pontuais e contraditórios de sua política externa, pois ele mesmo, ao falar dos países do Hemisfério Norte, dizia que estes países eram superiores políticos pelo fato de serem considerados como civilizações mais adiantadas que dominavam o mundo (*idem*).

Vejamos como Geisel se expressa com relação a este assunto:

“[...] Um problema de política exterior que eu considerava de grande interesse para o Brasil, e ainda considero, não apenas culturalmente, mas principalmente no sentido econômico, era o relacionamento com os países do Hemisfério Norte. São os países que dominam o mundo, são civilizações mais adiantadas. Somos muito amigos dos países da América do Sul, com os quais cultivamos relações harmoniosas, mas o problema do nosso desenvolvimento passa pelo Hemisfério Norte. Procurei

intensificar esse relacionamento, principalmente com a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Japão. Não pude fazer mais coisas com os Estados Unidos por causa de exigências que foram surgindo e que pareceram descabidas. Eles taxavam a importação de certos produtos brasileiros, embora fizessem apologia do comércio livre”¹¹².

Ora se, sob um ângulo realista, Geisel se conformava com o fato de que os países capitalistas centrais dominavam o mundo, a sua política externa estaria incorporando, sem maiores reservas, os conceitos de “ecumenismo” e de “interdependência”, dando a ela uma conotação idealista. Nesse sentido, não havia jeito de sua política externa, através de um conceito que lhe era basilar como o do “ecumenismo”, vir a pressupor a recusa de todas as formas de hegemonia, de dominação, de relações inter-estatais assimétricas e, conseqüentemente, sem condições de requerer o estabelecimento de “uma ordem econômica mundial mais equânime”, conforme as palavras proferidas por Azeredo da Silveira, em inícios de 1976, num banquete oferecido ao então secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, no Palácio do Itamaraty em Brasília¹¹³.

Geisel disse uma vez que admitia que os Estados Unidos fossem poderosos, que eles queriam se expandir, mas exigia que eles respeitassem os direitos dos outros. Ao comentar sobre a oposição norte-americana ao acordo nuclear do Brasil com a Alemanha, Geisel colocou o seguinte:

“[...] Eles pressionaram a Alemanha que não fizesse o acordo e pressionaram a nós. Pessoalmente não tenho nada contra os Estados Unidos, tenho é contra a orientação governamental americana de natureza imperialista. Admito que os Estados Unidos sejam poderosos, queiram se expandir. Devem, contudo, respeitar os direitos dos outros. O Brasil, depois do declínio do Império britânico, vinculou-se ao Americano. Acho, entretanto, que essa vinculação deve atuar no interesse de ambos, sem menosprezo do mais forte com relação ao mais fraco, inclusive no que tang e à soberania”¹¹⁴.

Todavia, como uma superpotência tradicionalmente imperialista pode ter estes atributos e anseios e, ao mesmo tempo, respeitar os direitos dos outros? Como o Ministro das Relações Exteriores do governo Geisel, Azeredo da Silveira, podia acreditar numa “interdependência horizontal”, ou seja, em cooperações e oportunidades equitativas entre Estados nacionais com

nítidas assimetrias de poder econômico e militar, se, na prática, o Brasil se endividava cada vez mais em relação a comunidade financeira internacional, aumentando assim a sua dependência junto à esta, e se o país ainda continuava a ser solidário com os EUA na política geral contra o comunismo, negando-se, inclusive, a se engajar como membro pleno do grupo dos países não-alinhados?

Talvez uma resposta a estas indagações estaria nesta asserção feita por Lima & Moura:

“Uma idéia central desta política consistiu em afirmar que ela deixara de guiar-se por princípios rígidos e passara a reger-se por considerações pragmáticas (...). Mas nada havia de aleatório nesse pragmatismo. Na realidade ele se orientava e ainda se orienta pelas necessidades, definições e limitações do modelo político-econômico”¹¹⁵.

Ademais, Azeredo da Silveira fazia um discurso ambivalente acerca das relações do Brasil com os países do Primeiro e Terceiro Mundos. De um lado ele dizia que

“O Brasil se sente plenamente ocidental, mas não ao ponto de ser antibrasileiro. É por isso que, atualmente, 90% dos nossos votos são os mesmos do grupo dos não-alinhados”¹¹⁶.

Se, por este lado, a retórica de Silveira significava um avanço ante a dependência excessiva e duradoura do Brasil do regime autoritário-militar para com os EUA, por outro lado ela também acomodava ressalvas acerca do posicionamento brasileiro em relação aos países não-alinhados terceiro-mundistas, como pode ser observado no mesmo discurso que ele proferiu no já mencionado banquete oferecido a Henry Kissinger, em 1976, afirmando que

“[...] As expressões ‘não-alinhamento’ e ‘não-alinhado’, entretanto têm uma conotação negativa, oriunda da guerra fria, ligada ao universo conceitual de blocos estanques, que não corresponde com precisão à realidade contemporânea. Melhor que esse conceito negativo seria definir a política brasileira como multidimensional, conceito que expressa de modo mais adequado o fato de que ela se projeta em vetores com várias direções, que tem como denominador comum o interesse nacional do Brasil”¹¹⁷.

Afirmações como estas deixam margem à diversas interpretações, permitindo a alguns analistas considerá-las tanto como a afirmação de uma política de poder do Estado brasileiro, bem como servir de fundamentação para aqueles que então se colocavam contra o comprometimento do Brasil com o movimento dos países não-alinhados. Entretanto, os discursos contumazes dos chanceleres do regime autoritário-militar tendiam a associar qualquer política externa que não estivesse alinhada prioritariamente com o mundo Ocidental (fosse ela neutralista ou claramente pró-comunista) com a noção de “isolamento”, estando subjacente a esta noção um posicionamento contrário ao sistema capitalista em prol do comunista.

Além do mais, no que tange ao assunto da segurança nacional e hemisférica, o próprio presidente Geisel fazia um discurso ambivalente na primeira reunião ministerial de seu governo, em 19 de março de 1974, não deixando, portanto, de dar importância a esta matéria, dizendo, mesmo que sutilmente,

(...) E se temos forçosamente que nos adaptar àquelas circunstâncias externas (...), devemos não só **aperfeiçoar os mecanismos institucionais de coordenação do desenvolvimento e segurança**, mas por outro lado atender a novos objetivos e novas prioridades que decorram, naturalmente, do estágio de progresso mais elevado já alcançado pelo país”¹¹⁸.

Ou seja, no âmbito externo o Brasil procuraria atender a “novos objetivos e novas prioridades” no campo econômico-comercial, como, por exemplo, reatando relações diplomático-comerciais com a República Popular da China. Contudo, manter-se-ia intacta a ideologia e retórica anticomunistas, bem como o *modus operandi* e a estrutura dos órgãos ligados às ações na área da segurança nacional e hemisférica, dedicados a reprimir qualquer movimento tido como ‘comunista’. Afora Geisel, um assessor do chanceler Azeredo da Silveira ressaltava que a política externa de seu governo era pragmática, porém “responsável”, pelo fato dela não procurar contrastar “com a orientação ideológica dos governos militares anteriores”¹¹⁹.

Apesar das divergências que tinham ocorrido com os Estados Unidos durante o seu governo, ao ser perguntado em 1994 se ainda existia um alinhamento ideológico do Brasil com aquele país, Geisel respondeu afirmativamente, dizendo que

“Existia, apesar de todos os problemas. O Brasil estava de acordo em não permitir

a expansão do comunismo dentro da América Latina e, nessa ação, sempre foi coerente. O Brasil não reatava relações com Cuba, entre outras razões, por solidariedade aos Estados Unidos. Mas o problema maior estava no nosso continente americano. Cuba procurava exportar sua revolução para outros países da América do Sul, seja com Che Guevara, seja financiando a subversão com Brizola, seja, enfim, formando e instruindo sediciosos brasileiros para agirem revolucionariamente aqui”¹²⁰.

Diante desta declaração, seria possível apontar que a tal política do governo Geisel de maior solidariedade continental e/ou de estreitamento da cooperação com seus vizinhos continentais ainda estava ligada à doutrina da contra-insurgência, à ideologia de segurança nacional e aos círculos brasileiros e latino-americanos de segurança e repressão contra os movimentos sociais de oposição ao imperialismo capitalista. Há fundamento nesta observação se for trazido à lembrança o ocorrido com dois esquerdistas uruguaios em 1978, Lilian Celiberti e Universindo Diáz, que, estando em Porto Alegre, foram sequestrados, torturados e conduzidos para o Uruguai por agentes daquele país, com o apoio do SNI, do CIE e dos agentes do DOPs daquela cidade brasileira.

Ademais, em abril de 1983, em Cancun, o então general-presidente, João Figueiredo, o escolhido de Geisel para sucedê-lo na Presidência da República, afirmava que “o Brasil faz tudo para evitar que países com quem tem fronteiras sejam comunistas”¹²¹. Figueiredo estava se referindo ao Suriname, país do Caribe governado pelo coronel Desi Bouterse, um revolucionário nacionalista que, no início de 1981, estabelecera relações diplomáticas com Cuba, enfrentando a oposição externa dos EUA e de sua ex-metrópole, a Holanda.

É por todas estas razões que seríamos mais realistas se percebermos que o ideal de tornar o Brasil uma grande potência era alimentado pelo papel que Washington havia determinado, por exemplo, para o governo Castelo Branco apoiar os EUA na sua investida contra o comunismo no mundo todo e contra os governos nacionalistas-progressistas e esquerdistas revolucionários da América Latina, em especial Cuba; E também para os governos Médici e Geisel, os quais receberam a incumbência de oferecer apoio aos golpes de Estado de direita na Bolívia (1971), no Chile (1973), no Uruguai (1973), no Peru (1975) e na Argentina (1966 e 1976), assim como de ajudarem na implantação de seus aparelhos repressivos, a fim de que fossem eliminados os comunistas desses países.

Enquanto fosse interessante para os EUA este papel exercido pelo Brasil no plano da segurança do Hemisfério Sul, ou seja, enquanto o Brasil demonstrasse, como assinalou

Golbery do Couto e Silva, que aceitava “plenamente as responsabilidades que nos cabem”¹²², os norte-americanos patrocinariam a aspiração dos militares brasileiros de torná-lo uma “grande potência”, dando inclusive ao país um tratamento de *potência emergente*.

Daí deriva também a transigência dos EUA para com o dirigismo dos governos militares brasileiros no campo da economia, já que o Estado, como já vimos no capítulo anterior, era, então, estruturalmente funcional às necessidades de expansão do grande capital industrial-financeiro norte-americano, bem como o fiel cumpridor da tarefa de enfrentar internamente os movimentos sociais e os agrupamentos políticos de esquerda (fossem eles moderados ou extremistas), dentro do mencionado quadro na América do Sul onde, até meados da década de 70, haviam governos esquerdistas e nacionalistas no Chile e no Peru e que no Uruguai e na Argentina a situação era bastante instável devido à forte polarização socio-política que experimentavam entre esquerda e direita, nacionalistas e internacionalistas.

Diante do que tem sido exposto neste e nos capítulos anteriores acerca do chamado projeto de nação-potência dos governos do regime ditatorial pós-64, é chegado o momento de respondermos a seguinte questão: Afinal, o Brasil sai do período dos governos militares como uma potência mundial, seja sob a ótica econômica ou militar? Noutros termos: Se a esta altura de nosso trabalho, pode-se afirmar que depois de 21 anos de governos autoritários de direita, controlados por um Exército *técnico*, apoiado pelos EUA e as potências da Europa Ocidental, pelos organismos financeiros internacionais e pelo grosso do empresariado privado nacional, o Brasil não consegue surgir como uma grande potência econômica, poderíamos afirmar que ele desponta no sistema internacional pelo menos como uma grande potência militar?

Quem nos ajuda a encontrar uma resposta é o já citado especialista norte-americano em assuntos militares, o ex- presidente do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Georgetown, em Washington, Ray S. Cline. Em uma tabela por ele formulada, em 1977, em sua obra, *World Power Assessment – 1977* (tabela VIII: 126), também já aludida no capítulo 2, entre quase todos os países do mundo, excluindo-se apenas a maioria dos países da África Subsaariana, o Brasil ocupava em termos de *poderio militar convencional*, isto é, força militar sem poder nuclear, a 28ª posição. A referida tabela leva em conta fatores efetivos tais como: *Capacidade de Combate*, *Alcance Estratégico* e *Poder Militar Convencional Total*. Já em outras tabelas (I, III, V, VI, VII) que estabelecem uma média do poderio militar de cada país, abrangendo mais fatores objetivos, a saber: *Número Total de Efetivo*, *Qualidade do Efetivo*, *Eficiência do Armamento*, *Infraestrutura e Logística*, *Qualidade Organizacional* e *Capacidade das Unidades de Combate* –, o Brasil cai então para a 32ª posição, com uma

média final igual a da Índia e China comunista. Só que, se for levado em consideração que estes dois países já dispunham então de armas atômicas, o Brasil fica atrás dos mesmos.

Para finalizar este capítulo, é cabível afirmar que o modelo de grande potência dos governos do regime autoritário-militar brasileiro continha um forte condicionante ideológico, visto que ele exprimia com parcialidade uma visão de mundo no qual se destacava o conflitivo Comunismo *versus* Capitalismo. O alinhamento automático e incondicional do Brasil com este último sistema passara a ser superestimado, o que acabou restringindo o Poder Nacional, tanto nas esferas da economia e da política internacional quanto no da militar. E como o regime era essencialmente militar, ele deveria pelo menos tornar o Brasil um país militarmente poderoso numa escala mundial. Nesse sentido, se sob o ângulo primordialmente militar, entende-se como *grande potência* “a configuração futura do Estado desejável, do Estado com capacidade para conduzir qualquer guerra – em qualquer lugar, a qualquer momento e sob quaisquer circunstâncias – destinada a garantir interesses [nacionais] vitais no contexto das relações internacionais”¹²³, tendo como referencial esta definição de *grande potência* e os dados concretos e objetivos, não os probabilísticos e subjetivos, extraídos do citado trabalho de Cline, pode-se concluir que, terminado o período dos governos militares em 1985, o Brasil não estaria ocupando o pelotão de vanguarda nem mesmo nas relações de força militar mundiais.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

As relações EUA e América Latina entre 1947 e 1959

¹ John Child, *The Inter-American Military System*. Ann Arbor University, Microfilms International, 1979. Apud: Leticia Pinheiro, *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, pp.30 e 75.

² Marcelo Squinca da Silva, “A estatização do setor de energia elétrica: embates entre *entreguistas* e *tupiniquins* no segundo governo Vargas (1951-54). Texto 2 da Unidade V do livro *A história na política, a política na história*, organizado por Cecília Helena de Salles Oliveira, Maria Lígia Coelho Prado, Maria de Lourdes Mônaco Janotti. São Paulo: USP/Alameda Casa Editorial, 2006, pp.227-256.

³ Maurice Couzet, *História Geral das Civilizações: “A Época Contemporânea – O Mundo Dividido*. Livro Segundo, “O Novo Mundo Liberal, capítulos II, p.155; R. A. Pollard, *La seguridad económica y los orígenes de la Guerra Fria*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990. Apud: Luis Fernando Ayerbe, *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p.78.

⁴ in Newton Carlos, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1991, pp.38-47.

Um novo papel para os militares latino-americanos nas décadas de 60 e 70

⁵ Hélio Silva, *A Vez e a Voz dos Vencidos: Militares X Militares*. Petrópolis: Editora Vozes 1988, p.49.

⁶ *Idem*.

⁷ Dexter Perkins, *A Diplomacia de uma Nova Era – Principais Acontecimentos na Política dos Estados Unidos desde 1945*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, pp.163, 181-82.

⁸ Roberto de Oliveira Campos, *Relações Estados Unidos-América Latina* - Capítulo 1 do livro de Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p.51.

⁹ in Lars Schoultz, *Estados Unidos: poder e submissão – Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*, capítulo 18. Bauru: EDUSC, 2000.

¹⁰ Dagnino, *A indústria de armamentos brasileira: desenvolvimento e perspectivas*. Capítulo 3 do livro *O Armamentismo e o Brasil: A Guerra Deles*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp.76-8.

¹¹ Caio Prado Jr, *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1977, p.198.

¹² Carlos Castello Branco, 1976, p.300 – grifos nossos.

¹³ Rizzo de Oliveira, *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papirus, 1987, p.61.

* A citação de Rizzo de Oliveira refere-se a Mike Burgess & Daniel Wolf in “*El concepto de poder de los militares brasileiros*”. Cadernos políticos, abril-junho 1979, p.90. In Eliezer Rizzo de Oliveira, *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papirus, 1987, p.61.

¹⁴ in Frank D. McCann Jr, *A Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995, p.105.

A participação dos EUA na montagem das ditaduras militares latino-americanas das décadas de 60 e 70

¹⁵ Newton Carlos, *Camelot, uma guerra americana*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1991, p.22.

Obs.: Em 2002, a pedido do Pentágono, o Congresso dos EUA aprova projeto que muda o nome da School of America para Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (Newton Carlos in Folha de São Paulo, 8/07/2007 – p. A19).

^{16a} In Michael T. Klare & Cynthia Arnson, *Exportando Represión: El apoyo norteamericano al Autoritarismo en la América Latina*. Capítulo 6 do livro de Richard R. Fagen: *Estado e clases sociales en las relaciones Estados Unidos-Latinoamérica*. Centro de Investigación y Docencia Económica - Fondo de Cultura Económica, México, 1984 – tradução nossa.

^{16b} *US Army School of the Américas*. W. E. Gutman. http://pangaea.org/street_children/latin/soa.htm. Também encontrado no site www.en.wikipedia.org/wiki/Jorge_Illueca, ambos acessados em 19/02/07.

¹⁷ In Hélio Contreiras, Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, p.11-12.

¹⁸ Vernon Walters, *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986, p.346.

¹⁹ Carlos Heitor Cony, *Folha de São Paulo* de 17/07/2005, pg.A-2.

²⁰ Ver obra de Mesquita Benevides, *UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981, pp.121-22.

²¹ Michael T. Klare e Cynthia Arnson, *op. cit.*

²² *Idem*.

* Para legitimarem ideologicamente as suas intervenções nos países da América Latina, os EUA também procuravam fazer um paralelo destas intervenções com as lutas de independência que estes tiveram que travar com suas metrópoles colonialistas européias nos séculos XVIII e XIX, afirmando que o comunismo soviético seria o novo colonizador. “Colocar em vigência o nosso ideal de segurança recíproca

notas

é o ideal bolivariano de integração regional”, procurava Henry Kissinger fazer os latino-americanos crerem (in Newton Carlos, 1991, pp.43-46 e 50).

Os fundamentos da política externa do governo Castelo Branco

²⁴ Viana Filho, *op. cit.*, p.309.

Obs.: Dexter Perkins (*op. cit.*, p.176) comprova esse posicionamento do *New York Times*, mas o torna mais preciso ao dizer que era o repórter Tad Szulc quem defendia esta posição. Dexter diz ainda que embora Szulc questionasse os motivos do envio de tropas norte-americanas pelo presidente Lyndon Johnson, em última instância ele não era contra tal medida. Vernon Walters (1986, p.361) demonstra que a imprensa norte-americana considerava o líder da revolução que rebentara na República Dominicana em 1965 não como um comunista, mas como um “democrata progressista”.

²⁵ Oliveiros S. Ferreira, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001, pp.113 e 124.

²⁶ *Idem.*

²⁷ Ver Luís Viana Filho, *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2ª edição, 1975, pp.174-176.

²⁸ Maurice Vaisse, *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1997, pp.93-97.

²⁹ in Fernando Sandoval, “E O Brasil quase foi à guerra”. *Isto É*, 14/12/97, pp.42-50. Apud Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, “Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil pós-64”. Contido no livro organizado por José Augusto Guilhon Albuquerque, *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, Vol. IV. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 2000, p.189.

³⁰ Vizentini. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1998, pp.31-3.

³¹ *Idem.*

³² Discurso de Castelo Branco aos formandos do Instituto Rio Branco em 31/07/1964. Apud: Paulo Schilling, *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981, p.23.

³³ Texto encontrado no site: www.cpdoc.fgv.br - Verbete temático: *Petrobrás, O Período 1964-1967*.

³⁴ Arquivo pessoal do presidente Castelo. Apud: Daniel Krieger, *op. cit.*, pp.245-47.

³⁵ Pedrosa, *op. cit.*, pp.303-04.

³⁶ Werneck Sodré, 1980, p.143.

³⁷ Pedrosa, *Ibid*, p.107.

³⁸ *Idem*, p.108.

³⁹ in Claude Fohlen, *La América anglosajona de 1815 hasta nuestros días*. Trad. esp. de Enrique Irazoqui. Barcelona: Labor, 1967. Apud: Clodoaldo Bueno, São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p.46.

⁴⁰ William Appleman Williams, *Intervenção Americana na Rússia, 1917-1920*, pp.37-48. In David Horowitz, *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

Interdependência: o conceito condutor do plano econômico e da política externa do primeiro governo do regime autoritário-militar brasileiro

^{41a} Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, “Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil pós-64”. Contido no livro organizado por José Augusto Guilhon Albuquerque, *op. cit.*, pp.193 e 198.

^{41b} Josep Fontana, Bauru, Edusc, 2000, p.199.

⁴² Oliveiros S. Ferreira Apud: Paulo Fagundes Vizentini, 1998, p.31; 2003, p.42.

⁴³ Roberto de Oliveira Campos, *Relações Estados Unidos-América Latina* - Capítulo 1 do livro de Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

⁴⁴ in Paulo Fagundes Vizentini, *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): O nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.22.

⁴⁵ Roberto de Oliveira Campos, *Ibid*.

⁴⁶ Pedro Malan, Rio de Janeiro: IPES/INPES, 1977, pp. 28-30.

⁴⁷ Dreifuss. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.150, nota bibliográfica nº 33.

⁴⁸ in Luiz Aranha Corrêa do Lago, *op. cit.*

⁴⁹ Skidmore, 1982, 3ª edição, p.87. Apud: Reis da Silva, *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento – A política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2004, p.34.

notas

“Interdependência num único sentido”

⁵⁰ Caio Prado Jr, *op. cit.*, p.199.

⁵¹ *Política Externa Independente*. Nº 1, Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, maio 1965. Apud: Reis da Silva, *op. cit.*, pp.58-9.

* Se olharmos para a conjuntura dos anos 90 e início do ano 2000, verificamos que a Argentina passou por um processo de desindustrialização tão intenso e chegou a uma situação de decadência econômica tal, em função de ter seguido à risca as diretrizes econômico-financeiras neoliberais formuladas por Washington, chegando até a ser vista como um exemplo para os outros países em desenvolvimento. No citado período, a Argentina veio a estabelecer com os norte-americanos uma relação tão fiel e harmoniosa, que o então presidente, Eduardo Meném, chegou ao ponto de denominá-la de “relaciones carnales”.

⁵³ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, 1967, p.63. Ver também “Geopolítica do Brasil” – 5ª edição. Capítulo 2, “As Categorias Geopolíticas Fundamentais e a Realidade Brasileira” - Seção c “A Posição do Brasil”, pp.49-62 e 84-87. In *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 3ª edição, 1981.

⁵⁴ Caio Prado Jr, *op. cit.*, p.202.

⁵⁵ Conceito usado por Eduardo Italo Pesce, no artigo “Esquizofrenia estratégica” In *Gazeta Mercantil – Fim de Semana*, 14, 15 e 16 de janeiro de 2005, p.7.

⁵⁶ Francisco Madero, 1910, pp.223-24. Apud: Claudia Wasserman, 2002: 52.

⁵⁷ Hipólito Yrigoyen, 1905. Apud: Wasserman, *Idem*, pp.64-5.

⁵⁸ Oliveiros S. Ferreira, *A crise da Política Externa – Autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Editora Revan 2001, pp.108-11.

* Obs.: Em decorrência de rixas históricas entre Brasil e Argentina, os militares brasileiros trabalhavam com uma hipótese de guerra regional, cujo inimigo seria, é lógico, a Argentina. É daí que se compreende a alusão do general Castelo Branco a um possível envolvimento do Brasil numa guerra na América do Sul, a partir de 1950.

⁵⁹ *METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO*, pp.6-7, 15-16. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, janeiro de 1971 (nova impressão).

⁶⁰ Raymond Aron. Brasília, UnB, 1986.

⁶¹ Reis da Silva, *op.cit.*, p.90.

⁶² Estevam Martins, 1977, p.375-81.

⁶³ Reis da Silva, *Ibid*.

* O projeto de institucionalização da FIP foi apresentado na conferência interamericana extraordinária, realizada em Buenos Aires, em fevereiro de 1967, mas foi rechaçada por 11 votos contra, havendo somente 5 votos a favor e 3 abstenções.

⁶⁴ in Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, “Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média” – Capítulo 12 do livro organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira, *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papirus Editora, 1987, pp.131, 143-44 + Artigo *Estratégia e Defesa*, contido no livro organizado por José Augusto Guilhon Albuquerque, *op. cit*.

A indústria armamentista nacional dentro da lógica do modelo econômico do regime

⁶⁵ Cavagnari, 1987, p.144.

^{66a} Os referidos programas de ajuda militar dos EUA eram financiados por fundos públicos deste país e recebiam os nomes de Military Assistance Program (MAP) e Foreign Military Sales (FMS), entre outros. Segundo Klare & Arson (*op. cit.*), as vendas de armas para os governos latino-americanos de direita, amigos dos EUA, também ocorriam por intermédio de exportações comerciais, com participação ativa de empresas privadas norte-americanas. Visto que, na década de 70, a pressão da opinião pública norte-americana aumentava com relação à política de apoio material e político do Estado norte-americano aos regimes autoritários da América Latina e de outras partes do mundo, as empresas privadas dos EUA passaram a assumir grande parte da responsabilidade de fornecer armas e equipamentos para os citados regimes executarem a sua repressão aos movimentos populares de oposição interna.

notas

De acordo com Nelson Werneck Sodré (*História Militar do Brasil*, 1965, pp.396-7), logo depois do Golpe, o governo Castelo Branco firmou dois acordos militares com os EUA, os quais estabeleciam a “Missão Militar Norte-Americana no Brasil” e a “Missão Naval Norte-Americana no Brasil”. Ambos os acordos retirariam do Brasil a liberdade de escolher e contratar técnicos militares estrangeiros que não fossem dos Estados Unidos.

Lars Schoultz (2000, p.397) revela que “a administração Johnson enviou 23 consultores de polícia para o Brasil depois do golpe de 1964” e que entre 1963 e 1971, 641 policiais brasileiros foram fazer treinamento na *Academia Policial Internacional* da ADI em Washington.

^{66b} Scott D. Tollefson, *Brazilian Arms Transfers, Ballistic Missiles, and Foreign Policy: The Search for Autonomy*. Tese de doutorado em Filosofia, defendida na John Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1991, Table 3.7, p.148 – mimeo.

⁶⁷ Klare e Arnson, *op. cit.* – tradução nossa

⁶⁸ *Folha de São Paulo*, 14/01/2006, primeira página, editorial e pg.A11.

⁶⁹ Renato Dagnino, “De volta aos quartéis ou para os laboratórios? A pesquisa tecnológica militar e a política externa brasileira”. Artigo contido no livro organizado por José Augusto Guilhon Albuquerque, *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, Vol. IV. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 2000, pp.155-56.

^{70a} Renato Dagnino, *Idem*, p.157.

^{70b} Geraldo L. Cavagnari, “Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global”, 1993. Segundo o autor, este texto fez parte de um estudo realizado pela Escola de Administração de Empresas da FGV, por solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Banco Mundial, dentro de um projeto denominado Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT II).

Infraestrutura de transportes inadequada ao projeto de nação potência

⁷¹ Cerqueira Leite, 1978, 27-29, 58-60.

⁷² Vizentini, 1998, p.198.

⁷³ Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Artenova, 1975, pg.72.

⁷⁴ Fontes: www.amtrak.com & “Na Contramão” - Economia/Transportes: a estrutura de transportes no Brasil in *Retrato do Brasil – Da Monarquia ao Estado Militar – Volume II*. São Paulo: Política Editora, 1984, p.497. Outras fontes ver Anexo II, *Fontes e Bibliografia*, a relação dos cinco últimos endereços de sites pesquisados na internet.

⁷⁵ “Na Contramão” - Economia/Transportes: a estrutura ...”, p.497-98.

⁷⁶ “*Idem*.”

Projeto de nação-potência e rationale das políticas externas dos governos militares

⁷⁷ Apud: Oliveiros S. Ferreira, 2001, pp.110-12 – grifos nossos.

⁷⁸ Golbery do Couto e Silva, “Geopolítica do Brasil” – 5ª edição. 2ª parte “I. Geopolítica e Geoestratégia” (1959), Seção 5: “Geopolítica e Geoestratégia Brasileiras” in *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 3ª edição, 1981, pp.170-71.

⁷⁹ *Idem*, pp.186-87.

⁸⁰ *Idem*, pp.187 e 193

⁸¹ *Idem*, pp. 215 e 240 – grifos nossos.

⁸² Apud: Mário Pedrosa, 1966, p.109 – grifo nosso.

⁸³ Golbery do Couto e Silva, *Ibid.*, pp.225-6 e 198 – grifos nossos.

⁸⁴ Roberto de Oliveira Campos “Relações Estados Unidos-América Latina” - Capítulo 1 do livro de Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, pp.39-41.

⁸⁵ John G. Stoessinger, *op. cit.*, p.168.

⁸⁶ Apud: D’ Araujo & Castro, *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1ª edição, 1997, p.336.

⁸⁷ In Chesneaux, Claudín, Terray e outros, 1977, p.50.

⁸⁸ Pedrosa, 1966, p.113-14.

⁸⁹ Reis da Silva, *op. cit.*, p.51 – grifo nosso.

notas

^{90a} Humberto de Alencar Castelo Branco, *Discursos 1964-1965*. Secretaria de Imprensa da Presidência da República do governo Humberto de Alencar Castelo Branco – Departamento de Imprensa Nacional. In Arnaldo Abilio Godoy Barreira Cravo, *A Política Internacional da Revolução 1964 – 1985*. São Paulo: A. A. G. B. Cravo, 2003, pp.99-107. O grifo nosso em negrito serve para indicar que Castelo Branco fazia uma crítica velada aos países comunistas.

^{90b} In Henrique Altemani de Oliveira, *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005, p.165. Fonte: Banco do Brasil - Cacex.

^{90c} Boletim do Banco Central do Brasil. Quadro VI.3: “Importações Brasileiras por Blocos e Países (FOB)”. Brasília, DF, Vol. 15, nº 1, janeiro de 1979, p.200-201.

As posições assumidas pelo Brasil da ditadura militar no cenário internacional dos anos 60-70

⁹¹ *Brasil: Os Ministérios. Livro do Ano Barsa 1971*. São Paulo: Encyclopædia Britannica Editores Ltda, p. 75, 1971.

⁹² in Kissinger, 1994, pp.721 e 728. Apud: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, dissertação de mestrado em Ciência Política na FFLCH da USP, novembro de 1998, mimeo.

⁹³ John Stoessinger, *op. cit.*, pp. 90-106.

⁹⁴ *Idem.*

⁹⁵ Newton Carlos, 1991, pp.66-70.

⁹⁶ *Idem.*

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ Walder de Góes, 1978, pp.157-163.

Obs.: Klare e Arnson (*op. cit.*) afirmam que a política de defesa dos direitos humanos do governo Carter não tinha coerência, pois a Diretiva Presidencial nº 18, documento básico de seu governo com relação à segurança nacional dos EUA, na realidade afirmava a doutrina Nixon de confiar em governos ‘amigos’, do Terceiro Mundo, não importando seus antecedentes quanto aos direitos humanos. Se os países de tais governos estivessem localizados em áreas de importância vital aos interesses estratégicos norte-americanos, os mesmos não eram repreendidos se tivessem desrespeitados os direitos humanos, nem tinham a ajuda militar suspensa.

⁹⁹ Rodrigo Duarte F. dos Passos. *Pragmatismo Responsável e Política de Poder: a política externa do Governo Geisel*. Dissertação de mestrado - Departamento de Ciência Política da FFLCH da USP, dezembro de 1998, mimeo., p.49.

¹⁰⁰ Ernesto Geisel, *Discursos – volume III*, 1976. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, fevereiro de 1977, p.247.

¹⁰¹ Maria Celina D’Araujo & Celso Castro, *op. cit.*, pp.338 e 355.

¹⁰² Azeredo da Silveira, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, nº 4 – vol.2, 1975 – grifos no original. Apud: Rodrigo D. F. dos Passos, *op. cit.*, p.04.

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ Apud: Rodrigo D. F. dos Passos, *op. cit.*, p.67 – grifos no original.

¹⁰⁵ Ernesto Geisel em entrevista concedida a jornalistas brasileiros em 6 de maio de 1976, depois do retorno de suas viagens à França e Inglaterra. in *Discursos – volume III*. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1977, p.121.

¹⁰⁶ D’Araujo & Castro, *op.cit.*, p.338.

¹⁰⁷ Palavras do chanceler Azeredo da Silveira perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em reunião conjunta em 11/08/76. In *Brasil, Resenha de Política Exterior*. Brasília, nº 10 – vol.10. (grifo no original). Apud: Rodrigo D. F. dos Passos.

¹⁰⁸ Ernesto Geisel, *Discursos – volume III*, 1976. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, fevereiro de 1977, pp.63-4.

¹⁰⁹ Ernesto Geisel, *Idem*, pp.64-5.

¹¹⁰ Ernesto Geisel, *Idem*, pp.242-3.

^{111a} Ernesto Geisel in *Discursos – volume III*. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1977, pp.125-26.

^{111b} In *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 2, nº 19, abril, 2007, pp.66-68.

¹¹² Apud: D’Araujo & Castro, *op. cit.*, p.337.

¹¹³ ver Rodrigo D. F. dos Passos, *op. cit.*, pp.4-6 e 51.

¹¹⁴ Apud: D’Araujo & Castro, *op. cit.*, p. 341.

notas

¹¹⁵ Lima & Moura, 1982, p. 362. Apud: Rodrigo D. F. dos Passos, *ibid*, p.15.

¹¹⁶ Apud: Ângelo Del Vecchio, tese de doutorado no Depto. de Ciência Política da FFCLH-USP, 1998, mimeo., p.249.

¹¹⁷ Azeredo da Silveira in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 8, Brasília, 1976a:108. Apud: Rodrigo D. F. dos Passos, *op. cit.*, p.05.

¹¹⁸ Ernesto Geisel, *Discursos – volume I – 1974*. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, fevereiro de 1975.

¹¹⁹ Luiz A. P. Souto Maior. Apud: Leticia Pinheiro, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1993 – grifo nosso.

¹²⁰ in D'Araujo & Castro, *op. cit.*, p. 345.

¹²¹ in *Folha de São Paulo*, 20/10/81 e *O Estado de São Paulo*, 02/06/83. Apud Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, “Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil pós-64”. Contido no livro organizado por José Augusto Guilhaon Albuquerque, *op. cit.*, pp.197 e 202.

¹²² Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967, 2ª edição, p.54.

¹²³ Geraldo L. Cavagnari Filho, “Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global”. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

CAPÍTULO 4

A EXAUSTÃO DO MODELO ECONÔMICO DO REGIME E O SEU OCASO

“... seria absurdo afirmar que a conduta das Forças Armadas, em qualquer país e em qualquer época, independe totalmente da formação militar, da tendência à autonomia funcional e do próprio corporativismo militar [...]. Entretanto, é lícito afirmar que a dimensão e as características de seu aporte resultam mais das influências culturais, estruturais e conjunturais de cada país e de sua inserção na comunidade internacional do que de concepções militaristas cultivadas autonomamente dentro das Forças”.

(Mário César Flores, *Bases para uma Política Militar*, 1992, pp.30, 37 e 40)

O fim da ditadura militar enquanto um processo socio-político, simultâneo ao esgotamento de um modelo econômico, ou um projeto do establishment castrense?

Algumas abordagens do regime autoritário-militar brasileiro consideram que os chamados *castelistas* exerceram uma resistência ao autoritarismo dos *duros* dentro do sistema militar, pondo-se, portanto, contra a ditadura e a longa permanência dos militares no controle direto do poder de Estado após o bem sucedido Golpe de 1º de abril de 1964. Em decorrência, o processo de abertura política, de 1974 em diante, é abordado sob um ponto de vista unidirecional, isto é, como um fenômeno de mão única cuja fonte de inspiração é o estamento militar, ou, em termos precisos, a fração ‘moderada’ do estamento militar formada pela corrente *castelista*. Nesses termos, a abertura tende a ser tratada não como um processo, mas um projeto, o qual teria sido planejado e conduzido unilateralmente pelos militares *castelistas*.

Todavia, procuraremos mostrar neste capítulo que, de 1974 em diante, o regime autoritário-militar – esgotado pelas suas próprias contradições internas, de caráter estrutural e as quais percorriam as esferas institucional, econômica, política e ideológica – não tinha mais condições de controlar e nem de resistir às crescentes pressões políticas externas à sua organização, pressões estas oriundas de diversas frentes da sociedade nacional e internacional, entre elas aquelas contituídas pelos governos e credores estrangeiros do Primeiro Mundo que, percebendo que o regime não encontrava em si próprio os meios de se opor a estas pressões e nem tampouco de controlar suas finanças, aproveitam-se para pressionar o *establishment* do mesmo, pondo-se oportunisticamente a favor dos direitos humanos e do Estado de direito, a fim de que este lhes fossem deixando o campo cada vez mais livre para os seus empreendimentos mercantis e financeiros através da desestatização paulatina da economia.

Portanto, a primeira questão que vem à baila é se a alegada resistência interna ao autoritarismo militar, supostamente promovida pelos oficiais *castelistas*, bastava, ou seja, era suficientemente capaz de por si só forçar os militares a delinearem um *projeto* de abertura de forma exclusiva, sem que houvesse a correspondente intenção e atuação das diversas forças políticas e sociais democráticas da sociedade civil nacional e internacional? Afinal de contas, não teria havido resistência da sociedade civil à ditadura militar durante o seu transcurso? A “pressão das forças libertárias da sociedade” era mesmo, como diz Elio Gaspari, “insuficiente”¹ para levar os militares a promoverem a distensão política? Ou seja, a abertura política teria ocorrido única e exclusivamente por conta de um projeto formulado unilateralmente pelos militares no poder? Ou teria sido ela um processo inelutável, realmente desencadeado pelas chamadas “forças libertárias” da sociedade civil?

Gaspari apregoa que o onipotente Ernesto Geisel, contando apenas com a ajuda de Golbery, o seu “feiticeiro”, “acabou com a ditadura”, “desmantelou o regime”, mantendo “afastados os políticos, a imprensa e a opinião pública”². Quase que do mesmo modo raciocina Héctor Luis Saint-Pierre, que diz no prefácio do livro de Kalil Mathias que “a transição brasileira deve menos às pressões civis por maior democracia que à intenção aberturista das Forças Armadas”, com o regime autoritário-militar controlando e ordenando “o reingresso dos civis à esfera do poder”. Tanto Saint-Pierre como Mathias conceitualizam o processo de abertura política no Brasil das décadas de 70 e 80, como “transição pela transação”, no qual, para Mathias, há uma situação pré-existente de um regime autoritário “bem sucedido”, pois que “moderado”, e, por isso, com “legitimidade” para conduzir a abertura política a seu modo.

Mathias, prefere, inclusive, focalizar a distensão do regime autoritário no Brasil, não como um “processo”, mas como um “projeto”, o qual é “entendido como a *estratégia* elaborada pelos donos do poder no sentido de proceder à distensão *lenta, segura e gradual*”³. O conceito de “projeto” parte, pois, da visão de que a abertura política foi uma decisão que partiu dos oficiais de alto escalão da corrente *castelista-geiselista*, o que contrasta com a idéia de “processo”, que, na definição de Bolívar Lamounier, implicaria entender a abertura política brasileira como fruto, entre outras coisas, das “ações deliberadas de crítica e contestação empreendidas por grupos da sociedade civil”.

Vê-se, portanto, que com este enfoque unidirecional não temos como fatores do fenômeno brasileiro de distensão e, depois, de redemocratização política as figuras dos movimentos políticos e sociais da classe média e das classes trabalhadoras, e, nem sequer, as pressões de frações das classes empresariais, que não deixavam de ser também políticas, em

que pese os seus integrantes terem feito o máximo para que suas críticas não parecessem como tal, evitando que transpusessem o terreno das technicalidades e racionalidades da administração do Estado e da economia.

O que chamamos de visão unidirecional do processo de abertura política foi provavelmente formulado com base nos escritos de Fernando Pedreira, o qual pode ser considerado como um dos inspiradores deste enfoque. O que nos leva a levantar esta hipótese é este artigo escrito por Pedreira em 21 de março de 1975, onde, ao tratar da questão da liberalização que estaria sendo posta para discussão no meio militar, ele coloca que seria uma:

“delirante peça de *wishful thinking* imaginar que a decisão dos militares tenha sido forçada ou imposta pela sociedade civil brasileira. Ao contrário”, diz o autor, “o que tivemos foi uma evolução de tendências no interior do estabelecimento militar, com base em motivos predominantemente militares”⁴.

Surpreendentemente, Pedreira atribui ao general Orlando Geisel – o mesmo que na reunião do Conselho de Segurança Nacional em dezembro de 1968 foi favorável à aprovação da edição do AI-5 e que, depois, ocupou o Ministério do Exército no governo Médici, quando a repressão política atingiu seu grau mais alto – a liderança no encaminhamento do regime autoritário-militar em direção à normalização democrática. O que causa surpresa é o fato de que, até mais ou menos 1971, Pedreira tinha uma visão crítica dos *castelistas* em geral, chamados por ele de *sorbonnianos* e aos quais ele se referia como os criadores dos alicerces ideológicos, institucionais e operacionais da ditadura. Mas depois, notadamente a partir de 1971, Pedreira passa a ver estes mesmos oficiais militares como sensíveis à argumentos e à idéias democráticas, chegando a tratá-los como os promotores da mudança de rumo do regime em direção à abertura política. Além disso, Pedreira mostrava acreditar que o presidente Ernesto Geisel dispunha de pouco apoio entre os políticos civis para seu suposto plano de distensão e que o Brasil chegaria no máximo à situação de um “regime civil protegido e tutelado pelo ‘poder moderador dos militares’”, considerando, inclusive, que isso seria o melhor para o país⁵.

Esta forma de enfocar o desencadeamento e a evolução da abertura política como produto das ações exclusivas de duas personalidades eminentes da corrente *castelista*, os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, supervaloriza as suas atuações e atribui à vontade deles o despontar e o desenrolar da abertura^{*}. Desse modo, fica descartado o papel dos movimentos sociais das camadas populares organizadas, bem como de alguns segmentos

da alta e da pequena burguesia liberal brasileira que antes haviam apoiado o Golpe de 64, tais como a Igreja, a OAB, parte ponderável do poder judiciário e de órgãos da grande imprensa, políticos profissionais de centro e frações do empresariado industrial nacional, mas que, como demonstram Carlos Lessa e Velasco e Cruz, pouco tempo depois da edição dos Atos Institucionais 2 e 3, bem como da crise da sucessão presidencial “deflagrada pela enfermidade e o impedimento de Costa e Silva”, já haviam começado a questionar o fechamento político, a perseguição à oposição pacífica, a repressão física aos presos políticos, o aumento da burocracia governamental, da benevolência desta com o capital estrangeiro e da prática do corporativismo clientelista das agências estatais que constituíam os centros de decisões econômicas do país, juntamente com a concentração do poder político nas mãos de um grupo cada vez menor de oficiais da alta cúpula do Exército.

Fiechter afirma que o debate político em torno da distensão do regime autoritário-militar já estava aberto desde a segunda metade de 1971. Este cientista social cita a revista *Visão*, que, em sua edição de 30 de agosto de 1971, entrevistara representantes de vários segmentos da sociedade brasileira (líderes empresariais, economistas, políticos, ex-ministros de Estado, religiosos e intelectuais), perguntando a eles como que o Brasil poderia atingir o “estágio de reconciliação político-institucional”, capaz de resultar numa sociedade politicamente aberta.

Fazendo um apanhado de algumas das respostas dadas a esta questão, as quais foram selecionadas por Fiechter, nota-se que as controvérsias eram grandes entre as elites empresarias e os religiosos e intelectuais progressistas. Dessa maneira, antes de abordar as críticas feitas de forma aberta e frontal ao regime por parte de importantes parcelas do segmento civil-empresarial nacional, é digno de nota o fato de que, na visão de alguns empresários, o modelo econômico do regime autoritário-militar seguia uma linha mestra de viés liberal, não havendo, naquele momento, críticas à grande participação do Estado na economia.

Luiz Gonzaga Nascimento e Silva, industrial e antigo Ministro do Trabalho de Castelo Branco, disse, por exemplo, que era preciso “manter e fortalecer a estratégia atual de crescimento econômico calcada num modelo aberto e flexível”, uma vez que para ele “sem um setor privado ativo e em desenvolvimento (...)” não seria possível gerar “uma verdadeira sociedade democrática aberta”⁶.

Concordando com esta visão de que o modelo de crescimento econômico adotado pelo regime autoritário-militar era, na sua essência, “aberto”, mas colocando-se como crítico e

opponente deste mesmo modelo, bem como do encaminhamento que estava sendo dado à questão da liberalização política, Florestan Fernandes alertava que:

“No Brasil criou-se um *estado de privilégio* da empresa e do empresário no seio da sociedade civil. A iniciativa privada sempre esteve presente para exigir sua parte e para impor ao Estado fórmulas que pusessem ou ponham o desenvolvimento da empresa acima do bem estar do povo ou do crescimento da nação. Esta a razão pela qual a ruptura com os princípios democráticos acha sua fonte no interesse dos chefes de empresa (...). A democracia que esta filosofia deixa entrever é sempre a mesma, dando uma prioridade total aos direitos da empresa e às políticas nacionais que mantêm a América Latina sob a égide da *democracia restrita*”⁷.

No âmbito interno das Forças Armadas e de todo o sistema militar nota-se, também, desde 1971, a existência de dissidências nacionalistas que se corporificavam na figura marcante do general Albuquerque Lima. A corrente militar albuquerqueista pregava como importante a ampliação do mercado interno e um processo de desenvolvimento econômico-social baseado nas “nossas próprias forças” e nos “nossos recursos internos”, vendo, por isso, como necessário a inclusão da população menos favorecida que não participava do chamado ‘milagre econômico’, além, é claro, do estabelecimento de critérios de seletividade quanto à entrada e atuação do capital estrangeiro no país.

Foi esta presença incômoda de uma orientação nacionalista marcante nos círculos militares, liderada pelo carismático general nacionalista, Albuquerque Lima, que fez com que o capital internacional e as frações da burguesia nacional a ele associadas, atemorizadas por uma possível ascensão do mesmo general à Presidência da República, começassem a levantar, através da grande imprensa, já em 1971, discussões referentes à conformação definitiva do modelo econômico brasileiro e à liberalização do regime, liberalização esta, é bom frisar, que não significava a democratização do país. Havia, portanto, da parte destes segmentos empresariais um grande temor diante da possibilidade de militares nacionalistas radicais conquistarem o controle do poder do Estado na penumbra do hipercentralizado e fechado aparato político-institucional do regime autoritário-militar⁸.

O questionamento de cunho político-institucional feito então por estes setores da sociedade civil chegou até a ecoar, segundo Velasco e Cruz, nos altos escalões das Forças Armadas, fazendo com que o general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ao assumir o comando da Escola Superior de Guerra em 1971, apresentasse o tema da abertura política para que

fosse ali discutido, declarando que aquele era o momento “propício à normalização institucional do Brasil”⁹.

Ora, se, de acordo com o doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ex-professor do Institute de Hautes Études de L’Amérique Latine – IHE, na França, o carioca Antonio Carlos Peixoto, a cúpula hierárquica desempenha um papel central na corporação militar, na medida em que é ela quem canaliza, escolhe e encaminha para o interior da instituição castrense as demandas e as pressões vindas de fora, ou seja, oriundas dos partidos políticos e dos outros grupos organizados da sociedade civil¹⁰, isso nos permite pressupor que, naquele momento, a mencionada proposta do general Octávio Ramos não produziu nenhum resultado prático imediato, visto que a “normalização institucional”, só veio a ser consumada em 1985, devido principalmente às pressões decisivas da sociedade civil.

Nosso argumento é que a sociedade civil jamais esteve apática e nem impotente, pois há de se reconhecer os efeitos das pressões dos *setores conservadores, liberais e internacionalizados* da burguesia de um lado (que encamparam a campanha da desestatização, mas não a democratização) e, de outro lado, dos setores democrático-progressistas das classes médias (de esquerda e de centro-esquerda), bem como do operariado urbano e até de um setor da própria burguesia local de matiz nacionalista, como um primeiro conjunto de fatores desencadeador do processo de abertura política. Portanto, a partir de 1974, deve-se considerar também como impulsionadores da abertura uma série de fatos e atores políticos e sociais, tais como:

1-) a oposição cada vez mais efetiva do MDB nas arenas do Congresso nacional e das assembléias legislativas estaduais, nas prefeituras e nos meios de comunicação; 2-) a pressão de setores progressistas da hierarquia da Igreja Católica; 3-) os reclamos de alguns segmentos do empresariado industrial nacional por políticas protecionistas; 4-) as correntes militares legalistas e nacionalistas que não se enquadravam nos dois partidos militares proeminentes do regime, denominados de *castelistas* e *duros*; 5-) o movimento dos estudantes, dos intelectuais e professores universitários, cientistas, jornalistas, artistas e de várias organizações civis progressistas favoráveis à anistia, à volta ao Estado de direito, ao respeito aos direitos humanos, à liberdade de expressão; 6-) o ressurgimento do movimento operário promovido pelos trabalhadores do ABC a partir de 1978, que inspirou outros movimentos sociais populares e deu origem a uma nova força política de oposição, o Partido dos Trabalhadores, liderado pelo então torneiro mecânico, Luis Inácio Lula da Silva.

Com relação a este movimento social promovido pela classe operária do ABC paulista, Francisco de Oliveira o considera como a força que “pressionou por baixo” o processo de abertura política e presumindo que se ele não tivesse ocorrido no período final do regime autoritário-militar, “provavelmente nem transição teríamos tido”¹¹.

Não há como negar que este movimento grevista dos operários metalúrgicos do ABC paulista é um fato histórico que contagiou toda sociedade brasileira, podendo ser considerado como um dos principais agentes impulsionadores da resistência à ditadura militar, do processo de abertura política e, depois, de redemocratização do país. Conforme testemunho dado por escrito à Fundação Perseu Abramo, em 01/05/2000, pela já citada cientista política carioca, Maria Helena Moreira Alves, que viveu nos tempos da ditadura militar como ativista política de oposição, tendo inclusive apoiado este movimento grevista e participado da fundação do Partido dos Trabalhadores em 10 de fevereiro de 1980,

“A greve dos metalúrgicos do ABC de 1980 marcou uma virada na história do Brasil. Toda a sociedade civil se mobilizou em apoio à greve. No Rio de Janeiro, várias organizações comunitárias e sindicatos organizaram o Fundo de Apoio à Greve dos Metalúrgicos. Formou-se um comitê de organização que incluía gente de todos os grupos de oposição aos militares, gente da Igreja, intelectuais e artistas, professores e sindicalistas.

Lembro-me de que a organização foi fisicamente centralizada no Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro [...]. Na época eu trabalhava prestando assessoria para vários sindicatos e por isso fui secretária do fundo de greve. Nós fizemos de tudo. Organizamos atividades nas fábricas, nos locais de trabalho, nas universidades. Cada grupo fazia sua coleta. Os estudantes iam de sala em sala com uma sacolinha que dizia ‘Fundo de Greve dos Metalúrgicos do ABC’. O apoio aos metalúrgicos virou moda nas escolas, até de primeiro e segundo graus. Me

lembro que meus filhos juntavam dinheiro também, entusiasmados com o movimento.

O ‘Fundo de Apoio à Greve dos Metalúrgicos do ABC’, no Rio de Janeiro, também organizou dois shows importantes. O primeiro foi um show de música popular brasileira no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro [...]. O outro show foi o histórico Show do Riocentro. A gente trabalhou à beça. Chico Buarque de Holanda foi o grande organizador desse show. Deu-nos a maior força [...]. Felizmente só quando estava terminando o show é que ficamos sabendo da bomba que tinha explodido no colo do criminoso [...]. E o povo só ficou sabendo quem eram aqueles que pretendiam matar mais de 10 mil pessoas que estavam dentro do Riocentro assistindo ao show em apoio aos metalúrgicos, porque foi a neta do Tancredo Neves, que estava atrasada e corria com o namorado p/ o show, que passou perto do estacionamento e prestou os primeiros auxílios aos feridos com a explosão. E, aí, viu os documentos deles”.

(Fonte: “A greve do ABC de 1980”. In www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1364. Acessado em 06/06/07)

Mesmo com todos estes acontecimentos e testemunhos, há abordagens que, no entanto, o subestimam, insistindo particularmente na argumentação de que a decisão de se promover a abertura política partiu unilateralmente dos militares *castelistas*, se desenrolando “com alto controle das elites autoritárias”. Quando se refere ao “grupo do poder” que dominava o Estado no regime autoritário-militar e que controlava o projeto de distensão política, Mathias usa o conceito “elite autoritária”, o qual mostra-se muito vago, pois não deixa claro se essa tal elite se refere especificamente aos militares ou também às elites políticas e econômicas que igualmente faziam parte do bloco de poder do regime. Fica embaraçoso entender quem é esta “elite autoritária” quando Mathias diz, por exemplo, que o

modelo econômico implantado no Brasil após o Golpe de 64, “foi capaz de garantir a estabilidade desejada pela elite autoritária”¹².

De acordo com a referida autora, o que ofereceu condições para que as tais “elites autoritárias” conseguissem conduzir aqui no Brasil, em meados da década de 70, uma transição controlada, regulada e pacífica, ao invés de uma transição “por colapso”, foi o fato do regime autoritário-militar implantado aqui ter sido “bem sucedido”, comparado em particular com os seus congêneres latino-americanos. E o que teria proporcionado ‘sucesso’ ao referido regime brasileiro, foi a sua faceta moderada e um certo grau de “institucionalização” por ele alcançado, mantendo a “periodicidade das eleições” parlamentares. Ao contrário de uma reputada historiografia que afirma que no Brasil a cultura política democrática não se enraizou, para Mathias, o regime autoritário-militar brasileiro teria tido estas características peculiares porque, no seu enfoque, está pressuposto que no Brasil havia um fator histórico pré-existente, qual seja, a tradição de uma cultura política *liberal* – que implica na associação automática de liberalismo com democracia – cujos princípios teriam se enraizado na instituição militar, princípios estes que teriam sido incorporados e reproduzidos pelos *castelistas*.

Então, por esta via, a ditadura militar brasileira acaba sendo retratada como *excepcional* e *transitória*, o que por sua vez, permite a construção da tese de que quando tomaram o poder em abril de 1964 “os militares estavam dispostos simplesmente a arrumar a casa, sem ocupar o poder indefinidamente”¹³.

A tese de que em 1964 os militares intervieram na cena política porque queriam apenas “arrumar a casa”, que eles negavam a ditadura e deixariam logo o poder aos civis, torna-se o principal sustentáculo da interpretação que alguns autores fazem do processo de abertura política iniciado efetivamente em 1978, como obra de uns poucos oficiais esclarecidos: os *castelistas* de alta patente.

Os que encampam esta tese colocam, então, como promotores e condutores exclusivos da abertura política o grupo de militares da corrente *castelista* que ocupou o núcleo do poder do Estado nacional de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967 e que foi depois temporariamente afastado desta posição central pelos *duros* – embora no governo Médici um dos ícones dos militares *castelistas*, Orlando Geisel, tivesse ocupado o poderoso Ministério do Exército, endossando medidas das mais implacáveis contra os opositores do regime –, voltando a controlá-lo de março de 1974 a janeiro de 1985. Para os que procedem com essa linha de raciocínio, os *castelistas* entendiam que a entrada em cena dos militares no centro da vida política do país em 1964 seria apenas “saneadora”, ou então, “cirúrgica” e

“restauracionista”, objetivando assim o “restabelecimento de regras que garantissem o retorno dos civis ao governo”¹⁴.

Ao se considerar o regime como transitório, saneador, e seus protagonistas militares absolutamente autônomos, não se reconhece a possibilidade de que teria havido algum mecanismo no âmbito da sociedade civil capaz de criar forças sociais que se contrapusessem a este regime, compelindo-o a dar início à distensão política. Desta forma, caminha-se até mesmo no sentido contrário à abordagem feita, em 1971, por um dos grandes colaboradores da ditadura militar, Roberto Campos.

Assim dizia Campos a respeito das discussões que se davam sobre a distensão do regime autoritário-militar em todos os setores da sociedade civil brasileira já no início da década de 70:

“durante o processo de modernização, aparecem tensões agudas, modificações de estruturas e desequilíbrios sociais cuja conciliação pode, às vezes, exigir um contexto autoritário. Uma vez atingido o estágio de modernização, os instintos de liberdade, que são, de fato, necessários para garantir a criatividade das sociedades mais complexas ressuscitam”¹⁵.

Ao se desconsiderar a atuação das diversas forças políticas e sociais democráticas da sociedade civil como um fator de extrema relevância no desencadeamento da abertura política, caminha-se também na contramão de uma outra abordagem muito semelhante à de Campos, feita por Fernando Henrique Cardoso, em julho de 1975, num Simpósio organizado na XXVIII Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), a qual pressupunha que:

“Existe um impulso social que leva a questionar o controle autoritário nos vários níveis sociais [...]. Existem forças sociais reais que se abrem para um processo de democratização substantiva”¹⁶.

Nas seções que seguem, trataremos de elucidar aquilo que Campos e Cardoso chamaram de *instintos de liberdade* que ressuscitavam e de *impulso social e forças sociais* que começaram a questionar o regime autoritário-militar na década de 70, mostrando de onde eles se originavam e qual o seu peso real no processo de abertura política. Com efeito, trabalharemos com a hipótese de que foi a inter-relação dos fatores conjunturais interno e

externo com os fatores estruturais de ordem institucional, política e econômica que fizera o regime chegar ao seu término.

A inter-relação dos fatores conjunturais e estruturais de ordem institucional, econômica e política

Não obstante o fator de ordem econômica tenha sido de primeira grandeza na derrocada do regime autoritário-militar, não o consideramos como o único. Por conseguinte, não há como explicar o seu desfecho focando apenas nas crises econômico-financeiras conjunturais, ocorridas a partir da segunda metade de 1973, tanto no nível mundial quanto no nacional, depois do choque nos preços do petróleo. Tampouco consideramos como satisfatório o enfoque que considera que a abertura política foi um ‘*projeto*’ exclusivamente formulado e posto em prática por alguns oficiais militares notáveis, pertencentes à corrente *castelista*, supostamente contrários à ditadura.

Como já foi colocado antes, no nosso entender, de 1974 em diante, o regime autoritário-militar não tinha mais condições de aprofundar o autoritarismo e nem mesmo de prolongar a sua duração porque ele já estava esgotado pelas suas próprias contradições internas.

O fato das correntes militares artífices do Golpe de 64 terem optado por uma forma de organização política fechada, autoritária, que acabaria ficando maculada pelo emprego da violência física contra seus opositores, por políticas externas norteadas pelo alinhamento automático e preferencial com os EUA, bem como por terem vindo à testa de um modelo econômico que tinha se apoiado excessivamente na poupança externa e na importação intensiva de máquinas, equipamentos e componentes industriais essenciais à preservação da posição de vanguarda da indústria de bens de consumo duráveis na nossa economia, indústria esta dominada pelo capital estrangeiro, isso enfraqueceu o Estado brasileiro, limitando ainda mais a soberania do país. Com efeito, os militares que se achavam no poder de 1974 a 1985 não conseguiam mais administrar não só as crises econômicas, financeiras e sociais do país como também as contendas no interior das Forças Armadas e, no plano mais geral, as disputas políticas que, no final daquele período, adquiriam visibilidade graças às pressões da sociedade internacional e à emersão de velhos e novos líderes nacionais opositores das áreas militar, política e sindical-trabalhista.

Trataremos, portanto, de salientar neste capítulo a importância dos fatores de caráter estrutural, tanto os que se dão no plano político-institucional quanto no econômico, bem como

o de conferir qual o peso das pressões externas ao sistema militar sobre o processo de abertura política, verificando se as pressões conjunturais, os movimentos sociais de resistência ao regime oriundos da sociedade civil nacional e internacional foram ou não tão ou mais importantes do que as chamadas ‘resistências internas’ provenientes de uma certa corrente militar que presumivelmente era moderada, contrária à ditadura e à longa permanência dos militares no controle direto do poder do Estado.

A princípio, estaremos assumindo que as pressões externas ao sistema militar eram oriundas de duas frentes, sendo a primeira delas subdivididas em duas:

1ª) as *pressões cíclicas* provocadas pelas chamadas “forças libertárias” da sociedade civil brasileira (o partido de oposição consentida, as agremiações e organizações políticas clandestinas, os políticos cassados, os grupos de luta armada, os sindicatos de trabalhadores não controlados por pelegos do regime autoritário-militar, cientistas, artistas, professores e o conjunto de toda a intelectualidade em estado de proscrição ou não, as organizações estudantis, associações de profissionais liberais, a imprensa, a ala progressista da Igreja Católica, os movimentos sociais populares de diversos matizes, as comunidades eclesiais de base e associações de bairro, etc). Embora deva-se admitir que estes movimentos cíclicos de pressão sobre a ditadura militar eram descontínuos, expontâneos, fragmentados, sendo, por vezes, derrotados pelo poder coercitivo daquela, eles não desapareceriam porque ficavam em estado de latência até que no confronto decisivo revelar-se-iam capazes de se unir;

2ª) aquelas *pressões conjunturais* procedentes do exterior com base nas atividades de intelectuais e jornalistas estrangeiros, das organizações humanistas privadas internacionais, na postura de alguns governos dos países centrais do Ocidente (incluindo aí, numa determinada época, o Estado norte-americano, quando sob o governo de Jimmy Carter), bem como nos acontecimentos políticos e sociais que ocorriam no interior de outros países ocidentais (Portugal, Espanha e Grécia), mas que tinham aqui fortes repercussões pelo fato de engrossarem a onda de contestação a outros regimes ditatoriais, militares ou civis, existentes na América Latina, onda esta que vinha ocorrendo desde inícios da década de 70.

A estas pressões exógenas ao regime autoritário-militar brasileiro serão somadas outras pressões, desta vez endógenas, na medida em que fazem parte dos fatores de ordem institucional do mesmo regime. Estas pressões endógenas advêm das contradições subjacentes à forma de como os governos militares se relacionavam com a sociedade civil, em especial com a sociedade política, bem como à lógica da estrutura de poder do regime e os conflitos internos dela resultantes.

Devem ainda ser inseridos neste último item as contradições subjacentes ao padrão de desenvolvimento econômico seguido pelos governos militares, dado que as pressões ocasionadas pelos problemas havidos no terreno da economia, por sinal em crise a partir de 1973, repercutiram profundamente no *front* interno do regime ao solapar aquilo que era tido como a sua principal base de legitimação relativa: os altos índices de crescimento econômico.

Tais pressões intrínsecas ao regime, que serão por nós denominadas de *pressões endógenas derradeiras*, compõem-se de duas frentes: a primeira oriunda das próprias Forças Armadas, e, a segunda, proveniente dos segmentos civis que constituíam a base de sustentação social e política do regime como um todo e que vieram a fazer parte do seu bloco de poder. Tais segmentos civis também se subdividem em dois ramos: 2a) o ramo civil-empresarial que compreendia o grande empresariado nacional, tanto o que compunha os segmentos mais internacionalizados, associados ao capital industrial-financeiro estrangeiro, como os menos internacionalizados, mais adeptos do protecionismo, os quais serão melhor definidos neste capítulo; 2b) o ramo civil político-partidário, o qual abarcava todas as esferas do poder político e que era composto pelo que havia de mais velho no Brasil nesta área, assim como por novos personagens conservadores, tecnocratas e tecnoempresários como, por exemplo, Delfim Netto e Paulo Maluf, este último um dos presidentes da Associação Comercial de São Paulo, uma das entidades empresariais que havia participado ativamente da campanha antiestatizante em meados da década de 70. Em que pese estas personalidades não fossem políticos de berço, seriam, entretanto, alçados à política pela identificação ideológica e social com os militares que tinham tomado o poder em abril de 1964. Este ramo civil político-partidário abarca: o partido governista, o Congresso Nacional, os governos e as assembleias legislativas estaduais, assim como as prefeituras de capitais e de áreas de segurança nacional, todos eles completamente manietados até 1978, mas que a partir de então requerem autonomia e projeção.

As pressões exógenas ao sistema militar

Ao se subordinar demais ao pensamento estratégico maniqueísta da Guerra Fria e incorporar sectariamente a idéia da *guerra* contra o comunismo para o interior da sociedade brasileira (tese da *contra-insurgência*), tendo, como resultado disso, que combater o ‘inimigo interno’, isso acabou fazendo com que o primeiro governo do regime autoritário-militar propiciasse aos militares da *linha dura* condições de ocuparem espaços importantes na sua

estrutura de poder, uma vez que acabaram por exercer um papel útil na funcionalidade e manutenção do mesmo regime.

Com a edição do AI-5, os governantes militares transformaram as crises políticas em conflitos armados, dando assim mais poder aos órgãos de repressão, os quais, ocupados na sua maioria pelos militares *linha dura*, passaram a atuar violentamente sem amarras. Como estes não atuavam à revelia da hierarquia do sistema, isso acabou fazendo com que a instituição das Forças Armadas se manchasse e o regime se corroesse e se desgastasse paulatinamente, redundando no aprofundamento das suas contradições internas, as quais ampliariam consideravelmente o *quorum* de opositores à ditadura, arrastando contra ela um número cada vez maior de oponentes.

A função primordial do militar é a de guerrear contra um inimigo externo agressor. Porém, no caso específico do regime autoritário-militar brasileiro, como a guerra foi transposta para o interior da sociedade nacional na primeira metade da década de 60, a função primordial das Forças Armadas passou a ser puramente a de coerção aos chamados inimigos internos, tanto os político-partidários quanto os de classe. Isso, é lógico, emprestava aos generais-presidentes legitimidade para se colocarem acima da lei e governarem como ditadores porque, estando o país supostamente em guerra, nada podia restringí-los num assunto que era de sua estrita competência: a gestão do conflito armado. Enquanto o planeta vivia no auge da Guerra Fria e simultaneamente as economias dos países capitalistas centrais cresciam espetacularmente, proporcionando também aos países alinhados do Terceiro Mundo taxas de crescimento elevadas, os militares brasileiros da direita-liberal puderam manter-se no núcleo do poder do Estado por meio de um desembaraçado emprego da força porque ainda podiam usar o pretexto da guerra contra a ameaça da subversão comunista.

Mas quando em meados da década de 70 os países capitalistas centrais começaram a refrear o crescimento de suas economias, em função do fim do “regime de Bretton Woods” em 1971 e da crise do petróleo de 1973, automaticamente apareceram os primeiros sintomas de crise do modelo de crescimento econômico do regime autoritário-militar brasileiro. Isso acabou mostrando o quão dependente e vulnerável permanecia a economia do país e a própria segurança nacional. Consequentemente, o tema da soberania, atrelado ao da necessidade de se seguir um modelo de desenvolvimento econômico autosustentado e com um mínimo de autonomia, soberania e participação política da sociedade civil, passou a tomar o espaço que antes havia sido ocupado pelo tema da segurança interna no debate nacional.

Como, de acordo com Rizzo de Oliveira, “o aparelho militar dá mostras de uma muito bem desenvolvida capacidade de antecipação na definição de seus interesses” e “das linhas

tendências de desenvolvimento político”¹⁷, diante das crescentes pressões que se davam a nível nacional por parte da sociedade civil contra as arbitrariedades do regime desde os seus primórdios, os dirigentes militares pressentiam que este regime poderia ruir já em 1965, quando estas pressões se iniciaram:

1º) com Juscelino Kubitschek, já cassado, criando, em 1966, junto com Carlos Lacerda, a Frente Ampla, uma coalizão cívica contra o governo militar, a qual recebe, em 1967, a adesão de João Goulart e Leonel Brizola, tendo como bandeira principal o retorno ao regime democrático;

2º) com as demandas do MDB, em 1967, pela revogação da legislação de Segurança Nacional, pelo restabelecimento das eleições diretas e pela anistia aos presos políticos e aos cassados;

3º) com as contínuas manifestações do movimento estudantil de massa, que começa em 1966 e desemboca na passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em junho de 1968, as quais já sinalizavam uma desaprovação de setores da classe média, inclusive os que antes haviam apoiado o Golpe militar. À estes setores devem ser incluídos também as elites econômicas que estavam temerosas com o fato de que os governos militares se tornassem incapazes de conter com eficácia – dentro da ordem constitucional em vigor que ainda permitia à Justiça alguma margem de manobra, assegurando ainda alguns direitos individuais – as contínuas mobilizações daquelas “forças libertárias” da sociedade civil, principalmente aquelas oriundas do operariado que, com as greves de 1968 em Contagem, São Bernardo do Campo e Osasco, punham em xeque a política de arrocho salarial dos governos militares, tão essencial para que o modelo econômico pós-64 proporcionasse o incremento do lucro do capital.

Mesmo após a instauração da ditadura plena no país, com a aprovação do AI-5, a resistência das “forças libertárias” da sociedade civil ao regime prosseguiram em 1969, passando pelas eleições de 1974, 1978 e 1982, indo desembocar, em meados dos anos 80, na campanha pelas *Diretas Já* e na eleição de Tancredo Neves à Presidência da República no Colégio Eleitoral. Só que nesse ínterim as pressões políticas e sociais sobre o governo militar não pararam e não se davam apenas a nível nacional, mas também a nível internacional com:

- a criação, em 1969, de organizações no estrangeiro que denunciavam os crimes de tortura do regime autoritário-militar, tais como a Frente Brasileira de Informações, formada na Argélia por Miguel Arraes, a Frente Brasileña de Informaciones, em Santiago do Chile e a Amigos Americanos do Brasil, na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos;

- a feitura de relatórios aqui no Brasil, escritos por personalidades civis brasileiras, contendo depoimentos de torturados, os quais chegavam até as mãos de autoridades da Igreja Católica, fazendo com que esta comesse a se opor ao regime, pressionando-o;
- a publicação, em fevereiro de 1970, do editorial “Opressão no Brasil” feito pelo *The Washington Post*, e, em março, de matérias contra a tortura no Brasil, assinadas por acadêmicos norte-americanos no jornal *The New York Times*;
- a Comissão Internacional de Juristas de Genebra denunciando, em junho, a existência de torturas no Brasil;
- o discurso de Dom Helder Câmara em Paris, em 1970, pedindo aos que o ouviam que dissessem “ao mundo todo que no Brasil se tortura”;
- a publicação, no 2º semestre de 1970, de denúncias de prática de tortura no Brasil pelos periódicos europeus *Le Monde*, *Osservatore Romano*, *L’Europeo* e *L’Nouvel Observateur*;
- o encaminhamento, por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, de uma série de comunicações ao governo brasileiro a respeito das ações deste que violavam os direitos humanos;
- a solicitação feita por Gabino Fraga, Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um organismo da OEA, para que fossem enviadas ao Brasil personalidades estrangeiras com o intuito de se investigar as denúncias de tortura *in loco*;
- a ampla repercussão da morte, em 1971, do militante do MR-8, o estudante carioca Stuart Edgar Angel Jones, assim como das mortes, 4 ou 5 anos depois, do engenheiro e deputado federal Rubens Beirodt Paiva, do PTB, e do operário Manuel Fiel Filho, após terem sido presos e torturados pelos órgãos repressivos do governo militar. O corpo de Jones fora jogado ao mar e, anos depois, sua mãe, a famosa estilista Zuzu Angel, foi morta num acidente de automóvel provavelmente provocado por agentes da repressão que a seguiam;
- a publicação do artigo no *Washington Post*, do jornalista norte-americano, Dan Griffin, perguntando: “Quando e como o presidente Médici pretende restaurar a democracia no Brasil”;
- a campanha promovida pela Anistia Internacional, entre junho de 1972 e abril de 1973, para que cidadãos franceses, suíços, holandeses e alemães enviassem 2.800 cartas para a Agência Central do SNI, denunciando a tortura no Brasil;

- a circulação pela imprensa brasileira, a partir de 1972, do tema referente à restauração e ao retorno dos exilados brasileiros que tiveram seus direitos políticos e profissionais suspensos por dez anos em 1964, tema este que provoca mais ruídos quando, a partir de dezembro de 1976, começaram a vir para o Brasil refugiados políticos argentinos à procura da proteção do escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR);

- o lançamento, em 1973, pelo MDB, das (anti)candidaturas de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à Presidência e vice-presidência da República, que acaba atraindo a atenção do país e alavancando uma ampla campanha pelo fim da repressão política e da censura à imprensa, diminuindo assim o clima de medo e imobilização imposto pela ditadura;

- a reunião do Tribunal Bertrand Russel em Bruxelas, em 1974, com o propósito de simbolicamente julgar e condenar a tortura no Brasil;

- a vitória do partido da oposição, MDB, nas eleições de 1974 para o Congresso, obtendo uma votação maciça com 335 Deputados Estaduais, 160 Deputados Federais e 16 senadores de um total de 22. Este partido de oposição consentida assumiu inclusive uma posição de defesa das empresas estatais ante a campanha antiestatizante de importantes segmentos do empresariado nacional;

- a realização do congresso dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1974, quando é aprovada a *Carta de São Bernardo* que preconiza a autonomia do sindicato dos metalúrgicos com relação a estrutura sindical vigente no regime pós-64;

- o lançamento de um manifesto de Lula e outros 32 dirigentes sindicais de todo o Brasil, exigindo liberdade sindical plena, o direito de greve e o fim da tutela do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos;

- as pressões de familiares de desaparecidos políticos sobre o MDB para que este abrisse uma CPI para apurar as responsabilidades;

- o surgimento, em 1975, dos movimentos civis de luta pela anistia simultaneamente ao assassinato do jornalista Wladimir Herzog nas celas do 2º Exército em São Paulo, o qual, num primeiro momento, provoca a reação de um número grande de juristas e jornalistas que denunciaram a falsidade das investigações do IPM sobre o seu forjado suicídio, e que depois culmina na realização de um culto ecumênico que reúne 8 mil pessoas na Catedral da Sé, transformando-se na primeira

manifestação pública contra a ditadura militar após o AI-5 e num impulso à ampliação de alianças contrárias a ela;

- o governo norte-americano anunciando, também em 1975, que publicaria um relatório preparado pelo Congresso de seu país, contendo referências a violações dos direitos humanos no Brasil;
- os protestos públicos da Anistia Internacional (a qual, para Geisel, era “um organismo tendencioso e infiltrado pela esquerda”¹⁸) contra a aplicação de tortura a prisioneiros políticos no Brasil, ocorridos em frente à Embaixada brasileira em Bonn;
- a reunião anual da SBPC de 1976 em Brasília, na qual a comunidade acadêmica e os estudantes pedem o retorno dos professores e pesquisadores universitários expurgados pelo regime;
- a pressão do partido da oposição sobre o governo com relação aos “desaparecidos políticos”, que obriga o ministro da Justiça a divulgar uma versão oficial a respeito do assunto;
- a divulgação, em 1977, de um manifesto de cerca de 2.500 jornalistas brasileiros pedindo liberdade de expressão;
- a eleição, em 1977, de Jimmy Carter para a Presidência dos E.U.A., cujo mandato foi pautado no *soft power*, permeado pela defesa dos direitos humanos e o restabelecimento dos regimes democráticos liberais na América Latina;
- a criação no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1978, do Comitê Brasileiro pela Anistia, que pede por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”;
- a condenação da doutrina de segurança nacional pela grande maioria dos bispos da Igreja Católica, presentes na Conferência Episcopal de Puebla em 1978;
- o posicionamento público da OAB (na sua VII Conferência Nacional em maio, em Curitiba, que elegeu Raymundo Faoro como seu presidente e que produziu a *Carta de Curitiba*), da CNBB, da SBPC, ABI, do MDB, dos estudantes e de intelectuais do Rio e de São Paulo em 1978 e 1979, em prol do retorno do habeas-corpus, da anistia ampla e irrestrita, da reconstrução da UNE, de uma Assembléia Constituinte e contra a censura, as torturas, a doutrina de Segurança Nacional e o Pacote de Abril, que, entre outras coisas, havia ampliado o mandato do Presidente da República de 5 para 6 anos e tornado as eleições para governadores indiretas;
- o manifesto, anexado a 1,3 milhão de assinaturas, que o Movimento Custo de Vida, ligado às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja católica, entrega no

Palácio do Planalto em agosto de 1978, reivindicando, entre outras coisas, um abono emergencial de 30% para todos os trabalhadores e o congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade;

- a greve de metalúrgicos de São Bernardo do Campo, liderada por Gilson Luiz Correia de Menezes e Luis Inácio Lula da Silva, que acabou desencadeando, de maio a julho de 1978, a maior onda de greves em quase todo o país desde a implantação do regime autoritário-militar, colocando em xeque a política de controle dos sindicatos por meio de diretores pelegos e a política de arrocho salarial ainda mantida por Geisel, fazendo com que os empresários tivessem que restabelecer negociações diretas com os trabalhadores depois de 14 anos, resultando em 166 acordos salariais protocolados no curto espaço de 45 dias¹⁹. Em abril de 1980, agora sob o governo Figueiredo, tais greves se repetiram e os sindicatos do ABC paulista foram postos sob intervenção, suas diretorias afastadas e os principais líderes presos;

- a maior greve dos professores universitários em todos os tempos e a intensificação do ritmo das atividades da UNE em 1980, organizando em Piracicaba, SP, seu 32º congresso, com a presença de cerca de 4 mil estudantes.

Afora estas pressões conjunturais, porém persistentes, que o regime autoritário-militar brasileiro sofria de forma mais direta, tanto de dentro quanto de fora do país, havia outras *pressões conjunturais* oriundas do exterior e que eram resultantes do quadro político das Américas Central e do Sul. Estas regiões estavam vivenciando várias comoções político-sociais e uma enxurrada de eleições que começavam a desmoronar os regimes ditatoriais que existiam alí há décadas. Isso fez com que, antes mesmo do Brasil, alguns destes regimes fossem arrebatados do poder e que outros entrassem numa fase de transição para deixarem o poder de uma forma não brusca, visto que:

- ocorreria a provável derrota do governo militar de El Salvador nas eleições presidenciais de 1972, diante da inevitável vitória da coalizão de oposição liderada pelo democrata-cristão, Napoleón Duarte, inevitabilidade esta que foi impedida com o emprego de medidas fraudulentas por parte das oligarquias pró-americanas no poder;

- na Argentina os militares de direita são afastados do poder depois da vitória dos peronistas nas eleições de 1973;

- na Nicarágua se deu, em 1974, o fortalecimento do grupo revolucionário antiimperialista, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), e

a criação por parte de políticos e empresários liberais da União Democrática de Libertação (UDEL) em oposição a ditadura de Anastásio Somoza;

- no Equador, a coalizão social-democrata, tendo à frente, Jaime Roldós, venceu as eleições presidenciais em 1979, depois de anos de governos militares no país;

- em 1980 os eleitores uruguaiois recusaram, em *referendum*, um projeto de Constituição que visava institucionalizar o regime autoritário-militar. No mesmo ano, no Peru, assim como na Bolívia, ocorreram eleições presidenciais e os militares direitistas foram afastados do poder, mesmo que momentaneamente;

- também em 1980, em Honduras, o governo militar perdeu para o Partido Liberal nas eleições para uma assembléia constituinte;

- em 1982, na Bolívia, a COB encabeçou uma tenaz resistência popular contra o governo ditatorial do general Luis Garcia Meza, tirando-o do poder.

- O civil Raul Alfonsin foi eleito por maioria absoluta em 1983 na Argentina e os desacreditados e odiados militares direitistas foram retirados do poder, depois da humilhação do país com a “guerra suja” e com a Guerra das Malvinas.

Caso sejam acrescentadas a estas derrocadas das ditaduras militares sul-americanas o desmoronamento de ditaduras européias na Grécia, Portugal e Espanha no início da década de 70, teremos, então, uma conjuntura mundial totalmente desfavorável para a manutenção da ditadura militar brasileira.

Antes, porém, de encerrarmos esta abordagem sobre as pressões exógenas ao regime autoritário-militar brasileiro, as quais foram de grande importância para determinar o seu ocaso, é preciso assinalar que para entendermos melhor como isso se dá no Brasil, há de se trabalhar com diferentes modelos de desfechos de regimes ditatoriais, por *colapso* ou por *negociação*, os quais certamente acabaram servindo como parâmetros para que os governantes militares brasileiros pudessem ser afastados do controle direto do poder do Estado pelos civis que lhes faziam oposição. Mais importante ainda, tendo como perspectiva estas duas formas de serem retirados do controle direto do poder de Estado, deve-se admitir que os militares brasileiros foram hábeis o suficiente para fazerem isso numa condição não humilhante, mantendo viva a esperança de não apenas ter os novos governantes civis sob sua tutela por algum tempo, mas também de manter o controle da construção de quase toda a memória histórica relacionada com o regime e o processo de liberalização política do país,

criando, então o mito dos oficiais militares *castelista-geiselistas* “*moderados*” e “*antiautoritários*” (grifos nossos).

Se estes militares conseguiram manter o poder sob sua tutela até a primeira metade da década de 90, esta é uma discussão em aberto que não cabe aprofundarmos aqui. Mas quanto ao seu sucesso no sentido de manterem o controle da construção da memória histórica sobre o processo de transição da ditadura para a democracia formal, isso nós temos que admitir que, até hoje, eles têm sido bem sucedidos. Basta só lembrarmos de uma medida tomada pelo Governo Federal em 2002, o qual sancionou então o Decreto 4.553, ampliando, por tempo indeterminado, o não acesso a documentos públicos sigilosos (reservados, confidenciais, secretos e ultra-secretos) referentes ao período da ditadura militar brasileira. Tal decreto acaba prejudicando a pesquisa histórica sobre o regime autoritário-militar, pois, à título de exemplo, fica impedido a qualquer pesquisador o acesso à documentação da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI), hoje alocada no Arquivo Nacional²⁰.

A importância desta documentação da extinta DSI se deve ao fato deste órgão do regime autoritário-militar, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, ter ocupado com seus agentes todos os ministérios, secretarias, autarquias ou fundações federais e de ter, segundo o historiador Carlos Fico, realizado, entre 1968 e 1985, trocas de informações com o SNI, CIE, CISA e o CENIMAR no que dizia respeito à identificação de possíveis subversivos no quadro funcional daquelas agências públicas federais.

As pressões endógenas derradeiras

Nesta seção, daremos prosseguimento à discussão referente aos vários fatores que determinaram a derrocada do regime autoritário-militar, só que agora focada nas outras pressões diretas e decisivas que o mesmo regime sofreu, as quais são de caráter estrutural pelo fato de serem provenientes de dois de seus segmentos internos: 1º) do interior das próprias Forças Armadas e 2º) do interior dos dois segmentos civis nacionais mais importantes do seu grupo de poder, os quais se subdividiam em dois ramos: 2a) o do partido político oficial, que dava sustentação ao Governo no Congresso Nacional, nos governos dos estados e nas prefeituras de capitais e do interior; 2b) o do grande empresariado nacional, tanto aquele que era estreitamente vinculado ao capital industrial-financeiro estrangeiro, quanto aquele empresariado ligado à indústria de base que tinha o Estado como seu principal cliente.

Antes, porém, de entrarmos diretamente nesta discussão relacionada com as últimas pressões endógenas que o regime sofreu, devemos conhecer quando elas brotaram e como evoluíram.

A evolução das controvérsias no seio do regime

As abordagens que discutem os conflitos havidos no interior do regime, desde a sua instauração até o despontar da abertura política e os seus desdobramentos, enquadrando-os exclusivamente na contenda entre duas correntes antagônicas (os *duros* e os *castelistas*), tendem a formar um retrato nebuloso, uma visão reducionista desse processo. Então, as disputas entre essas duas correntes militares que, na memória histórica, dominam o cenário político e institucional do regime e do aparelho militar, produzindo as conhecidas crises nestes ambientes, parecem girar em torno somente do ser ou não ser autoritário, do ser contra ou a favor de mais ou menos repressão, de mais ou menos medidas de exceção e arbitrariedades políticas.

Assim, somente os oficiais-generais da *linha dura* são apresentados como “autoritários”, defensores da ditadura como forma de governo, dos mais duros métodos de repressão, incluindo aí o emprego da tortura física, de um maior endurecimento do regime e da permanência dos militares no controle direto do poder do Estado por mais de três anos depois da deposição do presidente João Goulart – enquanto que os *castelistas*, são tidos como *moderados*, *anti-autoritários*, *liberal-democratas*, *contrários à ditadura militar* (grifos nossos) e supostamente favoráveis ao rápido “abandono do exercício direto do poder do Estado”²¹.

Mas o problema que não fica esclarecido nesta abordagem focada nos posicionamentos conflitantes dos *duros* e dos *moderados castelistas* dentro do sistema militar – e que não vem para o primeiro plano das análises que muitos analistas fazem do mesmo, não aparecendo assim com clareza – é se estes conflitos são ou não reflexos do que João Roberto Martins Filho chama de “divisões sociais mais amplas”, isto é, “divisões intraburguesas”²².

Em outros termos, não fica esclarecido se os tais conflitos intramilitares refletem o conflito entre uma política econômico-financeira do tipo liberal ortodoxa, favorecedora dos interesses do capital industrial-financeiro estrangeiro e do grande capital nacional associado a este último, inaugurada pelo governo Castelo Branco, e uma política econômica do tipo nacionalista que era reclamada por velhos e jovens oficiais considerados de *linha dura*, o que

provoca a suspeita de que o que mais levou os *castelistas* a se oporem aos *duros* não foi o autoritarismo deles, mas o seu nacionalismo, mesmo que moderado.

Esta suspeita é reforçada pelo estudo feito por Alfred Stepan sobre a ação dos militares na política, no qual ele define os oficiais de *linha dura* como identificados com a defesa de um nacionalismo autoritário, porém mais compromissados com um reformismo radical no terreno da economia, visto que, segundo Stepan, eles pregavam a expropriação das “grandes propriedades”, o confisco da riqueza de “negociantes especuladores” e a manutenção de “relações mais positivamente nacionalistas no tocante ao capital estrangeiro e aos Estados Unidos”²³.

Tal suspeita é de novo corroborada por uma análise feita pelo cronista político do *Jornal do Brasil*, Carlos Castello Branco, na qual fica subentendido que o apoio do presidente Castello Branco à candidatura do general Costa e Silva para a Presidência da República, no final de 1966, estaria condicionado ao compromisso deste último em manter a política econômico-financeira praticada pelo primeiro²⁴. Merece destaque a posição de Costa e Silva em favor de Castello Branco quando este exonerou os generais Justino Alves Bastos e Amaury Kruel dos comandos dos III e II Exércitos, depois dos dois terem se lançado como candidatos às eleições diretas para governador dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, chegando inclusive a defender eleições diretas para a Presidência da República.

Não é desconhecido que entre 1964-1967 verificava-se na posição dos militares nacionalistas moderados uma discordância com a política adotada pelo governo Castello Branco em áreas estratégicas da economia, tal como a da mineração, que acabou permitindo a participação de empresas norte-americanas. Não é novidade também que nos setores da pequena e média indústria nacional de bens semiduráveis e não duráveis, cuja produção era destinada para o mercado interno, era notório um certo descontentamento com a política econômico-financeira recessiva do governo Castello Branco, concentradora de capital e benevolente com as empresas estrangeiras. Além disso, havia a decepção daquela fração da burguesia industrial nacional e das correntes nacionalistas das Forças Armadas com o afluxo de investimentos e empréstimos norte-americanos que não vieram após o Golpe de abril de 64, tal como era esperado e como tinha sido propagado pelo primeiro governo do regime, como compensação a sua política de alinhamento automático e de apoio diplomático-militar incondicional dado aos norte-americanos na América Latina e em outras partes do mundo.

São aqui cabíveis as revelações de Viana Filho de que, para alguns ministros do governo Castello Branco, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) estava fazendo com que a “Revolução” se tornasse incompreendida e desacreditada perante o povo, visto que

aquele governo não conseguia debelar a inflação, talvez o principal objetivo do Plano Governamental, de acordo com a propaganda oficial.

Críticas à incapacidade do governo Castelo Branco em não ter conseguido debelar e nem controlar a inflação, podem ser vistas no filme-documentário, *A Opinião Pública*, de 1967, do cineasta Arnaldo Jabor. Neste filme são recolhidos depoimentos de assalariados de classe média, entrevistados tanto em seus locais de trabalho como nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Um dos depoimentos é feito por um funcionário de meia idade que trabalhava no escritório de uma empresa pública. Na hora do almoço, junto de seus colegas de emprego, ele desabafa:

“Nós assalariados é que estamos absorvendo as maiores dificuldades. Hoje, o homem que vive de salário, como nós, não sabe se levanta ou se acorda amanhã, esta é a verdade. Levanta de manhã e com o dinheiro que tem no bolso não sabe se tem condições de poder, logo mais, comprar um quilo da batata porque ela custava 400 e passou a 560, um quilo. Um absurdo. Isso, falando em batata, antes nós comíamos feijão, arroz, carne seca e um bom macarrão. Nós temos que apertar o cinto.”

O outro entrevistado, desta vez um transeunte, também de meia idade e de classe média, expõe que

“Eu acho o seguinte: que o aumento de salário ... se, quando sobe o salário, a mercadoria, o gênero de primeira necessidade, aumenta sempre mais, desproporcionalmente, que o salário. Portanto, não adianta. É preciso que congelem os preços, tudo quanto é preço de gênero de primeira necessidade.”

Até mesmo pessoas importantes, partidárias do Golpe de 64, atacavam este plano econômico monetarista do primeiro presidente do regime. Emanuel Costa e Silva escreveu uma carta em 14 de agosto de 1964 para seu irmão, o então ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, dizendo que havia na sociedade “um grande descontentamento com a alta vertiginosa dos preços das utilidades”. O colunista da revista *O Cruzeiro*, David Nasser, que havia se engajado no apoio ao Golpe de 64, questionava as medidas econômicas adotadas pelo governo Castelo Branco que faziam aumentar as tarifas públicas, o Imposto de Renda sobre o assalariado e que também oneravam em mais 30% o Imposto de Consumo, tirando os

subsídios do trigo, do petróleo e do papel, ao mesmo tempo que beneficiavam as empresas estrangeiras ao extinguir a lei que limitava as suas remessas de lucros para o exterior.

Magalhães Pinto questionava se adiantava alguma coisa ao país ter “uma moeda forte com um povo pobre” e criticava a “desnacionalização da indústria”, tal como fazia o civil Carlos Lacerda. Este último era o mais virulento opositor conservador da política econômica de Castelo Branco, dizendo que ela conduzia o país a um “desastre nacional e internacional”, além de considerar que a situação econômica do Brasil depois da “revolução de 64” era “muito grave”, “mais grave dos que às vésperas da revolução”.

E a denúncia de que a realidade socio-econômica do Brasil estava pior com o programa econômico adotado pelo governo Castelo Branco não vinha apenas do homem comum, de classe média, e dos segmentos políticos civis conservadores que haviam apoiado o Golpe de 64, mas também do próprio estamento militar. O general *linha dura*, Justino Alves Bastos, afirmava em maio de 1966 que “os pobres estão mais pobres do que nunca”.

Os Resultados do PAEG estavam, então, sendo desfavoráveis ao que tinha previsto a equipe econômica do Governo. O PIB *per capita* teve em 1965 um índice negativo de 0,5. Em 1966 ele se recupera, indo para 3,6% positivo, mas em 1967, embora tenha se mantido positivo, ele cai para 1,3% (todos calculados com base na moeda da época, o Cruzeiro). O Índice Geral de Preços ao Consumidor nas principais capitais brasileiras em 1965 ficou além das estimativas, com o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro subindo de 24,7% em janeiro de 1964 para 45,6% em janeiro de 1965, contrariando a previsão do Governo de 25%. Em janeiro de 1966, o mesmo índice aumentou para 69,2%, muito superior ao que tinha sido previsto pelo Governo. Naquele mesmo mês e ano, a média do IPC geral atingia, em todo o Brasil, 67,6%, quatro vezes mais do que previra o PAEG. Já os números relacionados com as concordatas e falências, que o jornalista Lira Neto obteve das próprias classes produtoras, nos três anos do governo Castelo Branco havia ocorrido um aumento de 70%, assim como os salários haviam sofrido uma queda de 25% do seu poder de compra. Como relata Viana Filho, o professor e economista Antonio Dias Leite criticava a *estratégia estritamente monetarista* do Governo, com uma ênfase dada à deflação, afirmando que a sua política econômica não atendia ao “interesse nacional”²⁵.

Vale lembrar também que já nessa época começa a ocorrer uma pressão dos militares nacionalistas (moderados e radicais), a qual irá continuar depois de 1967, com relação a programas econômicos de tipo liberal e aos interesses nacionais estratégicos, como aqueles ligados à questão nuclear, dos minérios, do petróleo e das indústrias de base, enfim, à maior autonomia militar e econômica do Brasil no contexto do final da década de 60, em que a

Guerra Fria ia tornando-se mais branda devido aos primeiros passos da política de “coexistência pacífica” entre os EUA e URSS, fazendo emergir o antagonismo Norte-Sul. Isso sem considerar que na década de 70 também crescia a frustração e irritação de boa parte da hierarquia militar brasileira com o programa de assistência militar dos Estados Unidos, que se negavam a fornecer ao nosso Exército material bélico avançado e tecnologias sensíveis.

Um sinal evidente de que as mencionadas divisões intraburguesas existiam e de que elas repercutiam dentro das Forças Armadas nos confrontos entre as diferentes correntes militares, chegando a afetar até mesmo os altos escalões da administração do Governo Federal, é a Resolução nº 53 de 11 de maio de 1967 do Banco Central, publicada, portanto, no governo Costa e Silva, a qual passou a obrigar as instituições financeiras a reservar pelo menos a metade do total de suas operações de crédito a particulares ou a sociedades brasileiras cuja maioria do capital estivesse em mãos nacionais²⁶.

Fica, então, sem discussão nas abordagens que têm como foco as contendas entre as correntes *castelistas* e *linha dura* durante a vigência do regime, questões cruciais tais como o aprofundamento das contradições internas deste regime que poderia estar se dando em função dos atritos entre os vários grupos econômicos que compunham a sua base social. Tal base social era composta predominantemente por uma parcela da burguesia industrial nacional que, de última hora, tinha apoiado o Golpe de abril de 64 e que depois do Golpe canalizava seu descontentamento contra a política econômico-financeira do governo Castelo Branco através da Confederação Nacional da Indústria (CNI), como também pela fração da grande burguesia cosmopolita, associada ao capital estrangeiro, que era oriunda do complexo *IBRE-Conclap-IPES-IBAD-ESG* e que passava a ocupar e a controlar entidades empresariais poderosas como a FIESP, capazes de influir nos núcleos formuladores de planos econômicos do Estado*.

Estaríamos assim desconsiderando possíveis antagonismos de ordem não apenas conjuntural, mas também de ordem estrutural no que concerne à questão da economia política, isto é, alusivos aos fundamentos do modelo de desenvolvimento econômico dependente, excludente e internacionalizante seguido pelo regime, antagonismos estes que se repercutiam dentro das Forças Armadas, contrapondo os *castelistas*, inclinados ao viés liberal do referido modelo, a certos segmentos nacionalistas dos *duros*, contrários a este viés.

Tais antagonismos também se reproduziam fora da instituição militar, mas ainda dentro do bloco de poder do regime, expondo os choques existentes entre, de um lado, o bloco da burguesia industrial nacional, composto por médios e grandes empresários dos ramos de bens de consumo (não duráveis e semiduráveis) e de bens de capital – os primeiros voltados aos consumidores de classe média baixa e os segundos voltados para as encomendas do

Estado –, e, de outro lado, o bloco composto por notáveis economistas privatistas e pela burguesia rural agro-exportadora, a burguesia comercial importadora e a grande burguesia industrial e financeira, sócias e dependentes do capital estrangeiro. Estas contradições estariam forçosamente provocando uma discussão a respeito da necessidade do rearranjo da relação de forças destes dois blocos, abarcando neste imbróglio o terceiro bloco formado pelas empresas estatais geridas por tecnocratas civis e militares penderes ao estatismo e ao nacionalismo, o qual também fazia parte do chamado *tripé do milagre econômico* do regime.

Em síntese, a abordagem dos conflitos internos do regime centralizada apenas no confronto entre “duros” e “moderados *castelistas*”, isto é, entre “autoritários” e “antiautoritários” no seio do regime militar, apresenta um quadro em que não se discute, mesmo que em linhas gerais, temas estratégicos fundamentais, relacionados com:

- 1) Políticas condizentes com uma maior autonomia do país nas áreas da economia política e da política externa;
- 2) os interesses políticos e econômicos antagônicos de grupos econômicos multinacionais e certos grupos nacionais – antagonismos estes colateralmente ligados à discussão do grau de intervenção estatal na economia nacional, do padrão de acumulação que passou a predominar a partir de abril de 1964, do grau de protecionismo e a necessidade ou não da reserva de mercado para certos segmentos da indústria nacional, do grau de abertura da nossa economia e a forma da sua inserção na economia mundial, assim como às questões da dimensão da dependência da economia, da política externa e das doutrinas militares em relação aos EUA;
- 3) a participação do Estado e do capital estrangeiro em áreas estratégicas da economia, como a da mineração, da agricultura, da energia, dos combustíveis, das telecomunicações, da indústria de bens de capital;
- 4) o posicionamento diplomático-estratégico do Brasil no cenário mundial da Guerra Fria, seja nos períodos de maior intensidade, seja nos períodos de abrandamento desta, ou, ainda, no cenário de crise da economia internacional devido à crise do sistema financeiro de Breton Woods e à do petróleo no início da década de 70;
- 5) e, por último, com o tema relacionado com a questão da acomodação e/ou da rejeição das novas demandas sócio-políticas de forças sociais populares que haviam emergido com o surto industrializante do país, cuja alavancagem se deu em 1957, forças sociais estas que estavam irrompendo nos centros industriais da grande São Paulo em 1978 e que vieram a ser reconhecidas como merecedoras de atenção por parte de alguns empresários paulistas como Einar Kok e Paulo Francini.

Não queremos dizer, porém, que não existiam incompatibilidades e disputas pelo poder entre os dois grupos militares dominantes nas Forças Armadas e na máquina do Estado durante o regime, mas pensamos que elas constituíam um problema de intensidade e não de qualidade e, neste sentido, seriam passíveis de serem ajustadas. Em outras palavras, do mesmo modo que os partidos políticos civis num sistema de democracia liberal representativa, estes dois partidos militares principais (denominados de *duros* e *moderados*) travavam sim batalhas entre si pela primazia do controle da máquina político-administrativa do Estado, mas como eram irmãos gêmeos, tais batalhas não eram de morte e não podiam deixar com que ruíssem os alicerces do regime, pelo menos até 1978.

Assim como a tão falada índole liberal-democrática dos *castelistas*, o próprio nacionalismo detectado em algumas alas da *linha dura* requer uma discussão mais aprofundada e discriminada, sem enfoques pejorativos. Isso se faz necessário porque, no quadro político brasileiro das décadas de 50 e 60, o nacionalismo havia se identificado com as agremiações e lideranças políticas de esquerda e centro-esquerda, democráticas na sua maioria, o que fez com que os militares de direita que apoiaram o Golpe de 64, tanto os *linha dura* quanto os *moderados*, se apartassem das bandeiras nacionalistas, preferindo serem vistos como “democratas de centro e patriotas”, como disse o general Hélio Lemos em entrevista a Gaio em 17/10/1991²⁷.

Conseqüentemente, podemos indagar se o relacionamento competitivo, e por natureza contraditório, entre os “*duros*” e os “*moderados*” *castelistas*, o qual ficou consagrado na memória histórica, não passava do plano contingencial e, por essa razão, apto à reconciliação, na medida em que estes dois grupos haviam, nos idos de 1961 a 1964, se aglutinado num só *partido militar*, além de conformarem o *estabelecimento militar* durante a regime ditatorial, possuindo concepções político-ideológicas que combinavam no plano infraestrutural e até no superestrutural.

Tudo isso nos leva a crer que um retrato mais abrangente e mais fiel dessas crises político-militares do regime castrense e do processo de abertura sob o ângulo interno do sistema militar incluía um novo enfoque no tocante à conduta dos dois grupos militares dominantes, os *duros* e *castelistas*, presumidos por muitos como inimigos e oponentes quando o assunto era a disputa pelo poder, tanto dentro das Forças Armadas como dentro dos gabinetes do Palácio do Planalto e ministérios. Logo, o que propomos é que se considere estes dois grupos muito afinados com algumas diretrizes, objetivos e alguns acontecimentos de nossa política interna, e, como diz Mathias, muito compromissados “com relação à continuidade da ‘obra revolucionária’” de 1964²⁸.

Por conseguinte, não se pode ser indiferente à possibilidade de ter havido, como sugere mais ou menos João Roberto Martins Filho (1995), uma unidade na tão proclamada cisão dicotômica do Poder Militar, ou, de modo mais preciso, à existência de afinidades entre *duros* e *castelistas* e o comprometimento de ambas as correntes com muito do que se referia ao regime autoritário-militar – incluindo aí a questão dos expurgos (“operação limpeza”) feitos nos meios militar, jurídico e político de 1964 a 1969.

Não se deve desconsiderar também a questão da concordância havida entre estas mesmas correntes militares quanto ao grau de violência necessária praticada pelos órgãos de repressão entre 1969 e 1973 contra a esquerda moderada e radical, que fez, como mostra Borges Filho, com que os *castelistas* tivessem concordado em aceitar, em outubro de 1969, a escolha de um “*duro*” para a Presidência da República, o general Emílio Garrastazu Médici, a fim de que este consolidasse a “limpeza do terreno”²⁹. E, finalmente, a questão da escolha e manutenção de um modelo de desenvolvimento econômico associado, baseado no alto endividamento externo, com ampla participação do capital estrangeiro, e fundamentado na fórmula Segurança/Desenvolvimento – afinidades estas que tornavam a contenda da sucessão presidencial um assunto privativo destes grupos da elite militar da direita liberal, fossem eles *moderados* ou *duros*.

Tal como Estevam Martins (1977) e Gaio (1997), entendemos que toda esta problemática foi adquirindo contornos diferentes de acordo com as conjunturas internas e externas que iam se formando no decorrer dos anos em que vigiu o regime autoritário-militar no Brasil, mas que continuou até o despertar de dissensos internos e, por último, até a sua derrocada.

Portanto, em 1974, como diz Estevam Martins, o modo de articulação da economia brasileira com o sistema capitalista mundial e o resultante padrão de acumulação de capital aqui vigente até então entrou em crise, indicando que o ciclo altamente expansivo de 68-73 chegava ao fim. Com efeito, tal crise oriunda de um modelo de “industrialização às avessas” inevitavelmente se refletiria nos campos político e militar, pois se ficava reconhecido que tornava-se necessário modificar o padrão de acumulação predominante até meados da década de 70 na economia do país, inteiramente favorável ao capital estrangeiro, também seria necessário que se efetuasse modificações na coalizão politicamente predominante. Eis aí o que, segundo Estevam Martins, determina a raiz e a natureza das crises político-militares por qual atravessara o regime, de 1974 em diante.

Então, para Estevam Martins, os dois últimos governos do regime pós-64 viram-se ante o mesmo problema que seus antíteses (os governos Vargas, Kubitschek e Goulart). Isso

quer dizer que na segunda metade da década de 70 os militares também tiveram que enfrentar a questão da renegociação dos termos de dependência do Brasil para com os países capitalistas centrais, em especial os EUA. Isso trouxe novamente à tona a contradição estrutural básica de uma economia periférica e extremamente dependente como a brasileira, contradição esta que até 1974 os timoneiros do regime haviam conseguido abafar devido ao crescimento econômico vertiginoso do período 68-73. Se de 1964 a 1974 as divergências entre *moderados* e *duros* não levavam a um divórcio, pois, funcionalmente, um complementava o outro (depois de afastada a ala nacionalista liderada por Albuquerque Lima), de 1974 em diante as controvérsias entre ambos ajudaram a provocar a derrocada do regime, pois elas já haviam adquirido novas feições. Recorrendo mais uma vez à abordagem de Estevam Martins, é apropriado dizer que a partir de 1974 despontava, então, dentro do próprio bloco de poder do regime, duas correntes militares e duas forças políticas e socio-econômicas que acabariam por tratar de reajustar a hegemonia dentro deste bloco: as forças interessadas num processo de “*renacionalização do mercado interno*” (nacionalistas, *duros* ou não) e as forças interessadas na continuidade e no aprofundamento da “*internacionalização do mercado interno*” (*liberais de direita, moderados e duros*)³⁰.

André Moysés Gaio mostra, a seu modo, como se deu este antagonismo dentro do estabelecimento militar especificamente. Corriqueiramente, Gaio afirma que, durante quase todo o regime autoritário-militar, estas forças antagônicas foram corporificadas pelos *duros* e pelos *moderados castelistas-geiselistas*, sendo que os primeiros, à semelhança do que faziam os últimos, também empregavam a retórica do combate à corrupção, ao comunismo e ao continuísmo do nacionalismo popular na política nacional. Os *duros* diziam-se igualmente defensores da pátria e da democracia (esta sempre relativa, é claro), além de pregarem a implantação de reformas na estrutura política e agrária do país. Isso serve para nos mostrar como é difícil identificar nesta ou naquela corrente militar golpista a franqueza e crer que uma e não a outra realizaria o que pregava publicamente.

Ainda segundo Gaio, os *duros* teriam se colocado contra o primeiro governo do regime autoritário-militar pelo fato deste ter permitido a posse dos governadores oposicionistas, ligados ao que tachavam de ‘passado populista’, eleitos em 1965. Mas depois, em 1969, com a morte do presidente Costa e Silva e o impedimento à posse do então Vice-Presidente, o civil Pedro Aleixo, Gaio expõe declarações de um dos representantes dos *duros*, o general Hélio Lemos, que diz que naquele momento eles, os *duros*, romperam com o regime, pois teriam sido favoráveis à posse do Vice e contrários ao AI-5, tentando até mudar

os rumos do regime ao apoiarem a candidatura do general Albuquerque Lima para a eleição à Presidência da República naquele ano.

A partir de 1978, quando emergem novas disputas internas em torno da sucessão do presidente Geisel, num momento de grave crise econômica e de identidade dos militares, aqueles antagonismos reaparecem de forma exacerbada. Isso, conforme Gaio, deveu-se ao fato da corrente dos oficiais militares *linha dura* começar a atacar a forma autocrática de como Geisel procedeu para impor seu candidato ao estabelecimento militar e à sociedade política³¹. Críticas eram igualmente feitas nessa época ao modelo econômico internacionalizante seguido pelo regime, o qual, na visão do líder de uma das facções dos *duros* na primeira metade da década de 80, o general Andrada Serpa, comprometia a soberania nacional e deixava as camadas populares em condições miseráveis.

Mas no entender de Estevam Martins, a pressão das forças militares, políticas e econômicas interessadas na “*renacionalização do mercado interno*” não implicava no fim da priorização das relações econômicas do Brasil com os países do Primeiro Mundo e com os organismos financeiros internacionais. Não havia, portanto, empenho em promover uma ruptura do modelo econômico dependente-associado instaurado depois do Golpe de 1964, mas sim em fazer alguns ajustes nas relações de dependência e numa nova repartição dos lucros deste mesmo modelo. Estas forças militares e civis colocadas em foco por Estevam Martins tinham, portanto, um perfil nacionalista, mas o seu nacionalismo era moderado, em nada xenófobo, antipitalista ou antiamericano, o que nos dá uma idéia do quão distante estavam os *moderados castelistas* do pensamento e das demandas nacionalistas.

No modo de ver de Walder de Góes, na realidade o *x* da questão, de 1974 em diante, era fazer com que o modelo político-econômico do regime encontrasse “novos mecanismos capazes de tornar sua prática eficaz”. Para tanto, o autoritarismo do regime, que Góes chama de “corporativismo estatista”, teria de ser mitigado no sentido de impedir que as decepções com relação a ele o desestabilizassem, permitindo aos subcentros do poder político e do poder burocrático-estatal, bem como ao conjunto do empresariado nacional, ter alguma participação nas tomadas de decisão para que se refizesse, enfim, o sistema de alianças e/ou o pacto político do regime com estes mesmos grupos. Essa operação não podia, porém, resultar na perda do controle do processo decisório por parte do capital internacional e nacional associado que, juntamente com a alta tecnoburocracia civil-militar liberal, de fato detinham o poder do Estado nacional.

A precisão deste enfoque de Góes é ilustrada por um artigo do *Jornal do Brasil*, de fins de 1974, o qual foi compilado por Velasco e Cruz. Vejamos como se expressa o autor do artigo:

“O empresariado está diante de outra face do Ato Institucional nº 5. Queremos dizer: a face do arbítrio decisório que lhe pode ser antagônica e que teria que aparecer no horizonte tão logo os poderes concentrados no Executivo fossem confiados a mãos que não inspirassem ao patronato privado a mesma confiança que mãos anteriores infundiam [...]. O setor Público – contando com o AI-5 ao passo em que o empresariado não conta com um Congresso com voz na partilha – está levando nítida vantagem na divisão.”

Seis ou sete meses mais tarde, a revista *Visão* publica em 23/6/75 uma entrevista com o industrial Cláudio Bardella, na qual ele fazia críticas ao Governo, mostrando-se, porém, como a antítese do empresário liberal e cosmopolita. Nessa ocasião Bardella defendia que

“Deveríamos tomar o exemplo da França que, por volta de 1960, decidiu colocar ordem no mercado interno de máquinas e equipamentos, de uma vez por todas. Para isso, no setor hidrelétrico, o governo induziu as empresas à concentração, deu-lhes juros subsidiados e determinou que 85% das encomendas deveriam colocar-se no país. [...] Foi um tratamento paternalista? – pergunta retoricamente – Sim, foi. Mas hoje, em matéria de tecnologia de ponta, a França é a segunda em praticamente todos os setores, depois dos Estados Unidos [...]”^{33a}.

Em março de 1979, cerca de dois anos depois de consolidada a política de Geisel de cortes nos programas de investimentos públicos, Bardella faria outro pronunciamento no mesmo tom num almoço promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB) em março de 1979, quando reitera que

“a reserva de mercado é, mais do que um mecanismo para defender empresas ou produtos, uma questão de segurança nacional e de sobrevivência do setor industrial do país. Para nós não é só reserva de mercado. O problema é de nossa emancipação que, desde o Império, está em discussão”^{33b}.

Pelas palavras contidas nestes pronunciamentos, nota-se que eles traziam um teor nitidamente político, indicando que suas demandas já convergiam com as daquelas correntes militares nacionalistas, bem como com os daqueles setores politicamente engajados da sociedade civil que vinham clamando pelo fim das leis de exceção e pela redemocratização do país. É aí que o governo Geisel decide, então, retirar a palavra *distensão* da esfera da retórica e passá-la para o plano concreto, apresentando oficialmente o ‘projeto’ de *distensão* política *lenta, gradual e segura*, cujo objetivo, segundo Góes, não era o de realmente redemocratizar o país ou devolver o poder político às lideranças políticas civis e militares nacionalistas, nem tampouco permitir que as organizações sociais democráticas e populares fossem ouvidas, mas sim o de abrandar o rigor da doutrina de segurança nacional e ao mesmo tempo controlar positivamente as crescentes demandas de diversos segmentos da sociedade política, das Forças Armadas e do empresariado privado nacional para não constranger o quadro das relações econômico-financeiras externas do Brasil.

Deve-se esclarecer que adotamos aqui esta cronologia do evento da distensão política para que se ressalte que tal palavra, *distensão*, passou de fato a fazer parte do vocabulário político do Governo em função destas pressões de frações do empresariado nacional e do meio militar, somando-se a isso os resultados inesperados das eleições parlamentares de novembro de 1974 e, é claro, do sinal vermelho que despontara nitidamente no horizonte da economia em 1973 e 1974 (queda do PIB e aumento da inflação). Como admitiu Golbery do Couto e Silva quase uma década depois, o “organismo nacional” transformara-se numa “panela de pressão”, pois as pressões contrárias ao regime autoritário-militar acumulavam-se aceleradamente, tornando-se “fortes e quase insuportáveis”, o que, para ele, “punha em risco a resistência de todo o sistema”³⁴.

Reexaminando o ‘projeto’ de distensão política de Geisel, os seus outros objetivos teriam sido: 1-) reduzir a excessiva burocratização (leia-se estatização) da economia, que cada vez mais mostrava-se como sendo um fator da crescente queda da eficácia das medidas, projetos e planos unilaterais do Governo Federal. Unilaterais porque gestados secretamente no fechado núcleo duro do Poder Executivo. Objetivava-se, também, encontrar uma saída para o problema referente à pouca representatividade, à impopularidade, à ilegitimidade e à ineficiência cada vez mais notáveis de seu sistema político e de sua máquina administrativa; 2-) estreitar o comprometimento das forças político-partidárias estaduais para com o governo federal a fim de “tornar mais flexível e algo mais abrangente o corporativismo estatista”, facilitando assim a gravitação política da burguesia industrial nacional nos centros decisórios

da burocracia estatal, sem, no entanto, quebrar a espinha dorsal do modelo econômico do regime, o que poderia acabar com a hegemonia do Poder Militar e do capital internacional³⁵.

Tais objetivos embutidos no projeto de distensão do governo Geisel partia, segundo Góes, de um raciocínio simples das elites militares liberal-direitistas então no poder, o qual pressupunha a necessidade de se fazer mudanças rápidas e profundas para que não se acumulassem frustrações desestabilizadoras do regime, mas que não fossem tão rápidas nem tão profundas a ponto de ameaçarem o primado das forças que naquele momento dominavam o sistema político e econômico.

No que se refere ao quadro político brasileiro de meados da década de 70 e ao chamado projeto de distensão política do governo Geisel, temos de recorrer mais uma vez a Góes, pois não poderia haver uma síntese das discussões políticas e do tal projeto de Geisel melhor do que esta, feita em 9 de outubro de 1977, por aquele cientista político e jornalista do *Jornal do Brasil*:

“E é nessa completa faixa de ligação entre os modelos político e econômico que se pretendem soluções criativas para mitigar o corporativismo estatista brasileiro. Em resumo: o futuro precisará criar, para que se preserve o regime, um corporativismo estatista que, ao nível da economia e da política, transfira recursos suficientes para criar consenso. Mas em medida que não conduza à perda do controle do poder pelas forças que atualmente dominam o sistema político. É assim que Brasília discute o futuro”³⁶.

Com base nisso tudo, haveremos de concordar com o argumento de Bernardo Kucinski (1982) que diz que a opção por Ernesto Geisel como sucessor de Médici já havia sido decidida em 1969 “como resposta à candidatura do general Albuquerque Lima”. Teremos igualmente que concordar com a hipótese defendida por Góes & Camargo de que com o surgimento da candidatura Lima, “‘o castelismo’ e o ‘costismo’ estabelecem aliança diante do perigo maior do ‘caudilhismo militar’ que poderia conduzir a um nacionalismo exacerbado e mobilizador de tipo peronista”. Deve-se acrescentar que o general direita, Sylvio Frota, pintava o general Albuquerque Lima com cores socialistas.

Portanto, como parte desses entendimentos entre *duros* e *moderados* avessos ao pensamento nacionalista, dizem os dois autores citados: “é provável que se tenha estabelecido

um critério de rotatividade entre os grupos militares hegemônicos a partir do qual a um *costista*, o general Médici, sucedesse um *castelista*, o general Geisel”³⁷.

Kucinski afirma ainda que a candidatura do general Albuquerque Lima à sucessão de Costa e Silva foi barrada por uma “aliança de emergência” feita entre os *castelistas* e *costistas*, pois estes tinham a facção militar que apoiava Albuquerque Lima, “formada principalmente por coronéis nacionalistas”^{*}.

As pressões derradeiras provenientes do interior das próprias Forças Armadas

Consideramos passível de rejeição a tese de que o ocaso do regime autoritário-militar decorreu da atuação do grupo *castelista* que, devido a sua suposta “resistência ao autoritarismo” no meio militar, teria representado “uma parte importante nas condições para que se efetivasse o processo de distensão”³⁸. Nós refutamos esta tese pelo fato do grupo dos oficiais *castelistas* terem se calado diante do envolvimento das Forças Armadas com a prisão, a tortura e o assassinato de presos políticos desde a instauração do regime, vindo este fato a se constituir na maior contradição institucional e moral do mesmo. Acrescente-se a isso que, quando as denúncias das ações opressivas da ditadura militar se propagavam pelo país e pelo mundo afora conforme o regime evoluía, o alto comando das Forças Armadas e as altas cúpulas dos governos do regime, sobretudo os *castelistas*, passaram a utilizar o discurso de que aquelas ações não eram por eles autorizadas, que elas eram “excessos” perpetrados extraordinariamente por alguns segmentos do regime, os quais, por agirem de forma “autônoma”, tornar-se-iam um poder paralelo ao do presidente da República e dos ministros militares, ameaçando a disciplina assentada na cadeia de comando hierárquico do aparelho militar.

Portanto, no nosso entender, visto sob o ângulo interno do estabelecimento militar, os fatores mais relevantes e efetivos que acabaram influenciando na derrocada do regime, não são aquelas decorrentes da suposta atitude antiautoritária da corrente militar *castelista*, mas as que procederam da atuação ambígua da cúpula desta mesma corrente ante à atuação dos órgãos de repressão, quando ela fazia parte do núcleo duro do Poder Executivo. Além disso, não se pode desconsiderar o comportamento corrosivo dos militares da chamada *linha dura*, cujo radicalismo só pôde atingir uma “autonomia” numa escala tal por causa da cobertura que tiveram da cúpula das Forças Armadas e dos governos militares, mesmo daqueles governados pelos chamados *moderados castelistas*.

Logo, nós entendemos que as pressões originárias do interior das Forças Armadas que foram mais decisivas para a derrocada do regime deveram-se, paradoxalmente, à atuação contestatória dos vários grupos militares predominantemente nacionalistas e autoritários, os quais tinham um pensamento diverso dos *castelistas* nos domínios político e econômico.

Um dos mais importantes movimentos militares contestatórios que então brotou no interior das Forças Armadas apareceu em novembro de 1976, quando um grupo de cerca de 60 coronéis e tenentes-coronéis da *linha dura* nacionalista sentiram a necessidade de apresentar uma candidatura contrária ao candidato oficial da cúpula *castelista* do governo Geisel. O grupo, que tinha o nome de “Centelha Nacionalista”, pedia, segundo Kucinski, pelo retorno dos militares aos quartéis e por uma democracia que não deixasse de incluir nem mesmo o Partido Comunista³⁹; afora isso, pediam também por uma política econômica nacionalista e uma anistia ampla, válida até para os torturadores.

O subsequente movimento intramilitar, denominado Movimento Militar Democrático Constitucionalista, surgido do interior das Forças Armadas na mesma época e formado por cerca de 50 coronéis, ultrapassava as reclamações da “Centelha Nacionalista” por pedir também a revogação do AI-5, a instalação de uma Assembléia Constituinte, a restituição do *habeas corpus* e a destituição do presidente Geisel.

Em 1977 surgem outros dois movimentos militares, o Movimento Popular de Defesa da Revolução que se diferenciava dos dois primeiros pelo fato de ser ligado aos oficiais diretamente envolvidos com os órgãos de repressão, sendo, por isso, contra o anunciado *projeto de abertura* do presidente Geisel, ainda mal conhecido. O quase simultâneo Movimento Revolucionário Democrático, que era formado por militares legalistas, de centro-esquerda, que tinham sido punidos e agredidos pela ditadura (alguns filhos de militares foram perseguidos e até presos pelos órgãos de repressão), e que era liderado por um ex-oficial cassado em 1969. Em decorrência, este movimento militar criticava o regime por ter ele se tornado *reacionário* e guinado para a extrema-direita, recuperando assim as denúncias do general Pery Constant Bevilacqua que, já em 1965, criticava a transformação do país em “um imenso quartel” e a distorção da “função das Forças Armadas” (in Gaspari, 2002a, pp.129-130).

Outro importante movimento político-militar contestador do grupo *castelista* que vinha ocupando o círculo mais alto do poder do Estado desde 1974, foi a Frente Nacional pela Redemocratização, que como o próprio nome diz, era uma frente que reunia principalmente políticos civis dissidentes do regime autoritário-militar e membros do partido de oposição consentida, mas que tinha ramificações no meio castrense, tendo conseguido angariar o apoio da “centelha nacionalista”. Lançada em abril de 1978, tal Frente fazia as mesmas

reivindicações dos grupos dissidentes militares vistos anteriormente, os quais aceitaram a inclusão da demanda por liberdade sindical e pelo direito de greve, mas assinalando que só seriam favoráveis à organização de partidos políticos que adotassem *compromissos democráticos* e que só aceitariam a anistia se ela fosse estendida também para os torturadores do regime. Como fruto desta Frente, surgiu a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à Presidência da República, apoiada pelo MDB. Um dos personagens que se destacaram nesse movimento militar foi o coronel Tarcísio Nunes Ferreira, ex-comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, o qual além de ter feito críticas à timidez da política de abertura do Governo, havia também reunido 80 oficiais do alto escalão em sua casa, no Recife, para ouvirem o general Euler Bentes Monteiro, tendo sido preso 3 vezes por causa disso tudo.

Depois desses impasses criados dentro do Governo e das Forças Armadas por oficiais da Frente Nacional pela Redemocratização e pela candidatura Euler Bentes, os quais foram abafados com a vitória do general Figueiredo no Colégio Eleitoral, surge mais uma fissura na estrutura dos edifícios do Exército e do regime, fissura esta negligenciada pelos especialistas em regime autoritário-militar brasileiro, mas que André Moysés Gaio recupera com destaque em sua obra.

Tal fissura foi ocasionado pelas eleições de 1984 para a direção do Clube Militar, quando, em oposição ao candidato do governo João Figueiredo, impunha-se a candidatura do general Andrada Serpa que fazia um discurso nacionalista, favorável ao fim do regime e à volta das eleições diretas para a presidência da República. Mesmo não se saindo vitoriosa, a chapa do general Serpa acabou obstando a proposta de prorrogação do mandato do presidente Figueiredo, que havia sido apresentada pelo então ministro de Minas e Energia, César Cals, e tratada pelo então Ministro do Exército, o general Wálter Pires, como uma proposta “*simpática e democrática*”⁴⁰.

Em síntese, todas estas pressões oriundas do meio castrense eram nada mais nada menos do que o reflexo das contradições inerentes ao regime, as que ocorriam em todas as dimensões, tanto na dimensão moral, quanto na político-institucional, e as quais tocavam tanto o estabelecimento militar quanto todo o aparelho administrativo do Estado governado pelos militares.

As pressões advindas do partido político oficial

Já em inícios de 1974, o esquema de mando político da cúpula governista do regime autoritário-militar começa a dar seus primeiros sinais de esgotamento ao mostrar uma

sustentação cada vez mais precária, devido a quebra de coesão do partido do Governo. Porém, deve-se frisar que, apesar da crise político-partidária decisiva que o regime vivenciou em meados da década de 70 compreender fatores de ordem conjuntural, também havia nela motivos de ordem estrutural que remontam ao período do governo Médici.

Walder de Góes mostra que a prática de eleições indiretas para governadores de estado, instituída após a decretação do AI-3, em 5 de fevereiro de 1966, trazia consigo elementos contraditórios na medida em que a principal autoridade política de cada estado da Federação era designada pelos altos vértices do Governo Federal, sem que houvesse sequer a participação efetiva das entidades políticas e comunidades locais. Sendo assim, Góes afirma que a designação dos governadores pela Côrte brasiliense durante os governos Médici e Geisel não pode ser considerada nem mesmo como *eleição indireta*, uma vez que segundo as palavras do senador arenista, Petrônio Portela, em 1974:

“de nada adianta reunir convenções, pois o candidato é escolhido pelo Presidente da República, que não está obrigado a obedecer à indicação do maior número”⁴¹.

Na prática, o processo de escolha dos governadores dos estados desde a decretação do AI-3 procedia da seguinte forma: Primeiro o SNI e o presidente da ARENA faziam um recenseamento dos nomes dos pré-candidatos, depois estes eram examinados pelos comandos militares regionais e, por último, por elementos fardados da confiança pessoal do Presidente da República, que era quem dava a palavra final.

Trocando em miúdos, quem de fato escolhia os governadores era o Palácio do Planalto. Os diretórios regionais e as bancadas estaduais e federais de cada estado tinham que referendar as escolhas do Presidente da República. Este convocava aqueles a Brasília para receberem ordens e não para que fossem consultados. E estas escolhas não eram em nada baseadas no critério reformista antioligárquico, tão alardeado pelos militares, mas nos critérios de identidade social e ideológica, o que inevitavelmente acabaria ocasionando a continuidade do poder hegemônico de velhas oligarquias regionais, mesmo que, por ventura, o escolhido fosse um personagem político novo.

Como os mais altos dirigentes do regime autoritário-militar tinham pavor de que o país retornasse à situação política anterior à abril de 64, não importava para aqueles que viessem a ser escolhidos para governarem os estados da federação terem ou não respaldo político regional, ou seja, gozarem ou não de poder representativo na sua região de atuação. Góes comprova esta asserção ao demonstrar que alguns dos governadores escolhidos pelo

núcleo duro do governo Geisel tinham tido apenas um ou dois votos, ou até mesmo nenhum voto nas convenções regionais, sendo que alguns nem chegaram a figurar em nenhuma das listas dos parlamentares de seus respectivos estados (exemplos destes últimos casos foram os de Tarcísio Maia no Rio Grande do Norte e de Nunes Freire no Maranhão).

Sendo assim, Góes foi preciso ao observar em 16 de janeiro de 1977 que:

“O curioso do processo de escolher governadores no Brasil é que, além de eliminar o povo, elimina também a experiência. Processam-se escolhas entre as minorias mais escassas de competência e mais desligadas de compromissos com a sociedade. O processo político brasileiro, como um todo, abastardou a atividade política, fazendo-a reduto dos meios qualificados e subvertendo os valores de tal modo que os mais aptos são governados pelos menos inaptos”⁴².

Foi, portanto, por força dessas incongruências políticas que, no início de 1974, o esquema de mando político da cúpula governista do regime começou a dar seus primeiros sinais de crise profunda. Isso se devia às insatisfações mais recentes deixadas nos redutos arenistas estaduais pelas articulações à sucessão dos governadores e à escolha dos senadores biônicos, uma vez que, seguindo os mesmos procedimentos do governo Médici, era o círculo íntimo do Presidente Geisel quem selecionava os governadores e senadores, muitas vezes de forma unilateral, como já demonstrara Góes.

Depois da vitória do MDB nas eleições para o Congresso Nacional e para as assembleias legislativas estaduais em novembro de 1974, as divisões entre as várias alas internas do partido situacionista se exacerbaram, levando mais tarde ao agravamento da discórdia entre o Governo e o seu partido oficial.

Em agosto de 1977 o senador arenista Magalhães Pinto apresentou sua candidatura à sucessão para a Presidência da República, batalhando pela indicação do seu nome na convenção da Arena, não obstante a indicação do general Figueiredo como o candidato oficial do Governo e do partido governista. Em 8 de abril de 1978, entretanto, a Convenção Nacional da Arena aprovou o nome do general Figueiredo. Em resposta à isso, Magalhães Pinto forma, junto com o general Euler Bentes e as lideranças do MDB, a Frente Nacional de Redemocratização, da qual, como já vimos, participaram várias correntes oposicionistas civis e até militares. E mais, na segunda quinzena de abril foi anunciada a escolha dos futuros governadores que deviam ser eleitos por via indireta. Todos eram integrantes da Arena, exceto o emedebista fantoche, Chagas Freitas, do estado do Rio de Janeiro. Em São Paulo a escolha

do Planalto recaiu sobre o ex-governador Laudo Natel, mas, em julho, a convenção estadual da Arena escolheu aquele que havia sido prefeito da Capital paulista, o empresário Paulo Maluf.

Em 22 de outubro de 1981, o Governo sofre uma derrota no Congresso pelo fato de 10 deputados dissidentes do PDS terem votado, junto com o PMDB, contra o projeto do Governo que estendia a sublegenda à eleição para governador em 1982. Desse momento em diante, cresce a dissidência dentro do partido governista. Na eleição do Diretório Nacional do PDS em julho de 1983, os dissidentes conseguiram obter 42 dos 121 lugares do órgão. Eles diziam que queriam deixar de ficar à margem e se fazerem presentes na mesa dos debates nacionais, indicando ao Governo que ele não iria mais conseguir manter o assunto das sucessões presidencial e estadual dentro do seu costumeiro esquema fechado de decisões.

O ápice da crise do setor político do regime se dá por uma sucessão de acontecimentos que demonstram a desagregação de todo o esquema de sustentação política do Governo Federal e a perda do controle deste sobre o processo político nacional. O primeiro destes acontecimentos, de caráter exógeno ao esquema de dominação política da ditadura militar, foi a campanha pelas *Diretas Já*, a qual teve grande participação popular, vindo a realizar em 25 de janeiro de 1984, em São Paulo, a maior manifestação política de massa até então realizada no Brasil. Foi um movimento político nacional ecumênico, pois conseguiu, em todas as regiões do Brasil, congregar contra o regime todos os setores sociais e partidos políticos oposicionistas, desde os liberais de centro até os de extrema esquerda ainda na ilegalidade, além de conquistar o apoio maciço da opinião pública às eleições diretas para todos os níveis. Mesmo as publicações conservadoras reconheceram a influência deste movimento nos rumos da política brasileira, chegando a considerá-lo como um fenômeno político “avassalador”.

O segundo acontecimento que provocara a dissolução do esquema de mando político do regime, este, por sua vez, de caráter endógeno à sua estrutura de poder, foi a candidatura do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, à sucessão presidencial. No rastro da crise política do regime, Maluf foi conquistando terreno dentro do PDS até que em 11 de agosto de 1984, na convenção nacional do mesmo partido, vence aquele que era tido como o preferido do Palácio do Planalto, o ministro Mário Andreazza, embora o presidente Figueiredo nunca tivesse deixado claro esta preferência. O acontecimento resultante deste último evento foi a renúncia do senador José Sarney à presidência do PDS, seguida por seu desligamento do partido junto com outros parlamentares pedessistas contrários à candidatura Maluf, o qual fez com que o Governo tivesse abalada a sua maioria no Senado e a perdesse na Câmara dos Deputados, consumando então a cisão na agremiação governista e a quebra da unidade

política do regime no Congresso. O então ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, criticou acidamente o “oportunismo” e a “traição” dos que haviam deixado o partido do Governo. Mas era tarde demais. Além de José Sarney e de outros parlamentares pedessistas históricos, naquela altura todos os governadores dos estados do Nordeste, tradicional reduto do PDS, aderiram à candidatura de Tancredo Neves, com exceção apenas da Paraíba. Com isso, a vitória do candidato da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral era certa e a sua consumação foi a pá de cal no regime⁴³.

As pressões oriundas do grande empresariado nacional

As pressões contra o regime autoritário-militar que compunham o segundo ramo de seu segundo segmento social interno derivavam, como já dissemos, de vários setores do grande empresariado nacional.

Estas pressões se iniciaram mais cedo que as pressões militares nascidas no interior das corporações armadas, pois desde o final de 1973, importantes parcelas do grande empresariado nacional vinham se queixando de que estavam “sofrendo um processo de marginalização tendo em vista a concentração do poder” nas mãos dos governantes e da tecnoburocracia do Estado, procurando demonstrar que faziam coro com os que aspiravam pela volta da democracia formal. Mas foi a partir de 1974 que importantes frações das classes economicamente dominantes já enviavam recados que sinalizavam explicitamente sua insatisfação com o regime. É no final deste ano que Eugenio Gudín – um dos precursores e um dos maiores defensores no Brasil da concepção econômica monetarista ortodoxa – se manifesta publicamente, pedindo pelo restabelecimento do “Estado de Direito”. Em 1978 é tornado público o *Manifesto dos Oito*, assinado por um grupo de empresários nacionais do setor de bens de capital, que postulavam explicitamente o protecionismo econômico e a liberalização do regime.

Entretanto, observando-se estas manifestações sob o ângulo da política, pode-se argumentar que o máximo que o grande empresariado nacional reivindicava no crepúsculo da década de 70, em especial aquele segmento mais internacionalizado, era uma “descentralização do processo decisório a seu favor”, pois tinham temor de uma excessiva distensão política que possibilitasse a manifestação dos segmentos sociais populares a ponto de levar o país a situações imprevistas, como no caso de virem a ser colocados frente a frente com os trabalhadores para negociar com eles as suas reivindicações, principalmente os trabalhadores do setor de ponta da indústria. Estes estavam se mobilizando e prestes a

deflagrar movimentos grevistas com conotações tanto salarial quanto política, pois além de pedirem por reposições de seus salários em face do aumento constante do custo de vida, pediam também, como vimos, pelo direito de greve e pela autonomia sindical.

Por conta disso é que o grosso da classe empresarial continuava sendo favorável à manutenção de certos instrumentos de exceção para a defesa do regime, entre eles o AI-5 e a lei antigreve⁴⁴. O próprio Eugenio Gudín já havia pré-estabelecido isso em 1974 ao pedir também a formulação e promulgação de “leis eficazes de salvaguarda e de remédios legais, prontos e seguros, indispensáveis à garantia da ordem e segurança para o exercício do governo”^{45a}. Velasco e Cruz mostra que esta posição tomada por Gudín era reforçada pelos editoriais de grandes jornais conservadores-liberais como *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, que “condenam o governo pela sua transigência” frente ao ressurgimento do operariado industrial no cenário político com as greves de 1978, reclamando a aplicação das famigeradas leis de exceção^{45b}.

Em vista de tais declarações, é importante salientar aqui que se verifica, mais uma vez, a afinação dos objetivos e dos discursos do Governo com os objetivos e os discursos da alta burguesia nacional, mormente aquela associada ao capital industrial-financeiro estrangeiro. Pode ter havido, talvez, uma diferença somente no *timing* de um de outro, pois se nos reportarmos ao discurso que Geisel fez em 19 de março de 1974, na primeira reunião com sua equipe ministerial, ele havia dado o mesmo enfoque com relação ao relaxamento dos “instrumentos excepcionais” de que ele dispunha, colocando-o sob a condição de que tais instrumentos fossem substituídos por “salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes...” para a “manutenção da atmosfera de segurança e de ordem ...”⁴⁶.

Como se sabe, tais “salvaguardas eficazes” e “remédios eficientes” foram baixados por Geisel em 1978 com as chamadas *salvaguardas constitucionais*, as quais na verdade não passavam de verdadeiros entulhos autoritários, pois, em caso de *perturbações graves à ordem* e/ou *de ameaça de subversão*, proporcionariam a pronta decretação de *medidas de emergência* ou do *estado de emergência*. Além disso, algumas das mudanças feitas pelo presidente Geisel na Lei de Segurança Nacional demonstravam ser paliativas, pois, entre outras coisas, reduzia de 10 para 8 dias a incomunicabilidade dos presos, além de dispor que aquele que estivesse ou viesse a ser condenado a 30 anos de reclusão podia ser posto em liberdade por bom comportamento depois de 15 anos e 1 dia.

Contudo, retornando ao pronunciamento proferido por Eugenio Gudín em fins de 1974, ele pode ser considerado como um marco na derrocada do regime porque impulsionou a campanha contra a *estatização* da economia por parte do grande empresariado nacional

associado ao capital forâneo. A intenção deste segmento empresarial não era, porém, realizar a redemocratização do país, mas sim a de efetuar um redirecionamento do modelo econômico embasado no já mencionado *tripé do milagre econômico*, no qual, não custa lembrar, as empresas estatais tinham uma participação fundamental, cuidando da infraestrutura e provendo insumos básicos para as empresas privadas multinacionais e nacionais. Ocorre que com a percepção e o agravamento da crise econômica, as primeiras tornavam-se mais autônomas, passando então a disputar com estas últimas uma parte cada vez maior do excedente econômico, tendo inclusive que promover reajustes reais nos preços de seus insumos e serviços devido à aceleração da inflação desencadeada pelo choque nos preços do petróleo em 1973.

Este redirecionamento do modelo econômico do regime reivindicado principalmente por uma burguesia nacional que atuava nos setores financeiro, comercial e industrial associado, empregava um discurso tipicamente liberal, já que ao lado da demanda por mais liberdade política, estas forças sócio-econômicas enfatizavam a necessidade da descentralização e da diminuição do poder econômico do Estado, demonstrando assim que, para doravante fazer valer os seus interesses, mantendo e até aumentando as suas margens de lucro, era preciso que o Estado diminuísse o controle sobre a economia, principalmente um Estado que estava em crise e sob o comando do mais autocrata dos generais presidentes do regime*. E o mais atemorizante para esta burguesia era que não se sabia ao certo qual a direção que seria tomada pelo governo Geisel, uma vez que ele dava indícios de nacionalismo.

Vejamos, então, como o discurso de Eugenio Gudín feito em 1974 contra as empresas estatais pode ser considerado como um precursor da presente conjuntura de predomínio do pensamento neoliberal privatista:

“Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais como o de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefone, petroquímica, álcalis, e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão nas mãos de empresas privadas, foram no Brasil, absorvidos pelo Estado”⁴⁷.

É imperativo observarmos atentamente a similitude deste discurso do economista ultraliberal, Eugenio Gudín, com o discurso presente na nota emitida pelo general *linha-dura*,

Sylvio Frota, logo depois que o presidente Ernesto Geisel o afastou do cargo de ministro do Exército em outubro de 1977. Atente-se para o discurso do general Frota com relação à questão econômica e vejamos se pode ser feita alguma correlação automática entre ser um militar *linha dura* e defender uma política econômica *nacionalista e pró-estatizante* ou ser um militar *moderado* e defender o *liberalismo econômico* e o *liberalismo político, democrático*, tal como se vê em algumas abordagens sobre o regime autoritário-militar.

O general direitista, Sylvio Frota, demitido do ministério do Exército fez, é claro, críticas radicais e anacrônicas contra as medidas adotadas pelo governo Geisel no campo da política externa (reatamento das relações diplomáticas com a China, reconhecimento da independência de Angola e outras), o que mostra que o general Frota tinha uma visão tacanha e sectária neste campo, uma visão que, em alguns pontos, era coincidente com a da Casa Branca. Mas quanto à política interna, nesse ponto parece que Sylvio Frota ressuscita as críticas que o general Castelo Branco costumava fazer com relação ao governo João Goulart (vide *capítulo 1*), pois para Frota havia “*infiltração comunista*” até “*nos próprios órgãos governamentais*”, mais especificamente nos “*escalões de assessoramento e de direção*” do governo Geisel⁴⁸.

Entretanto, como já foi relatado anteriormente, cumpre ressaltar que o general Frota, da mesma forma que o general Geisel, se posicionaria contra a chapa nacionalista do general Serpa nas eleições para a direção do Clube Militar em 1984.

Portanto, o que mais nos interessa aqui é transcrevermos os trechos referentes às críticas que o general Frota fez contra o plano econômico do governo Geisel, para notar como a visão de um militar *linha-dura* no campo da economia, se casava então com a visão *neoliberal* de um conservador civil, como Eugênio Gudim, o que serve para demonstrar mais uma vez que, no Brasil, um liberal não é necessariamente um democrata. Dito de outra forma, merece ser enfatizado que a instauração de uma ordem econômica liberal não requer obrigatoriamente a instauração de um regime político democrático. Se não for assim, fica difícil entender a crítica que o general Frota fez em sua nota, escrita e divulgada após a sua demissão do ministério do Exército, ao que ele chamou de

“*a existência de um processo de domínio, pelo Estado, da economia nacional – inclusive das empresas privadas – de modo a condicionar o empresariado brasileiro aos ditames do governo*”⁴⁹.

Também se corre o risco de ficar descontextualizado e sem explicação a frase em que o general Frota diz que:

“caracteriza assim, entre nós, uma estatização clara, inadmissível num regime democrático de liberdade responsável e de estrutura econômica de livre iniciativa, o que nos coloca mais no quadro dos países do leste europeu, do que no bloco ocidental”⁵⁰.

Mais ainda, podemos exprimir a incongruência de se abordar as manifestações de setores do grande empresariado nacional (e de seus porta-vozes acadêmicos) e as das autoridades militares pertencentes ao primeiro escalão da hierarquia militar, sem que haja nenhuma relação entre elas.

Porém, o mais traiçoeiro é lermos o discurso do general Frota com desatenção, já que é disparatado, tosco e anacrônico, quando ele diz que a tal estatização da economia brasileira deveu-se às *“inegáveis vitórias”* dos comunistas, que, com a *“omissão das autoridades responsáveis”* teriam conseguido se infiltrar nos órgãos administrativos do Governo Federal, na forma de uma *“marcha lenta e solerte como”*, segundo o general, *“sói acontecer quando os comunistas aplicam suas técnicas de infiltração”*.

Deste modo, não se pode deixar de dar a devida atenção para a parte final da sua nota, quando ele a encerra fazendo uma profecia ao dizer que:

“Já implantaram o capitalismo de Estado que é o tirano da economia; a continuarmos assim, virá mais breve do que muitos esperam, o comunismo – o tirano das liberdades”^{51a}.

Surpreende a semelhança deste pronunciamento do general Frota não apenas com o discurso de Eugênio Gudín feito no final de 1974, mas com um outro que este mesmo economista havia feito em agosto de 1969, no qual ele afirmava que no campo da economia *“chegamos a uma participação do Estado só comparável à dos países socialistas”^{51b}.*

É inevitável que, após termos tomado conhecimento das críticas ao plano econômico do governo Geisel – detectadas tanto na nota escrita e divulgada pelo general Sylvio Frota em outubro de 1977, quanto nos discursos feitos pelo economista Eugênio Gudín no segundo semestre de 1969 e de 1974 – surja a seguinte pergunta: O general Frota estaria ou não sendo,

no meio militar, um canal de expressão política da *intelligentsia* civil liberal de direita e do grande empresariado nacional associado ao capital estrangeiro?

Se a resposta for afirmativa, caberia muito bem aqui a crítica que Martins Filho (1994) faz a respeito da transposição para o Brasil da metodologia que Poulantzas usa para analisar o fim das ditaduras portuguesa, grega e espanhola.

E caso adotemos este enfoque, estaríamos concordando que aqui no Brasil não teria havido o que, de acordo com Poulantzas (1978, capítulos 3 e 4), houve naqueles três países europeus. Isto é, aqui no Brasil não teria havido uma fenda no edifício da burguesia nativa e, por conseguinte, do estabelecimento militar (por exemplo: um racha entre o que Poulantzas chama de *burguesia interna* versus *burguesia compradora*, sendo a primeira supostamente favorável a uma solução de liberalização do regime autoritário-militar e de uma “renacionalização do mercado interno”). E nem mesmo teria havido aqui uma posição mais aberta e conciliadora da tal *burguesia interna* com relação às classes operárias, buscando a primeira se ajustar com as últimas, reconhecendo a legitimidade de sua *ação sindical* pelo fato de supostamente estar aquela *burguesia interna* brasileira interessada em ganhar o apoio das massas populares na luta que estariam travando contra as *burguesia compradora*, ou seja, a burguesia associada ao capital industrial-financeiro do Primeiro Mundo, a qual era majoritária no bloco de poder do regime e por isso continuava respaldando-o.

Todavia, se a resposta à pergunta feita anteriormente for negativa, poderíamos afirmar que a burguesia brasileira não era tão retrógrada e obtusa quanto o general Sylvio Frota e toda a corrente militar *linha dura*? E a corrente dos *linha dura*, com destaque para aqueles ligados à fração nacionalista liderada pelos generais Euler Bentes, em 1978, e Andrada Serpa, em 1984, mostrava-se tão retrógrada a ponto de tentar barrar o projeto de abertura política, ou, foi ela a propulsora deste processo devido às críticas abertas que começara a fazer ao governo do general Figueiredo no início da década de 80?

Ou, ainda, poderemos afirmar, tal como faz Poulantzas ao falar da burguesia grega, que a oposição da burguesia brasileira ao regime autoritário-militar em meados dos anos 1970 era apenas *flutuante* e *hesitante* e que ela recuava assim que se abria uma brecha no sistema político brasileiro e os segmentos populares organizados ousavam entrar?

Mas e o segmento empresarial nacional ligado às indústrias de base (de transformação e de equipamentos), que constituíam a perna mais fraca do tripé do *milagre econômico* e que teria sido escolhido como o carro-chefe do novo padrão de industrialização contido na estratégia econômica do governo Geisel? O seu posicionamento era o mesmo do empresariado nacional que tinha vínculos mais estreitos com os mercados consumidores e

financeiros dos países do Primeiro Mundo e que atuava internamente nas cadeias produtivas da indústria de bens duráveis dominada por firmas estrangeiras? E, por fim, quem era o seu porta-voz? Seria o general Serpa?

Pode-se deduzir que na conjuntura histórica de 1975-85, as diversas frações do grande empresariado brasileiro mostravam-se mais favoráveis a uma mudança da ditadura militar para um outro regime político civil e liberal, pois aquela conjuntura presenciava:

- a crise do petróleo de 1973 e os primeiros sinais de esgotamento econômico, tanto dos EUA quanto do Estado socialista soviético, sem falar das políticas do *Welfare State* nos países capitalistas centrais;
- A criação, em julho de 1973, da Comissão Trilateral, uma organização internacional privada, formada pelas elites empresariais, políticas e acadêmicas dos EUA, Europa Ocidental e Japão, a qual buscava definir critérios de “boa governança internacional” com o objetivo de conduzir a *interdependência global*;
- As primeiras aplicações de medidas econômicas neoliberais na América Latina, baseadas na pauta do Consenso de Washington, que na opinião de Raúl Bernal-Meza, tiveram início já em 1974, no Chile, e em 1976 na Argentina⁵²;
- a volta da mobilização da classe operária brasileira por uma nova geração de sindicalistas.

Coexistindo com essas transformações no cenário internacional e nacional em meados da década de 70, o grande empresariado brasileiro ficava atento e tornava-se inteirado com outras mudanças que estavam por vir, desta vez nos âmbitos financeiro, comercial e das relações de produção do sistema capitalista, as quais se referiam a uma nova fase de livre expansão global do capital internacional sob o comando de grandes conglomerados transnacionais, com a divisão de unidades fabris e até o seu fechamento em alguns países, transferindo-as para outros. Estas mudanças tendiam para um rearranjo geral das forças produtivas e da divisão internacional do trabalho, bem como para novos paradigmas de gestão da produção e do trabalho, envolvendo com isso o comércio livre, as relações capital/trabalho em direção à informalidade e à desregulamentação da economia, que, por sua vez, apontavam para uma ampliação do comércio internacional, maior abertura dos mercados nacionais e uma maior participação das empresas privadas em áreas então dominadas por companhias estatais. Uma vez que os agentes econômicos anteviam que o capitalismo ia assumindo uma nova fase, de caráter acentuadamente liberal, em nível planetário, o Estado precisaria passar por uma transformação correspondente. Sintetizando, teria de haver uma mudança no modo de ação e

no peso até então exercidos pelo Estado na economia nacional, no sentido de se alcançar o que viria ser denominado de *Estado mínimo*.

Diante disso tudo, não interessava mais ao empresariado nacional apoiar o modelo de expansão das atividades econômicas com a destacada presença do Estado em setores básicos, marcante nos últimos governos militares. Contudo, é importante frisar mais uma vez que a forte presença do Estado brasileiro na economia durante os anos do *milagre econômico* não havia ocasionado estorvo algum ao empresariado industrial, tanto o nacional quanto o internacional, pelos motivos já vistos antes.

Até mesmo o plano econômico do governo Geisel, considerado por alguns como tendo um matiz nacionalista e fortemente estatizante, na verdade tinha como um de seus pontos principais a contenção da estatização e o incentivo para que a iniciativa privada ocupasse os chamados “espaços vazios”. Ocorre que:

“Como a empresa privada nacional mostrou-se fraca para assumir a liderança do processo de desenvolvimento brasileiro, ampliou-se mais do que em qualquer outra época o setor estatal da economia, contrariando uma das diretrizes do Projeto, que previa a contenção da estatização e o fortalecimento do setor privado”⁵³.

Este aspecto da fragilidade das empresas privadas nacionais devia-se, como é bem sabido, à carência de capital, mesmo quando se fala da indústria nacional do segmento de bens de capital que, conforme o II PND, iria comandar a economia brasileira a partir de 1975. Mais grave ainda, este segmento da indústria nacional também não investia em P&D, ficando assim sem autonomia tecnológica.

Por incrível que pareça, a indústria nacional não-estatal do Departamento I chegava, segundo Argemiro Brum, a importar cerca de 90% da tecnologia que utilizava⁵⁴, o que fazia com que os seus donos não vacilassem em fundir-se com o capital estrangeiro, quando isso fosse mais interessante para eles. Então, até mesmo este segmento industrial nacional não ousava adotar por iniciativa própria uma estratégia autônoma ante as grandes empresas estrangeiras análogas, o que tornava o Brasil e outros países subdesenvolvidos seus “mercados cativos de exportação”⁵⁵.

Como não podia deixar de ser, a explicação para estes nós górdios inside na natureza e na dinâmica do modelo econômico implantado pelo regime autoritário-militar em 1964. Uma boa explicação para isso é dada sob um ângulo estrutural pelo ex-diplomata brasileiro, Miguel

Osório de Almeida, assessor para Ciência e Tecnologia do ministro das Relações Exteriores do governo João Figueiredo, o diplomata Ramiro Saraiva Guerreiro:

“Quase todo o equilíbrio (ou desequilíbrio do sistema econômico) está predicado ao comportamento do setor que produz bens de produção. No caso do Brasil, o subsetor correspondente à indústria mecânica, o produtor dos bens de equipamento e, em virtude da complexidade desses, o maior absorvedor de tecnologia, tem apresentado o mais baixo nível de produção relativa em todo o setor industrial, tendo atingido em 1969 apenas 40% do nível presumivelmente necessário. A principal causa dessa *baixa performance* parece ser a longa prática de financiamento internacional que, além de aumentar as poupanças disponíveis para investimento tem tido, infelizmente, o resultado colateral de haver sufocado, em certo grau, a iniciativa tecnológica no país e impedido o crescimento adequado do setor de bens de equipamento”⁵⁶.

Tal conduta desta e de outras frações da burguesia industrial brasileira põe em relevo o questionamento feito pela doutora em História Econômica pela USP, Sonia Regina de Mendonça (in *Revista Brasileira de História*, 1994: 90-91), bem como a visão de Nelson Werneck Sodré e de outros teóricos da esquerda brasileira de que a internacionalização da economia brasileira desencadeada a partir de 1956 teria atingido frontalmente os interesses da burguesia industrial nacional. Para Mendonça, isso não ocorria porque as empresas multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis levavam a seu reboque as empresas nacionais privadas fornecedoras de peças e componentes, assim como as empresas nacionais estatais provedoras de infra-estrutura e de matérias-primas industriais. Daí, segundo Mendonça e também Carlos Lessa, o Estado brasileiro vir a assumir o papel de viabilizador e definidor das “bases da associação com a grande empresa oligopolista estrangeira”, instituindo uma “estatização formal da economia”.

Afinal de contas, como diz Bresser Pereira, e como já pudemos ver nos dois primeiros capítulos, o “Estado tecnoburocrático”, existente tanto nas economias dos países do Terceiro Mundo como também nas dos países capitalistas centrais, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, tinha se transformado no “principal responsável pela taxa de acumulação” do sistema industrial-financeiro monopolista, do qual faziam parte os cartéis multinacionais e nacionais, bem como o próprio Estado nacional quando exercia os papéis de regulador, instrumentalizador e também de produtor⁵⁷.

Quando em meados da década de 70 o “milagre econômico” brasileiro indicava chegar ao fim, o economista Ignácio Rangel diz que “a crise assume aspecto predominantemente financeiro”, melhor dizendo, como crise “das finanças do setor público”. Nesse sentido, naquele momento, o Estado era chamado para resolver um problema de *desajuste estrutural*, isto é, encontrar soluções para os pontos de estrangulamento presentes na estrutura econômica brasileira em decorrência do modelo de industrialização dependente que havia sido seguido pela burguesia nacional associada às empresas estrangeiras e avalizado pelos governos do regime autoritário-militar pós-64.

Como o crescimento econômico proporcionado por tal modelo estava fundado num brutal endividamento externo, e como, após 1978, “o chafariz da ajuda externa” estava parando de jorrar, juntamente com o esgotamento da capacidade de endividamento dos setores público e privado do país, fazendo com que o pagamento das dívidas pretéritas viesse a agravar ainda mais o seu deficitário balanço de pagamentos, Rangel diz que a pressão sobre este *deficit* contábil de toda a sociedade brasileira “converte-se em pressão sobre as finanças do Estado”. Este, por sua vez, estrangulado financeiramente, passa, ainda de acordo com Rangel, “a usar sem cautela o seu poder exator”, desencadeando então a rebeldia antiestatizante do setor privado nacional e internacional.

Mas, tamanha é a falácia desta controvérsia entre empresas estatais e empresas privadas que Rangel chega a escrever que:

“A polêmica é posta em termos obviamente falsos. Os porta-vozes da empresa privada queixam-se de que o Estado tende a sufocar a dita empresa, tanto pela fiscalidade sem entranhas, como pela estatização de atividades antes a cargo da iniciativa privada [...] como se esta estatização, no passado, não tivesse resultado, precisamente de uma exigência do mesmíssimo setor privado. Afinal, para que o sistema econômico – como organismo vivo que é – possa funcionar, é mister que todas as ‘indústrias’ ou atividades que o compõem façam prova de um mínimo de operatividade e, ante a omissão da iniciativa privada, no que concerne a várias dessas atividades, urge que o Estado delas se encarregue. Este estado de coisas muda quando, por efeito da acumulação de experiência e consistência, a iniciativa privada julga chegado o momento de chamar a si a responsabilidade por uma ou várias das atividades componentes do setor público”⁵⁸.

Portanto, por trás daquela manifestação ‘pró-democracia’ de vários setores do grande empresariado privado nacional, estava o interesse econômico de classe em prol da desestatização e de uma maior liberdade para a livre iniciativa e o mercado, isto é, em prol da manutenção e do aumento das altas taxas de lucros que este empresariado vinha obtendo com os governos militares quando o *tripé do milagre econômico* funcionava e o país recebia um considerável aporte de capital externo, fazendo a economia crescer vigorosa e aceleradamente.

E para que o país pudesse implantar mudanças na sua política econômica e no campo de atuação de suas empresas estatais, mudanças, aliás, assaz delicadas e que fariam brotar conflitos inevitáveis, seria conveniente um regime que não estivesse politicamente desgastado e com a sua legitimidade relativa completamente erodida, por conta de seu autoritarismo abusivo e seu caráter impopular, e que também não tivesse se tornado disfuncional por conta dos insólitos aumentos dos preços dos insumos providos pelas empresas do Estado às empresas privadas estrangeiras e nacionais depois da crise do petróleo de 1973. E, obviamente, o mais importante de tudo, por conta do crescimento estratosférico da dívida externa do país que deixava o Estado nacional financeiramente abalado, sem condições de obter mais recursos para investimentos, deixando assim de se apresentar como um *player* vantajoso e um *partner* generoso, diminuindo então sua capacidade de maximizar as taxas de lucro do capital privado.

Atenta a esta discussão, a cientista política, Angelita Matos Souza, foi certa ao escrever em sua tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da Unicamp que a “tentativa de re-equilibrar o tripé da economia brasileira em favor do capital nacional”, ocorrida no Governo Geisel, fracassou pelo fato do Brasil já se encontrar numa situação de dependência e vulnerabilidade tal que delimitava a “autonomia do Estado brasileiro”⁵⁹. Tal restrição na autonomia do Estado brasileiro era evidenciada pelo comportamento “tímido e vacilante” do governo Geisel, o qual não conseguia retirar das empresas multinacionais de bens de consumo de alto valor agregado e de bens de capital a grande influência que tinham nas altas esferas do poder do Estado, nem a hegemonia de que usufruíam nestes setores-chave da economia nacional, em detrimento das empresas privadas brasileiras⁶⁰.

Se depois de onze anos de regime autoritário-militar, este, devido ao eixo condutor de suas políticas externas, do seu modelo econômico e do seu modo de inserção no comércio mundial não conseguiu dotar o Estado brasileiro de poder de barganha no âmbito internacional frente aos organismos financeiros internacionais multilaterais e aos governos dos países capitalistas desenvolvidos, a mesma limitação da autonomia do Estado brasileiro

também se verificaria no âmbito da economia interna diante das empresas multinacionais aqui instaladas.

O que os generais-presidentes do regime-autoritário-militar brasileiro fizeram constituíu-se numa política econômica liberal para com os de fora e cerceadora para com os de dentro ao comprimir os salários da massa trabalhadora e ao restringir o crédito a setores estratégicos do empresariado nacional, negligenciando que os países desenvolvidos, berço do liberalismo, tal como a Inglaterra, Holanda, Bélgica e até mesmo a França e depois os EUA, haviam oferecido proteção às suas indústrias e adotado políticas comerciais liberais de dentro para fora e não o contrário.

Praticando então uma política estribada no endividamento externo, no favorecimento das grandes corporações industriais estrangeiras, nos salários baixos das classes trabalhadoras e na coação social interna em proveito das primeiras, a ditadura militar colocou o Estado brasileiro sob o controle das mesmas. Sendo assim, este Estado tampouco teria força suficiente para, a partir de 1974, conseguir reestruturar o aparelho produtivo do país e deslocar o papel de coadjuvante da indústria nacional para o de protagonista do seu desenvolvimento econômico, o que vem confirmar nossa hipótese de que os governos militares não tinham como fortalecer o Poder Nacional para atingir o tão almejado *status* de nação-potência. E não tinham como fazer isso devido à opções políticas premeditadas: políticas estas passivas e de curto prazo nas áreas econômica e externa, as quais relegavam a economia do país às reações do mercado mundial, ajustando-o em compartimentos que mal correspondiam às suas aspirações e possibilidades, comprometendo enfim o combate de suas vulnerabilidades.

Por acreditarem que o Brasil já havia encontrado suas vantagens comparativas (mantendo-se como uma economia especializada em exportar gêneros agrícolas, matérias-primas minerais e manufaturas de baixa tecnologia) e o caminho correto para se inserir no mercado internacional (privilegiando-se as relações comerciais com os países ricos numa posição dependente), a cúpula ministerial do penúltimo governo do regime autoritário-militar brasileiro, cujo chefe supremo havia sido presidente da Petrobrás, só foi capaz de perceber e de admitir no final de 1974, tal como está no próprio texto do Projeto do II PND, que numa crise energética mundial, “quem mais se arrisca a perder são os países subdesenvolvidos importadores de petróleo”.

Ora, como pôde Ernesto Geisel, considerado por muitos como um grande estrategista e um tecnocrata militar esclarecido e competente, durante o período em que presidiu a Petrobrás, do final de 1969 ao final de 1973, não ter pensado a longo prazo na questão da base

energética do sistema de transporte do Brasil, majoritariamente dependente do petróleo, passando a encará-la só depois que veio o choque no preço desta importante fonte de combustível mineral no final de 1973, quando importávamos mais de 80% do que consumíamos?

O fato é que a ênfase no transporte rodoviário, verificado no Brasil desde o governo Kubitschek e aprofundada nos governos militares, fez com que o desenvolvimento econômico do Brasil ficasse refém das grandes empresas petrolíferas e da indústria automobilística estrangeiras.

A grande crítica que se fazia à política de Geisel na presidência da Petrobrás era a da sua desatenção pela auto-suficiência em petróleo, uma vez que este produto sobrava então no mercado internacional. Geisel teria demonstrado ter uma visão estratégica se, na presidência da Petrobrás, já tivesse concebido programas voltados para aumentar a prospecção e extração nacional de petróleo com vistas à auto-suficiência do país, quando é sabido que só a longo prazo é possível chegar a tanto. Depois de ter assumido a presidência da Petrobrás em novembro de 1969, ainda no início dos anos 70 e até mesmo durante os anos de seu governo, o general Geisel mantinha a política de não-prospecção, pois apostava no petróleo importado barato a longo prazo, o que fez com que de 1970 a 1980 a exploração do petróleo no Brasil praticamente não aumentasse. O que houve, porém, foi um aumento da capacidade de refino do país, pois, tendo como referência a importância física de 1000 barris por dia, o Brasil refinava 516 b/d em 1970, mas em 1974 já alcançava 1.020,0 b/d^{61a}.

Um dado revelador desta política de Geisel para o setor petroleiro e dos generais-presidentes que o precederam é o de que até 1980 a Petrobrás produzia apenas 17% do petróleo consumido no Brasil. Aliás, durante o governo Geisel, ocorreram sucessivos declínios na produção nacional de petróleo, pois em 1976 a produção foi 2,79% menor do que a de 1975 e em 1977 a produção caíra 3,48% em relação a 1976, voltando a declinar ainda mais no ano de 1978^{61b}.

O primeiro quadro que vem na página a seguir, adaptado de uma tabela elaborada e publicada pelo IBGE em 1987 sobre extração de petróleo bruto no Brasil, de 1935 a 1985, confirma estes comentários:

Tabela 23

Extração, importação, exportação e consumo aparente do Brasil de petróleo bruto – 1969-1985	
PETRÓLEO BRUTO (1000 m ³)	
ANOS	Extração
1969	10.023
1970	9.534
1971	9.896
1972	9.724
1973	9.876
1974	10.295
1975	9.979
1976	9.702
1977	9.331
1978	9.305
1979	9.661

(Tabela adaptada da fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil – Séries Estatísticas Retrospectivas*. Volume 3: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Seção 9 – Energia, tabela 9.5, p.449).

Os dados estatísticos publicados, em 1983, pelo Anuario Estadístico de América Latina da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas também comprovam o declínio na produção nacional de petróleo do Brasil durante o governo Geisel. Estes dados foram por nós adaptados e estão expressos na forma da tabela abaixo:

Tabela 24

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL NO BRASIL 1955-1980				
(Incluindo petróleo)				
Taxas anuais média				
1955-1960	1960-1965	1965-1970	1970-1975	1975-1980
16.7	8.9	11.6	13.9	6.9

Tabela adaptada da fonte: *Anuario Estadístico de América Latina 1983* da Comisión Económica para América Latina das Naciones Unidas. Parte II Crecimiento Económico – Quadro 58: Crecimiento de la Producción Minera, incluido petróleo (Tasas anuales medias. Naciones Unidas, Nueva York, 1983, p.134.

O novo animus do governo Geisel na área econômica

Para Fernando Henrique Cardoso, as críticas ao governo Geisel que acabaram levando definitivamente o II PND ao fracasso eram provenientes de setores empresariais que, formados durante o período do milagre econômico, não estavam mais tendo ou não estariam vendo a possibilidade de continuar auferindo lucros rápidos e elevados com a estratégia econômica apresentada pelo quarto governo do regime autoritário-militar. Estes setores empresariais seriam formados por capitalistas que tinham suas “empresas estabelecidas em São Paulo”, até então acostumados a obter grandes lucros por ocuparem posições privilegiadas no sistema de barganha com os centros decisórios do aparelho de Estado. Motivados por interesses particulares e de curto prazo, tais grupos empresariais privados colocavam-se então contra os *abstratos interesses nacionais* (os quais, para Cardoso, inscreviam as *necessidades globais e de longo prazo do sistema*) que estariam sendo encampados pelo governo Geisel⁶².

Num dos textos várias vezes citado de Velasco e Cruz tem-se que aqueles grupos empresariais a que Cardoso se refere estavam identificados politicamente aos grupos econômicos privados “liberais” e que eles eram representados, em termos de número e grau, primeiramente pelo setor financeiro, depois pelos empresários nacionais e estrangeiros do setor comercial, e, numa terceira posição, alguns segmentos do setor industrial – estes últimos, porém, não identificados pelo autor. Embora o mesmo conclua que, em certos aspectos, o segmento empresarial nacional ligado ao setor da indústria de bens de capital tenha se contraposto de maneira clara à campanha contra a estatização até meados de 1975, evitando com isso abalar o Governo, daquele momento em diante os seus líderes empresariais – os presidentes da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e da ABIDIB, bem como do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (Simesp) – começam a denunciar as “discrepâncias recorrentes” entre as intenções, as promessas e ações concretas do Governo até que vem as desavenças⁶³.

Carlos Lessa é outro estudioso do assunto que também revela quem eram os grupos empresariais em discussão ao elucidar que eles representavam mesmo a indústria nacional de bens de capital, composta principalmente pelas Indústrias Bardella, Braseixos, Cobrasma, Confab, Dedini, Romi, Villares e Zanini entre outras. Segundo Carlos Lessa, os empresários deste setor da indústria nacional haviam confiado no II PND, lançado no final de 1974 pelo governo Geisel, o qual criava “uma expectativa para o setor – um investimento de 43 bilhões

de dólares – que acabou não se confirmando”. Ainda segundo Lessa, as lideranças empresariais deste setor de base da indústria nacional, tido como o predileto do II PND, começaram a engrossar as críticas que os empresários nacionais e diretores de empresas multinacionais de outros ramos da economia vinham fazendo ao governo Geisel com a *Campanha contra a Estatização*, iniciada na mesma época do lançamento do II PND⁶⁴.

Na opinião de Lessa, a adesão dos empresários nacionais do setor de bens de capital à referida *campanha* empresarial contra o governo Geisel acabou provocando a fissura do pacto havido antes entre eles, estando a raiz desta fissura na incapacidade de Geisel de cumprir o empenho que havia feito com as indústrias nacionais de máquinas e equipamentos no sentido de manter as encomendas governamentais num patamar elevado (estimativa correspondente a 1,8 bilhões de dólares) e de favorecê-las nas compras realizadas pelas empresas estatais das áreas da siderurgia, hidreletricidade, energia nuclear, dos transportes e do setor petroleiro (com a absorção de um percentual acima de 50% de bens de capital de fabricação nacional)⁶⁵.

Fazendo um apanhado de declarações de líderes empresarias nacionais do setor de bens de capital, das orientações e das medidas concretas do governo Geisel na área industrial, Lessa sugere que, de um lado o governo dizia estar defendendo a indústria nacional, mas, de outro lado, na prática, acabava comprando equipamentos de indústrias estrangeiras num montante que girava em torno de 50 a 60%, chegando até a favorecê-las na compra daqueles equipamentos mais avançados tecnologicamente, como já vimos antes, quando tratamos do tema relacionado com o projeto do governo Geisel de expansão e/ou reequipamento da indústria siderúrgica brasileira, a chamada III Fase do Plano Siderúrgico Nacional. Vale citar aqui alguns exemplos concretos, tais como a contratação de créditos externos geralmente ligados à importação de equipamentos específicos, o que ficou consubstanciado com a aceitação das normas do Banco Mundial nas concorrências para esta terceira fase de expansão da siderurgia nacional, sem falar das negociações do Governo com japoneses e italianos para a implantação da usina siderúrgica de Tubarão no estado do Espírito Santo.

No boletim informativo, *ABDIB Informa* nº 145/77, constata-se que mesmo tendo o Governo assinado resoluções favoráveis às indústrias nacionais de bens de capital, as mesmas acabavam não sendo cumpridas. Havia, por exemplo, na Resolução nº 09 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de março de 1977, concessão de isenção total para a PETROBRÁS importar equipamentos que podiam ser produzidos por empresas brasileiras.

Portanto, não era de se estranhar que os empresários brasileiros do setor de bens de capital viessem a público criticar o Governo, dizendo que

“paradoxalmente somos frequentemente surpreendidos por medidas, atos e fatos que contrariam frontalmente a política anunciada pela cúpula governamental.”

Além do descumprimento do governo Geisel para com este setor da indústria privada nacional no que se referia à insuficiência e à instabilidade das compras de seus equipamentos por parte das empresas estatais, Lessa indica que, “dada a dependência da indústria de bens de capital da demanda interna gerada pelas empresas estatais”, os líderes empresariais deste setor industrial nacional também passaram a criticar a forma autocrática e secreta de como o governo Geisel conduzia a sua política econômico-financeira. Era o que Lessa chama de “grita geral” do empresariado contra o “exercício voluntarístico da autoridade”, contra a postura intolerante e a “visão oniponte” do Poder Central brasileiro⁶⁶. As críticas das lideranças empresariais do setor de bens de capital passavam então a adquirir um teor político, voltando-se contra o *autoritarismo* do regime.

A esse respeito, Lessa consegue sintetizar muito bem o estado de espírito do empresariado nacional como um todo, assim como da circunstância real em que se encontrava o governo Geisel ante a “rebelião” deste importante setor da sociedade civil brasileira, ao escrever que:

“A Campanha [contra a Estatização] iniciada em 1974, foi ganhando intensidade e mudando de natureza. Sendo na aparência inicialmente um protesto ideológico quanto à presença do Estado, na verdade refletia a insatisfação de distintas frações de interesses quanto ao manejo do Estado. Insatisfação que reflete o encurtamento da margem de composição de interesses em uma fase de reversão cíclica exacerbada no Brasil pela prática de uma autoridade auto-convencida de sua suficiência e onipotência e pela ausência dos múltiplos organismos políticos mediadores. Na medida em que avança a inflexão cíclica, diminui o raio de manobra para composições e vai se tornando mais visível a descolagem de suas bases de sustentação de um Governo embaído por inércia em suas auto-convicções. A adesão de novas frações de interesses leva a uma mudança na percepção do autoritarismo, que de eficiente passa a ser percebido como responsável por disfunções político-econômicas. Do tema da estatização, caminha-se para a crítica ao autoritarismo”⁶⁷.

Para se compreender melhor esta postura “rebelde” de largos setores do empresariado nacional frente ao governo Geisel, cremos que devemos, por um instante, colocar aquela

crítica ao autoritarismo à parte e, partindo de uma nova proposta de Velasco e Cruz (1997), levar em consideração duas interpretações alternativas. A primeira delas, que julga que a tal posição de “rebeldia” do empresariado nacional não passava de uma ação oportunista, procurando tirar proveito da situação de constrangimento e da posição defensiva em que se encontrava o governo Geisel depois da detonação das crises do sistema de Breton Woods e do petróleo na primeira metade da década de 70.

Como assinala Werneck Vianna, estas crises provocaram o aumento da inflação e a desaceleração do desenvolvimento econômico brasileiro, o que levou o governo Geisel a perceber que era necessário uma maior centralização na tomada de decisão em termos de projeto econômico, controlando ainda mais a seleção e a concessão de benefícios (créditos, subsídios e incentivos fiscais) a programas industriais⁶⁸, o que fez com que o empresariado nacional, especialmente os do setor financeiro, começasse a se queixar da “estatização”. Mas esta, na verdade, era uma queixa contra a “política monetária mais restritiva, com desaceleração dos meios de pagamentos e dos empréstimos ao setor privado” por meio de um controle maior sobre os empréstimos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal que, segundo Dionísio Dias Carneiro, a cúpula do governo Geisel teve de levar a efeito em 1977⁶⁹. Como se tornou conhecido, tais medidas de contenção monetária tomadas pelo governo Geisel tinham sido efetivadas com a passagem dos recursos do PIS e Pasep para o BNDE e com a aplicação de normas mais estritas para a aprovação de projetos do Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Dias Carneiro comprova a guinada para uma política fiscal e financeira mais austera do governo Geisel, recorrendo a um discurso proferido por Reis Velloso na Escola de Guerra Naval em 22 de outubro de 1976 e a uma declaração feita por Mário Henrique Simonsen, publicada no *Jornal do Brasil* de 12 de maio de 1977. No discurso de Reis Velloso, ouvia-se que não era “correto dizer que o governo vem programando seus investimentos na base de um crescimento do PIB a 10% ao ano”, reconhecendo a necessidade de desacelerar o crescimento econômico para que a inflação fosse reduzida, segundo ele, “a uma taxa mensal de 2%”. Já na declaração do então ministro da Fazenda, havia o anúncio de que “a política do governo de permitir que instituições financeiras emprestem a empresas comerciais e industriais coligadas acabou”.

Desta feita, pode ser correto considerar como oportunistas as dissensões do empresariado nacional na década de 70, pois elas emergiam na medida em que se escasseava o que havia para dividir. Convém notar, ainda, que da análise feita por Dias Carneiro pode-se apreender que os discursos e as ações práticas do governo Geisel na área econômico-

financeira eram bastante contraditórias quanto à definição da posição que teria de ser efetivamente tomada de início com relação aos inevitáveis ajustes externos e internos então necessários na economia brasileira, o que espelhava o conflito entre a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) – que pregava uma política monetária expansionista e a continuidade do crescimento acelerado com endividamento externo – e o Ministério da Fazenda, favorável a um ajuste contracionista, com uma política monetária restritiva.

Assim, segundo Dias Carneiro, no início de seu governo, Geisel ficou nesse dilema: ou estabilizava a economia, controlando a inflação, impondo um contingenciamento orçamentário e experimentando um período de recessão, ou priorizava o crescimento a qualquer custo. Por não ter fechado completamente com nenhuma dessas opções, embora tenha privilegiado a segunda, isso levou o seu governo a adotar um plano econômico híbrido, operando de forma pendular, expandindo o crédito doméstico, o que permitia a continuidade do crescimento econômico, do investimento do setor público com ampliação da obtenção de empréstimos onerosos no exterior e com aumentos na taxa de inflação, ao mesmo tempo em que continuava mantendo também o aumento das tarifas públicas abaixo da inflação, bem como o preço de insumos industriais fornecidos pelas estatais ao setor privado num patamar abaixo dos preços de mercado (como, por exemplo, o subsídio sobre o preço do petróleo); Ou, então, de outro modo, contendo a demanda doméstica por crédito, refreando os investimentos do Estado (como o corte de 40 milhões de cruzeiros no orçamento da União em novembro de 1977) e até aumentando as tarifas públicas e os preços dos insumos das estatais, ao mesmo tempo em que estabelecia controles de preços gerais mais ou menos rigorosos, reprimindo os preços industriais e fazendo subir as taxas de juros.

Não havia, portanto, no governo Geisel consenso quanto à definição das estratégias macro e microeconômicas a serem seguidas.

A guisa de exemplificação, Dias Carneiro apresenta dados que mostram que no ano de 1976 os empréstimos do Governo ao setor privado cresceram mais de 55%. Já em 1977, houve uma desaceleração dos meios de pagamento e dos empréstimos ao setor privado, além da fixação de uma taxa de juros básica positiva em termos reais, o que não acontecia desde 1971⁷⁰.

A tabela que vem na próxima página mostra o declínio da participação das instituições financeiras do Estado no financiamento ao setor privado a partir de 1975:

Tabela 25

Empréstimos de Instituições financeiras do Estado ao Setor Privado no Brasil de 1974 a 1979 (Variações percentuais)						
	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Banco do Brasil	77.2	65.0	61.3	48.7	37.5	64.6
Caixa Econômica Federal	76.9	99.2	77.1	51.3	37.6	49.3
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	223.2	100.1	82.1	58.8	57.0	64.0

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Apud: *Estudio Económico de America Latina - 1979*. Comisión Económica para America Latina. (CEPAL) Naciones Unidas. Santiago de Chile. Cuadro 20, p.130, 1980.

Mas, para nós, os dados e argumentos apresentados por Dias Carneiro que mais estabelecem pontos de cruzamento com a nossa tese de que a intervenção do Estado na economia durante o regime autoritário-militar, mesmo no decurso do governo Geisel, mais beneficiava as empresas privadas do que as prejudicava, principalmente as empresas estrangeiras, são aqueles que dizem respeito aos usuais e mais importantes instrumentos de intervenção direta utilizados pelos gestores econômicos dos governos militares, tais como:

- “os mecanismos de incentivos fiscais e creditícios”. Segundo estudo realizado pela CEPAL em 1979 (o mesmo que consta na fonte da tabela acima), durante a década de 70, em função de exonerações concedidas pelo Estado a setores mais dinâmicos da indústria e às exportações, as rendas obtidas com o imposto sobre produtos industrializados caiu a tal monta que chegou a reduzir pela metade a sua participação percentual dentro dos ingressos tributários;

- “a prática de reajuste de preços públicos abaixo da inflação” (a Petrobrás, por exemplo, por volta de 1975-76, pagava US\$ 12,50 pelo barril de petróleo importado e o vendia no mercado interno a US\$ 4,54 em prol das indústrias dos setores estatal e privado, o que prova a grande influência que os grupos privados mais poderosos tinham sobre os núcleos de decisão do Estado). Carneiro demonstra que a deterioração dos preços de insumos industriais e tarifas do setor público se estende até 1984⁷¹;

- a responsabilidade do setor público pelos investimentos em infraestrutura e em atividades cujo retorno financeiro é de longa maturação;

- a “utilização de empresas estatais como instrumentos de captação de empréstimos externos”, tanto para empresas do Estado quanto para empresas privadas, muito notória no período Geisel;

- o recurso ao “imposto inflacionário” (média de 38% ao ano durante o governo Geisel) que acabou proporcionando o aumento da arrecadação pública, via aumento dos tributos e da correção monetária, assim como uma maior lucratividade ao empresariado privado, pelo fato deste ter o poder de reajustar os preços de seus produtos e serviços acima da inflação, quando alegavam aumento nos custos de produção por força, por exemplo, de aumentos salariais;

- *last but not least*, a “estatização da dívida externa” contraída por empresas privadas, que acabaram produzindo, nos anos 80 e 90, a “fadiga progressiva dos instrumentos de ação do Governo sobre a economia brasileira”, ou seja, a “desestruturação do setor público brasileiro, tanto do ponto de vista de sua capacidade financeira como de seu papel estratégico na superação das restrições ao crescimento da economia brasileira”, cujos vestígios se fizeram sentir até 2005.

Retornando à proposta de análise de Velasco e Cruz, a segunda interpretação alternativa apresentada por ele é a de que o governo Geisel, apesar de muitas vezes se apresentar como imperioso e prepotente, adotando inclusive uma retórica autocrática inflexível, agia concretamente no sentido de atender aos reclamos dos empresários “rebeldes”.

Como propõe o referido autor, para que fique elucidado o comportamento do governo Geisel frente à postura inquieta da classe empresarial nacional num estágio em que esta postura está mais generalizada, abarcando o conjunto da classe, é importante conhecermos o seu “comportamento efetivo ao longo do tempo em que esteve submetido ao fogo da campanha”. Esta proposta de Velasco e Cruz é procedente, haja vista que, na sua linha de raciocínio, com a primeira fase desta rebeldia burguesa, expressa na referida campanha contra a estatização, “o poder é interpelado por atores que não podem ser pura e simplesmente desconsiderados”, visto que eles faziam parte do bloco de poder do regime e este teria que tomar muito cuidado para que suas ações na área econômica, por sinal bastante contraditórias, não provocassem a alienação deste bloco. Tais atores que afiguravam-se como “interlocutores válidos”, eram “a imprensa conservadora, os empresários privados nacionais e os intelectuais liberais que se manifestam (Gudin, Bulhões, Campos, etc) – individualmente e em conjunto”. Sendo assim, conclui Velasco e Cruz (e é aqui, entendemos nós, que reside a sua apreensão mais exata), “a crítica é interna: ela provém de segmentos importantes da coalizão em que se funda o regime”⁷².

De fato, as críticas à estatização provinham até mesmo de fiéis colaboradores do regime autoritário-militar, principalmente de liberais ilustres que tinham vínculos históricos com as grandes casas bancárias e os organismos financeiros internacionais multilaterais.

Um exemplo concreto disso é o de Roberto Campos que, no período em que servia como embaixador do Brasil em Londres, de 1975 a 1982, já falava que

“a existência de empresas estatais (...) era péssima para os países em desenvolvimento.”

Segundo a historiadora Evelyn Chaves, Roberto Campos entendia que

“essas empresas deveriam, portanto, ser vendidas a empresas privadas, isto é privatizadas.”

E, continua Chaves,

“o que ele passou a chamar de ‘nacional-estatismo’ foi considerado o principal responsável pela dificuldade de crescimento”⁷³.

Werneck Vianna mostra que ao se abrir o penúltimo ato da peça do regime autoritário-militar brasileiro, um de seus protagonistas, o grande empresariado nacional, passa a encenar o papel do crítico nada altruísta deste regime, desmontando assim o consenso que havia sido estabelecido com a elite militar internacionalista, dizendo que:

“No palco, trocado o cenário, os atores iniciam novas falas. O empresariado, que antes aplaudia medidas autoritárias (porque ao fim e ao cabo redundavam na engorda de seus lucros) passa a dissentir do regime. Seus representantes mais lúcidos ou desenvoltos virão a público acusar a “estatização da economia”⁷⁴.

Este seria o motivo pelo qual, na opinião de Werneck Vianna, o projeto de distensão política de Geisel “decerto corresponde à reforma do sistema no sentido de fazer face a uma conjuntura que lhe é adversa e na qual não pode contar com o concurso incondicional das classes dominantes”, uma vez que, para a referida autora, “este concurso fora forjado na base de estímulos (e respostas) corporativos, não mais passíveis de ter continuidade”⁷⁵.

É, talvez, diante dessa realidade que o doutor em Ciências Humanas pela Sorbonne de Paris, Luciano Martins, veio a reconhecer que por volta de 1974 já se prenunciava um novo *animus*, uma tomada de posição diferente da diretoria do BNDE em prol do fortalecimento do setor privado nacional e contrário às empresas estatais, visando então reverter as aplicações do Banco de empresas governamentais para grupos privados selecionados⁷⁶.

Kucinski confirma esta nova atmosfera, mostrando que Geisel institui o já citado Procap, que, segundo o autor “permite a transferência de novos recursos do Estado a grupos privados nacionais”⁷⁷.

Velasco e Cruz reforça a visão de que esta era a direção tomada pelo governo Geisel ao trazer para o nosso conhecimento uma matéria do *Relatório Reservado* de junho de 1975, na qual se constata que a

“liberação das verbas orçamentárias destinadas aos planos de investimentos no setor público tem sido, em alguns casos, retardada” e que “embora não haja nenhuma medida explicitada com esse objetivo, sente-se que, pelo menos em algumas áreas, a disposição do governo federal é limitar o crescimento de empresas estatais, estimulando a iniciativa privada a ocupar alguns espaços”⁷⁸.

Se, conforme Velasco e Cruz, em 1975 não havia por parte do governo federal “nenhuma medida explicitada” com o objetivo de “limitar o crescimento de empresas estatais”⁴³², em 1979, porém, isso fica bem explícito, pois neste ano o governo Geisel limitou a Cr\$401.461.000,00 os investimentos das empresas estatais, procedendo depois a um corte de mais de Cr\$40 bilhões⁷⁹. Estes citados cortes nos investimentos em empresas estatais eram resultante direto da criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais, em outubro de 1979, talvez a medida mais ilustrativa do Governo no tocante à redução dos recursos do setor público.

Buscando deixar claro de antemão que a intenção do governo caminharia mesmo nesta direção, o presidente Geisel já havia mandado respostas aos empresários privados nacionais por intermédio de seus ministros da área econômica. Foi quando então o ministro da Fazenda, o monetarista Mário Henrique Simonsen, em ascendência no seio da cúpula governamental, fez um pronunciamento no Congresso Nacional dos Bancos em outubro de 1974, dizendo que:

“Vivemos num regime de convivência amigável de empresa privada e estatal, e não

desejamos que a participação desta última venha a crescer daqui para diante [...]. O governo não deseja que os bancos oficiais se transformem em um Leviatã creditício”⁸⁰.

Velasco e Cruz nos lembra que em março de 1974, o Ministério da Fazenda adota medidas para restringir a expansão dos meios de pagamento. Em julho de 1975 Geisel anuncia que iria inibir a criação de “novas empresas estatais”, anúncio este que foi elogiado pela Associação Comercial de São Paulo no final do mesmo mês. Além disso, em agosto, é anunciada uma interrupção da redução da correção monetária em linhas de crédito do BNDE, bem como a extensão às empresas públicas da cobrança do Imposto de Renda. No final de março de 1976, depois do CMN ter liberado as taxas de juros de bancos de investimentos, o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Reis Veloso, “convida o empresariado a apresentar ao governo, num prazo de dois meses, sugestões concretas para um programa de desestatização” e que, depois delas terem sido apresentadas, o CDE discute e aprova o documento denominado “Ação para a empresa privada nacional: o governo e a economia de mercado”, o qual teve uma boa acolhida pelas entidades empresariais (Ver Cruz, 1995: 60-63 e 193-94).

Tais medidas adotadas pelo governo Geisel com o intuito de controlar as empresas estatais, mesmo quando o programa econômico estava sob o comando de Reis Veloso, são confirmadas pelo professor-doutor do Instituto de Economia da Unicamp, Luciano Coutinho, que adiciona outras medidas, como a limitação do acesso das estatais à Bolsa de Valores e o cerceamento de suas operações na área financeira. Coutinho diz ainda que, depois que o ministro da Fazenda, Mário H. Simonsen, assumiu o comando da política econômica, foi implantado um rígido sistema de controle dos investimentos das grandes empresas estatais, o qual estava dentro da proposta do Governo em direção à uma política contencionista. Assim, ratifica Edmar Bacha, as empresas estatais tinham acesso limitado ao mercado de capitais, tinham que pagar imposto de renda sem direito a incentivos fiscais correspondentes. No mais, suas importações ficavam quantitativamente restringidas e, se houvesse algum projeto de expansão e diversificação de suas atividades, este teria que passar por uma aprovação ministerial e/ou presidencial⁸¹.

Havendo, então, no cerne desta política a opção de “comprimir a expansão do crédito com a liberação da taxa de juros e de controlar a expansão do gasto público total”, para Coutinho o ocorrido foi que “o governo passou a controlar, desde 1976, através do ministro da Fazenda, todos os aumentos de preços e tarifas públicas que — com a única exceção dos

derivados de petróleo – deterioraram-se sensivelmente, fazendo murchar a capacidade interna de financiamento das suas empresas”⁸². Constatava-se, também, em 1977, que o BNDE sofria a redução de aproximadamente 55% no volume total de seus empréstimos para investimentos. Posteriormente, prossegue Coutinho, “em fins de 1978, foram impostos limites ainda mais rígidos para as operações internas de crédito, forçando-se as empresas tanto privadas quanto estatais a procurar o mercado financeiro internacional”, o que acabou fazendo com que o endividamento externo das mesmas crescesse “espetacularmente”⁸³.

E o Governo não parou por aí, pois Coutinho mostra-nos que em 1979 “as empresas estatais, por exemplo, tiveram o seu volume de crédito bancário corrente praticamente congelado” e que houve também uma redução no volume de operações do BNDE para financiamento de investimentos”⁸⁴.

Depois de posto tudo isso, cabe esclarecer que todas estas pressões internas ao regime, originárias do meio militar e do meio empresarial privado, não foram colocadas juntamente com as *pressões exógenas* sobre os governos militares, porque entendemos que as pressões dos setores militar e empresarial tiveram um caráter muito mais estrutural do que conjuntural e é por isso que nós as denominamos de *pressões endógenas derradeiras*. Tal denominação, como podemos ver, deriva do fato delas virem a definir as condições para o enfraquecimento definitivo do regime autoritário-militar, já que elas explicitamente quebraram a tão falada unidade das Forças Armadas brasileiras e de todo o grupo de poder civil do mesmo regime, que, bem ou mal, de forma real ou virtual, foi montada pelo governo Castelo Branco e mantida pelas administrações Costa e Silva e Médici.

Esta unidade do grupo de poder do regime começou a ser seriamente rachada no governo Ernesto Geisel, devido ao choque do petróleo, à crise na nossa balança de pagamentos e à nova política monetária e cambial dos EUA, que fizeram recrudescer no Brasil a inflação e elevar a sua dívida externa, assim como o *deficit* de sua balança comercial⁸⁵ – o que indicava o esgotamento e a incompatibilidade do modelo de desenvolvimento do regime com as novas necessidades sociais e econômicas do Brasil, com a nova dinâmica do capitalismo internacional, incluindo a nova postura da política externa norte-americana frente aos regimes autoritários da América Latina.

Estes regimes, por não serem exatamente democráticos, desrespeitavam o Estado de direito e, por conta dos efeitos da crise econômica mundial, começavam a fazer uso de práticas nacionalistas tacanhas, estritamente demagógicas, a fim de conquistar o apoio das parcelas nacionalistas das Forças Armadas, dos partidos políticos em geral e dos segmentos do empresariado nacional ávidos por reserva de mercado, com a revivescência de uma espécie

de política de substituição de importações. Além do mais, outro fator decisivo que não pode ser ignorado se quisermos entender porque o regime se esgota, é o estilo prussiano do penúltimo general-presidente brasileiro, altamente centralizador.

Ao centralizar ainda mais o poder em suas mãos, tanto no âmbito mais restrito do aparelho militar como na amplitude do Estado nacional, Geisel e seu grupo palaciano, chamado pelo general Hugo Abreu de *grupo oligárquico palaciano*⁸⁶, vai se isolando cada vez mais não só perante à sociedade política e à sociedade civil, como também ante à principal base de sustentação interna do regime autoritário-militar, qual seja: o Poder Militar, que compreendia grande parte da oficialidade das três corporações armadas. Agindo a seu modo, o presidente Geisel ao mesmo tempo em que fazia o regime atingir o seu ápice (em termos de concentração de poder), também desencadearia a sua derrocada.

No nosso modo de ver, não havia como combinar o liberalismo econômico presente na trajetória da maioria dos governos militares com um nacionalismo mal acochambrado para o qual, por exemplo, Ernesto Geisel tentou convergir o seu governo, depois que ficou bem claro que o regime político *autoritário* e o modelo econômico de mercado, dependente-associado e excludente, adotado pelo regime autoritário-militar desde o seu início, não tinham mais condições de se manter.

Portanto, a mudança de direção na área econômica durante o governo Geisel deve ser vista não como um afastamento deste da ortodoxia ideológica, das máximas e das diretrizes político-econômicas que regiam o regime autoritário-militar, mas como um imperativo a que o Governo não poderia se furtar, uma vez que, como já vimos no *capítulo 2*, em 1974 a balança comercial atingia uma situação-limite, revelando um *deficit* de US\$6,217 bilhões, *deficit* este que veio a se repetir continuamente até 1982.

Vale frisar que nos quatro anos de Governo Geisel, o acumulado do *deficit* comercial do Brasil foi de um total de US\$ 11.412,80 milhões, isso sem considerarmos os juros e serviços da dívida externa, que atingiram, em 1978, a soma de 43,5 milhões de dólares⁸⁷.

O presidente Geisel sabia que ele cairia se efetivamente adotasse uma política econômica nacionalista, pois nesse caso ele estaria retirando um dos pilares de sustentação de sua “revolução”: o capital industrial-financeiro estrangeiro, o qual colaborava com a piora das contas externas do Brasil ao transferir seja de forma legal ou ilegal para o exterior (superfaturando importações e subfaturando exportações) somas cada vez maiores de remessas de lucros e de dividendos. Como comprova o *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1984* do IBGE, a renda líquida que o Brasil enviou ao exterior passou de Cr\$

6.182.8, em 1974, para Cr\$ 83.835.0 em 1978, alcançando Cr\$ 6.839.914.3 em 1983⁸⁸, um aumento de mais de 1.000%.

Mutatis mutandis, fazendo uma analogia com a análise que Caio Prado Jr faz da ordem político-econômica do Brasil colonial na época da exploração do diamante, em especial naquele período em que se evidenciava a decadência da exploração do ouro, e aplicando-o no período em que vigorou o regime autoritário-militar, estruturalmente falando a economia do Brasil deste período, mais especificamente de 1974 em diante, possuía uma lógica e um arcabouço um tanto semelhantes. Na referida época colonial, depois que a exploração do ouro mostrava-se agonizante, sendo então a Corôa portuguesa forçada a franquear as regiões diamantíferas para a livre exploração do ouro apenas, o contrabando do diamante se tornou incontrollável, mesmo tendo sido implantado aqui na Colônia uma “administração especial”, a *Intendência dos Diamantes*, “composta de grande número de funcionários” tecnicamente qualificados para reservar a esta atividade o monopólio Real e impedir o contrabando das tais pedras preciosas. Com isso, segundo Caio Prado Jr, “a administração era obrigada a fechar os olhos”, e, referindo-se a observações feitas por Saint-Hilaire, “o máximo que se pedia aos contrabandistas era um pouco de discrição”. No plano político, a *Junta da Administração Geral dos Diamantes* era, tal como as cúpulas governamentais e a burocracia do regime autoritário-militar pós-1964, um “verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia” e isolado da mesma, pois a *Intendência dos Diamantes*, seu órgão máximo, tinha que prestar contas e obediência somente ao governo da Metrópole. Assim, diz-nos Caio Prado Jr, “esta administração independia completamente de quaisquer outras autoridades da colônia”. E nos distritos diamantíferos, assim como em todo o território da capitania em que eles se encontravam, o Intendente governava de forma tirânica, visto que havia nestes espaços sómente ele e um “corpo submisso de auxiliares”, não havendo, portanto, “governadores, câmaras municipais, juizes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos”⁸⁹.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

O fim da ditadura militar enquanto um processo socio-político, simultâneo ao esgotamento de um modelo econômico, ou um projeto do establishment castrense?

¹ Elio Gaspari, São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

² *Idem*, p.35.

³ Kalil Mathias, Campinas: Papirus, 1995, pp.15, 20-23.

⁴ Pedreira, 1975, p.286.

⁵ *Idem*, pp.285-290.

* Obs.: Esta visão é difundida ainda nos dias de hoje (2003) pelos escribas conservadores, porta-vozes da cúpula da corrente militar liberal-direitista, pois num editorial do jornal *O Estado de São Paulo* de 14/12/2003 – página A3, o autor do mesmo critica as intenções e a atuação dos comunistas brasileiros nas décadas de 60 e 70, dizendo que “se vencessem, cairíamos sob uma ditadura que em hipótese alguma se extinguiria por vontade própria como fez a que combatiam” [isto é, a ditadura militar].

As informações sobre Orlando Geisel podem ser conferidas em Gaspari, 2002b, pp.60-63, 71, 175-177, 186 e Carlos Fico, 2001, p.115.

No que tange às informações sobre o general Orlando Geisel, Elio Gaspari mostra a relação existente entre aquele alto oficial *castelista* e os órgãos de informação e repressão do regime, dizendo, por exemplo, que várias “células repressivas”, tal como a Operação Bandeirantes (OBAN), foram moldadas “por meio de uma Diretriz Presidencial e um expediente secreto denominado Planejamento de Segurança Interna, criando o Sistema de Segurança Interna (Sissegint)”. Tais medidas centralizavam o sistema de repressão, colocando-o “sob a coordenação do CIE, órgão do gabinete do ministro” do Exército, Orlando Geisel. Este, ainda de acordo com Gaspari, embora pretendesse estabelecer algum tipo de distância entre os altos oficiais do Exército e as tarefas rotineiras da repressão que ocorriam nos porões do regime, foi quem, de fato, causou a “policialização das Forças Armadas”, trazendo o “radicalismo para dentro da hierarquia”, liberando a “fúria repressiva” do regime ao por “em movimento a codificação da militância policial do Exército”, o qual “se expressou num documento intitulado *Diretriz de Segurança Interna*”.

Outra informação encontrada no trabalho de Gaspari (2002b: 311) é a muito dura resposta endereçada, em 1971, pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, às constantes denúncias contra as torturas praticadas pelo regime autoritário-militar, na qual ele avisava aos “celerados” que: “até o seu completo aniquilamento não nos faltará energia, não desfalecerá nossa determinação, não adormecerá na rotina a eficiência dos órgãos de segurança.”

Rizzo de Oliveira (1994: 29-31) também afirma que o ministro do Exército do governo Médici, general Orlando Geisel, foi o formulador da “estratégica política de repressão na qual a ‘tortura foi utilizada sistematicamente para aniquilar os que se ergueram contra o regime’”.

⁶ Fiechter, *op. cit.*, 271-72.

⁷ Apud: Fiechter, *Idem*, pp.272-73.

⁸ Macarini, *op. cit.*, pp. 172,73, 537 e 38.

⁹ in Isidoro Cheresky e Jacques Chonchol, Ícone Editora/Editora da Unicamp, 1986, pp.40-41.

¹⁰ in Alain Rouquié, 1980, cap. II.

¹¹ *Caros Amigos Especial*, edição nº 15, novembro de 2002.

¹² Kalil Mathias, 1995, pp.23, 34 e 39.

¹³ *Idem*, pp. 20-21, 30-31.

¹⁴ Rizzo de Oliveira (Campinas: Papirus, 1994) e Kalil Mathias (*Idem*, p.46).

¹⁵ Apud: Fiechter, *Ibid*, p.273.

¹⁶ Fernando H. Cardoso. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1977, p.89.

A inter-relação dos fatores conjunturais e estruturais de ordem econômica e política

As pressões exógenas ao sistema militar

¹⁷ Rizzo de Oliveira, 1994, p.28.

¹⁸ Castro & D’Araújo, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editó, 1997, p.232.

¹⁹ *O Globo*, 15/05/05, p.39.

As pressões endógenas derradeiras

A evolução das controvérsias no seio do regime

²⁰ *Folha de São Paulo*, 08/02/2004, pg. A-3.

²¹ Rizzo de Oliveira, 1994, p.26.

notas

²² João Roberto Martins Filho, *Estado e Regime no pós-64: Autoritarismo Burocrático ou Ditadura Militar?* in Revista de Sociologia e Política, n° 2, 1994, p.18.

Obs.: Este autor não aceita interpretar as cisões intramilitares como reflexo das “divisões intraburguesas”, pois ele é da posição de que para o estudo do regime ditatorial militar brasileiro, não é cabível utilizar mesmos métodos que Poulantzas e O’Donnell empregaram para analisar os regimes ditatoriais portugueses, espanhol, grego e argentino, métodos estes que, transpostos para o caso brasileiro, nos levariam, segundo Martins Filho, a interpretar “as cisões intramilitares como expressão das divisões intraburguesas”, considerando as correntes militares como “*partidos políticos da burguesia*”. Mas se, como diz o próprio Martins Filho, houve uma “crucial unidade” das Forças Armadas brasileiras baseada numa “ideologia militar fortemente calcada na repulsa à “demagogia populista” que havia incorporado as massas populares à política, causando, na visão oficial dos militares direitistas que se apossaram do poder do Estado em 64, uma “instabilidade social” e um risco de “ruptura da ordem”, as Forças Armadas não estariam aí agindo como um partido político da burguesia?

²³ Alfred Stepan, Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Apud: André Moysés Gaio, Londrina; Editora UEL, 1997, p.113.

²⁴ Vide Lira Neto, *Castello: A Marcha para a Ditadura*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p.369.

²⁵ Vide *Estatísticas Históricas do Brasil*. Série Estatísticas Retrospectivas – Volume 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, Seção 4, tabela 4.7 quadro 5 e Seção 5, tabela 5.4, pp. 111 e 168-69. (Obs.: O IPC geral tem como base o mês de janeiro de 1967 = 100); Georges-

André Fiechter, 1974, p.129 (parágrafo anterior); Viana Filho, *op. cit.*, pp.181, 210-219, 224, 232; e Lira Neto, 2004, pp. 292 e 400.

²⁶ Fiechter, 1974, p.190, nota 188.

* A propósito, é esclarecedor lembrar aqui que, no final de 1945, havia emergido novas lideranças na FIESP, a chamada “geração dos cadetes”, formada na sua maioria por diretores de firmas estrangeiras, os quais passaram a se contrapor ao grupo nacionalista até então majoritário. Por sinal, o documento final da FIESP - BI, n° 325 de 26/11/55, pedia pelo fim do monopólio da exploração de recursos minerais, inclusive o petróleo. Na FIRJ também começava a surgir um grupo de novas lideranças empresariais caracterizadas por posições (neo)liberais, combatendo as empresas estatais, tais como a Petrobrás e a Eletrobrás, atacando a intervenção do Estado na economia e favorecendo a ampla participação do capital estrangeiro no setor industrial. Lúcio Flávio de Almeida (*op. cit.*, pp.111, 129 e 174) informa que, em 1959, a FIRJ era liderada por Zulfo de Freitas Malman, executivo de um laboratório estrangeiro, que atacava a influência exercida por intelectuais e tecnocratas nacionalistas sobre o governo JK e setores das Forças Armadas. Somada a estas duas entidades industriais, havia também, segundo o mesmo autor, as associações comerciais de diversos estados da federação, tal como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, cujo presidente do período 1955-59, Ruy Gomes de Almeida, era crítico acerbo da política econômica do governo Kubitschek, vindo a se tornar, em 1960, uma das principais lideranças do IPES.

²⁷ Gaio, *op. cit.*

²⁸ Kalil Mathias, 1994, p.57.

²⁹ Nilson Borges Filho, Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 1996, p.40.

³⁰ Estevam Martins, 1977, pp.252-54.

³¹ Gaio, 1997, pp.103-32.

³² Velasco e Cruz, Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, p.107.

^{33a} *Idem*, p.183.

^{33b} *Idem*, p.199 – grifo de Velasco e Cruz.

³⁴ Golbery do Couto e Silva, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p.31.

P.S.: É claro que Golbery inclui no que ele chama de fortes pressões contra o regime os movimentos grevistas dos operários do ABC paulista do final dos anos 70, os quais não têm sido por nós desconsiderados.

³⁵ Walder de Góes, 1978, pp.128-136.

³⁶ *Idem*, p.136.

³⁷ Walder de Góes e Aspásia Camargo, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p.100.

notas

* Obs.: Hélio Contreiras fala a respeito de uma carta que o coronel Luiz Gonzaga de Andrada Serpa teria recebido de um oficial brasileiro que servia na embaixada de Paris em 1966, em cujo teor ficava demonstrado a preocupação do governo norte-americano com a possibilidade de que um general nacionalista e de perfil popular, corporificado na época pelo general Albuquerque Lima, viesse a ser o sucessor de Castelo Branco (in Hélio Contreiras, 2005, p.21).

Seria igualmente importante mencionar que além destas controvérsias internas à instituição das Forças Armadas e ao regime militar, aqui focadas no plano da economia, havia também outras que partiam dos chamados oficiais militares *legalistas* e as quais diziam respeito à questões de ordem moral e político-institucional. Quem fez este tipo de questionamento, logo no início do regime, foi o general Pery Constant Bevilacqua que, em abril de 1966, havia dado uma entrevista à Revista *Civilização Brasileira*, na qual ele criticava a instituição do AI-2 pelo governo Castelo Branco, dizendo que, por esta razão, não podia caracterizá-lo como democrático. O general Bevilacqua disse ainda que “para punir os subversivos e meter corruptos na cadeia, um Governo honesto, austero e de autoridade, como o do honrado Marechal Castelo Branco, não precisava de Ato Institucional” (*sic*). O irônico é que, Viana Filho, quando era um dos ministros do governo Castelo Branco, havia chamado o general Bevilacqua de “*porta-voz da imprensa esquerdista, cujos slogans esposava*”, na época em que se discutia a questão da participação do capital estrangeiro na exploração de minérios brasileiros (in Viana Filho, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975, p.169).

As pressões derradeiras provenientes do interior das próprias Forças Armadas

³⁸ Rizzo de Oliveira, 1994, p.24.

³⁹ Bernardo Kucinski, São Paulo: Editora Contexto, 2001, pp.57-65.

⁴⁰ Gaio, 1997, pp.19-22 e 81.

As pressões advindas do partido oficial

⁴¹ Walder de Góes, 1978, pp.117-119.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Livro do Ano – Barsa – 1975*, p.44; *1982*, p.39; *1984*, p.64 e *1985*, p.63.

As pressões oriundas do grande empresariado nacional

⁴⁴ M. J. de Rezende, *op. cit.*, pp.162-165, 177-78, 217-23.

^{45a} Bernardo Kucinski, 2001, p.22.

^{45b} Velasco e Cruz, 1995, p.71.

⁴⁶ Ernesto Geisel, *Discursos – volume 1- 1974*. Departamento de Imprensa Nacional, 1975, p.38.

* Obs.: É importante chamar a atenção para o fato de que em maio de 1975, David Rockefeller fez uma palestra na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, cujo título era “*World Needs Free Business Climate*” (in James M. Hulbert & William K. Brandt, *Managing the Multinational Subsidiary*. Holt Rinehart and Winston, USA/Canada, 1980, p.3). Este era o “clima”, o estado de espírito, a atmosfera de pensamento *neoliberal* que já florescia na época, tanto nos países do Primeiro Mundo quanto no Brasil.

* Bernardo Sorj diz que os altos índices de crescimento econômico no Brasil da primeira metade da década de 70 se deu “dentro de um modelo produtivo no qual o Estado e as empresas públicas ocupavam um lugar central”, “diferentemente de outros países latino-americanos onde os governos militares [...] iniciaram um processo de liberalização econômica”. Assim para Borj, o Brasil adiou para mais tarde as “penúrias” bem como as “práticas e debates sobre o neoliberalismo que já tinha começado a invadir as praias vizinhas” (Bernardo Sorj. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.87).

Nelson Werneck Sodré (1980, p.7 e 164-69) declara que “por volta de 1970 a nova ordem internacional criada pelos EUA depois de 1945, estava visivelmente rangendo nas articulações”. Tal asserção embasava-se num alegado consenso entre os “mais acreditados economistas” da época de que a economia capitalista iniciava uma “fase de depressão”, que indicava ser de “longa duração”. O mesmo historiador, sociólogo e militar apresenta diversas manifestações que indicam já estar havendo no início dos anos 70 uma nova fase do que ele chama de sistema *capitalista monopolista de Estado*, proveniente dos países capitalistas centrais, sistema este que levava a cabo uma extrema concentração industrial nos respectivos países e pelo mundo afora, estabelecendo o mote da chamada “economia de escala”, que, por sua vez, forçaria uma abertura ainda maior das economias dos países do Sul, os quais passariam a exercer o papel de plataformas de exportação das empresas oligopólicas transnacionais, ou seja, os quais serviriam a estas como bases territoriais “para o estabelecimento de fluxos de exportação não-nacionais”.

notas

Aqui também cabe inserir a observação que Gisálio Cerqueira Filho faz da visão do empresariado brasileiro das décadas de 70 e 80 quanto a participação política da classe operária, como típica da visão tradicional das elites dominantes brasileiras, civis e militares, ao longo da nossa história. Como diz Cerqueira Filho: “na ótica da ideologia dominante” o Brasil não tem até 1980 “um operariado que justifique a criação de um efetivo partido operário de modo a encaminhar a ‘questão social’ como problema político dentro da arena política, para não fugir aos parâmetros do pensamento burguês liberal clássico. Deste modo”, conclui Cerqueira Filho, “a criação do movimento operário em bases autônomas tem sido historicamente encarada no Brasil como prematura, artificial, exótica, cópia de modelos estrangeiros”. De modelos estrangeiros, acrescentaríamos nós, não ocidentais (Gisálio Cerqueira Filho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.70).

Rubens Ricupero, secretário-geral da UNCTAD, diz que, na década de 80, a América Latina “foi a primeira região a abraçar com fervor o Consenso de Washington e a liberalizar, de modo drástico, o comércio e o regime de investimentos, pondo fim, entre outras coisas, à substituição de importações” (in *Folha de São Paulo*, 18/01/2004).

⁴⁷ Velasco e Cruz. Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, p.33.

⁴⁸ Apud: Hugo Abreu, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, pp.141-43.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ *Idem*.

^{51a} *Idem*, pp.141-43.

^{51b} Velasco e Cruz, Unicamp/FAPESP, 1995, p.35.

⁵² Raúl Bernal-Meza, *El Consenso de Washington*, www.relnet.com.br, 13/07/03, p.1.

* Obs.: Tal mecânica de funcionamento, que, até 15 de agosto de 1971, era a base do sistema monetário internacional, tinha o nome de *Gold Exchange Standard*. Este sistema foi então suspenso pelo governo Nixon pelo fato da balança comercial dos EUA ter se tornado deficitária pela primeira vez desde 1893, *deficit* este causado pelas despesas com a guerra do Vietnã, pela diminuição do estoque de ouro nos cofres do Tio Sam e pela recuperação das economias européias e japonesa, que se tornavam superavitárias. Com isso, os EUA já começaram a tomar medidas protecionistas, impondo uma taxa de 10% sobre as importações, além de exigir facilidades comerciais e monetárias aos europeus. Os países europeus organizados em torno da CEE, para fugirem às especulações com relação à cotação do dólar, organizaram em abril de 1972 a chamada “serpente monetária” européia, a qual fixava as paridades entre as respectivas moedas e limitava as margens de flutuação a fim de que fosse preservada a regularidade das trocas. E, para que as modificações nas paridades das moedas européias não criassem disparidades de concorrência, criou-se um sistema de taxas e de subvenções, os chamados *Montantes Compensatórios Monetários* (in Maurice Vaisse, *op. cit.*, pp.97-99).

⁵³ Argemiro Brum, *op. cit.*, p.373.

⁵⁴ *Idem*, p.367.

Obs.: Com base em entrevistas feitas no Brasil entre agosto e dezembro de 1974, Robert A. Packenham registra que algumas estimativas indicavam que “97% da capacidade produtiva brasileira nos setores industriais dependem de tecnologia externa” (“Tendências na dependência brasileira após 1964” in Riordan Roett (org.), *O Brasil na década de 70*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.142).

⁵⁵ Apud: Carlos Estevam Martins, 1977, p.268.

⁵⁶ Miguel Osório de Almeida, “Importação tecnológica: implicações no desenvolvimento econômico”. 1ª Parte: “Objetivos de uma Política Científica e Tecnológica” do livro de Heitor G. de Souza, Darcy F. de Almeida & Carlos Costa Ribeiro, *Política Científica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p.130.

⁵⁷ *A inflação no capitalismo de Estado e a experiência brasileira recente* in Revista de Economia e Política, Vol.1, nº 2, abril-junho/1981, pp.12-15.

⁵⁸ Ignácio Rangel, *A Questão Financeira* in Revista de Economia Política, Vol.1, nº 1, janeiro-março, 1981.

⁵⁹ Angelita Matos Souza, *Deus e o Diabo na Terra do Sol: leitura política de um capitalismo tardio*. Tese de doutorado – Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

⁶⁰ Estevam Martins, 1977, pp.268-9.

^{61a} Oscar S. Lorenzo-Fernández, *A Evolução da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.239.

^{61b} “Brasil: Política e Governo” in *Livro do Ano – Barsa, 1977, 1978 e 1980*.

O novo animus do governo Geisel na área econômica

⁶² Fernando Henrique Cardoso in *O Novo Autoritarismo na América Latina*, Ed. Paz e Terra, 1982, pp.41-62. Apud: Nilson Borges Filho, 1996, p.48; “Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites” in *Estudos Cebrap*, 15, jan.-fev.-mar., 1976. Apud: Velasco e Cruz, Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, pp.114-118, 1995.

⁶³ Velasco e Cruz, Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995.

⁶⁴ Carlos Lessa, 1998, pp.136-149, 157-158.

⁶⁵ Os números são retirados do livro de Velasco e Cruz, “*Empresariado e Estado na transição ...*”. Campinas, Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, pp.180-81.

⁶⁶ Carlos Lessa, 1998, pp.136-149, 157-158.

⁶⁷ *Idem*, p.137.

⁶⁸ Werneck Vianna, *op. cit.*, p.54.

⁶⁹ Dias Carneiro, 1990, pp.307-08.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ Fontes: Carlos Estevam Martins, 1978, p.261; Ricardo Carneiro, *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp/ Instituto de Economia Unicamp – 1ª reimpressão, p.185.

⁷² Velasco e Cruz, Campinas: Coleção Trajetória 3 - IFCH – Unicamp, 1997, pp.218-230.

⁷³ in *Nossa História*, nº 16, fevereiro de 2005, p.69.

⁷⁴ Werneck Vianna, *op. cit.*, pp.144-145.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ Luciano Martins, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp.109-113.

⁷⁷ Bernardo Kucinski, 2001, p.22.

⁷⁸ Velasco e Cruz, 1997, pp.223-28.

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ in *Livro do Ano – Barsa* – 1980, p.60.

⁸¹ Edmar Bacha, *Os Mitos de uma Década: Ensaios de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

⁸² Luciano G. Coutinho, *Inflexões e Crise da Política Econômica*. *Revista de Economia Política*, Vol. 1, nº 1, janeiro-março, 1981. São Paulo, Editora Brasiliense.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ Vide em Nelson Werneck Sodré (1980, pp.11-14) alguns números da balança de pagamentos e de serviços do Brasil, de 1966 a 1974.

⁸⁶ Hugo Abreu, 1979, p.7.

⁸⁷ in *Livro do Ano Barsa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores, 1975 (pg.45) e 1977 (pg.61); e Antonio Barros de Castro & Francisco Eduardo Pires de Souza. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.124.

⁸⁸ Quadro 6 do Capítulo 72 – CONTAS NACIONAIS do *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1984* do IBGE, pg. 1060. Fonte: Fundação Getúlio Vargas; Instituto Brasileiro de Economia; Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais.

⁸⁹ Caio Prado Jr, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha/Brasiliense, 2000, pp.180-84.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Brasil não teve ainda sua grande revolução”.

(Maurice Couve de Murville, Ministro das Relações Exteriores da França de junho de 1958 a junho de 1968, em 4 de abril de 1964. Apud: Reis da Silva, *op. cit.*, p.97)

Ao mesmo tempo que impôs ao país um modelo político tecnocrático, no qual estava implícito o mito da imparcialidade de seus dirigentes tecnocratas militares e civis, o regime autoritário-militar pós-64 seguiu um padrão de modernização econômica de caráter conservador, excludente, internacionalizante e apenas contingencial. Em decorrência, os objetivos e ações do Estado se entrelaçavam com os interesses de associação subsidiária da burguesia agrária, industrial e mercantil nacional com os grandes monopólios e trustes estrangeiros, demonstrando assim que os governos militares possuíam uma visão política, bem como um projeto econômico, de curto alcance ao não se preocuparem em plantar as bases de um crescimento econômico includente, mais independente e sustentável, calcado mais nas forças produtivas nacionais, na poupança interna, nos seus próprios recursos materiais e humanos internos, enfim, na valorização global do país, inclusive social. Com isso, não foram capazes de promover um desenvolvimento cadenciado, consistente, autônomo e continuado para o país.

O que se deu, então, no Brasil do período analisado foi a prioridade à construção de um Estado autoritário, voltado para os interesses de novas e velhas frações de suas classes economicamente dominantes que visavam simplesmente a modernização do país rumo à abertura ao capital industrial-financeiro forâneo, sem que houvesse, porém, contrapartidas, não tendo, portanto, a perspectiva de construir uma Nação forte, dona de si mesma, com o poder de elaborar planos de desenvolvimento socioeconômico para a coletividade nacional, em consonância com as demandas e necessidades fundamentais desta. Negligenciou-se, assim, a incorporação do povo à Nação. Se é difícil não reconhecer que a economia brasileira cresceu e se modernizou durante o referido regime, não é possível negar que sua estrutura político-social continuou retrógrada

No projeto político e econômico dos militares brasileiros que promoveram o Golpe de abril de 1964, os chamados *objetivos nacionais permanentes* foram definidos por uma elite militar atrelada à ESG, muito identificada com as estratégias globais do grande capital industrial-financeiro estrangeiro, em especial o norte-americano, tido então como indispensável à concretização dos tais objetivos, sendo, talvez, o mais importante deles, a projeção do país no cenário internacional como uma grande potência. Só que nestes objetivos

nacionais não foi dada devida atenção à formação de poupança interna, não foram destinados investimentos suficientes para a educação e para a pesquisa científica e a geração de tecnologia própria, fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo industrial e pós-industrial da segunda metade do século XX. Ao darem demasiada importância ao grande aporte de capital financeiro e de tecnologia já pronta dos países capitalistas desenvolvidos para que se efetuasse a modernização da economia brasileira, fazendo então com que ela crescesse aceleradamente com base no consumismo das classes de alta renda, os dirigentes do regime analisado esqueceram-se de que, ocasionalmente, os interesses daqueles podem muitas vezes não cruzar com os interesses da nação brasileira, retirando assim do Estado nacional um mínimo de autonomia necessária para a efetiva proteção dos setores prioritários ao fortalecimento do poder nacional.

Nesse sentido, os inspiradores do projeto *Brasil-potência* caminharam na contramão da experiência histórica daqueles povos que foram os seus inspiradores, os japoneses e alemães, os quais conseguiram construir em seus países Estados fortes capazes de promover um desenvolvimento econômico pleno e consistente, autônomo em relação aos países economicamente mais adiantados, buscando então atender às necessidades do capital industrial nacional através de políticas ora protecionistas, ora de estímulos diretos às indústrias nativas, da verticalização e integração de suas estruturas produtivas, da formação de um vasto mercado interno, da formação de capital humano para a capacitação científica e tecnológica do país nos setores industrial e de prestação de serviços, políticas estas resultantes de fortes investimentos em educação básica e superior, o que acabaria proporcionando ao conjunto de suas populações nativas um elevado nível educacional e cultural e, destarte, de bem estar social.

Como salienta Argemiro Brum, os governos militares brasileiros seguiram, ao contrário, “políticas econômicas e sociais perversas”, inspiradas pela Escola de Chicago, as quais fizeram agravar as nossas desigualdades sociais históricas, mantendo a maioria da população à margem dos elevados índices de crescimento econômico do período 1968-1978. Enfim, para Brum, em vez de avançar no sentido da construção da cidadania e da Nação, os governos militares brasileiros “atuaram mais em função do capital do que da Nação”. E o que é pior, do capital que ficava fora do controle local. Para os militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985, desenvolvimento significava apenas o “crescimento do capital”, mormente o capital transnacional, convertendo-se assim “em fim de si próprio”, em detrimento dos ganhos do trabalho e das atividades domésticas capazes de produzir superávites na balança de pagamentos, acumulação primitiva e secundária, assim como reserva de divisas. Para fazerem

lograr este tipo de desenvolvimento econômico, os militares julgavam como necessário garantir a “paz social”. Mas não, como observa Brum, “pela superação das injustiças e pela correção dos desequilíbrios sociais e regionais”, e sim “através do controle coercitivo do meio político e social pelo aparelho do Estado”¹. Descuidaram, pois, do fato de que gigantescas desigualdades sociais, bem como a carência de proteção e de incentivos a empresas locais a fim de que elas produzam tecnologia própria, prejudicam seriamente o desenvolvimento econômico.

Então, ao comporem uma doutrina calcada no binômio Segurança Nacional e Desenvolvimento, os militares brasileiros conseguiam, em certa medida, legitimar o seu regime político, posto que, no plano teórico, o desenvolvimento econômico do país só seria viável e promissor se a segurança nacional e a ordem interna estivessem asseguradas uma vez que se alegava que havia uma guerra interna contra a subversão comunista. Esta concepção econômica confluía na idéia da preeminência da ordem, a qual – segundo o pensamento dos dirigentes das corporações multinacionais, dos representantes do governo norte-americano no país e da burguesia nacional associada – para que fosse assegurada, ninguém melhor do que governos autoritários dirigidos por militares “profissionais” e tecnocratas civis, teoricamente não afeitos à política, vale dizer, ao ideário político autonomista, que tendia a se confundir com o nacionalismo popular, com a democracia social e até, supostamente, com o comunismo.

Logo, sob a ótica destes atores, “garantida a ‘paz’ interna, o Brasil se tornaria também mais atraente aos investidores estrangeiros e asseguraria as condições para a obtenção de taxas expressivas de acumulação de capital e crescimento econômico”, as quais, por sua vez, cooperariam “para o aumento da expressão do Brasil como potência mundial, isto é, o fortalecimento do poder nacional”². No entanto, como pudemos demonstrar ao longo deste trabalho, a despeito de ter incrementado a sua estrutura produtiva, o Brasil não chegou a se tornar uma *grande potência*, seja econômica ou militar, pelo fato de sua indústria não ter adquirido um mínimo de autonomia ante os países capitalistas centrais, não ousando competir com estes no mercado mundial e nem mesmo no doméstico, ficando por isso incapaz de promover um novo processo de acumulação interna, não mais totalmente dependente do seu setor primário-exportador.

Ao se preocuparem demasiadamente com as ameaças fabulosas do comunismo, criando um forte sistema de defesa interna contra o mesmo, a *intelligentsia* do regime se esqueceu de formular um projeto de defesa contra as casualidades inerentes ao capitalismo,

fazendo com que estas apanhassem os seus dois últimos generais-presidentes sem recursos próprios e sem nenhum projeto de defesa da economia nacional.

No tocante às políticas externas dos governos militares, estas, ao terem como fio condutor, os preceitos da interdependência e do alinhamento automático com os EUA, não permitiram ao Brasil tornar-se uma potência econômica e militar mundial até o final da última década do século XX, tal como haviam planejado as cúpulas das correntes militares que estiveram à frente do poder político do regime. E os fatores determinantes para este malogro foram de ordem interna ao regime, fatores estes de caráter estrutural e inerentes à própria natureza dos princípios contidos nos seus modelos político e econômico, os quais determinaram o modo de inserção não autonômica do Brasil no sistema internacional, tanto no contexto da Guerra Fria, como no pós-Guerra Fria. Tratou-se, portanto, de mostrar como que a pedra angular do modelo econômico do regime pesou na adoção de uma conduta política não independente do Brasil no sistema internacional.

No que concerne à considerável participação do Estado na economia que se processou no Brasil durante parte do regime autoritário-militar, sobretudo a partir do governo Costa e Silva, nós pensamos que, citando Cardoso (1979), isso ocorreu como consequência de contingências pragmáticas, num contexto histórico nacional e internacional em que muitos países, mesmo os do núcleo do capitalismo mundial, o favoreciam, e não de uma ideologia nacionalista, consciente e premeditada, que tivesse estorvado os interesses do capital privado (nacional e estrangeiro), atravancado o nosso desenvolvimento econômico e social.

Uma vez que o Brasil era um aliado necessário dos EUA para estabilizar politicamente a região sul-americana, e, como ao longo do regime, o crescimento da participação do Estado brasileiro na economia não ocorreu “por expropriação ou nacionalização de setor estrangeiro”, tal como notara Werneck Sodré³, por causa destes detalhes o ‘estatismo’ brasileiro foi tolerado e o país receberia um grande fluxo de investimentos externos de 1967 a 1974, principalmente a partir de 1969 com o início da chamada Missão Rockefeller.

Como resultado disso, Conceição Tavares reconhece que “o Brasil da década de 70 deu um salto gigantesco em matéria produtiva e em matéria de desenvolvimento industrial. Todavia, continua ela, “o padrão de financiamento com endividamento externo mergulhou o país, em particular o setor público, num encilhamento financeiro geral [...] sem precedentes na história da República ...”. Além do mais, Conceição Tavares afirma que “os sonhos modernizantes de um Estado autoritário e conservador não levaram sequer o país à autonomia tecnológica e muito menos à incorporação dos pobres”⁴. Para Conceição Tavares, o chamado *milagre econômico* brasileiro, calcado no tripé que articulava os interesses do “Estado, do

capital transnacional e do grande capital nacional”, desatou “uma corrida desenfreada dos interesses particulares no interior do próprio Estado”. Esta relação incestuosa do Estado brasileiro com os interesses particulares de grandes empresas privadas multinacionais e nacionais associadas conseqüentemente acabou transformando a bomba relógio da dívida externa brasileira, “originariamente privada”, em dívida do Estado⁵.

Analisando, sob este mesmo ângulo, a frágil situação econômica de países da América Latina em que o Estado, a partir de 1978, ia assumindo as dívidas que as suas respectivas empresas e instituições financeiras privadas haviam contraído no exterior, agravando assim a sua crise fiscal, Wilson Cano diz que a “‘festa industrializante’ da periferia” se acabava⁶, donde deriva as sistemáticas campanhas de frações importantes do empresariado privado contra a estatização da economia nos anos subsequentes, vindo até os dias atuais.

Ao perseguirem um caminho que aparecia como a chave para solucionar problemas ocasionais e, por ventura, estruturais – o de conferir ao capital estrangeiro papel estratégico em nossa economia, a fim de que esta acelerasse o seu desenvolvimento industrial, assistindo níveis de crescimento econômico elevados – as elites dirigentes brasileiras dos anos 1964 a 1984, abandonavam qualquer projeto de construção nacional e/ou qualquer alternativa viável para o desenvolvimento econômico brasileiro, que não fosse aquele que deixasse o país completamente dependente do centro hegemônico do mundo capitalista. Criava-se, então, um embaraço sistêmico a esse desenvolvimento, o qual, mais tarde, se mostraria como de difícil superação: como atingir um estágio de desenvolvimento econômico consistente, emancipado e autosustentado, sem que o país ficasse demasiadamente dependente do impulso proporcionado pelos capitais de fora?

Como bem advertiu Pedrosa ao se referir à escolha que o Brasil fez na segunda metade da década de 60 quanto a esta questão do modelo de desenvolvimento econômico:

“As concessões imediatistas, embora perfeitamente racionais, não bastam, pois que dificuldades se vão acumular para o futuro”⁷.

NOTAS DO CAPÍTULO CONCLUSIVO

¹ Argemiro J. Brum, *op. cit.*, pp.302-03 e 351.

² *Idem.*

³ Nelson Werneck Sodré, 1980, p.147.

⁴ Maria da Conceição Tavares, *A Política Econômica do Autoritarismo in Brasil: o Trânsito da Memória*. São Paulo: edusp, 1994, cap. I, pp.20-26.

⁵ *Idem.*

⁶ Wilson Cano, *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP 2000, pp.26, 30-1.

⁷ Mário Pedrosa, *op. cit.*, p.244.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS:

ANUARIO ESTADISTICO DE AMERICA LATINA (STATISTICAL YEARBOOK FOR LATIN AMERICA) – 1976/1978/1983/1984/1988. Comisión Económica para América Latina (Economic Commission for Latin America). Nueva York/New York, EUA/USA. – Naciones Unidas (United Nations).

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1984. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília, DF, 1985.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento Econômico, Brasília, DF. Volume 11 – nº 1 – Janeiro 1975; Volume 15 – nº 1 – Janeiro 1979.

Boletim informativo, *ABDIB Informa*.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos 1964-1965*. Secretaria de Imprensa da Presidência da República do governo Humberto de Alencar Castelo Branco. Departamento de Imprensa Nacional.

D' ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1ª edição, 1997.

Documento oficial do *PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED)*. Volume I – Introdução. Ministério do Planejamento, Rio de Janeiro, 1968.

Documento oficial elaborado pela equipe de governo do general Emílio Garrastazu Médici, intitulado *METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO*. Presidência da República. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, Rio de Janeiro, setembro de 1970. Nova impressão: janeiro de 1971.

Documento oficial do *II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979)*, elaborado pela equipe de governo do Presidente Ernesto Geisel e composto e impresso em inícios de 1975 nas oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro.

ESTUDIO ECONÓMICO DE AMERICA LATINA / ECONOMIC SURVEY OF LATIN AMERICA 1970, 1972 e 1979. Comisión Económica para América Latina/Economic Commission for Latin America (CEPAL/ECLA). Naciones Unidas – Santiago de Chile, 1980 / United Nations – New York, 1972 e 1974.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL – Séries Estatísticas Retrospectivas. Volume 3: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

GEISEL, Ernesto. *Discursos – volumes I, II, III e IV – 1974, 1975, 1976, 1977*. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, fevereiro de 1975, 1976, 1977 e 1978.

PERIÓDICOS (jornais e revistas):

A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual. Rio de Janeiro: EDNA - Editora de Obras e Promoções Nacionais.

Caros Amigos

Carta Capital

Folha de São Paulo

Gazeta Mercantil

Gazeta Mercantil – “Balanço Anual 1977, 1978, 1979, 1984”.

Isto é

Jornal do Brasil

Nossa História

O Estado de São Paulo

O Globo

Primeira Leitura

Revista Brasileira de História

Revista de História da Biblioteca Nacional

Revista de Economia Política

Revista de Sociologia e Política

Veja

Visão

Valor Econômico

DICIONÁRIOS / ENCICLOPÉDIAS / COLEÇÕES:

Dicionário de Política. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci & Gianfranco Pasquino. Brasília: UnB/LGE Editoras, 12ª edição – Volumes 1 e 2, 2004.

Livro do Ano – Barsa. Seções: *Brasil - Política e Governo*. Resenhas dos eventos de 1971 a 1986. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda.

Nosso Século - Brasil. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1980.

Retrato do Brasil – Da Monarquia ao Estado Militar – Volume II. São Paulo: Política Editora de livros, jornais e revistas, 1984.

FILMOGRAFIA:

État de Siège (Estado de Sítio) de Costa-Gavras. França, 1973.

Muda Brasil de Oswaldo Caldeira. Brasil, 1985.

A Opinião Pública de Arnaldo Jabor. Brasil, 1967.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Hugo. (1979). *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

ADAMS, Mildred. (1964). *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

ALBUQUERQUE, José Augusto Gilhon. (2000). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, Vol. IV, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP – São Paulo.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. (2006). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. (1984). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *José e Outros*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. (1996). *A Grande Revolução Inglesa, 1640-1780*. São Paulo: Editora Hucitec.

ARRUDA, José Jobson de A. & TENGARRINHA, José Manuel. (1999). *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC.

ASSIS, Denise. (2001). *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ.

AYERBE, Luis Fernando. (2002). *Estados Unidos e América Latina, A Construção da Hegemonia*. São Paulo: Editora Unesp.

BACHA, Edmar. (1976). *Os Mitos de uma Década: Ensaio de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

BAER, Werner. (2003). *A Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Nobel, 2ª edição.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1989). *Brasil – Estados Unidos, A Rivalidade Emergente 1950-1988*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

_____. (1998). *Relações Brasil-EUA no Contexto da Globalização I*. Edição revisada. São Paulo: Editora SENAC.

- _____. (2001). *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan/Brasília, DF: Editora UnB.
- _____. (1975). *Cartéis e Desnacionalização (A Experiência Brasileira: 1964-1974)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- BARRETO, Kátia Marly Mendonça. (1988). *O Clube Militar: Atuação Política, 1950-1956*. Dissertação de mestrado na PUC-SP.
- BERGSMAN, Joel. (1970). *Brazil: Industrialization and trade policy*. London: Oxford University Press.
- BETHEL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian. (1996). *América Latina: Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BORGES FILHO, Nilson (1996). *Sobre o Sagrado e o Profano – civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença – 4ª edição.
- BRUM, Argemiro J. (2003). *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Ijuí/Petrópolis: Editora UNIJUÍ/Editora Vozes – 23ª edição.
- BUENO, Clodoaldo. (2003). *Política Externa da Primeira República. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra.
- CAMARGO, Aspásia et al. (1989). *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- CAMARGO, Enjolras José de Castro. (1991). *Estudos de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Editora Atlas, 11ª edição, 3 tiragem.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Relações Estados Unidos-América Latina* - Capítulo 1 do livro de Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- CANO, Wilson. (2000). *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1977). *Estado Capitalista e Marxismo*. São Paulo: Estudos Cebrap.
- _____. (1977). *O Estado na América Latina*. Capítulo 3 do livro organizado por Paulo Sérgio Pinheiro, *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: São Paulo: CEDEC/Editora Paz e Terra.
- _____. (1979). *O Modelo Político Brasileiro e outros Ensaio*. São Paulo: DIFEL.
- _____. (1982). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel & NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. Capítulo 9 do livro *História da Vida Privada no Brasil - n.º 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- CARDOSO, Lucileide Costa. *Poder e contrapoder: Militares e historiadores disputam a memória e a história do regime de 1964*. Tese de doutoramento em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2003.
- CARLOS, Newton. (1991). *Camelot, uma guerra americana*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- CARNOY, Martin. (2001). *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus Editora.
- CARONE, Edgard. (1979). *A Quarta República, 1945-1964*. São Paulo: Difel.
- _____. (1989). *Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938*. São Paulo: Editora Ática.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. (1976). *Os Militares no Poder*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina. (2001). *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- CASTRO, Celso. (2002). *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1995). *Os Militares e a República - Um Estudo sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires. (2004). *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. São Paulo: Paz e Terra – 3ª Edição.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média* – Capítulo 12 do livro organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira, *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papirus Editora, 1987.
- _____. *Estratégia e Defesa*. Contido no livro organizado por José Augusto Gilhon Albuquerque, *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, Vol. IV, 2000, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.
- _____. “Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global”, 1993. Texto que fez parte de um estudo realizado pela Escola de Administração de Empresas da FGV, por solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Banco Mundial, dentro de um programa denominado de Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT II).
- CHAGAS, Carlos. (2001). *O Brasil sem Retoque*, Vol.2. Rio de Janeiro: Editora Record.
- CLINE, Ray S. (1977). *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Boulder, Colorado/Washington D.C.: Westview Press/ The Center for Strategic and International Studies.
- COELHO, Edmundo Campos. (1978). *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- COGGIOLA, Osvaldo. (2001). *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Editora Contexto.
- COHN, Gabriel. (1968). *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

- COLLIER, David. (org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COLM, Gerhard & GEIGER, Theodore. *A Economia dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, MCMLXVIII.
- CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da. *A Política Econômica do Autoritarismo* – Capítulo 1 do livro organizado por Saul Sosnowski e Jorge Schwartz, *Brasil: O Trânsito da Memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CONTREIRAS, Hélio. (2005). *AI-5: A Opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- CONY, Carlos Heitor. (2004). *O Ato e o Fato: O Som e a Fúria das Crônicas contra o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- COOK, Fred J. (1964). *O Estado Militarista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *A Retomada do Crescimento e as Distorções do Milagre: 1967-1973*. Capítulo 10 do livro organizado por Marcelo de Paiva Abreu: *A Ordem do progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- COUTINHO, Luciano G. *Inflexões e Crise da Política Econômica*. São Paulo: *Revista de Economia Política*, Vol. 1, nº 1, janeiro-março de 1981.
- COX, Robert W. “Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method” in *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Edited by Stephen Gill. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.
- CRAVO, Arnaldo Abilio Godoy Barreira. (2003). *A Política Internacional da Revolução: 1964-1985*. São Paulo: A. A. G. B. Cravo.
- CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações: A Época Contemporânea*. Tomo VII – Volume 3. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 3ª edição, 1974.
- _____. *História Geral das Civilizações: A Época Contemporânea* – Volume 16: “O Mundo Dividido” – Capítulo II. Rio de Janeiro: 1996.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e (1995). *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP.
- _____. (1997). *O Presente como História: Economia e Política no Brasil Pós-64*. Campinas: Coleção Trajetória 3 - IFCH-UNICAMP.
- _____. *De Castelo a Figueiredo, uma visão histórica da “abertura”* in Isidoro Chereski e Jacques Chonchol, *Crise e Transformação dos Regimes Autoritários*. São Paulo: Ícone editora/Editora da UNICAMP, 1986.
- DABÊNE, Olivier. (2003). *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

DAGNINO, Renato P.. (1985). “A indústria de armamentos brasileira: desenvolvimento e perspectivas”. Capítulo 3 do livro *O Armamentismo e o Brasil: A Guerra Deles*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____. “De volta aos quartéis ou para os laboratórios? A pesquisa tecnológica militar e a política externa brasileira”. Artigo contido no livro organizado por José Augusto Gilhon Albuquerque, *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, Vol. IV. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 2000.

DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. Bauru: EDUSC, 1999.

DENYS, Odylio. (1980). *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

DILLON, Gláucio Ary & D’ARAUJO, Maria Celina. (1994). *21 anos de regime autoritário – Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. (1995). *A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

DOLHNIKOFF, Mirian & CAMPOS, Flávio de. (2001). *História do Brasil*. Manual do candidato ao concurso de admissão à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2ª edição.

DOMINGOS NETO, Manuel. *A Influência Estrangeira e Luta Interna no Exército (1889-1930) - Cap. III*, do livro *Os Partidos Militares no Brasil* de Alain Rouquié. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

DREIFUSS, René. (1981). *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____. *A Noção de Soberania na Escola Superior de Guerra* in Eliezer Rizzo de Oliveira (org.), *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. (1989). *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (1993). *Política, Poder, Estado e Força: Uma leitura de Weber*. Petrópolis: Editora Vozes.

DUARTE DE OLIVEIRA, Maria Rosa. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo, Annablume, 2ª edição, 2001.

EARP, Fábio de Silos Sá & PRADO, Luiz Carlos Delorme. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda”. In Ferreira & Neves Delgado, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

ELLIS, Howard S. “Corrective Inflation in Brazil” in *The Economy of Brazil*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1969.

EVANS, Peter. *El Calzado, la OPIC y la Indudable Convicción: Las Empresas Transnacionales y las Relaciones Estados Unidos-Brasil*. Capítulo 10 do livro organizado por Richard R. Fagen,

Estado y clases sociales em las relaciones Estados Unidos-Latinoamérica. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

FAGEN, Richard R. (1984). *Estado y clases sociales em las relaciones Estados Unidos-Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Econômica.

FAUSTO, Boris. (2001). *O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2003). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.

FERNANDES, Florestan (1979). *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1984). *O que é REVOLUÇÃO*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense - Coleção Primeiros Passos.

_____. *O Significado da Ditadura Militar*, capítulo 12 do livro de Caio Navarro de Toledo. *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (2003). *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Roberto Martins. (2005). *Organização e Poder: Análise do discurso anticomunista do Exército*. São Paulo: Annablume.

FERREIRA, Oliveiros S. (1966). *O Fim do Poder Civil*. São Paulo: Editora Convívio.

_____. (2001). *A crise da Política Externa – Autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Editora Revan.

FICO, Carlos. (2001). *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____. (2004). *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record.

FIECHTER, Georges-André. (1974). *O Regime Modernizador do Brasil: 1964/1972*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

FISHLOW, Albert. (2004). *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: Uma Perspectiva Histórica*. São Paulo: Paz e Terra.

FLORES, Mario César. (1992). *Bases para uma Política Militar*. Campinas: Editora da UNICAMP.

FON, Antonio Carlos. (1986). *Tortura: A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global Editora.

FONTANA, Josep. (1998). *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc.

- _____. (2000). *Introdução ao estudo da história geral*. Bauru: Edusc.
- FORGET, Danielle. (1994). *Conquistas e Resistências do Poder: A emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusp.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑHOZ, Oscar & PALMA, José Gabriel. “As Economias Latino-Americanas, 1950-1990” - capítulo 3 do livro organizado por Leslie Bethell, *A América Latina após 1930*. São Paulo: Edusp/FUNAG, 2005.
- FURTADO, Celso. (1981). *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- _____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira - 3ª edição.
- GAIO, André Moysés. (1997). *Em Busca da Remissão: A Mobilização Militar pela Democracia*. Londrina, Editora UEL.
- GALACHE, G. & ANDRÉ, M. *Brasil: Processo e Integração – Estudos dos Problemas Brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 16ª edição, 1979.
- GASPARI, Elio. (2002a). *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2002b). *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2003). *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GASPARIAN, Fernando. *Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo/Rio de Janeiro: 1979 – 3ª edição.
- GÓES, Paulo de. “Criação do potencial científico nacional I” in Heitor G. de Souza, Darcy F. de Almeida & Carlos Costa Ribeiro, *Política Científica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- GÓES, Walder de. (1978). *O Brasil do general Geisel: Estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- GÓES, Walder de & CAMARGO, Aspásia (1981). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- GURGEL, José Alfredo Amaral. (1978). *Segurança e Democracia – Uma reflexão Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A mudança para o autoritarismo na América Latina e a Busca de seus Determinantes Econômicos* - capítulo 3 do livro organizado por David Collier, *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWM, Eric. (2003). *Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1972). “A Fronda Pretoriana” - capítulo III do livro *Do Império à República*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo V, volume II. São Paulo: Difel.

- IANNI, Octavio. (1991). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- _____. (1994). *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- _____. *As Estratégias de Desenvolvimento*, capítulo 11 do livro de Caio Navarro de Toledo. *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- IGLESIAS, Francisco. (2000). *Trajetoória Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JORGE, Fernando. (1976). *As Diretrizes Governamentais do Presidente Ernesto Geisel (Subsídios e documentos para a História do Brasil Contemporâneo)*. São Paulo: Edição do Autor.
- KRIEGER, Daniel. (1976). *Desde as Missões... Saudades, Lutas, Esperanças*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- KLARE, Micheal T. & ARNSON, Cynthia. *Exportando Represión: El apoyo norteamericano al Autoritarismo en la América Latina*. Capítulo 6 do livro de Richard R. Fagen: *Estado e clases sociales en las relaciones Estados Unidos-Latinoamérica*. Centro de Investigación y Docencia Económica - Fondo de Cultura Económica, México, 1984.
- KUCINSKI, Bernardo. (1982). *Abertura: história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- LACERDA, Antonio Corrêa de. *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. (2001). *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Contexto.
- LEITE, Rogério C. de Cerqueira. (1978). *Tecnologia e Desenvolvimento Nacional*. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. (2000). *Política e Interesses: As associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- LENS, Sidney. *Amerikanische Weg. Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, XI. Jg., nov. 1966, Heft 11. In Christian Lohbauer, *Brasil-Alemanha, Fases de uma parceria 1964-1999*. Fundação Konrad Adenauer/EDUSP, 2000.
- LESSA, Carlos. (1998). *A Estratégia de Desenvolvimento, 1974-1976, Sonho e Fracasso*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia.
- LESSA, Carlos & FIORI, José Luis. (1983). “Relendo a Política Econômica: as falácias do nacionalismo popular do Segundo Vargas”, Rio de Janeiro Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, TD nº 30.
- LINZ, Juan. *Regimes autoritários*. (1980). Capítulo V do livro de Paulo Sérgio Pinheiro (org.) *Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- LONGO, Carlos A. *Notas sobre a evolução da carga tributária*. Revista de Economia Política, vol. 4, nº 4, outubro-dezembro/1984.
- LORENA, Carlos; SZMRECSÁNYI, Tamás. “O Estatuto da Terra” in *Retrato do Brasil – Da Monarquia ao Estado Militar – Volume II*. São Paulo: Política Editora de livros, jornais e revistas, 1984.
- LORENZO-FERNÁNDEZ, Oscar Soto. (1976). *A Evolução da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LUZ, Nícia Vilela. (1978). *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega.
- MACARINI, José Pedro (1984). *Um Estudo da Política Econômica do ‘Milagre’ Brasileiro: 1919-1973*. Campinas: dissertação de mestrado no IFCH – UNICAMP – mimeo.
- MALAN, Pedro S. (1977). *Política Econômica Externa e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: IPE/INPES.
- MALAN, Pedro S. & LUZ, José Alfredo da. *O Desequilíbrio do Balanço de Pagamentos: Retrospecto e Perspectivas* - Capítulo 2 do livro coordenado por Dionísio Dias Carneiro, *Brasil: Dilemas da Política Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1977.
- MARTINHO, Francisco C. Palomanes. *Um país tropical na Guerra Fria?* In Revista de História da Biblioteca Nacional Ano 2 nº 19, abril, 2007.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1972). *Brasil-Estados Unidos dos 50 aos 70*. São Paulo: cadernos Cebrap, nº 9.
- _____. (1977). *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Estado e Regime no pós-64: Autoritarismo Burocrático ou Ditadura Militar?* In Revista de Sociologia e Política, nº2, 1994.
- _____. (1995). *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da Ufscar, 1995.
- MARTINS, Luciano. (1985). *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- McCANN JR, Frank D. (1995). *A Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* - Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Editora, 1978.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. (1995). *Distensão no Brasil: O Projeto Militar*. Campinas: Papirus Editora.

- MATTELART, Armand. (1976). *Multinacionais e Sistemas de Comunicação: Os Aparelhos Ideológicos do Imperialismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de & SWENSSON, Walter Cruz. (2003). *Contra os inimigos da ordem*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 3ª edição 1973.
- _____. *História Econômica Mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª edição, 1976.
- MAYER, Arno J. *Dinâmica da Contra-Revolução na Europa, 1870-1956*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros Poemas em Voz Alta*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964)*. Revista Brasileira de História, Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- MERRICK, Thomas W. “A População da América Latina, 1930-1990”, Parte 2, “A Sociedade”, do livro *História da América Latina Volume VI: A América Latina Após 1930 – Economia e Sociedade*. Organização Leslie Bethell. São Paulo: Edusp, 2005.
- MESQUITA BENEVIDES, Maria Victoria de. (1979). *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- MIROW, Kurt Rudolf. (1978). *A Ditadura dos Cartéis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- MOLINA, Matias M. *A agonia do modelo*. In *Gazeta Mercantil – “Balanço Anual 1978”*. São Paulo: Ano II – nº 2, Setembro de 1978.
- MORAES, João Quartim de. (1991). *A Esquerda Militar no Brasil*. Volume.I. São Paulo: Edições Siciliano.
- _____. (1994). *A Esquerda Militar no Brasil*. Volume II. São Paulo: Edições Siciliano.
- _____. (2001). *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas: Coleção Trajetória 7, IFCH-UNICAMP.
- MOURA, Alkimar Ribeiro. (1985). *Qual é a questão da dívida externa*. São Paulo: brasiliense.
- MOURA, Gerson. (1980). *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro; Ed. Nova Fronteira, 1980.
- NÉRÉ, Jacques. (1975). *História Contemporânea*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel S.A.
- NETO, Lira. (2004). *Castelo: A Marcha para a Ditadura*. São Paulo: Editora Contexto.
- NEUMANN, Franz. (1969). *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NIEMEYER NETO, Luiz M. de. (2003). *Dívida externa brasileira nos anos 90 em uma perspectiva histórica: créditos internacionais de curto prazo e 'estatização' da dívida*. São Paulo: Editora da FAPESP/ EDUC (Editora da PUC).

O' DONNEL, Guillermo. (1990). *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

_____. *Tensões no Estado Autoritário-Burocrático e a questão da democracia*. Capítulo 7 do livro de David Collier, *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

OJALA, Jari, ELORANTA, Jari, JALAVA, Jukka *etal.* (2006). *The Road to Prosperity: An Economic History of Finland*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (1989). *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*. Campinas; Papirus Editora, 2ª edição.

_____. (2005). "A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial" in Jurandyr L. Sanches Ross (org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 5ª edição.

OLIVEIRA, Darcio. "Vidigal vai à forra". Revista *Isto é*, outubro de 2000. In www.terra.com.br/dinheironaweb/site/165/negocios/vidigal.htm - acessado em 11/05/2007.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de & SOARES, Samuel Alves. (2000). *Brasil - Forças Armadas, direção política e formato institucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *Forças Armadas: pensamento e ação política* in Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera B. Ferrante (orgs), *Inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. (1992). *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (1994). *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papirus Editora.

_____. *Conflitos Militares e Decisões Políticas sob a Presidência do General Geisel* - capítulo V do livro de Alain Rouquié, *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

_____. (Org.). *A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico*. In *Militares: Pensamento e Ação Política*, Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coordenador), *Forças Armadas e Democracia: O Papel do Poder Legislativo*. Relatório Parcial do Projeto Integrado de Pesquisa, Processo FAPESP 96/07499-3, Volume II. Campinas: UNICAMP - Núcleo de Estudos Estratégicos, fevereiro de 1998.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. (1995). *Autoritarismo e crise fiscal no Brasi (1964-1984)*.

São Paulo: Editora Hucitec.

OLIVEIRA, Francisco de. São Paulo: Revista *Caros Amigos Especial*. Edição nº 15 – mês: novembro de 2002.

_____. (1977). *A Economia da Dependência Perfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (2005). *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva.

PACKENHAM, Robert A.. “Tendências na dependência brasileira após 1964” in Riordan Roett (org.), *O Brasil na década de 70*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *Pragmatismo Responsável e Política de Poder: a política externa do Governo Geisel*. Dissertação de mestrado - Departamento de Ciência Política da FFLCH da USP, dezembro de 1998, mimeo.

PEDREIRA, Fernando. (1975). *Brasil Política: 1964-1975*. São Paulo: DIFEL.

PEDROSA, Mário. (1966). *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

PEDROSA, José Fernando de Maya. “A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-1968)”. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

PEIXOTO, Antonio Carlos. (1980) Capítulos II e IV do livro de Alain Rouquié, *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record.

PEIXOTO, João Baptista. (1975). *Conquistas de uma década: Radiografia socio-econômica do Brasil revolucionário*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora/Artenova.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A inflação no capitalismo de Estado e a experiência brasileira recente*. Revista de Economia Política, Vol.1, nº 2, abril-junho/1981.

_____. *Auge e declínio nos anos setenta*. Revista de Economia Política, Vol.3, nº 2, abril-junho/1983.

_____. *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado: Esboço de uma Economia Política Periférica*. São Paulo: Editora brasiliense, 1977.

_____. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PERKINS, Dexter. (1968). *A Diplomacia de uma Nova Era – Principais Acontecimentos na Política dos Estados Unidos desde 1945*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora.

PINHEIRO, Leticia. *Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 12, 1993, pp.247-270.

PRADO JR, Caio. (1977). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: editora brasiliense – 5ª edição.

_____. (2000). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha/Brasiliense – Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

_____. (2001). *História e Desenvolvimento: A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. Tese de Livre-Docência na Cadeira de História da Civilização Brasileira da FFLCH da USP, 1968. São Paulo: brasiliense – 3ª edição – 2ª reimpressão.

POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Segunda edição – Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi.

Obs.: O mesmo livro foi publicado pela primeira vez em 1975, em Inglês, com o título *Classes in Contemporary Capitalism*. London: New Left Books.

_____. (1974). *Political Power and Social Classes*. London: New Left Books.

_____. (1978). *A Crise das Ditaduras: Espanha, Portugal e Grécia*, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RANGEL, Ignácio. *A Questão Financeira* in Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 1, janeiro-março, 1981.

REIS, José Carlos, “Da ‘história global’ à ‘história em migalhas’: o que se perde, o que se ganha”. Unidade 4 – texto 1, p.195 do livro *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Guazzelli *etal* (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

RÉMOND, René. (1976). *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix.

_____. “O Retorno do Político”. In CHAUVEAU & TÉTART (orgs.), *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999 - capítulo 3.

_____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª edição, 2003.

REZENDE, Fernando & CASTELO BRANCO, Flávio P. (1976). *O Emprego Público como Instrumento de Política Econômica*. Rio de Janeiro: IPEA - Série Monográfica.

REZENDE, Maria José de. (2001). *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

_____. (1984). *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

SARETTA, Fausto. *Octavio Gouvêa de Bulhões*. São Paulo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Estud. av. - vol.15, nº 41, Print ISSN 0103-4014 Jan./Apr. 2001.

SCHMITTER, Philippe C. *The “Portugalization” of Brazil?* Part III – capítulo 6 do livro editado por Alfred Stepan, *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven and London: Yale University Press, Third printing, 1977.

SCHOULTZ, Lars. (2000). *Estados Unidos: poder e submissão – Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*, capítulo 18. Bauru: EDUSC.

- SERRA, José. *As Desventuras do Economicismo: Três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento*. Capítulo 4 do livro organizado por David Collier, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SHIXUE, Jiang. “Recent Development of Sino-Latin-American Relations and its Implications”. In *Estudios Internacionales*, Revista del Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile. Santiago, Ano XXXVIII – janeiro-março, 2006, nº 152.
- SILVA, André Luiz Reis da. (2004). *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento – A política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: Editora da UFRG.
- SILVA, Golbery do Couto e. (1981). *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- SILVA, Hélio. (1985). *O Poder Civil*. Porto Alegre: Editora L&PM.
- _____. (1988). *A Vez e a Voz dos Vencidos: Militares X Militares*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (1985). *1964: Vinte Anos de Golpe Militar*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- SILVA, Marcelo Squinca da. (2006). “A estatização do setor de energia elétrica: embates entre entreguistas e tupiniquins no segundo governo Vargas (1951-54)”. In Cecília Helena de Salles Oliveira, Maria Lígia Prado; Maria de Lourdes Mônaco Janotti (orgs), *A história na política, a política na história*. São Paulo: USP/Alameda Casa Editorial.
- SIMONSEN, Mário Henrique. *O Papel do Governo e a Iniciativa Privada*. In Mildred Adams, *América Latina: Evolução ou Explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- SINGER, Paul. (1976). *A Crise do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- SKIDMORE Thomas. (1975). *Brasil: de Getúlio a Castelo – 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1988). *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SMALLMAN, Shawn C. (2002). *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1968). *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1980). *Brasil: Radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- _____. *Era o Golpe de 64 Inevitável?* Capítulo 8 do livro de Caio Navarro de Toledo. *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- SORJ, Bernardo. (2001). *A construção intelectual do Brasil: Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- SOUZA, Angelita Matos. *Deus e o Diabo na Terra do Sol: leitura política de um capitalismo tardio*. Tese de doutorado – Instituto de Economia da Unicamp, 2003 – mimeo.
- SOUZA, Heitor G. de, ALMEIDA, Darcy F. de & RIBEIRO, Carlos Costa. *Política Científica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- STEPAN, Alfred. (1975). *Os Militares na Política - As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.
- _____. (1980). *Estado e Corporativismo Autoritário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987). *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- STOEISSINGER, John G. *O Poder das Nações: A Política Internacional de Nosso Tempo*. São Paulo: Editora Cultrix, MCMLXXVIII.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *A Faces do Moderno Leviatã*, capítulo I do livro organizado por Maria Amélia Mello, *20 Anos de Resistência*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- SUZIGAN, Wilson. (1976). *Aspectos da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- TEIXEIRA ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães. (1999). *O Processo Político no Brasil: Estado e Classes Sociais*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1997). *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- TOLLEFSON, Scott D. *Brazilian Arms Transfers, Ballistic Missiles, and Foreign Policy: The Search for Autonomy*. Tese de doutorado defendida na John Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1991 – mimeo.
- TORLONI, Hilário, *Estudo de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979 – 12ª edição.
- TREVISAN, Leonardo. (1987). *O Pensamento Militar Brasileiro*. São Paulo: Global Editora.
- VAISSE, Maurice. (1997). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- VIANA FILHO, Luis. (1975). *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. (1998). *A Política Externa do Regime militar*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRS.
- _____. (2003). *Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- WALTERS, Vernon C. (1986). *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

WASSERMAN, Claudia. (2002). *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. (1987). *A Administração do Milagre – O Conselho Monetário Nacional (1964-1974)*. Petrópolis: Editora Vozes.

WILLIAMS, William Appleman. *Intervenção Americana na Rússia, 1917-1920* in David Horowitz, *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

SITES NA INTERNET:

www.amtrak.com

www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm

www.bndes.gov.br

www.cpdoc.fgv.br

www.featurewell.com

www.fpa.org.br

www.jubileubrasil.org.br/v01/azul/credores/origens/

www.ipea.gov.br/SobreIpea/40anos/livro/htm

www.thirdworldtraveler.com/Blum/Brazil

www.relnet.com.br

www.rffsa.gov.br

www.revistadesociologiaepolitica.org.br

www.terra.com.br/dinheironaweb/site/165/negocios/vidigal.htm - acessado em 11/05/2007

www.transportes.gov.br/bit/ferro/ferroban

www.wikipedia.org/wiki/Amtrak

www.wikipedia.org/wiki/Ferrovia_Paulista_SA

www.wikipedia.org/wiki/Rede_Ferroviária_Federal_SA